



Reti Medievali

Rivista

VII - 2006/1 (gennaio-giugno)

www.rivista.retimedievali.it



Reti Medievali Rivista è presente nei cataloghi di centinaia di biblioteche nel mondo e nelle principali banche dati di periodici.

Reti Medievali – Firenze University Press
giugno 2006

ISSN 1593-2214

Indice

Saggi

1. José Rivair Macedo
Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese 3

2. Paolo Evangelisti
Mercato e moneta nella costruzione francescana dell'identità politica. Il caso catalano-aragonese 13

Saggi - Sezione monografica

3. Paola Guglielmotti
Introduzione 35

4. Giuseppe Albertoni
Inter duos fluvios: il praedium Ueldes e le origini della signoria territoriale dei vescovi di Bressanone a Bled, nella marca Creina 47

5. Renato Bordone
“Promiscuità territoriale” e delimitazione del confine in Piemonte. Il caso di Piovà Massaia e Cerreto d’Asti 63

6. Donata Degrassi
Dai confini dei villaggi ai confini politici. L’area friulana nel tardo medioevo 79

7. Tiziana Lazzari
La creazione di un territorio: il comitato di Modena e i suoi “confini” 101

8. Vito Lorè
La Trinità di Cava nel 1111. Soluzione di conflitti e definizione di un confine 119

9. Paolo Marchetti
Spazio politico e confini nella scienza giuridica del tardo medioevo 131

10. Alberto Onori
Organizzazione e controllo di un territorio medievale. Controversie di confine in Valdinievole alla fine del Duecento 147

11. Paolo Pirillo
Fines, termini et limites. I confini nella formazione dello Stato fiorentino 179

12. Luigi Provero	
<i>Una cultura dei confini. Liti, inchieste e testimonianze nel Piemonte del Duecento</i>	191
13. Igor Santos Salazar	
<i>Castrum Persiceta. Potere e territorio in uno spazio di frontiera dal secolo VI al IX</i>	211
14. Gian Maria Varanini	
<i>L'invenzione dei confini. Falsificazioni documentarie e identità comunitaria nella montagna veneta alla fine del medioevo e agli inizi dell'era moderna</i>	231
15. Paolo Cammarosano	
<i>Lettura</i>	257

Recensioni

16. Francesco Borri	
<i>L'Institut für Mittelalterforschung presso l'Österreichische Akademie der Wissenschaften</i>	265
17. Nicolangelo D'Acunto	
<i>RE.VI.RE.S. Rete Vitae Religiosae Mediaevalis Studia Conectens (Forschungsprojekt "Institutionelle Strukturen religiöser Orden im Mittelalter", Universität Dresden)</i>	269
18. Massimiliano Nuti	
<i>Fonti letterarie in Rete tra Antichità e Medioevo</i>	273
19. Enrica Salvatori	
<i>LAMOP Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris</i>	283

Bibliografie

20. Marco Meschini	
<i>Bibliografia delle crociate albighesi</i>	289

Schedario	347

Abstracts e Keywords	383

Presentazione, Redazione, Referees	399

RM

Saggi

Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese

di José Rivair Macedo

1. A história medieval sempre despertou a atenção dos brasileiros, mas só muito recentemente se pode falar de um efetivo interesse pelos estudos medievais em nosso país. É certo que, de modo geral, o fascínio do grande público diz respeito mais a uma Idade Média «sonhada»¹ do que ao período histórico de formação da Europa cristã ocidental. Embora carente de uma série de recursos técnicos de formação acadêmica especializada, e nem sempre com acesso aos métodos desenvolvidos nos principais centros de pesquisa dedicados ao medievo, ainda assim se pode falar da existência de um grupo crescente de professores ou pesquisadores envolvidos diretamente com a discussão de temas, problemas e objetos de estudo relativos ao período histórico da Idade Média – o que nos leva a indagar sobre as reais possibilidades de desenvolvimento deste campo de pesquisa no Brasil.

O despertar do interesse pelos estudos medievais no Brasil está associado à formação dos quadros intelectuais da Universidade de São Paulo, e da equipe de professores estrangeiros (sobretudo franceses, mas também italianos, alemães e portugueses) que passaram pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), entre os quais estiveram Fernand Braudel, Émile Coornaert e Émile G. Leonard. Foi justamente Eurípedes Simões de Paula, um dos alunos de Braudel, quem, salvo engano, produziu a primeira tese de doutoramento defendida no Brasil tendo por tema a Idade Média². Foi também Simões de Paula que, com Pedro Moacyr Campos, motivou o interesse pela Antiguidade e pela Idade Média, vindo a formar os docentes que atuaram na Faculdade de Filosofia nos anos 1960-1980.

Até a década de 1980, apenas a FFLCH-USP contou com professores capacitados a lecionar com seriedade a disciplina de História Medieval. Embora os mesmos não tenham constituído um grupo de pesquisa, e nem todos se dedicassem à pesquisa, foram os primeiros a orientar teses de doutorado e dissertações de mestrado. Entre tais docentes, merecem destaque Victor Deodato

da Silva, Nachman Falbel, José Roberto de Almeida Mello, Jônatas Batista Neto, Carlos Roberto Figueiredo Nogueira e Tereza Aline Pereira de Queiroz. Junto com Hilário Franco Júnior, que ingressou na USP no fim dos anos 1980, foram eles os responsáveis pela formação dos profissionais que atuaram no ensino e na pesquisa durante os anos 1990 – quando se pode falar da efetiva emergência dos estudos medievais no Brasil. Algo semelhante ocorreu também com os estudos relativos à língua e literatura medievais. Neste caso, coube nos anos 1960 e 1970 aos professores Massaud Moisés e Segismundo Spina a formação dos profissionais que a partir dos anos 1980 ocupam cargos de docência e pesquisa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP, como Lênia Márcia Mongelli e Heitor Megale, os quais vieram a orientar os profissionais que nos últimos anos têm pesquisado a respeito da literatura medieval, lingüística românica e edição de textos.

Não obstante, entre os anos 1950 e 1970 a Idade Média comparecia entre os temas de reflexão da intelectualidade brasileira numa posição não muito favorável. Nas obras de importantes teóricos de esquerda, sobretudo daqueles vinculados ao Partido Comunista, discutiu-se durante algum tempo o caráter “feudal” das estruturas sociais vigentes no Brasil e o significado nefasto das “persistências medievais” ao desenvolvimento do país – consubstanciadas na força das relações de dependência pessoal no Nordeste do país, na capacidade de resistência do poder privado aos ditames do Estado. Entre autores como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, não faltaram associações das instituições administrativas implantadas por Portugal no período colonial com o feudalismo europeu, e as “sobrevivências feudais” continuariam ainda no século XX a representar uma pesada herança dos séculos precedentes³. Vinculada a certos estereótipos, ou a certos conceitos oriundos de análises estruturalistas, monocausais e mecanicistas da dinâmica social, a Idade Média presente na imaginação de nossos intelectuais era um “fantasma” que teimava em nos atormentar. Quanto aos profissionais que se dedicavam ao ensino de Idade Média nas universidades, por vezes pesou sobre eles a suspeita de que tivessem colaborado com o regime ditatorial implantado pelos militares em 1964⁴.

Todavia, entre os anos 1960 a 1980 ganhavam forma na FFLCH-USP as primeiras teses acadêmicas tendo por objeto aspectos da história medieval. Dentre elas, deve-se mencionar a de Nachman Falbel, defendida em 1969, dedicada ao exame das implicações político-religiosas do movimento dos espirituais franciscanos no século XIII, tema ao qual este pesquisador dedicou atenção até muito recentemente⁵, quando orientou tese de doutorado concernente ao *Liber vitae crucifixae Iesu* de Ubertino de Casale⁶. Convém também mencionar a tese de Victor Deodato da Silva sobre as repercussões das epidemias de meados do século XIV na legislação da França, Inglaterra, Castela e Aragão⁷, bem como a obra do mesmo autor sobre as vicissitudes da nobreza e da instituição da cavalaria nos séculos finais da Idade Média⁸. Do mesmo modo, é preciso lembrar da tese de Jônatas Batista Neto sobre as relações de Chaucer com Florença⁹, e das teses de José Roberto de Almeida

[4] Reti Medievali Rivista, VII - 2006/1 <<http://www.rivista.retimedievali.it>>

Mello sobre a emergência do sentimento nacional inglês durante a Guerra dos Cem Anos através das *Political songs of England* (Camden Society)¹⁰ e sobre a propaganda política inglesa e o ideário monárquico durante o reinado de Ricardo II¹¹. Por fim, ao final dos anos 1980 era defendida a tese de Hilário Franco Júnior sobre o papel da religiosidade na caracterização das formas de poder em Castela nos séculos XI-XII¹².

Não parece aleatório o fato de que os estudos medievais tenham recebido maior atenção a partir da década de 1990. Na realidade, tal fenômeno não deve ser dissociado do incremento mais geral da pesquisa em história em decorrência da afirmação dos programas de pós-graduação, algo bem demonstrado por Carlos Fico e Ronald Polito¹³. Embora o interesse pela formação pós-graduada em História Medieval tenha estado em segundo plano em comparação com áreas de maior incentivo inclusive institucional, parece que daquela década para cá houve não apenas um gradativo aumento de mestres e doutores com pesquisas sobre a Idade Média, mas houve também uma difusão dos centros de formação qualificada. Desde pelo menos meados de 1990 a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialmente com o trabalho de Vânia Leite Fróes e Maria Sonsoles Guerras, passaram a formar pesquisadores em Idade Média, e a partir do ano 2000 tais orientações foram ampliadas para universidades de outros estados brasileiros: a Universidade Estadual Paulista, as universidades federais de Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais; e a Universidade Federal do Espírito Santo – local em que o pesquisador Ricardo da Costa tem realizado louvável trabalho de tradução e disponibilização de fontes primárias¹⁴, inclusive on-line¹⁵.

Uma indicação de que a pesquisa sobre Idade Média começa a ganhar força nos Programas de Pós-Graduação é o aparecimento recente de números temáticos de revistas periódicas dedicadas ao medievo. É o que se pode ver no volume coordenado por Néri de Barros Almeida, a respeito da questão do indivíduo¹⁶; nos volumes coordenados por Fátima Regina Fernandes¹⁷ e por José Rivair Macedo¹⁸, sobre grupos sociais e instituições políticas na Península Ibérica medieval; e no volume coordenado por Maria Eurydice de Barros Ribeiro sobre as formas de transmissão do saber no Ocidente Cristão¹⁹.

Além do mais, cabe ressaltar os resultados concretos na formação de graduandos e pós-graduandos obtidos por grupos de debate e pesquisa institucionais, como o *Programa de Estudos Medievais* (PEM) da Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás, existente desde 1994, coordenado por Maria Eurydice de Barros Ribeiro²⁰; o *Scriptorium*, Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da Universidade Federal Fluminense, coordenado por Vânia Leite Fróes; e o Programa de estudos Medievais (PEM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro²¹, coordenado por Andréia Cristina Frazão da Silva e Leila Rodrigues da Silva, em torno do qual são promovidos eventos e publicações²². Também devem ser mencionadas os grupos de trabalho sobre Idade Média que se formaram dentro da Associação Nacional de História, cuja coordenação nacional é realizada por Vânia Leite Fróes, entre

os quais está o Grupo de Trabalho de Estudos Medievais do Rio Grande do Sul, que se reúne mensalmente para discutir projetos de pesquisa, temas de investigação ou realiza periodicamente eventos acadêmicos²³.

Some-se a isto outra tendência que nos parece digna de nota: a formação de medievalistas brasileiros em universidades ou centros de pesquisa europeus, algo que muito tem contribuído para o incremento de métodos e técnicas de trabalho. Atualmente, há jovens pesquisadores brasileiros preparando teses de doutorado em Portugal, Espanha, Itália, França e Alemanha. A trajetória de Marcelo Candido da Silva, jovem professor da USP, ilustra bem esta tendência. Tendo preparado dissertação de mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais sob a orientação de Daniel Valle Ribeiro, a respeito da idéia de Estado entre os merovíngios²⁴, aprofundou seus estudos e defendeu tese de doutoramento na Université de Lyon II, sob a orientação de Jacques Chiffolleau²⁵.

O recente interesse pela pesquisa medieval relaciona-se também com a ampliação do número de livros sobre a Idade Média no mercado editorial brasileiro²⁶ e com a divulgação entre nós das obras de importantes medievalistas franceses da segunda metade do século, sobretudo Jacques Le Goff e Georges Duby²⁷. É bem nítida a influência da obra destes autores e dos temas, problemas e perspectivas de pesquisa da Escola dos Annales sobre nossos pesquisadores. Talvez por isto o estilo francês de fazer história continue a nos servir de modelo, embora a escolha de temas e a definição dos objetos de estudo estejam condicionados à documentação disponível em nosso país – aspecto sobre o qual voltaremos adiante.

Entre as obras publicadas por pesquisadores brasileiros, convém assinalar as publicações de Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, professor da USP que se dedica a estudar os fenômenos da bruxaria e demonologia nos séculos finais da Idade Média²⁸. No Rio Grande do Sul, Luís Alberto de Boni, da Pontifícia Universidade Católica, mostra-se incansável editor de traduções de autores medievais e promotor de eventos científicos nacionais e internacionais em que se discutem as especificidades do pensamento medieval, suas formas de recepção, criação e difusão²⁹. No âmbito da literatura medieval, convém lembrar os trabalhos publicados por Lênia Márcia Mongelli, sobretudo a obra coletiva que organizou a respeito dos mais importantes textos de formação política, moral e religiosa de Portugal em fins da Idade Média, na qual, junto com seis de seus alunos de pós-graduação, realizou minucioso estudo das particularidades dos textos edificantes escritos ou consultados pelos príncipes da dinastia de Avis, avaliando suas potencialidades como material formativo e doutrinal³⁰.

Menção especial deve ser feita às obras de Hilário Franco Jr, que há mais de vinte anos vem realizando uma investigação de grande fôlego, no Brasil e no exterior, a respeito das representações do Paraíso na Idade Média. Em torno deste amplo eixo de trabalho, verificou os traços de representações edênicas no ideário da Idade Média central (especialmente nos séculos XI-XII), desenvolvendo em suas obras a aplicação do conceito de utopia ao medievo³¹,

o uso do conceito de “cultura intermediária” para manifestações de diversa procedência sócio-cultural anteriores ao século XII, e discutindo questões de natureza metodológica, como o uso de textos literários e de imagens, a aplicação das noções de mentalidade e imaginário para o medievo³². Nos últimos anos, reuniu as principais fontes primárias alusivas ao País da Cocanha³³, efetuando em seguida aprofundado exame das condições materiais e mentais que condicionaram o desenvolvimento da idéia de uma terra da abundância na Idade Média, verificando inclusive as repercussões de representações similares no Novo Mundo³⁴.

Não há dúvida que a afirmação do interesse pela Idade Média deve muito à criação em 1996 da Associação Brasileira de Estudos Medievais³⁵, que conta com aproximadamente 400 associados, em sua maior parte estudantes de graduação e de pós-graduação, mas também professores universitários com efetiva atuação na pesquisa em história, literatura e filosofia medievais. A ABREM mantém contato acadêmico com instituições de pesquisa na Europa e nos Estados Unidos; realiza periodicamente congressos internacionais com a participação de estudiosos de história, filosofia, língua e literatura medievais; esforça-se por sistematizar as informações e materiais disponíveis para os estudos medievais no Brasil³⁶; e, sobretudo, publica com regularidade a revista *Signum*, periódico especializado dedicado aos domínios da medievalística³⁷.

2. Em 2003, com a ajuda de professores de todo o Brasil, coordenamos um levantamento nacional das dissertações de mestrado e teses de doutoramento defendidas entre os anos 1990 e 2002³⁸. Ao serem consultados os catálogos das mais importantes bibliotecas universitárias e os bancos de dados de órgãos públicos de fomento à pesquisa (Banco de teses da CAPES / *Teses Brasileiras* do IBICT), constatou-se a existência de 333 trabalhos acadêmicos, que podem assim ser divididos quanto à titulação acadêmica pretendida pelos autores: 257 Dissertações de Mestrado e 76 Teses de Doutorado. Número pouco expressivo talvez, mas que indica um crescente interesse pelo medievo e a constituição de um efetivo campo de estudos.

A coleta permitiu também traçar um perfil definido dos principais centros de formação de pesquisadores. Convém ressaltar a expressiva desproporção numérica entre trabalhos elaborados em universidades públicas (277) e universidades particulares (56), estas últimas representadas quase que exclusivamente pelas universidades católicas. Excluindo a Pontifícia Universidade Católica, sobram apenas 3 dissertações produzidas em universidades particulares do Estado de São Paulo (2 na Universidade Presbiteriana Mackenzie e 1 na Universidade Metodista de São Paulo).

Sobre a localização das universidades formadoras de mestres e doutores, contam-se 134 trabalhos realizados em São Paulo (sendo 85 da Universidade de São Paulo), 106 no Rio de Janeiro (64 da Universidade Federal Rio de Janeiro e 32 da Universidade Federal Fluminense, entre outros), e 25 em Minas Gerais. Observam-se ainda alguns locais de formação mais direcio-

nados, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para Filosofia Medieval (17 dissertações/teses); a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e a Universidade Federal da Bahia para Língua e Literatura (respectivamente, 16 e 20 trabalhos).

Com respeito às áreas de conhecimento abrangidas, os dados nos permitem ver com alguma clareza os interesses ou as áreas de atuação de nossos medievalistas. Observa-se relativo equilíbrio numérico entre trabalhos que dizem respeito à Língua e Literatura (147 dissertações/teses) e aqueles que dizem respeito à História (121 dissertações/teses). Comparativamente, é bem menor o número de trabalhos consagrados à Filosofia (60 dissertações/teses). Apenas uma dissertação aborda aspectos técnicos de Música e duas outras tratam de aspectos específicos relativos ao direito medieval.

Quanto aos rumos, limites e possibilidades de pesquisa, há que se ressaltar alguns pontos que revelam as dificuldades concretas na efetivação de um campo de estudos sobre a Idade Média no Brasil. O primeiro deles diz respeito aos problemas enfrentados para o acesso e/ou obtenção das fontes primárias de arquivo, o que acaba por condicionar a escolha dos temas de pesquisa. Não há dúvida de que a disponibilidade em nossos acervos bibliográficos de fontes primárias editadas, em sua maior parte de cunho literário (poemas, romances, contos) ou tratando de matéria religiosa e filosófica (tratados, sermões, hagiografias) contribuem para o estudo mais recorrente das representações sociais ou das visões de mundo, em detrimento de dados da organização social e da vida cotidiana. Mesmo os trabalhos dedicados ao âmbito político ficam na maior parte dos casos limitados aos dados fornecidos pelas crônicas e anais que se encontram publicados. Falta-nos o contato mais freqüente com os cartulários, chancelarias, inventários, documentos judiciais e tantas outras evidências que nos permitiriam uma aproximação mais direta com as vivências individuais e coletivas.

Com respeito às realidades temporais e espaciais enfocadas, observa-se a predominância de trabalhos relativos à Baixa Idade Média (séculos XIV-XV), em franca desproporção com a Idade Média Central (séculos XI-XIII) e, sobretudo, com a Alta Idade Média (séculos V-X). A escolha dos temas incide preferencialmente nas realidades da Península Ibérica (principalmente Portugal, e, em menor proporção, Espanha – com particular atenção para Castela), havendo alguns estudos sobre a França e a Itália. Há pouquíssimos trabalhos dedicados à Inglaterra e Alemanha, nenhum relativo ao mundo escandinavo e aos povos eslavos, apenas um dedica-se ao mundo bizantino e outro aos reinos latinos do Oriente.

Cabe assinalar ainda a existência de interesse pela posteridade do medievo, quer dizer, por aquilo que se poderia chamar de “persistências”, “heranças” ou “reminiscências” medievais. Não são mais abordagens estruturalistas ou deterministas como as da metade do século XX, mas estudos que procuram avaliar as condições ou circunstâncias pelas quais aspectos dos modos de ser e de pensar típicos da Idade Média, ou como certas instituições sociais originadas no medievo, se fazem presentes na realidade social e em manifestações

culturais brasileiras. Trata-se de verificar as condições em que autores ou artistas representantes da cultura erudita brasileira incorporam em suas obras elementos que se poderiam considerar “medievais”, ou o modo pelo qual a Idade Média se faz presente em manifestações culturais de caráter popular, tanto na tradição oral quanto em festas e rituais ou na iconografia religiosa, por exemplo. Talvez seja esta uma das contribuições mais originais que os estudiosos brasileiros poderão um dia oferecer ao campo dos estudos medievais.

Não tivemos ainda quem pudesse, no Brasil, empreender tarefa de tal amplitude. Por enquanto, a obra de referência sobre as influências medievais na formação brasileira continua a ser a do mexicano Luis Weckmann³⁹. Mas não podemos deixar de assinalar a contribuição de algumas pesquisas acadêmicas produzidas nas últimas décadas. A primeira, da pesquisadora em literatura do Rio de Janeiro, Ligia Vassalo, examina detalhadamente a maneira pela qual certos elementos tipicamente medievais foram apropriados na obra do conhecido dramaturgo brasileiro, Ariano Suassuna, autor, entre outras, da consagrada comédia popular denominada *Auto da Compadecida*⁴⁰. A outra, da jovem pesquisadora do Rio Grande do Sul, Márcia Janete Espig, verifica como o tema de Carlos Magno e os Doze Pares de França veio a ser recebido, transmitido e resignificado pelos camponeses do sul do Brasil entre os anos 1912 e 1916, durante a eclosão do movimento religioso de cunho milenarista na região entre Paraná e Santa Catarina, conhecido como Contestado⁴¹.

Eis um breve quadro dos estudos medievais no Brasil, um quadro provisório e precário devido a falta de dados objetivos que nos permitam ver melhor as tendências que se delineiam em nosso meio acadêmico. Parecem suficientes para mostrar o caráter incipiente e frágil do que se poderia chamar de “medievalística brasileira”. Faltam-nos formação especializada em disciplinas de apoio importantes e articulação institucional mais consistente. Mas há interesse e disposição crescente em aprofundar nossos conhecimentos, obter material de primeira mão, aprimorar conceitos e métodos de trabalho. São indícios de que estamos no caminho certo para a consolidação de um campo de estudos sobre a Idade Média em nosso país.

Note

¹ Valemo-nos aqui da expressão empregada inicialmente por Umberto Eco. «Dez modos de sonhar a Idade Média». In: *Sobre o espelho e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1989, pp. 66-82. Sobre os usos da “medievalidade” pela posteridade, ver os estudos de Christian Amalvi. *Le goût du Moyen Âge*. Paris: La Boutique de l'Histoire, 2002; Paul Freedman e G. M. Spiegel. “Medievalisms old and new: the rediscovery of alterity in north american medieval studies”. *American Historical Review* (New York) n.º. 103-3, 1998, pp. 677-704.

² Eurípedes Simões de Paula. *O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev* (Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, XXVI). São Paulo: USP, 1942 (devo esta informação ao prof. Carlos Roberto Nogueira, a quem agradeço).

³ Hilário Franco Júnior e Mário Jorge da Motta Bastos. “L’Histoire du Moyen Âge au Brésil”. *Études & Travaux*. Publication du Centre d’Études Médiévales (Auxerre), n.º 7, 2002-2003, pp. 126-127.

⁴ Ivone Marques Dias. “Perspectivas da pesquisa de História Medieval no Brasil”. In: Maria Eurydice de Barros Ribeiro (org). *Anais da II Semana de Estudos Medievais*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994, p. 49. Tal suspeita pesou especialmente sobre Eremildo Viana, catedrático da Universidade Federal do Rio de Janeiro e responsável pela disciplina de História Antiga e Medieval nos anos 1960 e 1970. Ver José Luiz Werneck da Silva. *A deformação da história ou para não esquecer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

⁵ Nachman Falbel. *A luta dos espirituais franciscanos e sua contribuição para a reformulação da teoria acerca do poder papal*. Tese de doutoramento em História social. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. O tema da tese veio a ser publicado no livro do mesmo autor intitulado *Os espirituais franciscanos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

⁶ Trata-se da tese de Ana Paula Tavares Magalhães. *Contribuição à questão da pobreza na Arbor Vitae Crucifixa Iesu de Ubertino de Casale*. Tese de doutoramento em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2003.

⁷ Victor Deodato da Silva. *A legislação econômica e social consecutiva à Peste Negra de 1348 e sua significação do contexto da depressão do fim da Idade Média*. Tese de doutoramento em História social. São Paulo: FFLCH-USP, 1970.

⁸ Victor Deodato da Silva. *Cavalaria e Nobreza no fim da Idade Média: a crise do combatente montado*. Belo Horizonte, MG: Editora Itatiaia, 1990.

⁹ Jônatas Batista Neto. *As viagens de Chaucer à Itália*. Tese de Doutoramento em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 1977.

¹⁰ José Roberto de Almeida Mello. *A insularização da monarquia angevina e a formação da nação inglesa, séculos XIII-XV. Vistas através de canções e poemas políticos*. Tese de doutorado em História social. São Paulo: FFLCH-USP, 1978.

¹¹ José Roberto de Almeida Mello. *As duas faces de um soberano: Ricardo II na literatura de seu tempo*. Tese de livre-docência. São Paulo: FFLCH-USP, 1982.

¹² Hilário Franco Júnior. *Peregrinos, monges e guerreiros: feudo-clericalismo e religiosidade em Castela Medieval*. Tese de doutoramento em História social. São Paulo: FFLCH-USP, 1988 (Publicada pela Editora Hucitec, São Paulo, 1990).

¹³ Carlos Fico & Ronald Polito. *A História no Brasil: elementos para uma avaliação historiográfica (1980-1989)*. Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 1992-1994, 2 vols.

¹⁴ Entre outras, ver Ramon Lull. *O livro da Ordem de Cavalaria*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2000; *O livro dos anjos*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2002; *Testemunhos da História: documentos de História Antiga e Medieval*. Vitória, ES: EDUFES, 2002.

¹⁵ Endereço eletrônico: <www.ricardocosta.com>.

¹⁶ *Estudos de História* (UNESP, Franca), volume 8, n.º 2, 2002.

¹⁷ *Instituições e poder no medievo*. Revista *História: Questões e Debates* (UFPR, Curitiba), n.º 37, 2002.

¹⁸ *Estudos sobre a Idade Média Peninsular*. Anos 90: Revista do PPG em História da UFRGS (Porto Alegre), vol. 16, 2002.

¹⁹ *O saber na Idade Média. Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UNB*, vol. 9 n.º 1/2, 2001.

²⁰ As principais publicações do grupo são: Maria Eurydice de Barros Ribeiro (org). *Anais da II Semana de Estudos Medievais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994; *A vida na Idade Média*. Brasília: Editora da UNB, 1997.

²¹ Endereço eletrônico: <www.ifcs.ufrj/~pem>.

²² Entre suas publicações estão: *Atas da IV Semana de Estudos Medievais da UFRJ*. Rio de Janeiro: PEM/UFRJ, 2001; *Atas do ciclo A tradição monástica e o franciscanismo*. Rio de Janeiro: PEM/Ed. Vozes, 2003.

²³ Endereço eletrônico: <www.grupodeestudosmedievais.cjb.net>.

²⁴ Marcelo Cândido da Silva. *A idéia de Estado na Alta Idade Média Ocidental: o Regnum Francorum entre os séculos V e VIII*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

²⁵ Marcelo Cândido da Silva. *Reges pro publicis utilitatibus. Le problème de la légitimité royale de Clovis à Clotaire II* (fin Ve - début VIIe siècle). Thèse de doctorat. Lyon: Université de Lyon, 2002.

²⁶ José Roberto de Almeida Mello. "O pesquisador em história medieval e o público brasileiro". In: Maria Eurydice de Barros Ribeiro (org). *Anais da II Semana de Estudos Medievais*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994, p. 45.

²⁷ Hilário Franco Júnior e Mário Jorge da Motta Bastos. "L'Histoire du Moyen Âge au Brésil", p. 129.

²⁸ Entre suas obras, estão: *O diabo no imaginário cristão*. Bauru, SP: EDUSC, 2000; *Bruxaria e história: as práticas mágicas no Ocidente cristão*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

²⁹ Entre as obras que organizou, convém mencionar: *Lógica e linguagem na Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995; *Idade Média - Ética e Política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996; *A recepção do pensamento greco-romano, árabe e judaico pelo Ocidente Medieval*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

³⁰ Lênia Márcia Mongelli (org). *A literatura doutrinária na Corte de Avis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

³¹ Hilário Franco Júnior. *As utopias medievais*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

³² Hilário Franco Júnior. *A Eva Barbada: ensaios de mitologia medieval*. São Paulo: EDUSP, 1996. Prefácio de Jean-Claude Schmitt.

³³ Hilário Franco Júnior. *Cocanha: as várias faces de uma utopia*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

³⁴ Hilário Franco Júnior. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Prefácio de Jacques Le Goff. Tradução italiana: *Nel paese di Cuccagna. La società medievale tra il sogno e la vita quotidiana*. Roma: Città Nuova, 2001.

³⁵ Endereço eletrônico: <www.abrem.org.br>.

³⁶ Daí resultou a publicação de um catálogo das fontes primárias editadas relativas ao medievo, localizadas nos acervos das principais bibliotecas brasileiras. Lênia Márcia Mongelli (org). *Fontes primárias da Idade Média: séculos V-XV*. São Paulo: ABREM; Cotia, SP: Ed. IBIS, 1999. 2 vols.

³⁷ Signum: Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais (São Paulo). Vol. 1, 1999; vol. 2, 2000; vol. 3, 2001; vol. 4, 2002; vol. 5, 2003; vol. 6, 2004, vol. 7, 2005.

³⁸ José Rivair Macedo. *Os estudos medievais no Brasil: catálogo de dissertações e teses - filosofia, história, letras* (1990-2002). Porto Alegre: EDUFRGS, 2003. Tal publicação encontra-se disponibilizada no seguinte endereço eletrônico: <www.abrem.org.br/publicacoes.htm>.

³⁹ Luís Weckmann. *La herencia medieval del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

⁴⁰ Ligia Vassalo. *O sertão medieval: origens européias do teatro de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1993.

⁴¹ Márcia Janete Espig. *A presença da gesta carolíngia no movimento do contestado*. Canoas, RS: Ed. da Ulbra, 2003.

Mercato e moneta nella costruzione francescana dell'identità politica. Il caso catalano-aragonese*

di Paolo Evangelisti

1. *Identità politica e costruzione comunitaria*

Wittgenstein, nel suo *Tractatus logico-philosophicus*, afferma perentoriamente che «dire di due cose che esse sono identiche non ha alcun senso, e dire che una cosa è identica a sé stessa non aggiunge uno yota [a ciò che sappiamo] su di essa»¹. Questa impostazione filosofica traccia un percorso obbligato per chiunque voglia impiegare il lessema dell'identità come categoria ermeneutica e di semantica storica. L'utilizzo della nozione identitaria passa infatti per una sua necessaria decostruzione e implica la necessità di considerare l'identità non come un dato naturale, ma come un processo sempre incompiuto, cioè il risultato dinamico di una costruzione individuale o comunitaria. Utilizzo qui il termine comunitario nella sua accezione più neutra, al di fuori di ogni curvatura comunitarista, o tönnesiana, semmai con un debito di riconoscenza alla *Vergemeinschaft* weberiana.

La problematicità dell'utilizzo scientifico della nozione identitaria non può tuttavia arrestarci nell'esplorazione dei percorsi e delle radici di questo lessema dotato di una straordinaria vitalità, medievale e contemporanea, che alligna nei territori e nei paradigmi discorsivi della politica, così come in quelli della sociologia e dell'etno-antropologia. La medievistica e la filosofia politica del XIX e del XX secolo sono tornate con insistenza, da diverse prospettive storiografiche e anche per ragioni ideologiche, a indagare il nodo classico che connette formazione identitaria e costituzione di comunità politiche, interrogandosi sui ruoli svolti da componenti fondamentali della costruzione comunitaria: l'*ethnos*, le forme della strutturazione sociale, l'idioma o gli idiomi comunitari, i codici giuridici, l'*ethos* condiviso in cui svolge un ruolo fondante il cristianesimo, anche come religione civile.

Ma l'architave concettuale e funzionale identitaria che sostiene la costruzione di comunità politiche, di linguaggi, istituzioni e norme che la solidificano, si definisce e si rafforza – nel Medioevo europeo – anche attraverso l'attingimento di risorse concettuali, di codici autorappresentativi che maturano nell'universo linguistico utilizzato per connotare e legittimare gli spazi dell'agire economico, mercantile e finanziario. Questo universo linguistico – così come le etiche e le pedagogie proposte a chi è, o ha diritto di accedere, allo spazio dello scambio e del mercato (il *dominus* territoriale, il mercante, le *societates* finanziarie e caritative, gli Ordini monastici e religiosi nella loro dimensione di imprese economiche a largo spettro) – svolge un ruolo essenziale, divenendo potente fattore cofondativo dell'identità comunitaria in specie nelle *civitates* e negli stati territoriali del Mediterraneo medievale. Lì la crescita identitaria, il rafforzamento politico delle comunità e delle istituzioni civili, passa attraverso la strutturazione di un linguaggio politico che trova nei codici rappresentativi dell'agire economico e mercantile paradigmi di legittimazione e di coesione di notevole interesse, anche sotto il profilo dell'alchimia e dei dosaggi con cui interagiscono con gli altri fattori costitutivi della costruzione identitaria.

Specchio privilegiato per indagare questo universo linguistico è – si direbbe quasi scontatamente – la testualità che con maggior consapevolezza teorica ha pensato la povertà come povertà volontaria, come codice di autodominio, come metodo di utilizzo non proprietario dei beni e delle ricchezze all'interno e all'esterno del proprio Ordine, lungo gli ultimi tre secoli del Medioevo. In questo contributo il discorso sarà necessariamente esemplificativo di un territorio e di un ceto intellettuale. Si prenderà in considerazione un'area particolarmente dinamica in termini di economia e di sperimentazioni politico-istituzionali, quella compresa nello spazio geo-politico della corona catalano-aragonese e, sostanzialmente, tre "autori" appartenenti orgogliosamente al mondo francescano due-quattrocentesco: Arnau de Vilanova, Ramon Llull e Francesc Eiximenis².

Si tratta di figure politico-religiose le cui biografie uniscono una acuta propensione all'analisi e alla progettualità politica nei confronti delle istituzioni aragonesi, dalla Sicilia a Valencia, a una riconosciuta e autorevole funzione consiliativa esercitata nei consessi istituzionali cittadini e di corte. A margine, ma non troppo, notiamo che questi "autori" – e segnatamente Llull ed Eiximenis – scelgono di veicolare la loro produzione etico-politica e consiliativa non solo in latino, ma nei volgari parlati nei territori in cui operano, volgari che proprio in quell'arco cronologico vengono a definirsi come codici linguistici e idiomi identitari. Siamo dunque di fronte a una testualità in cui l'elemento teorico si salda a un obiettivo progettuale alimentato da pratiche discorsive e argomentative che, di necessità, elaborano o rielaborano codici retorici, strategie persuasive, percorsi di legittimazione immediatamente misurabili nella loro operatività e funzionalità in quanto produttori di istituzioni, di norme giuridiche, di concrete scelte politiche.

All'interno di questo saggio non si potrà esporre sistematicamente la ricchissima serie di riscontri che misurano, sul piano immediatamente po-

litico e normativo, quanto i tre esponenti del mondo francescano, così come altre decine di Minori operanti nelle corti e nei consigli della confederazione aragonese, vennero argomentando in testi e in omelie scritte e pronunciate tra Palermo e Barcellona, tra Napoli e Valencia. Si offre qui, come mero dato indicativo di questa realtà, l'evidenza numerica della presenza dei Minori e degli appartenenti al mondo francescano all'interno delle istituzioni presenti in quel quadrante geopolitico: nel periodo compreso tra il regno di Pietro III (1276-1285) e quello di Alfonso il Magnanimo (1416-1458) essi furono almeno cinquantasei, ai quali vanno aggiunti altri sessantatre attivi presso la corte siciliana nel periodo compreso tra il 1288 e il 1406, un dato quantitativo che esclude sia i titolari di mere dignità ecclesiastiche sia il rinnovo di cariche consiliative attribuite a Minori in seguito all'avvicendamento sul trono dei sovrani. La faccia complementare di questo dato si riscontra misurando i legami che connettevano re e conti-re al mondo francescano: nel periodo compreso tra il regno di Giacomo I (1213-1276) e quello di Giovanni II (1458-1479) il sessantaquattro per cento degli esponenti delle dinastie regali e comitali furono legati al mondo francescano avendo stabilito rapporti diretti di tipo consiliativo con essi, avendo indossato l'abito francescano o scelto di farsi seppellire in un convento dell'Ordine, dunque facendo di questa appartenenza e di quei rapporti consiliativi segni distintivi della Corona e del potere.

Se identità e differenza sono atti comunicativi e formule simboliche creati e ricreati nel tempo e nei contesti di cultura e non di natura credo che, anche metodologicamente, un'osservazione più circostanziata di questa testualità francescana possa essere di grande profitto. È una proposta di decodificazione testuale che viene qui utilizzata anche come embrionale banco di prova applicativo, costruito sulla scorta di suggestioni provenienti da quattro scuole teoriche: la *Begriffsgeschichte*, gli studi skinneriani e pocockiani, le analisi di Koselleck, utilizzando inoltre due interessanti messe a punto proposte da Melvin Richter e Sandro Chignola nella seconda metà degli anni '90³.

2. *Il triangolo vilanoviano: rex iustus, moneta affidabile, credibilità del mercato comunitario*

Arnau de Vilanova, impegnato direttamente nella costruzione e nel rafforzamento delle istituzioni e del progetto politico della corona siciliana di Federico III, «rex Trinacriae», scrive, a cavaliere tra Due e Trecento, una serie di trattati etico-pedagogici per la corte in cui la codificazione del modello regale come modello politico ed etico dell'intera comunità siciliana assume un ruolo centrale. Un re e una corte investiti da Arnau del compito di incarnare e praticare una prassi pauperistica e cristomimetica, che inveri e affermi la «veritat evangelical», il «ver cristianisme» in un *hic et nunc* geo-politicamente determinato.

Arnau, nell'*Allocutio Christini*, definisce «rex iustus» chi è capace di esercitare una giurisdizione non solo equa, ma equitativa, attenta in par-

ticolare alle esigenze dei *pauperes*, ma anche strumento di governo della società:

il principe giusto deve essere amato poiché egli dà a ciascuno ciò che gli spetta. Egli infatti rispetta e premia i buoni, mentre corregge i viziosi... e i malvagi, poiché sono incorreggibili, vengono da lui banditi e separati dal popolo come fossero membra infette⁴.

Nel suo testo gli irredimibili, i «malitiosi», sono innanzitutto coloro che non utilizzano correttamente le proprie ricchezze. Ecco perché la giustizia regale, tesa in primo luogo al rafforzamento del vincolo comunitario, è giusta quando interviene a confiscare le quote di patrimonio dei «divites» che con quel comportamento dimostrano di non essere più leali con la cosa pubblica. Reimmettendo queste risorse private nel circuito della ricchezza pubblica, il governante offre allora un doppio servizio alla comunità: le rende disponibili ai *cives-fideles* e le sottrae a un uso che non rispondeva più ai fini della cosa pubblica, anzi si poneva esplicitamente contro la *res publica*.

Ancor più rilevante è la scelta arnaldiana di far precedere queste considerazioni sugli strumenti giudiziari attivati per il consolidamento comunitario da una lunga riflessione in cui la distinzione tra *rex* e *tyrannus* si svolge tutta sul filo di una critica rivolta a quei governanti che adulterano il valore della moneta del regno. Un atto che per Arnau è condannabile in quanto viene meno al principio caritativo che deve sostenere l'azione di governo del *rex* e la stessa comunità dei *cives-fideles*.

Ciò che appare intollerabile e dunque rende tirannico quel comportamento, qualificabile come vero e proprio furto ai danni della *res publica*, è il fatto che quell'atto mina due volte la struttura della comunità. Esso la priva di risorse proprie e, compromettendo la credibilità del mezzo di scambio riconosciuto, compromette la fiducia comunitaria. Sicché la diminuzione del titolo della moneta è considerato un atto condannabile non come fatto in sé, ma in quanto avvenuto nel segreto, vale a dire compiuto al di fuori di una valutazione comunitaria e a prescindere da quell'orizzonte di «utilitas publica» che contempla anche il pieno diritto al guadagno finanziario:

il principe che adultera il titolo della moneta per far crescere i propri patrimoni personali commette un furto e conia quella moneta con l'inganno poiché in modo occulto depauperava i suoi e li spoglia dei beni preziosi. Non si è mai dato, infatti, che la pubblica utilità venisse perseguita adulterando il titolo della moneta né che [seguendo questo metodo] qualcuno potesse arricchirsi⁵.

Da questo incrocio di motivazioni espresse da Arnau emerge con nettezza come a fondamento etico della comunità siciliana vi sia un discorso politico che pone al centro l'analisi del mercato, inteso quale struttura comunitaria cristiana fondata sulla fiducia reciproca tra i soggetti ammessi a parteciparvi. Una prima conclusione del ragionamento arnaldiano circa questo gravissimo delitto comunitario ruota infatti intorno alla necessità che il governante «giusto» conquisti o riattivi quel circuito fiduciario che gli consente di contare su una rinnovata circolazione delle ricchezze dei sudditi. Ad Arnau è ben chiaro che esiste un nesso inscindibile tra disponibilità dei *fideles* a rendere nuo-

vamente utilizzabili le proprie risorse a fini pubblici e la realizzazione di un consenso basato sulla ricostruzione di un capitale immateriale fatto di fiducia e credibilità:

infatti i sudditi mettono volontariamente in comune con il principe giusto tutti i beni, seguendo la verità che mantiene fermi nella mente di ciascuno la fedeltà e la legalità [«legalitas»], nella parola la promessa, nelle opere il compimento di ogni azione⁶.

Nella sua assertività e nella sua chiarezza tale conclusione dimostra che la concezione comunitaria di questo *vir evangelicus* è imperniata su un progetto in cui le regole dell'istituzione politica e quelle del mercato rivelano forti interconnessioni. Si potrà in effetti constatare come il nucleo teorico e argomentativo utilizzato per la legittimazione del governo sia basato sulla definizione di metodi e sulla qualificazione di rapporti che riguardano la corretta gestione dei beni sul mercato: ciò vale tanto per le riflessioni sulla giustizia e la giurisdizione del buon sovrano cristiano, quanto per quelle che definiscono il rapporto triangolare tra «rex iustus», moneta affidabile e credibilità del mercato comunitario.

La specifica ed esclusiva legittimazione del re compiuta nell'*Allocutio Christini*, che deriva per contrasto dalla qualificazione tirannica e non cristiforme del monarca che si rende responsabile dell'alterazione del titolo della moneta⁷, è allora rilevante non tanto all'interno di una pur interessante rideclinazione della tassonomia politica "aristotelica" dei legittimi governanti, ma per l'attenzione particolare circa il danno fiduciario che tale atto sovrano determina nei confronti di quella doppia e per molti versi sovrapponibile comunità di *fideles*, al tempo stesso membri del regno e attori di un mercato che non può funzionare al di fuori di un ambito di credibilità e reciprocità fiduciaria.

Questa stessa posizione viene ripresa e ribadita in un altro testo (il *Raonament*) all'interno di una riflessione che ha al centro la qualificazione del *princeps* "umano" e "angelico", considerato come colui che è tenuto ed è in grado di governare per la «pública hutilitat». Definita per contrapposizione, questa qualificazione del *princeps* enfatizza in modo particolare un contenuto essenziale in cui si concretizza la *publica utilitas*: il principe che agisce contro di essa, che «non è capace di valutare ciò che arreca vantaggio e ciò che nuoce alla *publica utilitas* («no sab conèixer o jutyar què profita o nou a la pública hutilitat»), è colui che accetta le proposte di quei consiglieri «ignoranti e perversi» che lo invitano «a cambiare di frequente la moneta e ad alterare il suo titolo» («mudar moneda e minvar sovén la lig de la primera») o, ancora, a procedere a una frequente coniazione di nuove monete. La tipicizzazione del principe che interviene ad alterare il mezzo di scambio per eccellenza su cui deve convergere la fiducia comunitaria ne fa automaticamente un sovrano condannabile, un sovrano che incarna – sono parole di Arnau – uno dei più gravi «desordonaments». Tale «desordre» è un comportamento di cattivo governo che va contro il «profit del regne» e reca pregiudizio alla «veritat evangelical», al «christianisme»⁸. Si tratta di una condanna evangelico-politi-

ca che Arnau torna a ribadire in uno dei suoi testi dichiaratamente pedagogici, l'*Ars Catholicae Philosophiae* scritta nel 1302, dove si qualifica come la peggiore delle estorsioni non quella manifesta, bensì quella dell'adulterazione del titolo della moneta pubblica⁹.

Siamo così di fronte a una precisa funzionalizzazione di quella fusione terminologica e concettuale tra i due sintagmi cardine del lessico arnaldiano: «*veritat evangelical*» e «*utilitat pública*». Essa va tenuta in attenta considerazione anche perché, attraverso la condanna del *princeps* incauto e incapace di valutare le conseguenze dell'alterazione della moneta, si connette a un dibattito teorico-politico ed economico di respiro europeo che troverà solo negli anni successivi importanti sviluppi, evidenti in una sequenza testuale che va dal *De potestate monetarum* di Nicolò Oresme della prima metà del XIV secolo sino alle riflessioni di Gabriel Biel, scritte circa cento anni dopo e contenute in particolare nel *De monetarum potestate*¹⁰.

Non sfugge qui come il testo arnaldiano, sottomettendo al criterio dell'*utilitas publica* e della verità evangelica la questione dell'alterazione della moneta, stabilisca un vincolo stretto e inderogabile tra la scelta del *princeps* e le esigenze della comunità. Benché tale vincolo, a differenza di Oresme e di Biel, non si espliciti in una compiuta teoria del consenso comunitario come passaggio indispensabile per procedere alla svalutazione della moneta, nell'argomentazione arnaldiana vale a discriminare il *rex* dal *tyrannus* proprio in ragione della sua mancata subordinazione al principio dell'*utilitas publica*¹¹.

Corollario tutt'altro che secondario. Con il passaggio dell'*Allocutio Christini* che condanna il *princeps* defraudatore del titolo della moneta in quanto autore di una scelta compiuta nel segreto, Arnau viene ad ammettere una liceità della svalutazione attraverso un percorso di pubblicità e di condivisione comunitaria che si fonda ancora una volta sull'*utilitas publica*¹², ovvero su una eventuale, e proceduralmente riscontrabile, *necessitas publica*. Un requisito che in termini teorici era oggetto di importanti riflessioni tra chi si interrogava sulla legittimità delle imposizioni fiscali ordinarie e straordinarie da parte dei *domini*. Ci si riferisce a un arco testuale e cronologico che scorre da Pietro Cantore a un francescano di vaglia come il minorita Astesano di Asti¹³.

Anche per questa via dunque le opere arnaldiane risultano essere componenti di primo piano di una testualità che, su scala europea, viene verbalizzando ed sperando la dimensione comunitaria dei cristiani come comunità civica e politica e come comunità di *fideles*-contraenti. Ed è in questa prospettiva che si dovrebbero riconsiderare tutti quei passi vilanoviani, ma anche lulliani, nei quali le risorse monetate di ogni *fidelis* e quelle del *princeps*, divengono oggetto di una valutazione e di una funzionalizzazione comunitaria che non le sottrae ai legittimi detentori, ma le e li vincola a un utilizzo variabile e graduato per il bene comune.

È di tutta evidenza insomma che Arnau riconosce nella moneta un segno e un simbolo della fiducia reciproca tra contrattanti e contraenti che deve essere tutelata nel suo valore immateriale di identità e di identificazione comunita-

ria. Spetta al sovrano angelico, che anche nelle pratiche di governo finanziario deve incarnare la *paupertas* volontaria e cristomimetica, essere il garante di questo circuito fiduciario. Un circuito che ha appunto nella moneta la sua cifra unificante e coesiva, nelle procedure pubbliche del suo apprezzamento la legittimazione propria e inderogabile. Ma si può anche constatare come queste strategie discorsive mettano in concorrenza sul piano della stessa sovranità i tre attori principali di quella comunità evangelica, pauperista e caritativa: il monarca, la comunità, la moneta.

3. *Ramon Llull: il mercante come paradigma della comunità politica e dei suoi governanti*

Prima di misurare le declinazioni tardorecentesche di un discorso identitario che, anche in Eiximenis, rende coesa e solida una comunità che sa riconoscersi come circuito e spazio legittimo di scambi fiduciari, caritativi e cristiani, occorre soffermarsi su un anello testuale assai corposo della riflessione pauperistica nei territori aragonesi e mediterranei: Ramon Llull.

Un esponente che molta storiografia catalana e catalanista considera padre fondatore dell'identità linguistica e culturale della comunità aragonese medievale e contemporanea, ma continua a stupirsi, quando se ne accorge, di alcuni "curiosi" passaggi dei suoi testi circa il mercante e il mercato, circa inspiegabili parallelismi tra il modello largitivo e caritativo di Cristo crocifisso e la legittimazione della figura del *mercator*¹⁴. Lo spessore intellettuale, la spiccata sperimentality dell'arte lulliana, la sua rivendicata identificazione con il mondo francescano, l'uso stesso che della sua francescanità è stato fatto da una plurisecolare produzione storiografica, la sua incoercibile e inappagabile attività politico-consiliativa esercitata presso le corti aragonesi, ma anche nei confronti della monarchia francese e del Papato, sono i principali elementi fattuali che impongono una sua presa in considerazione in questa sede.

Con un grado di consapevolezza teorica, e con una indubbiamente più cospicua attrezzatura culturale, Llull, insieme ad Arnau de Vilanova, rappresenta uno dei più significativi uomini di corte del periodo Due-Trecentesco. Come e meglio di Arnau il suo sforzo teorico in direzione del rafforzamento di una identità cristiana incarnata e inverata nella comunità politica, economica e militare catalano-aragonese è – anche attraverso i paradigmi evangelici e pauperistici di cui è imbevuto per i tramiti francescano e domenicano – davvero cospicuo.

Tanto nei suoi testi "artistici" che nelle opere pedagogiche scritte per i regnanti aragonesi, così come nei suoi trattati crociatistici, il ruolo connotativo e qualificativo assegnato al mercante come modello comunitario risalta, anche per le modalità retorico-argomentative che Llull impiega. I luoghi topici in cui la perfetta comunità aragonese si progetta e si invera come spazio mercantile, fiduciario e caritativo sono molti. Nel capitolo del *romanç d'Evast e Blanquerna* dedicato a illustrare quale sia la vera povertà, Llull definisce il mercante cittadino come un autentico modello comunitario¹⁵, esplicitamente

proposto all'intera comunità catalana¹⁶. Si tratta di un modello di vita cristiana capace di attuare, giorno dopo giorno, i valori evangelici della povertà volontaria e della «caritat»¹⁷. Nello stesso tempo questa pratica di vita, fatta di accortezza e di autocontrollo¹⁸, si dimostra essere una vera e propria abilità tecnico-gestionale, in grado di moltiplicare un capitale che trova la sua legittimità etica in quanto capitale sociale. Un capitale che deve consentire all'impresa commerciale – impersonata e posseduta, in quest'opera, dal mercante caritatevole Evast e da sua moglie Aloma – di continuare a consolidarsi e, insieme, essere utilmente impiegato in un circuito comunitario esclusivamente cristiano¹⁹.

Questa istanza pedagogica, etica e legittimante si compie del tutto naturalmente all'interno di un capitolo dedicato alla «pobrea», fatta slittare sul piano semantico da un generico comportamento virtuoso a un preciso contenuto tecnico di povertà utile, incarnato da una corretta prassi mercantile. Se si connette questo capitolo alla dettagliata descrizione con cui la coppia Evast-Aloma converte sé stessa e la propria impresa commerciale in un soggetto della circolazione sociale della ricchezza²⁰, emerge in modo chiaro ciò che Lull intende proporre non solo come corretta pratica cristiana della ricchezza, ma come modello di vita che garantisce la fama e la reputazione interna ed esterna della comunità.

Ciò si realizza sin dall'inizio di quest'opera pedagogica che mette al centro dell'organizzazione sociale le scelte esemplari di una famiglia mercantile. La coppia Evast-Aloma assume infatti una funzione paradigmatica, avendo adottato una specifica «regla» di vita evangelica caritativa e venendo descritta con questi due passaggi: «L'intera città si era modellata sulla buona regola di Evast e Aloma»²¹ e «a motivo della vita retta, del buon esempio e della buona condizione di Evast e Aloma l'intera comunità cittadina aveva acquisito un maggior valore poiché tanto gli uomini di condizione laica quanto i religiosi attingevano da essi il buon esempio e un corretto stile di vita; dappertutto gli uomini di quella comunità cittadina erano amati, onorati e rispettati... gli uomini e le donne trovavano in Evast e Aloma consiglio, disponibilità e sollievo per i loro bisogni»²².

La consapevolezza di questo ruolo, che pone la pratica della buona e competente mercatura all'apice della struttura comunitaria, viene riproposta nelle parole di Evast quando afferma contestualmente la preminenza e la funzione di orientamento esercitato dalla coppia modello non solo tra e sui laici, ma su coloro che appartengono agli ordini religiosi, anzi, più in generale sui e tra i consacrati: «axí com per bona vida som estats fins ací llum e doctrina a aquells qui estan en ordre de matrimoni [i. e. lo stato laicale]... axí per sanctedat de bona vida donem exemple d'ací avant a aquells qui estan en ordre de religió»²³.

Ma nel percorso di pedagogia lulliana – che trova da questo punto di vista indicazioni importanti anche nella *Doctrina Pueril* – si scala una vetta ulteriore, giungendo alla esemplificazione del mercante come modello proposto in contemporanea alla comunità e allo stesso re, Giacomo II. In un paragrafo

dell'*Arbor scientiae*, il *De arte mercimoniae*, e nei capitoli 243 e 280 dei *Proverbis de Ramon* è il mercante cristiano, e solo il mercante cristiano, a divenire autentico paradigma della società dei *fideles* e, insieme, punto di riferimento per il sovrano destinatario – con i suoi figli – dei *Proverbis* lulliani «ut regnare sciant».

Pur essendo questi testi parti integranti di una testualità francescana²⁴ che si è confrontata con la validazione delle pratiche e dello statuto del mercante cristiano già da qualche decennio, ciò che rileva è l'estensione delle funzioni paradigmatiche assegnate dal Maiorchino a quel *mercator*. Il mercante non è solo il migliore e più affidabile conoscitore dei mercati interni e stranieri, ma è l'interprete competente dei bisogni economici della comunità, è colui che è in grado di soddisfare una domanda di beni non limitata, tomisticamente, al livello di autosufficienza della cosa pubblica, ma utilmente ampliata alle esigenze di benessere manifestate, individualmente e collettivamente, da quella *res publica* di *fideles*²⁵. Ancora, il mercante cristiano è considerato dal Beato maiorchino non solo il più sottile e sagace conoscitore dell'arte della compravendita, ma è un vero e proprio modello nella capacità di saper spendere, dunque di cifrare in sé stili di consumo ai quali l'intera comunità, e *in primis* il sovrano, debbono guardare²⁶.

L'istanza etica lulliana è dunque chiara: il mercante competente, che maneggia merci e denaro cristiani, costituisce un modello di razionalità dell'azione e della pratica economica. Egli deve valere come paradigma e come attore della *res publica*, nel governo delle risorse così come nell'arte di governo.

4. *Francesc Eiximenis: i capitali materiali e immateriali di un'identità comunitaria in costruzione*

Se ci si sposta di qualche decennio a leggere i testi di Eiximenis, frate Minore e «magister» in teologia, si può verificare da vicino quali siano gli spazi concettuali e valoriali, ormai occupati stabilmente nell'edificio identitario e comunitario aragonese, da parte del lessico codificante gli spazi di legittimità del mercato e dei suoi attori.

Nel *Regiment de la cosa pública*, un testo scritto come un autentico codice identitario per la comunità del regno e della città di Valencia – funzione certificata dalla delibera che stabilisce di incatenare il *Regiment* su un banco della sala consiliare della capitale, sede politica per eccellenza del Regno – Eiximenis traccia un'organica tassonomia valoriale per cementare la coesione e il rafforzamento dell'*ethos* comunitario valenciano. Il varco retorico – apparentemente consueto – attraverso il quale Eiximenis si approssima al suo precipuo progetto comunitario ruota attorno al concetto di «bene della comunità» che si precisa significativamente con due notazioni. Da un lato esso si realizza attraverso la dedizione totale alla *res publica*, mantenendo sempre distinti il patrimonio pubblico dalla sfera privata di chi lo gestisce o lo amministra. Dall'altro una posizione eiximeniana ribadita più volte afferma la necessità di considerare come vero e proprio patrimonio pubblico non solo il

denaro della comunità, ma l'esercizio del governo e della politica, patrimonio indisponibile a gestioni di tipo privatistico²⁷.

Nel lessico eiximeniano il bene della comunità è, semanticamente e letteralmente, equivalente ai sintagmi «profit de la cosa pública» e «profit comù». Il «profit de la cosa pública» è un bene immateriale e un valore della comunità puntualmente declinato in un senso assai concreto: esso si persegue combattendo qualsiasi comportamento di oziosità, di indifferenza nei confronti dei fini e degli obiettivi della comunità, di indisponibilità a lavorare per essa. L'eliminazione degli inutili e degli improduttivi, che non possono tecnicamente godere dei diritti di appartenenza alla «ciutat» e del bene comunitario, è una delle tre prassi di governo definite da Eiximenis come «sobiranament», «fort profitos» e «conservatives» della cosa pubblica.

Su questo punto il Minore è molto chiaro: il diritto di stare nella *res publica* è direttamente connesso all'esercizio di un'attività svolta nell'interesse della cosa pubblica. Chi si sottrae a questo dovere viene privato della cittadinanza, non viene riconosciuto come membro della *res publica* e va allontanato dalla comunità²⁸. «Balbus, filosofo occidentale – afferma Eiximenis – consiglia tutti i re di creare una città con tutti gli oziosi del loro regno» realizzando così un vero e proprio ghetto dove tutti gli inutili vengono confinati, e «giustamente quella città» potrà venir chiamata la «città dei dolenti». È in questo perimetro teorico-politico, in cui la fedeltà alla comunità si misura direttamente sulla base della produzione della ricchezza e dello sviluppo che ognuno può fornire a quel «corpo civile», che viene a comprimersi significativamente lo spazio destinato all'esercizio della mendicizia, limitato ai soli poveri «che sanno essere poveri veramente, avendo manifeste necessità», poveri riconosciuti quindi dalla comunità e dall'autorità politica chiamata a esercitare un controllo penetrante sulle reali condizioni dell'indigenza di ciascuno. Solo questi poveri autorizzati e «capaci di vivere la povertà» potranno chiedere l'elemosina esibendo un segno di riconoscimento per l'esercizio di questo diritto. Essi, riconosciuti per via pubblica, svolgeranno per l'intera città un ruolo civile: «vedendo le loro miserie», infatti, «la gente» sarà spronata non solo a guadagnare, ma «imparerà a guadagnare meglio, a conservare i propri beni, a esercitarsi a essere utile alla comunità nei propri compiti per non cadere vittime di quella miseria», incarnata ed esibita dai poveri riconosciuti. Tutti i poveri non riconosciuti, vale a dire quelli che manifestamente potrebbero riscattarsi dal loro stato di indigenza attraverso il lavoro o, si badi bene, la messa a frutto dei loro capitali, dovranno essere banditi dalla città al pari di chi esercita in modo anticomunitario la professione del mercante, del sensale, e di tutti coloro che svolgono attività giudicate incompatibili con il benessere, la credibilità, lo sviluppo e la sicurezza della *res publica*.

Più in generale l'asse intorno al quale ruota l'argomentazione eiximeniana e la struttura retorica espressa nello spettro semantico dell'«utilitat-profit» della cosa pubblica si fonda sulla necessità di adottare comportamenti basati sulla «fealtat» alla comunità, su un rapporto leale («llealtat») di ciascun *civis* con gli obiettivi del governo e della politica della cosa pubblica²⁹. Questo asse

argomentativo è fortemente potenziato con l'utilizzo del sintagma «profit de la cosa pública», presentatoci dal Gerundense come fine stesso della comunità e fatto coincidere con il bene di Gesù Cristo, al punto che esso viene definito «opera di Cristo». I tratti distintivi e i valori unificanti della comunità valenciana, intesa non solo come città ma come Regno³⁰, sono quelli di una comunità fondata sulla *caritas* e sulla *fidelitas*, sulla produttività e lo sviluppo della ricchezza, sul rifiuto del criterio dell'autosufficienza della comunità, sulla capacità di accoglienza dei mercanti anche stranieri.

Se si pone attenzione agli elementi di forza, alle mediazioni simboliche su cui Eiximenis punta per il consolidamento della comunità, si noterà come in tutto il suo *Regiment* risulti assente l'elemento dell'*ethnos*, o, per utilizzare un termine che fonda l'identità comunitaria castigliana già all'epoca di Alfonso X, la «naturaleza». Nella produzione testuale di quella corte la «naturaleza» traduceva e incarnava quello stretto legame tra gli uomini e con il luogo da dove essi «discendono, sono nati e si sono radicati»³¹. Un concetto questo che verrà a saldarsi con quello, attribuito a Sancho IV, del re come «sennor natural» e con una chiara distinzione negativa che rifiuta chi proviene da un altro territorio, già evidente in Alfonso X³². La conferma di tale specifica posizione eiximeniana ci viene dagli stessi parametri dell'orgoglio comunitario e dell'«amor patrio» messi in campo dal frate. La lingua valenciana viene esaltata dal Gerundense ricorrendo non al criterio della «purezza», ma valorizzando la capacità di accogliere prestiti da diversi idiomi che la fanno migliore e più dolce:

in questo regno si parla una lingua composta da molte lingue... da ciascuna di esse ha trattenuto la parte migliore, mentre ha scartato i vocaboli più aspri e sgradevoli, utilizzando quelli migliori³³.

La forza del Regno e la sua identità si fondano anche su altri elementi, ancorati a una dimensione propriamente politica, a quella che il dizionario eiximeniano qualifica come «col·ligació legal»³⁴. A dare forza e valore alla «res publica valenciana» è il rapporto particolare che la lega alla Corona, sono i privilegi che quest'ultima ha elargito al Regno, tra i quali è significativamente esaltato il diritto di battere moneta insieme alla qualità del suo conio rispetto alla divisa corrente negli altri regni aragonesi.

Le immagini-guida che Eiximenis utilizza per richiamare i giurati a dare forza coesiva e vigore allo sviluppo del «popolo valenciano» sono dunque l'esaltazione dei valori etici e comunitari di una società che fa del commercio e della capacità di sfruttamento razionale ed integrale delle risorse il proprio tratto distintivo e il proprio obiettivo permanente. Parte integrante di questo discorso identitario è il richiamo alle capacità di conoscenza e di trasformazione delle risorse agricole e manifatturiere del Regno, alla capacità di inserirle in un circuito della produttività e del mercato; alla definizione di un assetto urbanistico in grado di esprimere l'identità e l'organizzazione delle relazioni sociali ed economiche³⁵, ivi comprese quelle con i settori della società tollerati, marginalizzati o esclusi. Esso si inserisce in quella concezione eiximeniana,

espressa nel capitolo 602 del *Dotzè del Crestià*, secondo la quale la potenza della cosa pubblica non deriva dalla forza ma innanzitutto dalla sua ricchezza, dal suo continuo accrescimento: «più essa è ricca più è potente»³⁶.

Per questo il rapporto di identificazione, l'*amor patriae* eiximeniani si realizzano attraverso una specifica funzionalizzazione di quella coincidenza che connette, sul piano della retorica politica, l'amore sacrificale di Cristo e l'amore totale per la comunità richiesto a ciascuno, sviluppandosi non nell'istanza etica dell'autoimmolazione, ma nei valori positivi dell'espansione e del dominio del Regno³⁷. Per il francescano la nobiltà e l'eminenza della cosa pubblica si misurano concretamente con il parametro del profitto che essa è in grado di produrre per tutti e per ciascuno, per questo egli afferma che «la terra ove la merce corre e abbonda è sempre ricca e prospera». In questo passaggio fondamentale Eiximenis non si limita a validare il modello di *perfectio* mercantile attraverso l'unico parametro dell'*utilitas* della *res publica*, ma afferma esplicitamente la liceità del profitto per il singolo saldando quest'ultimo all'*utilitas* civile³⁸. I mercanti, prosegue il frate, devono essere favoriti rispetto ad altra gente secolare perché sono

la vita della terra, il tesoro della cosa pubblica... il braccio di ogni buona negoziazione e il compimento di ogni affare. Senza mercanti le comunità cadono, i principi si fanno tiranni... I mercanti soltanto sono grandi elemosinieri, padri e fratelli della cosa pubblica e... Dio mostra in loro grandi meraviglie.

A loro va attribuito questo *status* di primazia politica e sociale, che comporta anche la necessaria adozione di specifici interventi di agevolazione economico-fiscale poiché, continua il frate catalano, «essi riescono a possedere più degli altri e a fare del bene più di tutti gli altri»³⁹.

Se, in questo modo, la stessa *utilitas publica* assume una precisa "direzione", dovendo guardare a tale specifico modello di costruzione e di consolidamento della comunità, la comunità non potrà che definirsi attraverso il rapporto stretto tra regole del mercato e regole della «cosa pública». Ciò appare con grande evidenza sia nel testo del *Regiment*, sia nel capitolo 41 del *Dotzè*, dove la stessa ragione costitutiva della comunità viene identificata con la «necessitat de contractes»⁴⁰, recuperando, in questo contesto strategico-argomentativo, un'autorevole e autentica lezione aristotelica.

All'interno di tale quadro il valore della *fides* e della *fidelitas*, come esplicazione della credibilità reciproca tra membri di quella comunità assume necessariamente un ruolo fondativo e coesivo. Nel testo del *Regiment* l'effettiva funzione e finalizzazione della *fides* comunitaria si può registrare in particolare da un riscontro "in negativo" compiuto sull'analisi dello spettro delle *infidelitates* individuate da Eiximenis. Accanto alle *infidelitates* che determinano sanzioni sociali o giuridico-politiche di marginalizzazione o di esclusione comunitaria sulla base di una mancata adesione alla ortodossa *fides* cristiana, esiste per Eiximenis una forma di *infidelitas* nei confronti della comunità intesa come specifica incapacità di rapportarsi con le dinamiche di un mercato regolato in funzione delle utilità politiche e "caritative" della «cosa pública».

L'importanza di questa infedeltà si misura anche nel numero delle fattispecie in cui essa si concretizza e negli specifici provvedimenti di espulsione o di marginalizzazione dalla «cosa pública» proposti dal Frate.

Eiximenis non pone in alcun modo una condanna esplicita delle forme di investimento finanziario o dei contratti che consentono l'accesso al credito⁴¹. Egli è molto più interessato a definire i confini del mercato cristiano e, attraverso di essi, quelli della stessa comunità politica dei *fideles* individuando altri elementi discriminanti.

Tutti coloro che sono diventati poveri perché hanno dilapidato i propri patrimoni non sono banditi dalla città, ma sono esclusi dal circuito della solidarietà cittadina, in linea con la concezione eiximeniana che condanna come impolitici gli incapaci gestori delle ricchezze⁴². Chi si rifiuta di praticare gli interessi fissati o non accetta le regole sui prezzi di vendita stabiliti dalla comunità in ordine ai rincari possibili sulle merci acquisite viene identificato come «trafeguer» del capitale pubblico e viene, per questa ragione, escluso dalla *res publica*⁴³. Sono affermazioni che mostrano come per Eiximenis il confine tra l'onesto e buon mercante o il cambiavalute, in quanto corretti operatori finanziari, e l'accaparratore, l'usuraio, il trafficante, risulti soggetto a continue possibili ridefinizioni da parte della autorità della *res publica*, o da parte di chi riveste il ruolo di codificatore dei comportamenti comunitari. Indicatori evidenti di questo confine mobile, e tutto politico, sono gli stessi lessemi che caratterizzano due figure professionali del mercato, si pensi a «regater», termine che serve a definire sia il rivenditore di merci che colui che da rivenditore si trasforma in accaparratore o al verbo «baratar» che definisce tanto il cambio di valute che il cambio ingannevole di valuta⁴⁴.

Una delle conseguenze più gravi di tutti quei modi scorretti di agire nel mercato, è per Eiximenis l'erosione di quel capitale immateriale indispensabile al suo funzionamento rappresentato dalla fiducia nel mercato stesso, nella sua credibilità. Significativamente, per il minorita catalano, quei comportamenti si traducono in una questione e in un problema politico. Egli scorge in essi il rischio di una immediata perdita di fiducia nei confronti della stessa cosa pubblica e l'origine di un atteggiamento «non caritativo» molto pericoloso che si manifesta nell'indisponibilità dei cittadini a investire ancora i propri capitali.

Il senso politico di questa valutazione è evidente se si osservano le ragioni della condanna di coloro che hanno agito in questo modo: essi sono punibili poiché hanno rotto il patto caritativo e fiduciario che è alla base della comunità e è condizione della sua prosperità. Essi vanno allontanati dalla comunità perché hanno dimostrato di non saper amare il bene di Gesù Cristo che nell'etica e nel discorso politico eiximeniano coincide totalmente con quello per la comunità:

siano esclusi dalla comunità tutti coloro che praticano l'usura, i traffici illeciti, e determinati tipi di interessi sui prestiti, affinché la gente e la comunità non si trovino sovraccarichi di debiti... i cambiavalute [scorretti] sono sequestratori di denaro [dal mercato comunitario] e i trafficanti sono la morte dei mercanti... essi debbono essere evitati poiché ingannano la gente innocente..., e più la gente è ingannata in questo modo

più perde l'amore per la comunità trasformandolo in amore per il bene proprio ... tutti questi [che] amano di più il proprio bene che non il bene di Gesù Cristo... perdono la fedeltà [nei confronti della comunità], la quale è uno dei fondamenti principali della cosa pubblica⁴⁵.

Per il Gerundense, dunque, la coesione comunitaria non si basa su una mera fedeltà reciproca tra «cives», ma ben più puntualmente sulla capacità di condividere e tutelare due valori costitutivi di eguale importanza: da un lato la credibilità del mercato, dei suoi attori e della moneta che lo esprime, dall'altro l'impegno in difesa della stabilità di quella fiducia che legittima e alimenta l'arena degli scambi economici e finanziari⁴⁶.

È necessario che tutti i soggetti che partecipano alla comunità degli scambi credano in essa e possano per questo produrre e «contractar» liberamente⁴⁷. Su questo terreno l'impostazione del Gerundense viene a solidificare e a rendere più forte una concezione del regno di Valencia, inteso come comunità garantita di *fideles* contrattanti, già evidente nella scelta e nelle motivazioni con cui Giacomo I, il Conquistatore (1213-1276), scelse di coniare, un secolo prima di Eiximenis (1246), una nuova moneta per il regno da lui stesso «ricondotto» alla *fides* cristiana. È interessante notare che la scelta di non utilizzare nel suo nuovo regno la divisa corrente del Principato e degli altri *regna* della Corona venne motivata con un duplice ordine di ragioni: la necessità di adottare un nuovo segno di riconoscimento e di identificazione dei nuovi *fideles*, e l'utilità di servirsi di una valuta nuova e cristiana per sopprimere pratiche finanziarie e divise proprie degli *infideles* appena sconfitti. È nel provvedimento giuridico-finanziario di adozione della nuova moneta che si fa infatti esplicito riferimento alla necessità politica di delegittimare e eliminare «i condannabili sistemi degli infedeli», «in accordo con la forma di vita cristiana»⁴⁸.

Da questa impostazione eiximeniana, e dalle più antiche tracce appena segnalate, scaturisce un'estrema politicità nella definizione dei soggetti che tradiscono o minano la *fides* pubblica, intesa come patrimonio comunitario da preservare sul terreno degli scambi e del commercio. Ed è in particolare nel provvedimento finanziario voluto da Giacomo I, rivendicato come centrale più di un secolo dopo da Eiximenis, che la moneta costruisce e conia essa stessa identità ed esclusione dal mercato e dalla *res publica*. Come già in Arnau de Vilanova la moneta, quindi, esprime in sé e veicola – circolando – la forza e l'identità di una comunità politica. Sin dalla sua origine, essa è molto di più che lo strumento dello scambio economico e finanziario poiché, a partire dalla scelta della coniazione, la divisa della *res publica* o del regno definisce e misura la consapevolezza di una costruzione comunitaria, sigla un patto di fedeltà e di riconoscimento reciproco tra tutti gli attori della comunità politica e mercantile che la utilizzano.

5. Sulla storiografia del discorso politico. Un'osservazione finale

La costruzione e il mutamento di senso, le curvature semantiche verificate per alcuni lessemi cardine del discorso politico medievale, investono il

nocciolo duro dei fondamenti legittimanti la comunità politica, e il suo farsi identitario. Tutto questo, credo, offre alcuni elementi di riflessione problematica per una storiografia del discorso politico che intende essere anche storia dei concetti.

Certamente, se tale ricerca storica ha come obiettivo la ricostruzione del processo formativo del significato dei concetti politici "moderni", essa non può limitarsi all'inventario delle variazioni semantiche del lessico politico. Né, come ci avvertiva qualche anno fa Chignola, può cadere nella trappola metodologica di assumere l'identità del lemma ritenuto indicatore del mutamento come unico parametro ermeneutico ed euristico, pena il rischio di una ipostatizzazione ricompositiva che compatta a posteriori le diverse traslazioni e tradizioni di significato. Tuttavia, sulla base anche di questa breve rassegna compiuta nel territorio del discorso politico francescano, non credo che la soluzione del problema relativo ai fondamenti e agli obiettivi di questa storiografia si trovi nella definizione secondo cui «la costellazione dei concetti della modernità politica irrompe dalla denegazione di ciò che l'aveva preceduta»⁴⁹, da cui deriverebbe che per fare proficuamente e logicamente storia del discorso e dei concetti politici occorre individuare una soglia istitutiva e consapevole che si offra da sé come indicatore discorsivo e concettuale di modernità.

Se infatti questa argomentazione teorica conduce a sostenere che è solo il lemma e la nozione di «contratto», definitosi da Hobbes in poi, a essere discriminare, soglia, anzi «luogo genetico» della modernità, restano inspiegabili, forse irrintracciabili, l'elemento di discontinuità e la cesura con il "non moderno" in tutto intero il discorso francescano che si è sin qui messo in chiaro.

A osservare con attenzione il rapporto tripolare che connette *fides*, moneta e identità nei testi medievali che progettano comunità costituite da *cives-fideles* contrattanti si scorge come sia proprio in questo territorio dell'"economico" che lo spazio comunitario diviene un'arena pubblica e legale, istituzionalizzandosi. Non per caso Ramon Llull sceglie di dedicare circa un quarto del suo trattato di etica per il *princeps* (*l'Arbor Imperialis*) al contratto civilistico, presentato quale paradigma etico e normativo per la comunità e il suo governante. Ed è lo stesso Llull a portare al massimo della sacralizzazione politica possibile la figura etica non di un generico mercante ma tecnicamente dell'intermediario d'affari, intesa come la professione esprime il maggior grado di competenza nella valorizzazione del guadagno. Nel suo *Libre de Contemplació en Deu* è infatti l'«ofici de correteria» a venir equiparato a Cristo, al suo più «excellent ofici», essendo entrambi – il mediatore d'affari e il Redentore – la massima e competente espressione dell'attività di intermediazione.

Lo spazio del mercato, anche seguendo queste vie retorico-argomentative, viene così progressivamente connotandosi come lo spazio ove convergono volontà diverse, espressione di soggetti e di ceti che contrattano ambiti e limiti di sovranità certamente economiche e finanziarie, ma altrettanto francamente e consapevolmente politiche. Non per caso è la moneta a cifrare e a esprimere il valore immateriale di un patto di riconoscimento tra attori politici e

mercantili, tra *cives-fideles*, che può definirsi “costituzionale”. In tale spazio discorsivo è riscontrabile una spiccata contiguità rispetto a quella che i filosofi politici contemporanei definiscono la «sintassi condivisa del contrattualismo classico», al punto che l'esclusione statutaria dalla scienza e dalla storia politica nei confronti di tutto questo universo concettuale, linguistico, testuale – così come di quello prodotto dalla Seconda Scolastica e dai monarcomachi protestanti –, credo debba essere discussa.

E in questo ambito di analisi rinnovata e non positivistica non possono certamente esser fatte valere come dirimenti la maggior parte delle motivazioni consuetamente avanzate per procedere all'esclusione di porzioni così rilevanti di testualità politica ed economica prodotte nel Medioevo europeo e cittadino. Non è infatti accettabile che a tale testualità venga negata dignità teorica e titolarità filosofico-politica in quanto essa sarebbe stata «sollecitata da interessi immediatamente pratici» o poiché in essa sarebbe «predominante l'elemento religioso». O, ancora, perché essa non sarebbe l'espressione di «un tentativo di razionalizzazione integrale della vita politica essendo assente la concezione di stato di natura mentre invece [sussisteva] massicciamente... un diritto naturale non secolare»⁵⁰.

Note

* Il testo qui pubblicato costituisce un approfondimento della relazione tenuta nel corso del seminario *Forme di razionalità economica medievale* promosso dall'Istituto storico italiano per il medio evo, Roma, 14 novembre 2005, nell'ambito del ciclo «Il moderno nel medioevo».

¹ L. Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus*, Frankfurt/M 1984, I, p. 62.

² Si ricorderà qui un elemento importante che testimonia la connessione tra Arnau e il mondo francescano. Nella sua biblioteca oltre a numerosi trattati sulla povertà volontaria erano presenti la Regola dell'«Ordo Fratrum Minorum», i testi bonaventuriani *Apologia pauperum* e *Itinerarium mentis in Deum*, nonché numerose lettere manoscritte di corrispondenza tra frati Minori e Bonaventura; cfr. F. Santi, *Arnau de Vilanova. L'obra espiritual*, València 1987, p. 89. La stretta connessione di Arnau con le istanze francescane, con la pratica di vita evangelica e pauperistica codificata nei testi regolativi e apologetici dell'«Ordo» duecentesco, è ampiamente documentabile se si leggano i testi normativi che egli scrisse per le comunità beghine delle quali fu fondatore e leader indiscusso, nonché i passaggi essenziali delle sue opere pedagogiche ed etiche scritte per tali comunità e per i regnanti aragonesi; su questi aspetti si può vedere anche C. R. Backman, *Arnau de Vilanova and the Franciscan Spirituals in Sicily*, in «Franciscan Studies», 50 (1990), pp. 3-29; Id., *The Papacy, the Sicilian Church and Frederick III*, in «Viator», 22 (1991), pp. 229-249; Id., *The Decline and Fall of Medieval Sicily. Politics, Religion and Economy in the Reign of Frederick III, 1296-1337*, Cambridge 1995; Id., *The reception of Arnau de Vilanova's Religious Ideas*, in *Christendom and Its Discontents*, a cura di Scott Waugh e P. Diehel, Cambridge 1995, pp. 112-131; tra gli studi più recenti, J. Mensa i Valls, *Arnau de Vilanova i els beguins: fonaments antropològics del "ver cristianisme"* in *Què és l'home? Reflexions antropològiques a la Corona d'Aragó durant l'Edat Mitjana*, coord. J. Corcó et al., Barcelona 2004, pp. 73-99. Per Llull cfr. A. Oliver, *El Beato Ramon Llull en sus relaciones con la escuela franciscana de los siglos XIII-XIV*, in «Estudios Lullianos», 13 (1969), pp. 51-65. Sulle relazioni tra la testualità lulliana e arnaldiana con quella prodotta da Minori attivi nell'area catalano-aragonesa tra XIII e XV secolo e per una più ampia bibliografia mi permetto un rinvio a P. Evangelisti, *I Francescani e la costruzione di uno Stato. Linguaggi politici, valori identitari, progetti di governo in area catalano aragonesa*, Padova 2006, a Id., *Relazioni di potere ed etiche per il potere. Clarenò, Filippo di Maiorca e la testualità politica francescana catalano-aragonesa*, in corso di stampa, e a quanto si può leggere nello sviluppo di questo stesso saggio.

³ Cfr. S. Chignola, *Storia dei concetti e storiografia del discorso politico*, in «Filosofia politica», 11 (1997), pp. 99-122.

⁴ «Diligatur etiam princeps iustus quia reddit singulis quod debetur. Nam bonos honorat et premit, vitiosos autem corrigit... malitiosos vero, quoniam incorregibiles sunt, exterminat et abscedit a populo tamquam membra putrida»; *Allocutio Christini... d'Arnau de Vilanova. Edició i estudi del text*, in «Arxiu de Textos Catalans Antics» (d'ora in poi = ATCA), 11 (1992), pp. 7-135 (d'ora in poi = AC), qui pp. 113-114.

⁵ «Princeps... adulterat monetam ut augeat thesauros suos, furtum committit et in dolo fabricat eam, quoniam occulte suos extenuat et expoliat pretiosis. Numquam enim per adulterium monete publica utilitas promovetur nec alicui affert lucrum...»; AC, p. 112.

⁶ «Omnia namque bona subditorum principi iusto sponte communicantur, propter veritatem, quam servat in mente quoad fidem sive legalitatem, et in verbo quoad promissionem, et in opere quoad executionem»; AC, p. 113.

⁷ Si riprende qui l'*Allocutio Christini*, in questa chiave di lettura esplicitamente politologica, anche sulla scorta di una valutazione di quel testo come «verdadero manifesto político» compiuta molti anni fa da uno dei più insigni studiosi della testualità vilanoviana, J. Carreras y Artau, *Relaciones de Arnau de Vilanova con los Reyes de la Casa de Aragón*, Barcelona 1955, p. 44.

⁸ Arnau de Vilanova, *Raonament d'Avinyó*, in A. de Vilanova, *Obres Catalanes*, I, a cura di M. Batllori, Barcelona 1947, I, pp. 167-221, qui pp. 174-177.

⁹ A. de Vilanova, *Ars Catholicae Philosophiae sive Philosophia Catholica et Divina Tradens Artem Annihilandi Versutias Maximi Antichristi*, a cura di J. Perarnau, in ATCA, 10 (1991), pp. 57-162, qui p. 92.

¹⁰ Ha richiamato l'attenzione su questi testi, in questa specifica direzione, G. Todeschini, *I mercanti e il tempio. La società cristiana e il circolo virtuoso della ricchezza fra Medioevo ed Età Moderna*, Bologna 2002, in particolare pp. 397-400, pagine alle quali rinvio anche per le relative citazioni bibliografiche.

¹¹ Per la subordinazione del *princeps* a questo principio anche nei testi lulliani, a partire dalla *Questio* 780 della sua *Lectura super Artem Inventivam et Tabulam Generalem* («Princeps est ideo, ut in suo officio habeant plures personarum utilitatem»), si vedrà ancora utilmente lo studio di H. Wieruszowski, *Ramon Lull et l'idée de la Cité de Dieu*, in «Miscel·lània Lulliana», Barcelona 1935, pp. 403-426, in part. pp. 411-412.

¹² In questa direzione si veda anche l'appena citata condanna del «princeps» svalutatore che agisce contro il «profit del regne» in Arnau de Vilanova, *Raonament d'Avinyó* cit., pp. 174-177.

¹³ Per questi autori-testi, il rinvio è ancora alle penetranti osservazioni di Todeschini, *I mercanti e il tempo* cit., pp. 449-450.

¹⁴ Su quest'ultimo aspetto mi permetto un rinvio di approfondimento a P. Evangelisti, «*Christus est proximus noster*». Costruzione dell'identità politica e definizione delle infidelitates in Arnau de Vilanova e Ramon Llull, in «Studia Lulliana», (2006), in corso di stampa.

¹⁵ R. Lull, *Llibre d'Evast e Blanquerna*, a cura di M. J. Gallofrè, introd. di L. Badia, Barcelona 1998⁵ (d'ora in poi = *Evast*) I.IV, pp. 30-36.

¹⁶ *Evast*, I.IX, pp. 53-56, *Llibre d'amic e d'amat*, CXV, p. 352.

¹⁷ Sul nesso che lega il sacrificio di Cristo alla necessità di un adeguato e corrispondente comportamento economico e sociale cfr. anche *Evast*, II. LVIII, pp. 151, I. IV, pp. 30-36. Si legga un passaggio essenziale che si ritrova nella descrizione lulliana del percorso di «perfectio» che la coppia mercantile sta mettendo a fuoco come percorso paradigmatico comunitario: «Gran virtut» – dice Aloma a suo marito – «és esser sempre de sa pròpria voluntat, regint bé aquella la qual sap cascú millor en si mateix»; *Evast*, p. 35.

¹⁸ *Evast*, I.IV, p. 35.

¹⁹ La condizione sociale e politica assegnata da Llull agli ebrei e ai saraceni all'interno delle comunità cristiane si può apprezzare pienamente alle pp. 237-245 (IV.LXXXIV) del *Llibre d'Evast*; sulla necessità di un'egemonia cristiana sul mondo cfr. ad esempio *Evast*, pp. 263-264: «covè que sien fembre e hòmens [formati e competenti nell'uso della lingua latina]... que porets aportar a fi con en tot lo món non sia mas un llenguatge, una creença, una fe».

²⁰ Cfr. *Evast*, pp. 54-55.

²¹ «tota la ciutat era eiximplificada de la bona doctrina d'Evast e Aloma»; *Evast*, p. 54.

²² «tota la ciutat valia més per la bona vida e bon estament i exemple d'Evast i d'Aloma, car los hòmens qui eren en matrimoni i en religió ne prenien bon exemple i bona edificació; e per tots los hòmens de la ciutat eren amats i honrats... los hòmens i les dones trobaven en ells consell i favor e consolació en llurs necessitats»: *Evast*, I.I, p. 23; cfr. anche op. cit., I.V, p. 36, I.IX, p. 56, I. XVI, pp. 62-63.

²³ *Evast*, I.IV, p. 31.

²⁴ Cfr. anche quanto si segnala nella n. 26, in particolare il passaggio fondamentale del cap. XXVII della *Doctrina Pueril*.

²⁵ Per la posizione di Tommaso si rinvia allo studio di G. Todeschini, «*Ecclesia* e mercato nei linguaggi dottrinali di Tommaso d'Aquino», in «Quaderni Storici», 25 (2000), 105, pp. 585-621.

²⁶ Il cap. 280 dei *Proverbis de Ramon*, *De mercaderia*, sottolinea le capacità intellettuali e tecniche del «savi mercader» il cui compito principale è «guanyar riquesa per comprar o per vendre» e far circolare «los bens temporal de una terra en altra per guany»; il cap. 243 contiene l'esaltazione del mercante come modello sociale e campione della «manera» («Car manera <los> mercaders han en guanyar e en despendre, son pus aseçats que altres homens»); cfr. R. Lull, *Proverbis de Ramon*, a cura di S. Galmés, in *Obres de Ramon Lull. Edició Original*, a cura di M. Obrador y Bennassar, S. Galmés et al., Palma de Mallorca 1928, rispettivamente, pp. 305-306 e p. 266. Per il capitolo dell'*Arbor scientiae* cito qui il testo in catalano: «On, primerament consira per la fi qui es general a viure e bon esser e gran durable e poderós e amable, e en prosperitat de coses en les quals hajen les gents repòs. On, après aquestes consideracions començades en les rayls, consira segons lo tronç, lo seu bé especial multiplicat de moltes coses guanyades, del qual tronç isquen gran branques e belles flors... sots entenció d'onament e d'esquivar fam e set e vils vestiments. E en totes aquestes coses ha el mercader manera en reebre los significats dels arbres e la participació quels uns arbres han ab los altres; per que aquel seria subtil e bo mercader qui sabés pendre los significats dels arbres, segons lo procés d'aquesta sciencia general»; R. Lull, *Arbre de Sciencia*, a cura di S. Galmés (*Obres de Ramon Llull. Edició Original* cit.), Palma de Mallorca 1917, I, pp. 213-214, cfr. anche, ivi, p. 34; per il testo latino dell'*Arbor* cfr. R. Lull, *Arbor scientiae*, a cura di Pere Villalba Varneda, Turnhout 2000, I-III. Le riflessioni del Beato Maiorchino sull'eticità e la funzione civile ed economica del mercante sono ampiamente rappresentate anche nella sua

Doctrina Pueril, la loro importanza risiede anche nella natura pedagogica e nel valore personale attribuiti dall'autore a quell'opera destinata all'educazione di suo figlio; si cfr. in particolare, R. Llull, *Doctrina Pueril*, a cura di J. Santanach i Suñol, Palma 2005, cap. XXXVII, pp. 98-99, cap. XLIV, p. 113; cap. LXII, p. 162, cap. XCIII, p. 260; si citano qui solo i passaggi dai capp. XLIV e XCI: «Si los homens rics montipliquen lurs riqueses montipllicant diners e possecions, montiplicaments de celestials dons son, fil»; «Savi mercader es aquel qui va per diverses terres goayar diners e aportar les mercaderies en sa terra per goayar riqueses, mas, pus savi mercader series tu, fil, si anaves per diverses terres e alegies les meyors custums que trobaçes». La convergenza di Llull con l'etica francescana che riflette sull'uso delle ricchezze trova in quest'opera un passaggio importante, anche perché inserito in un capitolo dedicato all'arte del governo e del dominio (*De regnar*), ove si afferma che: «Pobrea d'esperit es meysprear la vanitat d'aquest mon... on, aquel qui son rics e meyspreen les riqueses, e los religiosos qui per la amor de Deu desemparen lo mon e sosten pobretat, aquels, fil, son pobres d'esperit e aquels son promeses riqueses en lo celestial regne... cové que tu ams enans la pobretat de volentat que les riqueses, per so que pusques aver lo celestial regne», Llull, *Doctrina Pueril* cit., cap. XXXVII, p. 98.

²⁷ Un esempio in F. Eiximenis, *Regiment de la cosa pública*, a cura di P. D. de Molins de Rei, Barcelona 1927, rist. anast., Barcelona 1980 (d'ora in poi =RCP), cap. 19, pp. 118-119.

²⁸ RCP, capp. 21-22, pp. 124-132. Sin dal titolo del capitolo ventunesimo il progetto civile di Eiximenis è dichiarato: «Com los inútils deuen ésser gitats, e hi deuen ésser sostenguts los pobres mendicants qui són ver indigents». Per l'insieme di ulteriori comportamenti che pregiudicano la credibilità e l'interesse della comunità determinando provvedimenti di bando o di marginalizzazione nei confronti di chi se ne rende responsabile cfr. anche i capp. 23-26, pp. 133-148.

²⁹ «Fealtat és fonament e vigor e fermetat de la cosa pública», RCP, cap. 13, p. 88, ma cfr. l'intero capitolo 13 e i due successivi, pp. 86-99.

³⁰ Nel *Regiment* Eiximenis riflette chiaramente in una dimensione sovracittadina, parla infatti più volte di «Regno de Valencia», di «popolo valenciano», di «paese», di «terra» e di «patria».

³¹ «descienden, nacieron e fueron raygados»; *Partida IV*, XXV, 29 cit. in J. A. Maravall, *Estudios de Historia del pensamiento español*, Madrid 1973, p. 141.

³² Si veda nella *General Estoria* di Alfonso, ad esempio, il passo che, commentando il luogo scritturistico di Genesi 26, 35 (sulle donne cananee di Esaù) spiega e fornisce come unica giustificazione del rifiuto di quelle donne il fatto che «eran dotra yente que non ellos e dotra creencia e ley» cfr. M. R. Lida, *Josefo en la General Estoria*, in *Hispanic Studies in Honour of Gonzáles Llubera*, Oxford 1959, p. 6. Il punto di caduta politico di questo concetto si registra, come ha messo in evidenza Maravall, in un passo di Alfonso X che, nelle *Partidas* (II, XIX, 52), si appella non solo ai suoi vassalli, ma a tutto il popolo per la mobilitazione militare «porque el fecho, e la naturaleza que han con la tierra los llama»; cfr. Maravall, *Estudios* cit., pp. 141-142.

³³ «Aquesta terra ha un llenguatge compost de diverses llengües... e de cascuna ha retintut ço que millor li és, e ha lleixats los pus durs e los pus mal sonants vocals dels altres, e ha presos los millors»; RCP, Lettera dedicatoria, p. 35. Tra gli apporti positivi individuati qui da Eiximenis vi è anche quello della lingua utilizzata dai «mudéjares».

³⁴ Per la sua definizione teorica, cfr. F. Eiximenis, *Dotzè Libre del Crestià*, a cura di C. Wittlin et al., Girona 1987, II, 2, pp. 363-364, per l'analisi delle dieci fondamentali caratteristiche della «col·ligació legal» cfr. op. cit., pp. 365-367, 385, 427, 432, 443-444, 447, 456, 462, 483, 527.

³⁵ Cfr. S. Vila, *La ciudad de Eiximenis. Un proyecto teórico de Urbanismo en el siglo XIV*, Valencia 1984.

³⁶ Si cfr. il capitolo 602 del *Dotzè del Crestià*, ma anche il cap. 649: «lo príncep qui té bona mesura se pot tots anys uns ab altres posar en tresor, e avançant e ajustant, la terça o la quarta part d'aço que recull, e que tot l'altre despena en son estament. Aquesta mesura... se pot créxer o minvar segons que loch e temps e cassos fortinals o de prosperitat vénen a conexença de savi amich... aja [il «dominus»] liberal e noble tresorer qui li despens sos dons alegrement e prestant e amplament»; Eiximenis, *Dotzè Libre del Crestià* cit., p. 441.

³⁷ Espressi con piena consapevolezza in particolare in RCP, Lettera dedicatoria, pp. 15-39, e nel suo *Dotzè del Crestià*, ove pone a fondamento della «col·ligació legal», quindi a ragione costitutiva della comunità, il dovere del princeps a «ensenyar [ai cittadini del regno] meneres novelles d'altres terres per a guanyar», Eiximenis, *Dotzè del Crestià*, II.2, DCCCLXXII, p. 456.

³⁸ Per la posizione di Tommaso si rinvia allo studio di Todeschini, «*Ecclesia*» e *mercato nei linguaggi dottrinali di Tommaso d'Aquino* cit. Sul diritto/dovere al buon guadagno, alla necessità di sviluppare un percorso di arricchimento individuale ben governato, cfr. Eiximenis, *Dotzè*, II, 2,

cit., cap. DCCCLXXIV, p. 463, dove, così come accade nell'etica economica proposta alle comunità penitenti begghine catalane e valenciane ad opera di Arnau de Vilanova, il passo evangelico di Mt. 6, 33 («Primum quaerite...») serve a validare un modello di perseguimento del guadagno e del giusto arricchimento individuale.

³⁹ RCP, cap. 33, pp. 167-169.

⁴⁰ F. Eiximenis, *Lo Crestià*, a cura di A. G. Hauf, Barcelona 1994², p. 187.

⁴¹ RCP, cap. 36, pp. 173-176; le sue posizioni su questi aspetti centrali nella struttura delle relazioni politiche ed economiche comunitarie sono esposte nel *Terç del Crestià* e, soprattutto, in un testo anteriore (1374-1383) alla stesura del *Regiment* e del *Terç*: il *Tractat d'Usura*; cfr. J. Hernando i Delgado, *El "Tractat d'Usura" de Francesc Eiximenis*, pp. 30-96; J. Hernando, *El Contracte de venda de rende perpètuas i vitalícies (censals morts i violaris) personal i redimibles (amb carta de gràcia)*, in ATCA 11 (1992), pp. 137-179.

⁴² *Tractat apelat Doctrina Compendiosa de viure justament e de regir ofici*, Valencia 1499 (rist. anast. Valencia 1991), *Segona partida*, cap. 3, pp. 185-187.

⁴³ RCP, cap. 36, pp. 173-174, si accetta qui la traduzione del termine proposta da G. Zanoletti nella sua versione italiana del *Regiment*, Siena 1986; si ricorderà che Ramon Llull, in uno dei capitoli dedicati alla professione mercantile, affermava che l'acquisto effettuato con modalità fraudolente dissipa insieme la fede, dunque il valore della credibilità del mercato, e la carità: «Qui compra ab engan, ven leylaltat e caritat»; Llull, *Proverbis de Ramon* cit., p. 288. Il valore di una tale affermazione va anche compreso per il contesto in cui è collocata, cioè all'interno di un'opera di pedagogia politica dedicata e scritta per Giacomo II e i suoi figli, cfr. *Acta Aragonensia*, a cura di H. Finke, I-II, Leipzig-Berlin 1908, rist. 1966, II, n. 557, p. 879.

⁴⁴ Cfr. RCP, *Glossari*, pubblicato dal curatore dell'edizione, p. 208 e p. 204.

⁴⁵ «De la comunitat sien foragitats tractadors de usures, de mogubells e de tota trafegueria, per tal que la gent no es carree de deutes ne la comunitat per res... los baraters se'n porten los diners, e els trafeguers són mort dels mercaders... Deu-los esquivar, encara, per tal com aitals trafeguers enfalsen la gent ignocent e la carreguen de pecat; e pus la gent sia enfalsida pert l'amor a la comunitat e la converteix a son bé propi... tot aquests aitals amen llavors lo bé propi e no lo bé de Jesucrist... perden així fealtat, la qual és un dels principals fonaments de la cosa pública»; RCP, cap. 36, pp. 173-174 (corsivo nostro).

⁴⁶ Credo che anche questi riscontri testuali, provenienti da un'opera dichiaratamente minoritica, debbano costituire un ulteriore elemento di riflessione per chi ritiene, ancor'oggi, di poter circoscrivere a poche righe e a una nota la forza e l'impatto della riflessione minoritica intorno alle questioni politiche ed economiche del bene comune e della organizzazione civile ed economica delle *res publicae*; cfr. Ch. Marie de la Roncière, *Identités franciscaines au XV^e siècle: la réforme des communautés masculines*, in *Identités Franciscaines à l'Âge des Réformes*, Bonchamp Lès Laval 2005, pp. 33-53, cfr. in particolare pp. 46-47 e nn. 29-30. Egualmente va notata la significativa limitazione della *quaestio* Osservanza francescana europea - potere/i che lo studioso apre e chiude in due sole pagine, nelle quali l'unica dimensione problematica pare essere quella "etica", vale a dire della "contraddizione" che sarebbe registrabile tra l'istanza del ritorno alle origini del messaggio francescano di quel movimento riformatore e la contiguità di esso con i centri del potere. Nel paragrafo relativo, infatti, l'unica riflessione al riguardo è la seguente: «L'affaire est complexe et débordé le cadre de la seule observance franciscaine»; cfr. de la Roncière, *La Réforme* cit., p. 48. Su questi aspetti si segnalano peraltro nello stesso volume alcune riflessioni e nuovi dati storiografici nel saggio molto interessante di I. Heullant-Donat, *En amont de l'Observance. Les lettres de Sancia, reine de Naples, au chapitre généraux et leur transmission dans l'historiographie du XIV^e siècle*, in *Identités Franciscaines*, pp. 73-99.

⁴⁷ *Dozté del Crestià*, cap. 874, in Eiximenis, *Lo Crestià* cit., pp. 283-284.

⁴⁸ Le motivazioni di Giacomo sono riportate da R. I. Burns, *El Reino de Valencia en el siglo XIII (Iglesia y Sociedad)*, Valencia 1982, I-II, qui I, p. 46.

⁴⁹ Chignola, *Storia dei concetti* cit., p. 120.

⁵⁰ Traggo queste argomentazioni, e in ragione della loro natura sintetico-esemplificativa e per il prestigio della fonte di riferimento, dalla voce *contrattualismo*, par. *contrattualismo e costituzionalismo*, di Nicola Matteucci contenuta nel *Dizionario di Politica*, Milano 1990, pp. 220-232 (ed. or. Torino 1983).



Saggi - Sezione monografica

**Distinguere, separare, condividere. Confini
nelle campagne dell'Italia medievale**

a cura di **Paola Guglielmotti**

Introduzione

di Paola Guglielmotti

In tema di confini territoriali in età medievale la gran parte delle ricerche di ambito italiano, anche non esplicitamente mirate, appare sostanzialmente concorde. Si individuano, si riconoscono e si precisano confini, tuttavia con l'effetto cumulativo di "alleggerire" piuttosto uniformemente la loro incidenza. Sono tendenze avvertibili anche e soprattutto di recente: non di rado sollecitata da un'attualità costituita da vicende di portata e risonanza assai diverse, l'attenzione per i confini da parte della storiografia è infatti risultata negli anni costante, grazie alla constatazione che le indagini ben si prestano a far emergere dinamiche complesse, innanzi tutto nell'ambito di ciò che la storiografia italiana definisce territorialità¹. Parlare di confini per l'età medievale significa riferirsi a una realtà estremamente composita e spesso mutevole, a una trama irregolare di linee e soprattutto di addensamenti di possessi, competenze, pratiche, rituali, prerogative, diritti, poteri. Insieme con la fruttuosa definizione di confini quale «membrana vivente», la storiografia ha infatti complessivamente metabolizzato un'acquisizione relativa a un aspetto molto concreto caratterizzante l'intero medioevo: la compresenza di confini lineari e confini zonal (Pierre Toubert, 1988)², qualificati da tutto un fiorire di precisazioni che ne dichiarano – come è quasi rituale ricordare – la funzione di elemento di contatto («trasmissivo e non limitativo»)³ più che di separazione (e che perciò risultano sfrangiati, complessi, fluidi, intermittenti, articolati, grigi, permeabili, porosi).

Le ricerche che qui si presentano intendono innanzitutto mostrare la gran varietà di nozioni di confini, anche di quelli che effettivamente dividono, nella loro dimensione storica e spesso con riguardo alla fase genetica: sono nozioni per lo più assai empiriche e "localizzate", dal momento che questi confini sono osservati con uno sguardo anche molto ravvicinato. Non risultano dunque immediatamente ordinabili in una tipologia perché le pratiche e i principi di divisione e di condivisione dello spazio risultano molteplici⁴. Basti ricordare che, solo per quanto riguarda i confini di villaggio, che in età bassomedievale vengono a costituire un fitto reticolo di base, Chris Wickham – nel misurare la

nuova territorializzazione nella Toscana del secolo XII – ha riconosciuto una ventina di anni fa quattro diversi modelli di sviluppo: accentramento dell'habitat, sia preesistente sia perseguito, inquadramento della signoria territoriale e inquadramento della parrocchia sono gli elementi che fortemente condizionano, nel loro interagire, il disegno dei confini locali nell'assenza temporanea di una forte territorialità diocesi/contado⁵.

Nel "questionario dello storico"⁶ presente agli autori delle assai varie ricerche qui raccolte è trasparente, tuttavia, un dato unificante: giustapporre e quando possibile valutare insieme due noti ordini di fattori⁷, senza la pretesa che si traducano in maniera necessaria e immediata in un'organizzazione del territorio⁸ che preveda tracciamenti più o meno netti. Da un lato si fanno pesare fattori di contenuto "territorializzante", scendendo a una scala di osservazione anche «topografica»⁹: in sede storiografica è per esempio ampiamente condiviso come questa funzione sia stata svolta innanzitutto dalla riscossione delle decime delle chiese battesimali già in età alta¹⁰, con risultati tuttavia che richiedono ancora, laddove possibile, puntuali accertamenti cronologici. Dall'altro si porrà attenzione a fattori in cui è più spiccato l'elemento "personale", dunque gruppi, clientele e comunità di tutte le taglie e di varia durata con la loro capacità di generare gravitazioni e proiettarsi sul territorio.

La genericità del vocabolo italiano *confine*, che non discerne tra diverse nozioni e interpretazioni, è in stretta relazione con quella dei vocaboli latini usati nella documentazione, cioè *confines* e più spesso *fines*. La distinzione tra *confine* e *frontiera* – che è la più vistosa e che in italiano ha comportato appunto il ricorso a un nuovo termine – comincia a chiarirsi concettualmente, come è noto, solo tra l'ultimo scorcio del medioevo e la prima età moderna, in relazione all'assestarsi di formazioni politiche di orientamento statale, che si vorrebbero pienamente sovrane¹¹. È quasi scontato tra l'altro sottolineare che, se adesso ricorriamo per praticità di riferimenti al termine *frontiera* anche per secoli in cui l'idea di stato presupposta dalla *frontiera* è certamente diversa da quella d'età moderna e contemporanea¹², ogni *frontiera* è ovviamente anche un *confine*, caricato tuttavia di un contenuto politico più articolato e stratificato, con coinvolgimento di attori politici e sociali quanto mai eterogenei¹³. Guardare ai confini e alla loro specifica natura, quale che sia la scala di osservazione che adottiamo, implica ovviamente anche interrogarsi su come si sia costituito, sviluppato e definito *tutto* un territorio e costringe inevitabilmente a una prospettiva che privilegi e includa anche la "periferia", ammesso che questa etichetta e la coppia oppositiva centro/periferia¹⁴ siano appropriate rispetto alla situazione di volta in volta oggetto di indagine¹⁵. Le ricerche qui raccolte intendono in questo modo anche contribuire a meglio contestualizzare, laddove possibile, le denominazioni relative al territorio: quali possono essere di volta in volta i contorni, ammesso che il concetto risulti congruo, di quelle entità descritte nelle fonti, per esempio, come *terra* o *comitatus* o anche *fines*¹⁶?

La considerazione anche dei confini nelle indagini rivolte ai problemi di organizzazione del territorio e di costruzione di organismi politico territoriali

è avvenuta più volentieri per quanto riguarda tutto il periodo che giunge al secolo XIII: basti citare le ricerche di Giuseppe Sergi raccolte ne *I confini del potere. Marche e signorie fra due regni medievali* (1995), nutrite da una programmatica dichiarazione di voler tener sempre presente l'elemento territoriale del potere, delle aristocrazie innanzitutto e in specie per i secoli centrali del medioevo¹⁷. Benché il tema sia frequentato, sono poche tra l'altro le indagini orientate su una lunghissima diacronia, per esempio traendo spunto da un confine "naturale" come quello appenninico¹⁸. E non è nemmeno un caso, del resto, che il solido lavoro di sintesi su cui da poco si può far conto affronti il problema della dimensione storica dei confini tra tardo medioevo ed età moderna sotto il profilo rigorosamente storico giuridico: al libro di Paolo Marchetti (*De iure finium. Diritto e confini tra tardo medioevo ed età moderna*, 2001¹⁹) converrà rinviare anche per una discussione di molte analisi precedenti, restando un caposaldo per un inquadramento problematico (con selezionati rinvii storiografici) la già richiamata introduzione di Pierre Toubert a un colloquio internazionale²⁰. Senza perciò addentrarci in una bibliografia che è davvero nutrita e molto disseminata, e limitandoci a parlare inizialmente per titoli e per grossi blocchi cronologici, si può dunque avvertire come la prospettiva del confine/frontiera sia stata più facilmente integrabile e dichiarabile, se badiamo solo agli interventi collettivi, nella trattazione di un segmento cronologico lungo ma circoscritto e con una certa esclusione del più basso medioevo: si pensi al colloquio internazionale promosso da Jean-Michel Poisson, *Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au moyen âge* (1988), che comprende interventi anche di ambito italiano e non supera l'età comunale²¹, e all'iniziativa coordinata da Gian Paolo Brogiolo, *Città, castelli, campagne nei territori di frontiera (secoli VI-VII)* del 1994, relativa all'Italia centrosettentrionale e dedita soprattutto a quella frontiera tra Lombardia e Romania ormai oggetto di una sistematica opera di erosione a posteriori²².

Si può constatare invece come gli orientamenti recenti della ricerca, nelle imprese coordinate dedicate all'analisi dell'organizzazione bassomedievale del territorio e della nascita dello stato, non guardino con altrettanto interesse e pari evidenza al problema dei confini nel loro volto tardomedievale, che apparirebbero una realtà già assestata, un tessuto di base di territori costruiti a partire da insediamenti di generazione diverse, che si sono avvicendate e accavallate nel tempo²³, e cioè villaggi, castelli (anche se a questo proposito è in corso una parziale revisione)²⁴ e villenuove²⁵. Singoli affondi sui confini tardomedievali sono interessati soprattutto agli aspetti di consolidamento militare²⁶. Si tratta comunque di un ambito cronologico in cui sono compresenti storici del medioevo e storici dell'età moderna; ed è sufficiente un richiamo al fatto, del resto, che la questione del sussumere in un quadro globale indagini rivolte ad aree circoscritte ma con implicazioni di problemi di largo respiro non ha ancora trovato impostazioni e soluzioni unitarie né nel campo dei medievisti né in quello dei modernisti. Accade invece che ci si accosti più volentieri al tema dei confini nei secoli più tardi del medioevo quando questi siano

in stretta relazione con lo sfruttamento di risorse di natura precisa, come il complesso delle acque in un territorio ben delimitato (appunto nel seminario emiliano *Acque di frontiera. Principi, comunità e governo del territorio nelle basse terre tra Enza e Reno*, relativo ai secoli XIII-XVIII, che si è svolto tra 1994 e 1995)²⁷ oppure il manto forestale di un certo numero di aree significative (il seminario di Sauris in Carnia su *Boschi e confini* del 2004, tuttavia con un taglio cronologico quasi esclusivamente modernistico)²⁸.

Dopo aver osservato quali cronologie risultino privilegiate, spunti introduttivi possono naturalmente essere tratti da una buona gamma di ricerche. Scegliamo il problema degli sviluppi circoscrizionali delle diocesi che sono, come è noto, caratterizzate da una lunghissima diacronia e che sono tipicamente e giustamente considerate sia vettrici di un'idea di territorialità di segno romano, dai contorni precisi, sia modelli territoriali per la dominazione longobarda e carolingia e poi per l'espansione nel contado della città comunale²⁹. La loro statica continuità, anche confinaria, può ormai in molti casi essere considerata un luogo comune che non regge alle verifiche puntuali: seguire le vicende confinarie consente anzi di entrare proprio nel vivo dei funzionamenti di una diocesi. È d'obbligo ricordare, sulla scorta di Stefano Gasparri, come esprima una certa fluidità di confini già una delle più note controversie all'interno della dominazione longobarda. È quella, con radici nella seconda metà del secolo VII e con conclusione in età carolingia, relativa ad alcune pievi contese tra le diocesi di Siena e di Arezzo, che ha notevoli ripercussioni sull'individuazione delle circoscrizioni politiche alle quali le diocesi fanno riferimento e che registra una certa tendenza a far coincidere le une con le altre³⁰. Si tratta appunto di una tendenza e non di un risultato sistematicamente raggiunto, che oltretutto deve poi essere circoscritto opportunamente, in tutte le successive ricadute, nel tempo e nello spazio. Va infatti sottolineata la motivata messa in dubbio «che in concreto sia mai esistita quella quasi perfetta concordanza dei vecchi distretti religiosi e civili colle nuove e mutevoli sagome delle formazioni territoriali dominate dalle città», che leggiamo in quel lucido repertorio di effettive acquisizioni, di problemi, di nuove piste di ricerca e anche di contestazioni fornito nel contributo di Sante Bortolami su *Frontiere politiche e frontiere religiose nell'Italia comunale: il caso delle Venezie* (1988), critico in particolare verso interpretazioni condizionate da un'impostazione giurisdicistica e poi ricalcate in maniera inerziale³¹. Occorre comunque integrare questi risultati ricordando che, se da un lato è certamente possibile ricostruire nelle grandi linee il profilo di una diocesi – è anzi questo un topos nello studio delle maggiori istituzioni ecclesiastiche – dall'altro occorre poi essere anche consapevoli che, qualora si appunti l'attenzione su un arco cronologico stretto, ancora fino al secolo XII può permanere incertezza riguardo alla sua effettiva articolazione³². L'instabilità dell'efficacia giurisdizionale della distrettuazione ecclesiastica, riscontrabile senza grandi eccezioni, è infatti risultato sia dell'esistenza di isole immunitarie ed esenti, sia della patrimonializzazione di chiese e cappelle, e di pievi in particolare³³, che possono temporaneamente intaccare nei fatti (non nel disegno complessivo) anche i confini stessi della diocesi.

I confini, nella loro dimensione storica, si propongono dunque quale efficace reagente per evidenziare processi assai eterogenei, che hanno ovviamente lasciato tracce documentarie disperate. Non è pleonastico sottolineare come la natura delle fonti indagabili appaia tuttavia condizionare in maniera risolutiva l'accertamento e l'interpretazione che possiamo dare delle situazioni confinarie. Procediamo attraverso qualche ulteriore esempio. È vero che possiamo attingere a una tipologia documentaria, di discreta consistenza, appositamente elaborata e facilmente identificabile, cioè le compilazioni note come *Libri terminorum* o *Libri finium*, per fissare e ricordare in maniera salda e incontestabile le competenze cittadine nel territorio: una vera e propria «scrittura del confine» che conosce larga diffusione a partire dall'età podestare e che rispetto alle registrazioni altomedievali si distingue in primo luogo per una diversa logica interna³⁴. Per lo stesso torno di anni basta comunque un singolo documento a gettare una vivida luce sulla estrema complessità dei funzionamenti di una collettività rurale, che può essere in un certo grado generalizzabile: il rappresentante di Tommaso di Savoia nel 1237 deve separare addirittura all'interno del villaggio di Cavour il controllo signorile fra i conti e l'abate di Cavour, disegnando persino confini – rigorosamente lineari! – dall'angolo del muro del monastero fino a una strada, di qui fino a una porta del circuito murario e poi lungo un fossato fino all'edificio abbaziale³⁵.

Oltre ad affidarsi agli addensamenti di documentazione «esplicita» e alla rassicurante traccia della certificazione di origine contenziosa³⁶, occorre però saper leggere indicazioni in fonti assai eterogenee che ci riportino a *tutte* quelle differenti nozioni di confine e di separazione che probabilmente coesistono rispetto alla stessa zona: *fines* dunque che possono coincidere, mantenersi per inerzia (anche dinamica), essere intesi come un obiettivo, contrastare, tendere ad avvicinarsi, condizionarsi l'un l'altro. E ciò anche se si tratta di nozioni che è difficile cogliere simultaneamente, perché spesso relative a eventi e processi che difficilmente accedono alla documentazione scritta, e anche se non dobbiamo presupporre che separazioni nette e confini precisi siano sempre avver-
titi come una necessità³⁷.

Il versante religioso può offrirci utile materia. Si pensi alle rogazioni, quei riti processionali di sacralizzazione, ricognizione e perlustrazione dello spazio, e anche di netta accentuazione possessoria, che si ripetevano annualmente in ambito sia urbano sia rurale e che hanno lasciato solo tarde e rade testimonianze scritte, di ordine normativo e per lo più relative all'ambito di alcune città³⁸. Si pensi ai culti dei santi, che potevano funzionare da veri e propri marcatori dei confini³⁹. Oppure si badi a una specifica testimonianza che proviene dal mondo delle comunità eremitiche, ancora nel basso medioevo ostinate nel difendere il proprio spazio incontaminato da altri uomini e perciò attente a ritagliarlo all'interno di zone ormai discretamente popolate. Per i possessori della certosa di Pesio, nelle Alpi Marittime, si tratta di confini non materialmente tracciati sul suolo, ma nitidamente descritti, poi fatti sentire, percepiti e rispettati nel tempo, e corrispondenti ai *termini* ideali che due priori certosini transalpini nel 1218 riconoscono a disegnare il *desertum*.

Questo nuovo spazio è sensibilmente più esteso di quello corrispondente al territorio donato nell'alta valle Pesio all'ente certosino al momento della sua fondazione, nel 1173, presto rivelatosi inadeguato per il sostentamento della comunità monastica: così nel 1218 si riconosce e si prefigura un *desertum* in senso proprio, per quanto era possibile per la zona e per l'epoca, dal momento che non vi si trovano né castelli, né case sparse o raggruppate, pur inoltrandosi e incuneandosi negli antistanti e ben ritagliati *territoria* di tre villaggi⁴⁰. Una simile testimonianza, pur nella sua eccezionalità, apre uno squarcio su quali potessero essere altre aree di "evitazione" sul territorio derivanti dalla presenza, ad esempio, di famiglie o gruppi sociali, senza tracciamento visibile di confini⁴¹.

Occorre così confrontarsi con una "produzione storica di confini", per cui possiamo mutuare la proposta – di metodo e contenuti – acutamente formalizzata pochi anni fa da Angelo Torre in relazione a luoghi e territori e per un *ancien régime* dilatabile a ritroso fino a comprendere il medioevo. La proposta può essere accolta certamente per quel che riguarda l'adozione sistematica di punti di osservazione, anche se la molteplicità dei soggetti e dei fattori in campo è disarmante rispetto alla possibilità, come si è detto, di riconoscere delle tipologie⁴², quanto meno nella fase attuale degli studi. È opportuno perciò soprattutto mettere alla prova un'indicazione, da sfumare e riadattare di caso in caso rispetto alle fonti medievali e al tema dei confini, perché Torre ha presente soprattutto documentazione di natura contenziosa di età moderna. Il suggerimento è di guardare alle fonti non semplicemente come l'espressione stessa della realtà, bensì come un momento di modificazione della realtà. Le fonti (e per la fase medievale anche quelle notarili, che paiono avere maggior carattere "seriale") registrerebbero infatti processi di riconoscimento reciproco e di legittimazione incrociata dei detentori del potere e delle popolazioni loro soggette attraverso la trascrizione, documentaria innanzi tutto, «di pratiche sociali che sottolineano l'esistenza di un uso pragmatico delle istituzioni», dunque un uso concreto, mirato e consapevole⁴³; va da sé che se guardiamo al lungo millennio medievale si richiede un'interpretazione molto larga di istituzione, elevando a tale una pluralità di elementi capaci di contribuire ininterrottamente all'ordinamento del territorio⁴⁴.

Proprio l'interesse per una simile e minuta capacità di organizzazione e di gestione dello spazio, che in definitiva ha contenuti fortemente politici rispetto alla società locale anche quando chi la esprima è un soggetto religioso (come si è appena visto riguardo alla certosa di Pesio), ha portato in linea di massima, nelle ricerche che qui si presentano, a due scelte. Da un lato si sono privilegiati tendenzialmente ambiti rurali che per lo più vedono un basso apporto della città, che nella storiografia italiana insieme con il castello è solitamente considerata uno dei grandi motori dell'organizzazione del territorio. Dall'altro si sono escluse in partenza situazioni agganciate a elementi "naturali" di immediata e forte evidenza: tale può risultare, per esempio, la catena alpina, in grado di condizionare nettamente anche una dimensione mentale dei confini⁴⁵ o da presentarsi in alcuni tratti quale vero e proprio «contenitore di confini»⁴⁶.

Anche i fiumi sono certamente portatori di idee confinarie, ma in realtà proprio come i monti risultano separatori o unificatori a seconda delle volontà politiche e delle situazioni⁴⁷. Nel loro volto medievale i confini risultano infatti esito di processi che continuamente si rigenerano, perché anche quella che può essere valutata come inerzia in realtà è ancora assai di frequente un'opera continua di manutenzione e contrattazione⁴⁸.

Note

¹ A partire da P. Vaccari, *La territorialità come base dell'ordinamento giuridico del contado nell'Italia medioevale*, Milano 1963² (ed. or. 1921); si tengano presente inoltre le precisazioni di C. Violante, *La signoria 'territoriale' come quadro delle strutture organizzative del contado nella Lombardia del secolo XII*, in *Histoire comparée de l'administration (IVe-XVIII siècles)*, a cura di W. Paravicini e K. F. Werner, München 1980 (Beihefte der Francia, 9), pp. 333-344 (in particolare p. 334 n.), e la recente messa a punto in G. Sergi, *La territorialità e l'assetto giurisdizionale e amministrativo dello spazio*, in *Uomo e spazio nell'alto medioevo*, Spoleto 2003 (Settimane di studio del Centro italiano di studi sull'alto medioevo, 50), pp. 479-501. Un interessante suggerimento a rilevare forme di organizzazione politica, ancora fra Tre e Quattrocento, diverse da quelle incentrate sulla territorialità, si deve a A. Gamberini, *La territorialità nel Basso Medioevo. Un problema chiuso? Osservazioni a margine della vicenda di Reggio*, in *Poteri signorili e feudali nella Lombardia alla fine del medioevo. Legittimità e forme di esercizio*. Atti del convegno di studi (Milano, 11-12 aprile 2003), a cura di F. Cengarle, G. Chittolini, G. M. Varanini, Firenze 2005 (Quaderni di RM Rivista, 1), pp. 47-71 e [06/06]: <<http://www.storia.unifi.it/RM/rivista/atti/poteri/Gamberini.htm>>, ora anche in A. Gamberini, *Lo stato visconteo. Linguaggi politici e dinamiche costituzionali*, Milano 2005, pp. 203-230.

² Senza pretesa di completezza: P. Toubert, *Frontière et frontières: un objet historique*, in *Castrum 4. Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*, Actes du colloque d'Erice - Trapani (Italie), 18-25 septembre 1988, a cura di J. -M. Poisson, Rome-Madrid 1992 (Collection de la casa de Velázquez, 38 - Collection de l'École française de Rome, 105), pp. 16 e 12 sgg.; P. Marchetti, *De iure finium. Diritto e confini tra tardo medioevo ed età moderna*, Milano 2001, pp. 56 sgg.; *Medieval Frontiers: Concepts and Practices*, a cura di D. Abulafia e N. Berend, Aldershot-Burlington (USA) 2002, tratta proprio di tutto ciò che non risulta lineare e va segnalato per una bella introduzione di taglio problematico; G. Sergi, *I colli alpini: svolte insediative e sociali nel medioevo*, in *Alps Graia. Archéologie sans frontières au col du Petit-Saint-Bernard*, a cura di L. Apollonia e E. M. Vesa, Aosta 2006, pp. 315-319 (p. 316). Probabilmente non a caso, non ha ancora trovato applicazione al tema dei confini lo studio della cultura geometrico-agrimensoria, che è sempre più diffusa a partire dal secolo XII e di cui ha trattato soprattutto R. Comba, *I borghi nuovi dal progetto alla realizzazione*, in *I borghi nuovi. Secoli XII-XIV*, a cura di Id. e A. A. Settia, Cuneo 1993 (Da Cuneo all'Europa, 2), pp. 279-298, in particolare 286 sgg. Per la fase precedente si veda di recente S. Del Lungo, *La pratica agrimensoria nella tarda antichità e nell'alto medioevo*, Spoleto 2004 (Testi, Studi, Strumenti, 17).

³ G. Castelnuevo, *Fra territorio e istituzioni: la frontiera nell'arco alpino occidentale. Giura e Vaud dall'VIII al XV secolo*, in *Landeshoheit. Beiträge zur Entstehung, Ausformung und Typologie eines Verfassungselements des römisch-deutschen Reiches*, a cura di E. Riedenaier, München 1994 (Studien zur bayerischen Verfassungs- und Sozialgeschichte, 16), pp. 236-251 (p. 243).

⁴ Toubert, *Frontière et frontières* cit., pp. 13 sgg., e anche: «Nous constatons, au fond, à travers ce qui me semble être une impossibilité de typologie vraiment sérieuse, le fait que simplement, nous nous trouvons foncément devant des situations qui sont elles-mêmes contradictoires et rebelles aux réductions qu'on serait tenté d'établir», in *Conclusions a Frontière et peuplement* cit., p. 339.

⁵ C. Wickham, *Frontiere di villaggio in Toscana nel XII secolo*, in *Frontière et peuplement* cit., pp. 239-248.

⁶ P. Toubert, *Il medievista e il problema delle fonti*, in *Dalla terra ai castelli. Paesaggio, agricoltura e poteri nell'Italia medievale*, Torino 1995, pp. 3-19.

⁷ Buoni e articolati spunti tematici, anche se con qualche peccato di indeterminazione cronologica, in S. Barbacetto, *Sull'identità delle comunità alpine: il problema dei confini*, in *Comunità alpine: linguaggi, identità e comunicazione politica (secoli XIV-XVIII)*. Atti del convegno di Trento, 14-15 giugno 2002, Bellinzona 2002, pp. 111-129.

⁸ Negli ultimi anni si è spesso ragionato volentieri, oltre che in termini di organizzazione del territorio, anche in termini di gestione e percezione dello spazio, che meno ha implicato la considerazione dei confini: rinvio, senza pretesa alcuna di esaustività e in mero ordine cronologico, agli atti spoletini citati nella nota 1 (integrabile con alcuni saggi in *Arti e storia nel Medioevo*, a cura di E. Castelnuevo e G. Sergi, I, *Tempi Spazi Istituzioni*, e in particolare A. Guerrau, *Il significato dei luoghi nell'Occidente medievale: struttura e dinamica di uno «spazio» specifico*, pp. 201-

239, e C. Maritano, *Paesaggi scritti e paesaggi rappresentati*, pp. 283-316), a B. H. Rosenwein, *Negotiating Space. Power, restraint, and privileges of immunity in early medieval Europe*, Ithaca 1998, a O. Redon, *Lo spazio di una città. Siena e la Toscana meridionale (secoli XIII-XIV)*, Siena 1999 (ed. or. 1994), e anche a *Percezioni dello spazio* = «Quaderni storici», 30 (1995), 90, e a *Raumerfassung und Raumbewusstsein im späteren Mittelalter*, a cura di P. Moraw, Stuttgart 2002 (Vorträge und Forschungen, 49).

⁹ A. Torre, *La produzione storica dei luoghi*, in «Quaderni storici», 37 (2002), 110, pp. 443-475, e in particolare p. 451.

¹⁰ A. Castagnetti, *L'organizzazione del territorio rurale nel medioevo. Circostrizioni ecclesiastiche e civili nella «Langobardia» e nella «Romania»*, Torino 1979, pp. 27-28.

¹¹ Oltre a Marchetti, *De iure finium cit.*, pp. 23 sgg., si veda ad esempio *Confini e Regioni. Il potenziale di sviluppo e di pace delle periferie*, Atti del convegno *Problemi e prospettive delle regioni di frontiera* (23-27 marzo 1972), Trieste 1973, e P. Zanini, *Significati del confine. I limiti naturali, storici, mentali*, Milano 2000, pp. 10 sgg. Un eccellente repertorio dei problemi collegati alla frontiera, su un arco cronologico assai disteso, già in *Frontières et contacts de civilisations*, Neuchâtel 1979 (Le passé présent. Études et documents d'histoire).

¹² Si veda ad esempio S. Bortolami, *Frontiere politiche e frontiere religiose nell'Italia comunale: il caso delle Venezie*, in *Frontière et peuplement cit.*, pp. 220 e 223 sgg.

¹³ Due bei casi recenti: P. Pirillo, *La "sottile linea grigia": la montagna di monte Beni e il confine appenninico tra Bologna e Firenze (secc. XII-XIV)*, in *La norma e la memoria. Studi per Augusto Vasina*, a cura di T. Lazzari, L. Mascanzoni, R. Rinaldi, Roma 2004 (Nuovi studi storici, 67), pp. 69-90, e M. Stoffella, *Dalla marca di Tuscia alla Toscana comunale. Lo spazio dei monasteri*, in corso di pubblicazione negli Atti del seminario di studi *Dalla marca di Tuscia alla Toscana comunale* (Pisa, 10-12 giugno 2004), a cura di G. Petralia e M. Ronzani.

¹⁴ Si badi al fatto, tra l'altro, che nel recente *Dizionario dell'Occidente medievale*, a cura di J. Le Goff e J. C. Schmitt, I, Torino 2003 (ed. or. 1999), si tratta di frontiere all'interno del lemma *Centro/periferia*, di cui è autore lo stesso Le Goff (pp. 180-196).

¹⁵ W. Pohl, *Conclusion: The transformation of frontiers*, in *The Transformation of Frontiers. From Late Antiquity to the Carolingians*, a cura di W. Pohl, I. Wood, H. Reimitz, Leiden - Boston - Köln 2001, p. 259. Questo spostamento di prospettiva, rispetto alla schema città/contado/campagna che ha a lungo connotato la storiografia italiana, è ben denunciato ad esempio, fin dal titolo, da *Contado e città in dialogo. Comuni urbani e comunità rurali nella Lombardia medievale*, a cura di M. L. Chiappa Mauri, Milano 2003; un breve bilancio di recenti posizioni storiografiche rispetto al problema della perifericità per un segmento cronologico ben caratterizzato come i secoli IX-XI in G. Sergi, *Politica, amministrazione e territorio sui confini del regno italico*, in *Atti del XXXIX Convegno di studi maceratesi*, Abbazia di Fiastra (Tolentino), 22-23 novembre 2003, Pollenza 2005, pp. 1-11.

¹⁶ Attenzione molto puntuale anche per problemi di nomenclatura in specifiche contingenze in P. Bonacini, *Terre d'Emilia. Distretti pubblici, comunità locali e poteri signorili nell'esperienza di una regione italiana (secoli VIII-XIII)*, Bologna 2001, in particolare nella Parte seconda.

¹⁷ G. Sergi, *I confini del potere. Marche e signorie fra due regni medievali*, Torino 1995 (p. 4).

¹⁸ *Il confine appenninico: percezione e realtà dall'Età antica ad oggi* (Capugnano [Bologna], 9 settembre 2000), a cura di P. Foschi e R. Zagnoni, Porretta Terme (BO) - Pistoia 2001. Ricordo anche, benché condotta in ambito extrapeninsulare, la ricca analisi di Castelnuovo, *Fra territorio e istituzioni cit.*

¹⁹ Marchetti, *De iure finium cit.*

²⁰ Toubert, *Frontière et frontières cit.*

²¹ *Frontière et peuplement cit.*

²² *Città, castelli, campagne nei territori di frontiera (secoli VI-VII)*. 5° seminario sul tardoantico e l'altomedioevo in Italia centrosettentrionale. Monte Barro-Galbiate (Lecco), 9-10 giugno 1994, Mantova 1995 e [06/06]: <<http://192.167.112.135/NewPages/EDITORIA/SAP/o61.html>>, e anche D. Degrassi, *Frontiere, confini e interazioni transconfinarie nel medioevo: alcuni esempi nell'area nordorientale d'Italia*, in «Archivio storico italiano», 160 (2002), pp. 195-220.

²³ Si tratta di due noti e fondamentali testi di riferimento: *L'organizzazione del territorio in Italia e Germania: secoli XIII-XIV*, a cura di G. Chittolini e D. Willoweit, Bologna 1994 (Annali dell'Istituto storico italo-germanico, 37), e *Origini dello Stato. Processi di formazione statale in Italia fra medioevo ed età moderna*, a cura di G. Chittolini, A. Molho, P. Schiera, Bologna 1994 (Annali dell'Istituto storico italo-germanico, 39).

²⁴ Delle ricerche degli Settanta del secolo scorso che hanno conseguito risultati importanti sul versante della definizione territoriale legata all'incastellamento mi limito a citare P. Toubert, *Les structures du Latium médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IXe à la fin du XIIe siècle*, Rome 1974 (Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome, 121), mentre per un breve status questionis che suggerisce anche modelli alternativi S. Gelichi, *Introduzione all'archeologia medievale. Storia e ricerca in Italia*, Roma 1997, pp. 144 sgg.; resta fondamentale per la ricchezza di stimoli C. Wickham, *Documenti scritti e archeologia. Per una storia dell'incastellamento: l'esempio della Toscana*, in «Archeologia medievale», 16 (1989), pp. 79-102.

²⁵ Per gli studi recenti che hanno affrontato il problema del consolidamento territoriale degli insediamenti di nuova fondazione rinvio per brevità a P. Guglielmotti, *Villenove e borghi franchi: esperienze di ricerca e problemi di metodo*, in *Serravalle Sesia 1255-2005. Istituzioni e poteri, religiosità e cultura in un territorio di confine* (Atti del convegno, Serravalle Sesia, 19 marzo 2005), in corso di stampa, e in [06/06]: <<http://fermi.univr.it/RM/biblioteca/scaffale/g.htm-Paola%20Guglielmotti>>.

²⁶ Ad esempio G. M. Varanini, *Ai confini dello stato regionale. Due documenti su castelli e fortificazioni di rifugio nel territorio veronese agli inizi del Quattrocento e Tra Verona e Ferrara: problemi militari e commerciali nella pianura veronese dall'età comunale al Quattrocento*, in *Comuni cittadini e stato regionale. Ricerche sulla Terraferma veneta nel Quattrocento*, Verona 1992, pp. 295-330 e 331-360, e P. Bonacini, *Il confine militare tra Modena e Bologna nel secolo XIII*, in *Il confine appenninico* cit., pp. 71-91.

²⁷ *Acque di frontiera. Principi, comunità e governo del territorio nelle basse terre tra Enza e Reno (secoli XIII-XVIII)*, a cura di F. Cazzola, Bologna 2000 e [06/06]: <http://amsacta.cib.unibo.it/archive/00000885/01/quaderni_14.pdf>.

²⁸ Organizzato da Mauro Ambrosoli e Furio Bianchi e patrocinato dall'Università di Udine: interventi di B. Andreolli, J. Cancellieri, L. Giana, B. Palmero, O. Raggio, A. Torre, e in corso di pubblicazione.

²⁹ Di recente G. Sergi, *Le sedi religiose*, in *Arti e storia nel Medioevo*, a cura di E. Castelnuovo e G. Sergi, II, *Del costruire: artisti, artigiani, committenti*, Torino 2003, p. 109.

³⁰ Castagnetti, *L'organizzazione del territorio* cit., pp. 11 sgg.; S. Gasparri, *Il regno longobardo in Italia. Struttura e funzionamento di uno stato altomedievale*, in *Langobardia*, a cura di Id. e P. Cammarosano, Udine 1990, pp. 242 sgg., e S. Gasparri, *La frontiera in Italia (sec. VI-VIII). Osservazioni su un tema controverso*, in *Città, castelli, campagne nei territori di frontiera* cit., pp. 9-19, in specie a p. 14.

³¹ Bortolami, *Frontiere politiche* cit., p. 223, con riferimento soprattutto al noto studio di G. De Vergottini, *Origini e sviluppo storico della comitatina* (1929), ora in *Scritti di storia del diritto italiano*, a cura di G. Rossi, Milano 1977, I, pp. 3-121. Per una recente ripresa critica di questo tema, con speciale attenzione alla proposta di De Vergottini, si vedano A. Degrandi, *La riflessione teorica sul rapporto città-contado nello scontro fra Federico Barbarossa e le città italiane*, in «Bullettino storico italiano per il Medio Evo», 106 (2004), 2, pp. 139-167, e Gamberini, *La territorialità nel Basso Medioevo* cit..

³² Un intervento recente, nell'ambito di una bibliografia assai nutrita e utile anche per la ricchezza di riferimenti, è A. Vasina, *Aspetti e problemi della organizzazione territoriale in Italia nel Medioevo: fra diocesi e pievi*, in *Per Vito Fumagalli. Terra, uomini, istituzioni medievali*, a cura di M. Montanari e A. Vasina, Bologna 2000 (Biblioteca di storia agraria medievale, 17), pp. 359-378.

³³ Per un caso esemplare, la pieve di Morozzo nell'ambito della diocesi di Asti, P. Guglielmotti, *I signori di Morozzo nei secoli X-XIV: un percorso politico del Piemonte medievale*, Torino 1990 (Biblioteca storica subalpina, 206), pp. 57 sgg.

³⁴ Di recente G. Francesconi e F. Salvestrini, *La scrittura del confine nell'Italia comunale. Modelli e funzioni*, in *Limites et frontières*, in *Frontiers in the Middle Ages*, ed. by O. Merisalo with the collaboration of P. Pahta, Louvain-La-Neuve 2006 (Textes et Études du Moyen Âge, 35), pp. 197-221, e in [06/06]: <<http://fermi.univr.it/RM/biblioteca/scaffale/f.htm#Giampaolo%20Francesconi>>.

³⁵ *Cartario dell'abbazia di Cavour*, a cura di B. Baudi di Vesme, E. Durando, F. Gabotto, Pinerolo 1900 (Biblioteca della società storica subalpina, 3/1), doc. 41, p. 64, su cui G. Sergi, *Riflessioni sulla dimensione storica della coscienza comunitaria*, in *Che cosa ne pensa oggi Chiaffredo Roux? Percorsi della dialettologia per cezionale all'alba del nuovo millennio* (Convegno internazionale di Bardonecchia, 25-27 maggio 2000), a cura di M. Cini e R. Regis, Alessandria, 2002, pp. 27-36, in particolare p. 32.

³⁶ Per un interessante sviluppo di questa nozione si veda B. Palmero, *Regole e registrazione del possesso in età moderna. Modalità di costruzione del territorio in alta val Tanaro*, in «Quaderni storici», 35 (2000), 103, pp. 49-85.

³⁷ Per l'illustrazione di una situazione duecentesca, nel basso Monferrato, in cui numerose collettività rurali condividono un bosco comune, senza che nemmeno tutte vi risultino confinanti, si veda P. Guglielmotti, *Comunità e territorio. Villaggi del Piemonte medievale*, Roma 2001, capitolo 6.

³⁸ A. Benvenuti, *Draghi e confini. Rogazioni e litanie nelle consuetudini liturgiche*, in *Simboli e rituali nelle città toscane fra medioevo e prima età moderna*, Arezzo 21-22 maggio 2004, in corso di stampa, e in [06/06]: <<http://fermi.univr.it/RM/biblioteca/scaffale/b.htm#Anna%20Benvenuti>>; A. Vauchez, *Liturgia e cultura folclorica: le Rogazioni nella Legenda aurea di Jacopo da Varazze*, in *I laici nel Medioevo. Pratiche ed esperienze religiose*, Milano 1989, pp. 163-173.

³⁹ Ringrazio Anna Benvenuti per avermi comunicato questi suoi interessi di ricerca.

⁴⁰ B. Caranti, *La certosa di Pesio. Storia illustrata e documentata*, Torino 1900, I, doc. 25, pp. 21-22, su cui R. Comba, *La prima irradiazione certosina in Italia (fine XI secolo - inizi XIV)*, in «Annali di storia pavese», 25 (1997), (= Atti del Convegno *La Certosa di Pavia tra devozione e prestigio dinastico: fondazione, patrimonio, produzione culturale*, Pavia/Certosa 16-18 maggio 1996), p. 28; sui territori di questi villaggi Guglielmotti, *Comunità e territorio* cit., capp. 1 e 3.

⁴¹ Per i segni visibili rinvio invece a L. Lagazzi, *Segni sulla terra. Determinazione dei confini e percezione dello spazio nell'alto Medioevo*, Bologna 1991, e anche, benché cronologicamente più orientati sull'età moderna, ad alcuni contributi in *Comunità alpine* cit. (sopra, nota 8).

⁴² Nella sua complessità e anche nella sua macchinosità, mostra una buona direzione verso cui orientarsi la proposta di P. Savy, *Gli Stati italiani del XV secolo: una proposta sulle tipologie*, in «Archivio storico italiano», 163 (2005), 4, pp. 735-759.

⁴³ Torre, *La produzione storica dei luoghi* cit., pp. 451-452 (il concetto e l'espressione di «produzione territoriale» è già del geografo Claude Raffestin, su cui si veda Marchetti, *De iure finium* cit., *passim*). Tra gli studi che hanno alimentato l'elaborazione di Torre ricordo, per la pertinenza con il tema di questa introduzione, E. Grendi, *La pratica dei confini. Mioglia contro Sassello, 1715-1745*, in «Quaderni storici», 20 (1986), 63, pp. 811-845. In ambito medievistico il problema di come affrontare le fonti ha come è noto un'articolata tradizione, di cui mi limito a ricordare una tappa fondamentale, per l'attinenza con i temi di questa sezione monografica, nel contributo di Toubert, *Il medievista e il problema delle fonti* cit..

⁴⁴ Ho cercato di calibrare con una certa puntualità la proposta di Angelo Torre rispetto a una specifica situazione in P. Guglielmotti, *Linguaggi del territorio, linguaggi sul territorio: la val Pocevera genovese (secoli X-XIII)*, in *Linguaggi politici, cerimoniali e pratiche della politica a Genova e nel regno di Napoli nel tardo Medioevo*, a cura di G. Petti Balbi e G. Vitolo, in corso di stampa.

⁴⁵ Un efficace riferimento in questo senso in E. Mollo, *Le Chiuse: realtà e rappresentazioni mentali del confine alpino nel medioevo*, in *Luoghi di strada nel medioevo. Fra il Po, il mare e le Alpi occidentali*, a cura di G. Sergi, Torino 1996, pp. 41-91, e in [06/06]: <<http://fermi.univr.it/RM/biblioteca/scaffale/volumi.htm#Giuseppe%20Sergi>>.

⁴⁶ G. Sergi, *La Valle di Susa medievale: area di strada, di confine, di affermazione politica*, in *Valle di Susa. Tesori d'arte*, Torino 2005, pp. 37-43 (p. 37).

⁴⁷ Sergi, *I colli alpini* cit., p. 316; per una recente interpretazione di fiumi «che dividono», G. Albertoni, *Le Alpi da Carlo Magno al Mille*, in *Carlo Magno e le Alpi. Viaggio al centro del Medioevo*, a cura di F. Crivello e C. Segre Montel, Milano 2006, pp. 19-21. Spunti interessanti relativi alle acque, alla normativa loro relativa, alla loro gestione e patrimonializzazione, con implicite ricadute di natura confinaria, in R. Rao, *I beni del comune di Vercelli. Dalla rivendicazione all'alienazione (1183-1254)*, Vercelli 2005, pp. 44 sgg. (anche per i rimandi alla bibliografia).

⁴⁸ Poche parole su una certa pigrizia da parte degli storici nel tradurre anche in carte geografiche i risultati delle ricerche di ambito territoriale, pur con alcune lodevoli eccezioni (tra cui indubbiamente il contributo di Bortolami, *Frontiere politiche* cit.). È certamente vero che la resa grafica dei confini non lineari può non essere soddisfacente, ma l'efficacia di una schematica restituzione per immagini di una *curtis* e della signoria fondiaria si è potuta apprezzare, soprattutto a livello di didattica, nella frequente ripresa dei disegni messi a indispensabile integrazione del testo da G. Sergi in *Villaggi e curtes come basi economico-territoriali per lo sviluppo del banno*, in *Curtis e signoria rurale: interferenze fra due strutture medievali*, a cura di Id., Torino 1993, pp. 10 e 19, e in [06/06]: <<http://fermi.univr.it/RM/biblioteca/scaffale/volumi.htm> - Giuseppe%20Sergi>. La

riproposizione di questi disegni ha così sortito il benefico effetto che nei manuali di storia per le scuole superiori e per l'università (ad esempio M. Montanari, *Storia medievale*, Roma-Bari, 2002, pp. 79 e 112) finalmente sono stati graficamente "levati confini" alla *curtis* ed è stata cancellata l'idea di blocchi fondiari compatti e ben ritagliati, mostrando invece strutture intimamente dinamiche e in continuo riassetamento. E ciò molto più di quanto non si sia riusciti a fare riproponendo i risultati di studi che datano già dagli anni Sessanta del secolo scorso, come quelli di Adriaan Verhulst (a partire da *La genèse du régime domanial classique en France au haut Moyen Âge*, in *Agricoltura e mondo rurale in Occidente nell'alto medioevo*, Spoleto 1966, Settimane di studio del Centro italiano di studi sull'alto medioevo, 13, pp. 135-160) e di Pierre Toubert (di cui rimando per brevità a *Dalla terra ai castelli* cit.).

Inter duos fluvios: il praedium Ueldes e le origini della signoria territoriale dei vescovi di Bressanone a Bled, nella marca Creina

di Giuseppe Albertoni

Nel 1803, in piena età napoleonica, fu sancita la secolarizzazione dei principati ecclesiastici dell'Impero asburgico, fra i quali vi era anche quello di Bressanone. Tra le conseguenze di queste disposizioni vi fu la rottura definitiva di un lungo rapporto che legava la Chiesa di Bressanone alla località di Bled, nell'odierna Slovenia, dove l'episcopio brissinese possedeva ingenti proprietà fondiarie che, dal secolo XI in poi, costituivano una sorta di isola giurisdizionale a sé stante all'interno della *marca* di Carniola prima, degli ambiti di potere che di essa presero il posto poi. Nel mio breve saggio cercherò di ricostruire le fasi iniziali di questa lunga vicenda, che ebbe origine nel 1004, quando il vescovo di Bressanone Albuin ottenne dall'imperatore Enrico II il *praedium Ueldes*¹.

1. *Il quadro istituzionale: il ritorno di vecchi confini*

Per comprendere i motivi che portarono i vescovi di Bressanone a ottenere il *praedium Ueldes* in una regione posta a sud delle Alpi Caravanche, nella diocesi di Aquileia, è bene richiamare i mutamenti istituzionali avvenuti nelle Alpi orientali nella seconda metà del secolo X quando, in seguito alla morte della moglie di Ottone I, Edgith, avvenuta il 29 gennaio 946, e del re d'Italia Lotario I, avvenuta il 22 novembre 950, i regni teutonico e italico furono attraversati da una nuova fase di instabilità politica. Nel 952, infatti, Ottone I dopo esser intervenuto con il suo esercito in Italia e aver sposato Adelaide, la vedova di Lotario, decise di assegnare a suo fratello Enrico, già duca di Baviera, la marca di Verona e di Aquileia². In tal modo otteneva nell'immediato due importanti risultati: da un lato indeboliva notevolmente il potere effettivo del re d'Italia – e suo vassallo – Berengario II, di cui riconobbe momentaneamente l'autorità; dall'altro rafforzava il suo maggiore e più fidato alleato, il fratello

Enrico, nella lotta contro il figlio ribelle Liudolfo, duca di Svevia, che con le nuove nozze del padre aveva visto svanire il suo ruolo di erede designato³. Questa situazione si mantenne anche dopo l'acquisizione del regno italico da parte di Ottone I e fu mutata solo in seguito a una nuova ribellione, che ebbe come protagonista il duca di Baviera Enrico II, il figlio del fidato fratello di Ottone I. In questo contesto, nel 976, il nuovo re e imperatore Ottone II intervenne nuovamente sugli assetti politici delle Alpi orientali, riducendo l'estensione territoriale del ducato di Baviera, al quale sottrasse la Carinzia (*Carantania*), che fu trasformata in un ducato autonomo, collegato in unione personale alla marca di Verona, e fu assegnata a Enrico, l'ultimo esponente della famiglia dei Luitpoldingi⁴. Unendo quest'ultimo ducato alle marche di Verona e del Friuli, Ottone I aveva posto sotto il controllo di un unico duca un territorio transalpino che controllava le principali vie di comunicazione tra Germania e Italia⁵. Separando la Carinzia dalla Baviera Ottone II cercò, invece, di correggere il pericoloso sbilanciamento di poteri che, venuta meno nel 961 la presenza di un autonomo re d'Italia, si poteva creare con il conferimento del controllo delle intere Alpi orientali a un unico duca.

Nel far ciò egli non creò un ducato *ex-novo*, ma ripristinò un ambito circoscrizionale dalla lunga tradizione, le cui radici più lontane rimandavano alla provincia tardo-imperiale del *Noricum mediterraneum*⁶ e quelle più vicine al "regno" slavo di Carantania, che verso la fine del secolo VIII era stato assorbito nei domini carolingi e – dopo una prima fase di sottomissione ai duchi del Friuli (796-828) – era stato riorganizzato in base all'istituto comitale⁷, pur mantenendo una memoria del proprio passato testimoniata dal fatto che ancora alla fine del secolo IX fu definito come "*regnum*"⁸. D'altra parte non dobbiamo dimenticare che il "regno di Carinzia" (*Charentariche*)⁹ si estendeva su una vasta regione dall'importanza commerciale e militare strategica, solcata da importanti vie di collegamento, terrestri e fluviali¹⁰. La sua rilevanza è messa in evidenza anche dallo scontro che si era acceso alla fine del secolo VIII per il suo controllo da un punto di vista ecclesiastico tra le Chiese di Aquileia e Salisburgo¹¹, un contrasto che fu risolto definitivamente nell'811 dallo stesso Carlo Magno, che assunse la Drava come confine tra le due province ecclesiastiche¹².

Travolta inizialmente dalla crisi dell'ordinamento carolingio, che nei territori orientali dell'impero fu segnata da un ventennio circa di lotte intestine – non possiamo dimenticare che l'ultimo imperatore, Carlo III, fu deposto proprio da Arnolfo "di Carinzia" – la *Carantania* tra IX e X secolo fu colpita duramente dalle incursioni ungare, ma fu ben presto riorganizzata dai Luitpoldingi all'interno del ducato di Baviera, sino a che Ottone II, come s'è detto, non decise di ripristinarla come entità autonoma. Raramente, però, il prestigioso titolo di duca di Carinzia permise ai suoi detentori negli ultimi decenni del secolo X e in gran parte di quello successivo un effettivo governo del ducato, a causa di tre elementi principali. Il primo è da ricondurre al fatto che gli Ottoni prima, i loro successori poi, cercarono di assegnarlo per lo più a *potentes* privi di diretti interessi familiari in area carinziana, al fine di ostacolare la crescita di contropoteri regionali forti e radicati¹³. In tal senso si spiega,

anche, la politica oscillante nei confronti della famiglia degli Eppensteiner, che in Carinzia aveva il fulcro dei suoi interessi e che cercò a più riprese di far proprio e dinastizzare il titolo ducale¹⁴; il secondo fattore era dato dal fatto che il ducato di Carinzia al momento del suo ripristino era una sorta di contenitore vuoto da un punto di vista dell'effettivo controllo del territorio, al cui interno ben presto vennero a distinguersi marche e comitati i cui detentori si ponevano spesso in modo autonomo rispetto al duca, cercando a loro volta, con maggior o minore successo, di dinastizzare la propria carica. Il terzo fattore, infine, può essere identificato nella precisa scelta imperiale di creare all'interno delle marche e dei comitati "carinziani" ampi ambiti immunitari attraverso l'assegnazione di ingenti proprietà regie, con annesse esenzioni, a sedi vescovili legate ai re di Germania.

Ciò fu particolarmente evidente in Carniola, una regione assai importante per i collegamenti tra l'Adriatico e l'Europa orientale [cfr. fig. 1] che, organizzata in età carolingia in un comitato¹⁵, riemerse come *marca* retta da un *comes* nelle fonti post-caroline solo nel 973 in due diplomi di Ottone II emessi a pochi mesi di distanza l'uno dall'altro a favore della chiesa di Frisinga¹⁶. Dato il silenzio quasi assoluto delle fonti è difficile capire se il "ritorno" della Carniola nel 973 sia da collegare a una sua riorganizzazione *ex novo* o se sia solo legato alla casualità della tradizione documentaria, assai rarefatta nella prima metà del secolo X per quel che riguarda la regione tra Danubio, Drava e Sava. Tradizionalmente la sua "ricomparsa" è ricondotta alla nuova organizzazione del territorio promossa dal duca di Baviera Enrico I nell'ambito della lotta contro gli Ungari¹⁷, un'ipotesi sicuramente plausibile, anche se non attestata direttamente dalle fonti. Certo è che, anche per quel che riguarda la Carniola, in età ottoniana non assistiamo alla creazione di una "marca nuova", ma alla riorganizzazione di una precedente circoscrizione carolingia, finalizzata al controllo del confine sud-orientale dell'Impero¹⁸. Al contrario di quanto avveniva negli stessi anni in altre regioni, questa ripresa dell'organizzazione circoscrizionale carolingia avvenne con uno scarso coinvolgimento dei ceti eminenti locali, in particolare di quelli slavi, e andò di pari passo, come s'è accennato, con l'assegnazione di cospicue proprietà fondiarie regie a enti ecclesiastici a loro volta estranei alla regione, come le sedi vescovili di Frisinga e Bressanone.

2. *Una proprietas dai confini certi: i vescovi di Frisinga presso Škofia Loka*

La donazione di Ottone II nella quale riemerge il "comitato di frontiera" o marca di Carniola aveva come destinatario il vescovo Abramo di Frisinga, un personaggio assai influente, che da un ventennio era alla guida del suo episcopio e che era il principale consigliere di Giuditta, moglie del duca di Baviera Enrico I e madre del futuro imperatore Enrico II¹⁹. Con essa l'imperatore consolidava la vocazione orientale della Chiesa di Frisinga, che già dal secolo VIII aveva assunto un ruolo di baluardo nei confronti degli Slavi²⁰. Fu a questa tradizione che il vescovo Abramo si riallacciò quando, inserendosi abilmente

nella riorganizzazione degli assetti di potere nelle Alpi orientali²¹ nel 973, grazie ai due diplomi in cui “riappare” la Carniola ai quali abbiamo fatto cenno poc’anzi, ottenne da Ottone II una cospicua *proprietas* presso l’odierna Škofia Loka²² [cfr. fig. 1].

L’importanza di questa concessione è testimoniata dall’estrema precisione con la quale furono specificati i confini dei beni donati, per la definizione dei quali giocarono un ruolo determinante il corso di torrenti, sin dalle sorgenti, e le strade, che fornivano una chiara demarcazione lineare completata da punti di riferimento quali un *castrum* o un guado²³. Questi confini circoscrivevano un nucleo di beni vasto e compatto che nel corso del secolo XI fu integrato solo in minima parte da ulteriori donazioni²⁴. Su questa *proprietas* il vescovo Abramo ottenne anche il *banno regio*, il cui ambito geografico fu definito sinteticamente con il solo riferimento a fiumi e torrenti²⁵. Sin dalle sue origini, dunque, la proprietà di Frisinga in Carniola settentrionale si presentava come un distretto dai chiari connotati signorili, nettamente separato dal territorio circostante²⁶.

3. *La costruzione di una signoria territoriale: i vescovi di Bressanone e Bled*

Diversa, invece, fu l’evoluzione attraverso la quale la Chiesa di Bressanone costituì dopo il Mille un proprio ambito signorile nella Carniola settentrionale attraverso una sorta di *work in progress* durato circa un settantennio²⁷. Punto di partenza di tale processo fu la donazione del *praedium quod dicitur Ueldes* – posto nei pressi dell’odierna Bled – che ebbe luogo a Trento il 10 aprile del 1004 durante una sosta dell’esercito di Enrico II che si stava dirigendo in Italia per porre termine al regno di Arduino di Ivrea²⁸. Assai probabilmente con essa il re di Germania voleva consolidare il rapporto che lo legava al vescovo di Bressanone Albuin, definito come *fidelis* due anni prima in un diploma regio che ne sottolineava il *devotum obsequium* premiato con la concessione di un’importante *curtis* a Ratisbona, la “capitale” del ducato di Baviera²⁹. Contemporaneamente, però, voleva anche inserire nel complesso equilibrio di poteri della regione tra Drava e Sava un uomo che, come il vescovo brissinese, apparteneva a una delle principali famiglie nobiliari attive nell’arco alpino orientale, gli Ariboni³⁰. Albuin, infatti, era un esponente dell’aristocrazia “carinziana” e proveniva dalla Jauntal, una vallata posta non lontano dall’odierna Klagenfurt, di cui suo fratello Aribone era conte, e per parte di madre era imparentato con il potente Hartwig I, che era stato “messo plenipotenziario” (*waltboto*) in Carinzia e conte palatino in Baviera. Sin dalla sua nomina a vescovo agì in modo spregiudicato, avviando una politica di commistione tra beni familiari e beni vescovili che favorì una rapida espansione della proprietà fondiaria della sua Chiesa verso oriente, ben al di fuori della sua diocesi, in Val Pusteria e lungo il corso della Drava. Decisive in tale processo furono le donazioni regie. Tra il 977 e il 979, infatti, Albuin ottenne da Ottone II, la *curtis Ribniza* (Reifnitz)³¹, che si estendeva a sud del Wörthersee, non lontano dalla Jauntal, dove si trovava il nucleo principale dei suoi beni familiari

– assai probabilmente in ringraziamento per l'appoggio dato all'imperatore contro i ribelli guidati dal duca di Baviera Enrico II e il duca Enrico di Carinzia – e, soprattutto, la conferma della donazione della *curtis Fillac* (Villach), che con il suo *castellum* costituiva un importante punto di controllo per l'accesso orientale in Val Pusteria³². Queste donazioni furono completate da quelle di vari liberi, nobili e detentori d'ufficio, che testimoniano i contatti di Albuin con i *potentes* interessati alla regione tra Drava e Sava, come lo stesso duca di Carinzia Enrico che, rientrato nell'orbita dei fedeli dell'imperatore Ottone III, attorno al 985-990 gli donò due *hobae* in Val Pusteria³³, o Abramo di Frisinga, con il quale scambiò vari beni e servi³⁴. Al momento della donazione del 1004, dunque, le premesse per un'espansione brissinese verso le Alpi orientali erano già state poste.

Il *praedium quod dicitur Ueldes* ottenuto da Enrico II sicuramente non era paragonabile per ampiezza ed estensione alla *proprietas* donata trent'anni prima da Ottone II al vescovo Abramo: si trattava, in ogni caso, di un'azienda fondiaria relativamente consistente, costituita da coltivi e terreni incolti³⁵, che tuttavia non abbisognava di particolari descrizioni “topografiche” da riportare accanto a quelle “geopolitiche”³⁶. I beni donati erano sottratti al *publicus districtus*³⁷ e, di fatto, costituivano una sorta di piccola signoria immunitaria, le cui decime e i cui introiti dovevano essere spartiti tra il vescovo e il capitolo³⁸.

Troviamo una maggior determinazione territoriale del luogo in cui si estendeva il *praedium* in un secondo diploma di Enrico II emanato a favore della Chiesa di Bressanone nel 1011, con il quale il nuovo vescovo, Adalberone³⁹, ottenne sempre *in pago Creina* – che si trovava allora *in comitatu Odalrici*⁴⁰ – 30 mansi regi e il *castellum Veldes*, tutti beni che, come il precedente *praedium*, erano posti tra la *maior* e la *minor Sova*, e cioè la Sava Dolinka, che fungeva da confine settentrionale e orientale, e la Sava Bohinjka, che invece costituiva il confine meridionale e confluiva nella *Sava Dolinka* poco a sud di Bled [cfr. figg. 1 e 2]⁴¹. I due rami della Sava delimitavano una sorta di territorio chiuso, protetto sul versante occidentale dalle Alpi Giulie e non attraversato dalle vie principali che collegavano la Carniola alla Carinzia tramite il passo di Loibl. Ma il diploma del 1011 non è importante solo per la maggior determinazione territoriale dei beni concessi in Carniola. Esso segna un passo importante nel rafforzamento della presenza brissinese attraverso la concessione di un *castellum* che a Bled, come già a Villach, assai probabilmente si configurava come una sorta di *caput curtis* fortificato. Parallelamente, l'assegnazione dei trenta *mansi* permetteva lo svilupparsi di un insediamento sparso che preludeva alla formazione di una signoria territoriale.

Un passo decisivo in tal senso fu fatto circa trent'anni dopo, grazie a due donazioni di Enrico III, che nei primi anni del suo regno dovette cercare di riportare l'ordine in Svevia, Baviera e Carinzia, dopo quasi un quindicennio di lotte che lo avevano visto per protagonista accanto a Guelfo II, al duca di Carinzia Adalberone di Eppenstein e al fratellastro omonimo, Enrico duca di Svevia⁴². In una delle due donazioni, avvenute entrambe il 16 gennaio del 1040, Enrico III donò al vescovo di Bressanone Poppone – un suo alleato

strettissimo che da lì a poco sarebbe divenuto papa col nome di Damaso II – un nuovo *praedium* a Bled, proprio nei pressi di quello donato nel 1004 da Enrico II⁴³. La descrizione delle pertinenze del *praedium* è anche in questo caso riconducibile a una formula stereotipata⁴⁴, ma ora sono descritti con una certa precisione i suoi confini, determinati da un lato dal *flumen Vistriza* (Tržiška Bistrica) dall'altro dal “vecchio” *praedium* [cfr. figg. 1 e 2]⁴⁵. Al “nuovo” *praedium* fu aggiunta anche la *silva que Leschahc nuncupatur*, corrispondente all'odierna Leše [cfr. Fig. 2]. *Praedium* e *silva* si estendevano significativamente entrambe al di fuori dell'*enclave* formato dai due rami della Sava, verso oriente, giungendo a lambire la via che conduceva al passo di Loibl e offrendo, in tal modo, un più facile collegamento con la Carinzia. Da un punto di vista circoscrizionale si trattava di beni sempre posti nell'ambito della *marca Creina*, sottoposta in quegli anni al *comitatus* del *marchio* Everardo di Sempt-Ebersberg⁴⁶, così come nello stesso ambito circoscrizionale si trovava anche il *saltus* donato con un altro atto nella medesima giornata⁴⁷. In questo caso si trattava di un bosco che si estendeva, invece, nell'*enclave* di Bled, tra i due rami della Sava, dalle loro sorgenti sino alla loro confluenza⁴⁸. Ma ciò che fece fare un vero salto di qualità nell'organizzazione signorile delle proprietà brissinesi in alta Carniola fu la decisione di Enrico III di assegnare al *saltus* lo statuto di foresta (*eundem saltum forestavimus*)⁴⁹, conferendo ai vescovi brissinesi il banno di caccia.

L'esercizio del banno di caccia, originariamente una delle prerogative attribuite al solo re, assegnava al suo detentore un prestigio particolare, attribuendogli una sorta di sovranità simbolica sul territorio sul quale si estendeva, che includeva anche proprietà di altri soggetti ai quali era proibito cacciare sui loro beni o esercitare un analogo diritto⁵⁰. In tal senso possono essere spiegati anche due atti riportati nei *Libri traditionum* brissinesi⁵¹, relativi a personaggi eminenti della Carniola che dovettero rinunciare al proprio *bannum ferarum*. Fu questo il caso di un nobile di nome Ozi che, dopo aver donato precedentemente al vescovo Altwin un *praedium* presso Bled⁵² e un servo⁵³ gli cedette anche una salina e il *ferale bannum* che esercitava *hereditario iure* in un'area purtroppo non indicata esplicitamente⁵⁴; fu questo il caso anche di altri tre uomini liberi, di nome Paolo, Ivan e Tunzo, che rinunciarono al *bannum ferarum* sui propri beni che si trovavano nella *forestis* del vescovo, a conferma di come la “foresta” non coincidesse con le proprietà vescovili⁵⁵.

Oltre a rafforzare da un punto di vista signorile il ruolo di Altwin e dei suoi successori in Carniola, le concessioni di Enrico III divennero il fulcro di attrazione di un pulviscolo di ulteriori donazioni di campi e vigne testimoniate da numerosi atti dei *Libri traditionum*⁵⁶. Già a una loro prima lettura risulta evidente la consapevolezza con la quale il presule brissinese nell'arco di un quarantennio cercò di compattare il più possibile le nuove acquisizioni presso i grandi *praedia* e il *castrum* di Bled e la *silva* di Leše a spese, come era già avvenuto con il *bannum ferarum*, soprattutto di liberi e nobili locali, a testimonianza del duro impatto che signorie fondiarie come quella brissinese ebbero su una struttura sociale caratterizzata dalla presenza di numerosi piccoli e

medi proprietari fondiari che dovettero cercare forme di accomodamento nei confronti della grande signoria fondiaria ecclesiastica promossa in Carniola dagli imperatori della casa di Sassonia e Franconia.

Purtroppo è assai difficile individuare sempre con certezza le località oggetto delle donazioni; in diversi casi, però è possibile cogliere in modo chiaro la strategia seguita da Altwin, che cercò di ottenere beni in “luoghi nevralgici”, talvolta anche attraverso aggiustamenti successivi. Soprattutto nel lasso di tempo che va dal 1060 al 1090 la tendenza ad acquisire beni presso Bled e la *silva* Leše risulta particolarmente evidente. In questi decenni, infatti, il vescovo Altwin acquisì nei dintorni di Bled diverse vigne, piccoli appezzamenti e *predia*, mentre presso Leše ottenne donazioni rilevanti, come il *praedium Lescah*⁵⁷ e, soprattutto, la *villa Fuistriza* donati entrambi dal *comes* Ulrico⁵⁸. Grazie a queste acquisizioni la chiesa di Bressanone poté rafforzare ulteriormente il proprio ruolo signorile in Carniola, testimoniato anche dall'accordo stipulato tra il vescovo Altwin e il patriarca di Aquileia Ravenger, nella cui diocesi i beni brissinesi si trovavano, in base al quale la Chiesa brissinese ottenne il diritto di riscuotere le decime provenienti dai beni aquileiesi in Carniola e Carinzia in cambio della cessione di due *hobae* a Begunje (*Uegun*) e la cessione di un analogo diritto al patriarca di Aquileia per i beni brissinesi posti in *suo pathriarchatu*⁵⁹. Ma il ruolo signorile brissinese in Carniola è testimoniato anche dagli accordi con altri personaggi eminenti dell'area friulano-carinziana, come l'*Heinricus nobilis prosapie* che Oswald Redlich, l'editore dei *Libri traditionum* brissinesi, aveva identificato con l'omonimo conte d'Istria, un esponente degli Eppensteiner⁶⁰, mentre ricerche successive lo hanno ricondotto in modo convincente al conte del Friuli Werehin, di cui sarebbe stato il figlio⁶¹. Con Enrico e sua moglie Wezala Altwin ebbe una serie di scambi di beni che esemplifica assai bene come alcune permuthe potessero riflettere rapporti di forza o strategie mutevoli anche sul breve periodo. In questo caso particolare i documenti di cui disponiamo sembrerebbero mettere in scena una sorta di braccio di ferro altalenante che ebbe come oggetto una fortezza (*munitio*) vescovile a Kranj/Krainburg (*locus Chreina*), una località posta al di fuori dell'area in cui si estendevano i beni brissinesi, ma ugualmente assai importante poiché dal secolo XI era sede del *marchio Carniolae*⁶². Possedere un avamposto nei luoghi in cui agivano i detentori del potere era, d'altra parte, un principio fermo della politica dei vescovi brissinesi che, come ho accennato, già possedevano un'importante *curtis* a Ratisbona, “capitale” del ducato di Baviera⁶³.

Nel confrontarsi con i potenti “locali”⁶⁴ Altwin non venne mai meno alla fedeltà verso l'imperatore, che appoggiò anche nei momenti più difficili e dal quale ottenne importanti riconoscimenti che permisero di rafforzare la posizione del suo episcopio a sud delle Alpi Caravanche. Il 27 di settembre del 1063, infatti, Enrico IV donò alla chiesa di Bressanone due monti la cui estensione era delimitata nuovamente da due corsi d'acqua⁶⁵: si tratta dei *montes Staeinberch* e *Otales*, che secondo i curatori dell'edizione dei *Monumenta Germaniae Historica* dei diplomi di Enrico IV corrisponderebbero agli odier-

ni Kamnik, presso Kamnje, e Otalež, presso la località omonima, due monti a nord di Idrija, posti assai lontano da Bled e dagli altri beni brissinesi⁶⁶. Qualora questa localizzazione fosse giusta, la donazione potrebbe essere spiegata con l'intento di avviare una nuova isola signorile non lontana dalle vie di comunicazione principali che dalla Carniola portavano in Friuli e l'Istria. Quest'ipotesi tuttavia cade se, seguendo le indicazioni proposte in tempi relativamente recenti da alcuni studiosi sloveni⁶⁷, identifichiamo i due *montes* con gli alpeggi di Talež e Pečana sull'altopiano di Jelovica, non lontano da Bled. In questo caso si tratterebbe di un ulteriore rafforzamento del fulcro delle proprietà brissinesi, confermato, dieci anni più tardi, da un'altra concessione di Enrico IV, che estese il banno di caccia su tutti i beni brissinesi posti tra i confini formati a ovest dal torrente Dobršnik, un affluente della Sava Dolinka, a est dal torrente Tržiška Bistrica, a nord dalle Alpi Caravanche e a sud dal *medium fundum* della Sava [cfr. Fig. 2]⁶⁸. Saranno questi i confini che, con pochi aggiustamenti, avrebbero segnato l'ambito della signoria territoriale brissinese in Carniola sino all'età napoleonica.

Conclusione

L'accrescersi delle proprietà fondiarie e dei diritti signorili della sede vescovile di Bressanone a Bled fu frutto di una consapevole politica condotta parallelamente dai vescovi brissinesi e dagli imperatori, interessati entrambi al costituirsi di un distretto signorile che fosse sottratto all'instabilità che segnava le circoscrizioni pubbliche a causa del frequente venir meno della fedeltà dei loro detentori. Il graduale passaggio dalla gestione economica all'esercizio di poteri di banno fu contrassegnato dall'esigenza di esplicitare la territorialità dei poteri stessi, indicando in modo sempre più preciso i confini degli ambiti signorili, tracciati soprattutto lungo fiumi e torrenti che, anche visivamente, separavano territori che appartenevano a una medesima marca sottoposta al potere del medesimo *comes* o *marchio*. Almeno nella rappresentazione documentaria, nel caso da noi analizzato i confini appaiono un dato di fatto concreto, assai lontano dal "confinamento non lineare" che caratterizzò l'esercizio dei poteri in altri contesti e in altri tempi⁶⁹.

Figure

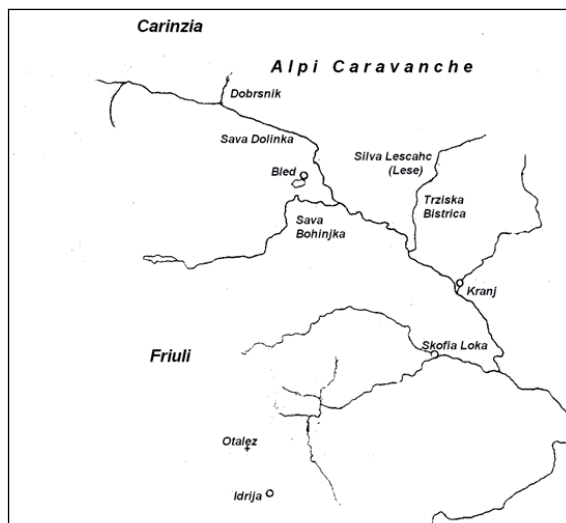


Fig. 1 L'ambito geografico delle proprietà fondiari dei vescovi di Bressanone in Carniola (secolo XI). Rielaborazione della carta riportata in L. Hauptmann, *Krain* (Blatt 30, 31, 32, 35, 36, 37), in *Erläuterungen zum historischen Atlas der österreichischen Alpenländer*, hrsg. von der Akademie der Wissenschaften in Wien, I. Abteilung, *Die Landgerichtskarte*, 4. Teil, *Kärnten, Krain, Görz und Istrien*, di A. v. Jaksch, M. Wutte, L. Hauptmann, A. Mell und H. Pirchegger, Wien 1929.

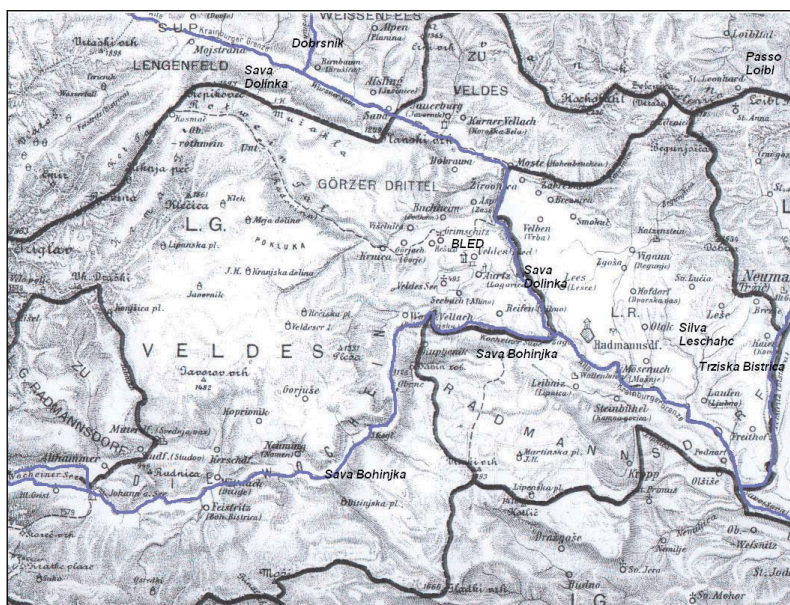


Fig. 2 I confini della signoria territoriale brissinese in Carniola (secolo XI) Rielaborazione della carta relativa ai distretti giudiziari d'età moderna della Carniola riportata in *Historischer Atlas der österreichischen Alpenländer*, *Landgerichtskarte* Bl. 31, *Laibach*. I tratti in azzurro corrispondono ai confini della signoria territoriale della Chiesa di Bressanone determinati dal corso di fiumi e torrenti.

Note

* Abbreviazioni:

LexMA = *Lexikon des Mittelalters*, 9 voll., München-Zürich 1980-1999.

MC = *Monumenta Historica Ducatus Carinthiae*, III, *Die Kärntner Geschichtsquellen 811-1202*, a cura di A. v. Jaksch, Klagenfurt 1904.

MGH DD Arnulfi = *Monumenta Germaniae Historica, Die Urkunden der deutschen Karolinger*, III, *Die Urkunden Arnulfs*, a cura di P. F. Kehr, Berlin 1940 (rist. München 1980).

MGH D.O. II = *Monumenta Germaniae Historica, Die Urkunden der deutschen Königen und Kaiser*, II/1, *Die Urkunden Ottos II.*, a cura di T. Sickel, Berlin 1888 (rist. Berlin 1980).

MGH D.H.II. = *Monumenta Germaniae Historica, Die Urkunden der deutschen Königen und Kaiser*, III, *Die Urkunden Heinrichs II. und Arduins*, a cura di H. Bresslau, Hannover 1900-1903 (rist. München 1980).

MGH D.Ko.II. = *Monumenta Germaniae Historica, Die Urkunden der deutschen Königen und Kaiser*, IV/2, *Die Urkunden Konrads II.*, a cura di H. Bresslau, Hannover 1909 (rist. München 1980).

MGH D.H.III. = *Monumenta Germaniae Historica, Die Urkunden der deutschen Königen und Kaiser*, V, *Die Urkunden Heinrichs III.*, a cura di H. Bresslau e P. F. Kehr, Berlin 1926-31 (rist. München 1993).

MGH D.H.IV = *Monumenta Germaniae Historica, Die Urkunden der deutschen Königen und Kaiser*, VI, *Die Urkunden Heinrichs IV.*, 1-3, a cura di D. v. Gladiss e A. Gawlik, Berlin-Weimar-Hannover 1941-1978.

MGH SS I = *Monumenta Germaniae Historica, Scriptorum*, I, a cura di G. H. Pertz, Hannover 1826 (rist. Stuttgart 1976).

TBHB = *Die Traditionsbücher des Hochstifts Brixen vom 10. bis in das 14. Jahrhundert*, a cura di O. Redlich, Innsbruck 1886 (= *Acta Tirolensia*, vol. I).

¹ In questo saggio riprendo e approfondisco alcune tematiche che ho affrontato di recente in G. Albertoni, *Die Anfänge des Brixner Streubesitzes in Krain im 10. und 11. Jahrhundert*, in *Blaznikov zbornik = Festschrift für Pavle Blaznik*, a cura di M. Bizjak, Ljubljana-Škofja Loka 2005, pp. 55-66.

² Non possediamo alcun diploma relativo a tale concessione, testimoniata in *Continuator Reginonis Trevirensis*, in MGH SS I, p. 621, dove si narra come durante una dieta generale del regno tenutasi ad Augusta nel mese di agosto del 952 «Berengarius cum filio suo Adalberto regiae se per omnia in vassallatium dedit dominationi, et Italiam iterum cum gratia et dono regis accepit regendam. Marca tantum Veronensis et Aquileiensis excipitur, quae Heinrico, fratri regis, committitur». Sul tenore “personale” della concessione della marca di Verona e Aquileia al duca di Baviera cfr. A. Castagnetti, *La marca veronese-trevigiana*, Torino 1986, p. 3. A lungo nella storiografia tedesca ha dominato la posizione, oggi per lo più abbandonata, secondo la quale con la concessione del 952 sarebbe avvenuta una sorta di “annessione” della marca di Verona e Aquileia alla Baviera, con un conseguente spostamento verso sud dei confini del ducato di Baviera e, quindi, anche del regno teutonico. Per una messa a punto storiografica della questione e una sua revisione si vedano le considerazioni riportate in A. Schmid, *Bayern und Italien vom 7. bis zum 10. Jahrhundert*, in *Die transalpinen Verbindungen der Bayern, Alemannen und Franken bis zum 10. Jahrhunderts*, Sigmaringen 1987, pp. 23-49 (= *Nationes*, n. 6) e in J. Riedmann, *Deutschlands Südgrenze*, in *Deutschlands Grenzen in der Geschichte*, a cura di A. Demandt, München 1990, pp. 164-165.

³ Cfr. a tal proposito le osservazioni di P. Cammarosano, *Nobili e re. L'Italia politica dell'alto medioevo*, Roma-Bari 1998, p. 243 e H. Keller, *Die Ottonen*, München 2001, pp. 37-44.

⁴ Anche in questo caso non è stato tramandato un diploma relativo alla concessione imperiale. Per uno sguardo d'assieme delle diverse fonti cronachistiche relative allo “smembramento” della Carinzia dal ducato di Baviera cfr. MC, III, n. 140 (976 ante VI 21). Per quel che riguarda i Luitpoldingi, per alcune generazioni duchi di Baviera, per una prima informazione si veda la voce *Luitpoldingi* a cura di A. Schmid in LexMA, vol., V, coll. 220-2207. Enrico fu duca di Carinzia a fasi alterne, a causa dell'oscillare della sua politica, ora favorevole agli Ottoni, ora alla ricerca di una propria autonomia. Tra il 977 e il 978 appoggiò una nuova rivolta del duca di Baviera Enrico II e perse il ducato di Carinzia, che riottenne per quattro anni a partire dal 985. Cfr. la voce *Heinrich III.* in LexMA, vol. IV, col. 2064.

⁵ Sull'irrelevanza degli spartiacque montani nella definizione di confini politici in età premoderna cfr. P. Marchetti, *De iure finium. Diritto e confini tra tardo medioevo ed età moderna*, Milano 2001, pp. 183-185 e pp. 200-204.

⁶ Sullo stretto rapporto tra l'estensione territoriale della *Carantania*, del *Noricum mediterraneum* e della provincia del *Noricum* d'età ostrogota cfr. H. Wolfram, *Salzburg Bayern Österreich. Die Conversio Bagoariorum et Carantanorum und die Quellen ihrer Zeit*, Wien-München 1995, p. 71 e p. 75.

⁷ Sull'introduzione dell'istituto comitale in Carantania cfr. H. Wolfram, *Der Zeitpunkt der Einführung der Grafschaftsverfassung in Karantanien*, in *Siedlung Macht und Wirtschaft. Festschrift Fritz Posch zum 70. Geburtstag*, a cura di G. Pferschy, Graz 1981, pp. 313-317.

⁸ Cfr. MGH DD Arnulfi, n. 109 (s. d.), dove appare la locuzione: «in comitatu Ruodperti in regno Carantano». Cfr. a tal proposito Wolfram, *Salzburg* cit., pp. 73-79. Per quel che riguarda la storia del ducato di Carinzia in età altomedievale per un primo inquadramento si vedano C. Fräss-Ehrfeld, *Geschichte Kärntens*, 1, *Das Mittelalter*, Klagenfurt 1984, pp. 41-107; *Karantanien und der Alpen-Adria-Raum im Frühmittelalter*, a cura di G. Hödl e J. Grabmeyer, Köln-Wien-Weimar 1993; H. Wolfram, *Salzburg* cit., pp. 45-59; 73-79; H. Krahwinkler, *Ostarrichi und seine Nachbarn: das östliche Mitteleuropa um das Jahr 1000*, in *Karantanien-Ostarrichi. 1001 Mythos*, a cura di A. Moritsch, Klagenfurt/Celovec-Ljubljana-Wien 1997, pp. 159-180, con particolare attenzione alle pp. 167-170.

⁹ Cfr. MGH DD Arnulfi, n. 162 (898 VIII 31), dove compare la locuzione: «in Charentariche in comitatu ipsius [e cioè del marchio Luitpold]».

¹⁰ La *Carantania* comprendeva gran parte delle valli della Drava, della Mur, della Mürz e dell'alto Enns.

¹¹ Le due province del *Noricum* erano state cristianizzate nel IV secolo, quando furono istituite le sedi vescovili di *Virunum*, *Teurnia* e *Aguntum* che appartenevano alla provincia ecclesiastica di Aquileia e che scompaiono dalla documentazione dopo il 591. Una seconda fase della cristianizzazione della regione carinziana fu avviata nella seconda metà del secolo VIII su iniziativa del vescovo di Salisburgo Virgilio. L'opera evangelizzatrice della Carantania da parte di Salisburgo è documentata da un'importante fonte, la *Conversio Bagoariorum et Carantanorum*, edizione e traduzione in tedesco a cura di H. Wolfram, Wien 1979. Si veda anche l'edizione più recente: *Die Conversio Bagoariorum et Carantanorum und der Brief des Erzbischofs Theotmar von Salzburg*, a cura di F. Losek, Hannover 1997.

¹² MGH DD Kar. I., n. 211 (811 VI 14). Queste le parole delle disposizioni di Carlo Magno: «predictam provinciam Karantanam ita inter [se] dividere iussimus, ut Dravus fluvius, qui per mediam illam provinciam currit, terminus amborum dyoceseon esset». Sul contesto di tale disposizione cfr. D. Hägermann, *Carlo Magno. Il signore dell'Occidente*, Torino 2004, pp. 447-448.

¹³ Cfr. K. Brunner, *Herzogtümer und Marken. Vom Ungarnsturm bis ins 12. Jahrhundert*, Wien 1994 (Österreichische Geschichte, 907-1156), p. 138.

¹⁴ Sull'ascesa degli Eppensteiner cfr. Brunner, *Herzogtümer und Marken* cit., pp. 139; 141-143 e 157-158 – con riferimenti bibliografici – e G. Gänser, *Die Mark als Weg zur Macht am Beispiel der »Eppensteiner« (1. Teil)*, in «Zeitschrift des Historischen Vereins für Steiermark», 83 (1992), pp. 83-125 e Id., *Die Mark als Weg zur Macht am Beispiel der »Eppensteiner« (2. Teil)*, in «Zeitschrift des Historischen Vereins für Steiermark», 85 (1995), pp. 73-122.

¹⁵ Wolfram, *Salzburg* cit., p. 82. Prima ancora che come ambito istituzionale, la Carniola emerge come ambito geografico, come *Sclavorum patria* nella *Historia Langobardorum* di Paolo Diacono; cfr. Paolo Diacono, *Storia dei Longobardi*, a cura di L. Capo, Milano 1992, VI, 52, p. 354. Sul ruolo della Carniola nell'assetto dei confini e delle vie di comunicazione delle Alpi orientali si veda l'importante messa a punto di P. Štih, *Die Ostgrenze Italiens im Frühmittelalter*, in *Grenze und Differenz im frühen Mittelalter*, a cura di W. Pohl e H. Reimitz, Wien 2000, pp. 19-37, in particolare pp. 27-28.

¹⁶ MGH D.O. II, n. 47 (973 VI 30) e MGH D.O. II, n. 66 (973 XI 23). Nel primo di questi diplomi, sui quali ritorneremo tra breve, che potrebbe essere stato interpolato in quanto ci è giunto attraverso una copia della metà del secolo XII, i beni donati sono localizzati dal punto di vista istituzionale nel ducato di Baviera, nel comitato del conte Poppo, «quod Carniola vocatur et quod vulgo Creina marcha appellatur»; nel secondo, che ci è giunto in originale, essi sono collocati «in regione vulgari vocabulo Chreine et in marca et comitatus Paponis comitis», attraverso una formula più diretta e meno ambigua.

¹⁷ Cfr. L. Hauptmann, *Krain* (Blatt 30, 31, 32, 35, 36, 37), in *Erläuterungen zum historischen Atlas der österreichischen Alpenländer*, hrsg. von der Akademie der Wissenschaften in Wien, I. Abteilung, *Die Landgerichtskarte*, 4. Teil, *Kärnten, Krain, Görz und Istrien*, di A. v. Jaksch, M. Wutte, L. Hauptmann, A. Mell und H. Pirchegger, Wien 1929, pp. 305-484, in particolare p. 348.

¹⁸ Per comprendere l'importanza sul lungo periodo del processo avviato nella seconda metà del secolo X nella regione tra Drava, Danubio e Sava si vedano i saggi raccolti in *Deutsche Geschichte im Osten Europa. Zwischen Adria und Karawanken*, a cura di A. Suppan, Berlin 1998 e in particolare il saggio di H. Krahwinkel, *Der Raum zwischen Adria und Drau im Früh- und Hochmittelalter*, pp. 17-52. Sulla tenuta del modello territoriale comitale anche dopo la fine dell'impero carolingio si vedano le osservazioni riportate in G. Sergi, *La territorialità e l'assetto giurisdizionale e amministrativo dello spazio*, in *Uomo e spazio nell'alto medioevo*, Spoleto 2003 (Settimane di studio del Centro italiano di studi sull'alto medioevo, L), p. 489; rispetto alla parte nordoccidentale del regno italico richiamato da Sergi in cui il termine *marca* «è di reperibilità pressoché nulla», è significativo come in quella orientale esso fosse in uso quasi a rimarcare la "vocazione di frontiera", anche se i detentori delle marche spesso sono definiti *comites*, a dimostrazione di come, in questo contesto la marca non fosse altro che un "comitato di confine". Si vedano a tal proposito le considerazioni di Herwig Wolfram in *Salzburg* cit., p. 192: «die karolingischen Marken besitzen ihre Basis im Altsiedelland; sie sind Grafschaften an und in der Grenze und werden daher terminologisch nicht von der unorganisierten Grenze unterschieden. Die ottonisch-salischen Formationen sind dagegen kleinräumiger und bereits organisiert; sie sind Grafschaften und Marken und werden bald Markgraftchaften sein». Per una messa a punto del dibattito storiografico sulle marche, "vecchie" e "nuove", cfr. G. Sergi, *I confini del potere. Marche e signorie fra due regni medievali*, Torino 1995, pp. 56-62.

¹⁹ Per un primo, breve schizzo biografico su Abramo cfr. la voce *Abraham*, *Bf. v. Freising* in *LexMA*, vol. I, col. 50 a firma di K. F. Werner.

²⁰ Cfr. H. Wolfram, *Grenzen und Räume. Geschichte Österreichs vor seiner Entstehung. 378-907*, Wien 1995 (*Österreichische Geschichte*, 1), pp. 125-127.

²¹ Le ambizioni del vescovo Abramo e il suo ruolo centrale negli assetti di potere della Baviera e delle Alpi orientali sono confermati dalla sua partecipazione nel 974 alla congiura contro Ottone II ordita dal duca di Baviera Enrico II e dal fatto che essa non determinò la confisca dei beni assegnatigli precedentemente dall'imperatore. Cfr. *Abraham* cit. Sul ruolo politico dei vescovi di Frisinga anche nel corso dei decenni successivi cfr. D. Hagen, *Herrschaftsbildung zwischen Königtum und Adel. Die Bischöfe von Freising in salischer und frühstaufischer Zeit*, Frankfurt am Main u. a. 1995.

²² Il ruolo della signoria territoriale della Chiesa di Frisinga presso l'odierna Škofia Loka è stato spesso oggetto di studio. Mi limito a richiamare alcune recenti messe a punto e le principali opere di riferimento. Sul contesto dell'avvio delle signorie territoriali vescovili nel territorio dell'odierna Slovenia cfr. P. Štih, *Ursprung und Anfänge der bischöflichen Besitzungen im Gebiet des heutigen Slowenien*, in *Blaznikov zbornik* cit., pp. 37-53; per un'accurata analisi comparativa dello sviluppo delle signorie territoriali dei vescovi di Frisinga e Bressanone in Carniola cfr. M. Bizjak, *Entwicklung, Verwaltung und Geschäftsführung des Freisinger und Brixner Besitzes in Krain im Mittelalter*, in *Blaznikov zbornik* cit., pp. 125-140; per una ricostruzione sul lungo periodo delle caratteristiche della signoria territoriale di Frisinga in Carniola cfr. P. Blaznik, *Das Hochstift Freising und die Kolonisation der Herrschaft Lack im Mittelalter*, München 1968; S. Vilfan, *Lage und Struktur der freisingischen Herrschaften in Krain*, in *Hochstift Freising. Beiträge zur Besitzgeschichte*, a cura di H. Glaser, München 1990, pp. 351-365; Id., *Zur Struktur der freisingischen Herrschaften südlich der Tauern im Frühmittelalter*, in *Karantanien und der Alpen-Adria-Raum im Frühmittelalter*, a cura di G. Hödl e J. Grabmeyer, Köln-Wien-Weimar 1993, pp. 209-222.

²³ Cfr. soprattutto la descrizione riportata in MGH D.O.II., n. 66 (973 XI 23): «id est ubi rivulus Sabniza originem producere incipit, deinde statim occidentem versus cacumina montium silvasque interiacentes usque ad Bocsanam ipsasque alpes Bocsanam et sic ad fines earundem alpium, deinde ubi rivulus Cotabla originem sumit, usqua ad hunc locum ubi hostium in Zovra fluvium mittit, sicque trans Zouram usque ad summitatem ipsius montis Zourae adiacentis qui extenditur orientem versus, et ita per eundem montem perque convalles usque ad castrum quod vulgo Bosisen vocatur, et sic deorsum de ripa quantum extenditur unius iugeris longitudo usque ad vadum quem vulgo Stresoubrod vocant, ibique ultra eundem fluvium occidentem versus usque in viam quae vocatur via Chreinariorum, et sursum per eandem viam quicquid campi in australi

eiusdem viae parte iacet, ita ut Primet territorium et silvula quae Szovrska Dubravua sub eadem comprehensione teneatur et spatium quod iacet inter Primet et Vuizilinsteti per medium dividatur, et sic usque in praefatum rivulum Sabniza».

²⁴ Si vedano a tal proposito le osservazioni e le cartine riportate in Bizjak, *Entwicklung* cit., pp. 128-129 e pp. 131-132. Sugli interventi successivi, che portarono a degli aggiustamenti territoriali limitati, oltre al già citato testo di Bizjak si veda Štih, *Ursprung* cit., pp. 44-48, che mette in evidenza anche la necessità di distinguere tra beni attribuiti alla sede vescovile e quelli, invece, assegnati al capitolo.

²⁵ MGH D.O.II., n. 66 (973 XI 23): «a rivulo Sabniza versus occidentem usquem ad finem Bosanga et inde usque ad iam dictum rivulum Chotabla indeque usque in Zovra fluvium et quicquid intra haec eadem praefata undique secus comprahensum videtur loca»

²⁶ Qui e in altri passi del mio saggio uso il termine “distretto” nel significato di: «qualunque formazione territoriale di varia origine che manifestasse una certa capacità di durare nel tempo, di essere riconosciuta anche provvisoriamente da potenti e sudditi, di entrare nella memoria collettiva ed essere operante prescindendo dal disegno di chi l’aveva costruita», proposto di recente in Sergi, *La territorialità* cit., pp. 487-488, sulla scorta delle indicazioni proposte da Cinzio Violante in alcuni studi degli anni Settanta.

²⁷ MGH D.H.II., n. 67 (1004 IV 10). Sugli inizi della presenza brissinese in Carniola si vedano P. Štih, *Prva omemba Bleda v pisnih virih. Listina kralja Henrika II. za briksenškega škofa Albuina z dne 10. aprila 1004 (D. H. II. 67), in Bled tisoč let. Blejski zbornik 2004*, Radlovlija 2004, pp. 7-34; Ib., *Ursprung und Anfänge* cit., pp. 37-53; Albertoni, *Die Anfänge* cit., pp. 55-66 e A. Pleterski, *Župa Bled. Nastanek, razvoj in prežitki*, Ljubljana 1986. Per comprendere gli sviluppi della signoria territoriale brissinese a Bled sino al XV secolo si veda il recente Urbanj brik-senske škofije (Die Urbare des Hochstifts Brixen) 1253-1464, ed. Matjaž Bizjak, Ljubljana 2006.

²⁸ Sul contesto politico di questa donazione cfr. S. Weinfurter, *Heinrich II. (1002-1024). Herrscher am Ende der Zeiten*, Regensburg 1999, pp. 230-231.

²⁹ MGH D.H.II., n. 27 (1002 XI 16).

³⁰ Per quel che riguarda Albuin e la sua politica cfr. G. Albertoni, *Le terre del vescovo. Potere e società nel Tirolo medievale (secoli IX-XI)*, Torino 1996, pp. 155-165; sugli Ariboni si vedano: G. Diepolder, *Die Herkunft der Aribonen*, in «Zeitschrift für bayerische Landesgeschichte», 27 (1964), pp. 74-119; H. Dopsch, *Die Aribonen - Stifter des Klosters Seeon*, in *Kloster Seeon. Beiträge zu Geschichte, Kunst und Kultur der ehemaligen Benediktinerabtei*, hrsg. v. Hans von Malottki, Weihenhorn 1993, pp. 55-92, e la voce *Die Aribonen* in LexMA, vol. I, col. 930.

³¹ MGH D.O.II., n. 163 (977 IX 8).

³² MGH D.O.II., n. 205 (979 X 15).

³³ TBHB, n. 7 (c. 985-989).

³⁴ TBHB, nn. 13 (c. 985-993); 14 (c. 985-993); 15 (c. 985-993).

³⁵ MGH D.H.II., n. 67 (1004 IV 10); pur stereotipata, la formula delle pertinenze ci indica come del *praedium* facessero parte: «cum omnibus suis pertinentiis, id est aeclesiis castellis aedificiis mancipiis utriusque sexus terris culti set incultis silvis venationibus pratis pascuis sive compascuis aquis aquarumque decursibus molendinis piscationibus viis et inviis exitibus et redditibus quesitis et inquirendis seu omnibus que dici vel nominari possunt iuste et legaliter ad supra dictum praedium pertinentibus».

³⁶ Il diploma specificò solamente che il *praedium* si trovava nel *pagus Creina*, nel *comitatus* di Waltilone, un personaggio citato documentariamente come *comes* in Carniola a partire dal 989; cfr. a tal proposito Hauptmann, *Krain* cit., p. 371.

³⁷ MGH D.H.II., n. 67 (1004 IV 10): «comitibus sive aliquibus iudicariis personis de publico destructo praeter licentiam episcopi nihil se intromittentibus».

³⁸ Sino alla morte di Albuin le decime dovevano essere assegnate al capitolo, gli altri introiti al vescovo; successivamente, l’insieme degli introiti doveva essere destinato per un terzo al capitolo e per due terzi al vescovo; cfr. MGH D.H.II., n. 67 (1004 IV 10): «eo videlicet tenore ut, cuncta decimatione ad opus fratrum sancto Ingenuino servientium reservata, supra dicto episcopo usque ad finem vitae suae secundum suam dispositionem alia cuncta deserviant, post finem vero vitae suae tertia pars supradicti praedii ad usum fratrum proprie pertineat, reliquae vero due partes episcoporum istius venerabilis viri Albuini successorum potestati subiaceat».

³⁹ Poco o nulla sappiamo di certo sull’appartenenza familiare di questo vescovo, il cui nome è uno dei *Leitname* degli Eppensteiner. La sua appartenenza a questo “clan” familiare, tuttavia, non è stata ancora sufficientemente indagata.

⁴⁰ Si tratta di Ulrico di Ebersberg. Cfr. l'albero genealogico degli Ebersberger riportato in Brunner, *Herzogtümer* cit., p. 167.

⁴¹ MGH D.H.II., n. 228 (1011 V 22): «castellum Veldes vocatum regalesque mansos XXX in pago Creina in comitatu Odalrici sitos, videlicet inter duos fluvios maioris et minoris Sovva».

⁴² Fu proprio all'interno di questa fase complessa che il vescovo di Bressanone Hartwig era riuscito ad ottenere da Corrado II la giurisdizione sul comitato di *Norital*, sottratto dall'imperatore all'infedele Guelfo II. Cfr. MGH D.Ko.II, n. 103 (1027 VI 7). Per una recente contestualizzazione politica di questa concessione cfr. H. Wolfram, *Konrad II. 990-1039. Kaiser dreier Reiche*, München 2000, p. 132. Si trattava di un comitato che si estendeva sui due versanti del Brennero – a ulteriore conferma dell'irrelevanza dei cosiddetti “confini naturali” – dalla valle dell'Inn sino alla *clusa* posta sotto Sabiona, dove erano posti anche i confini tra le diocesi di Trento e Bressanone. Per quel che riguarda, invece, gli altri confini del comitato, abbiamo un'attestazione documentaria solo per quelli orientali grazie a un atto riportato nei *Libri traditionum* dei vescovi brissinresi – TBHB, n. 57 (c. 1002-1004) – relativo a una lite sorta per i confini dei comitati di Pusteria e Norital e risolta per intervento dell'imperatore Enrico II. Il documento non è datato, ma è assai probabile che risalga agli anni 1002-1004 e, quindi, allo stesso contesto nel quale fu emessa la donazione del *praedium Veldes*. Esso non ci specifica chi furono i protagonisti del conflitto, ma attesta come anche i confini “politici” fossero determinati dal corso di torrenti, da valli e da montagne e non rispettassero affatto i cosiddetti “confini naturali”. Questi i confini stabiliti da Enrico II e accettati dagli scabini delle due valli: «Ex petra que nomen habet Marchstein usque ad aliam petram que nominatur Marchstein et inde in fossam que distinguit utrumque comitatum, et inde supra fluvium Pirram, inde ex alia parte fluvii de Hahhilstein usque super iugum Eline et inde usque ad spiz Eline montis, ubi adtingit in fluvium Gaidre et sic pro fluvio Gaidra usque in Pochespach et inde pro fluvio Pochespach usque in petram siccam, inde ex petra sicca ad petram Uanna, inde ex petra Uanna illud iugum usque in Bulpiglaia et inde ad montem Lanagam et inde usque in monte Aurunam, ubi finem habet comitatus de Pustrissa». È interessante notare come il “punto di partenza” dei confini fosse costituita da due monti chiamati *Marchstein*, un termine traducibile letteralmente come “pietra di confine”.

⁴³ MGH D.H.III., n. 22 (1040 I 16).

⁴⁴ Ibid.: «cum areis aedificiis agris terris cultis et incultis pratis pascuis campis silvis venationibus aquis aquarumve decursibus molis molendinis piscationibus viis et inviis exitibus et redditibus quesitis et inquirendis sue cum omni utilitate, que ullo modo inde poterit provenire».

⁴⁵ Ibid.: «a fluvio qui dicitur Vistriza usque ad curtem prescripte aeclesiae Ueldes nominatam».

⁴⁶ Secondo Brunner, *Herzogtümer und Marken* cit., p. 167 (albero genealogico degli Ebersberger), sarebbe il figlio di Ulrico di Ebersberg al quale sarebbe succeduto come *marchio* in Carniola. Cfr. anche Hauptmann, *Krain* cit., p. 379.

⁴⁷ MGH D.H.III., n. 24 (1040 I 16).

⁴⁸ Ibid.: «quendam nostri iuris saltum inter duo flumina, que vocantur Suowa, ab exortu usque ad concursum eorum circumseptum in marchia Creina in comitatu Eberhardi marchionis».

⁴⁹ È noto come il termine *forestis* nelle fonti del IX e del X secolo indicasse un “distretto” appartenente al fisco regio, all'interno del quale erano garantiti particolari diritti, quali l'uso del bosco, la caccia e la pesca. Per una messa a punto della questione cfr. S. Lorenz, *Der Königsforst (forestis) in den Quellen der Merowinger- und der Karolingerzeit, Prolegomena zu einer Geschichte mittelalterlicher Nutzwälder*, in *Mönchtum-Kirche-Herrschaft 750-1000*, a cura di D. R. Bauer, R. Hiestand, B. Karsten, S. Lorenz, Sigmaringen 1998, pp. 261-286.

⁵⁰ Il banno di caccia (*wildbann*) è stato di recente oggetto di un'interessante monografia: C. Dasler, *Forst und Wildbann im frühen deutschen Reich. Die königlichen Privilegien für die Reichskirche vom 9. bis zum 12. Jahrhundert*, Köln-Weimar-Wien 2001; sul rapporto tra *forestis* e banno di caccia cfr. S. Lorenz, *Von der «forestis» zum «Widbann»: die Forsten in der hochmittelalterlichen Geschichte Südtirols*, in *König-Kirche-Adel. Herrschaftsstrukturen im mittleren Alpenraum und angrenzenden Gebieten (6.-13. Jahrhundert)*, Lana 1999, pp. 151-169.

⁵¹ Si tratta di registri nei quali furono riportati dal secolo X in copia gran parte degli atti di compravendita e le donazioni relativi a sede vescovile e capitolo. Per un loro primo inquadramento cfr. G. Albertoni, *I “Libri traditionum” dei vescovi di Sabiona-Bressanone. Alcune riflessioni su una fonte particolare*, in *I registri vescovili dell'Italia settentrionale (secoli XII-XV)*, Atti del Convegno di Studi (Monselice, 24-25 novembre 2000), a cura di A. Bartoli Langelì e A. Rigon, Roma 2003, pp. 251-268.

⁵² TBHB, n. 120 (c. 1050-65).

⁵³ TBHB, n. 126 (c. 1050-65).

⁵⁴ TBHB, n. 175 (c. 1060-70); questo il testo: «quendam salinam feralemque bannum quibus hereditario iure usus est».

⁵⁵ TBHB, n. 305 (c. 1075-90); questo il testo: «bannum ferarum super praedium illorum in forestis prefati presulis omni iure ac lege quibus usi sunt tradiderunt».

⁵⁶ Cfr. TBHB, nn.: 74 (ante 1063); 120 (c. 1050-65); 126 (c. 1050-65), 137 (c. 1050-65), 138 (c. 1050-65), 139 (c. 1050-65), 145 (c. 1050-65), 146 (c. 1050-65), 166 (c. 1060-70), 168 (c. 1060-70); 175 (c. 1060-70), 183 (c. 1060-68); 211 (c. 1065-75), 218 (c. 1065-75), 219 (c. 1065-75), 221 (c. 1065-75), 222 (c. 1065-75), 223 (c. 1065-75), 228 (c. 1065-67); 234 (c. 1070-76); 236 (c. 1070-80); 237 (c. 1070-80); 282 (c. 1075-90); 291 (c. 1075-90), 305 (c. 1065-75), 306 (c. 1065-75), 307 (c. 1065-75), 308 (c. 1065-75), 309 (c. 1065-75), 311 (c. 1065-75), 320 (c. 1065-75), 321 (c. 1065-75), 322 (c. 1065-75), 323 (c. 1065-75), 324 (c. 1065-75), 334 (c. 1065-75), 348 (c. 1085-1090), 351 (c. 1085-1090), 352 (c. 1085-1090); 353 (c. 1085-1090), 359 (c. 1085-1090), 379 (c. 1085-1097), 380 (c. 1085-97).

⁵⁷ TBHB, n. 74a (ante 1063)

⁵⁸ TBHB, n. 74b (ante 1063). Questo Ulrico, qui definito come *comes*, era il titolare della *marca Creina* e tradizionalmente è identificato con Ulrico I di Weimar-Orlamünde. Recentemente, però, Walter Landi ha messo in discussione quest'ipotesi, identificando il *marchio* di Carniola Ulrico con Ulrico II, un figlio di Everardo II di Ebersberg, ipotizzando in tal modo una dinastizzazione della carica per tre generazioni. Questo Ulrico sarebbe stato al tempo stesso anche *comes* di Bolzano. Cfr. W. Landi, *Tra cognatio e agnatio. Sulla provenienza degli Udalrichingi di Bolzano, conti di Appiano*, in «Geschichte und Region - Storia e regione», 11 (2002), 2, pp. 37-71, in particolare pp. 56-60. Per una ricostruzione schematica delle acquisizioni brissinesi in Carniola cfr. Albertoni, *Die Anfänge* cit., tabella a pp. 65-66.

⁵⁹ TBHB, n. 183 (c. 1060-68).

⁶⁰ Per l'identificazione fatta da Redlich cfr. TBHB, n. 228. Per un breve schizzo su Enrico d'Istria cfr. Brunner, *Herzogtümer und Marken* cit., p. 142 e pp. 334-335.

⁶¹ Per un punto della situazione del dibattito sull'identificazione di Enrico, con richiamo alle ipotesi interpretative precedenti cfr. P. Štih, «*Villa quae Sclavorum lingua vocatur Gorizia*». *Studio analitico dei due diplomi emessi nel 1001 dall'imperatore Ottone III per il patriarca di Aquileia Giovanni e per il conte del Friuli Werihen (DD.O.III. 402 e 404)*, Nova Gorica 1999, pp. 112-114.

⁶² Cfr. voce *Krainburg (Kranj)* a cura di G. Hödl in *LexMA*, vol. V, col. 1467.

⁶³ Cfr. TBHB, n. 228a (c. 1065-77); TBHB, n. 236 (c. 1070-80), atto col quale Altwin concesse «quendam munitionem loco Chreine sitam talemque praedium quale ad id loci pro sui praedii conventionem a venerabili antistite Altwino quondam ad utriusque vitam utendum acceperunt, praelibato episcopo penitus resignando legaliter rediderunt» in cambio di «*aliam munitionem Steina nuncupatam cum omnibus sui appenditiis, necnon tale praedium quale in loco z obinentiges seves possedit, insuper ecclesiam dotatam ac tres mansos ad villam sancti Danielis sitos et unam vineam [...] ad amborum vitam utendum pristinae conventionis tenore legaliter concessit*»; TBHB, n. 237 (c. 1070-80), atto col quale Enrico concesse «*usum omnium praediorum ac mancipiorum que post suam sueque coniugis Wezele vitam sancte Brixinensi ecclesie eiusdem pastori Altvino legaliter praedestinaverat, ad praesens se penitus denegando ac abrenunciando praelibato pontifici absque omnium contradictione utenda donaverat, necnon praedictam munitionem Steina quam prius in conventionem alterius munitionis Chreine sita recepit, praescripto praesuli raesignando reddidit*»; in cambio Altwin «*munitionem quam in loco Chreine possedit, ac praedia mancipiaque ad id loci ad eius fiscum pertinentia, insuper unum curtiferum loco Zilinta situm prioris conventionis tenore [...] utenda concessit*». Fu probabilmente in questo frangente che Enrico donò al vescovo di Bressanone anche tutti i suoi beni posti a Gorizia; TBHB, n. 240a (c. 1070-80): «*talia predia qualia regno Italico comitatu Foriulanense loco Gorizia aliisque locis ibidem circumiacentibus [...] hereditario iure areis edificiis vineis agris cultis et incultis pratis pascuis silvis forestis piscationibus venationibus molis molendinis aquis aquarumque ductibus exitibus et redditibus quesitis et inquirendis possessis et possidendis familiis utriusque sexus omnibusque pertinentiis potenter habuit et possedit, pro redemptione [...] cum cespite quodam eiusdem terre*»; TBHB, n. 282 (c. 1075-90), atto col quale Wezala, probabilmente ormai vedova, cedette la «*munitionem loco Chreine sitam taleque praedium [...] resignando legaliter reddidit*» in cambio «*quoddam praedium Vrezich nuncupatus cum omnibus appenditiis, necnon tale praedium quale in loco z obinentiges seuues possedit, insuper duo karradia vini ante nativitatem sancti Iohannis Baptiste ad prefate matrone vitam utendum*».

⁶⁴ Un altro personaggio eminente che consolidò il ruolo di Altwin in Carniola fu il duca di Baviera Guelfo IV, che concesse al vescovo Altwin i beni che possedeva a titolo ereditario *partibus Chreine*

in comitatum quidem Odalrici marchionis, una donazione che forse trova una spiegazione nel tentativo di consolidare una rete di alleanze a danno di Enrico IV. Cfr. TBHB, n. 234 (c. 1070-76). Sull'identificazione del *marchio Odalricus* cfr. la nota 58. Sui rapporti tra i Welfen e i detentori di potere d'area "tirolese" cfr. T. Zotz, *Die frühen Welfen: Familienformation und Herrschaftsbau, in König - Kirche - Adel* cit., pp. 189-205.

⁶⁵ MGH D.H.IV., n. 111 (1063 IX 27): «montes videlicet duos Staeinberch et Otales dictos inter terminum Linta et flumen Steinpach dictum sitos et in marchia Odalrici marchionis».

⁶⁶ Ibid., p. 146.

⁶⁷ Cfr. Bizjak, *Entwicklung, Verwaltung und Geschäftsführung* cit., pp. 126 e 127, che si rifà a sua volta a Pleterski, *Župa Bled* cit., p. 117.

⁶⁸ MGH D.H.IV, n. 259 (1073 V 23): «wiltbannum quem super praediis aeclisiae suae petiit concessimus, quorum praediorum longitudinem seu latitudinem certo rivorum limite determinavimus, de rivo Tobropotoch quod teutonice Guotpach usque ad flumen Fuistriza et a summo vertice Creinae montis nusque in medium fundum Sovve fluminis».

⁶⁹ Cfr. Sergi, *La territorialità* cit., p. 500, che, a proposito delle osservazione sulla non linearità dei confini in età premoderna proposte da Marchetti, *De iure finium* cit., mette in rilievo come i confini lineari cessarono di svolgere un importante ruolo nell'organizzazione territoriale dei poteri quando «i "titoli vantati" da ciascun nucleo di potere locale» iniziarono a contare «più di qualsiasi rappresentazione nello spazio».

“Promiscuità territoriale” e delimitazione del confine in Piemonte. Il caso di Piovà Massaia e Cerreto d’Asti

di Renato Bordone

1. Piovà versus Cerreto: solo una questione di confini?

Il rapporto fra una comunità organizzata in forma amministrativa stabile e il suo territorio di insediamento e di sfruttamento delle risorse locali non sempre risulta essere indiscutibilmente biunivoco come potrebbe apparire nella maggioranza dei casi. Il Piemonte offre al proposito una significativa esemplificazione che in alcuni casi – come in quello che sarà preso in esame in modo particolare – non attiene soltanto al laborioso percorso storico della formazione dei territori comunali, definiti una volta per tutte al termine del loro processo di assestamento, ma riguarda gli assetti amministrativi del presente, sul quale continua pesantemente a incidere un passato non omogenizzato dalla costruzione territoriale dello Stato moderno, senza che gli abitanti abbiano coscienza – e memoria – delle condizioni originarie e scatenanti.

Le dispute del presente, infatti, riguardano solo in apparenza una mera contestazione sull’andamento dei confini territoriali fra un Comune e l’altro, senza che ci si avveda che il concetto stesso di “confine lineare” è stato introdotto forzosamente in una realtà che per tradizione si regolava in modo diverso. È così accaduto nel 1947 che due Comuni della Provincia di Asti, Cerreto d’Asti e Piovà Massaia – in precedenza aggregati in un solo Comune dal rioridino fascista del 1928 –, fossero reintegrati nella loro precedente autonomia amministrativa «con la circoscrizione preesistente all’entrata in vigore» del precedente decreto di aggregazione¹. Ma quali erano state le dimensioni e i confini di ciascun Comune prima dell’aggregazione?

Su questo punto si aprì subito il contenzioso: il Comune di Piovà Massaia sosteneva che «l’unico documento ufficiale da cui risultano i confini risalenti a tale periodo è la mappa 1:25.000 dell’Istituto Geografico Militare, foglio 57,

della carta d'Italia *Castelnuovo don Bosco* aggiornata al 1923 da cui si rileva che il confine tra i due Comuni di Piovà Massaia e Cerreto d'Asti corre ininterrottamente da sud a nord lungo il rio Mainia (linea naturale di impluvio) con eccezione dell'estremo punto nord-ovest, 375 metri prima di raggiungere il confine col Comune di Passerano Marmorito; piega a sinistra ricomprendendo nel territorio di Piovà Massaia il terreno della Cascina Vairola di circa 7 ettari»². Quello di Cerreto, dal canto suo, affermava che detto rio non ha mai rappresentato la linea di confine, dal momento che circa 70 ettari posti a levante di esso erano catastati prima del 1928 nel vecchio catasto di Cerreto; giudicava improprio affermare che si dovesse «ripristinare la vecchia linea di confine», riteneva che fosse invece necessario stabilire ex novo un confine che salvaguardasse gli interessi dei due Comuni e ne proponeva il nuovo percorso³. Nel dibattito furono coinvolte la Provincia di Asti e, in seguito alla sua creazione, la Regione Piemonte nella figura dell'Assessorato Enti Locali, competente sugli accertamenti confinari: fu proprio tale Ufficio che nel 1993 – a 45 anni dal principio della lite! – si rivolse agli storici dell'Università di Torino per cercare di venire a capo dell'intricata vicenda. Il funzionario responsabile aveva infatti colto acutamente che le radici della questione andavano ricercate ben al di là dei decreti novecenteschi di aggregazione e di disaggregazione dei territori, quanto piuttosto nel momento della loro definizione storica: ufficialmente incaricato dalla Regione Piemonte per ricostruirne il processo, l'estensore di queste note si accinse a svolgere la ricerca, ponendo (e ponendosi) alcuni quesiti preliminari.

L'enunciato legislativo «circostrizione preesistente» era da intendersi necessariamente come individuazione di una precisa linea continua di confine topografico? Una tale linea era mai stata delimitata nel corso della storia dei due Comuni e in quali forme? Se sì, come accertarne il decorso e a quale momento fissarne la validità giuridica? Se no, in quali termini veniva determinata la «circostrizione» e con l'utilizzo di quali indicatori?

Alla base del problema c'era dunque la relazione fra il concetto di confine territoriale e quello di circostrizione, o di giurisdizione sugli abitanti. Relazione non univoca, fin dal medioevo, in quanto la giurisdizione riguarda in primo luogo le persone e il confine il territorio: può darsi infatti il caso, tutt'altro che inconsueto, di dipendenze giurisdizionali (signorili) di persone svincolate dal luogo di residenza. Né mancano esempi, proprio nell'area torinese-astigiana, di intere comunità – o parti di esse – individuate per appartenenza familiare e non per dislocazione territoriale: è il caso della dipendenza parrocchiale nei luoghi di Poirino e di Villanova d'Asti, ancora alla fine del secolo XVI.

Nel 1586, infatti, il consiglio comunale di Poirino – *villanova* edificata dagli Astigiani alla metà del Duecento –, nel prendere atto delle circostrizioni delle due parrocchie costruite all'interno del villaggio, afferma che esse «non sono divise per sito e confini, ma per famiglie, perché le famiglie che abitavano nelli primi tre quartieri ossia borgiate quali erano nella parrocchia di S. Maria campestre sono parimenti restate sotto la parrocchia di S. Maria surrogata; e quelle famiglie che erano della parrocchia campestre di S. Giovanni

parimenti restate sotto la chiesa di S. Giovanni surrogata e queste cose essi attestanti hanno inteso dalli loro antecessori, li quali parimenti dicevano aver così inteso dagli altri vecchi e così per tradizione si è conservata la memoria di queste antichità»⁴. Va ricordato che dall'inurbamento delle chiese campestri erano ormai trascorsi oltre trecento anni! Un superamento della giurisdizione personale – fin allora vigente - in direzione di quella territoriale avvenne negli stessi anni nel riordino delle parrocchie di Villanova d'Asti, limitrofa a Poirino, per intervento del visitatore pastorale, il vescovo di Asti Panigarola, che nel 1588 pose fine al regime per cui si era soliti distinguere «parochias non finibus et limitibus sed domibus et familiis», decretando che «la parrocchia di S. Martino, arcipretura, sarà divisa nel modo che segue: piglierà dalla prima porta di S. Paolo per retta linea tirando sino al Bastiglione di porta di S. Pietro (...) più alla detta chiesa resterà in perpetuo la cura dei luoghi di Dusino, S. Michele, Corveglieria e di Valdichiesa. La parrocchia di S. Pietro risulterà come segue: piglierà dalla porta del ricetto di Villanova il quartiere di S. Pietro tutto fino alla Torre dell'orologio inclusive, tirando per retta linea sino al Bastiglione fuori del Ricetto e non si estenderà fuori»⁵.

La consuetudine di attribuire le dipendenze circoscrizionali all'appartenenza personale («non finibus et limitibus sed domibus et familiis») non riguardava soltanto i casi di giurisdizione ecclesiastica, ma comprendeva (e frantumava) anche le circoscrizioni amministrative comunali, dal momento che, secondo quanto stabilito dagli statuti del Comune di Asti, coloro i quali erano *cives* di pieno diritto dovevano corrispondere in città gli oneri fiscali anche per i beni posseduti nel territorio dei singoli villaggi del distretto: tali beni vennero registrati nel catasto urbano fino alla perequazione sabauda del secolo XVIII, favorendo il radicamento signorile delle grandi famiglie urbane a scapito delle comunità di appartenenza⁶. In alcuni casi, come per la «Castella» di Villafranca d'Asti, la totale presenza patrimoniale cittadina finì per sottrarre ai Comuni di originaria appartenenza l'intera area che divenne circoscrizione separata del territorio cittadino («ventina») e tale rimase fino al principio del XIX secolo⁷. Nel medesimo territorio un caso per così dire inverso era rappresentato invece dalla comunità di Cantarana i cui appartenenti, fino alla seconda metà del Cinquecento, catastavano i loro beni a Villafranca d'Asti poiché, pur avendo sindaci e consiglieri comunali, «il luogo e comunità di Cantarana – secondo una testimonianza del 1573⁸ – è situata sopra li fini d'essa Villafranca per non aver essa finagio». Dunque territori senza comunità e comunità senza territori costituivano situazioni se non proprio normali, certo non inconsuete nel (lungo) trapasso tra medioevo ed età moderna.

2. Il pievato di Mairate

Alla luce di tali considerazioni, per comprendere anche la situazione del contenzioso dei giorni nostri fra Piovà Massaia e Cerreto d'Asti appare dunque indispensabile risalire alle origini dei due insediamenti.

La più antica notizia relativa a Cerreto risale al 1162, quando viene fatto un riferimento all'«*allodium dominorum Cerreti*»; due anni dopo, all'interno di un elenco di luoghi confermati al marchese di Monferrato dal Barbarossa, compaiono anche «*Cerretum et plebs de Marrate*»; nel 1177, infine, alcuni signori «*de Ceredo*» effettuano vendite di diritti con atto stipulato presso la pieve di Mairate¹⁰. Tale pieve risultava dipendere dal vescovo di Asti fin dalla bolla di Eugenio IV che nel 1153 gli confermava i diritti patrimoniali della sua chiesa; secondo Ermanno Eydoux l'edificio della pieve, pur rimaneggiato nel corso dei secoli, corrisponde all'attuale cappella cimiteriale di Piovà Massaia, mentre nei suoi pressi doveva sorgere l'omonimo villaggio¹¹. Fin d'allora la pieve costituiva il principale centro di coordinamento ecclesiastico-amministrativo della zona: ancora nel 1345 da essa infatti dipendevano le chiese di Cerreto e di «*Castrum Vetus*» (oggi Castelfero, fraz. di Piovà) e quelle di Vezano, di Scalfengo, di Remolfengo e di Montecorneliano, località in seguito scomparse, in quanto, dal principio del Trecento si andò affermando, a scapito di questi quattro villaggi, un nuovo insediamento indicato come «*Plebata*» (Piovà), in riferimento proprio all'antica pieve di Mairate. Nel 1310 Enrico VII confermava ai Radicati, fra gli altri possedimenti, quello di «*Plebate, Cerreti et totius plebanatus de Mayrate*»¹². La forte compattezza territoriale e demica della pieve aveva dunque fatto sì che anche dal punto di vista politico-civile, oltretutto da quello ecclesiastico, l'area fosse considerata come un tutt'uno coerente forse fin dal tempo del Barbarossa («*Cerretum et plebs de Marrate*»); in qualità di alto signore, nel 1240 il marchese di Monferrato alienava infatti ad alcuni *comites* di Cocconato il castello di Montecorneliano e «*decimam que habent in valle de Meynia et in plebatu de Mayrate*»¹³. Ignoriamo quando e come la decimazione del pievato di Mairate e della valle del torrente Mainia che lo attraversa, spingendosi verso meridione per gli adiacenti territori di Bagnasco, di Montafia e di Vulpiglio (oggi Villafranca d'Asti), fosse venuta in possesso del marchese, quando solo vent'anni prima (1221) il vescovo di Asti aveva concesso a Guglielmo signore di Montafia di poter esigere un quarto delle decime di Montecorneliano, di Bagnasco, di Montafia e di Vulpiglio¹⁴. Salvo pensare che i marchesi rivendicassero per sé tali diritti in concorrenza con il vescovo di Asti, reputando la conferma del Barbarossa sulla «*plebs*» come riconoscimento non solo di supremazia politica ma anche di introiti ecclesiastici.

Certamente ai termini «*plebs*» e «*plebatus*» i documenti politici dei secoli XIII-XIV attribuivano già un significato eminentemente territoriale, se nel 1263 un signore di Montafia venne investito in feudo da un consanguineo di quanto possedeva in Montafia «*et in tota plebata de Maira(t)e*»; anche i marchesi di Monferrato nel 1338 concederanno in feudo ai Radicati-Cocconato – che nel 1250 dagli stessi marchesi erano stati investiti di un terzo della giurisdizione di Castelfero – dei diritti che «*in posse et districtu Castriveteris et plebatus de Mairate (...) soliti sunt tenere in locibus Plebate Montiscorniliani Cerreti et Castriveteris*»¹⁵. Dal 1310, come si è visto, fino al 1512 i Radicati ricevevano periodicamente conferme imperiali su «*castra villas loca et poderia*

Plebate, Montiscorniliani, Cereti, Castriveteris et Ponenghi cum ecclesiis eorumdem unaqueque et commune finaggium Plebanatus Mairate»¹⁶.

La compattezza politico-territoriale dell'area, imperniata sul distretto originario della pieve, si è andata dunque rafforzando con il dominio continuativo dei Radicati – che si imposero sui minori signori locali, anche se i di Montafia ancora nel 1596 ricevevano investitura dal duca di Mantova di una quinta parte «de' Luoghi della Piovà, Ceretto, Castelvechio, e Piovanato di Meyrate»¹⁷ – fino a identificarsi con il «commune finaggium Plebanatus Mairate». All'interno del «finaggio comune» si erano intanto sviluppate le singole comunità con una propria organizzazione: quella di Plebata/Piovà nel 1339 ottenne il riconoscimento da parte del marchese di Monferrato dell'«universitatis et hominum loci de Plebata de Mayrate», e ricevette dai Radicati statuti propri nel 1475¹⁸; la scarsità di documentazione ci impedisce invece di conoscere meglio gli sviluppi di quelle di Cerreto e di Castelvero (dove un consiglio comunale compare già nel 1513¹⁹), i soli insediamenti rimasti dopo la decadenza e la scomparsa definitiva di Vezano e di Scalfengo, ma nella seconda metà del Cinquecento Piovà, Castelvero e Cerreto appaiono ben individuate come «communitates et homines plebanatus» in occasione di una lunga lite con la comunità di Piea.

Nel 1556, infatti, gli uomini di Piea – feudo della Chiesa di Asti – si erano recati a tagliare fieno e alberi sul territorio di Piovà, ma un piccolo esercito di duecento «homines de Plebata, Castroveteris et Cerreto» li aggredì, ferendone parecchi: nel 1560, d'altra parte, le terre in contestazione con Piea risultavano essere «de finibus plebanatus et (...) signata in registris dicti plebanatus»²⁰. Ciò sta a significare la sostanziale solidarietà degli abitanti dell'antica circoscrizione ecclesiastico-politica e l'esistenza di catasti del complessivo «plebanato», suddivisi per ogni singola comunità.

Il rapporto fra il «plebanato» e le singole comunità è reso chiaro dall'investitura consueta dei consegnamenti che compaiono nel più antico catasto di Piovà che pare risalire alla seconda metà del Cinquecento; viene infatti qui indicato che i beni dei consegnatari sono posti «super *finibus* Plebanatus Mayrate et in *iurisdictione* loci Plebate»²¹: c'è, in altre parole, un'esplicita distinzione fra i *fines* (territoriali) e la *iurdictio loci* (sugli uomini del *locus*). Già nella prima metà del Cinquecento, d'altra parte, l'indicazione «super finibus plebanatus» indicava l'intera area per distinguerla dalle località circostanti, nei confronti delle quali, come nel caso di Mondonio nel 1513, si erano posti «certa signa (...) terminantes fines plebanatus Mayrate»²²: l'appartenenza del «plebanato» al marchese di Monferrato e la sua adiacenza con il territorio sabauda, nel caso di Mondonio, e con quello della Chiesa di Asti, nel caso di Piea, favoriva la netta demarcazione dei confini verso l'esterno, mentre sembrava rendere non necessaria una analoga distinzione all'interno fra le tre comunità monferrine. Ed è proprio nel corso di una lite con i Savoia verso il 1580²³ che si esibiscono i catasti di Cerreto e di Piovà («registro antiquissimo loci Plebate») per stabilire i confini del pievato verso Bagnasco («arbor Ulmi in qua sunt cruces diffinientes fines Plebanatus a finibus Bagnaschi») e in entrambi i registri

compaiono beni ubicati a Lagofreddo e a Nocetta, senza distinzioni territoriali fra i due Comuni.

Le trasformazioni politiche succedutesi nel corso del Sei-Settecento – il definitivo passaggio dai Gonzaga, duchi di Monferrato, ai Savoia delle pertinenze residue (1713) – non alterarono la situazione interna al pievato e non incisero sui rapporti fra le tre comunità: anche la dipendenza feudale, d'altra parte, comprendeva ancora alla fine del secolo XVII il «locum Plebate cum suis accessoriis Cerreti et Castriveteris»²⁴. Così, nella determinazione dei confini, nonostante non ci fossero più differenze di stato con i Comuni limitrofi, risulta che l'attenzione fosse ancor sempre rivolta esclusivamente verso l'esterno.

Nella documentazione allegata al catasto figurato settecentesco di Cerreto – oggi scomparsa insieme col registro terminato dall'agrimensore Gio. Battista Quartero il 12 dicembre 1718, ma fedelmente trascritta dall'ing. Francesco Gaj nella *Relazione* del 31 maggio 1955, conservata presso l'Archivio comunale di Cerreto d'Asti²⁵ –, risultavano i verbali della misura generale del territorio effettuata per la formazione del nuovo registro d'ordine del podestà Giacomo Giaretto e del consiglio, misurazione che comportava la verifica dei confini comunali sulla base di testimonianze giurate²⁶. La commissione, verificato che dal confine di Bagnasco «ove entra a confinare col finaggio della Piovà» il confine di Cerreto correva per due miglia e più «sino al termine che resta sul monte della Cappelletta», rilevava altresì che non sussisteva «tra detti finaggi di Cerreto e Piovà da questo termine della collina del Lagofreddo sino a dato termine del monte delle Cappelletta alcun determinato segno divisorio dei medesimi finaggi»; ne facevano fede, fra gli altri, il nobile Giuseppe Bonazio di Marmorito che dichiarava come «con li finaggi di Cerreto e Piovà non v'è alcun segno determinato di divisione, ma molti beni sono del finaggio di Cerreto et incorporati nei beni del finaggio della Piovà et al contrario diversi beni del finaggio della Piovà sono incorporati nei beni di questo finaggio e così ognuna di queste Comunità esigono le taglie dei beni che trovansi catastati al luoro registro senza alcuna contraditione». La caratteristica di «finaggio promiscuo» tra i due territori veniva confermata dalla testimonianza del nobile Pietro Schierano di Cerreto, incaricato alcuni anni prima di presenziare alla misura del finaggio di Marmorito, Passerano, Capriglio e Bagnasco, che ribadiva come non vi fosse «alcun determinato segno di divisione di questo finaggio col medesimo della Piovà, mentre detti finaggi sono confusi et queste due comunità esigono le taglie sopra li beni che sono catastati al luoro registro».

A fronte di tali dichiarazioni, l'autorità competente, cioè il Senato di Monferrato, concedeva la formazione del nuovo catasto, ordinando che anche i «bona confinantia ad territorium Plebate que dicuntur promiscua» venissero misurati, in quanto «descripta in catasto veteri»: un riconoscimento, in definitiva, della particolare condizione del territorio. L'amministrazione sabauda, aggregando nel corso del Settecento Piovà, Cerreto e Castelferro alla provincia di Casale, li considerava poi come formanti un solo Mandamento con unico segretario, e ancora nel 1798, nel promulgare i *Bandi campestri* li riconosceva

«come stati anticamente fra loro divisi senza alcuna linea di circonvallazione e sempre stati come presentemente sono fra loro confusi»²⁷.

Non sembra che la situazione abbia subito variazioni rilevanti – nonostante non siano mancati, come vedremo²⁸, tentativi di definire una qualche linea di demarcazione – nel corso del secolo seguente: infatti la presenza nel catasto di Cerreto di molti beni circondati da beni registrati nel catasto di Piovà stanno a dimostrare la lunga sopravvivenza del «finaggio promiscuo» che finì per originare vere e proprie isole giurisdizionali. Non è improbabile che anche in questo caso, come già in quello dei cittadini di Asti sopra ricordato, in assenza di un «finaggio» delimitato all'interno del pievato, in origine sia stata la dipendenza personale a creare quella territoriale, sicché i beni degli abitanti di Cerreto, ovunque ubicati, dipendevano dal Comune di Cerreto, e così per quelli di Piovà. Una volta create delle dipendenze territoriali, tuttavia, le alienazioni personali fra gli abitanti dei due Comuni non incisero più sulle condizioni del territorio e i singoli appezzamenti dipendenti da ciascun Comune per originaria dipendenza del proprietario rimasero poi parte integrante del distretto di quel Comune, anche nei successivi passaggi di proprietà e pur pervenendo a proprietari residenti altrove, ma obbligati al pagamento dei carichi presso il Comune da cui l'appezzamento continuava a dipendere.

3. *Il finaggio promiscuo*

Il «finaggio promiscuo» implicava dunque un concetto di distrettuazione frantumata la cui ricostruzione appare oggi molto laboriosa e non può che passare attraverso un attento esame della documentazione catastale, con individuazione delle antiche regioni e dei singoli appezzamenti che al momento dell'aggregazione del Comune di Cerreto con quello di Piovà nel 1928 risultavano dipendere da possessori che registravano presso ciascuno dei due Comuni a prescindere dalla loro dislocazione territoriale.

Tutti i catasti cosiddetti descrittivi²⁹, costruiti mediante consegnamento giurato degli appezzamenti soggetti a tassazione fondiaria da parte dei proprietari stessi, distinguevano fra i proprietari residenti e i proprietari «forensi» (o forestieri), cioè coloro i quali possedevano beni nel territorio del Comune (e per questi ivi pagavano), pur dipendendo da altro Comune di residenza. Nel catasto di Cerreto del 1672 compaiono 38 possessori locali contro un'ottantina di non residenti, registrati parte nella «Rubrica dei forastieri», parte nei «Registri delli particolari della Piovà». Nel successivo catasto del 1722 i possessori locali sono 62 e altrettanti i «forensi della Piovà» più uno di Castelvero; seguono 6 «forensi» di Cocconato e 6 di Passerano. È evidente che una cospicua quota del territorio comunale di Cerreto era allora posseduta da proprietari di Piovà che catastavano a Cerreto, distinti tuttavia dai forestieri veri e propri, certo in quanto sentiti ancora come membri di un'antica circoscrizione unitaria.

Anche nel catasto descrittivo di Piovà del 1703 ai consegnamenti degli abitanti del luogo fanno seguito quelli dei «particolari» di Cerreto e di

Castelvero (analogalmente a quanto accadeva a Cerreto) e quelli dei «forensi» di Montiglio, Cocconato, Marmorito, Passerano: il numero degli abitanti di Cerreto che possiedono beni sul territorio di Piovà è inferiore a quello degli abitanti di Piovà che possiedono beni sul territorio di Cerreto (sono solo una decina), ma conferma la situazione di “promiscuità” del territorio. Non solo: come si è visto, fino al principio del Settecento almeno, pare sussistere una differenza fra i «particolari» dei tre luoghi e i «forensi» dei luoghi limitrofi, ultima traccia di un «finaggio» originariamente comune.

Tracce più consistenti di un «finaggio promiscuo» permangono nella dislocazione dei beni comunali, vanificando ogni tentativo di distinzione topografica fra i tre Comuni. A partire da nord, ai confini con Cocconato vi erano beni delle due comunità di Cerreto e Piovà; verso est (oggi fraz. Vastapaglia del Comune di Montiglio) vi erano beni delle comunità di Piovà, Cerreto e Castelvero; scendendo verso sud, si trovano le regioni di Gallareto e di Serraminore, dove i beni comuni erano ripartiti fra le tre comunità. Ancora più a meridione si trovano le regioni Valbaretto e San Tonco (o, più correttamente, Santonco) dove ugualmente i beni comuni erano ripartiti.

Una parte almeno dei beni era stata dunque in comune fra i tre luoghi che continuavano a goderne, anche senza contiguità col proprio territorio: erano aree boschive, situate a nord e a sud, sopra (o verso) i confini dei Comuni limitrofi. Nel caso di Santonco (la cui chiesa apparteneva a Piovà), in particolare, giova ricordare che – come hanno messo in rilievo le ricerche di Eydoux³⁰ – la cappella era in passato oggetto di massima devozione e nella festa dell'Assunta vi officiavano a turno il pievano di Piovà, il parroco di Castelvero e il rettore di Cerreto, alternandosi ogni anno.

Se nel caso dei beni comunali, come si è visto, l'origine comune impediva una delimitazione precisa dei confini territoriali, le cose non vanno meglio per quanto concerne la proprietà privata, ugualmente mescolata tra i due (in origine tre) Comuni. Fra Piovà e Cerreto il primo luogo contò sempre un numero superiore al doppio di abitanti del secondo: e ciò fin dal più antico rilevamento demografico, effettuato sul finire del Cinquecento, quando Piovà aveva 110 famiglie con 652 abitanti e Cerreto 74 famiglie con 315 abitanti (minimo era allora il peso demografico di Castelvero con 35 famiglie e 170 abitanti); ancora nel 1865 Piovà aveva 1324 abitanti contro i 696 di Cerreto (nel frattempo Castelvero era cresciuto a 1037 abitanti)³¹. Ciò spiega come mai molti possessori di beni catastati a Cerreto provenissero da Piovà, e non solo nelle nebulose aree boschive in comune fra i tre luoghi, ma specialmente nell'area indeterminata che avrebbe dovuto costituire il confine fra i due Comuni. Se gli abitanti di Piovà appaiono più numerosi nel catasto di Cerreto, non mancano tuttavia quelli di Cerreto che catastano a Piovà: ciò che spesso li accomuna è il riferimento alle coerenze della pezza consegnata con altra pezza di loro proprietà catastata presso l'altra comunità. Così – specie per beni collocati lungo il corso del Rio Mainia – nel catasto di Piovà alcuni Cerretesi confinano con «esso per il registro di Cerretto», e in ugual maniera nel catasto di Cerreto alcuni Piovatesi confinano con «sé stesso per il Registro della Piovà»³².

La situazione di promiscuità catastale non subì razionalizzazioni nel corso dell'Ottocento e si protrasse fino all'aggregazione di Cerreto a Piovà Massaia. Che tale sia rimasta è agevolmente dimostrabile con il ricorso ai volumi V e VI dei *Libri dei Trasporti* del Comune di Cerreto, incominciati rispettivamente nel 1879 e nel 1889 e che giungono fino al 1936. Un'attenta ricerca svolta dal sindaco di Cerreto nell'estate 1993 (e verificata sui documenti da chi scrive) consente infatti di individuare appezzamenti, e possessori relativi, posti nelle regioni catastali dell'area rimasta promiscua³³. Nel confronto con la situazione precedente, appare evidente la forte continuità sia nelle aree dei confini esterni, sia in quella interna. Si può infatti constatare anzitutto che *énclaves* di Cerreto nel territorio di Piovà sono rimaste tanto sui limiti settentrionali quanto su quelli meridionali, dove cioè Cerreto e Piovà condividevano beni comunali, poi alienati a privati: così si spiegano infatti presenze catastali nelle regioni Tane, Vastapaglia, Vo e Croce, situate a nord-est, ben oltre la linea del Rio Mainia, in territorio oggi considerato inequivocabilmente di Piovà; e ugualmente a sud-est quelle a Lagofreddo (presenze per la verità ingenti), Valbaretto, Nausina, Serra Minore, San Tonco, Brusà e Valvoi, in un territorio, tutto sommato, rimasto ancora abbastanza «promiscuo», nonostante la sua dipendenza incontestata da Piovà. Più frammentato ancora appare certamente il settore divisorio fra i due Comuni nell'area orientale di immediata adiacenza al corso del rio: qui infatti si collocano le regioni Castelvarino, Gallareto, Bré, Bosia che contano circa 150 registrazioni al catasto di Cerreto, pari ad almeno un centinaio di appezzamenti.

La cosiddetta “promiscuità territoriale”, tuttavia, non impedì mai l'ordinato funzionamento degli apparati amministrativi e fiscali dei due Comuni – né vi furono in passato liti confinarie fra loro – e l'apparente anomalia venne definitivamente sanata nel 1928 con la loro aggregazione (insieme con Castelvero) che dava origine un territorio comunale unico, ridimensionando Cerreto e Castelvero al ruolo di “frazioni” di Piovà Massaia. Ciò non significa che nell'ordinamento del Regno, prima di Sardegna e poi d'Italia, non fossero mancati tentativi per così dire “esterni” di omologare la situazione al resto del territorio nazionale, tracciando confini lineari e continuativi fra i due Comuni. Furono infatti i cartografi militari, ai quali era stato affidato il rilevamento del territorio, a delinearli, non senza esitazioni e variazioni: dapprima nella realizzazione della *Gran carta degli Stati Sardi in terraferma pubblicata dal Corpo Reale di Stato Maggiore* (1852-1878) – che, come si vedrà, aveva tenuto conto di una generica “divisione” corrente fra i due luoghi –, successivamente dall'Istituto Geografico Militare (1882). Già il confronto fra i due documenti denuncia l'approssimazione dei rilevamenti, dal momento che nella prima carta il confine di comune (e, si badi, anche di provincia, perché Cerreto apparteneva a quella di Alessandria e Piovà a Casale) nella sezione meridionale segue la strada di Santonco per attestarsi poi lungo il rio Mainia soltanto dopo il cimitero di Cerreto; mentre nella seconda il confine – di Comune e di Circondario (la provincia era allora Alessandria per entrambi i luoghi) – corre lungo il corso del rio fin dal limite a sud, assegnando a Piovà un settore a est

del Mainia che nella cartografia precedente era attribuito a Cerreto. Si trattò di un errore di rilevazione, di una semplificazione – la coincidenza con il torrente – o di una vera e propria mutazione, decretata dagli uffici allora competenti?

4. *Una causa persa, un problema ritrovato*

Le conclusioni a cui addiveniva nel 1993 la ricerca commissionata dalla Regione Piemonte a chi scrive lasciavano intendere che la cartografia più recente non era attendibile, dal momento che nessun decreto ufficiale aveva deciso il mutamento. La comune dipendenza ecclesiastica delle tre comunità (Castelvero compreso) dal pievato di Mairate, trasformatasi nel corso del Trecento nella comune dipendenza dai medesimi signori e consolidatasi con l'isolamento politico dell'area (monferrina), in seguito circondata da autorità differenti (ducato di Savoia, Chiesa di Asti), aveva portato alla costituzione di un solo territorio o «finaggio» che comprendeva le tre comunità, ciascuna con amministrazione e catasto propri, ma senza precise delimitazioni interne, individuate probabilmente all'origine con i possessi dei proprietari di ciascuna di esse e a tali possessi rimaste legate anche con le variazioni di proprietà. «Se di “confine” in senso attuale si vuole parlare come di linea delimitante una circoscrizione amministrativa – concludeva la *Relazione sull'accertamento del confine tra i Comuni di Cerreto e di Piovà Massaia*³⁴ –, si dovrebbe paradossalmente delimitare ogni appezzamento di pertinenza di Cerreto collocato a est del rio Mainia (confine cartografico-militare), con il risultato di ottenere almeno duecento “confini” di cosiddette isole amministrative che rappresentano la prevalenza del territorio rivendicato da entrambi i Comuni».

Si trattava di una proposta corretta storicamente – che prendeva atto «della effettiva assenza di confini storici continuativi tra i due Comuni, cioè della permanenza di un finaggio promiscuo» –, ma amministrativamente provocatoria in quanto impraticabile e non compatibile con l'attuale ordinamento che richiede confini certi e continuativi a dividere il territorio riferibile ad amministrazioni diverse. Restava comunque dimostrato come l'unico confine continuativo reperibile dalla cartografia IGM non corrispondeva in realtà alla corretta divisione territoriale tra Piovà e Cerreto, in considerazione degli addensamenti patrimoniali tradizionalmente a registro nei vecchi catasti dei due Comuni, sicché si proponeva che la Regione determinasse il confine tra i Comuni di Piovà e di Cerreto sulla base di quanto era emerso dalla ricerca storica, pur in contraddizione con la cartografia ufficiale.

La Regione assunse lo spirito di tale proposta e il 13 luglio 1994 deliberò di individuare il confine fra Piovà Massaia e Cerreto seguendo la statale Asti-Casalborgone fino all'incrocio con la strada provinciale per Torino, in frazione Gallareto: il settore compreso a levante del torrente Mainia e la statale (quello di maggior addensamento patrimoniale cerretese) era dunque attribuito a Cerreto e comprendeva alcune abitazioni della località Gallareto. Proprio sull'appartenenza della località Gallareto – la sola in espansione urbanistica negli ultimi trent'anni – il Comune di Piovà Massaia manifestò la sua insoddi-

sfazione rispetto alla deliberazione regionale, ricorrendo nel novembre dello stesso anno al Tribunale Amministrativo Regionale per l’«annullamento previa immediata sospensione» della deliberazione, contro la Regione Piemonte e nei confronti del Comune di Cerreto d’Asti. La presenza nella striscia in contestazione di «proprietà prevalentemente riconducibili ad abitanti residenti a Cerreto» appariva ai ricorrenti «argomento quanto mai fragile e certamente non risolutivo». Tale non parve tuttavia al TAR che, con sentenza del 30 maggio 1997, rigettava il ricorso di Piovà e confermava la deliberazione regionale; il giudice rilevava tra l’altro che la cartografia dell’ IGM «non presenta natura costitutiva in forza di imporsi a risultanze diverse emergenti dalla documentazione relativa al territorio in quanto ha la funzione di rappresentare la realtà territoriale del Paese, ma non di determinarla».

La questione tuttavia non ebbe termine con tale sentenza perché il Comune di Piovà il 13 maggio 2003 ricorreva in appello presso il Consiglio di Stato. Il 27 maggio dello stesso anno il Consiglio di Stato pronunciava una *Decisione interlocutoria* che nominava un perito d’ufficio, individuato nella persona di un tecnico dell’Ufficio Geografico Militare di Firenze, il quale riesaminasse e integrasse la documentazione raccolta, con particolare attenzione agli atti «che avessero un riferimento territoriale, quali, ad esempio, atti concernenti elezioni, atti di stato civile, atti che disponevano opere sul territorio, atti che concernevano la manutenzione stradale, atti di iscrizione scolastica, atti di beneficenza», sottolineando che «la titolarità della proprietà di terreni da parte di cittadini dell’uno e dell’altro Comune nel territorio contestato non appare circostanza determinante». Tutto, in un certo senso, ricominciava daccapo: la svalutazione da parte dei Consiglieri della documentazione catastale imponeva una maggiore attenzione agli atti amministrativi che dimostrassero l’esercizio del potere impositivo dei Comuni sull’area in contestazione.

La Regione Piemonte nel dicembre 2003 richiese a chi scrive una nuova perizia; intanto il perito del Consiglio di Stato intraprese la ricerca fra il 2003 e il 2004 e a giugno consegnava la sua relazione, corredata di numerosi annessi documentari: pur riconoscendo la “promiscuità territoriale” sostenuta dalla Regione, avanzava l’ipotesi che «tra il 1850 e il 1860» si fosse «verosimilmente attuata una variazione (o rettifica) dei confini tra i comuni di Cerreto d’Asti e Piovà Massaia» e che, di conseguenza – e nonostante la presenza di numerosi residenti a Gallareto indicati nei censimenti, negli atti anagrafici e nei registri scolastici come dipendenti dal Comune di Cerreto prima della sua soppressione – «il confine (...) è da considerarsi quello riportato sulla Carta d’Italia alla scala 1:25.000»³⁵.

Dal canto suo, il perito della Regione contestava al perito d’ufficio l’aver giudicato come «abitudine» irrilevante la registrazione di atti anagrafici presso il Comune di Cerreto da parte dei residenti della frazione Galloureto, rilevando che «gli atti amministrativi costituiscono obbligo di legge e non possono essere considerati frutto di abitudine: gli abitanti di Gallareto dipendenti dal Comune di Cerreto confermano l’esercizio dell’autorità da parte di questo Comune perché (...) una parte della frazione rientra all’interno dei suoi

confini territoriali». Per di più il perito del Consiglio di Stato lasciava supporre che in origine il confine seguisse altro tracciato rispetto a quello definito dalla carta IGM e oggetto di contestazione da parte del Comune di Cerreto. Di tale confine «originario», tuttavia, la perizia non accertava la definizione, postulando surrettiziamente una «variazione o rettifica» per la quale non era in grado di fornire documentazione ufficiale. Nel corso della sua ricerca supplementare, chi scrive aveva invece rintracciato presso l'Archivio Comunale di Piovà Massaia un documento cartografico del 24 febbraio 1842³⁶ (per altro conosciuto e prodotto anche dal perito d'ufficio) che fin d'allora pareva postulare l'esistenza di un confine lineare continuo, indicato come «Linea di divisione dei due territori», posto a levante del rivo Mainia che, dopo alcune sinuosità – certo dovute a presenze patrimoniali –, si attestava per un esteso tratto lungo la «strada tendente da Piovà a Torino». È ben vero che dal 1842 l'assetto stradale dei due comuni ha subito delle trasformazioni, ma una ricostruzione dei nuovi impianti stradali, rapportati alla «Figura», può consentire una più precisa ubicazione della «Linea di divisione», coincidente con quella indicata dalla successiva Gran Carta degli Stati sardi. Ne emerge che la «Linea di divisione» si trovava a una distanza a est del rio Mainia che oscilla dai 200 ai 300 metri e che va oggi pressoché a coincidere con la s/s 458, individuata nel 1994 dalla Regione Piemonte come confine tra i due Comuni nel tratto in contestazione. È anzi probabile che il tracciato della nuova strada, costruita alla metà dell'Ottocento, abbia tenuto conto proprio della divisione. «Tale va dunque identificato come confine tradizionale tra Cerreto e Piovà che non subì alterazioni su base di atti amministrativi in quanto né in sede locale né in sede centrale sono stati conservati, sicché il confine indicato dall'IGM va considerato frutto di un rilevamento inesatto»³⁷.

Nel novembre del 2004 il Consiglio di Stato sentenziava definitivamente a favore di Piovà Massaia, assumendo le conclusioni a cui era pervenuto il perito d'ufficio, ma, al di là della risoluzione dell'ultra cinquantennale contenzioso, l'intera questione ha presentato motivi di interesse e di riflessione per gli storici.

In primo luogo la lite odierna costituisce il relitto inconsapevole di un ordinamento territoriale risalente al medioevo che nell'intero corso dell'antico regime conserva una singolare tenuta, nonostante il progressivo affermarsi di un modello di tipo diverso. Emerge dunque da questo caso la coesistenza di almeno due possibilità alternative – ma originariamente non conflittuali fra loro – di instaurare il rapporto fra comunità e risorse territoriali: la compresenza e l'esclusività.

Le comunità appartenenti al pievato di Mairate al principio attingono contemporaneamente alle medesime risorse (beni collettivi gestiti in comune) e quando se le spartiscono (registrazione nei singoli catasti) non si curano della contiguità territoriale; qualcosa di analogo pare accadere anche sul versante della proprietà privata: i possessori di ciascuna comunità detengono beni nell'intero territorio in modo abbastanza indifferenziato fino a quando non si vanno precisando – forse a fini fiscali – agglomerati territoriali tendenzial-

mente distinti. Permangono tuttavia tracce consistenti dell’originaria gestione complessiva ancora in età moderna, per un verso nella significativa presenza di possessori dell’una comunità nel catasto dell’altra, e per un altro verso nella duratura «promiscuità di finaggio» nelle aree di contatto fra i due agglomerati territoriali. Ai fini del regolare funzionamento delle singole comunità pare invece irrilevante la demarcazione di un confine lineare, benché nel Settecento si riconosca la peculiarità – non la problematicità! – della sua mancanza. Solo nel secolo successivo compare infatti una «Linea di divisione dei due territori» che parrebbe comunque avere ancora un basso profilo di “confine territoriale”, significato assunto invece dalle necessità nazionali di definizione amministrativa nella cartografia militare.

L’esclusività territoriale di ogni singola comunità, affermata con la precisa delimitazione dei confini, costituisce l’altro – e forse più diffuso – modello di rapporto con il territorio che fin dal medioevo convive con la situazione precedente; l’esemplificazione, anche per l’area piemontese, appare superflua: basti ricordare, fra le molte, la dettagliata descrizione dei confini comunali di Poirino, redatta nel 1373³⁸. Certamente, nel passaggio fra medioevo ed età moderna tale modello fornisce uno stimolo anche per le comunità che agivano in compresenza su un territorio comune: nel corso del Cinquecento, per esempio, si fraziona il territorio del «Comune» di Mombaruzzo, al quale nel 1337 il marchese di Monferrato aveva rilasciato privilegi e che allora comprendeva le comunità di Fontanile, Castelletto Molina, Maranzana, Quaranti e Casalotto e il possesso collettivo del «bosco di Anglesio», e ciascuna ottenne statuti propri e riconoscimento di autonomia³⁹. Alla medesima età, d’altro canto, risalgono anche i primi catasti di comunità del pievato di Mairate, anche se qui – come si è visto – la situazione appare più vischiosa.

In conclusione, dei due modelli che sembrano convivere senza problemi nel corso del medioevo quello più forte si dimostra essere il modello della comunità che definisce e delimita il suo territorio, ma nell’adeguamento a questa struttura da parte delle comunità che seguono l’altro modello non mancano inerzie e resistenze, talvolta di lunghissima durata, con conseguenze che creano anomalie amministrative perduranti fino ai giorni nostri. Come appunto nel caso di Cerreto e di Piovà Massaia.

Note

¹ R. D. 28/6/1928, n. 1606; D. L. C. P. S. 23/8/1947, n. 1041.

² Archivio Comunale di Piovà Massaia, Verbale di deliberazione del Consiglio Comunale nr. 13 del 6/5/1993.

³ «Si parte da Nord, dai confini del Comune di Passerano Marmorito; si segue la strada statale 458 fino all'incrocio con la strada provinciale per Torino in frazione Gallareto; si segue la provinciale fino all'incrocio con la strada comunale di San Tonco; si gira a sinistra e si segue la stessa fino all'innesto di quest'ultima con la provinciale di Aramengo-Cisterna; quest'ultima viene seguita fino ai confini con il Comune di Montafia» (Archivio Comunale di Cerreto d'Asti, Lettera del Sindaco del 13/7/1993).

⁴ B. Brossa, *Memorie storiche di Poirino*, Alba 1923, p. 139.

⁵ Archivio della Curia Vescovile di Asti, *Visita episcopale di mons. Francesco Panigarola*, 1588, ff. 148 v-151; trad. in G. Visconti, *San Paolo Solbrito e dintorni*, Asti 1999, pp. 474-478, la divisione è redatta in volgare nel testo della Visita (ff. 150-151).

⁶ Si veda al proposito R. Bordone, *Asti capitale provinciale e il retaggio di uno "stato" medievale*, in «Società e Storia», 44 (1989), pp. 293 sgg.

⁷ L. Gaj, *Storia di Villafranca*, II, *Il 1800*, Asti 1968, pp. 60-63; per decreto della Prefettura di Marengo nel 1812 i territori della Castella vennero aggregati a Villafranca.

⁸ Archivio Opera Pia S. Elena (Villafranca d'Asti), Supplica della Comunità (sec. XVI).

⁹ Docc. citati in E. Eydoux, *Mairade: villaggio, pieve e pievania*, ne «Il Platano», 12 (1987), pp. 31-34.

¹⁰ G. A. Torelli, *Inventario dell'archivio della famiglia Montafia*, ms in Biblioteca del Seminario Arcivescovile di Torino.

¹¹ Eydoux, *Mairade* cit., pp. 31-37.

¹² Op.cit., pp. 31 e 45: «Il castello di Monte Corneliano è diventato in seguito il castello di Plebata e parte di questo luogo» (p. 34).

¹³ Op. cit., p. 45.

¹⁴ Torelli, *Inventario* cit.

¹⁵ Per il 1250 e il 1263 Torelli, *Inventario* cit.; per il 1338: Archivio di Stato di Torino [d'ora in poi AST], Corte, Monferrato, Feudi m. 56.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ AST, Corte, Paesi per A e B, Asti, m. 18.

¹⁸ AST, Corte, Paesi per A e B, Piovà, m. 15.

¹⁹ AST, Corte, Monferrato, Confini, P, n. 6.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Archivio Comunale di Piovà Massaia, *Catasto descrittivo* (sec. XVI-XVII), *passim*.

²² AST, Corte, Monferrato, Confini, P, n. 6.

²³ *Ibidem*.

²⁴ AST, Corte, Monferrato, Feudi m. 56.

²⁵ Archivio Comunale di Cerreto d'Asti. *Relazione sulla delimitazione del confine territoriale fra i Comuni di Cerreto d'Asti e Piovà Massaia*, dell'ing. Francesco Gaj, Asti 31/5/1955. Costituisce la perizia di parte prodotta in opposizione alla Relazione dell'ing. capo erariale Malandrone del 1/8/1949 che faceva seguito agli esposti dei due Comuni relativi alla definizione dei confini (12/7/1949 Cerreto, 16/7/1949 Piovà); siccome la ricerca svolta a sostegno delle tesi di Cerreto appare storicamente corretta sui dati verificabili, se ne assumono le informazioni anche a riguardo del documento oggi irrimediabilmente.

²⁶ *Relazione* cit., pp. 19-25.

²⁷ Op. cit., pp. 12-15; AST, Corte, Monferrato Provincia di Casale, m. 2, 3 bis.

²⁸ Si veda testo corrispondente a nota 36.

²⁹ Presso l'Archivio Comunale di Cerreto sono conservati: 1) *Catasto descrittivo* 1672, terminato dall'agrimensore Matteo de Nicola di Aramengo il 29/11/1672; 2) *Catasto descrittivo* 1722, redatto dall'agrimensore Gio. Battista Quartero, compilato da Giovanni Maria Rescaldina di Montiglio e residente a Cerreto; 3) 6 volumi di *Libri dei trasporti* (1721, 1742, 1795, 1848, 1879, 1889). È risultato invece mancante, come si è detto, il *Catasto figurato* 1718, terminato dall'agrimensore Gio. Battista Quartero il 12/12/1718, elencato nell'*Inventario catasti terreni*, compilato da Giacomo Concio delle Imposte Dirette del distretto di Villanova d'Asti il 18/6/1880 e ancora usato dall'Ing.

Francesco Gaj nella *Relazione* del 31 maggio 1955 (cit. a nota 24). Presso l'Archivio Comunale di Piovà Massaia sono conservati: 1) *Catasto descrittivo* (in latino), di XVI-XVII secolo, mancante di frontespizio; 2) *Catasto descrittivo* 1703, redatto dall'agrimensore Giuseppe Ferrante di Viale (terminato il 23/4/1703) e relativo *Brogliaccio* preparatorio, mutilo; 3) due volumi di *Libri dei Trasporti* (1744/XIX secolo; XIX secolo in uso fino al 1935); 4) due *Vacchette dei Trasporti*, una anteriore, l'altra posteriore al 1744, relative al Comune di Castelvetro, aggregato nel 1928 a quello di Piovà Massaia.

³⁰ Eydoux, *Mairade* cit., p. 38.

³¹ AST, Corte, Monferrato, Feudi m. 56; *Annuario della Provincia di Alessandria*, Alessandria 1865, pp. 20 e 30.

³² Così, ad esempio, in Archivio Comunale di Cerreto, *Catasto descrittivo* (1722), a partire da f. 175, «G. Rosingana alla Cassina del Lupo con sé stesso per il R.stro della Piovà»; ugual situazione a f. 176 per Secondo Vespa a «Roscherio o sia Vastapaglia»; stessa formula per Bré, San Tonco (f. 182), Olmasso (f. 183), Bossia (f. 189), Castelvarino (f. 190), Valle del Pozzo «o sia Gallareto» (f. 190), San Tonco (f. 222), Goretto e Vairora (f. 226), etc.

³³ Archivio Comunale di Cerreto d'Asti, Lettera del Sindaco del 14/9/1993 e 2 elenchi allegati.

³⁴ R. Bordone, *Relazione sull'accertamento del confine tra i Comuni di Cerreto d'Asti e Piovà Massaia*, Torino 1993 (c/o Regione Piemonte), p. 3.

³⁵ E. Santoro, *Relazione accertamento del confine del territorio fra i Comuni di Cerreto d'Asti e Piovà Massaia anteriormente al R.D. 28 giugno 1928 nr. 1606*, Torino 2004 (c/o Regione Piemonte), p. 9.

³⁶ Archivio Comunale di Piovà Massaia, 56/1, «Figura dimostrativa» del geom. Napoleone Razziano. Durante la ricerca del 1993 il documento non fu reperito perché l'Archivio Comunale si presentava in uno stato di completo disordine e fu riordinato soltanto nel corso del decennio successivo.

³⁷ R. Bordone, *Relazione sull'accertamento del confine tra i Comuni di Cerreto d'Asti e Piovà Massaia*, Torino 2004 (c/o Regione Piemonte).

³⁸ Brossa, *Memorie storiche* cit., pp. 63-64.

³⁹ F. Gasparolo, *Gli statuti inediti di Mombaruzzo*, in «Rivista di storia, arte e archeologia per la provincia di Alessandria», 1 (1896).

Dai confini dei villaggi ai confini politici. L'area friulana nel tardo medioevo

di Donata Degrassi

1. Le controversie confinarie: uno sguardo d'insieme

Una ricerca generale sui processi di individuazione e definizione dei confini tra le comunità di villaggio nell'attuale area friulana durante il medioevo è un lavoro ancora in gran parte da compiere¹. La tematica si presenta peraltro di particolare interesse sia per l'intrecciarsi e il sovrapporsi in quest'area di ambiti di dominio diversi – patriarcato di Aquileia, contea di Gorizia, corpo separato di Pordenone appartenente ai duchi d'Austria e terre soggette a vari signori² – sia per comprendere l'ambito d'azione delle comunità di villaggio e l'interazione di queste con i poteri dominanti sul territorio³.

Per tali ragioni ho preferito procedere a uno spoglio piuttosto ampio di documenti editi e inediti, ricorrendo alle principali sillogi per l'edito⁴ e a sondaggi mirati per l'inedito. Questo lavoro mi ha permesso di enucleare un gruppo abbastanza nutrito di controversie relative a confini tra villaggi o contese tra comunità di villaggio e signori per l'utilizzo di aree incolte, in un arco cronologico che ha coperto i secoli XIII-XV. Ho cercato dunque di valutare in modo complessivo, anche se necessariamente sintentico, questa iniziale setacciata di materiale, prima di passare a descrivere qualche caso specifico, scelto come particolarmente esemplificativo per illustrare le problematiche connesse alla percezione dei confini e alle modalità di trattamento dei conflitti. La visione d'insieme resta comunque sullo sfondo e consente di contemperare quello che è stato definito l'affondo «alla scala topografica»⁵ – necessariamente circoscritto e peculiare al singolo caso trattato – con un'indagine più ampia che permetta di verificare consonanze e differenze nel corso del tempo in una dimensione per lo meno di respiro regionale. È infatti opportuno, a mio avviso, introdurre un elemento di contestualizzazione, soprattutto cronologica, in una materia che altrimenti, per le caratteristiche sostanzialmente uniformi

con cui si presenta nel corso del tempo, sembra non subire modificazioni e ripresentarsi inalterata epoca dopo epoca.

Nell'analizzare le testimonianze, ho tenuto presente una serie di quesiti, rispetto ai quali ho cercato di verificare sia le consonanze che le discrepanze, in modo da utilizzare criteri non difformi di valutazione rispetto a vicende che inevitabilmente si presentano come peculiari quando si entra nel dettaglio delle questioni discusse. Le domande che mi sono posta sono state fondamentalmente le seguenti: innanzitutto, mi sono chiesta quando e perché insorgono i conflitti confinari e a quali bisogni risponde la necessità di delineare un confine. Successivamente, ho cercato di capire come viene materialmente tracciato il confine, come si procede in caso di contestazione del tracciato e quali figure sono chiamate a esprimersi in merito; e ciò nella convinzione che non si tratti di meri passaggi fattuali, ma di elementi importanti per cogliere relazioni e significati sottesi a queste procedure. Ancora, mi sono domandata se il confine venga percepito come una linea o come una zona, il che mi ha condotto a verificare come si costruisce lo spazio territoriale di un villaggio, in base a quali parametri e con quali limiti.

La ricognizione preliminare mi ha dunque condotto a riconoscere in prima approssimazione due fasi, che sembrano presentare caratteristiche parzialmente diverse: in un periodo che si colloca tra il Duecento e il pieno Trecento, sono presenti soprattutto controversie relative alla definizione dei confini tra comunità di villaggio, in un'ottica che sembra soprattutto di affermazione dell'identità collettiva, di riconoscimento dell'ambito territoriale su cui essa si proietta, di separazione e distinzione rispetto alle comunità confinanti nonché di limitazione delle loro eventuali ingerenze. Nella successiva fase che decorre dal terzo-quarto decennio del Quattrocento, si assiste un generalizzato moltiplicarsi delle contese confinarie in generale, e di quelle tra comunità e signori in particolare. Come si specificherà meglio più avanti, ciò pare legato, da un lato, agli strascichi di decenni di guerre, epidemie, devastazioni e abbandoni dei coltivi che avevano stravolto il quadro insediativo nelle campagne, non meno tuttavia che al cambio di sovranità istituzionale e allo scatenarsi dei processi di costruzione delle giurisdizioni territoriali da parte dei signori. Il problema delle delimitazioni confinarie assume dunque, in questo periodo, una declinazione diversa.

2. *Le comunità di villaggio e la costruzione del loro territorio*

Gli episodi di controversie confinarie due-trecenteschi vedono impegnate in genere comunità limitrofe che non sempre si trovano in situazione di conflitto aperto, quanto piuttosto di definizione e riconoscimento dei reciproci spazi di dominio e sfruttamento. Gli aspetti economici, legati in genere all'usufrutto di boschi e pascoli, sono quelli su cui solitamente verte l'attenzione, e che spesso si pongono all'origine della controversia o della richiesta di delimitazione dei confini. Non si trattava certo di questioni di poco conto, dal momento che «lo sfruttamento del patrimonio collettivo rappresentava il

fondamento materiale della coesione della comunità»⁶. In quest'ottica l'individuazione delle aree – in genere incolte – di godimento collettivo e la loro protezione nei confronti degli uomini estranei al villaggio, costituiva un momento essenziale nella definizione dell'identità della comunità e nell'affermazione della sua potestà ordinatrice rispetto al territorio di propria pertinenza.

Al riguardo, molto interessante appare un documento del 1267 che riporta una sentenza di definizione confinaria relativa a diverse comunità di villaggio – Osoppo, Cornino, Peglons, Avasinis, Trasaghis e Braulins – tutte appartenenti al plebanato di Osoppo⁷. Non si tratta di una suddivisione del territorio plebanale a seguito dell'erezione di nuove pievi o parrocchie: l'unità della circoscrizione ecclesiastica non viene toccata⁸. Si avverte invece il bisogno di definire con chiarezza gli ambiti di usufrutto degli incolti, ubicati «tam in montibus quam in planitie Tulmenti» in ordine al compimento di quelle attività che denotano il pieno dominio e godimento del territorio, vale a dire «pasculare, secare, arare, buscare et alia utilia facere». Al fine di comporre le differenze e di emanare una sentenza definitiva, i rappresentanti delle diverse comunità danno completo mandato «discernendi, determinandi seu sententiandi et confines declarandi, de iure vel de facto» a due autorevoli personaggi, scelti quali arbitri tra le parti: i nobili Francesco della Torre e Giovanni di Buia, che ricoprivano l'importante carica pubblica di Gastaldi patriarcali, l'uno per la Carnia e l'altro per il distretto di Buia. Costoro, dopo aver ascoltato le parti e aver interrogato gli uomini dei villaggi in causa e quelli dei vicini paesi di Allesso, Somplago e Cavazzo, appartenenti alla limitrofa pieve di Cavazzo⁹ – escussione che non viene riportata nel documento – stabilirono i confini entro i quali le diverse comunità di villaggio potevano sfruttare gli incolti:

primo incipiendo a Valat de Braulin et Custaltoriam, transeundo in plano de Bordan et transeundo ultra Tulmentum a Barum generalem et a Lapidem Album positum in campo et transeundo per campum a Lapidem Pilosum apud Tulmentum et transeundo versus Curninum erando per Costam Longam et transeundo per Prat de Lauch transeundo per cimiterium de Setula, transeundo a Nugaratium versum Aquam Arçini transeundo a Forcam de Scuras, ascendendo per Iof et descendendo per Mij usque a cimiterium de Mii, qui est infra Casaret et Ambula, transeundo per Iof de Cargnul et transeundo per Val de Manaria a *** de Perulat et a Claputium de Carevales, ascendendo per montem de Braulins et transeundo a Custolatoriam transeundo in planitie de Bordan¹⁰.

Non è il caso, in questa sede analizzare in maniera approfondita i dettagli del documento, entrando nella specifica microtoponimia delle località annoverate; preme invece sottolineare alcuni punti che rivestono caratteristiche di ordine generale. L'area interessata dalla confinazione è assai ampia e viene definita da una sorta di perimetro ottenuto elencando via via le microlocalità che da questo vengono toccate, annoverate – a quanto risulta dal riscontro con i toponimi tuttora in uso¹¹ – secondo la sequenza che realmente si incontra¹². Non si dà luogo invece a un tracciato confinario propriamente detto, realizzato mediante segni impressi su alberi o rocce, posizionamento di pietre o altri segnali, o realizzato in altro modo. Gli unici elementi confinari puntuali fanno riferimento a due massi, definiti «album» e «pilosum»¹³, situati nell'ampio

letto ghiaioso del Tagliamento, dove altrimenti è difficile reperire altri elementi identificabili con certezza e aventi carattere di stabilità. Il confine – par di capire – non è percepito quindi come una linea esatta e incontrovertibile, ma come ambito di appartenenza, che tocca o include aree di ampiezza non precisata, conosciute e frequentate dagli abitanti delle comunità di villaggio che a esse hanno attribuito un nome, un microtoponimo.

Si rileva la tendenza a utilizzare in genere come elementi discriminanti le creste montuose, piuttosto che il tracciato dei corsi d'acqua¹⁴. Ciò avviene non solo, probabilmente, perché il loro profilo è ben riconoscibile e resta immutato, pur nel cangiare della memoria umana e nel variare delle appartenenze politiche e istituzionali¹⁵. È possibile – a mio avviso – riconoscere in ciò anche un elemento di funzionalità rispetto alle attività umane, che si svolgevano principalmente nei fondovalli o, al più, sulle pendici dei monti. Le creste, alte e in genere rocciose, ne restavano al di fuori e dunque il confine che ivi correva non interferiva con gli utilizzi concreti del territorio e aveva quindi meno probabilità di venir contestato e posto in discussione. L'area citata nel documento è comunque troppo estesa e soprattutto troppo accidentata per essere effettivamente percorsa in occasione dell'emissione della sentenza. D'altra parte l'elencazione in ordine sequenziale dei toponimi e l'uso di verbi quali «*transendo*», «*ascendendo*», «*discendendo*», sembra riferirsi a un percorso vero e proprio. Pare probabile quindi che la sentenza, emessa in tale circostanza, recepisce le indicazioni che venivano dagli uomini che quel territorio conoscevano bene e lo frequentavano abitualmente.

Nonostante i confini che vengono definiti siano quelli del plebanato di Osoppo, la circoscrizione religiosa – come si è detto – non è affatto posta in discussione, né la definizione dei confini chiama in causa i rapporti con le pievi confinanti, come quelle, assai popolate e dense di centri abitati, di Gemona o Buia. Sono chiamati a intervenire, in funzione testimoniale ma forse anche per dare il loro assenso alla definizione confinaria, solo i rappresentanti delle comunità di Alesso e Somplago, facenti parti del plebanato di Cavazzo con cui quello di Osoppo confina a settentrione. È probabile che ciò sia dovuto al fatto che su quel versante – estremamente accidentato e ancor oggi coperto da vasti boschi e privo di luoghi abitati – non si era dato luogo precedentemente a un riconoscimento puntuale dei confini plebanali. La circoscrizione ecclesiastica infatti faceva riferimento essenzialmente ai centri abitati e alle cappelle che ivi si trovano, mentre minor peso rivestiva il territorio privo di insediamenti umani. In ogni caso si evidenzia il ruolo fondamentale della pieve quale centro primario di inquadramento del territorio, oltre che come riferimento religioso, e emerge con forza la stretta connessione dei legami che serravano tra loro i membri della comunità sul piano della vita in tutti i suoi aspetti, da quello economico, a quello giuridico, allo spirituale¹⁶. Ciò sembra tanto più significativo in una realtà, qual era quella in discussione, formata da situazioni assai diverse e disperate, vale a dire Osoppo, grossa borgata posta in pianura, in prossimità del Tagliamento, sulla grande direttrice di comunicazione che raccorda i paesi d'Oltralpe con

il mare, e i villaggi dell'area pedemontana e montana, piuttosto isolati e lontani dalle vie di comunicazione.

All'interno del territorio più sopra definito, le varie comunità di villaggio avrebbero dovuto «in simul, pacifice et humane»¹⁷ pascolare, tagliare fieno, raccogliere legna, arare e pescare «tam in montibus quam in planitis, tam pratis quam silvis et locis pasculandis, tam in Tulmento quam in seletto Tulmenti». L'insistenza con cui nel documento ricorre l'endiadi «tam in montibus quam in planitie Tulmenti» induce a pensare che proprio nell'utilizzo da parte di tutte le comunità di villaggio dei due diversi ambienti naturali, stia una delle chiavi di comprensione delle regioni che dettero luogo alla controversia. Una diversità ambientale che risultava complementare e che dunque era funzionale all'integrazione delle carenti risorse alimentari della montagna, la cui importanza era rilevante soprattutto per attività come quella dell'allevamento – fondamentale nell'economia dell'area – che si dislocava stagionalmente tra i pascoli della pianura e quelli delle quote più elevate.

Il caso di definizione confinaria qui riassunto, assieme agli altri che si ritrovano in questo periodo, risulta utile anche per chiarire un altro punto controverso. La spiegazione frequentemente offerta, secondo la quale i conflitti tra villaggi vicini in merito dell'usufrutto degli incolti si farebbero più frequenti nel tardo medioevo per la maggiore pressione antropica sul territorio e la conseguente riduzione a coltura di gran parte dei tratti incolti, mostra qui tutta la sua inconsistenza. Nella fattispecie il territorio in questione – montuoso e accidentato – è ancor oggi quasi totalmente privo di insediamenti e coperto da boschi, prati e pascoli, realtà evocate anche dai toponimi menzionati. Più che la pressione antropica, pare piuttosto che sia la crescita delle comunità di villaggio sul piano giurisdizionale, l'acquisizione della consapevolezza dei diritti che si potevano esercitare e delle attribuzioni su cui si aveva competenza, che porta al bisogno di definire con maggior precisione le aree su cui si estende il controllo della comunità stessa.

Possiamo dunque individuare la costruzione della dimensione territoriale delle comunità di villaggio in area friulana in un arco cronologico che si situa tra la metà del secolo XIII e la metà del XIV. È in questa fase che viene a formarsi un rapporto preciso che lega tra loro i luoghi del territorio agli individui che compongono la comunità, prescindendo dunque dalla dipendenza dei singoli *vicini* all'uno o all'altro signore o dalle appartenenze giurisdizionali. Sono le prerogative e le azioni che i membri della comunità concretamente esercitano sul territorio, e in particolare è proprio l'utilizzo delle risorse offerte dagli incolti, a dare concretezza alla rete di relazioni che compongono la comunità, creando un legame biunivoco di appartenenza reciproca tra uomini e territorio: si fa parte di una certa comunità rurale – come risulta chiaro da molte deposizioni testimoniali – in quanto si può far legna, pascolare e utilizzare in altro modo i suoi incolti. Per converso, quando, in seguito a una grave colpa, come l'omicidio o il ferimento, si viene allontanati dal villaggio, si viene esclusi da tale fruizione. L'esclusione segnalava la gravità dell'atto commesso, che costituiva una lacerazione del tessuto relazionale che connetteva l'indi-

viduo alla comunità di villaggio, e costituiva nel contempo, per il venir meno dei vantaggi che offriva, una pena da scontare¹⁸. Questa potestà ordinatrice della comunità sullo spazio territoriale sottoposto al proprio controllo viene in genere fatta risalire, nei documenti, a tempi immemorabili e dunque fuori da una precisa cronologia. In realtà, è spesso frutto di interventi dinamici che vanno a modificare situazioni consolidate da tempo e che rispondono alla necessità – che dà poi origine alla gran parte delle vertenze – di differenziarsi e separarsi dalle comunità circostanti, affermando il proprio dominio su di un'area le cui risorse si vogliono riservare esclusivamente agli appartenenti alla medesima *vicinia*. È questo il caso, a esempio, di una controversia che oppone nel 1321 Pagnacco a Lumignacco, nel corso della quale i testimoni attestano chiaramente che il problema si era posto in tempi recenti – chi diceva da otto anni chi solo da due – mentre in precedenza «ab illo tempore pascuaverunt et consueverunt pasculare communiter in simul in dicto pascuo»¹⁹.

3. *Confini di villaggio e confini politici: nuove interferenze*

Le controversie confinarie si accesero e moltiplicarono negli anni Venti e Trenta del Quattrocento, in un momento che seguiva, non a caso, la conquista veneziana del Friuli (1420), vale a dire un cambio dei vertici del potere che lasciava spazio per eventuali modifiche dello *status quo*. Ma quel torno di tempo significava anche la conclusione di un periodo, durato almeno una ventina d'anni e anche più, di guerre, violenze, torbidi ed episodi bellici²⁰, una situazione di crisi contingente che si connetteva però a una fase regressiva dal punto di vista demico²¹. Tutto ciò aveva contribuito potentemente a modificare l'assetto del territorio e soprattutto aveva sconvolto il suo ordinato e regolare sfruttamento, secondo modalità tramandate generazione dopo generazione. Terre prima coltivate erano diventate incolti, spesso sfruttati come tali da chi non ne era né il proprietario né il concessionario diretto²². I proprietari lontani e assenteisti – enti ecclesiastici e signori laici, titolari di domini dispersi su tutto l'ambito regionale – in molti casi avevano perso il controllo effettivo sui propri beni²³ e il passaggio sotto una diversa sovranità, da quella patriarchina a quella veneziana, rischiava di far sì che la situazione contingente si consolidasse a favore di quanti si erano accaparrato l'usufrutto del territorio. Emblematica di questa situazione è – a esempio – una contesa, avviata nel 1423, tra l'abbazia di Sesto e la comunità di S. Vito al Tagliamento, relativa al possesso di un bosco denominato *Albarettum*. L'escussione dei testimoni porta alla luce il fatto che l'*Albarettum* una sessantina di anni prima era una zona coltivata, pertinente al villaggio di *Bernava*, ormai scomparso e sostituito da un bosco, designato con il medesimo toponimo. Analogamente anche la vicina selva, chiamata *Cornea*, faceva parte in precedenza delle pertinenze coltivate del villaggio di *Bernava* con il nome di *Pratum Lungum*. L'abbandono del luogo abitato e dei coltivi, a seguito dei molteplici eventi bellici succedutisi tra la fine del Trecento e i primi decenni del Quattrocento, e la conseguente trasformazione del paesaggio agrario, comportarono la perdita delle rendite legate al lavoro prodigato sulla terra,

sostituite da più episodiche riscossioni per l'usufrutto dell'incolto boschivo. Ciò rese anche meno nitida la percezione della proprietà dell'area stessa, di quali fossero le persone che avevano diritto di entrarvi e di ricavarne qualche forma di usufrutto e a quale titolo lo facessero.

I numerosi e ricorrenti processi per l'uso degli incolti, che comportavano appunto l'accertamento delle divisioni confinarie e l'individuazione di chi deteneva i diritti di utilizzo o l'esercizio della giurisdizione, avevano origine per l'appunto in una contesto in cui si era persa, in molti casi, la nozione precisa di chi fosse il legale proprietario e quali diritti potesse esercitare sulle terre soggette. Ma era anche una situazione in cui si veniva manifestando, da parte dei signori, una precisa volontà di affermazione dei propri diritti e delle proprie competenze, non solo per quanto atteneva alla percezione della rendita fondiaria, comunque si configurasse, ma anche per quanto concerneva la rivendicazione di ambiti di dominio sia sul territorio che sugli uomini. Da ciò il deciso prevalere in questo periodo, di controversie tra comunità di villaggio e signori, su cui tuttavia non ritengo in questa sede di presentare casi specifici – anche perché già in parte conosciuti²⁴ – per proporre invece una riflessione su un altro di tipo di conflittualità confinaria.

Il nuovo profilo istituzionale dello stato che prese il posto di quello patriarchino ebbe dei contraccolpi precisi anche per quanto riguarda l'accendersi di controversie “di frontiera” in senso stretto. Come la gran parte delle formazioni politiche di età medievale, lo stato patriarchino era in realtà un coacervo di domini giustapposti a macchia di leopardo, al cui interno sussistevano *enclaves* appartenenti a signori diversi, come i duchi d'Austria, i conti di Gorizia, la chiesa di Bressanone, quella di Bamberg. Una situazione di questo genere era congruente con una concezione patrimoniale delle formazioni politiche medievali, in cui la discontinuità territoriale era assolutamente normale e non si dava luogo all'istituzione di barriere confinarie, né sussistevano particolari vincoli o limitazioni per quanto concerneva il transito degli uomini e delle cose o l'utilizzo economico di beni situati in territori diversi da quello di dominio immediato²⁵.

Con la conquista veneziana si acuirono le tensioni nei confronti delle aree di sovranità esterna e i margini confinari diventarono zone particolarmente sensibili, per la diretta prossimità di un potere diverso e potenzialmente nemico. Gli attriti e le controversie a livello locale per la definizione degli spazi e il loro utilizzo da parte delle comunità di villaggio, se apparentemente non sembrano discostarsi da quelli ricorrenti anche in epoca precedente, comportano tuttavia, in questi casi, una consapevolezza diversa perché i limiti della singola comunità venivano a coincidere con quelli dell'entità politica di cui facevano parte e che sempre più si avviava a diventare stato. Vi è insomma un salto di qualità che si percepisce non solo nel protrarsi nel tempo delle vertenze, ma soprattutto nell'intervento da parte del potere centrale nel meccanismo di definizione dei limiti territoriali. Ciò denuncia un più accentuato interesse in questo campo, in cui si riconosce una delle prerogative della propria sovranità, e si agisce pertanto affinché la parte avversa venga esclusa da qualunque

uso del territorio considerato di propria pertinenza. Un interesse che si esplica anzitutto nell'appoggio e nel sostegno conferito alle rivendicazioni delle comunità locali situate all'interno del proprio ambito di dominio in opposizione a quelle della parte avversa, ma che poteva arrivare fino all'assunzione *in toto* della questione e alla sua risoluzione ai livelli più alti del potere.

Un esempio molto interessante di questo peculiare sviluppo è costituito da tutta una serie di controversie che si accesero tra Pordenone, soggetta agli Asburgo, i duchi d'Austria, e le località vicine, come Torre, Fiume Veneto, Zoppola, Ovedo, e altre ancora, sottoposte alla giurisdizione di nobili locali, ma rientranti comunque sotto la sovranità veneziana²⁶. Erano ambiti di dominio intersecantisi, formati nel corso del tempo a seguito di concessioni, benefici e infeudazioni, in cui anche corsi d'acqua come il Meduna, il Noncello, il Cellina, non avevano la funzione di limite confinario. Il feudo patriarchino di Torre²⁷, a esempio, si incuneava nel territorio pordenonese fin quasi sotto le mura cittadine, mentre per contro, al di là del Meduna, la sovranità dei duchi d'Austria si estendeva su Poincico, Fiume e Zoppola. Quest'ultima località venne acquistata – nei primi anni del Quattrocento – dal patriarca Pancera, allora in carica, che ne investì feudalmente i propri fratelli. Alla caduta dello stato patriarchino, i Pancera intuirono subito che la salvaguardia di diritti così recentemente conseguiti poteva venire soltanto da un rapporto molto stretto con il nuovo potere, al quale fecero solenne atto di sottomissione²⁸. Ciò andava proprio nella direzione del rafforzamento del proprio dominio nelle zone situate al limite con potentati estranei, perseguita dalla signoria veneta, una politica che si profilò all'indomani della conquista, con la l'apertura della vertenza in merito alla giurisdizione di Fiume e alla definizione dei suoi confini²⁹. Se questa vertenza sembra si sia chiusa rapidamente, più lungo e spinoso si presenta il caso del contenzioso che riguarda Zoppola con i vicini villaggi di Ovedo e Castions divisi dalle opposte Cordenons e Pordenone dall'ampio alveo ghiaioso del Cellina-Meduna, un'area assai estesa soggetta a molteplici forme di sfruttamento collettivo – dal pascolo per gli animali, allo sfalcio di erba e strame, alla pesca, al prelevamento di sassi e ghiaie per l'edilizia – godute in maniera comune e indivisa dalle varie comunità.

La vertenza si aprì nel novembre del 1436³⁰ nei modi soliti, con la cattura e la detenzione, da parte dei pordenonesi, di due rustici di Zoppola, trovati a tagliar strame in una comugna, poi rilasciati trattenendo, a titolo di pegno, gli attrezzi che avevano con sé. Una controversia localissima e circoscritta, a prima vista, se non fosse che ne abbiamo notizia direttamente da una lettera del Luogotenente Luca Tron, il supremo rappresentante del potere veneto nella Patria del Friuli, che ne trattò direttamente con il Capitano che rappresentava il duca d'Austria e le altre maggiori magistrature pordenonesi³¹. Tre mesi dopo sulla questione intervennero addirittura il duca d'Austria, da un lato, e il doge di Venezia dall'altro, a tutela – quest'ultimo – dei diritti dei signori di Zoppola di cui si proclamava difensore, in quanto superiore feudale³². L'intervento delle autorità istituzionali ai massimi livelli costituisce d'altra parte un preciso segnale che ci fa comprendere come non si trattasse più di definire semplice-

mente i limiti degli ambiti controllati dalle comunità locali relativamente allo sfruttamento economico del territorio. Quei limiti, nella nuova configurazione politico-istituzionale, erano assunti quali confini territoriali di formazioni politiche che si stavano orientando sempre più in senso statale, e come tali non potevano assolutamente restare indefiniti e parzialmente sovrapposti.

Si trattava dunque di determinare un confine certo e nettamente individuabile, una linea che dividesse territori e uomini e non più un'area indivisa sfruttata promiscuamente. Una linea che – come si era espresso icasticamente un testimone a proposito della strada che fungeva da tracciato divisorio tra il territorio di Torre e quello di Cordenons – avesse la caratteristica che: «Videte, si caderem in terra a spallis reversis, caderem super territorio meo, et si caderem a parte ante, caderem super vestrum territorium»³³. Il compito non si presentava facile anche per le caratteristiche morfologiche del corso d'acqua che avrebbe potuto costituire la “naturale” linea di demarcazione. Il Meduna infatti non presenta un alveo unico e scorre “a treccia” fra le ghiaie, cambiando frequentemente – anche da una stagione all'altra – il suo percorso, mentre il suo ampio letto ghiaioso si presta comunque a venir facilmente oltrepassato da animali e uomini. Soprattutto però, si trattava di compiere un'operazione per molti versi rivoluzionaria, nel senso che andava a modificare, in maniera sostanziale e repentina, una situazione di coesistenza di lunghissimo periodo, che si era strutturata tenendo conto del necessario equilibrio tra coltivi e incolti delle limitrofe comunità di villaggio e non certo delle istanze di natura politico-strategica e giurisdizionale delle formazioni politiche.

Mentre dunque sul campo i residenti continuavano a utilizzare i luoghi come avevano sempre fatto, dando adito a sconfinamenti, pignoramenti e incarceramenti³⁴, al livello dei vertici di potere si tentò di addivenire a una soluzione con carattere di stabilità che desse certezza e riconoscimento dei diritti. Fallita, a quanto sembra, una prima soluzione compromissoria affidata un plenipotenziario unico, si delegò la risoluzione dell'intricata vertenza a tre arbitri, uno in rappresentanza di ciascuna parte e un terzo costituito da un illustre giureconsulto padovano che doveva rappresentare la legge al di sopra degli interessi particolari. Costoro, l'8 giugno 1449, pronunciarono la loro sentenza, sulla base dell'esame della documentazione scritta prodotta dai contendenti, del ripetuto ascolto dei testimoni e attraverso la diretta conoscenza dei luoghi, oggetto di frequenti sopraluoghi³⁵. Il risultato a cui arrivarono consistette nell'individuare una linea di demarcazione, una linea che non esisteva in precedenza, e nel tracciarla materialmente sul terreno mediante l'apposizione di «signa, que reservamus per nos ponendo et designanda». E pertanto «volentes confines et terminos magis clarificare et lucidare», il giorno seguente si portarono sui luoghi in questione e «posuerunt sive poni fecerunt et designari foveas ac cumulos terre in locis superius in sententia descripti»³⁶.

Si trattava dunque di una demarcazione che era funzionale a una definizione degli ambiti di esercizio della giurisdizione³⁷, mentre ben più difficile era il compito di separare con coerenza possessi e aree su cui esistevano diritti consolidati di sfruttamento comunitario e terre in proprietà che venivano a

trovarsi spesso al di là del confine tracciato. L'intreccio non poteva venir gordianamente reciso, per cui si prevedevano, per gli aventi diritto, le necessarie facoltà di accesso ai terreni che si trovavano al di là del nuovo confine nonché particolari esenzioni e deroghe³⁸.

La sentenza lasciava comunque le parti non del tutto soddisfatte e nel tempo si aprirono ampi spazi di contenzioso, per cui si ebbero ulteriori chiarimenti, aggiunte, definizioni e aggiustamenti, fino a che, nel 1455, si giunse alla nomina di nuovi plenipotenziari, rispettivamente da parte del duca d'Austria e del doge di Venezia, in vista di una nuova, rapida e possibilmente definitiva soluzione della controversia. L'importanza che entrambe le parti attribuivano alla definizione della questione si evidenzia dal calibro delle personalità che furono chiamate a darne risoluzione: da parte imperiale l'insigne umanista Enea Silvio Piccolomini, già cancelliere di Federico III, al tempo vescovo di Siena³⁹, oltre al decretalista Giovanni Hinderbach⁴⁰, a cui la Serenissima contrapponeva il suo oratore Candiano Bollani e il giureconsulto Francesco Capodilista⁴¹. Costoro peraltro non trattarono il problema partendo da una base di tipo dottrinale, ma procedettero secondo la prassi abituale e consolidata, conformemente alle linee già esperite dai giuristi di più basso livello, vale a dire si recarono sul posto e procedettero all'ascolto delle deposizioni rilasciate dai testimoni presentati dalle parti. Il peso attribuito a tali testimonianze dovette essere considerevole, visto che esse vennero integralmente trascritte nei volumi membranacei della serie *Libri Commemoriali* della Repubblica veneta, dove trovano posto atti ufficiali della Serenissima⁴².

Se in apparenza dunque non sembrano prodursi differenze di rilievo sul piano del metodo scelto per dirimere la questione, le deposizioni testimoniali introducono una serie di elementi nuovi e di considerazioni che, fino a quel momento, non erano stati raccolti e recepiti, almeno per quanto concerne la documentazione rimasta. Significativamente infatti, non vennero chiamati a deporre i *vicini*, appartenenti alle comunità in conflitto, ma persone per lo più residenti altrove, che dimostravano però, per una loro passata o recente frequentazione, una buona conoscenza della situazione. Si trattava insomma di persone che non erano direttamente coinvolte nella vertenza e nella ricaduta di benefici immediati; forse proprio per questo davano garanzia di disinteresse e dunque di maggiore attendibilità. In realtà le loro deposizioni attestano l'esistenza anche di corposi interessi economici che ruotavano attorno all'utilizzo degli incolti tra Cellina e Meduna: si trattava infatti soprattutto di pastori della zona pedemontana, che si spostavano lì a pascolare i loro armenti, e di pescatori di professione. Nessuno di loro, in genere, aveva una cognizione precisa dei limiti territoriali o di quelli giurisdizionali nell'area delle comunaglie, anche se erano ovviamente al corrente delle tensioni esistenti tra le due comunità e della divisione tra i due ambiti di potere. Pertanto, salomonicamente, pagavano un censo sia ai signori di Zoppola che al capitano di Pordenone, ottenendo in cambio una licenza scritta che consentiva loro di pascolare nell'area contesa senza che le loro bestie venissero catturate e trattenute dall'uno o dall'altro⁴³.

In sostanza, l'accertamento della legittimità dei diritti avvenne non tanto sul piano dottrinale, malgrado il calibro dei giusperiti chiamati ad acclararlo, quanto piuttosto su quello della quotidiana convivenza e sugli aggiustamenti che essa richiedeva. E è probabilmente per questo motivo che si giunse, questa volta nel giro di pochi giorni, all'emanazione di una sentenza che recepiva nella sostanza gran parte di quanto già stabilito nel 1449, introducendo solo ulteriori specificazioni sui punti controversi e sulle modalità di usufrutto del territorio, che tenevano conto delle divergenze che si erano concretamente prodotte nel corso del tempo⁴⁴.

E è questo un nodo centrale: se da una parte, infatti, si ribadiva il principio cardine della consuetudine, che legittimava le prerogative esplicate *ab antiquo*, dall'altra parte proprio la necessità – e la volontà – di tener conto delle modificazioni che si erano prodotte in tempi recenti introduceva un elemento sovvertitore. A proposito dei prati di proprietà di privati, a esempio, si specificava «et intelligatur esse prata illa que pro pratis ab antiquo fuerunt tenta et possessa, immo etiam si solum a quinque annis citra»⁴⁵. In definitiva, era proprio la volontà di definire e costruire un confine lineare, che spartisse – oltre che gli ambiti giurisdizionali – anche le terre, le acque e le loro diverse possibilità di sfruttamento, a costituire l'elemento dirompente contro cui si scontravano le pratiche consuetudinarie. O meglio, ciò da un lato portava a una sempre più dettagliata definizione – e dunque limitazione – delle pratiche di usufrutto del territorio, a una identificazione degli aventi diritto, a una partizione micro-zonale. Dall'altro lato, introduceva una possibilità di contrattazione, cioè la facoltà di rigettare – vuoi in nome della consuetudine antica, ma allo stesso modo anche in base alle nuove situazioni che si erano prodotte – condizioni ritenute non soddisfacenti.

Di conseguenza, ancora una volta si trattò di un patto che restò sulla carta, anzitutto per l'evidente insofferenza dei supremi poteri ad accettare fino in fondo limitazioni drastiche alla propria capacità e potenzialità di intervento sul territorio e sugli uomini soggetti, ancor più evidenti dal momento che non si trattava semplicemente di ripristinare un ordine antico, ma si configurava una situazione in evoluzione in cui si intravedevano, anche nel futuro, margini per acquisizioni più vantaggiose⁴⁶. Su di un diverso versante, si continuavano a manifestare le difficoltà avvertite dai membri delle comunità di villaggio nei confronti delle restrizioni imposte al loro abituale agire, che doveva conformarsi a una spartizione degli spazi di uso collettivo non sedimentata nella memoria, nelle abitudini, nella percezione. Sta di fatto, che gli episodi e le denunce di uso abusivo delle risorse nell'area contesa si snocciarono lungo tutto il Quattrocento, dando luogo talvolta anche a violenze gravi e a un'effettiva sproporzione tra l'atto in sé e le ripercussioni e i provvedimenti presi dal Senato della Repubblica Veneta⁴⁷. Ripercussioni che diventarono tanto più acute e risentite a mano a mano che si facevano tesi i rapporti con la casa d'Austria e si giocava una partita che solo apparentemente riguardava il diritto di sfalcio, di pascolo o di pesca nell'area del Cellina-Meduna, mentre sul cui sfondo si profilava già lo scontro tra la potenza veneziana e quella asburgica.

Un altro punto interessante relativo alle modalità di soluzione delle controversie riguarda le figure cui era delegato il potere decisionale in merito ai confini contesi. A dirimere le questioni erano ora chiamati i signori del diritto, giusperiti di chiara fama che argomentavano e avvaloravano le ragioni della parte che sostenevano sulla base della scienza giuridica che, proprio sullo scorcio del medioevo, stava mettendo a punto con sempre maggior acutezza e precisione i suoi strumenti concettuali⁴⁸, mentre – di contro – il ruolo dei personaggi autorevoli in funzione di arbitri sembra venir meno⁴⁹. Ciò nonostante, non pare invece tramontato il ricorso all'escussione dei testimoni, essenziali punti di riferimento laddove non esisteva documentazione scritta che attestasse la sussistenza di usi e consuetudini particolari, vivi nella memoria e nella prassi ma non sanzionati da leggi e disposizioni.

4. *Qualche considerazione finale*

Non è possibile allo stato di una ricerca che muove i primi passi, come è quella qui presentata, proporre un quadro interpretativo e delle conclusioni che abbiano valore generale. Oltre a sottolineare la ricchezza di elementi che può emergere dall'analisi della problematica confinaria e dall'esame delle fonti che ne trattano – di cui si è dato solo qualche esempio – ci limitiamo ad accennare a qualche considerazione di valore problematico piuttosto che assertivo.

Distinguere i diritti e lo spazio proprio da quello altrui significa in primo luogo definirne i limiti, procedendo dunque a identificare con precisione i luoghi di appartenenza esclusiva ed eventualmente quelli di godimento indiviso con altre comunità. Si tratta, come è noto, di elementi del paesaggio, individuati come significativi, e di segni eventualmente lasciati in loco, il cui significato peraltro è leggibile solo da chi ne conosce la funzione. In definitiva la consapevolezza dei limiti confinari – ancora una volta – risiede nella comunità di persone che ha la percezione del suo esatto andamento. La memoria degli uomini è il fulcro su cui si appoggia tutta la costruzione, costituisce la sua forza ma anche la sua debolezza, perché non è in grado di costituire archivi stabili di dati certi e indefettibili, a cui fare ricorso in caso di necessità. La debolezza della memoria umana è percezione correntemente avvertita e spesso esplicitata nei testi medievali, quale motivo della necessità di redigere un testo scritto⁵⁰. Così la consapevolezza precisa di un tracciato confinario, se non viene periodicamente rinnovata, si perde nel giro di una generazione, specie in presenza di modifiche dell'uso del territorio o di eventi che disperdono il gruppo umano. La labilità e l'incertezza della linea di confine può mettere in pericolo la legittimità dei diritti e degli usi su tutta l'area che il confine include al suo interno e delimita. Le controversie confinarie, specie quando si ripropongono più volte negli stessi luoghi, hanno probabilmente non solo lo scopo di porre rimedio a situazioni di conflitto contingenti, ma anche quello di rafforzare nella comunità la percezione dettagliata e analitica, sul terreno, dei limiti confinari⁵¹. Ciò vale soprattutto nella fase che vede la comunità ri-

spondere collettivamente a tali sollecitazioni e manifestare per bocca dei suoi membri – talvolta, anche se non necessariamente, quelli maggiori per età; comunque quelli che hanno informazioni o esperienza diretta dei fatti e della situazione – la memoria dell'estensione del territorio comunitario e dei segni che lo delimitano.

La sentenza che doveva chiudere il contenzioso tra le parti, definendo gli ambiti sottoposti al dominio di ciascuna di esse, viene però di regola lasciata a personaggi autorevoli, estranei alle comunità in conflitto, che vengono chiamati a dirimere la questione in qualità di arbitri. Il loro parere – qualunque sia – viene preventivamente accettato dalle due parti in lite, anche quindi se sarà loro sfavorevole. In genere però si constata la tendenza ad avallare le ragioni della parte che ha mosso l'azione giudiziaria, vale a dire della parte che ha visto minacciate, nella pratica, le proprie prerogative e che apparentemente sembra la più debole. L'azione giudiziaria – e di conseguenza la relativa sentenza – sembrano avere il significato di riportare la questione sul piano “dei diritti”, almeno quando le due parti in conflitto abbiano pari peso e autorevolezza, mentre diversa è la situazione quando la relazione è di tipo asimmetrico e le variabili che entrano nel gioco sono molte e assai variegiate. Al di là dell'esito, la promozione dell'azione giuridica costituisce un passo importante, dal momento che, se non vengono contestate, le modificazioni d'uso del territorio e la loro estensione possono essere autolegittimanti e acquistare tutti i caratteri del diritto consolidato.

Le acquisizioni della scienza giuridica anche in questo campo, sullo scorcio del medioevo, e il peso decisivo sempre più affidato al ruolo dei giureconsulti, non possono comunque rimuovere il fatto che le proposizioni generali indicate dalla dottrina dovevano essere di volta in volta calate sul campo, nello specifico di una situazione peculiare, strutturatasi nel tempo, e nel vivo delle comunità umane in cui si era prodotta. Era una situazione di cui soltanto coloro che la conoscevano direttamente – e che venivano chiamati a darne conto nel ruolo di testimoni – avevano esperienza e memoria. E è per questo – ad esempio – che il fine letterato e umanista Enea Silvio Piccolomini, o il celebre giureconsulto Francesco Capodilista, non potevano trarre unicamente dal loro sapere la risoluzione di uno dei tanti conflitti aperti, ma dovevano necessariamente incontrarsi con il pecoraio Donato di Tramonti, o il pescatore Pietro di Fiume e tanti altri come loro, e ascoltare quanto costoro avevano da dire, accogliendo il loro contributo di testimonianze, indispensabile per il chiarimento della situazione.

Ancora una volta dunque, su un diverso versante rispetto a quello richiamato poco sopra, emergeva il problema del confronto con le ambiguità del ricordo umano e con le apparenti certezze che esso proponeva, la constatazione del fatto che la memoria si riformula e si ristruttura di continuo, in un processo dinamico di selezione, eliminazione e semplificazione dei ricordi, in grado anche di riplasmare il passato alla luce del contingente⁵². Quanto le differenze riscontrate derivassero dai meccanismi stessi di selezione dei ricordi, quanto le testimonianze potessero essere intenzionali e “pilotate” e quanto invece po-

tessero essere frutto di adeguamenti a una realtà in continua trasformazione è un problema che, in apparenza, non veniva toccato nel corso dei dibattimenti processuali e degli accertamenti che ne conseguivano. È evidente tuttavia che non si poteva eludere una riflessione su questo tema, quanto meno da chi era chiamato a pronunciare la sentenza e ad ascoltare parti e testimoni che proponevano letture divergenti di una stessa situazione⁵³. E sono probabilmente dovuti a valutazioni in cui entrano considerazioni di questo tipo i tentativi, evidenti nell'ultimo tipo di contenzioso descritto, di attribuire legittimità non solo a diritti esistenti e documentati *ab antiquo* ma anche venutisi a formare in tempi più recenti e strutturatisi in conformità a situazioni prodottesi *ex novo*.

Figure

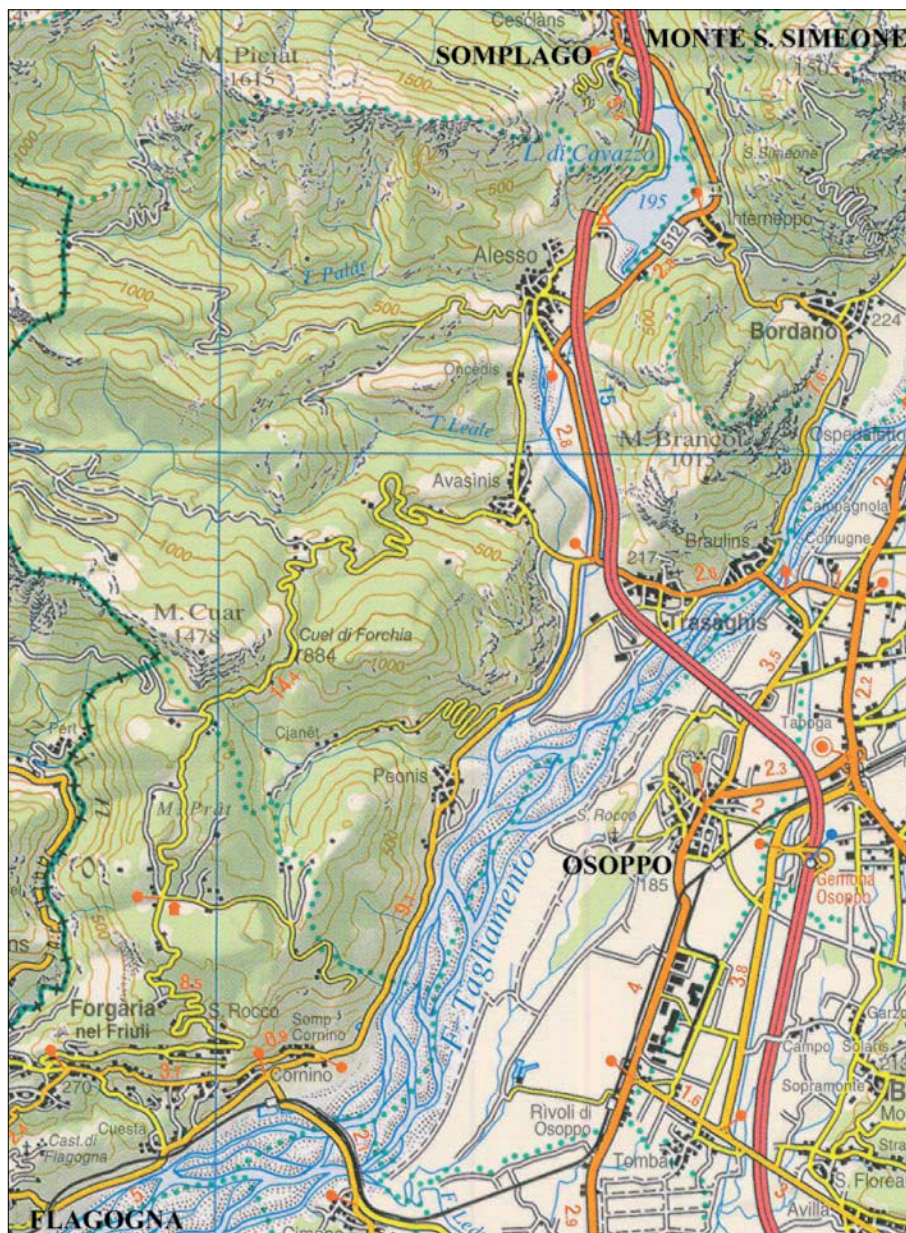


Fig. 1 Zona interessata dalla confinazione del 1267 nella cartografia attuale
(Carta Tabacco 1:150000)

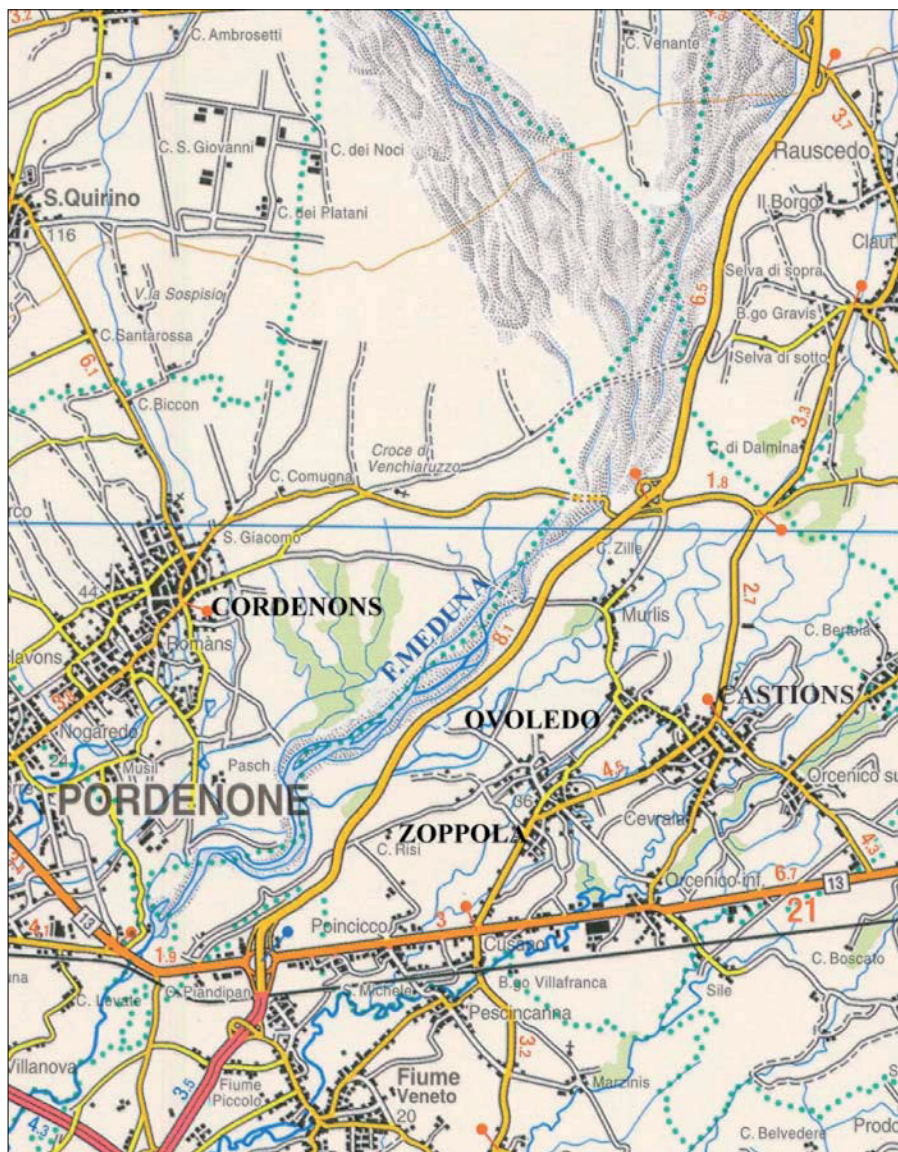


Fig. 2 La zona interessata dalla confinazione tra Venezia e i Duchi d'Austria nella cartografia attuale (Carta Tabacco 1:150000)

Note

¹ La bibliografia sull'argomento, per quanto riguarda l'epoca tardo-medievale, è pressoché inesistente. Fa eccezione il bel saggio di M. Zacchigna, *La palude di Cinto. Una lite giudiziaria del tardo medioevo friulano*, in «Metodi e ricerche. Rivista di studi regionali», n. s. 1 (1982), 2, pp. 33-42. Per inquadrare il problema nei suoi termini generali, il riferimento basilare è P. Marchetti, *De iure finium. Diritto e confini tra tardo medioevo e età moderna*, Milano 2001; per l'analisi di diverse situazioni specifiche entro un ambito di dimensione regionale, vedi P. Guglielmotti, *Comunità e territorio. Villaggi del Piemonte medievale*, Roma 2001.

² Qualche cenno in D. Degrassi, *Frontiere, confini e interazioni transconfinarie nel medioevo: alcuni esempi nell'area nordorientale d'Italia*, in «Archivio storico italiano», 160 (2002), pp. 195-220. Per una lettura politico-istituzionale vedi F. Cusin, *Il confine orientale d'Italia nella politica europea del XIV e XV secolo*, Milano 1937, Trieste 1977².

³ Il tema è stato scandagliato soprattutto relativamente all'età moderna. Vedi F. Bianco, *Comunità di Carnia. Le comunità di villaggio della Carnia (secoli XVI-XIX)*, Udine, 1985 e Id., *Le terre del Friuli*, Mantova-Verona 1994.

⁴ G. Bianchi, *Documenti per la storia del Friuli dal 1317 al 1332*, 2 voll., Udine 1844; Id., *Documenta historiae Forojulensis saeculi Decimi Tertii, ab anno 1200 a 1299 summatis regesta*, Wien 1861; *Documenti per la storia del Friuli*, a cura di G. Bianchi, Biblioteca Civica di Udine, Fondo principale, ms. 899, voll. 60 [da ora in poi Bianchi, *Documenti manoscritti*], trascrizioni ottocentesche di un imponente corpus documentario, di cui parte degli originali è andata persa o distrutta; *Diplomatarium Portusnaonense*, a cura di G. Valentinelli, Wien 1865, ed. anast. Pordenone 1984 [da ora in poi *Diplomatarium*]; V. Joppi, *Documenti goriziani del secolo XII e XIII*, in «Archeografo triestino», n.s. 11 (1885), pp. 377-405, 12 (1886), pp. 1-89, 13 (1887), pp. 49-99 e 379-410, 14 (1888), pp. 21-60 e 265-297; F. Swida, *Documenti goriziani e friulani dal 1126 al 1300*, in «Archeografo triestino», 14 (1888), pp. 399-425; R. della Torre, *L'abbazia di Sesto in Sylvis dalle origini alla fine del '200. Introduzione storica e documenti*, Udine 1979.

⁵ Vedi D. Moreno, O. Raggio, *Premessa*, in «Quaderni storici», 27 (1992), n. 81, pp. 613-624.

⁶ Bianco, *Comunità di Carnia* cit., p. 57.

⁷ Bianchi, *Documenti manoscritti*, vol. VI, n. 322.

⁸ Per una dettagliata trattazione relativamente alle circoscrizioni plebanali del Friuli centro-colinare (compreso nell'antico Arcidiaconato Superiore), al territorio loro sottoposto e alle vicende che portarono, in tempi diversi, al distacco delle parrocchie dalla matrice, si veda F. De Vitt, *Istituzioni ecclesiastiche e vita quotidiana nel Friuli medievale*, Venezia 1990, in particolare le pp. 33-120.

⁹ La pieve di Cavazzo, diversamente da quella di Osoppo, faceva parte della circoscrizione ecclesiastica e amministrativa della Carnia, che aveva uno status peculiare. Vedi in proposito F. De Vitt, *Pievi e parrocchie della Carnia nel tardo medioevo (secc. XIII-XV)*, Tolmezzo 1983.

¹⁰ Bianchi, *Documenti manoscritti*, vol. VI, n. 322.

¹¹ Il riscontro è stato effettuato sulla carta al 25.000 edizione Tabacco e con controllo su C. C. Desinan, *La toponomastica del comune di Osoppo*, Udine 1979 e sullo schedario toponomastico raccolto da G. B. Corgnali e trascritto da Cornelio Cesare Desinan, che ringrazio per averlo gentilmente messo a mia disposizione per la consultazione. Ho consultato anche G. Biasutti, *Forgaria-Flagogna-Cornino-San Rocco*, Udine 1976, e *Val da lâc*, 64° Congresso della Società Filologica friulana, a cura di A. Nicoloso Ciceri e D. Molfetta, Udine 1987.

¹² È interessante riscontrare che nell'elencare le località definite dal confine non si proceda come se si tracciasse una sorta di circonferenza. Piuttosto – sembra di capire – si prende come centro Osoppo, sede plebanale, e si procede dapprima guardando a nord e a nordest, tornando poi a Osoppo. Successivamente, sempre da Osoppo ci si volge a sudovest e si completa la figura chiudendo il perimetro sulle prime località citate.

¹³ Vedi Desinan, *La toponomastica* cit., p. 68, pp. 113-114. Desinan riporta l'opinione espressa da Biasutti, che identifica il *lapis pilosus* del documento in questione con il Clap o Clapât, isolotto ghiaioso e cespuglioso del Tagliamento, ai confini tra Osoppo, Forgaria, Maiano e S. Daniele. Il *lapis albus* ricorre come elemento puntuale di confinazione anche un secolo e mezzo più tardi, in un processo tra la comunità di Gemona e quella di Osoppo del 1444. Vedi Archivio storico del Comune di Gemona, b. 726.

¹⁴ Analoga tendenza si rileva anche in altri documenti relativi all'ambito montano, come la sentenza riguardo ai pascoli tra Nimis e Tarcento in Bianchi, *Documenti manoscritti*, vol. VI, n. 366, datato 1270, luglio 10, o la determinazione dei pascoli delle ville di Cimolais e di Claut, in Bianchi,

Documenti per la storia del Friuli dal 1326 al 1332, doc. 737, pp. 595-597 datato 1332, giugno 21: «Item sententiavit quo Commune et homines ville Cimulay comugnare et pasculare debeant, tam in montibus quam in planitiis, a valle Monteselle et a termino ibi posito et a valle de Dosola idem recte usque a summitatem montis; et a medio ayrale de Stավialle inde recte a saxum Album inferius; et inde recte per vallem de Claveda usque a saxum Album superius, in recta versus Cimulay sit terra et pasculum communis Cimulay; et exinde versum Clautum sit terra et pasculum communis Clauti».

¹⁵ Così anche Marchetti, *De iure finium* cit., p. 200.

¹⁶ Per un primo inquadramento del problema ci si può ancora rivolgere a G. Santini, *I "comuni di pieve nel medioevo italiano". Contributo alla storia dei comuni rurali*, Milano 1964. In Friuli si riscontra la persistenza, ancora alla fine del Quattrocento, del "placito di cristianità", vale a dire l'assemblea dei capifamiglia, convocata da arcidiaconi o vicari patriarcali in visita pastorale e chiamata a rispondere sulla fede, la vita morale del clero e dei laici, la corretta amministrazione o l'eventuale usurpazione dei beni ecclesiastici, ma anche in merito a contravvenzione delle leggi in campo civile e penale. Ciò si riflette nell'elenco di domande proposte, a esempio, nel placito tenuto a Moggio nel 1493 e riportato in De Vitt, *Istituzioni ecclesiastiche* cit., p. 15. Tra di esse, è significativa la presenza del quesito n. 15 «Si quis incidit ligna bannorum rationis Mozii». Sul placito di cristianità vedi anche E. Degani, *Il placito di cristianità*, in «Memorie storiche forogiuliesi», 8 (1912), pp. 281-299.

¹⁷ Lo sfruttamento comune dei pascoli e degli incolti da parte di più comunità vicine si ritrova anche in altre situazioni, così in pianura tra Buttrio, Camino e Caminetto. Vedi Bianchi, *Documenti per la storia del Friuli dal 1326 al 1332* cit., doc. 579, pp. 326-328, datato 1329, luglio 9. Anche in questo caso c'è un riferimento all'appartenenza a una stessa circoscrizione religiosa. Afferma uno dei testimoni: «Scit pro certo quo illi de Camino, Caminetto et Budrio consueverunt pasculari insimul in omnibus locis... tamquam vicini in pace et quiete... hic inde per communias, prata et campos vacuos, et sunt vicini in sepulturis et aliis».

¹⁸ Qualche osservazione in proposito in D. Degrassi, *Mutamenti istituzionali e riforma della legislazione: il Friuli dal dominio patriarchino a quello veneziano (XIV-XV secolo)*, in «Clio. Rivista trimestrale di studi storici», 36 (2000), pp. 419-441, p. 427. Per un confronto generale sulla normativa di quest'area vedi D. Moscarda, *Sugli ordinamenti dei comuni rustici del Friuli pedemontano e patriarchino tra XIV e XV secolo*, in «Memorie storiche forogiuliesi», 74 (1994), pp. 99-191.

¹⁹ Bianchi, *Documenti per la storia del Friuli dal 1326 al 1332* cit., vol. 1, n. 279, pp. 487-489. La citazione è a p. 489.

²⁰ L'impatto negativo degli gli eventi bellici e ancor più delle usurpazioni di terre e delle spogliazioni dei documenti che ne attestavano i diritti proprietari, avvenuti nel generale clima di violenza e insicurezza, sono testimoniati in maniera esplicita dall'abate di Sesto, impegnato già dalla fine del Trecento nell'azione di recupero dei beni pertinenti al monastero. Il 6 novembre 1399 «volens et cupiens iura ipsius monasterii, quorum multa tempore guerre ex ipso monasterio ablata et depredata fuerunt per emulos qui ipsum intrarunt, in lucem reducere toto posse» chiese ai vicini di Cimolais che dimostrassero la legittimità dei possessi che detenevano. Traggo la citazione da A. Tilatti, *Gli abati e l'abbazia di Sesto nei secoli XIII-XV*, in *L'abbazia di Santa Maria di Sesto fra archeologia e storia*, a cura di G. C. Menis e A. Tilatti, Fiume Veneto 1999, p. 168. Si veda anche op. cit., pp. 166-169, per la più generale situazione di difficoltà dell'abbazia tra fine Trecento e primi decenni del Quattrocento.

²¹ D. Degrassi, *Il Friuli tra continuità e cambiamento: aspetti economico-sociali e istituzionali*, in *Italia 1350-1450: tra crisi, trasformazione, sviluppo*, Atti del tredicesimo Convegno Internazionale di studio del Centro italiano di studi di storia e d'arte (Pistoia 10-13 maggio 1991), Pistoia 1993, pp. 273-300; M. Zaccagnina, *Sistemi d'acqua e mulini in Friuli fra i secoli XIV e XV. Contributo alla storia dell'economia friulana nel basso medioevo*, Venezia 1996.

²² Fascicolo processuale in Archivio di Stato di Udine, Fondo Congregazioni religiose soppresses, b. 479. La vicenda è stata studiata da S. Battiston, *Una contesa giudiziaria per il possesso di una selva nel Friuli occidentale: l'abbazia di Sesto contro la comunità di San Vito (1423)*, tesi di laurea, Università degli Studi di Trieste, Facoltà di Lettere e Filosofia, a.a. 2003-2004, rel. D. Degrassi.

²³ In questa linea si situano, a esempio, le iniziative di recupero di beni e diritti avviate dall'abbazia di Sesto a proposito sia dei beni nel villaggio montano di Cimolais, richiamata alla nota 20, che del bosco *Albaret*, conteso dalla comunità di S. Vito, di cui alla nota precedente, che della palude di Cinto analizzata da Zaccagnina.

²⁴ Vedi S. Zamperetti, *I piccoli principi. Signorie locali, feudi e comunità soggette nello Stato regionale veneto dall'espansione territoriale ai primi decenni del '600*, Venezia 1991; A. Viggiano, *Governanti e governati. Legittimità del potere e esercizio dell'autorità sovrana nello Stato veneto della prima età moderna*, Treviso 1993; F. Bianco, *1511: la crudel zobia grassa. Rivolte contadine e faide nobiliari in Friuli tra '400 e '500*, Pordenone 1995; D. Andreozzi, *Rivolte e fazioni tra Quattro e Cinquecento: il caso del Friuli. Un contributo*, in «Metodi e ricerche. Rivista di studi regionali», n. s., 15 (1996), pp. 3-38; L. Morassi, *Economia e società in Friuli 1420-1797*, Udine 1997; G. Trebbi, *Il Friuli dal 1420 al 1797: la storia politica e sociale*, Udine [1998].

²⁵ Vedi Degrassi, *Frontiere, confini* cit.

²⁶ Sulla formazione e gli sviluppi del dominio pordenonese quale "corpus separatum" vedi A. Benedetti, *Storia di Pordenone*, Pordenone 1964, pp. 13-155. Il dominio asburgico ebbe fine con la guerra del 1508.

²⁷ Per Torre vedi *Diplomatarium*, CLXXIX, pp. 203-207, che riporta l'escussione di testi in merito al fatto che gli uomini di Torre non avevano diritto di pascolo dal *Colesello* e dalla via che da Roveredo conduce a Cordenons in su. In questo caso era la via a costituire il limite confinario lineare. La risoluzione della vertenza si ebbe nel 1438 con sentenza pubblicata in *Diplomatarium*, CXCVIII e seguente.

²⁸ Vedi al riguardo P. Paschini, *Vicende zoppolane nel Quattrocento*, in «Memorie storiche fregiuliesi», 37 (1941), pp. 51-69, e G. Veronese, *Signori e sudditi. Il feudo di Zoppola tra '500 e '600*, Introduzione di F. Bianco, Pordenone 1997. Vedi anche Zamperetti, *I piccoli principi* cit., pp. 195-198.

²⁹ Vedi *Diplomatarium*, CLXXII, pp. 186-188, datato 18 ottobre 1425. Lo stesso documento, con lievi varianti grafiche, è riportato anche al n. CLIX, pp. 170-172, con la data erronea del 18 ottobre 1420. Vedi in proposito anche Benedetti, *Storia di Pordenone* cit., pp. 70-71 e nota 186.

³⁰ È probabile che le controversie si fossero manifestate anche in precedenza. Nel dicembre del 1432 infatti si ha notizia, da una lettera del Luogotenente veneto a Udine, della nomina di arbitri che regolassero le questioni insorte tra i pordenonesi e i nobili di Zoppola. Vedi *Diplomatarium*, CLXXXI, pp. 208-209.

³¹ «Graviter nobis lamentatus est nobilis dilectus noster dominus Franciscus de Zopola quo diebus proxime lapsis vestri homines duos de villa Zopole rusticos ipsius somini Francisci, segantes stramenta in certa commugna suis et vestris pariter communi, invaserunt cum armis, apprehenderunt et secum captivos adduxerunt a Portumnaonis, non aliter quam hostili tempore et inter hostes fieret, licet eos postmodum a se relaxaverint, retentis tamen certis eorum gladiis et falcibus a segandum, quodque et antea vestri alia quedam pignora in eadem commugna rapuerunt aliis subditis ipsius domini Federici. Denotavit quidem nobis habere suos huiusmodi ius et facultatem segandi et pasculandi in illa commugna sicut vestros de Curianaonis a proximo et longiquo et remotissimo tempore et temporibus». *Diplomatarium* CLXXXIX, pp. 215-216.

³² *Diplomatarium* CXCI e CXCII, pp. 217-219, e CXCIII, pp. 219-220: «in differentiis et causis vertentibus inter vos et ser Francischinum de Zopola tanquam pheudatarium dominationis mee, occasione certorum pratorum et pascuorum que ser Francischinus dominationis mee iuridicus pheudatarius recognoscit, debeam esse defensor et tueri iura que a prefatam dominationem meam spectare noscuntur».

³³ *Diplomatarium*, CLXXIX, pp. 203-207, a p. 207.

³⁴ Vedi, a esempio, *Diplomatarium*, CXCVII relativo all'incarceramento di cinque zoppolani trovati a pescare nel rio Basaldella.

³⁵ «visis earundem partium scripturis, processibus, attestationibus, litteris sigillatis eorumque petitionibus, auditis allegationibus partium sepe ac frequenter, visis locis differentiarum super quibus equitavimus pluries»: *Diplomatarium*, CCXI, pp. 240-245. Purtroppo non sono state conservate le deposizioni testimoniali.

³⁶ Op. cit., p. 244.

³⁷ «primo quo jurisdictio, dominium et garittus locorum positorum ultra Methunam versus Zopolam... et a dicto loco aque Methune eundo usque a viam Valvasoni antiquiorem... includendo in huiusmodi dominio, garitto et jurisdictionibus dicta confinia ipsam aquam et lectum Methune, esse debeat dicti ser Odorici et suorum fratrum»: op. cit., p. 241.

³⁸ A esempio: «declaramus quo prata illorum de Curianaonis, que sunt ultra dictam aquam Methune versus Zopolam, sint et esse debeant dictorum hominum et personarum quorum sunt et in eorum facultate secandi et pascuandi, adeoque a dicta prata accedere et exire possint et valeant more solito. Possint tamen in tempore hiemali in quo prata non banniuntur predicti domini

Odoricus et fratres ac eorum subditi et habitatores suarum villarum possint et valeant pasculare in dictis pratis, absque damno arborum vel vitium si quo foret»: op. cit., p. 241.

³⁹ Va rilevato che l'intervento del Piccolomini nella soluzione di questa controversia si situa in un momento decisivo della sua vita e della sua carriera. A seguito della morte di Niccolò V e dell'elezione del suo successore Callisto III, avvenute nella primavera del 1455, egli decise di percorrere la strada del dignitario di Curia e si trasferì a Roma nell'agosto di quell'anno. Lo troviamo a Zoppola dunque in un momento intermedio tra queste due tappe tra la fine di giugno e l'inizio di luglio del 1455. Per un profilo rapido ma complessivo della figura vedi M. Pellegrini, *Pio II*, in *Enciclopedia dei Papi*, Roma 2000, II, pp. 663-685.

⁴⁰ Colto umanista, oltre che dottore *in utroque*, l'Hinderbach all'epoca ricopriva la carica di cancelliere e consigliere dell'imperatore. Con il Piccolomini era legato da intensi rapporti di amicizia che si sarebbero mantenuti anche più tardi, quando quest'ultimo sarebbe stato eletto papa. Nel 1466 l'Hinderbach venne nominato vescovo di Trento, carica di cui assunse i poteri temporali nel 1468. Sulla sua figura vedi D. Rando, *Dai margini la memoria. Johannes Hinderbach 1418-1486*, Bologna 2003 e Ead., *Johannes Hinderbach*, in *Dizionario biografico degli Italiani*, Roma 2003, vol. 61, pp. 709-712.

⁴¹ Per un profilo delle personalità e delle opere vedi G. Pillinini, *Bollani Candiano*, in *Dizionario Biografico degli Italiani*, Roma, 1969, vol. 11, pp. 287-289 e M. Tocci, *Capodilista Francesco*, in *Dizionario Biografico degli Italiani*, Roma 1975, vol. 18, pp. 633-635.

⁴² Archivio di Stato di Venezia, *Libri Commemorativi*, XIV, cc. 183v-187r. (numerazione moderna).

⁴³ A esempio Donato di Tramonti asserisce: «quo sunt XXVIII anni quo cepit venire Ovoletum a pasculandum super communeis predictis et accipiebat licentiam ab illis de Zopola possendi pasculare super suo territorio. Deinde, post duos et quinque tres dies ibat Portum Naonis et capiebat licentiam possendi pasculare super omnibus communeis territorii sui exceptis seminatis. Interrogatus qui solvebat de affictu, respondit quo solvebat tres agnos et unam peciam casei illis de Zopola et totidem capitaneo Portus Naonis. Interrogatus si capitaneus Portus Naonis sciebat quo solveret affictum illis de Zopola, dixit quo sic, quia capitaneus Portus Naonis mittebat suos nuntios Zopolam acceptum suum affictum et super addidit quo quando ibat a Portum Naonis dicebat capitaneo se habuisse licentiam ab illis de Zopola. Interrogatus quousque poterat pasculare, respondit quo habebat licentiam ab utroque pasculandi tantum quantum poterat»: op. cit., c. 185v.

⁴⁴ *Diplomatarium*, n. CCXXXVII, pp. 279-286.

⁴⁵ Op. cit., p. 282.

⁴⁶ Il patto stesso infatti prevedeva la possibilità di recedere, entro cinque anni, e di contrattare nuove condizioni: «Et quoniam oratores antedicti et eorum singuli subdubitare videntur aliqui convenisse quo sit suis constituendis preiudiciali, quasi muta possint iura cuilibet partium supervenire que a presens sunt incognita, vel etiam quo eorum constituentes de suo iure plus speraret quam ipsi oratores convenerint, propterea specialiter inter eos convenit quo liceat serenissimo et invictissimo Augusto et similiter illustrissimo dominio Venetiarum quomodocumque libuerit infra quinquennium ab ista transactione recedere et de suo iure denuo agere coram tribus per amicabilem compositionem eligendis»: *ivi* p. 285.

⁴⁷ Vedi al riguardo Paschini, *Vicende zoppolane nel Quattrocento* cit.

⁴⁸ Vedi Marchetti, *De iure finium* cit.

⁴⁹ Sul ruolo dei giuristi in questa prima fase di affermazione del dominio veneto, vedi G. Cozzi, *La politica del diritto nella Repubblica di Venezia*, in Id., *Repubblica di Venezia e Stati italiani. Politica e giustizia dal secolo XVI al secolo XVIII*, Torino 1982, pp. 217-318, in particolare alle pp. 281-282; A. Viggiano, *Forme dell'identità locale e conflittualità politico-istituzionale. La Patria del Friuli e Venezia nel Quattrocento*, in *Il Quattrocento nel Friuli occidentale*, voll. 2, Pordenone 1996, 2, pp. 17-47, alle pp. 41-43.

⁵⁰ Vedi J. Le Goff, *Storia e memoria*, Torino 1982; M. T. Clancy, *From Memory to Written Record: Englan 1066-1307*, London 1979.

⁵¹ In alcune zone è documentata l'usanza di far percorrere ai ragazzi e ai giovani della comunità il perimetro del territorio di pertinenza affinché restasse loro ben impresso nella mente. È molto interessante, a tale proposito, una testimonianza di ambito senese, risalente al 1272-1273, relativa alla definizione dei confini tra due villaggi, resa da un testimone nel corso di un dibattito processuale. Costui asserì che, quand'era piccolo, lui e gli altri ragazzi del luogo vennero istruiti a riconoscere il tracciato del confine che divideva le due località seguendone il percorso sotto la

guida di un adulto, che «mentre mostrava a lui e agli altri ragazzi che erano con lui i confini tra il territorio della Rocca e il territorio del castello di Arcidosso, frustava forte i detti ragazzi affinché si ricordassero meglio in futuro i detti confini». Vedi O. Redon, *Lo spazio di una città. Siena e la Toscana meridionale (secoli XIII-XIV)*, Siena-Roma 1999, pp. 164-167. È chiaro che si tratta in questo caso di un confine lineare. Per il Friuli non vi sono attestazioni positive di tale pratica.

⁵² Vedi al riguardo P. J. Geary, *Phantoms of Remembrance. Memory and oblivion at the end of the first Millennium*, Princeton (New Jersey) 1994.

⁵³ La molla che, in apparenza, faceva scattare l'avvio di un'azione giudiziaria era spesso quello del ristabilimento di una situazione che nel corso del tempo era stata, più o meno fraudolentemente, obliata. Rispetto a essa l'arbitro o il giureconsulto era chiamato a ristabilire verità e giustizia e dunque a identificare quali testimonianze, nei due gruppi che abitualmente si contrapponevano, potevano essere inficiate dalla prospettiva di un tornaconto personale. Queste riserve talora emergono dalle registrazioni dell'interrogatorio. A esempio: «Interrogatus quam partem vellet vincere: ius habentem», *Diplomatarium*, CLXXIX, p. 204; oppure «Interrogatus si tangeret eum, dixit quo non, et dixit quo alias coram officialibus fuerunt examinate probe, prout sunt scripte per Odoricum notarium de Utino et sciebat pro firmo, et sua scientia, quo fit maxima iniuria et contra iustitiam contra Comune de Luinacho», Bianchi, *Documenti per la storia del Friuli dal 1326 al 1332* cit., I, n. 279, a p. 488. La riflessione giuridica attribuiva maggior valore alle testimonianze dei «sempliciores et rustici», perché si presumeva fossero meno in grado di manipolare la verità e i fatti, e dava importanza soprattutto ai più anziani tra di essi, che conservavano le memorie più risalenti nel tempo. Vedi Marchetti, *De iure finium* cit., pp. 174-181, in particolare a p. 180. Anche nelle fonti qui esaminate si riscontra questo genere di cautele: talora i testi vengono definiti «non doctus» oppure tale condizione risulta dal mestiere o dal tipo di vita praticata. Sull'altro versante, è da rilevare che molti testimoni a cui si chiede di enunciare l'età, dichiarano una vecchiezza avanzata, talora indicata in maniera generica e dunque un po' sospetta: «annos octuaginta et ultra», «habebat annos 90 et ultra», *Diplomatarium*, CLXXIX, pp. 203-207; altre volte invece il computo degli anni pare più preciso «interrogatus de etate sua, respondit quo habet centum minus XVI annis», Archivio di Stato di Venezia, *Libri Commemorativi*, XIV, c. 185r.

La creazione di un territorio: il comitato di Modena e i suoi “confini”

di Tiziana Lazzari

Le fonti documentarie e cronachistiche, l'insieme delle fonti scritte dei secoli IX-XI, restituiscono per l'Emilia forme di organizzazione del territorio che appaiono non essere basate sulla conservazione dei *territoria civitatis* di età tardo-antica, fonti che descrivono spazi con marcato carattere pubblicistico con una serie di termini quali *castrum*, *pagus*, *fines*, *iudiciaria*, *comitatus*, *massa*, *fundus*, *saltus*, *curtis* che non appaiono avere un significato univoco né dal punto di vista semantico, né da quello più strettamente circoscrizionale¹. Alcune di queste realtà territoriali sono attestate con una certa continuità documentaria dal secolo VI fino all'XI, caratterizzate dal medesimo toponimo al quale si aggiunge però una denominazione diversa: *castra* che diventano *fines*, e poi *pagi*, talvolta *comitati*. Come ha osservato recentemente Paolo Marchetti «la ricerca storica, spesso, non è riuscita a sottrarsi a questa ipotesi concettuale che avverte un confine come rilevante solo in quanto capace di materializzare il limite di estensione del potere statale»²: l'analisi e lo studio di queste realtà territoriali emiliane costringono allora a chiedersi se tali denominazioni si riferissero a circoscrizioni, definite da confini precisi – anche se non necessariamente lineari – e fissati da autorità sovralocali, che andavano così a costituire il «principio strutturante delle comunità politiche»³ o se fossero invece le comunità locali stesse, in base alle solidarietà interne e alla proprietà e al possesso di beni privati e comuni, a costituire l'unico reale soggetto di tali definizioni, prive pertanto di una reale valenza territoriale.

Per affrontare la questione che prevede l'analisi di fonti estremamente note e già più volte usate da chi si è occupato di questi temi, occorre osservare che le attestazioni che a noi qui interessano – *fines*, *iudiciarie*, *pagi* si è detto – sono state lette dalla storiografia giuridica e da quella storico istituzionale come prove di una realtà fattuale: più recenti elaborazioni teoriche invitano ora a riflettere insieme con Angelo Torre sul fatto che «la genesi locale di molta documentazione consenta di leggere le fonti non tanto come attestazioni,

quanto come modificazioni delle situazioni che descrivono»⁴ e che inoltre «processi di legittimazione incrociata dei detentori del potere e delle popolazioni loro soggette si sviluppano attraverso la trascrizione di pratiche sociali che sottolineano l'esistenza di un uso pragmatico delle istituzioni»⁵. Problema quest'ultimo che è strettamente connesso con quello dell'uso del lessico giurisdizionale da parte di chi detiene il potere centrale: de-scrivere una certa realtà, attribuirle un nome, significa al tempo stesso farla esistere e configurarla nel modo voluto da quel potere stesso, «costruirla», insomma: il testo di una fonte diventa così non «l'espressione di una realtà, quanto piuttosto un momento di modificazione della realtà stessa»⁶.

1. *Il placito di Cinquanta*

È un documento eccezionale, riconosciuto come tale da più generazioni di studiosi⁷. Nel luglio dell'898 il conte modenese Guido⁸ presiedette un grande placito al quale intervennero più di settanta personaggi, nominati uno per uno sia nel protocollo fra gli astanti, sia nelle sottoscrizioni finali: mancano generiche formule quali «et alii plures» per indicare il grande concorso di uomini. Davanti all'assemblea l'*advocatus* del monastero di Nonantola, Pastore, insieme con l'abate Pietro, presentarono i titoli di possesso del cenobio relativi a diverse terre che si trovavano nell'ambito del "comitato" di Modena, e precisamente nel Frignano, in montagna, e nel territorio di Solara, nella bassa pianura⁹.

Il regesto proposto dall'editore è fuorviante perché presenta l'assemblea come la risoluzione di un conflitto fra la chiesa cattedrale di Modena e il monastero di Nonantola. In realtà, nonostante appaia implicita l'esistenza di un conflitto in corso, i convenuti dovettero unicamente pronunciarsi sull'autenticità dei documenti presentati dal monastero in relazione ai possessi specifici e, di conseguenza, sulla legittimità del possesso di tali beni da parte del monastero. Le carte che l'abate Pietro poté produrre erano diverse e tutte di grande rilievo: in primo luogo la donazione di Astolfo¹⁰ in favore del *dux monachorum* Anselmo¹¹, il primo abate di Nonantola, con cui si attribuivano al monastero Fanano nel Frignano e la corte Canetolo «in finibus suis Solariensis» che in precedenza era appartenuta a tale Peredeo. E poi il diploma di conferma di Liutprando che oltre alla «curtem suam Canetulum» attribuiva al monastero un porto «que esse videtur in fluvio Muclena» e un intero villaggio «qui dicitur Siculo» con le sue corti massaricie. E infine un giudicato risalente all'811 emanato da «Carolo piissimo rege» che aveva risolto in favore del monastero e del suo abate Adelardo una lite in merito a «omnia res in curte Canetolo in fine Solariense» contese a Nonantola dalla Chiesa di Modena rappresentata in giudizio dal suo «advocato Marino».

I numerosi astanti al placito non solo elencati casualmente: l'estensore dell'atto, «Lupius», non è uomo legato alla cancelleria o al seguito del conte ma è il notaio e *dativus* della pieve di S. Vincenzo del Salto, ossia del distretto "rurale" ove si trovava Cinquanta, la «villa Quingentas» sede dell'assemblea¹².

Il notaio e dativo – un titolo che corrisponde per quanto attiene alle funzioni a quello di scabino, ma che risente dell’influenza, quanto meno lessicale, della contermina area esarcale¹³ –, perfettamente inserito nella realtà locale, segue con grande evidenza nell’elenco una logica che intreccia una gerarchia dei luoghi – sono elencati per primi luoghi di provenienza che contribuiscono a identificare uomini dotati di titoli funzionali – e, nell’ambito degli astanti per ciascun luogo, una gerarchia sociale relativa al luogo stesso. Così per primi, dopo il conte, si trovano Agino «vasso domini imperatoris» e Bertulfo, il *vicecomes* di Cittanova; poi tre gastaldi e vassi del conte. L’elenco, esauriti gli uomini strettamente legati all’*entourage* comitale, prosegue poi con notai e scabini che paiono rappresentare territori, o meglio forse, comunità: nell’ordine Paolo, Giseberto e Lupicino notai e scabini di Modena, gli scabini di Castellarano¹⁴, tre scabini di Verabulo¹⁵, due notai e scabini del *pago* di Persiceta¹⁶, due notai e scabini di Salto¹⁷ – uno, «Lupius», l’estensore del documento –, uno scabino di Brento¹⁸, uno di Mesturiano¹⁹, uno di «Ferroniano»²⁰. Seguono i nomi di due uomini di Monteveglio²¹ che non sono accompagnati dall’indicazione di alcuna funzione pubblica, altri quattordici nomi anch’essi privi di connotazioni funzionali ma che i patronimici e l’indicazione di legami familiari connettono insieme, e poi uno scabino di Saliceto, un notaio di Glandito, e tanti uomini, tutti insieme, di Solara; uno solo di Rivara, una manciata di Linare, tre di Baisio, Lupo «de Colina» (di S. Lorenzo in Collina), uno di Livizzano e altri, ancora.

La lettura tradizionale che usa questo documento come – direbbe Angelo Torre – «espressione di una realtà» descrive allora il comitato di Modena come una grande circoscrizione pubblica suddivisa in più distretti minori, funzionante grazie a una precisa scala gerarchica di funzionari pubblici. Vito Fumagalli nel 1975, a proposito della grande quantità degli astanti e della loro provenienza da aree non coerenti al comitato scriveva: «la loro presenza non era dovuta all’oggetto specifico “nonantolano” discusso nel placito, ma all’avvenimento di un grande placito generale, uno di quelli che, periodicamente, affrontavano le cause in pendenza nelle varie aree di una contea. Solo che nel caso nostro si trattava di almeno due contee, in tutto di tre territori pubblici, e il conte era uno solo. Ci troviamo, a nostro parere, di fronte al consumarsi estremo della debolezza congenita del sistema carolingio di governo territoriale, in quel tramonto del secolo sulle rovine del vecchio assetto dello stato, nell’ammassarsi in un’unica contea, sotto la presidenza di un solo conte, di cause e di uomini che riguardavano e rappresentavano un’area geografica vastissima, provenienti, le persone, anche da 50-70 chilometri dalla sede del placito»²².

2. Distretti minori e storiografia

La riflessione storiografica sul problema del controllo effettivo del territorio da parte dei poteri istituzionali nell’alto medioevo, in specie in età carolingia e post-carolingia, è in questi anni un tema poco frequentato dalla

storiografia italiana²³. Esiste è vero la sintesi di Giuseppe Sergi sui confini del potere²⁴, che è sintesi originale nella sua costruzione ma che raccoglie ricerche fatte negli anni Settanta e Ottanta. Negli anni più recenti il tema dell'organizzazione del territorio è presente nella storiografia italiana in relazione stretta con le logiche insediative piuttosto che con le dinamiche del potere e le ricerche in merito sono condotte più dagli archeologi che dagli storici.

Il dibattito storiografico piuttosto acceso invece negli anni Sessanta e Settanta muoveva dalla volontà di indagare le effettive capacità di controllo di un potere centralizzato, statuale, su realtà locali a esso, potenzialmente, profondamente estranee. Giuseppe Sergi ha contestato duramente la legittimità d'uso dell'espressione "comitati rurali" per designare i territori altomedievali con caratterizzazione pubblicistica e che non facevano capo a una città²⁵: di questa espressione, la cui paternità si attribuisce a Fedor Schneider²⁶, Sergi contesta «l'applicazione a realtà fra loro diversissime» compiuta da Pietro Vaccari²⁷ e «un certo fascino» che tale concetto e la sua durata nel tempo hanno continuato a esercitare sulla medievistica italiana in genere e cita a tale proposito uno dei primi lavori di Vito Fumagalli sul tema dei «distretti minori»²⁸. In realtà le ricerche di Fumagalli appaiono condizionate più che dalla definizione "giurisdizionale" di comitato, dal fascino che esercitava per lui l'aggettivo "rurale", in esplicita polemica rispetto a teorie "continuiste" sull'inevitabile centralità che i centri urbani avrebbero sempre avuto in Italia nell'organizzazione del territorio. E fu infatti "territori pubblici rurali"²⁹ l'espressione d'arrivo della riflessione e della ricerca di Fumagalli su questo tema, ricerca che, per altro, già nei suoi primi risultati contrapponeva in modo chiaro – e polemico – città e campagna con titoli che giustapponevano «distretti cittadini e circoscrizioni rurali»³⁰.

In seguito poi lo stesso Sergi ha riconosciuto che la forte accentuazione del tema della "ruralizzazione" delle istituzioni in età altomedievale, propria della produzione di Fumagalli, ha costituito un importante correttivo apportato alla visione urbano-centrica dominante nella medievistica italiana, in una visione che non negava per altro aprioristicamente efficacia d'azione ai centri cittadini, ma che piuttosto dava grande rilievo alle sopravvivenze dell'organizzazione longobarda. Tali sopravvivenze venivano proposte da Fumagalli in base a una cifra interpretativa realistica e documentata che non teorizzava continuità rigide ma che nelle circoscrizioni minori dell'età carolingia leggeva elasticamente sopravvivenze o nuove creazioni modellate su ripartizioni tradizionali³¹.

Sicuramente la posizione espressa da Fumagalli nei primi anni Settanta si proponeva di prendere le distanze sia dalla valutazione «ottimistica» espressa compiutamente da Pietro Vaccari sull'effettiva capacità di controllo esercitata dai funzionari che in quella visione esprimevano la centralizzazione delle funzioni statuali, sia «dall'opposta radicale negazione» espressa da Paolo Delogu³² che i conti cittadini avessero potuto esercitare un effettivo controllo sui «minori distretti rurali». Ma questa insistita, forte e giustificabile polemica se innestata negli anni Sessanta-Settanta, lascia in ombra in tutti questi lavori il ruolo che giocarono nelle definizioni di territori e confini e distretti le popo-

lazioni effettivamente attive in quegli ambiti: lascia in ombra cioè il popolamento e le comunità. Pur sempre implicitamente presenti, le collettività non sono in effetti mai toccate da una riflessione che al riguardo delle strutture del potere si muove sempre su piani alti (re, vescovi e conti) e, quando pure è rivolta ai contadini, ai servi e ai liberi coltivatori, per quello che attiene alle condizioni di vita e di lavoro, non ne indaga la possibile articolazione sociale, l'organizzazione politica, il farsi comunità.

3. La “creazione” di un territorio

Pur facendo nostre e per intero le osservazioni di Vito Fumagalli in merito all'eccezionalità della testimonianza offerta dal placito di Cinquanta proponiamo però di rovesciare la prospettiva in base alla quale egli la lesse: non allora un documento che attesta la crisi profonda di un sistema di ordinamento territoriale e pubblico ma, piuttosto, un atto fondativo, che porta alla nascita di una istituzione attraverso la verbalizzazione di una pratica, nel caso specifico non la risoluzione di un conflitto, ma una «pratica di certificazione»³³, la certificazione della bontà degli atti esibiti dal monastero di Nonantola in merito a determinate pertinenze patrimoniali. Ma cosa ci autorizza a pensarlo come modificazione e non come espressione della realtà che descrive?

Tre territori pubblici, due comitati scriveva Fumagalli: ora, il fatto è che proprio in quel documento è attestata per la prima volta l'esistenza stessa di un «comitatus Mutinensis». Mi rifaccio qui agli di Pierpaolo Bonacini che fino all'898 non trova alcuna attestazione né del distretto né del funzionario: il *comes* Autramno – l'unico diciamo così, antecessore del conte Guido – non era conte di Modena ma di Cittanova³⁴, uno dei distretti presenti a Cinquanta e rappresentato, non a caso, a questo punto, non da scabini o notai ma da un visconte e caratterizzato dalla presenza degli *iudices*.

Nello stesso modo non è attestato prima neppure un «comitatus Regiensis»: ancora una volta le puntuali ricerche di Bonacini lo inducono a denunciare «la difficoltà di individuare... per l'intero secolo IX, l'azione di un'autorità comitale nel contesto distrettuale reggiano»³⁵ e a formulare l'ipotesi che anche su di esso si estendesse l'autorità del conte di Modena³⁶: ma qui la fonte è ancora una volta il placito di Cinquanta e siamo così tornati al punto di partenza.

Se non esistono attestazioni dei comitati di Modena e Reggio antecedenti all'898, a maggior ragione mancano per il bolognese (e qui il riferimento è inevitabilmente a me stessa³⁷): un territorio nel quale un ordinamento comitale non esistette mai e dove ancora nella seconda metà del secolo XI la più ampia parte dell'antico *territorium civitatis* era detta «in iudiciaria Mutinensis»³⁸. Ancora una volta la prima attestazione che gli alti livelli delle comunità locali fossero coordinati dal conte di Modena si trova nel placito di Cinquanta³⁹, località – sia detto per inciso – attualmente in provincia di Bologna.

È pertanto plausibile che proprio con il placito di Cinquanta si creasse un comitato che non era prima mai esistito, proponendo una sorta di territorio “virtuale” che nasceva da un raccordo all'interno di una comune *iudiciaria* di

una serie di “reali” territori pubblici che chiamiamo rurali perché conoscevano un centro di coordinamento non urbano. Territori che hanno un senso in sé, non come sottocircostrizioni di territori maggiori, che esprimono *élites*, che partecipano a una pratica di certificazione in modo pienamente attivo. Gli astanti al placito ricoprono infatti un ruolo giuridicamente significativo nella procedura: al termine della presentazione delle carte da parte dell'*advocato* nonantolano il conte Guido «interrogavit superscripti iudices de Civitate Nova si ipsas precepta et iudicatas bona sunt aut pars monasterii habere debet»⁴⁰. E gli *iudices* «dixerunt omnes vere quia: “Iudicatas et precepta bona sunt et pars monasterii habere et possidere debent”». Non furono però soltanto gli *iudices* di Cittanova – che pure emergono nella procedura – a dover esprimere un giudizio: infatti il resoconto dell’assemblea prosegue ricordando che «Iterum interrogavit suprascriptus domno Vuido illustri comes ad omnes superscripti iudices et auditores hominibus resedentibus acstantibus si istas preceptas et iudicata sicut superius legitur bona sunt aut pars monasterii habere debet»⁴¹. La formula che il dativo «Lupius» fa pronunciare al conte è identica a quella che era stata usata per gli *iudices* e così, identica, è anche la formula della risposta: «qui dixerunt omnes vere quia: “Iudicatas et precepta bona sunt et pars monasterii habere et possidere debent”».

4. *Un antefatto: la iudiciaria dei quattro castelli*

Esiste una diversa testimonianza, non giudiziaria questa volta, perché si tratta di un diploma, che ci conferma l'intenzione da parte dei medesimi soggetti politici, i re spoletini, a inquadrare in forme istituzionali nuove e più facilmente gestibili i territori a ridosso dell'esarcato. Territori importanti, dato che presidiavano aree di strada transappenniniche, politicamente centrali in un momento in cui il re d'Italia Guido di Spoleto era appoggiato fortemente dal marchese di Tuscia Adelberto II e dalla moglie Berta, mentre il fronte del nord per la conquista del regno vedeva Berengario del Friuli sostanzialmente isolato⁴². Ecco allora che re Guido nell'891 concesse a un peraltro sconosciuto Thietelm, vassallo di Adalberto di Tuscia che intervenne alla concessione⁴³, «omnem rem publicam» nel territorio di quattro *castra*, uniti insieme dall'espressione «iudiciaria de quattuor castellis»⁴⁴. Un'altra creazione – la *iudiciaria* non era mai stata attestata prima né lo sarà in seguito⁴⁵ – che ricalca però un territorio realmente esistente, il pago o κάστρον⁴⁶ o *fines* di Brento.

L'operazione che i sovrani spoletini tentarono fu operare un coordinamento su un largo spazio territoriale organizzato in comunità ma non facente capo direttamente a un comitato. Un territorio di confine fra il *regnum* e l'esarcato di fluida identità istituzionale: si trattava, nei fatti, del «territorium civitatis Claternate» a sud della via Emilia, precocemente destrutturato fra IV e VI secolo⁴⁷, un territorio che garantiva facili collegamenti fra Toscana e Ravenna e Italia padana. Il diploma in favore di Thietelm è dato da Ferrara il 24 novembre. Appena due giorni prima il 22 novembre, da Legnago, Guido

aveva emanato un per altro celeberrimo diploma immunitario in favore della chiesa di Modena nella figura del vescovo Ledoino⁴⁸, in cui non si confermano specifici possessi ma si garantisce all'episcopio l'immunità per tutte le pertinenze, da qualsiasi *iudex publicus* – non da un conte, si osservi – e si concedono insieme al vescovo il legittimo esercizio dei diritti pubblici a Modena e per un miglio attorno⁴⁹. Attribuibile al medesimo anno è per l'editore un diploma perduto in favore del monastero di Nonantola⁵⁰.

Insomma, mentre si provvedeva a coordinare dall'alto i territori, si garantivano contestualmente gli attori sulla scena e si legittimava la loro autorità anche se in ambiti di pertinenza molto specifici e, per la prima volta, nel caso dell'episcopio modenese, precisamente definiti con confini lineari certi.

Una creazione, la «iudiciaria» dei quattro castelli, che va però in direzione diversa da quella del comitato di Modena a Cinquanta: qui si cerca di imporre un vasso regio forte che coordina da presso comunità use a larghe autonomie. Il tentativo fallisce con ogni evidenza e sarà il rappresentante locale «de Brento», uno scabino, a partecipare alla “creazione” di un comitato modenese che, se da un lato rispondeva a esigenze di coordinamento territoriale regio, dall'altro, nella sua estensione e articolata composizione, lasciava nei fatti ampio margine di autonomia alle comunità locali e ne riconosceva, come le procedure stesse seguite a Cinquanta dimostrano, significativa autorità giurisdizionale. E questa fu infatti una soluzione che conobbe un duraturo successo: pur nel mutare dei tempi e dei protagonisti politici, le terre di quest'area saranno dette «in iudiciaria Mutinensis» ancora oltre la metà del secolo XI⁵¹, a quasi due secoli – e a sei generazioni – dalla data del placito di Cinquanta.

5. *Il comitato come coordinamento di élites locali*

Morto Guido nel 894, il figlio Lamberto proseguì l'azione politico territoriale concertata dal padre, con strumenti nuovi, si è detto. Il conte di Modena Guido è stato identificato – e l'identificazione è stata accolta senza riserve⁵² – con un cugino di Lamberto stesso. Anche Lamberto, come il padre, accompagnò il grande placito del conte Guido con una conferma dei diritti e delle immunità alla chiesa modenese⁵³, di quell'ampia immunità che aveva ricevuto otto anni prima. Allo stesso anno si attribuisce un diploma – ancora una volta perduto – a favore di Nonantola⁵⁴.

La storiografia giuridica più recente – Paolo Grossi⁵⁵, Pietro Costa⁵⁶ – ci insegna che nella cultura popolare l'espressione più tangibile del potere nelle società medievali e moderne europee fosse proprio l'amministrazione della giustizia, la *iurisdictio*: dire il diritto. Questa «concezione giurisdizionale del potere – sostiene Torre – si afferma proprio all'interno di un quadro in cui coesistevano diversi centri autonomi di potere»⁵⁷. Una pratica di registrazione, come quella verbalizzata a Cinquanta, legittima il diritto del monastero nonantolano a detenere una certa serie di beni, legittima il conte Guido e l'istituzione che rappresenta, il comitato di Modena, e legittima tutte le identità di coordinamento sovralocale che intervengono al giudizio.

Nel testo dei placiti – non solo in quello di Cinquanta – è possibile vedere in gioco gli attori del composito mosaico territoriale di diritti patrimoniali e giurisdizionali che componeva l'Emilia: l'autorità superiore interviene a legittimarli, ne è a sua volta riconosciuta, diventa arbitra del conflitto.

«I distretti non cittadini attestati nel secolo IX – asseriva Fumagalli ancora nel 1969 – hanno una loro fisionomia amministrativa, con propri funzionari, con una loro particolare vita pubblica che è dato di cogliere attraverso gli atti giudiziari, ma, cionondimeno, sono saldamente controllati dal conte, direttamente o a mezzo di suoi rappresentanti»⁵⁸. L'attenzione storiografica negli anni Sessanta-Settanta del secolo scorso era incentrata a verificare l'efficacia dell'apparato statale in sede locale e, in specie, per quanto attiene alle strutture dell'impero carolingio, a valutare se nella prassi l'azione di governo fosse improntata effettivamente da quel programma centralizzatore che traspariva dalle fonti normative, dai capitoli⁵⁹. E a valorizzare, almeno nel caso di parte della storiografia italiana, le “resistenze” delle società locali nei confronti di una sorta di “occupazione” straniera⁶⁰. Gli storici pienamente attivi in quegli anni avevano vissuto in prima persona, è bene non dimenticarlo, le vicende drammatiche che segnarono la penisola italiana durante il secondo conflitto mondiale⁶¹.

Ora i risultati di quarant'anni di ricerche non solo storiche ma anche giuridiche e antropologiche, invitano a ripensare alle forme e ai modi del dominio carolingio nel regno italico in termini diversi. Dal punto di vista delle comunità locali l'autorità comitale poteva essere utile per esprimere un coordinamento superiore in grado di garantire la convivenza fra comunità in conflitto per risorse importanti o, meglio, di garantire che il conflitto rimanesse entro termini accettabili quando tali comunità cominciavano a doversi confrontare con i nuovi poteri immunitario-patrimoniali delle grandi abbazie e delle chiese episcopali, per prime Bobbio e Nonantola ma anche le chiese cattedrali delle città emiliane e delle grandi famiglie transalpine titolari dei principali incarichi funzionali del regno italico, che cercavano, anche se con modi e tempi diversi, di crearsi una base patrimoniale incamerando ampie quote del fisco regio.

Nel testo dei placiti è allora possibile vedere in gioco i diversi attori del composito mosaico territoriale di diritti patrimoniali e giurisdizionali, in lotta fra loro per il controllo delle risorse e alla ricerca di un equilibrio che garantisca la convivenza: l'autorità superiore interviene a legittimare le diverse pretese, è a sua volta riconosciuta dai soggetti che ne sono portatori e diventa così arbitra del conflitto. E sono dunque i placiti la fonte utile a riconoscere sotto l'indicazione *fines* (ma anche *pagus*, *territorium*) non un'area geografica e neppure la distrettuazione “minore” di un comitato coerente bensì piuttosto le cellule base, le comunità che costituivano il tessuto reale dell'insediamento padano.

Così in un placito dell'anno 854 tenutosi nell'attuale piacentino⁶², a «Moraniano, curte ecclesie sancti Laurenti, fine Castellana», l'assemblea è presieduta dal conte di Piacenza «Vuifredus» e dal vescovo della stessa città

«Seufredo viro venerabili» messo dell'imperatore. Insieme con tre giudici imperiali partecipano al placito sei scabini, tre gastaldi e diciannove altre persone di cui quasi sempre si indica la provenienza: la regolarità con cui si provvede anche qui a indicare tale provenienza lega strettamente gli uomini alle comunità di appartenenza e pare costituisca parte non irrilevante della ritualità del placito.

Il documento piacentino non è certo un caso isolato: le ricerche sui territori rurali, a partire da quelli emiliani, che sono state sostanzialmente condotte proprio sui verbali delle sedute giudiziarie, mostrano numerosi esempi da un lato della partecipazione “per località” a tali assemblee⁶³ e, dall'altro, mostrano tali comunità impegnate a difendere le proprie risorse collettive nei confronti di poteri immunitari e forti. In tal senso è particolarmente significativo il caso della comunità di «Flexum»⁶⁴, identificata come «civitas» – perciò quale “comunità” in senso proprio⁶⁵ – dal testo stesso del placito, che all'inizio del secolo IX compare in giudizio contro il monastero di Nonantola per difendere i diritti di pascolo e pesca in una grande foresta che apparteneva ai «fines Flexiciani» il cui uso da parte della comunità era stato legittimato dal re longobardo Liutprando. Un caso straordinario, senz'altro, al punto da costituire uno degli esempi proposti da Chris Wickham quando, di recente, ha spostato cronologicamente le tematiche legate alle comunità già proprie delle sue riflessioni su secoli successivi⁶⁶, indagando il rapporto fra spazio, comunità locali e poteri sovralocali nell'altomedioevo⁶⁷.

Questi *fines*, *castra*, *civitates* addirittura, attestati dai placiti nel IX e ancora nella prima metà del secolo X appaiono, riletti secondo queste logiche, estranei a una concezione territoriale della giurisdizione: il territorio in questo caso non pare avere confini lineari ma confini determinati dalle comunità che vi vivono, dalle loro *élites* di possessori, dalla collocazione geografica dei beni che a quelle *élites* e alle comunità che le esprimono appartengono. Una riprova del fatto che, come sostiene Giuseppe Sergi, accogliendo una distinzione terminologica di Cinzio Violante fra “circostrizione” e “distretto”, il concetto di *districtus*, ossia l'esercizio del potere su un territorio precisamente definito nei suoi termini lineari, non ha nulla a che fare con l'epoca carolingia⁶⁸. La giurisdizione distrettuale nascerà più tardi con i poteri signorili e con l'attestazione precisa, nelle fonti del termine nuovo che la designa, *districtus*, appunto: nella medesima area coinvolta nel placito di Cinquanta, in specie nel Bolognese, si trovano nelle carte notarili a partire dalla metà del secolo X attestazioni molto chiare di questo passaggio: nel 958 l'autorizzazione a sub-concedere beni ricevuti in enfiteusi è così formulata: «Et licentiam sit vobis suprascriptis petitoris... dare in talis honinibus qui *de districta istius comitato Bononiensis fuerit*»⁶⁹. «Comitatus bononiense» è un'espressione che a queste date identifica il *territorium* diocesano⁷⁰, articolato in tante diverse aree di giurisdizione, *districta*. Nell'ambito della medesima formula l'espressione «*districta istius comitato*» si ripete in un *libello* del 1007⁷¹.

Alla fine del secolo IX, all'inizio della cosiddetta fase post-carolingia, il popolamento e l'organizzazione del territorio in Emilia appaiono dunque strut-

turati in forme complesse, assai lontane dall'immagine astratta di comitati ordinati attorno alle *civitates* che sorgevano lungo il corso della via Emilia. E fu su questa articolata maglia di strutture che presuppone una continua rimodulazione di una catena di rapporti interpersonali che si andarono a inserire i diversi poteri signorili, laici, religiosi ed ecclesiastici che dalla metà del secolo X in avanti cominciarono ad affermarsi pienamente nella regione: una vera rivoluzione per il popolamento, un mosaico nuovo, composto da piccole tessere che, per una certa parte, potevano vantare un'origine lontana.

6. Un mito di fondazione: l'epitome di Cassino

Una creazione di grande successo, come si è detto, il vasto comitato di Modena descritto per la prima volta a Cinquanta: dopo il conte Guido, uno spoletino, ne fu titolare Bonifacio degli Ucpoldingi⁷², poi, nel 931 un conte supponide⁷³. Una testimonianza narrativa, l'*Epitome chronicorum Casinensium*⁷⁴ lascia intravedere la forte conflittualità per il controllo di un territorio così vasto, una sorta di ventre molle della pianura padana, proprio fra la famiglia dei Supponidi – nel IX secolo la parentela di maggior potere in area emiliano-lombarda⁷⁵ – e i discendenti del conte di palazzo di Ludovico II, Ucpold. Il testo, non datato e pubblicato soltanto nel Settecento da Ludovico Antonio Muratori che attribuì la narrazione agli anni Settanta del secolo IX, potrebbe essere posticipato agli anni Venti-Trenta del secolo successivo⁷⁶.

Il racconto – l'ultima parte di un'epitome, appunto, delle vicende del monastero di Cassino – inizia alla corte di Ludovico II, in un momento in cui l'imperatore era assente, impegnato a combattere presso Cassino contro i Saraceni. La moglie – Engelberga come è noto⁷⁷, dei Supponidi, ma nella cronaca non la si chiama per nome – «in Tucbaldum Palatii comitem post imperatoris discessum oculos iniecit» e trovandolo bellissimo e «regali genere ortum», cominciò «eum ad turpe lenocinium provocare». Segue un'efficace scena di seduzione⁷⁸, ma il conte, improvvido, si sottrasse e, adirata per il rifiuto, la regina simulò con l'imperatore di aver subito violenza dal conte di palazzo e l'imperatore, prontamente, lo fece uccidere. Fu la moglie di Tucbaldo a difendere presso l'imperatore l'innocenza del marito e a rivendicarne la riabilitazione, soprattutto per tutelare il figlio che portava lo stesso nome del padre. La donna superò un'ordalia, camminò su dodici vomeri ardenti, e l'imperatore comprese così il suo errore: riabilitò il conte in tutto il regno italico⁷⁹ e confermò all'orfano Tucbaldo «comitatum Constantiensem et quicquid in Alemannia retinebant». Ma, soprattutto, «concessit autem eis in perpetuum comitatum Mutinensem cum aliis octo comitatibus».

Lo scontro fra le due discendenze attive nell'ampio comitato Modenese nel secondo-terzo decennio del secolo X, i Supponidi e gli Ucpoldingi, si è detto, è risolto nella narrazione in una lotta al femminile fra la «perfida» Engelberga e la coraggiosa vedova e madre Andaberta. Svela però un interesse preciso a legittimare la presenza e l'azione dei discendenti di Ucpold nell'area di confine fra esarcato e regno e di gettare discredito sui Supponidi, un gruppo parentale

già in grande crisi dopo la caduta di Berengario, di cui erano stati gli alleati più forti e fedeli⁸⁰.

In questa prospettiva, e per finire, merita osservare che quando nei primi anni Sessanta del secolo X Ottone I decise di affidare al fedelissimo Adalberto Atto il controllo di un'area così complessa e allo stesso tempo strategica qual era il centro della pianura padana⁸¹, non intervenne – nonostante la crescita che nel frattempo aveva caratterizzato le città episcopali e la progressiva definizione dei rispettivi ambiti diocesani – a separare quel grande comitato modenese che si era definito a Cinquanta: Adalberto Atto fu titolare infatti, congiuntamente, dei comitati di Modena e Reggio, una fusione che da un lato confermava e dall'altro consolidava l'indeterminata coerenza di un'area che da lungo tempo aveva fatto a meno di un univoco sovraordinamento urbano.

Note

¹ I. Santos Salazar, *Castrum Persiceta. Potere e territorio in uno spazio di frontiera dal secolo VI al IX*, in questo stesso numero.

² P. Marchetti, *De iure finium. Diritto e confini tra Tardo Medioevo ed Età Moderna*, Milano 2001, a p. 53.

³ Op. cit., pp. 38-39: «Quando il territorio è diventato realmente strumento di governo degli uomini e dei gruppi, quando il potere esercitato attraverso di esso ha inaridito le altre forme di autorità, instaurando un rapporto di dipendenza universalmente accettato da coloro che ne sono soggetti. Detto altrimenti, quando il territorio è stato riconosciuto come principio strutturante delle comunità politiche e, soprattutto, indipendente da qualsiasi solidarietà sociale o di altra natura capace di trascenderlo. Perché, in fondo, è solo da questo momento che i confini iniziarono a rivestire una funzione ordinatrice e strutturante nell'ambito della vita delle comunità politiche».

⁴ A. Torre, *La produzione storica dei luoghi*, in «Quaderni storici», 37 (2002), 110, pp. 443-475, a p. 443.

⁵ Op. cit., p. 451.

⁶ Op. cit., pp. 451-452.

⁷ Pubblicato in C. Manaresi, *I placiti del "Regnum Italiae"*, Roma, 1955, I, n. 106, pp. 385-396.

⁸ Probabilmente stretto da legami parentali con la discendenza dei Guidonidi di Spoleto, allora investiti del titolo regio nel regno italico: cfr. a tale proposito l'ipotesi avanzata da E. Hlawitschka, *Franken, Alamannen, Bayern und burgunder in Oberitalien (774-962)*, Freiburg im Breisgau 1960, pp. 285 sgg. pienamente accolta e discussa da P. Bonacini, *Terre d'Emilia. Distretti pubblici, comunità locali e poteri signorili nell'esperienza di una regione italiana (secoli VIII-XII)*, Bologna 2001, p. 109, nota 57.

⁹ Manaresi, *I placiti del "Regnum Italiae"* cit., I, n. 106, a p. 393: «de illis rebus et paludibus que esse videtur in fines Solarienses id est Capriana, Pontonaria, Lupuleto, et padules Grumulese et Decimanise et Iulianise».

¹⁰ Il diploma di Astolfo fu pubblicato in *Codice Diplomatico Longobardo*, 3/1, a cura di C. Brühl, Roma 1973 (Fonti per la storia d'Italia, 64), n. 26, pp. 124-173. È un falso attribuibile all'XI secolo ma i cui contenuti si ritiene rispecchino nella sostanza diplomi autentici: cfr. A. Gaudenzi, *Il monastero di Nonantola, il ducato di Persiceta e la Chiesa di Bologna*, «Bullettino dell'Istituto storico italiano per il Medio Evo», 36-37 (1916), pp. 7-312 e 31-570, alle pp. 125-127.

¹¹ Sulla vita di Anselmo e sulla sua scelta religiosa cfr. K. Schmid, *Anselm von Nonantola. Olim dux militum – nunc dux monachorum*, «Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Bibliotheken», 47 (1967), pp. 1-122; a p. 29 sul titolo *dux monachorum* chiosa sull'evidenza che il monastero fosse al servizio del re. Ridimensiona il valore della testimonianza soprattutto in merito al valore da attribuirsi al titolo, restituendo la narrazione al secolo XI e ai suoi topoi agiografici G. M. Cantarella *La figura di sant'Anselmo nel contesto del monachesimo longobardo*, «Reti Medievali Rivista», IV/2 (luglio-dicembre 2003), [06/06]: <<http://www.storia.unifi.it/RM/rivista/saggi/Cantarella.htm>>.

¹² Sul Saltospano occorre rifarsi anzitutto agli studi di A. Benati, *Confine ecclesiastico e problemi circoscrizionali e patrimoniali fra Ferrara e Bologna nell'alto medioevo*, in «Atti e Memorie della Deputazione Provinciale Ferrarese di Storia Patria», 27 (1980), pp. 29-80 e, soprattutto, Idem, *Il Saltopiano fra antichità e medioevo. Incognite, considerazioni, ipotesi*, in *Romanità della pianura*, Bologna 1991, pp. 337-355.

¹³ Op. cit., p. 343.

¹⁴ Castellarano, attualmente in provincia di Reggio Emilia, è un centro insediativo appenninico che indagini archeologiche hanno dimostrato di grande rilievo già nel secolo VII: cfr. Bonacini, *Terre d'Emilia* cit., p. 131.

¹⁵ Attestato come κάστρον già nella *Descriptio Orbis Romani* di Giorgio Ciprio, pubblicata da P. M. Conti, *L'Italia bizantina nella Descriptio Orbis Romani di Giorgio Ciprio*, in «Memorie della Accademia Lunigianense di Scienze», 40 (1970) [ma 1975], pp. 1-137 e poi come uno dei *castra Emiliae* che si consegnarono ai longobardi senza opporre resistenza secondo la testimonianza del *Liber Pontificalis*, a cura di L. Duchesne, I, p. 405, è stato identificato con l'odierna località di Crespellano in provincia di Bologna da P. Foschi, *Il territorio bolognese durante l'Alto Medioevo. Secoli VI-X*, in «Il Carrobbio», 4 (1978), pp. 229-251, a p. 234. Ora con maggiore logica territoriale si ritiene si trovasse negli appennini dell'attuale provincia reggiana: cfr. Benati e I. Chiesi, *Il primo periodo altomedievale in provincia di Reggio Emilia: i rinvenimenti archeologici fra la metà del V e il VII secolo d. C.*, in «Civiltà Padana», 2 (1989), pp. 109-172.

¹⁶ Per il quale rimando senz'altro a Santos Salazar, *Castrum Persiceta* cit.

¹⁷ Benati, *Il Saltopiano fra antichità e medioevo* cit.

¹⁸ Per l'identificazione della località si veda P. Foschi, *Il castello di Brento. Dai Bizantini al vescovo di Bologna*, in «Il Carrobbio», 16 (1990), pp. 166-176; sulla conformazione pubblicistica del territorio lo studio più esaustivo resta A. Padovani, *“Iudicaria motinensis”. Contributo allo studio del territorio bolognese nel Medioevo*, Bologna 1990 (Insediamenti territorio e società nell'Italia medievale. Ricerche e studi, quaderni n. 2), il quale pur identificando due diversi ambiti del territorio bolognese in cui è attestata la *iudicaria* di Modena, il Saltopiano e Brento, dedica prevalentemente a quest'ultimo l'indagine.

¹⁹ Manaresi, *I placiti del “Regnum Italiae”* cit., I, n. 106, a p. 390.

²⁰ Lo studio più aggiornato si deve a P. Bonacini, *Il comitato del Frignano. Il riassetto di un distretto rurale in età canossiana*, in *Signori feudali e comunità appenniniche nel Medioevo*, Atti delle Giornate di Studio (Capignano, 3 e 4 settembre 1994), Porretta Terme-Pistoia 1995, pp. 39-55, ora in Bonacini, *Terre d'Emilia* cit., pp. 153-171.

²¹ Alcune recenti pubblicazioni locali raccolgono interventi diversi sulla località e il suo territorio: *L'Abbazia di Monteveglio e il suo territorio nel Medioevo (secoli X-XIV): paesaggio, insediamento e civiltà rurale*, Atti della giornata di studi (Monteveglio, 15 aprile 2000), a cura di D. Cerami, Bologna 2001; *Architettura e paesaggio: forme spazi e fruizione, l'abbazia di Monteveglio e il territorio al confine tra Bologna e Modena*, Atti della giornata di studi (Monteveglio, 3 giugno 2001), a cura di D. Cerami, s. l. 2002; *Rocche e castelli lungo il confine tra Bologna e Modena*, Atti della giornata di studio (Vignola, 25 ottobre 2003), a cura di P. Bonacini e D. Cerami, Vignola 2005.

²² V. Fumagalli, *In margine al problema delle circoscrizioni amministrative dell'Italia Settentrionale Longobarda durante il Medioevo*, in *Atti del Convegno Storico di Bagni di Lucca*, Bologna 1977, pp. 3-13.

²³ Diversamente da quanto avviene altralpe: si vedano per esempio i lavori di M. Innes, *State and Society in the Early Middle Ages. The Middle Rhin Valley, 400-1000*, Cambridge 2000, e di S. Castellanos e I. Martin Viso, *The local articulation of central power in iberian peninsula, 500-1000*, in «Early Medieval Europe», 13 (2005), pp. 1-42.

²⁴ G. Sergi, *I confini del potere. Marche e signorie fra due regni medievali*, Torino 1995.

²⁵ Op. cit., pp. 35-36, nota 34.

²⁶ F. Schneider, *Die Entstehung von Burg und Landgemeinde in Italien. Studien zur historischen Geographie, Verfassungs- und Sozialgeschichte*, Berlin 1924.

²⁷ P. Vaccari, *La territorialità come base dell'ordinamento giuridico del contado nell'Italia medioevale*, Milano 1963 (II ed. riveduta).

²⁸ V. Fumagalli, *L'amministrazione periferica dello stato nell'Emilia occidentale in età carolingia*, in «Rivista Storica Italiana», 83 (1971), 4, pp. 911-920; sul tema erano già usciti a stampa i lavori dedicati a *Un territorio piacentino nel secolo IX: i “Fines Castellana”*, in «Quellen und Forschungen aus Italienischen Archiven und Bibliotheken», 48 (1968), pp. 1-35, e a *Città e distretti minori nell'Italia carolingia. Un esempio*, in «Rivista Storica Italiana», 81 (1969), 1, pp. 107-117. L'articolo del 1971 costituisce la prima sintesi complessiva sull'intera area emiliana e fu seguito poi da altri contributi *Distretti cittadini e circoscrizioni rurali nell'Emilia occidentale dall'VIII al XII secolo*, in «Modena», Suppl. 6/72 (Atti del Convegno Storia e problemi della montagna italiana, Pavullo nel Frignano, 21-23 maggio 1971), pp. 37-39; [con A. Castagnetti], *Un istituto di lunga conservazione dal Medioevo ad oggi: il gastaldo nel territorio veronese*, in *La villa nel Veronese*, Verona 1975, pp. 269-280; *In margine al problema delle circoscrizioni amministrative* cit.. Dal 1977 e sino ai primi anni Novanta lo studioso non dedicò più attenzione al tema che riemerse nel 1993, in coincidenza con un rinnovato diretto impegno politico di Fumagalli, in due nuove pubblicazioni *Territori pubblici “minori” nell'Italia medievale*, in *Alle origini dei territori rurali*, sezione monografica di «Proposte e ricerche», 30 (1993), per il Centro Studi Storici Sanmarinesi della Università degli Studi di San Marino, Ancona 1993, pp. 81-88 e *Ruralizzazione delle strutture civili ed ecclesiastiche*, in *Territori pubblici rurali nell'Italia del Medioevo*, estratto speciale della sezione monografica di «Proposte e ricerche», 31 (1993, 2), per il Centro Studi Storici Sanmarinesi della Università degli Studi di San Marino, Ancona 1993, pp. 7-13.

²⁹ Fumagalli, *Territori pubblici rurali nell'Italia del Medioevo* cit.

³⁰ Fumagalli, *Distretti cittadini e circoscrizioni rurali nell'Emilia occidentale* cit.

³¹ Su questo G. Sergi, *Circoscrizioni comitali e distretti minori*, memoria pronunciata in occasione del convegno *Per ricordare Vito Fumagalli*, Bologna, 15 giugno 1998, per la cui sintesi si rimanda

a T. Lazzari, *Per ricordare Vito Fumagalli*, Cronaca del convegno tenutosi a Bologna il 15 giugno 1998, in «Quaderni Medievali», 46 (1998), pp. 267-274.

³² Ci si riferisce a P. Delogu, *L'istituzione comitale nell'Italia carolingia*, in «Buletino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo», 79 (1968), pp. 53-114.

³³ Torre, *La produzione storica dei luoghi* cit., a p. 442.

³⁴ «Non «comes Mutinensis», ma «comes Civitatis Nove» è detto Autramno in una carta privata dell'anno 848, come il suo predecessore Riperto»: così sottolineava con forza la differenza V. Fumagalli, *Vescovi e conti nell'Emilia Occidentale da Berengario I a Ottone I*, in «Studi Medievali», s. III, 14 (1973), pp. 137-204, a p. 185.

³⁵ Bonacini, *Terre d'Emilia* cit, p. 110 e nota 62.

³⁶ Op. cit., pp. 110-111: «non si può quindi escludere che anche su di esso [il comitato di Reggio] si estendesse allora la giurisdizione del funzionario modenese».

³⁷ T. Lazzari, «Comitato» senza città: *Bologna e l'aristocrazia del suo territorio (secoli IX-XI)*, Torino 1998.

³⁸ Op. cit., cap. II. *Città e territorio*, pp. 27-42.

³⁹ T. Lazzari, *Circoscrizioni pubbliche e aree di affermazione signorile: il territorio bolognese fra VIII e XI secolo*, in *Per Vito Fumagalli. Terra, uomini istituzioni medievali*, a cura di M. Montanari e A. Vasina, Bologna 2000, pp. 379-400.

⁴⁰ Manaresi, *I placiti del «Regnum Italiae»* cit., I, n. 106, a p. 395.

⁴¹ Op. cit., come la citazione che segue.

⁴² P. Cammarosano, *Nobili e re. L'Italia politica dell'alto medioevo*, Roma-Bari 1998, alle pp. 208-210.

⁴³ L. Schiaparelli, *I Diplomi di Guido e Lamberto*, Roma 1906 (Fonti per la storia d'Italia, 36), n. 12, pp. 32-34.

⁴⁴ Op. cit., p. 33: «omnem rem publicam que est in pago Monti Celeri et in pago Brento sive in pago Gixo atque in pago Barbarorum et iudicaria de ipsis quatuor castellis et quantacumque ibidem ad nostram pertinet potestatem».

⁴⁵ Cfr. Padovani, «*Iudicaria motinensis*» cit.

⁴⁶ Il termine κάστρον nel significato che è a esso proprio nel linguaggio amministrativo bizantino del VI secolo. Κάστρον per i bizantini significa centro di coordinamento di un territorio, equivale dunque a *civitas* e non a *castrum*: sul significato del termine nel linguaggio amministrativo bizantino cfr. V. von Falkenhausen, *La dominazione bizantina nell'Italia meridionale dal IX all'XI secolo*, Bari 1978, alle pp. 145-148, dove si afferma che «l'equivalente latino di κάστρον è *civitas*»; anche il termine καστέλλιον insieme all'accezione «rifugio fortificato» utile a contadini e monaci in caso di attacchi saraceni assume anche il senso di «piccola città»: op. cit., pp. 146-147.

⁴⁷ Cfr. in questa sede Santos Salazar, *Castrum Persiceta* cit. Su quello che fu il *territorium civitatis* di Claterna e le sue vicende nell'alto medioevo gli ultimi dieci anni sono stati assai fecondi di indagini che hanno condotto a risultati di grande interesse e novità soprattutto in campo archeologico: si veda a tale proposito *Castel S. Pietro e il territorio claternate. Archeologia e documenti*, a cura di J. Ortalli, Castel S. Pietro Terme 1996 in cui soprattutto M. Librenti, *Il territorio di Castel S. Pietro ed il Bolognese orientale in età medievale. Le fonti archeologiche*, pp. 253-288; C. Negrelli, *Il popolamento in età romana: le ricerche di superficie*, pp. 38-60; J. Ortalli, *Città e territorio in età romana*, pp. 29-37. E ancora *San Pietro prima del Castello. Gli scavi nell'area dell'ex cinema teatro «Bios» a Castel San Pietro Terme (BO)*, a cura di J. Ortalli, Firenze 2003 in cui si dà conto di una scoperta di grande interesse: un edificio ecclesiale di straordinaria importanza articolato su un impianto di tre navate precedute da un narcece con un'abside poligonale a sette lati, lungo complessivamente 45 metri e largo 24. La qualità edilizia appare di grande pregio e l'impianto descritto si ritrova, in alcuni casi anche con le stesse dimensioni, nelle chiese di S. Giovanni Evangelista a Ravenna, S. Apollinare in Classe e la basilica detta della Ca' Bianca di Classe, che furono tutte edificate fra la prima metà del V e la prima metà del VI secolo: S. Gelichi, M. Librenti, R. Michelini, *L'edificio ecclesiale. Ambito culturale, modelli architettonici, evoluzione strutturale, funzionalità*, pp. 157-173. Un edificio di tal fatta non può che richiamare il passo di Agnello che fa di Brento una sede diocesana: «Una vero episcopalis cathedra, civitate destructa, deest, cuius vocabulum Brintum dicitur, non longe a Bononiense urbe»: Agnellus <de Ravenna>, *Liber pontificalis*, edizione e traduzione tedesca a cura di C. Nauerth, Freiburg im Breisgau, Basel, Wien, Barcelona, Rom, New York 1996, cap. 40, alle pp. 204-206. Che Brento potesse essere stata sede di diocesi è negato con decisione da Amedeo Benati, *Il castello di Brento e lo scisma dei Tre Capitoli*, in «Atti e memorie della Deputazione di storia patria per le provincie di Romagna», n.

s., 46 (1995), pp. 19-54, ma che si riferisce a Brento centro abitato, diciamo così, e non a Brento quale territorio. Ancora recenti studi sull'*ager claternate* ma con minori spunti di novità: P. Foschi, *Insedimenti civili ed ecclesiastici nel Medioevo: documentazione e toponomastica*, in *Castel Guelfo di Bologna: un caso di studio. Geologia, archeologia e storia dell'insediamento tra Idice e Sillaro*, a cura di L. Gambi e L. Grossi, Bologna 2003, pp. 81-109 e L. Mazzini, C. Negrelli, *Insedimenti in età romana*, op. cit., pp. 57-79.

⁴⁸ Schiaparelli, *I diplomi di Guido e Lamberto* cit., n. 11, pp. 27-32.

⁴⁹ Sull'eccezionalità del diploma la bibliografia è assai ampia: cfr. Cammarosano, *Nobili e re* cit., p. 212 che, commentando il contenuto del diploma, afferma: «Non erano novità assolute, perché abbiamo già constatato in progredire delle concessioni di prerogative pubbliche e di redditi fiscali ai vescovi. Ma adesso si parla di una totalità dei diritti regi, e nel precetto modenese di re Guido compare anche l'importante definizione di un circuito esterno alla città e di sua competenza». È proprio la comparsa, per la prima volta, del *districtus* in questo diploma che rende particolarmente pertinente connettere la sua emanazione con operazioni relative all'assetto giurisdizionale di territori limitrofi. Ancora, sempre sull'eccezionalità del diploma, G. Tabacco, *Regno, impero e aristocrazie nell'Italia postcarolingia*, in *Il secolo di ferro: mito e realtà del secolo X*, Spoleto 1991 (XXXVIII Settimana di studio del CISAM), pp. 243-269, ora in Tabacco, *Sperimentazioni del potere nell'alto medioevo*, Torino 1993, pp. 95-118, a p. 108 dove osserva che il diploma fu emanato in forte contrasto con una disposizione imperiale della primavera dello stesso 891 che auspicava «ut episcopi et comites uniti sint in suis paroechiis et comitatibus pro pace et salvatione». Tabacco (p. 108) rileva l'insita esistenza o probabilità di conflitti locali forti dato che il vescovo ricevette «diritti di fortificazione contro i propri avversari, che non potevano essere ancora i barbari invasori del regno».

⁵⁰ Schiaparelli, *I diplomi di Guido e Lamberto* cit., *Diplomi perduti*, n. 7, p. 65, datato dall'editore fra l'891 (febbraio 21) e l'894. Le concessioni in favore della chiesa di Modena non potevano che andare di pari passo con la difesa delle prerogative del monastero di Nonantola fu proprio a partire dall'episcopato di Leodoino che divennero palesi le ambizioni giurisdizionali della chiesa modenese nei confronti del monastero: cfr. Cammarosano, *Nobili e re* cit., a p. 217 nota 60.

⁵¹ Anno 1063: beni fondiari si trovano *trans fluvio Ithisce*, a est del fiume Idice nel *pago Cellari*, ossia di Monte Cerere, *territorio Bononiensis*, ossia diocesi di Bologna, *iudicaria Motinensis: Le carte bolognesi del secolo XI*, a cura di G. Feo, Roma 2001 (Regesta Chartarum, 53), I, n. 113, pp. 234-236; in generale su tale genere di indicazioni Padovani, *"Iudicaria motinensis"* cit., e Lazzari, *"Comitato" senza città* cit., pp. 32-37.

⁵² Discussione storiografica in Bonacini, *Terre d'Emilia* cit., p. 109, nota 57.

⁵³ Schiaparelli, *I diplomi di Guido e Lamberto* cit., n. 11, p. 96 (898 settembre 30).

⁵⁴ Schiaparelli, *I diplomi di Guido e Lamberto* cit., *Diplomi perduti*, n. 7, p. 109, a. 898.

⁵⁵ P. Grossi, *L'ordine giuridico medievale*, Roma-Bari 1995.

⁵⁶ P. Costa, *Iurisdictio. Semantica del potere politico nella pubblicistica medievale (1100-1433)*, Milano 1969 (Università di Firenze, Pubblicazioni della Facoltà di Giurisprudenza, 1).

⁵⁷ Torre, *La produzione storica dei luoghi* cit., a p. 453.

⁵⁸ Fumagalli, *Città e distretti minori nell'Italia carolingia* cit.

⁵⁹ Un aspetto vivacemente presente in Delogu, *L'istituzione comitale nell'Italia carolingia* cit. e sempre in Delogu, *Strutture politiche e ideologia nel regno di Ludovico II*, in «Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo», 80 (1968), pp. 137-189. E anche in G. Tabacco, *L'ambiguità delle istituzioni nell'Europa costruita dai Franchi*, in «Rivista Storica Italiana», 87 (1975), pp. 401-438, ripubblicato in Tabacco, *Sperimentazioni del potere nel Medioevo Italiano*, Torino 1993, pp. 45-94, che indaga i capitolari anzitutto per chiarire i rapporti tra i poteri dei conti e quelli dei vescovi.

⁶⁰ Si vedano su questo specifico aspetto V. Fumagalli, *Il Regno italico*, Torino 1986 che descrive nelle prime pagine il dramma “nazionale” vissuto dai longobardi dopo la conquista di Pavia e, sempre con al fondo Fumagalli, *Le modificazioni politico-istituzionali in Italia sotto la dominazione carolingia*, in *Nascita dell'Europa ed Europa carolingia: un'equazione da verificare*, Spoleto 1981, I, pp. 293-317 e la discussione pubblicata in calce.

⁶¹ Particolarmente significativa in quest'ottica la posizione espressa da Fumagalli, *L'amministrazione periferica dello stato* cit.: «Non sfugge, infatti, ormai più a nessuno la realtà di un “Regnum” vincolato ad un preciso programma centralizzatore, che solo la varietà delle situazioni locali, le resistenze dei “potentes” e la riluttanza dei liberi, anch'essi chiamati a salvaguardare l'istituto, a preferire un signore lontano, spesso, ad un altro vicino e minaccioso, riusciranno

a compromettere alla fine del secolo IX in modo irreparabile». Ma è anche possibile una lettura di questo taglio per uno degli studi più importanti di G. Tabacco, *I liberi del re nell'Italia carolingia e postcarolingia*, Spoleto 1966.

⁶² Manaresi, *I placiti del "Regnum Italiae"* cit., I, n. 59, p. 208; l'analisi completa in Fumagalli, *Un territorio piacentino nel secolo IX: i "Fines Castellana"* cit.

⁶³ Tali placiti sono tutti pubblicati da Manaresi e non vi si rimanda nel dettaglio perché la loro analisi puntuale esula dal problema complessivo di questo lavoro: si rimanda tuttavia ai lavori di Fumagalli, *Un territorio piacentino nel secolo IX* cit.; *Città e distretti minori* cit.; *L'amministrazione periferica dello stato* cit. e *In margine al problema delle circoscrizioni* cit.; e a Bonacini, *Terre d'Emilia* cit., in specie il capitolo *L'amministrazione della giustizia*, alle pp. 47-94 per le referenze e le analisi.

⁶⁴ Manaresi, *I placiti del "Regnum Italiae"* cit., I, n. 36, pp. 110-113; il placito è stato analizzato in V. Fumagalli, *Terra e società nell'Italia padana*, Torino 1976, alle pp. 61-63 così come in Fumagalli, *Comunità rurali della bassa valle del Secchia nell'alto Medioevo*, in *Mirandola e le terre del basso corso del Secchia dal medioevo all'età contemporanea*, Modena 1984, I, pp. 3-11. Un ampio contributo relativo soprattutto all'identificazione dei beni comuni della comunità si deve a P. Bonacini, *Da Flexum a Pegognaga. Note documentarie e topografiche*, in «Quaderni della Bassa Modenese», 27 (1995), pp. 35-56, ora in Bonacini, *Terre d'Emilia* cit., pp. 213-233.

⁶⁵ *Isidorus Hispalensis Etymologiae*, l. XV, II, *De aedificiis publicis*, col. 536: «Civitas est hominum multitudo societatis vinculo adunata, dicta a civibus, id est, ab ipsis incolis urbis, pro eo quod plurimorum conscat, et contineat vitas».

⁶⁶ Fra i quali lavori, in particolare C. Wickham, *Comunità e clientele nella Toscana del XII secolo. Le origini del comune rurale nella Piana di Lucca*, Roma 1995 e Idem, *La montagna e la città. L'Appennino toscano nell'alto medioevo*, Torino 1997 (ed. or. *The Mountains and the City. The Tuscan Apennines in the early middle ages*, Oxford 1988).

⁶⁷ C. Wickham, *Space and society in early medieval peasant conflicts*, in *Uomo e spazio nell'alto medioevo*, Spoleto 2003, I, pp. 551-585.

⁶⁸ G. Sergi, *La territorialità e l'assetto giurisdizionale e amministrativo dello spazio*, in *Uomo e spazio nell'alto medioevo* cit., pp. 479-501, a p. 487.

⁶⁹ G. Cencetti, *Le carte bolognesi del secolo X*, Bologna 1936, n. XVI, p. 66 (il corsivo è ovviamente mio).

⁷⁰ Lazzari, «Comitato» senza città cit., pp. 40-41.

⁷¹ *Le carte bolognesi del secolo XI* cit., I, n. 4, pp. 9-11.

⁷² Il quale, con ogni probabilità, ottenne il comitato nei primi anni Venti da Rodolfo di Borgogna, di cui era cognato, allora re del regno italico. Riguardo a Bonifacio il profilo più completo resta quello di Hlawitschka, *Franken, Alamannen, Bayern und Burgunder* cit., pp. 83, 156-158, 199-200. Manca a tutt'oggi uno studio complessivo sulla discendenza degli Ucpoldingi: studi più o meno datati riguardano prevalentemente il ramo della famiglia che si radicò signorilmente nel territorio bolognese per i quali rimando a Lazzari, «Comitato» senza città cit., pp. 55-104, con completa citazione della bibliografia precedente, mentre un contributo importante sulla discendenza che derivò dall'unione di *Engelrada*, comitissa di legge salica, figlia del conte di palazzo *Hucpold* con il ravennate *Martinus dux* si deve a R. Rinaldi, *I conti Guidi in Romagna, in Formazione e strutture dei ceti dominanti nel Medioevo: marchesi, conti e visconti nel Regno Italico (secc. IX-XII)*, Pisa 3-4 dicembre 1992, Roma 1997, pp. 211-240.

⁷³ Il conte Suppone presiedette nell'agosto del 931 il placito detto di Renno, dal nome della località modenese presso Pavullo nel Frignano che ne fu sede: Manaresi, *I placiti del "Regnum Italiae"* cit., I, n. 134, pp. 500-503.

⁷⁴ *Epitome chroniconum Casinensium*, in *Rerum Italicarum Scriptores*, a cura di L. A. Muratori, II/I, Mediolanum 1723, pp. 345-370.

⁷⁵ Sui Supponidi la trattazione d'insieme più recente si deve oggi a F. Bougard, *Les Supponides: échec à la reine*, in *Les Elites au Haut Moyen Âge. Crises et renouvellements*, a cura di F. Bougard, L. Feller e R. Le Jan, Turnhout 2006, pp. 381-401 e il mio T. Lazzari, *Una mamma carolingia e una moglie supponide: percorsi femminili di legittimazione e potere nel regno Italico*, in «C'era una volta un re», a cura di G. Isabella, Bologna 2005 (DPM Quaderni – Dottorato, 3), pp. 41-57. Ma si veda ancora l'Exkurs. Zur Genealogie der Supponiden in E. Hlawitschka, *Franken, Alamannen, Bayern und burgunder in Oberitalien (774-962)*, Freiburg im Breisgau 1960, alle pp. 299-309. Nel *Dizionario Biografico degli Italiani* [da ora in poi DBI] si trovano solo le voci relative ai conti Adalgiso I (DBI, I, Roma 1960, pp. 225-226) e II (DBI, I cit., p. 226), al vescovo

Adalgiso di Novara (di A. M. Patrone, DBI, 1 cit., pp. 224-225) – che per altro non è riconosciuto quale appartenente alla discendenza e a Engelberga (di F. Bougard, in DBI, 42, Roma 1993, pp. 668-676).

⁷⁶ La narrazione, come si è detto nel testo, è stata edita soltanto da Ludovico Antonio Muratori e l'introduzione che egli premise al testo non offre elementi utili alla sua identificazione e datazione. Ringrazio cordialmente Luigi Andrea Berto per la cortese collaborazione che mi ha prestato in merito alla datazione della narrazione, che egli ritiene scritta in un latino troppo corretto per poter essere attribuita alla fine del secolo IX. La compilazione dell'*Epitome*, che contiene elementi rintracciabili in cronache cassinesi composte fra IX e XI secolo, potrebbe aver usato anche una fonte in cui si narrava la storia del conte di palazzo Tuccaldo, non diversamente attestata nelle cronache del monastero, una storia che, visto il rilievo che in essa è attribuito al comitato di Modena, potrebbe aver avuto origine locale. Un importante monastero della pianura modenese, S. Benedetto di Adili, fu dipendenza cassinese: cfr. A. Benati, *Il monastero di S. Benedetto in Adili e la politica antinonantolana del re Desiderio*, «Atti e Memorie della Deputazione di Storia Patria per le Province di Romagna», 34 (1983), pp. 77-129. Fondato dal duca Orso nella prima metà del secolo VIII è stato localizzato nei pressi di Sant'Agata Bolognese da G. Bottazzi, *Il monastero di S. Benedetto in Adili. Un profilo di ricerca archeologico-topografica nel Pago Persiceta*, in «Strada Maestra», 28 (1990) 1, pp. 87-113.

⁷⁷ Bougard, *Engelberga* cit.

⁷⁸ *Epitome chronicorum Casinensium* cit., p. 370.

⁷⁹ Op. cit.: «Imperator autem se esse reum de perpetrato crimine sciens, cum papa benedicto fecit praeceptum Tuccaldo filio interiecti comitis et eius haeredibus in perpetuum de ducatu Liguriaie et Tusciae, ab urbe Roma usque ad Mutinam et per totum Camarinum usque in Diviam».

⁸⁰ Una recente indagine sulle relazioni di Berengario si deve a B. Rosenwein, *The Family Politics of Berengar I (888-924)*, in «Speculum», 71 (1996), pp. 247-289; Idem, *Friends and Family, Politics and Privilege in the Kingship of Berengar I*, in *Portraits of Medieval and Renaissance Living: Essays in Memory of David Herlihy*, ed. S. K. Cohn jr. - S. A. Epsteinm, Ann Arbor 1996, pp. 91-106.

⁸¹ V. Fumagalli, *Le origini di una grande dinastia feudale. Adalberto Atto di Canossa*, Tübingen 1971; G. Sergi, *I poteri dei Canossa: poteri delegati, poteri feudali, poteri signorili*, in *I poteri dei Canossa da Reggio Emilia all'Europa*, Atti del Convegno internazionale di studi (Reggio Emilia-Carpinetti, 29-31 ottobre 1992), a cura di P. Golinelli, Bologna 1994, pp. 29-39, ora in Sergi, *I confini del potere* cit., pp. 230-241, rileva fondante per la futura affermazione dell'uomo e della sua discendenza «l'inserimento di Adalberto Atto fra i vassalli del vescovo di Reggio» come premessa indispensabile alla sua scelta fra i vassalli di Ottone I «perché aveva imparato a muoversi nella zone in cui intendeva porre i fondamenti della sua potenza», a p. 234.

La Trinità di Cava nel 1111. Soluzione di conflitti e definizione di un confine

di Vito Loré

1. Premessa

Nei primi decenni dell'XI secolo un aristocratico salernitano di nome Alferio si convertì alla vita monastica, scegliendo Cluny per compiere il suo tirocinio. Tornò poco prima del 1025 a Salerno e nel territorio di *Mitilianum* (l'attuale Cava dei Tirreni), su terra pubblica concessagli dal principe Guaimario III, fondò un monastero dedicato alla Trinità. Per circa un cinquantennio il raggio d'azione del monastero rimase quasi esclusivamente limitato al principato salernitano; i suoi principali referenti sociali erano il principe e l'aristocrazia urbana di Salerno.

Fra gli anni settanta e ottanta la geografia politica dell'Italia meridionale subì un completo rivolgimento. Le regioni bizantine e il principato di Salerno furono conquistati dai Normanni, che completarono così il proprio dominio sul Mezzogiorno continentale. Proprio in quegli anni la Trinità strinse un rapporto speciale con il papato, che svolgeva una fondamentale funzione mediatrice fra i poteri in lotta e le società locali. Tale posizione rese la Trinità un riferimento fondamentale prima per Gisulfo II, l'ultimo principe longobardo di Salerno, poi per Roberto il Guiscardo: donazioni di chiese e di terre, continue e numerose a partire dal 1080, fecero in poco tempo della Trinità il centro di una grande congregazione monastica; esse provenivano non solo dal duca e dai signori a lui fedeli, ma anche dalla parte avversa. Lo strettissimo rapporto con i duchi non conferiva quindi al monastero una fisionomia "ducale". Il rapporto privilegiato con il vertice è piuttosto da intendere come segno di una posizione centrale della Trinità rispetto alla società politica nel suo complesso¹. Questa attitudine centralistica ed equidistante dalle parti² spiega probabilmente perché, a differenza di altri grandi e più antichi monasteri dell'Italia meridionale, come Montecassino, a lungo la Trinità non entrò

come parte attiva nel gioco di conflitti che scuotevano la società signorile, di cui i duchi erano parte.

2. *Il castello di S. Adiutore e i filii Angerii. Fine di un equilibrio politico*

Fra il 1110 e il 1111 la Trinità riuscì a conquistare uno spazio autonomo di espansione e sviluppo patrimoniale. Oltre al monastero gli attori principali della vicenda sono due: la famiglia dei principi di Capua, che a partire dagli anni settanta dell'XI secolo controllavano il territorio di Nocera, sottratto al dominio salernitano³; e i duchi di Puglia, che a Salerno avevano la loro residenza abituale.

Nonostante il titolo ducale facesse riferimento a tutto il Mezzogiorno continentale, l'autorità effettiva del successore del Guiscardo, Ruggero, e più ancora del figlio di lui, Guglielmo, era limitata a Salerno e a poche aree, nelle quali più forte era la loro presenza patrimoniale⁴. La valle di Cava continuava dunque ad avere una posizione di frontiera fra due domini diversi, dopo essere stata in età longobarda lo spartiacque fra il principato di Salerno e il ducato di Amalfi⁵.

Nella gestione militare di questo territorio aveva un ruolo decisivo il castello di S. Adiutore, posto sul versante orientale della valle. Il castello si trova sull'unica via che collegava la città con l'area nocerina, attraverso il territorio di Vietri e *Mitilianum*⁶. Attorno al controllo di S. Adiutore si crearono i presupposti per un accordo fra i duchi di Puglia e i signori di Nocera, con la definizione di un ambito territoriale monastico. Per formulare qualche ipotesi sulla dinamica della vicenda conviene però seguire il breve tratto a noi noto della storia di S. Adiutore, negli anni immediatamente precedenti il 1110-1111, e il ruolo di una famiglia normanna divisa fra interessi nel Nocerino e legami salernitani.

Nel 1099, a Salerno, i normanni Roberto e Guglielmo rendevano effettiva una donazione in punto di morte del padre, Angerio. Dopo aver preso l'abito monastico a Cava, Angerio aveva disposto che andassero al monastero alcuni terreni a *Valnearia*, presso S. Adiutore⁷. Nel 1104⁸, a Nocera, Roberto e Guglielmo, «filii quondam Angerii, qui... dictus est *de Sancto Adiutorio, qui est nostrum castellum*», donavano alla Trinità un paio di terreni in località *Forma*, al confine fra il territorio di *Mitilianum* e quello di Nocera, e altri terreni nelle località di Passiano e di *Valnearia*, in suffragio dei genitori, Angerio e Urania, entrambi sepolti nel monastero.

È difficile dire da quanto tempo Angerio e i suoi figli controllassero S. Adiutore. Da un diploma ducale del 1111 (lo analizzeremo in dettaglio più avanti)⁹ risulta comunque che il castello era stato tenuto da Angerio per concessione del duca Ruggero. La concessione potrebbe essere successiva al 1087, anno in cui Angerio, a Nocera, restituiva al monastero amalfitano di S. Quirico un terreno nel territorio di *Stabia*. Nel documento relativo non si trova alcun riferimento al castello¹⁰.

Nella carta del 1099 fideiussore di Roberto e Guglielmo era un Landolfo del fu Orso *Ioncatella*, appartenente a una delle famiglie amalfitane residenti

a Salerno¹¹. L'area privilegiata di espansione per gli Amalfitani di Salerno era il territorio di Vietri (prossimo alla vallata di Cava e a S. Adiutore); vi si trovava anche il monastero greco di S. Nicola di Gallocanta, che possedeva terre contigue a quelle della donazione del 1104. Il monastero era stato acquisito alla fine del X secolo da una delle famiglie più prestigiose dell'aristocrazia longobarda di Salerno¹². Due elementi rendono probabile un legame di Angerio con i discendenti di quella famiglia: l'omonimia della moglie Urania con una *comitissa*, attiva alla metà dell'XI secolo¹³, e la presenza fra i sottoscrittori del 1104 di un Lamberto, zio di Roberto e Guglielmo. Il nome è relativamente raro nel contesto dell'aristocrazia salernitana, ma ricorrente nella famiglia di S. Nicola¹⁴ ed è portato da un personaggio attivo proprio in quegli anni¹⁵.

La fisionomia di Angerio e della sua famiglia appare dunque molto singolare: sospesa fra una residenza nocerina, l'esercizio di un potere territoriale a corto raggio¹⁶ e un'appartenenza politica e sociale di ambito salernitano e ducale¹⁷. La famiglia di Angerio sarebbe così fra le pochissime di origine normanna confluite nel composito notabilato salernitano: un gruppo dal forte radicamento urbano, per l'essenziale formato da famiglie longobarde e da cospicui apporti dalla grande colonia amalfitana di Salerno¹⁸.

Dopo la morte di Angerio i suoi figli dovettero però orientarsi diversamente, rafforzando le loro relazioni in ambito nocerino. Possiamo vederlo, ancora una volta, attraverso i contatti della famiglia con la Trinità. Nel 1105, a Nocera, Guglielmo donava alla locale dipendenza cavense di S. Michele arcangelo un terreno in territorio nocerino, per ordine del suo signore, Giordano, figlio del principe di Capua¹⁹. L'avvicinamento dei *fili Angerii* al prestigioso referente dei principi capuani mutò probabilmente gli equilibri nel territorio a nord di Salerno, inducendo i duchi a riprendere il controllo di S. Adiutore, per affidarlo subito dopo alla Trinità, ridefinendo contestualmente l'assetto di tutta l'area.

3. *Il monastero come punto di mediazione fra poteri laici*

Secondo un testo della tradizione monastica, noto come *Annales Cavenses*, la Trinità pagò nel 1110 la somma di 1500 solidi al duca Ruggero in cambio del castello²⁰. Lasciando da parte altri due documenti cavensi, pesantemente sospetti di falso²¹, il passaggio di S. Adiutore a Cava è comunque confermato da una serie di carte private, a partire dal 1113²², e soprattutto da tre documenti del 1111: un diploma con cui il duca Guglielmo confermava il castello alla Trinità e due giuramenti, prestati all'abate cavense da Giordano di Nocera e dai figli di Angerio. Un sospetto di falsità espresso sul diploma è stato a mio parere troppo debolmente motivato perché si debba prenderlo in considerazione²³.

Il duca Guglielmo confermò dunque nell'agosto del 1111 alla Trinità il castello di S. Adiutore, già tenuto in passato per concessione ducale da Angerio. Oltre a S. Adiutore, Guglielmo confermava alla Trinità tutti i diritti già detenuti dal monastero sui contadini e tutte le proprietà pubbliche in un territorio centrato su Cava e comprendente S. Adiutore, ma molto più ampio, fra Vietri,

Salerno e Nocera²⁴. La cessione effettiva di tutto il residuo patrimonio fiscale sembra confermata dalla mancanza di altre concessioni ducali di terre e uomini nel territorio cavense dopo quella data²⁵. Inoltre gli uomini di Cava, come quelli di altri signori, in caso di guerra erano tenuti a prestare per il duca servizio militare a difesa del castello. Il territorio cui si fa riferimento è descritto in modo singolarmente preciso, con un confine lineare che parte dalla costa, all'altezza di Cetara, passa per la cima del monte *Finestra*, prossimo al monastero, sul versante occidentale della valle di Cava, segue lo spartiacque montuoso fra la valle e il Nocerino, per ridiscendere poi verso la costa lungo il crinale opposto della valle, subito prima di Salerno²⁶.

Nel settembre dello stesso anno Giordano di Nocera, che agiva «per licentiam et iussionem» del fratello Roberto, principe di Capua e suo signore, riconosceva alla Trinità il diritto su tutte le proprietà appartenenti a lui stesso, a Roberto e a Guglielmo, figli di Angerio, e a tutti gli uomini di Nocera nella stessa area descritta nel diploma di Guglielmo. La confinazione coincide anche nei dettagli, con una sola differenza: nel documento di Giordano manca il territorio di Gallocanta e Petralena, posto sul versante orientale della valle, dove si trovava il monastero di S. Nicola²⁷. La presenza nel diploma ducale del 1111 della località di Gallocanta sembrerebbe indicare un atto di ostilità del duca nei confronti della famiglia aristocratica salernitana, legata ai *fili Angerii*: il monastero familiare di S. Nicola veniva inserito nell'ambito del nascente dominio monastico, con un atto che orientava politicamente l'esito di un'operazione già in corso: la lenta acquisizione delle quote in cui era divisa la proprietà di S. Nicola, avviata già da tempo dalla Trinità, subì una brusca accelerazione dopo il 1111²⁸. Con un secondo, più complesso atto²⁹ Giordano completò l'accordo con il monastero. Alla presenza di un consesso di aristocratici (fra cui Guglielmo del fu Angerio), in località Camerelle, fra Cava e Sarno, Giordano giurava di non minacciare la vita dell'abate Pietro di Cava e di non danneggiare in alcun modo la sua persona e il monastero cavense, precisando di non volere impadronirsi del castello di S. Adiutore e del territorio, descritto secondo i confini che conosciamo. Giordano si impegnavo inoltre a far rendere all'abate il monastero di S. Martino (che sappiamo in località *Forma*³⁰, al confine fra il territorio di Cava e quello di Nocera) e a non costruire o far costruire in quel luogo un castello. Se poi un castello fosse stato costruito, da lui o da altri, Giordano stesso lo avrebbe distrutto, con l'aiuto del monastero. L'impegno si riferiva probabilmente proprio a un'iniziativa dei figli di Angerio, che, come abbiamo visto³¹, possedevano beni cospicui nella località *Forma*. Avevano forse tentato di edificarvi una rocca per controllare il confine fra i territori di *Mitilianum* e Nocera, spostando lì il punto di forza perso con S. Adiutore. Infine Giordano si impegnavo a rispettare tutti i beni cavensi nel territorio compreso fra il torrente Bosanola, alle porte di Salerno, e il fiume Sarno e in quello di *Apusmontem*, l'attuale Roccapiemonte, compresa la parte già da Cava posseduta e quelle ancora da acquisire delle chiese di S. Giovanni presso *Apusmontem* e di S. Angelo di Nocera. Anche i Capuani si ritiravano quindi dallo spazio monastico di nuova definizione; e con una strategia paral-

lela a quella attuata dal duca per San Nicola di Gallocanta favorivano l'espansione monastica a danno della chiesa privata. Eventuali danni sarebbero stati esaminati ed eventualmente appianati nella *curia* di Giordano, che il giorno successivo, nel monastero cavense, confermò la concessione; altrettanto fece Guglielmo del fu Angerio, per quanto riguardava i beni appartenuti a lui e al fratello Roberto. In cambio, «causa benedictionis», Guglielmo riceveva dall'abate la somma di 100 solidi. Nuovamente il monastero compensava un'acquisizione con un pagamento in moneta, secondo una prassi ricorrente nei suoi rapporti con l'aristocrazia³².

4. *Le ambiguità di uno spazio*

Il complesso documentario che abbiamo esaminato rivela un intreccio di rapporti di forza, colto nel momento stesso del loro cambiamento³³. Per comprenderne il senso è necessario guardare alla rapida evoluzione del contesto politico e all'interesse di ciascuno dei protagonisti, distinguendo due fasi nella vicenda, che ebbe probabilmente inizio con lo slittamento dei *fili Angerii* verso i signori di Nocera e la decisione dei duchi di riprendere il castello. A questo punto l'interesse specifico del monastero cavense impresso un corso diverso alla vicenda. La Trinità ottenne dal duca la concessione del castello, in cambio di una somma cospicua. Ma anche il monastero doveva avere per l'acquisizione di S. Adiutore un interesse di carattere economico, al di là del controllo di terre e coltivatori residenti. In un diploma falso del 1111³⁴ il duca Ruggero concedeva alla Trinità anche i diritti di pedaggio sulla strada da Salerno a Nocera, riscossi presso S. Adiutore. Anche se il falso riflette un grado di sviluppo più avanzato della signoria monastica³⁵, è possibile che già allora il monastero avesse di mira un ritorno economico legato al controllo della via.

All'acquisizione cavense di S. Adiutore segue un altro passaggio: il diploma del duca Guglielmo e il patto stipulato con Cava da Giordano di Nocera, subito dopo la morte del duca Ruggero. L'equilibrio fra duchi e signori di Nocera, venuto meno insieme con l'anfibia collocazione della famiglia di Angerio, fu ricostruito sul monastero, circoscrivendo uno spazio che, a dispetto della precisione dei confini "cavensi", rimaneva carico di ambiguità, non solo per la diversa collocazione di S. Nicola di Gallocanta data dal duca e da Giordano. L'area delimitata non corrispondeva a nessuno dei distretti pubblici di età longobarda (era stata compresa in parte nella circoscrizione di *Mitilianum*, in parte nei «*finis salernitani*»³⁶), ma neanche definiva un ambito di potere autonomo: continuava invece a ricadere nella giurisdizione del duca. Gli uomini che vi risiedevano erano infatti tenuti a prestare servizio militare sotto il suo comando; e sia nei documenti di parte ducale che in quelli di Giordano il monastero è sempre riferito al dominio ducale e salernitano. In effetti l'area, pur delimitata da un confine lineare, non è mai esplicitamente definita come monastica. È piuttosto connotata come cavense per esclusione, da un punto di vista strettamente patrimoniale: incamerate da Cava spariscono infatti le pro-

prietà dei duchi e dei signori di Nocera. La Trinità ottenne per sé le terre dei competitori che si ritiravano, ma nessuna immunità, tantomeno prerogative di giurisdizione signorile.

Se l'ambito monastico rimaneva soggetto al potere ducale, il punto di equilibrio fra duchi e signori di Nocera si situava su un altro piano, quello del confronto militare. La promessa di Giordano e dei *fili Angerii* di non costruire castelli nella località *Forma*, impegnandosi anzi a distruggerli con l'aiuto del monastero, è implicitamente valida anche per la Trinità. In altre parole la linea di confine fra Nocera e i domini di Salerno, che comprendevano Cava, era militarmente sguarnita. Anche se l'autorità ducale continuava a esservi presente, lo spazio definito attorno al monastero serviva allora a compensare la pressione reciproca del duca e dei Nocerini. Siamo dunque all'esito della costruzione su più livelli di un nuovo equilibrio fra due poteri che si ritirano da un conflitto e scelgono di formalizzare il loro accordo senza impegnarsi reciprocamente l'un l'altro, ma appoggiandosi alla mediazione del monastero. Ciò spiega tutte le ambiguità che emergono quando si voglia definire chiaramente la natura dell'accordo. L'area che possiamo definire cavense, pur ricadendo sotto il dominio ducale, era infatti caratterizzata da due vuoti, che però avevano conseguenze diverse per il monastero. La rinuncia a una presenza patrimoniale da parte di duchi e Capuani favoriva la Trinità, che arricchiva la sua dotazione fondiaria. L'accordo fra le parti aveva inoltre riverberi più ampi, perché i signori di Nocera si impegnavano a non ostacolare l'espansione cavense fino a Sarno e a Nocera e i duchi favorivano l'acquisizione di S. Nicola di Gallocanta. Ma la creazione della zona franca, priva di fortezze a protezione del confine, esponeva direttamente la Trinità al rischio di attacchi, anche da parte di altre forze in gioco.

L'eventualità dovette verificarsi subito dopo, come sappiamo da un documento del 1114 con il quale Ruggero di Sanseverino poneva fine a una stagione di violenze ai danni delle proprietà monastiche da parte di suoi uomini. Ruggero era uno dei signori normanni di più antico ed esteso radicamento nel Salernitano, con un dominio diviso in due grandi blocchi, uno in Cilento, l'altro a nord di Salerno. Le *Vitae* dei primi quattro abati di Cava narrano che Ruggero, uno dei pochi laici citati nel testo, si era ripetutamente prodotto in attacchi e usurpazioni delle terre cavensi in Cilento, prima che una punizione divina lo inducesse a rivedere radicalmente il suo atteggiamento, per terminare la sua vita come monaco cavense³⁷. Il tenore del documento del 1114 è diverso, rispetto a quello di Giordano di Nocera del 1111. La formula di giuramento che impegna Giordano è solenne ed esplicita, nel regolare le conseguenze di un mancato rispetto dei patti, che hanno il fine di regolare un assetto appena definito. Nel 1114 lo sguardo è rivolto al recente passato e l'accordo ha come fine il termine di usurpazioni e violenze non relegate sullo sfondo, ma rievocate nei particolari: si dice che gli uomini del signore erano penetrati fino a S. Adiutore e avevano attaccato anche il casale, posto nelle immediate vicinanze del monastero, sottraendo ai dipendenti di Cava maiali e altri beni mobili³⁸. L'impegno preso da Ruggero per il futuro era

però piuttosto indefinito: egli avrebbe protetto i beni monastici da ulteriori usurpazioni e avrebbe impedito che il monastero potesse perdere il casale e il castello (il rischio non era quindi limitato a qualche maiale); nessun ricorso alla giustizia signorile era previsto per i trasgressori e nessuna penale, né per gli *homines* di Ruggero, né per lui stesso.

Nella crisi che seguì la morte del duca Ruggero il patto stipulato con Giordano di Capua e l'accordo con Ruggero di Sanseverino (seguito dopo due anni da un'altra, analoga intesa con il conte del Principato, nella parte meridionale del Salernitano³⁹) mostrano la capacità del monastero di trovare una misura nei rapporti con i poteri laici pur in assenza di un'efficace autorità di riferimento, cogliendo anzi l'occasione per un incremento del proprio patrimonio e della propria influenza. Il confronto fra monastero e signorie laiche non si svolgeva su un terreno militare, ma si fondava sulla posizione della Trinità come riferimento centrale del sistema politico. Del resto, per quanto il silenzio delle fonti debba essere interpretato con grande cautela⁴⁰, pare probabile che Cava abbia iniziato a dotarsi solo in seguito di un'effettiva capacità di difesa e di controllo militare delle proprie terre.

In particolare a partire dagli anni quaranta, dopo la fondazione del regno normanno (quando Nocera e Salerno entrarono a far parte di un ambito politico unitario e la valle di Cava perse la sua posizione di frontiera), lo spazio definito attorno al monastero inizia lentamente a mostrare connotati signorili, con strutture difensive e prerogative militari dell'abbazia. Per altro la signoria monastica non assunse forma compiutamente territoriale fino almeno al termine del XII secolo: gli uomini del monastero risiedevano fianco a fianco con altri, che non avevano con esso alcuna forma di compromissione⁴¹. La nascita di un dominio signorile (la *terra cavensis*, secondo la definizione dei documenti del XIII secolo⁴²) non era certo iscritta nelle intese, il cui contesto abbiamo cercato di definire.

Figure



Fig. 1 I confini della "Terra Cavensis" nel 1111.

Note

* Abbreviazioni:

AC: Archivio della Badia di Cava de' Tirreni (Salerno).

CDC: *Codex Diplomaticus Cavensis*; I, a cura di M. Morcaldi, M. Schiani e S. De Stefano, Napoli 1873; II-VIII, a cura degli stessi, Milano-Pisa-Napoli 1875-1893; IX, a cura di S. Leone e G. Vitolo, Badia di Cava 1984; X, a cura degli stessi, Badia di Cava 1990.

¹ Sulla storia di Cava e le sue relazioni con i poteri laici cfr. soprattutto G. Vitolo, *Insedimenti cavensi in Puglia*, Galatina (Lecce) 1984; G. A. Loud, *The Abbey of Cava, its Property and Benefactors in the Norman Era*, in *Anglo-Norman Studies*, IX. Proceedings of the Battle Conference, 1986, a cura di R. Allen Brown, Woodbridge-Totowa 1987, pp. 143-177; ristampa in G. A. Loud, *Conquerors and Churchmen in Norman Italy*, Brookfield USA-Singapore-Sidney 1999. Il quadro brevemente delineato si basa tuttavia soprattutto su V. Loré, *Mutamenti politici ed espansione monastica. La Trinità di Cava nei suoi rapporti con i sovrani longobardi e normanni e con l'aristocrazia territoriale. Secoli XI-XII*, tesi di dottorato in Storia Medievale, XI ciclo, Università degli Studi di Firenze, 2002, di cui si prepara la pubblicazione.

² Che la Trinità avesse rapporti sia con i duchi sia con signori a loro ostili è notato già da Vitolo, *Insedimenti cavensi* cit., pp. 9 sgg. Per la portata politica di quest'ambivalenza cfr. Loré, *Mutamenti politici ed espansione monastica* cit., soprattutto il capitolo II, *Il rapporto con i duchi e l'espansione in Puglia*.

³ Per l'origine del dominio capuano su Nocera cfr. G. A. Loud, *A calendar of the diplomas of the Norman princes of Capua*, in «Papers of the British School at Rome», 49 (1981), pp. 115 e nota 73 (ristampa in Loud, *Conquerors and Churchmen* cit.).

⁴ Loré, *Mutamenti politici ed espansione monastica* cit., capitoli II, *Il rapporto con i duchi e l'espansione in Puglia* e IX, *La signoria cavense*.

⁵ B. Figliuolo, *Gli Amalfitani a Cetara: vicende patrimoniali e attività economiche (secc. X-XI)*, in «Annali dell'Istituto Italiano per gli Studi Storici», 6 (1979-1980), pp. 31-82.

⁶ La via oggi abitualmente percorsa, che segue la linea di costa e conduce da Cava a Salerno passando per Vietri, fu infatti aperta solo nel XVI secolo. Cfr. L. Mattei-Cerasoli, commento a *Vitae quatuor priorum abbatum cavensium*, a cura dello stesso, Bologna 1941 (*Rerum Italicarum Scriptores*, tomo VI, parte V), p. 7, nota 3. Ulteriori e dettagliate indicazioni sulle viabilità medievale fra Nocera e Salerno, attraverso la valle di Cava, in P. Cherubini, *Le pergamene di San Nicola di Gallucanta (secc. IX-XII)*, Altavilla Silentina (Salerno) 1990, pp. 21-23.

⁷ AC, XVI, 99. Del seguito fanno parte il cappellano Giovanni e Giovanni detto *Fiscenaru*, visconte.

⁸ AC, XVII, 114.

⁹ Cfr. oltre, nota 19 e testo corrispondente.

¹⁰ *Codice Diplomatico Amalfitano*, a cura di R. Filangieri di Candida, 2 voll., Napoli 1917-1951, I, n. 83.

¹¹ Cfr. tavola genealogica della famiglia, con riferimenti documentari, in H. Taviani-Carozzi, *La principauté lombarde de Salerne (IXe-XIe siècle). Pouvoir et société en Italie lombarde méridionale*, 2 voll., Roma 1991, p. 1161.

¹² Sul monastero di S. Nicola di Gallocanta e la famiglia dei proprietari cfr. G. Vitolo, *La latinizzazione dei monasteri italo-greci del Mezzogiorno medievale. L'esempio di San Nicola di Gallocanta presso Salerno*, in «Benedictina», 29 (1982), pp. 437-460, poi in S. Leone, G. Vitolo, *Minima Cavensis. Studi in margine al IX volume del Codex Diplomaticus Cavensis*, Salerno 1983, pp. 75-92, e Cherubini, *Gallucanta* cit..

¹³ CDC, VII, n. 1075 (1047) = Cherubini, *Gallucanta* cit., n. 66. Il nome non ha altre ricorrenze nell'aristocrazia salernitana.

¹⁴ I nomi guida della famiglia erano appunto Lamberto e Adelberto. Vedi la tavola genealogica in Vitolo, *La latinizzazione* cit., p. 91: si contano quattro personaggi di nome Lamberto, a partire dal capostipite, morto entro il 996. A parte la famiglia di S. Nicola, nel complesso dell'aristocrazia dei conti salernitani, dalla fine del X secolo al primo decennio del XII, portano il nome Lamberto sei o forse cinque personaggi: un gastaldo (inserto senza data in CDC, III, n. 461, a. 993); un defunto conte Lamberto, padre di Giovanni conte di palazzo (CDC, II, n. 328, a. 980; probabilmente il Lamberto in questione non è, come vorrebbe Cherubini, *Gallucanta*, p. 27, da identificare con il capostipite dei proprietari di S. Nicola, che non risulta portasse il titolo di conte); un conte Lamberto del fu Alferio conte (CDC, VIII, n. 1266, a. 1058); un defunto conte Lamberto, nonno di Giovanni

conte del fu Giovanni conte (CDC, X, n. 8, a. 1065); un defunto conte Lamberto padre di Miranda (CDC, VIII, n. 1380, a. 1064); un defunto conte Lamberto padre di Pietro (CDC, VIII, n. 1310, a. 1060). È possibile che le ultime due attestazioni si riferiscano a un medesimo personaggio. Qualche sintetica considerazione sull'onomastica delle famiglie comitali salernitane di età longobarda, fra 980 e 1060, in Taviani-Carozzi, *La principauté* cit., nota 152 a p. 753: i nomi più frequenti sono Giovanni (22), Pietro (25) e quelli con prefisso in «Land-» (42 attestazioni). Cfr. gli elenchi dei conti in attività sotto la seconda dinastia in V. Loré, *L'aristocrazia salernitana nell'XI secolo*, in *Salerno nel XII secolo. Istituzioni, società, cultura*. Atti del Congresso Internazionale, Raito di Vietri sul Mare (Salerno), 16-20 giugno 1999, a cura di P. Delogu e P. Peduto, Salerno 2004, note 13-15, 188 e in [06/06]: <<http://fermi.univr.it/RM/biblioteca/scaffale/l.htm#Vito%20Lore>>.

¹⁵ Il nostro Lamberto sarebbe da identificare con un Lamberto (III), figlio di Adelberto (II) e nipote di Lamberto (II) e Urania comitissa. Cfr. la tavola genealogica in Vitolo, *La latinizzazione* cit., p. 91. Urania, moglie di Angerio, potrebbe essere una sorella, altrimenti ignota, di Lamberto.

¹⁶ Il castello doveva avere una proiezione minima sul territorio. L'unica attestazione a me nota di un residente è per questo periodo AC, XV, 89 (1093), dov'è menzionato un Rainaldo di S. Adiutore. Era del resto un carattere comune ad altri castelli in quest'area: cfr. G. Vitolo, *Da Apudmontem a Roccapiemonte. Il castrum come elemento di organizzazione territoriale*, in «Rassegna Storica Salernitana», n. s., 3 (1986), 2, p. 138.

¹⁷ In un documento del 1104 Diletta, figlia del fu Troisio di Rota e nipote di Angerio normanno, effettua in favore di Cava la donazione di un terreno in località Malloni, presso Nocera (AC, D, 43). Il documento è però falso per C. Carlone, *Falsificazioni e falsari cavensi e verginiani del secolo XIII*, Altavilla Silentina (Salerno) 1984, pp. 32-33.

¹⁸ Sull'aristocrazia di origine longobarda a Salerno in età normanna (con alcune indicazioni riguardo alla fusione con elementi di origine amalfitana), vedi E. Cuozzo, *Normanni. Nobiltà e cavalleria*, Salerno 1995, pp. 124-144 e Id., *Salerno e la ribellione contro re Guglielmo d'Altavilla nel 1160/62. La versione delle fonti narrative e la testimonianza di quelle documentarie*, in *Civiltà del Mezzogiorno d'Italia. Libro, scrittura, documento in età normanno-sveva*. Atti del Convegno dell'Associazione Italiana dei Paleografi e Diplomatisti, Napoli-Badia di Cava dei Tirreni, 14-18 ottobre 1991, a cura di F. D'Oria, Salerno 1994, pp. 29-40 (poi, con lievi modifiche, in Cuozzo, *Normanni. Nobiltà e cavalleria* cit., pp. 144-163); Loré, *L'aristocrazia* cit., p. 78.

¹⁹ AC, XVIII, 27: «per iussionem domni mei Iordani filii quondam Iordani Capue principis».

²⁰ *Annales Cavenses*, in *MGH, Scriptores*, III, Hannover 1839, pp. 185-197, *sub anno*. Sulla definizione di solido «schifato» impiegata dagli *Annales* cfr. da ultimi J.-M. Martin, *La Pouille du VIe au XIIe siècle*, Roma 1993, p. 450; L. Travaini, *La monetazione nell'Italia normanna*, Roma 1995, p. 10.

²¹ In una carta senza data (AC, E, 16, edito in L. von Heinemann, *Normannische Herzogs- und Königsurkunden aus Unteritalien und Sicilien*, Tübingen 1899, n. 11, pp. 20-21), successiva di pochi mesi alla morte del duca Ruggero, suo figlio Guglielmo, ancora privo del titolo ducale, e la duchessa Ala confermavano a Cava la cessione operata dal padre del castrum di S. Adiutore. Il documento di Guglielmo è sospetto, a causa della mancanza di sottoscrizioni, di datazione topica e cronica e della sua forma estremamente sintetica. Solo in parte queste stranezze potrebbero essere spiegate dal carattere privato, non pubblico, del documento. Inoltre la concessione di Ruggero, cui si fa riferimento, è definita contraddittoriamente come *preceptum* e come *oblacionem*: quest'ultimo è termine usato solitamente per le donazioni signorili, ma non conveniente a un *preceptum*, che è una concessione espressa in forma pubblica: «confirmamus [Guglielmo e Ala]... in eodem monasterio oblacionem quam ipse suprascriptus domnus noster dux [Ruggero] fecit... qualiter continetur preceptum quod exinde fieri fecit». La *oblatio* cui si fa riferimento è probabilmente AC, E, 18, del febbraio 1111 (edito in Heinemann, *Normannische Herzogs- und Königsurkunden* cit., n. 10, pp. 19-20). Il documento si presenta infatti come una donazione privata di Ruggero duca alla Trinità; si prevede anche una penale, assente nelle concessioni sovrane, di 5000 solidi in caso di mancato rispetto dell'impegno da parte ducale. Tuttavia l'eventuale penale dovrà essere corrisposta da parte del duca e della *res publica*. Errato è il riferimento al venticinquesimo anno di ducato, anziché al ventiseiesimo (Cfr. S. Leone, *Diplomata tabularii cavensis*, manoscritto conservato presso AC. Nella trascrizione citata di Heinemann si riporta erroneamente «vicesimo sexto» anziché «vicesimo sec(un)do»). È vero però che è definita *oblatio* anche la cessione del porto di Fonti da parte del duca Guglielmo alla Trinità (AC, F, 2, a. 1117, edito in Heinemann, *Normannische Herzogs- und Königsurkunden* cit., n. 15, pp. 27-28), compensata infatti da un pagamento di 1500 solidi.

²² AC, XIX, 85 (1113), XX, 5 (1114), 20 (1115) ecc.

²³ AC, E, 19, parzialmente edito in Heinemann, *Normannische Herzogs- und Königsurkunden* cit., n 12, pp. 21-24. Il giudizio di falsità fu espresso da Simeone Leone, *Diplomata Tabularii Cavensis* cit. e riportato da Carlone, *Falsificazioni e falsari* cit., nota 16 alle pp. 10-11. Leone dubitava dell'autenticità del documento a causa del sigillo, staccato probabilmente da altro diploma e apposto in seguito al nostro. Ma il diploma non pare mostrare altre anomalie, né paleografiche né diplomatistiche.

²⁴ Le proprietà pubbliche comprese in quell'area dovevano del resto già essere ridotte a poca cosa, a causa delle numerose concessioni operate in favore di propri fedeli dai principi longobardi. Cfr. Taviani-Carozzi, *La principauté* cit., pp. 1131-1151, *passim*.

²⁵ Le ultime concessioni ducali a privati relative al territorio di Cava sono AC, D, 40 (1103); E, 11 (1109).

²⁶ Per una sommaria ricostruzione del confine (molti toponimi risultano impossibili da identificare) cfr. la cartina qui in allegato. Ringrazio Francesco Loré per l'elaborazione grafica.

²⁷ AC, E, 20.

²⁸ Vedi in proposito i documenti editi in Cherubini, *Gallucanta*, dopo quella data. Ricostruzione dettagliata del passaggio di S. Nicola alla Trinità, con interpretazione diversa, in V. Ramseyer, *The Transformation of a Religious Landscape. Medieval Southern Italy, 850-1150*, Ithaca and London 2006, pp. 178-181. In particolare non trovo sufficientemente motivata l'idea che dei due rami della famiglia uno fosse favorevole, l'altro contrario all'acquisizione di S. Nicola da parte cavense.

²⁹ AC, E, 21 (1111).

³⁰ Per la posizione del monastero cfr. CDC, X, p. 91.

³¹ AC, XVII, 114 (1104). Cfr. *supra*.

³² Per quanto riguarda la grande disponibilità di moneta da parte della Trinità, con alcuni esempi relativi ai rapporti con l'aristocrazia e i duchi, cfr. G. A. Loud, *Coinage, Wealth and Plunder in the Age of Robert Guiscard*, in «The English Historical Review», 458 (settembre 1999), pp. 838-842 e Idem, *L'attività economica dei monasteri nel principato di Salerno durante il XII secolo*, in *Salerno nel XII secolo* cit., pp. 322-326.

³³ Per il tentativo di interpretazione qui proposto sono state tenute presenti indicazioni in A. Torre, *La produzione storica dei luoghi*, in «Quaderni Storici», 110 (2002), in particolare alle pp. 443, 453 sgg.

³⁴ AC, E, 18, edito in Heinemann, *Normannische Herzogs- und Königsurkunden* cit., n. 10, pp. 19-20. Cfr. *supra*, nota 21.

³⁵ Sull'epoca di produzione della maggior parte dei falsi cavensi (nei decenni centrali del Duecento) e sul loro contesto cfr. Carlone, *Falsificazioni e falsari* cit., pp. 23-52.

³⁶ Indicazioni sulle circoscrizioni pubbliche prossime a Salerno in età longobarda in Taviani-Carozzi, *La principauté* cit., pp. 497-500 e in M. Pucci, *Il territorio rurale*, in *Salerno nel XII secolo* cit., pp. 278-280.

³⁷ *Vitae* cit., pp. 20-21.

³⁸ AC, E, 33.

³⁹ AC, E, 47, edito da Loud, *The Abbey of Cava* cit., pp. 146-147.

⁴⁰ P. Cammarosano, *Cronologia della signoria rurale e cronologia delle istituzioni comunali cittadine in Italia: una nota*, in *La signoria rurale nel medioevo italiano*, a cura di A. Spiccianni e C. Violante, Pisa 1997-1998, I, pp. 11-17.

⁴¹ La prima attestazione di una porta del casale di Cava, che possiamo quindi presumere cinto da mura, in AC, XXV, 76, a. 1143: cfr. Pucci, *Il territorio rurale* cit., nota 51. Le prime attestazioni a me note del controllo militare di S. Adiutore da parte della Trinità sono invece rispettivamente in AC, XLII, 90 (1191), XLIII, 74 (1193). Per il carattere puntiforme della signoria cavense nel territorio circostante il monastero cfr. Loré, *Mutamenti politici ed espansione monastica* cit., capitolo IX, *La signoria cavense*, in riferimento, oltre che alle prerogative militari, all'esercizio della giustizia. Per un paragone con l'area toscana cfr. S. M. Collavini, *Il "servaggio" in Toscana nel XII e XIII secolo: alcuni sondaggi nella documentazione diplomatica*, in *La servitude dans les pays de la Méditerranée occidentale chrétienne au XIIe siècle et au-delà: déclinante ou renouvelée?* Actes de la table ronde de Rome, 8 et 9 octobre 1999, in «Mélanges de l'École Française de Rome - Moyen Âge», 112 (2000), in particolare p. 797.

⁴² La definizione si trova nel falso diploma federiciano per Cava del 1221 (AC, M, 16), edito in J.-L. A. Huillard-Bréholles, *Historia Diplomatica Friderici secundi*, 12 voll., Paris 1859-1861, II/1, pp. 119-122. Per la falsità del documento cfr. Carlone, *Falsificazioni e falsari* cit., nota 133 a p. 38.

Spazio politico e confini nella scienza giuridica del tardo medioevo

di Paolo Marchetti

1. La nozione di confine politico: alcune precisazioni preliminari.

L'idea politico-giuridica di frontiera lineare, intesa come unica forma di manifestazione di un confine, è relativamente recente¹. Essa si impone, come pratica generalizzata, nel corso del XIX secolo. Da una parte il fenomeno asseconda spinte già in atto (politica fiscale, esigenze di carattere difensivo, organizzazione degli apparati di giustizia), dall'altra però è il frutto di nuove sollecitazioni che in questo secolo trovano la loro piena realizzazione (costruzione degli stati nazionali, riduzione della complessità ordinamentale delle formazioni politiche di antico regime a vantaggio dell'ordinamento statale destinato a divenire l'unico ordinamento vigente²).

Da questo momento in poi separare l'interno dall'esterno, stabilire ciò che sta dentro e ciò che sta fuori uno spazio determinato non è un'operazione difficile da compiere, anche se margini di incertezza sono destinati a permanere in alcuni casi, ma come dato assolutamente residuale. In fondo, come scrive Giorgio Lombardi, è il rivoluzionario principio di uguaglianza, proclamato sul piano giuridico e politico, che impedisce l'esistenza di statuti differenziati (individuali o collettivi che siano). In questo senso tutti i cittadini di uno stato debbono essere governati dalle stesse leggi le quali attribuiranno a ciascuno gli stessi diritti e gli stessi doveri. Margini di incertezza e confusione non possono essere tollerati³.

La generalizzazione del confine politico lineare che gli stati europei estendono anche ai loro territori coloniali, giungendo così a una universalizzazione della prassi, rende superfluo qualsiasi approfondimento sul piano giuridico della nozione di confine. Esso non sarà nient'altro che il limite del territorio e della sovranità di uno stato.

Se sul piano del discorso giuridico la nozione di confine lineare riduce gli spazi di riflessione sul tema specifico delle limitazioni territoriali, in altri ambiti del sapere essa viene fortemente criticata.

Friedrich Ratzel (tra i primi ad apprezzare la valenza politica e antropologica della scienza geografica) alla fine del XIX secolo metteva in discussione la possibilità che i confini (sia sul piano naturale sia su quello delle organizzazioni politiche) potessero consistere in semplici linee. I confini erano piuttosto zone, destinati peraltro a un incessante spostamento, spinti da forze difficilmente contenibili. Anche il discorso di Ratzel, per quanto fondato sul piano dell'osservazione naturale, assumeva una forte carica ideologica. Esso infatti legittimava le rivendicazioni espansionistiche di alcuni stati (forti) a discapito di stati confinanti (deboli) destinati in maniera quasi ineluttabile a essere assorbiti dai primi⁴. D'altra parte, nello stesso periodo anche se in contesto differente, l'idea della frontiera mobile era stata sviluppata da F. J. Turner il quale sul paradigma della frontiera aveva ricostruito le vicende della formazione degli Stati Uniti d'America⁵.

Le affermazioni di Ratzel trovarono nelle varie scuole europee un discreto seguito, anche se spesso ne furono criticate le immediate trasposizioni sul piano dell'osservazione politica⁶. Lo sviluppo fattone da Karl Haushofer e dalla geopolitica nazista (con il suo corollario dello spazio vitale del Reich)⁷ ne decretarono però un declino inevitabile⁸. Le idee di Ratzel, comunque, nonostante il discredito in cui caddero all'indomani del secondo conflitto mondiale, non avevano mancato di influenzare il settore degli studi storici.

Il ricercare l'origine degli stati nazionali a ritroso nel tempo aveva portato molti storici (sulla spinta di impostazioni permeate da influenze idealiste e positiviste) a porre in linea di continuità le formazioni politiche dell'antichità con quelle contemporanee (con tutti i corollari della loro epifania, tra i quali appunto l'aspirazione alla definizione territoriale delle frontiere)⁹. Con una buona dose di anacronismo anche l'idea di ben definiti confini lineari era sembrata utile, da questo punto di vista, per seguire i processi di progressivo accorpamento territoriale che nei tempi della storia si era prodotto¹⁰. Al contrario, il suggerimento di Ratzel di considerare la linearizzazione delle frontiere come semplice operazione umana che si sovrapponeva a un substrato naturale non facilmente discernibile era un primo contributo utile a negare l'immodificabilità storica della pratica della determinazione lineare dei confini. D'altra parte, un'osservazione più attenta delle realtà politico-territoriali d'antico regime non poteva che portare a concludere che l'ossessione di chiudere lo spazio politico in impenetrabili linee di separazione doveva essere considerato un imperativo acquisito in un'epoca relativamente recente.

L'esigenza di marcare un'area di appartenenza costitutiva dell'identità di un gruppo sembra essere comunque una costante nello sviluppo storico delle civiltà¹¹. Il mito fondativo di Roma avviene proprio attraverso il tracciato di un solco che trae dall'indeterminazione uno spazio per costituirlo, appunto, come spazio di identità. Ed è proprio sul valore solenne della definizione di un confine che si consuma l'evento tragico della fondazione dell'*Urbs*. Neanche

i fratelli, da questo punto di vista, possono prendersi gioco dei confini. Per il mondo latino la traccia del vomere è il solco originario, primigenio, che individua lo spazio cittadino e separa l'interno dall'esterno, la città dalla campagna, l'ordine dal disordine¹². Il tracciare un confine non significa solo individuare un perimetro da difendere, ma anche uno spazio normativo. Émile Benveniste ha messo in evidenza come la parola *rex* sia legata, in qualche modo, all'espressione *regere fines*. Il re è colui che stabilisce ciò che è giusto, ciò che è retto, in contrapposizione a ciò che rinnega l'ordine e minaccia di ricondurre il *nomos* nel *caos*¹³.

Detto questo, però, bisogna riconoscere che forse non si è sempre riflettuto a sufficienza sul senso e sul valore di questa demarcazione, sul ruolo polifunzionale che un qualsiasi confine (anche un confine non territoriale) può assumere¹⁴.

2. *I confini delle formazioni politiche tardo medievali*

Molti storici si sono chiesti, nel corso del Novecento, se sia possibile parlare di confini politici determinati durante il corso del medioevo¹⁵. Il negare l'esistenza è una conclusione connessa da una parte all'organizzazione del potere di tipo signorile-feudale, fatto che rendeva le frontiere decisamente instabili (essendo l'appartenenza territoriale un dato riferibile più a legami di tipo personale che non a una rivendicazione di sovranità), dall'altro alle insufficienze della scienza cartografica incapace di rappresentare con una certa precisione grandi aggregati territoriali, per lo meno sino al passaggio tra XVII e XVIII secolo. Per lungo tempo le carte geografiche sembrano rispondere più a criteri estetici e a intenti decorativi che non a precise esigenze descrittive¹⁶.

A queste considerazioni si è opposto, però, il fatto che le molteplici contestazioni di confine presenti negli archivi sono la prova più evidente di come le popolazioni percepiscono assai precocemente l'esistenza di linee di separazione tra differenti comunità. D'altra parte lo stesso sviluppo di precise politiche fiscali, giurisdizionali e di difesa sembrano imporre già nel tardo medioevo una determinazione abbastanza precisa degli ambiti territoriali appartenenti a ogni sovrano o signore.

In un saggio pubblicato qualche anno fa Daniel Nordman, a conclusione di un lungo percorso di ricerca, ha messo in evidenza come, per ciò che riguarda la Francia (una delle realtà politiche più studiate da questo punto di vista), non sia possibile ricostruire un processo di linearizzazione delle frontiere come processo continuo e progressivo. Sino a buona parte dell'epoca moderna le aree di confine del regno rispondono a criteri di separazione territoriale, rispetto ai possedimenti di altri potentati, che se non rifuggono in via di principio al carattere della esatta determinazione, non fanno di questo criterio una regola¹⁷.

Lo stesso discorso sviluppato da Nordman per la Francia potrebbe essere riferito alle altre formazioni politiche europee. Anche a quelle dotate di una minore estensione territoriale. Da questo punto di vista, poi, non può essere

trascurato il fatto che la stessa articolazione dello spazio politico in antico regime presuppone l'esistenza di ulteriori separazioni territoriali legate, evidentemente, all'esercizio di prerogative e poteri non ancora concentrati in un'unica istanza decisionale.

In fondo il fatto che un confine non sia necessariamente lineare non significa affatto che esso non esista. Si tratterà piuttosto di un confine complesso o difficile da determinare, ma non per questo del tutto evanescente.

3. *I fines publici nella scienza giuridica medievale*

Il ragionamento articolato dalla scienza giuridica tardo medievale sui confini sembra dimostrare che le regole per la determinazione di una limitazione territoriale sono enunciabili anche indipendentemente dalle acquisizioni di una scienza cartografica capace di descrivere con chiarezza l'estensione e la consistenza dei territori. E, d'altra parte, se si volesse rintracciare l'origine storica di un discorso sui confini politici (che forse sarebbe meglio definire *fines publici* come veniva fatto nella trattatistica dell'epoca) bisognerebbe andarlo a cercare nelle pagine dei giuristi. Un discorso sicuramente intricato e complesso (come alle volte erano gli stessi confini), ben lontano dalla semplice definizione del confine inteso come linea di separazione della sovranità territoriale di due stati, ma che sembra indispensabile affrontare per non cadere nella facile suggestione di considerare il gesto che traccia linee di separazione tra territori come una sorta di dato "naturalistico" e astorico, una pratica conaturata a ogni attività di appropriazione del suolo da parte di una comunità di individui.

Quando un giurista, nei secoli a cavallo tra medioevo ed età moderna, si chiede che cosa sia un confine territoriale non ha dubbi nel rispondere che si tratta di un elemento di divisione dello spazio. Ma, nel momento in cui deve descriverne le forme di manifestazione, avverte come solo in alcuni casi esso possa essere considerato nella sua dimensione lineare: assai spesso, infatti, un confine è un elemento del paesaggio terrestre dotato di una sua consistenza. Fiumi, laghi, mari, montagne, boschi e città possono, alle volte, essere considerati come altrettanti modi in cui un confine si materializza¹⁸. In questo contesto si può ben operare una distinzione tra confini naturali e artificiali, ma tenendo ben presente che la definizione di "confine naturale" non sta ancora a indicare, come avverrà dalla fine del XVIII secolo in poi, un limite assegnato provvidenzialmente dalla natura a un popolo quale misura delle sue aspirazioni territoriali, quanto piuttosto un elemento fisico dotato di una maggiore visibilità e stabilità rispetto a una qualsiasi opera posta in essere dall'uomo¹⁹. In altre parole la dimensione zonale di un confine non sembra inquietare troppo la scienza giuridica dell'epoca. Semmai è la vita che nei confini si manifesta che appare renderli alle volte minacciosi. Nelle zone poste al limite della possibilità di controllo del potere centrale si addensano infatti quegli elementi di perturbazione dell'ordine della *civitas* che sono capaci di sopravvivere come minaccia incombente. Come sostiene Bronislaw Geremek spesso gli emargi-

nati (coloro che appunto si trovavano ai margini), durante il medioevo, vivono in una “zona di confine”, tra città e campagna, tra lavoro e delinquenza, tra libero vagabondaggio e stabilizzazione corporativa²⁰.

Il confine, da questo punto di vista, è un vero e proprio spazio d'esistenza all'interno del quale vigono regole alle volte differenti da quelle dettate per il resto dei territori. E così, scrive Felino Sandei giurista della seconda metà del XV secolo, se in un atto normativo «fit mentio de habitantibus in certa regione vel provincia non comprehenduntur habitantibus in confinibus». Poi, quasi a voler sottolineare la natura ibrida e inquietante delle zone di confine inizia a parlare, con uno scarto che solo freudianamente potrebbe essere inteso, della capacità contrattuale degli ermafroditi, i quali nella loro identità indefinita riassumono le caratteristiche di entrambi i sessi pur non potendo essere interamente inseriti in alcuno di essi²¹.

Questa percezione della natura zonale dei confini politici da parte della scienza giuridica non deve però trarre in inganno. L'ammettere la possibilità che un confine sia dotato di una sua consistente dimensione spaziale non significa negarne la capacità di discernimento. Ciò di cui il giurista sembra consapevole è il fatto che i confini sono spesso il frutto di progressivi compromessi esistenziali tra popolazioni che vivono ai margini dei territori. La vita della montagna, del fiume, del bosco determina tracciati di separazione che spesso hanno poco a che vedere con astratti criteri di divisione territoriale. Ma al di là di questa osservazione c'è la convinzione che i confini sono anche zone di forte tensione politica e sociale. Ed è per questo che regole precise debbono essere dettate nel momento in cui contestazioni territoriali, di qualsiasi genere, rischiano di trasformare la tensione in conflitto. Ogni volta che la necessità lo richieda (ma senza l'ossessione della moderna geografia politica) un tracciato di confine può essere individuato valutando la fondatezza delle pretese dei contendenti.

Se c'è una cosa che colpisce addentrandosi nell'analisi delle regole esposte dai giuristi per la determinazione dei confini è l'assenza di ogni discrimine tra quelli che oggi definiremmo confini “interni” ed “esterni”. Il valore dei principi esposti, in altre parole, è comune a realtà territoriali dotate di una differente consistenza: un regno, un feudo, una città, una diocesi o una parrocchia, ad esempio, nel momento in cui vorranno determinare con precisione il tracciato di una linea di confine dovranno basare le loro pretese su di un complesso di argomenti sostanzialmente analoghi. Ogni confine “pubblico”, in fondo, assume un valore in ragione del grado di *iurisdictio* che tende, nel medesimo momento, a limitare ed evocare. Lo spazio politico medievale è percorso da una trama fitta di confini che, nell'insorgenza di un conflitto, il giurista è chiamato a descrivere nella maniera più precisa possibile. A parte il caso in cui l'uso della forza non sia in grado, di per sé, di porre fine al dissidio.

La memoria che la storia ci ha consegnato è continuamente percorsa da contese di confine sorte tra piccole comunità o vasti aggregati territoriali, ma, in maniera non differente, è possibile documentare l'esistenza di confini incontestati che resistono fortemente alla linearità, costruiti meno sulla base

di precise rivendicazioni politiche che non da abitudini e comportamenti sedimentati lentamente nel tempo (e, più tardi, i sovrani di queste terre se ne accorgeranno quando pretenderanno di separare in maniera inequivoca gli spazi della loro supremazia). Allo stesso modo non può essere trascurata l'esistenza di comunità che, nell'incertezza di una precisa demarcazione territoriale, riescono a mantenere, giocandola a loro vantaggio, una sostanziale ambiguità in relazione alla propria appartenenza politica, così come è possibile rinvenire confini bizzarri che entrano dentro le città assegnando a differenti signori la loro giurisdizione²².

Accertarsi della complessità dei modi di manifestazione di un confine non significa quindi dichiararne l'inesistenza. Al contrario, il carattere della determinabilità è un dato insito in ogni genere di separazione territoriale. E il ricorso alla *scientia iuris* rappresenterà, per lungo tempo, l'espedito migliore per sostenere la fondatezza delle proprie pretese in caso di conflitto. L'analisi dei principi che i giuristi tra tardo medioevo ed epoca moderna posero alla base del loro discorso sui confini sembra essere, da questo punto di vista, non solo la maniera migliore per conoscere le modalità di composizione dei conflitti, ma anche un utile strumento per verificare, contestualmente, le forme di manifestazione e lo stesso valore di un tracciato di separazione territoriale.

A ben vedere, l'opera di edificazione di questo complesso di regole da parte dei giuristi avvenne in perfetta "solitudine". Privo di un dato testuale predefinito, poiché i libri di Giustiniano si interessano quasi esclusivamente dei confini dei privati²³, il *doctor iuris* dovrà, qui più che altrove, agire attraverso quel processo di interpretazione creativa tipico del suo operare. L'assenza di norme relative ai *fines publici* all'interno del *Corpus Iuris* non lo esime infatti dal ricercare proprio qui (oltre che, ben inteso, nelle fonti canonistiche) il fondamento della legittimità delle proprie *opiniones*. E in questo lavoro di edificazione, dotato dei caratteri della tecnicità del suo sapere, egli sarà in grado di utilizzare i *libri legales* per assecondare le dinamiche della società che lo circonda²⁴.

4. I confini e le regole della loro determinazione

Sul piano enunciativo una delle affermazioni che ricorrono con maggiore costanza nelle pagine dei giuristi che si interessarono di confini è il principio della immodificabilità dei *fines publici*. E questo non solo nell'immediatezza di un'usurpazione territoriale, ma anche quando sia passato quel lasso di tempo che, nel caso di questioni sorte *inter particulares*, cioè tra privati, permetterebbe un'acquisizione di nuovo terreno giuridicamente fondata. «*Fines publici* – scrivono i *doctores* – *praescribi non possunt*»²⁵. La perentorietà di questa affermazione però, come spesso accade nel modello argomentativo dei giuristi di diritto comune, non esclude la possibilità che attraverso una serie di precisazioni si possa giungere a soluzioni più articolate e più aderenti alla complessità del reale. Il principio dell'imodificabilità (imprescrittibilità) dei *fines publici*, infatti, è operante solo quando i confini siano sicuri nel loro

tracciato originario; quando, al contrario, la memoria degli uomini non è più in grado di individuare un percorso certo sembra preferibile non alterare una situazione che, in qualche modo, essendosi consolidata nel tempo, mostra una sua capacità di durata²⁶.

Il discrimine della rinvenibilità dei segni del confine più risalente (perché un confine è «tanto più giusto quanto è più antico»²⁷) apre così la porta al discorso sulle forme di manifestazione di un confine e sulle modalità attraverso cui esso può essere provato in giudizio, rendendo inoltre possibile, per ciascuna tipologia confinaria, l'enunciazione di un complesso di regole che depotenzi i margini di conflittualità di ogni contestazione.

Nel passare in rassegna i modi attraverso i quali una linea di separazione territoriale può essere tracciata i giuristi non trascurano di considerare le normali pratiche di confinamento. Così alberi, fossati o pietre conficcate nel terreno possono essere considerate le forme più comuni attraverso cui materializzare una linea di confine. Perché questi segni siano però sottratti dal piano dell'insignificanza comunicativa è necessario che rechino delle caratteristiche che rendano esplicito ciò che vogliono manifestare. Così i tronchi degli alberi dovranno essere dotati di particolari incisioni e le pietre disposte in una certa maniera. Le modalità di significazione, riconoscono i giuristi, possono cambiare da paese a paese, ma in ogni caso sarà indispensabile che questi segni non possano essere confusi con altri e in particolare con quelli usati per confinare le proprietà dei privati. Un conto è infatti contendersi la proprietà di un terreno, altro un territorio su cui esercitare la propria giurisdizione²⁸.

Anche carte e documenti possono rivelarsi utili per indicare il passaggio di un confine²⁹. In fondo se la cartografia non è ancora in grado di descrivere con sufficiente approssimazione vasti spazi, a scala più ridotta gli strumenti non mancano. Già Bartolo da Sassoferrato in un suo celebre trattato, intitolato *De Fluminibus*, aveva esposto le regole giuridiche e le modalità tecniche che dovevano essere utilizzate per determinare il passaggio di un confine in presenza di un fiume³⁰. Oltretutto negli atti di concessione o negli accordi stipulati tra le parti (che costituiscono il principale argomento per legittimare ogni rivendicazione territoriale) sono alle volte indicati, anche se non sempre in maniera precisa, i limiti del territorio di ogni comunità o signore.

L'esercizio della *iurisdictio*, poi, è uno dei modi più convincenti per misurare l'estensione dei possedimenti di ciascuno. Milizie di confine, gabellieri, ma anche forme rituali d'esecuzione pubblica (roghi o forche che siano) servono per marcare i propri confini, e questo perché, come scrivono i giuristi, «*limites territorii sunt limites iurisdictionis*» e viceversa³¹.

Il vasto arsenale probatorio messo a disposizione dalle parti in conflitto per poter determinare con precisione la fondatezza delle proprie pretese si coniuga, nel ragionamento dei giuristi, con un'importante precisazione relativa ai principi generali che reggono l'*onus probandi* in tema di liti confinarie. La rigida predeterminazione del valore dimostrativo insito in ogni elemento di prova (connotato tipico del sistema di prova legale edificato dai *doctores* del diritto comune) sembra cedere spazio, quando la controversia riguardi

fines publici, alla necessità di non protrarre per troppo tempo conflitti che hanno una potenzialità degenerativa molto spiccata³². Queste contese, infatti, sono dotate di una rilevante capacità entropica, sia sul piano economico che su quello sociale. Il ricorso all'*arbitrium iudicis* e un generale allentamento delle regole del sistema di prova legale sembrano, da questo punto di vista, la strada migliore per accelerare i tempi del giudizio. In tema di confini, ripetono i giuristi, anche prove dotate di un minor grado di persuasione possono essere utilizzate per sostenere le proprie rivendicazioni.

Il segnalamento dei confini attraverso pratiche pubbliche che ne fissino il tracciato nel ricordo degli uomini (della propria comunità, non meno che di quella confinante) sono molto frequenti. Tali pratiche, in fondo, rinviano a una delle prove più convincenti del passaggio di un tracciato di separazione territoriale: la memoria degli abitanti del luogo.

In ogni contesa di confine documentata, le commissioni arbitrali o i magistrati che si recano sul posto per tentare di dirimere la controversia interrogano con pazienza il maggior numero di testimoni possibile. È attraverso il loro ricordo che è infatti possibile dare significato a una serie di segni e pratiche alle volte controverse.

Da questo punto di vista non è casuale il fatto che nella vasta panoplia dei mezzi probatori messi a disposizione dalla *scientia iuris* spicchi con evidenza del tutto particolare il richiamo alla prova per testimoni (assunta sia nella forma di singole deposizioni testimoniali, sia in una versione ancora più elaborata che chiama in causa la nozione di fatto notorio)³³. Quando commissioni arbitrali o giudici si recano sui posti per l'indispensabile *inspectio ocularis*, attraverso la voce degli abitanti del luogo viene dato spazio a una sorta di geografia "popolare" che narra gli usi, le abitudini consolidate, gli spostamenti e le pratiche esistenziali profondamente radicati nel territorio³⁴. In fondo è come se si chiedesse alla terra stessa quale forma abbia assunto nel lento fluire del tempo, quale spontaneo grado di composizione dei conflitti è inciso nella memoria di intere generazioni. Alle volte, quando lo scontro non ha motivazioni locali, quando non nasce cioè dalla litigiosità confinaria, ma dalle pretese di un potere politico non sempre consapevole delle dinamiche sociali che si articolano sul territorio, nella memoria delle comunità, pur nella consapevolezza di una differenza innegabile, è difficile rinvenire rigide e preclusive linee di separazione territoriale.

Un discorso a parte, ma che non si allontana di molto dalle considerazioni sin qui sviluppate, merita il tema dei confini naturali. Come ricordato poco fa bisogna attendere il declinare dell'epoca convenzionalmente definita moderna per veder attribuito al termine "naturale" un significato nuovo e connotato da una forte carica ideologica. Fino ad allora la parola rimarrà fedele alla sua estensione semantica più immediata. Un confine naturale, scrivono i giuristi, non si differenzia dagli altri confini tracciati dall'uomo se non per il fatto di essere più visibile e più stabile, e per questo più sicuro.

Ma anche i confini naturali (fiumi, mari, laghi o monti che siano) possono essere causa di conflittualità, e questo per almeno due ordini di motivazioni.

In primo luogo, infatti, la loro stabilità e chiarezza divisoria è solo apparente. Fiumi e laghi, ad esempio, si mostrano spesso abbastanza irrequieti nel corso o nella dimensione, tanto da dover consigliare un'analisi approfondita delle possibili trasformazioni morfologiche che possono riguardarli. E anche le stesse montagne, immobili nella loro fisionomia, richiedono alcune precisazioni nelle prescrizioni che debbono presiedere alla spartizione territoriale che le riguarda. In secondo luogo deve essere considerato il fatto che le regole divisorie dettate per tali confini (linea mediana di scorrimento del fiume o dell'estensione lacustre, linea del *divortium aquarum* per le montagne, cento miglia di profondità per le acque del mare) hanno solo un valore indicativo e ammettono numerose eccezioni. Eccezioni che non sono tutte formulabili sul piano dell'astratta previsione ma che rinviando, anche in questo caso, a un lento consolidarsi di prassi e di abitudini che portano tutti coloro che abitano quei luoghi a non ricordare più una situazione diversa da quella praticata³⁵.

Profili di particolare complessità, in epoca medievale, presenta poi l'organizzazione del territorio delle città. In genere l'articolazione del loro spazio è un'articolazione complessa (nell'Italia dei comuni più ancora che altrove). Una cerchia muraria (peraltro soggetta a progressivi processi d'espansione) individua lo spazio urbano. All'esterno delle mura le ultime propaggini abitative delineano il *suburbium*, oltre si estende il contado³⁶. Al di là della semplificazione insita in questo tipo di descrizione, ciò che interessa notare è il fatto che quando i giuristi parlano dello spazio cittadino si rendono ben conto del fatto che hanno a che fare con una configurazione del territorio abbastanza complicata. Anche a volersi limitare a un tema specifico come quello dell'espulsione di un soggetto dalla città (ma anche per l'esercizio di una professione o di un'attività economica ritenuta nociva possono valere le stesse considerazioni) bisogna aver chiaro quale è il limite oltre il quale lo si vuole confinare. Alle volte i provvedimenti d'espulsione possono essere controversi a questo proposito. In assenza di esplicite dichiarazioni si può infatti dubitare del fatto che essi si rivolgano al limitato ambito definito dalla cerchia muraria dell'epoca in cui furono emanati, o allo spazio definito dalle mura attuali, o, ancora, allo spazio a più densa concentrazione abitativa (inclusendo anche il *suburbium*), o alla *civitas* comprensiva del suo contado.

Anche in questo caso il giurista sarà chiamato a declinare una serie di regole ermeneutiche che si facciano carico della complessità confinaria del territorio di una città. Tra tali regole sembra di rilievo particolare quella che si riferisce al contenuto del provvedimento. In generale, scrivono i giuristi, una disposizione *favorabilis* deve essere applicata all'ambito territoriale più vasto possibile, una *odiosa*, al contrario, deve trovare un'applicazione spaziale più limitata. Seguendo tale criterio i provvedimenti d'espulsione (chiaramente *odiosi*) dovrebbero avere un più ristretta sfera d'applicazione. Ma anche in questo caso i *doctores* non mancano di formulare indicazioni capaci di aggiustare la portata della norma. Se questa scelta interpretativa portasse infatti a frustrare gli effetti che con il provvedimento si vogliono raggiungere, la regola

ora esposta non potrebbe che essere soggetta a una indispensabile deroga. La scomunica che colpisce il lebbroso che si introduca in una città deve, per questa ragione, aver riguardo allo spazio abitativo inteso nella sua accezione più ampia, così come la sanzione che colpisce un *doctor*, vietandogli di insegnare in città, non può essere facilmente elusa tenendo il proprio insegnamento a ridosso della cinta muraria³⁷.

Le cose, com'è chiaro, si complicano ulteriormente ai margini di questi territori dove le linee di demarcazione dei possedimenti di ciascuna città si possono confondere tra di loro determinando l'esistenza di margini di ambiguità e di confusione.

C'è un aneddoto che circola tra i giuristi (e forse non solo tra questi) quando il medioevo è prossimo a sfumare. Vi è coinvolto il buffone Gonnella il quale, bandito sotto pena capitale dal territorio, di Verona, vi rientra su di un carro coperto di terra prelevata a Ferrara sostenendo di non contravvenire al divieto perché, appunto, su terreno ferrarese³⁸. Al di là dell'intento derisorio e di scherno manifestato da questa trovata, la divertente *pièce* sembra riflettere, anche se in maniera grottesca, la complessità dei principii che governano la territorialità politica medievale e i non meno complicati problemi suscitati dal suo confinamento³⁹.

Al termine di questo discorso non è difficile concludere che, in generale, lo spazio politico tra tardo medioevo ed epoca moderna è solcato da innumerevoli confini. Alcuni definiti, altri molto più labili nel loro tracciato, alcuni perennemente contestati, altri vissuti in maniera pacifica e frutto di una lenta sedimentazione. Confini che spesso è più inutile che impossibile tracciare in astratto. Solo a partire dalla fine del XVIII secolo, quando cioè il processo di riformulazione dei contenuti della sovranità territoriale potrà dirsi definitivamente avviato verso una sua univoca soluzione, le linee di separazione si addenseranno ai margini dei territori degli stati reclamando una loro definizione e impenetrabilità del tutto sconosciuta ai secoli precedenti.

Note

¹ Scrive a questo proposito Ronnie Ellenblum: «The modern state, unlike medieval political entities, is defined by its border and modern borders outline a range of attributes which are characteristic of the modern state alone» (R. Ellenblum, *Were there Borders and Borderlines in the Middle Ages? The Example of the Latin Kingdom of Jerusalem*, in *Medieval Frontiers: concepts and practices*, edited by D. Abulafia and N. Berend, Aldershot Hants 2002, p. 108).

² Sulla nozione di pluriordinamentarietà medievale è d'obbligo il rinvio a P. Grossi, *L'ordine giuridico medievale*, Roma-Bari 1995.

³ G. Lombardi, *Spazio e frontiera. Tra eguaglianza e privilegio: problemi costituzionali tra storia e diritto*, in *La frontiera da Stato a nazione. Il caso Piemonte*, a cura di C. Ossola, C. Raffestin, M. Ricciardi, Roma 1987, pp. 385-406.

⁴ Il primo volume della *Anthropogeographie* di Friedrich Ratzel apparve a Stoccarda nel 1882, poi in una seconda edizione interamente rifatta nel 1889 (tradotto in italiano col titolo *Geografia dell'Uomo*, Torino 1914); il secondo volume apparve nel 1891. Nel 1897 fu pubblicata la *Politische Geographie*, che ebbe una seconda edizione assai modificata nel 1901. La trattazione di alcuni argomenti, oscura ed involuta nell'opera di Ratzel, ebbe poi una più chiara sistemazione nell'opera in due volumi *Die Erde und das Leben*, Leipzig, 1901-1902 (traduzione italiana *La terra e la vita. Geografia comparativa*, Torino 1905-1907; alle pp. 737-739 del secondo volume di quest'opera si può vedere riassunta l'idea ratzeliana del confine inteso come regione avente sue proprie caratteristiche).

⁵ In particolare si rinvia a F. J. Turner, *The Frontier in American History*, New York 1920.

⁶ Si vedano, a questo proposito: C. B. Fawcett, *Frontiers. A Study in Political Geography*, Oxford 1918; C. Vallaux, *Le sol et l'État*, Paris 1911; J. Ancel, *Géographie des frontières*, Paris 1938.

⁷ K. Haushofer, *Grenzen in ihrer geographischen und politischen Bedeutung*, Berlin 1927.

⁸ Una rivalutazione della nozione di frontiera lineare viene operata da importanti autori come M. Sorre, *Les fondements de la géographie humaine*, Paris 1948, II, p. 120; J. Gottmann, *La politique des États et leur géographie*, Paris 1952, p. 121.

⁹ Sui tratti salienti sviluppati dalla cultura politica otto-novecentesca a proposito del tema dello stato si rinvia a M. Fioravanti, *Stato: dottrine generali e storiografia*, in *Stato e costituzione. Materiali per una storia delle dottrine costituzionali*, Torino 1993, pp. 16 sgg., già pubblicato in *Enciclopedia del diritto*, Milano 1990, 43, pp. 708-758, voce *Stato (storia)*.

¹⁰ C. Raffestin, *Per una geografia del potere*, trad. it. Milano 1983, p. 35.

¹¹ Per uno sguardo d'insieme, capace di comprendere varie tradizioni (giudaica, confuciana, cristiana, islamica, liberale) si veda *State, Nations and Borders. The Ethics of Making Boundaries*, edited by A. Buchanan, M. Moore, Cambridge 2003, ed il dossier pubblicato nella rivista «Annales» dedicato a *Les espaces frontières*, con interventi di M. Shōsuke, N. Berend, C. Lamouroux, J. C. Garavaglia, D. Nordman («Annales HSS», 58 (2003), pp. 981-1053).

¹² P. Zanini, *Significati del confine. I limiti naturali, storici, mentali*, Milano 1997, pp. 5-8.

¹³ E. Benveniste, *Il vocabolario delle istituzioni indoeuropee*, II, *Potere, diritto, religione*, trad. it. Torino 1976, pp. 294-295. Ragionando sull'etimologia della parola *nomos*, Schmitt segnala l'origine «terranea» della parola. «La parola greca che designa la prima misurazione, da cui derivano tutti gli altri gli altri criteri di misura; la prima occupazione di terra, con relativa divisione e ripartizione dello spazio; la suddivisione e distribuzione originaria è *nomos*». Da ciò la consapevolezza del fatto che il «diritto e la pace poggiano originariamente su delimitazioni in senso spaziale» (C. Schmitt, *Il nomos della terra nel diritto internazionale dello jus publicum Europaeum*, trad. it., Milano 1998, pp. 55 e 65).

¹⁴ Sul ruolo polifunzionale dei confini, anche non territoriali, si vedano R. Strassoldo, *Boundaries in Sociological Theory: a Reassessment*, in *Cooperation and Conflict in Border Areas*, a cura di R. Strassoldo e G. Delli Zotti, Milano 1982, pp. 245-271; e, nello stesso volume, N. Luhmann, *Territorial Borders as System Boundaries*, pp. 235-245.

¹⁵ Una bibliografia essenziale, sul tema specifico, può essere vista in Ellenblum, *Were there Borders and Borderlines in the Middle Ages?* cit., p. 107, note 6 e 7.

¹⁶ Per ciò che riguarda la scienza cartografica medievale e la sua capacità di rappresentazione dei territori possono essere visti: D. Nordman, *La connaissance géographique de l'État*, in *L'État moderne: le droit, l'espace et les formes de l'État*, a cura di N. Coulet, J. Ph. Genet, Paris 1990, pp. 175-188; P. Arnaud, *Images et représentations dans la cartographie du bas Moyen-Age*, in *Spazi, tempi, misure e percorsi nell'Europa del bassomedioevo* (Atti del XXXII Convegno storico

internazionale, Todi, 8-11 ottobre 1995), Spoleto 1996, pp. 129-153; nello stesso volume A. D. Von Den Brincken, *Mappe del cielo e della terra: l'orientamento nel basso medioevo*, pp. 81-96; P. Gautier-Dalché, *De la liste à la carte: limite et frontière dans la géographie et la cartographie de l'Occident médiéval*, in *Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen-Age*, Castrum 4, Actes du colloque d'Erice-Trapani, 18-25 settembre, a cura di J. M. Poisson, Rome-Madrid 1992, pp. 18-31.

¹⁷ D. Nordman, *Frontières de France. De l'espace au territoire, XVI-XIXsiècle*, Paris 1998, *passim*.

¹⁸ Il *limes*, scriveva Giovanni d'Andrea, poteva essere segnato attraverso pietre di confine (Giovanni d'Andrea, *In tertium Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis 1612, c. *Super eo*, tit. *De parochiis et alienis parochianis*, n. 2), ma allo stesso modo i confini potevano essere indicati «per flumina et rivos aquarum, per castella et per villas, puta castrum vel villa sit unius dioecesis, citra vero sit alterius, quandoque etiam distinguuntur per montes, ut totus mons sit unius dioecesis, reliquus alterius, quandoque per cacumina montium, ut scilicet illa sint limina vel limitationes» (Giovanni d'Andrea, *In secundum Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis 1612., c. *Cum causam*, tit. *De probationibus*, n. 2). Ed era proprio questa possibile profondità del confine che poteva, per il Panormitano, far sorgere dei dubbi circa il regime giuridico delle cose poste al confine (Niccolò Tedeschi, *Commentaria in tertium Decretalium librum*, Venetiis 1588, c. *Super eo*, tit. *De parochiis et alienis parochianis*, n. 5). «Provincias, territoria, episcopatus ac dioecesis – scriveva Girolamo del Monte riassumendo considerazioni già espresse da autori come Giovanni d'Andrea, Baldo degli Ubaldi, Paride del Pozzo e Felino Sandei – dividi et terminari per vias regales, flumina, montes, valles et lapides vel signa multum apparentia (...), quando ponuntur lapides pro confinibus requiritur quod sint immobiles et affixi in modo terminorum, vel quod lapides mobiles habeant alios parvos lapides ibi affixos supra terram, qui vocantur iudices ostendentes locum quem confinant» (Girolamo del Monte, *Tractatus de finibus regendis civitatum, castrorum*, Venetiis 1574, c. XVII, nn. 1-4).

¹⁹ Per Daniel Nordman l'idea di confine naturale, nel XVI e XVII secolo, è ancora fortemente ancorata alla sua dimensione storica. Solo nel corso del '700, progressivamente, è possibile assistere, in tema di confini, ad una sorta di affrancamento della natura dalla storia (Nordman, *Frontières de France* cit., pp. 63-66 e pp. 88-122).

²⁰ B. Geremek, *L'emarginato*, in *L'uomo medievale*, a cura di J. Le Goff, trad. it. Roma-Bari 1990, pp. 392-421, ed anche *Mendicanti e miserabili nell'Europa moderna (1350-1600)*, trad. it. Roma 1985, pp. 86-87.

²¹ «Et omnino adde – scriveva Felino Sandei – quod si fit mensio de habitantibus in certa regione, vel provincia, non comprehenduntur habitantes in confinibus (...) per quod sequitur (...) quod in materia stricta emanante super provincia Tusciae, Lombardiae, Romandiolae et Marchiae Trivisanae non includetur Bononia, quia est sita in confinio istarum quatuor provinciarum». Allo stesso modo «statutum prohibens mulierem contrahere sine consensu propinquorum, non extenditur ad participantem de duplici sexu, quia non est proprie mulier, sed homo mixtus. Unde dicitur Hermaphroditus» (Felino Sandei, *Commentariorum ad V libros Decretalium pars prima* cit., c. *Rodulphus*, tit. *De rescriptis*, v. *Caeterum*, n. 20).

²² Il caso del villaggio di Clinchamp, nella Haute-Marne, studiato alla fine XIX secolo da Emile Duvernoy (E. Duvernoy, *Un règlement de frontières entre la France et le Barrois en 1500*, in «Annales de l'Est», 2 (1888), pp. 553 e sgg.) è stato oggetto dell'attenzione di numerosi autori (tra gli altri R. Dion, *Les frontières de la France*, Paris 1947, p. 45; P. de Lapradelle, *La Frontière*, Paris 1928, p. 56, n. 2; L. Febvre, *Limites et frontières*, in «Annales ESC», 2 (1947), 2, pp. 205-206, per il quale la situazione di Clinchamp non rappresenta però un'eccezione. Lungo i confini della Francia vi sono altri territori che conoscono una storia non molto dissimile da questo paese. In queste zone si costituiscono luoghi d'asilo o di rifugio. Nel XVI secolo esse possono rappresentare anche il riparo per coloro che si convertono al cristianesimo riformato). Questo complessa trama di confini, scrive Daniel Nordman, sarà destinata a perdurare per lunghi secoli. Nel momento in cui ci si recherà sui territori per demarcare precise linee di confine ci si accorgerà che l'operazione non è semplicissima. Per esempio tra la Moselle e la Sarre si trova una regione la cui geografia è estremamente complessa. Una specie di trapezio, dice una memoria del 1737, di centoventidue borghi o villaggi di dominazione differente (ventisette dipendono dal principato di Treviri, ventinove dalla Francia e, contemporaneamente, dal Lorenese, diciotto dalla Francia e dal ducato di Lussemburgo, sedici dal Lorenese e, contemporaneamente, da Treviro). Paesi indivisi, margini indeterminati, *res nullius*, se si vuole, sostiene Nordman. Villaggi bipartiti o tripartiti. Ma queste comunità comprendono delle case, dei sudditi che dipendono ciascuno da una distinta

sovranità, chiaramente designata, persino nei minimi particolari. Non c'è un'assenza di confini. In altre parole i confini non sono confusi, ma complessi (D. Nordman, *Des limites d'État aux frontières nationales*, in *Les Lieux de mémoire*, a cura di P. Nora, Paris 1997, I, p. 1134).

²³ Sui rapporti di vicinato in ambito privatistico si veda N. Sarti, *Inter vicinos praesumitur aemulatio. Le dinamiche dei rapporti di vicinato nell'esperienza del diritto comune*, Milano 2003, pp. 99 sgg.

²⁴ Sul punto si rinvia alle considerazioni sviluppate da Grossi, *L'ordine giuridico medievale* cit., pp. 162 sgg.

²⁵ Girolamo del Monte, *Tractatus de finibus* cit., c. LXXVI.

²⁶ Op. cit., c. LXXVI, nn. 15-20.

²⁷ Baldo degli Ubaldi, *Consiliorum sive responsorum volumen primum*, Venetiis 1580, cons. CCCCXX, n. 5. Nel caso di impossibilità di determinare il possesso più antico, continuava Baldo, doveva prevalere, tra i due contendenti, quello che avesse potuto vantare un titolo sul quale fondare il proprio diritto (n. 8). In senso analogo Paride del Pozzo, *Tractatus de finibus*, in *Tractatus insignis De reintegratione feudorum, De finibus et modo decidendi questiones confinium territoriorum, De verborum significatione in materia reintegrationis*, Neapoli 1544, c. In *finibus antiquis*, n. 1 e Girolamo del Monte, *Tractatus de finibus* cit., c. LXVII, nn. 1 e sgg.). La stessa nozione di *antiquitas*, per la sua capacità di produrre effetti giuridici di rilievo (non ultimo quello di trasformare una prova imperfetta in una prova piena), andava qualificata in diritto. Pur non senza contrasti, scriveva Girolamo del Monte, la *communis opinio* si era andata orientando nel senso di definire un fatto antico se accaduto da almeno cento anni. L'aver scelto questo lasso di tempo veniva giustificato con il fatto che «hoc est longevae vitae hominum cursus» (Girolamo del Monte, *Tractatus de finibus* cit., c. LXX, nn. 1 e sgg.).

²⁸ Pier Filippo della Corgna, *Consiliorum primum volumen*, Venetiis 1534, cons. CCCXXXIII, n. 8. Anche se sul piano del segnalamento qualche perplessità poteva comunque sorgere. Paolo di Castro, ad esempio, nell'individuare gli elementi che distinguevano i confini privati da quelli pubblici si limitava a scrivere che questi ultimi dovevano essere «notabiliores (...) quam cum fuerint [positi] ad distinctionem dominorum» (Paolo di Castro, *In primam Digesti veteris partem commentaria*, Venetiis 1534, l. *Ex hoc iure*, tit. *De iustitia et iute*, n. 24). Scriveva a questo proposito Girolamo del Monte che «territeriorum limites differunt a finibus vicinalibus et ab eis dinoscuntur longitudine, grassitudine et ex guardiis». Cosa utile da sapersi, continuava il giurista, poiché egli stesso aveva visto assai spesso allegare dalle parti confini di piccoli campi come fossero confini di territori (Girolamo del Monte, *Tractatus de finibus* cit., c. XVIII, nn. 6-7).

²⁹ Scriveva Baldo a questo proposito: «in factis antiquis nulla est melior probatio instrumentorum» (Baldo degli Ubaldi, *In Decretalium volumen commentaria*, Venetiis 1595, c. *Cum causam*, tit. *De probationibus*, n. 3).

³⁰ *Tractatus De fluminibus, seu Tyberiadis et alluvione*, in *Consilia, Quaestiones et Tractatus Bartoli a Saxoferrato*, Venetiis 1575.

³¹ Giacomo del Pozzo, *Allegatio pro Communitate terrae Valentiae contra Communitatem Sancti Salvatoris*, in *Allegationes celeberrimorum doctissimorum iurisconsultorum Iacobi de Puteo pro Communitate terrae Valentiae et Luchini de Curte pro Communitate Sancti Salvatoris in materia confinaria*, Venetiis 1574, n. 24. Sul complesso rapporto giurisdizione territorio nella dottrina tardo medievale si rinvia a P. Marchetti, *De iure finium. Diritto e confini tra tardo medioevo ed età moderna*, Milano 2001, pp. 83 sgg. e pp. 170 sgg.

³² Girolamo del Monte, *Tractatus de finibus* cit., c. L, nn. 2-11.

³³ L'assunto era generalmente circolante sia in ambito canonistico sia in ambito civilistico. Si vedano, tra gli altri: Innocenzo IV, *In V libros Decretalium commentaria*, Venetiis 1570, c. *Cum causam*, tit. *De Probationibus*, n. 2; Giovanni d'Andrea, *In secundum Decretalium librum novella commentaria*, Venetiis 1612, c. *Cum causam*, tit., *De probationibus*, n. 4; Gui Pape, *Decisiones*, Genevae 1667, quae. CXCI, *De probatione confinium et limitum*, n. 2; Baldo degli Ubaldi, *In Decretalium volumen commentaria* cit., c. *Cum causam*, tit. *De probationibus*, nn. 1 e 7; Mariano e Bartolomeo Sozzini, *Consiliorum seu potius responsorum volumen primum*, Venetiis 1579, cons. LXXXVI, n. 2 e *volumen secundum*, cons. CLXXXVII, n. 6; Paride del Pozzo, *De finibus* cit., c. *Quia plerumque*, n. 8 e c. *Quia in materia*, n. 3; Girolamo del Monte, *Tractatus de finibus* cit., c. LV, n. 10.

³⁴ Nordman, *De limites d'État aux frontières nationales* cit., p. 1135.

³⁵ «Fines iurisdictionis – scriveva Bartolomeo Sozzini – alluvione non mutantur (...), ergo stat quod fines domini particularium extenduntur et non iurisdictionis, et sic qui fundat se in finibus

iurisdictionis non habet fundatam intentionem in dominio particularium (...). Sed omnia ista redduntur clariora ex longissima possessione, et consequenter ex praescriptione longissimi temporis, per quam censeretur praescriptum omni iuri» (Mariano e Bartolomeo Sozzini, *Consiliorum seu potius responsorum volumen primum* cit., cons. CXXVII, n. 6). Anche la separazione di un territorio montuoso per versanti era, come aveva ricordato Innocenzo IV, solo un'eventualità: «limites (...) quandoque etiam distinguuntur per montes, ut totus mons sit unius dioecesis, reliquum alterius, quandoque per cacumina montium, ut scilicet illa sint limina vel limitationes» (Innocenzo IV, *In V libros Decretalium commentaria* cit., c. *Cum causam*, tit. *De probationibus*, n. 2). Era necessario, infatti, verificare come si fosse stabilizzata la condizione dei luoghi. Il tema della prescrizione di una prerogativa nelle acque del mare veniva affrontato, tra gli altri, da Bartolomeo Cipolla il quale, nell'illustrare le possibili soluzioni da dare ai singoli casi posti all'attenzione del lettore, pur partendo da un'iniziale risposta negativa tendeva, in generale, ad ammettere la prescrizione nell'ipotesi in cui si fosse trattato dell'esercizio di un diritto risalente ad un tempo così lontano da non avere memoria del contrario. Così, sulla base di questo presupposto, veneziani e genovesi potevano ben vantare una loro giurisdizione esclusiva sui rispettivi golfi. Anche per ciò che riguardava l'acquisizione di un vero e proprio *dominium* sul mare l'istituto della prescrizione immemorabile poteva svolgere i suoi effetti (Bartolomeo Cipolla, *Tractatus de servitutibus rusticorum praediorum*, in *Varii Tractatus Bartholomei Caepollae Veronensis*, Venetiis 1571, c. XXVI, nn. 5-8). Su quest'ultimo punto Baldo si era espresso però in forma lapidaria, negando ogni possibilità di acquisire per prescrizione la proprietà di una porzione di mare. Così anche la permanenza di un soggetto, persino per mille anni, sui flutti del mare non gli avrebbe fatto acquistare la *perpetua proprietas* di questo spazio (Baldo degli Ubaldi, *In primam Digesti veteris partem commentaria*, Venetiis 1577, l. *Item lapilli*, tit. *De divisio rerum et qualitate*, n. 1).

³⁶ Sulla complessa fisionomia giuridica della città tardo medievale si veda G. Chiodi, *Tra la civitas e il comitatus: i suburbii nella dottrina del diritto comune*, in *Itinera. I percorsi dell'uomo dall'antichità ad oggi*, II, *Dal suburbium al faubourg: evoluzione di una realtà urbana*, a cura di M. V. Antico Gallina, Milano 2000, pp. 191-285.

³⁷ In materia penale, dovendosi giudicare *odiosae* le sue disposizioni, non si poteva, in genere, produrre un effetto espansivo. Baldo negava, ad esempio, che la concessione dell'*arbitrium* attribuito al podestà per la commissione dei reati perpetrati in *civitate* potesse estendersi anche nei suburbii e nel contado poiché esso era «*extraordinarium et contra ius commune*» (Baldo degli Ubaldi, *In Decretalium volumen commentaria* cit., c. *Rodulphus*, tit., *De rescriptis*, n. 15). Così come le proibizioni relative ad una città non potevano estendersi al suo territorio (Baldo degli Ubaldi, *In primam Digesti veteris partem commentaria* cit., l. *Omnia*, tit. *De officio praefecti urbis*, n. 2 *in initio*). Ma la capacità espansive di alcune disposizioni proibitive aveva trovato ampio spazio nelle fonti canonistiche. Con la decretale *Si civitas* (assai utilizzata dai giuristi del diritto comune per la formulazione dei principii identificativi degli spazi urbani) Bonifacio VIII aveva stabilito che un interdetto emanato contro una città, una *villa* o un *castrum* doveva ritenersi applicabile anche nella zona limitrofa dell'aggregato urbano, per evitare di renderne facilmente eludibile il contenuto (*Sextus*, 5, 11, 17). Sulla scorta di questo principio lo stesso Baldo aveva ritenuto che la scomunica rivolta ai lebbrosi che si trattenevano in città si estendesse anche ai suburbii (Baldo degli Ubaldi, *In Decretalium volumen commentaria* cit., c. *Significavit*, tit. *De rescriptis*, n. 17). In generale i divieti di esercitare un'attività nel perimetro cittadino dovevano essere considerati estesi oltre le mura in ragione della *ratio prohibitionis*. Così, scriveva Felino Sandei «*Videmus enim in plerisque civitatibus esse prohibitum ne in eis possit exerceri ars faciendi coria propter fetorem et tamen exercetur in suburbiiis. Et aliquando prohibentur certae carnes vendi in civitate, et tamen venduntur in suburbiiis, quia ratio prohibitionis non militat*». Assai singolare sembrava, a questo proposito, la posizione di Bartolomeo da Saliceto circa la limitazione del divieto di *legere leges* fatta ad un *doctor iuris* al solo perimetro urbano intramurario (Bartolomeo da Saliceto, *In secundam Digesti veteris partem commentaria*, Venetiis 1574, l. *Qui pacto*, tit. *De servis exportandis*). L'opinione di questo autore, lasciava intendere Sandei, era però viziata da vicende personali («et forte accedit casus in persona sua, quando confinatus fuit ad civitatem Paduanam» (Felino Sandei, *Commentariorum ad V libros Decretalium pars prima* cit., c. *Rodulphus*, tit. *De rescriptis*, n. 4). In materia penale, come in tema di proibizioni, la *ratio* della norma e la possibilità di eluderne gli effetti autorizzavano un'interpretazione estensiva del suo contenuto, nonostante ci trovasse in presenza di una materia odiosa, e quindi *restringibilis* (sul punto, in termini riassuntivi, Jacopo Menocchio, *De arbitrariis iudicium quaestionibus et causis libri duo*, Coloniae Agrippinae 1587, lib. I, quae. XCIX).

³⁸ Riportava Angelo degli Ubaldi che il buffone Gonnella «*cum esset bannitus per dominum Veronensem in capite si pedem mitteret in territorio suo et ipse fecit se duci super plaustrum*

explantatum de terra territorii Ferrariensis et comparuit coram domino se offerens non posuisse pedem in suo territorio» (Angelo degli Ubaldi, *In primam Digesti veteris partem commentaria*, Augustae Taurinorum 1580, l. *Qui sella*, tit. *De servitutibus rusticorum praediorum*, n. 1). La vicenda è narrata anche da Bartolomeo Cipolla, per quanto non vi è un'esatta coincidenza nell'indicazione dei luoghi in cui il fatto si era consumato Bartolomeo Cipolla, *Tractatus de servitutibus rusticorum praediorum*, in *Varii tractatus* cit., pp. 75r-151v, c. XLIII, n. 8).

³⁹ Sui principii della territorialità politica in Antico Regime si veda A. M. Hespanha, *L'espace politique dans l'ancien régime*, in *Estudos em Homenagem aos Profs. Doutores M. Paulo Merêa e G. Braga da Cruz*, II, in «Boletim da Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra», 58 (1982), pp. 445-510.

Organizzazione e controllo di un territorio medievale. Controversie di confine in Valdinievole alla fine del Duecento

di Alberto M. Onori

Distinguere, separare, condividere: tre modi di sintetizzare le funzioni di un confine, senza che necessariamente una funzione escluda l'altra, in una convivenza priva di contraddizioni. Certo, una simile convivenza è tutt'altro che scontata, né può essere il frutto di una composizione, per così dire, "spontanea" delle ragioni di conflitto che oppongono le parti fra cui si rende necessario tracciare un confine. Al contrario, proprio quando quelle funzioni convivono felicemente, il confine cessa di essere una barriera; diviene, come è stato scritto, una «membrana vivente»¹ che lascia passare più di quanto non trattenga: e vale allora per esso il significato della parola latina da cui deriva, *fines*, che designa non tanto la barriera quanto quel che essa contiene, cioè il territorio. Alla radice di questa convivenza, di regola, è un complesso lavoro di confronto, elaborazione e composizione di interessi che dopo qualche tempo, di fronte alla tenuta dell'equilibrio a volte faticosamente raggiunto, tende a sbiadire, a essere dimenticato, sostituito da una consuetudine tanto tenace che nessuno ne chiede più ragione. La documentazione che mi accingo a illustrare, relativa alla Valdinievole del tardo Duecento, riesce a porre in evidenza l'atto di nascita di alcune linee di confine ancora oggi in buona sostanza rispettate e il lavoro delicato e oscuro degli uomini che le rese possibili e durature.

1. Il contesto spaziale e temporale

La Valdinievole è un'area geograficamente ben delimitata della Toscana nord occidentale, all'incirca a metà strada fra le città di Lucca e di Pistoia. Essa può essere approssimativamente compresa fra il displuvio meridionale della sinistra idrografica della Lima a nord, quello della sinistra idrografica del torrente Nievole e il crinale del Montalbano a est, il fiume Arno a sud e le alture delle Cerbaie e il displuvio della destra idrografica della valle del torrente Pescia di Collodi (o "Pescia Minore") a ovest². Il bacino così individuato, i cui

corsi d'acqua principali sono la Pescia di Collodi (o "Minore") a ovest, la Pescia di Pescia (o "Maggiore") al centro e la Nievole a est, è disposto a ventaglio intorno al bassopiano che ne occupa la porzione centro meridionale. Prima delle bonifiche condotte a partire dal secolo XVIII le acque vi ristagnavano, a formare un vasto distretto palustre (la regione è ancora oggi la più estesa area umida d'Europa) prima di defluire lentamente verso sud nella valle dell'Arno attraverso il corso d'acqua detto Gusciana, in parte naturale, in parte realizzato grazie a interventi dell'uomo che si sono susseguiti per molti secoli³.

La regione è assai varia dal punto di vista del rilievo e dell'esposizione. La sua porzione settentrionale, nonostante le quote massime siano relativamente basse, presenta caratteristiche proprie della montagna per la pendenza, la natura dei suoli e la vegetazione; la fascia mediana è prevalentemente collinare, esposta soprattutto a sud e a ovest e profondamente incisa dai corsi d'acqua, a causa della particolare friabilità della matrice rocciosa, in anguste vallette delimitate da brevi ma ripidi promontori; ai piedi delle alture una ristretta porzione di terreno in leggera pendenza, delimitata dalle colline e dalla pianura un tempo paludosa, rappresenta l'area più idonea all'insediamento, alle attività economiche e alla viabilità. Procedendo verso il centro del bacino, la cui parte più depressa è rimasta costantemente allagata sino a oggi, i terreni si trovano sempre più esposti alle oscillazioni di livello delle acque, sia per ragioni naturali sia per l'intervento dell'uomo⁴.

Dal punto di vista storico la Valdinievole ha dovuto fare i conti con la sua natura di area di frontiera; una natura che assunse a partire dall'età longobarda e che per certi versi ancora le è propria. Fu infatti frontiera fra Longobardi e Bizantini dal 572 sino al 593; costituì, nei secoli fra l'XI e il XIII, la naturale zona di espansione sia del comune di Lucca sia di quello di Pistoia, il territorio del quale, in corrispondenza del *castrum* di Verruca, penetrava in profondità nella regione; fu teatro di scontri durissimi dalla fine del Duecento sino alla morte di Castruccio Castracani (1328), prima fra Lucca, coalizzata coi Fiorentini, e Pistoia, poi, soggiogata Pistoia, fra Lucca e Firenze. Infine passò, negli anni fra il 1330 e il 1340, sotto il controllo fiorentino, di cui divenne una sorta di poderoso antemurale in funzione antilucchese⁵. La vallata mantenne questa caratteristica almeno sino alla prima metà del secolo XVI ma per molti versi essa è riscontrabile ancora oggi in molti aspetti degli usi e costumi di chi vi abita.

La presenza delle città dominanti (prima Lucca poi, dopo il 1340, Firenze) fu sufficiente a stroncare sul nascere ogni velleità da parte del naturale capoluogo della regione, Pescia, di assoggettare l'intero territorio, mentre non impedì ai castelli che vi sorgevano l'esercizio di un'autonomia abbastanza ampia. Sin dalla tarda età franca, infatti, e poi via via sempre di più, la regione fu interessata da un esteso fenomeno di incastellamento, dovuto sia a esigenze di difesa (l'area era frequentemente scorsa da eserciti e teatro di scontri violenti), sia a scelte politiche operate da dinastie di *domini* locali titolari di diritti di giurisdizione propri o ceduti loro in enfiteusi o in *beneficium* dai vescovi di Lucca, che nell'area potevano contare su estesi diritti di natura pubblica.

Questo fenomeno portò assai precocemente a una fitta frammentazione del territorio in aree di giurisdizione facenti capo ciascuna a un *castrum*, alcune delle quali distese in forme allungate lungo le vallette dei torrenti che le delimitavano, disposte a ventaglio attorno al centro del bacino. La giurisdizione dei *castra* insediati lungo il margine settentrionale del bacino comprendeva ognuna sia una parte di alta collina, sia una parte della pendice ai piedi delle alture, sia, infine, una fetta di territorio in riva alla palude. In questo modo gli abitanti si garantivano la possibilità di sfruttare a fondo la varietà del territorio e le caratteristiche dei microclimi che ne conseguivano.

Il paese fortificato sorgeva generalmente al centro del territorio soggetto alla propria giurisdizione, in un punto abbastanza elevato in quota da consentire un esercizio efficace della difesa militare e tale da intercettare tutte le vie di comunicazione fra la pianura e la parte alta del suo distretto, lungo assi di traffico che mettevano in comunicazione la vallata con il crinale appenninico e la pianura Padana. Dall'alto era poi possibile sorvegliare ed eventualmente ostacolare il traffico dell'importante arteria viaria di fondovalle, scorrente lungo il tracciato della romana via Cassia Clodia, che metteva in comunicazione Firenze con la costa e si innestava, poco a nord di Altopascio, con la via Francigena⁶.

Come conseguenza di queste caratteristiche sia geografiche sia politiche e istituzionali, la Valdinievole bassomedievale fu un'area fittamente insediata, densamente popolata, intensamente coltivata, ricca di risorse, percorsa da un continuo traffico di merci e di persone e dotata di un elevato valore strategico: tutti aspetti capaci di alimentare interessi contrastanti e di scatenare controversie fra le popolazioni dei castelli che vi sorgevano. Ogni paese era infatti circondato da una porzione di territorio umanizzato che si rapportava radialmente al castello, ubicato al centro⁷, e al cui interno gli abitanti si sentivano al sicuro. I contrasti sorgevano, e potevano divenire dirompenti, quando per qualsiasi ragione si fosse avvertito come minacciato il confine che separava ciascuna di queste ambiti di territorio umanizzato e all'esterno della quale si profilava, talvolta minacciosa, la presenza dell'altro da sé. La città dominante che avesse inteso controllare questa zona, per parte sua, avvertiva fortemente l'esigenza di confrontarsi con questo complesso sistema di equilibri e rivalità per imporre e mantenere nella zona una condizione il più possibile pacifica e coerente ai propri interessi. La documentazione che intendo analizzare illustra in modo abbastanza chiaro le forme e i risultati di questo confronto.

2. *La documentazione*

I documenti alla base della presente ricerca sono una regestazione novecentesca e alcune pergamene riguardanti controversie di confini a proposito di otto comuni di castello ubicati lungo il confine orientale della Valdinievole, verso il Pistoiese. Tali controversie opposero, fra il 1269 e il 1300, Montevettolini a Serravalle Pistoiese, Massa di Valdinievole a Montecatini di Valdinievole, Verruca e Buggiano, Uzzano a Buggiano e Pescia e sono documentate da una

sorta di piccolo archivio diplomatico che conta un totale di 28 atti, 7 dei quali inediti⁸.

Anche se gli atti di composizione furono stipulati in tempi e circostanze differenti, sono accomunati, oltre che dall'argomento, anche da altri fattori di grande rilievo. Il primo fattore è di ordine geografico e militare. I comuni interessati infatti coprivano con il loro territorio, praticamente senza soluzione di continuità, tutta la porzione nordoccidentale della vallata, immediatamente a ridosso del confine fra il territorio allora controllato da Lucca e quello soggetto a Pistoia. La posizione di ciascuno di essi, sulla sommità di promontori che si distaccano dal complesso montuoso preappenninico a nord della vallata o in vetta ad alture isolate rispetto al territorio circostante, era strategica rispetto ai principali assi di scorrimento viario ed era particolarmente forte in sé grazie alla difficile accessibilità degli abitati fuori dalla viabilità ordinaria. Inoltre, tutte le fortificazioni potevano comunicare a vista e costituivano nel loro insieme un formidabile sistema di vedetta, difesa e primo intervento contro ogni iniziativa potenzialmente ostile nella zona, che poteva essere facilmente rilevata informandone per tempo tutti i capisaldi e persino la Dominante. Era quindi evidente l'interesse di quest'ultima affinché i rapporti fra chi abitava e custodiva questo complesso e articolato sistema di fortificazioni restassero immuni da qualsiasi tensione, aperta o latente, in modo da poter utilizzare la risorsa costituita dalla rete dei castelli di Valdinievole contro qualsiasi assalitore potesse provenire da est.

Un altro fattore importante della documentazione è costituito dalla sua altezza cronologica. Gli atti pervenuti sono infatti compresi fra il 1269 e il 1300: sono anni particolarmente importanti per Lucca, nel corso dei quali, grazie alla sua adesione alla parte guelfa e alla sua alleanza con Firenze e Carlo d'Angiò, stava espandendosi a danno del territorio pisano e stava consolidando il suo potere su tutto il resto del territorio soggetto, organizzandolo dal punto di vista istituzionale nel modo che sarebbe stato definitivamente sanzionato con l'emanazione dello statuto guelfo del 1308⁹. La città sentiva i propri interessi vitali messi in gioco direttamente quando la capacità di controllo sui territori sottoposti alla propria giurisdizione veniva in qualche modo messa alla prova: e l'assedio, la presa e il saccheggio di Pescia del 1281 fu solo l'episodio più evidente di questa politica di espansione e di affermazione del proprio potere¹⁰.

Pistoia, per parte sua, che a quell'epoca era una città guelfa, sin dal febbraio del 1282 era legata a Lucca da un patto di alleanza assieme a Prato, Firenze, Siena e Volterra¹¹, e di conseguenza non avrebbe dovuto temere nulla dalla potente vicina. Il suo governo, in ogni modo, riconosceva, nella fitta rete di castelli che costellava il territorio immediatamente oltre il crinale del Montalbano, un apparato militare di tale importanza da consigliare comunque il mantenimento di buoni rapporti con chi lo controllava: una città in piena espansione, nella seconda metà del Duecento, caratterizzata da un'economia forte e prospera, da una politica estera aggressiva e da una posizione di primo piano nel contesto della lega guelfa. Così, ogni controversia fra comuni posti lungo il confine delle due aree di influenza avrebbe inevitabilmente compor-

tato il coinvolgimento diretto delle due città alleate, indipendentemente dalle ragioni che lo potevano scatenare: e l'occasione non tardò a manifestarsi.

3. *Il crinale del Montalbano: confine o frontiera?*

I motivi che opposero Serravalle Pistoiese e Montevettolini, dal febbraio all'aprile del 1283, erano apparentemente fondati su questioni di viabilità e diritti di custodia¹². Una delle "vicinanze" del comune di Montevettolini, in applicazione di una norma dello statuto comunale, aveva compiuto opere di manutenzione ordinaria lungo la via che dal paese portava fino alla località detta Belvedere. Quest'ultima località era un piccolo ma importante insediamento fortificato ubicato proprio sul crinale del Montalbano e compreso nel territorio del comune di Serravalle Pistoiese, che vantava in quei luoghi il diritto di custodia contro il danno dato e altri diritti sul pascolo e la raccolta di legna da ardere¹³. Un atto del genere, in assenza di contestazione, avrebbe comportato per Montevettolini il riconoscimento a suo favore di diritti giurisdizionali sul territorio attraversato da quella via e fu allora il comune di Pistoia che prese l'iniziativa per la difesa di Serravalle e che gestì direttamente l'intera questione fino alla sua conclusione. Quest'ultima sarebbe stata raggiunta non per via di accordo o d'arbitrato ma sancita da un atto unilaterale, compiuto con il pieno appoggio di Pistoia e su sollecitazione di quest'ultima¹⁴.

Il fatto è che la linea di confine contestata, assai di più che una demarcazione fra due comunità di dimensione e rilevanza locali, era una frontiera dotata di alto valore strategico¹⁵. In particolare, la via che metteva in comunicazione il castello di Montevettolini con la fortificazione di Belvedere, guardata anche, in territorio pistoiese, dalle vicine rocche di Castelnuovo e di Vinacciano, costituiva una valida alternativa ai passi di Serravalle e di San Baronto per Pistoia e la sua piana verso Montale¹⁶. Per questo motivo ogni ragione di possibile conflitto con un comune potente e alleato richiedeva una gestione attenta e diplomaticamente inattaccabile. Questo da un lato spiega la cautela del pistoiese Consiglio dei Trentasei, che aveva avvocato a sé ogni iniziativa sulla questione, e dall'altro l'atteggiamento di Montevettolini: un atteggiamento che denota una certa qual sufficienza, quasi potesse contare sull'appoggio, non si sa fino a che punto espresso o sottinteso, di Lucca¹⁷.

Pistoia fu assai attenta a non intervenire con atti troppo sbrigativi e si mosse secondo una procedura piuttosto lunga e articolata. Il Consiglio dei Trentasei aprì il contenzioso con l'invio a Montevettolini di una lettera di lagnanze, e i magistrati di quel comune avevano subito risposto dicendosi pronti a demolire le opere realizzate abusivamente in territorio altrui, ma alle intenzioni manifestate non erano seguiti i fatti¹⁸. Il Consiglio ordinò allora che fosse aperta una vera e propria indagine volta a determinare con la massima precisione possibile il reale andamento del confine. In quell'occasione venne raccolta una serie di testimonianze presso gli abitanti sia di Serravalle sia dei limitrofi comunelli di Vinacciano e Castelnuovo da cui, oltre ai riferimenti esatti per la ricostruzione della linea di demarcazione,

risulta evidente come in quei luoghi fosse endemico da anni un clima di tensione. Si parla infatti di interventi di espulsione e di sequestro di attrezzi nei confronti di boscaioli e pastori che più o meno consapevolmente sconfinavano, di imposizione di pagamenti sui diritti di pascolo nei confronti degli uomini di Montevettolini e anche di scontri fisici che coinvolgevano i ragazzi delle due comunità, scontri che avvenivano proprio in corrispondenza dei luoghi di confine. L'iniziativa di Montevettolini sulla viabilità, dunque, doveva essere solo l'ultimo episodio, probabilmente il più grave, di una serie di provocazioni e di sconfinamenti¹⁹.

Sulla base delle risultanze dell'indagine, il successivo passo di Pistoia fu allora quello di inviare ambasciatori al comune avversario per invitare i suoi magistrati a far rimuovere le opere realizzate; in caso di risposta negativa Pistoia si riservava di intervenire direttamente presso gli Anziani di Lucca affinché, «pro viribus et posse suas velint et eis placeat interponere partes, gratia et amore comunis Pistorii»²⁰ al fine di ottenere la richiesta rimozione.

La diplomazia ma anche la fermezza mostrata dai Trentasei, però, non ottennero alcun risultato, anzi gli incidenti lungo il confine continuavano e si aggravavano, al punto che, come disse il Priore del Consiglio nella riunione del 4 marzo 1283, «illi de Montevectorino expellunt illos de Castro Novo de territorio eorum, dicentes quod est de territorio comunis Montisvectorini»²¹. La reazione pistoiese fu di nuovo misurata e composta. Uno dei consiglieri, probabilmente con l'intento di stemperare la tensione allargando la prospettiva, propose di procedere a una generale revisione dei confini fra il comune di Montevettolini e quelli limitrofi, cioè Serravalle, Castelnuovo, Larciano e Cecina, invitando Montevettolini a nominare deputati appositamente incaricati delle operazioni di revisione²².

La risposta all'invito, discussa in consiglio il 10 marzo, fu pronta e nuovamente negativa. I magistrati comunicarono infatti che il loro comune non poteva aderire alla proposta pistoiese perché temevano che una loro iniziativa in tal senso avrebbe scatenato una reazione violenta da parte della città di Lucca. Per parte loro avevano inviato agli Anziani lucchesi una lettera in cui chiedevano istruzioni sul comportamento da assumere e avrebbero poi fatto sapere a Pistoia il tenore della risposta²³.

Le ragioni addotte dai magistrati di Montevettolini avevano un certo fondamento. Si trattava di andare a toccare, come s'è detto, non un semplice confine fra comuni ma la frontiera orientale del dominio lucchese, quindi la cautela era d'obbligo da tutte e due le parti, anche se una simile cautela, che ai Lucchesi non costava nulla, metteva a dura prova la pazienza pistoiese. Nel silenzio della controparte, ancora una volta (l'ultima) Pistoia tentò di seguire in qualche modo una linea "morbida" con gli scomodi vicini. Il 22 marzo infatti il Consiglio dei Trentasei autorizzò il comune di Serravalle a nominare tre deputati con il compito di provvedere ad aprire la trattativa sui confini con Montevettolini e a riferire al Consiglio sui risultati, senza adottare però alcuna decisione definitiva²⁴. Probabilmente i consiglieri ritenevano più produttivo, oltre che più prudente, da un lato far vedere che la questione stava loro vera-

mente a cuore, dall'altro che lasciavano alla parte avversa un'ultima possibilità di addivenire a un accordo.

La documentazione non consente di conoscere l'esito dell'iniziativa; gli atti successivi della parte pistoiese, però, portano a escludere che l'accordo fosse stato raggiunto. Quasi un mese dopo, il 25 aprile, il Podestà e i gastaldi del comune di Serravalle provvidero unilateralmente ad apporre i termini di confine fra il territorio proprio e quello di Montevettolini, secondo la linea che era scaturita dai risultati dell'inchiesta, cioè «supra et citra et prope quandam viam transversariam, positam supra et prope S. Martinum Marliaticum»²⁵. Le espressioni con cui si descrive il principale riferimento della linea di confine, cioè la via che gli abitanti di Montevettolini avevano sottoposto a manutenzione, fa pensare che l'intero suo tracciato ricadesse nel territorio di Serravalle, e questa impressione è confermata dagli ultimi due atti che documentano la controversia.

L'azione prescritta dall'atto del 25 aprile dovette essere piuttosto una prima ricognizione che la materiale posa in opera dei termini di confine²⁶. Questa venne probabilmente intrapresa a fine estate, il 9 e 10 settembre, quando il Podestà di Serravalle nominò un suo vicario con il compito di porre i confini fra Serravalle e Montevettolini, nel territorio compreso «ex latere Belvederis versus S. Martinum, ubi jam consueverunt esse confines infra dicta comunia, et ad faciendum actare et conciare quandam viam positam in territorio de Serravalle, qua itur deversus podium de Belvedere versus Montemvecturinum»²⁷. Uno sguardo alla carta geografica²⁸ mostra come, a giudicare dalle poche ma abbastanza precise indicazioni contenute negli atti, la via che era materia del contendere evidentemente non rimaneva sul crinale ma lo oltrepassava, portando così il confine verso Montevettolini e ponendo Serravalle in una posizione di vantaggio; e il fatto che i lavori di manutenzione fossero stati nuovamente intrapresi e ultimati da mani pistoiesi valeva come atto solenne ed evidente di riconoscimento del loro buon diritto. Gli eventi che avrebbero di lì meno di vent'anni trasformato la frontiera fra Lucca e Pistoia in un fronte di guerra resero evidente che si trattava di un vantaggio assai limitato se non addirittura inesistente; l'episodio però dimostra come in quel territorio le tensioni che sarebbero esplose in modo tragico e violento ai danni dei Pistoiesi già stavano accumulandosi.

4. *Massa e i suoi vicini: prelievo fiscale, tutela dell'identità e gestione del territorio*

4.1 *Verruca e la questione dell'estimo*

Fu proprio in conseguenza degli scontri fra Lucca e Pistoia, compresi fra il 1299 e il 1306, che la frontiera fra le due città venne fatta arretrare di parecchio verso Oriente, fissandola nella piana a circa un miglio dalle mura. Come conseguenza di quegli atti di guerra, che sancirono la definitiva perdita dell'indipendenza da parte di Pistoia, restarono in mani lucchesi sia il *castrum* di Serravalle, poderosamente fortificato, vera e propria "porta di ferro" verso la piana di Pistoia sul crinale del Montalbano, sia il crinale stesso fin quasi al-

l'Arno sia, infine (e questo ci riporta oltre il crinale verso Occidente) il *castrum* di Verruca e il suo territorio²⁹.

Verruca sorgeva alla sommità di un promontorio montano sulla sinistra idrografica del torrente Borra, proprio di fronte a Massa di Valdinievole³⁰. Già sottoposto alla giurisdizione signorile degli Alberti di Prato³¹, nel secolo XIII il *castrum* era soggetto alla giurisdizione pistoiese e vi restò sino al 1299. Nel dicembre di quell'anno infatti le milizie lucchesi rafforzate dai Massesi assediavano Verruca e la conquistarono senza combattere per l'immediata resa della guarnigione, che si trovava in condizioni di grande inferiorità numerica ma che forse venne indotta ad arrendersi dal tradimento dei comandanti³². Da allora e sino a oggi il territorio di Verruca entrò a far parte di quello del comune di Massa, mentre l'abitato si svuotò poco a poco e venne definitivamente abbandonato nell'ultima parte del secolo XV³³.

Ogni controversia di confine fra Massesi e Verrucani, proprio per la posizione di alto valore strategico che questi ultimi controllavano, a ridosso di un passaggio importante sul crinale subappenninico verso la piana pistoiese, avrebbe potuto avere una rilevanza pari se non superiore a quella fra Serravalle e Montevettolini, specialmente nei mesi che precedettero immediatamente l'assedio e la conquista. Le ragioni che, nel novembre del 1299, cioè proprio a ridosso delle operazioni militari che avrebbero sconvolto la linea di frontiera, avevano reso necessario stipulare un accordo fra Massa e Verruca, furono invece di ordine squisitamente economico, anche se la territorialità aveva un ruolo importante nella questione³⁴.

Nella Valdinievole lucchese dei secoli XIII-XIV le modalità di imposizione fiscale sulle terre possedute dai singoli individui seguivano un criterio di tipo territoriale, nel senso che l'imposta era dovuta, indipendentemente dalla provenienza dei proprietari, ai comuni sul cui territorio tali terre si trovavano. In questi casi i proprietari venivano allibrati nei registri sotto un apposito capitolo intitolato appunto *Forenses*, e all'interno di questo erano suddivisi secondo il comune in cui vivevano³⁵. Il fatto che la linea di demarcazione fra Verruca e Massa fosse anche una frontiera non pare che impedisse il pacifico e reciproco esercizio del diritto di proprietà da parte di chi viveva in Massa o in Verruca: e i frammenti dell'estimo di Cozzile risalenti proprio a questi anni, custoditi nel locale archivio storico comunale, lo attestano con certezza³⁶.

Nonostante che la controversia fosse sorta in un periodo delicatissimo dal punto di vista dei rapporti fra le due comunità, questo non pare che avesse condizionato in misura particolare le operazioni di revisione dei confini. Né il *Liber Censuum Comunis Pistorii*, infatti, né l'archivio diplomatico di Massa, custodito attualmente presso l'Archivio di Stato di Firenze, hanno conservato traccia di essa se non nelle pergamene qui prese in esame. È vero che ulteriore documentazione eventualmente prodotta potrebbe essere andata dispersa; il tono generale dei documenti non dà l'impressione, però, che si tratti della composizione solenne di un procedimento complesso e dalle delicate implicazioni diplomatiche come nel caso di Serravalle e Montevettolini. Tutto lascia pensare invece alla pacifica e amichevole risoluzione di un contenzioso

aperto e chiuso direttamente fra le due comunità, senza il ricorso ad arbitri esterni, in tempi abbastanza rapidi (poco più di un anno) e in conseguenza di una ricognizione condotta di comune accordo; il tutto nel contesto di una prassi amministrativa consolidata e apparentemente comune ai due contadi contrapposti. Piuttosto, il clima dei rapporti fra i due comuni quale è rilevabile dalla pergamena del 29 dicembre 1299, cioè appena otto giorni dopo la conquista lucchese di Verruca, datata al 21 dicembre di quell'anno, a giudicare dal documento non pare ostile né turbato; il che invita a rivedere le date o almeno le circostanze dell'episodio, descritto da alcuni storici del Settecento e dell'Ottocento³⁷ ma ancora da approfondire come meriterebbe.

4.2 *Buggiano e le forche in Gamberaio*

Abbastanza rapida, oltre che pacifica, nonostante la delicatezza della materia, era stata anche la soluzione della controversia che aveva opposto lo stesso comune di Massa a quello confinante di Buggiano nel 1276³⁸. Il comune di Buggiano aveva eretto i patiboli per i condannati a morte nel luogo detto Gamberaio, nei pressi della *strata* che collegava Firenze a Lucca e alla costa, proprio a ridosso del confine con il Comune vicino. Si trattava di un gesto di grande pregnanza. L'erezione delle forche presso il confine lungo una strada di grande comunicazione era un messaggio dai molteplici significati, con accentuazioni diverse a seconda dei destinatari che lo recepivano. Nella Valdinievole dei secoli XIII-XIV il territorio di ciascun comune e l'ambito della sua giurisdizione si identificavano³⁹; per questo erigere le forche presso i confini serviva a determinarli con certezza. Un gesto del genere aveva così anzitutto una funzione ricognitiva nei confronti dei vicini Massesi, più solenne certo ma del tutto analoga all'esercizio dei doveri di manutenzione sulla via che da Montevettolini portava a Serravalle⁴⁰. Ai viandanti che, poi, data la natura di quell'arteria, spesso provenivano da lontano ed erano destinati ad andare lontano, un atto del genere dichiarava pubblicamente e senza mediazione la dimensione del potere attribuito a chi quel territorio controllava, e l'ampiezza della *jurisdictio* esercitabile. Era quindi un'operazione di valore squisitamente politico, un po' monito nei confronti dei malintenzionati, un po' affermazione di prestigio e dichiarazione di garanzia nei confronti degli onesti. Agli occhi dei Buggianesi, infine, quella presenza costituiva un segno forte di affermazione della propria identità collettiva.

Le ragioni dei Massesi che si opposero vanno oltre la volontà un poco maliziosa di contestare o ridimensionare il diritto dei loro vicini a mandare un segnale così forte, un messaggio così pregnante. Probabilmente, anzi, se le ragioni fossero state semplicemente di principio, la composizione della controversia non sarebbe stata così agevole. Il gesto dei Buggianesi, che denunciava in modo così evidente la pertinenza del territorio su cui si trovavano i patiboli alla propria competenza giurisdizionale, dovette invece sollevare questioni di altro genere, soprattutto tecniche e tali da coinvolgere interessi vitali su un'importante area di strada⁴¹.

Dal tenore della sentenza si intuisce che il confine fra Buggiano e Massa lungo la *strata*, fino a quel momento, non era stato segnato con esattezza, ed evidentemente, si può aggiungere, non si era sentito il bisogno di una linea di demarcazione rigida. L'impressione è che, in un primo momento, i due comuni avessero ritenuto più vantaggioso ai propri interessi, in un territorio attraversato da un'importante linea di comunicazione a lungo raggio, il mantenimento di una situazione di indeterminatezza. Era un'area di confine, oltre la quale nessuno metteva in dubbio il buon diritto dei due comuni, ma che non era segnata da una precisa linea di demarcazione.

Una situazione del genere poteva reggere soltanto se tutti e due i comuni si fossero astenuti dal compiere in quell'area qualsiasi atto suscettibile di essere interpretato come un'affermazione di sovranità esclusiva. Nel momento in cui Buggiano aveva deciso di compiere un tale atto, Massa dovette sentirsi in qualche misura penalizzata e pretese la rimozione dei patiboli, certo, ma soprattutto l'individuazione di una linea di confine riconoscibile e condivisa che prima non esisteva. Buggiano non dovette muovere obiezioni particolarmente significative; la controversia venne portata di fronte ad arbitri nominati dal Podestà di Montecatini, che le parti avevano indicato come comune amico, e venne composta senza alcun intervento diretto da parte di Lucca, a ulteriore dimostrazione del basso livello di conflittualità⁴².

La sentenza, articolata in tre punti, prende le mosse proprio dalla presa d'atto che nel luogo della lite, ancora oggi designato dal toponimo Gamberaio, non esisteva alcun riferimento di confine fra i due Comuni. Gli arbitri lo fissarono allora in corrispondenza dei confini di due proprietà private e lo resero riconoscibile mediante l'apposizione di un termine, affermando solennemente che ogni Comune era libero di realizzare qualsiasi opera avesse voluto ma solo nel proprio territorio. Come conseguenza di queste operazioni si riconobbe infine che i patiboli erano stati eretti nel territorio massese e se ne ordinò la rimozione⁴³. Non risulta che fosse fatta alcuna opposizione alla sentenza, tanto che si può credere che le forche furono rimosse e trasferite altrove, sempre nella stessa zona a ridosso del confine, né si conoscono altri episodi di contestazione.

4.3 *Montecatini e l'assetto del territorio*

Di ben altro tenore e livello era stato invece il contenzioso sui confini che aveva posto di fronte il comune di Massa con quello di Montecatini. Una pergamena datata 22 dicembre 1291⁴⁴ contiene la sentenza arbitrale e il verbale di posa in opera dei termini fra i due comuni lungo una linea che si stendeva sul il crinale delle alture immediatamente a sud del colle dove sorgeva Verruca e fino al piano. Si tratta dell'atto conclusivo di una condizione di conflittualità durata quasi un secolo e documentata da altre pergamene che vi si riferiscono.

Partiamo dall'analisi del documento del 1291. Come nel caso della controversia fra Pescia e Uzzano del 1298, che esamineremo più oltre, nella questione risultano direttamente coinvolti i massimi organi di governo del comune

lucchese, che si erano prestati senza esitazione a comporla nel migliore dei modi; ma mentre in quel caso la composizione era avvenuta mediante l'opera di appositi delegati, in questa occasione gli arbitri furono il Podestà e il Capitano del Popolo di Lucca assieme al Maggior sindaco dello stesso comune. Costoro furono presenti di persona alle operazioni e risposero del loro operato di fronte a una commissione di giuristi nominati appositamente dagli stessi Podestà e Capitano⁴⁵. Una procedura così solenne può essere giustificata soltanto da un livello di tensione assai elevato fra i due comuni e dalla particolare preoccupazione di Lucca nel mantenimento della pace in un'area strategicamente ed economicamente vitale per i suoi interessi, alla vigilia di avvenimenti di portata assai vasta.

Il conflitto fra i due Comuni in materia di confini, specialmente verso la pianura, era inevitabile⁴⁶. La porzione pianeggiante del territorio verso la palude era difficile da delimitare e una linea di confine in quell'area ben più difficile da tracciare e rispettare se paragonata con la zona collinare, dove crinali, vallette, corsi d'acqua e altri punti di riferimento erano guida sicura agli arbitri incaricati della spartizione. In pianura, invece, segnava (e ancora oggi segna) il confine fra i due comuni il torrente Borra, un corso d'acqua dal regime assai irregolare, disordinato e impetuoso, specialmente nelle stagioni intermedie. Per questo il suo alveo, a quell'epoca ancora privo di veri e propri argini, tendeva a cambiare direzione a ogni piena importante. Le sue acque però, unitamente a quelle della falda freatica, assai superficiale a quell'epoca per via della vicinanza della zona palustre, consentivano di irrigare agevolmente i campi durante l'estate, e il terreno alluvionale che si trovava lungo le sue sponde era particolarmente fertile e ben drenato. Per queste ragioni gli appezzamenti di terreno ubicati in pianura erano i più ricchi e produttivi, purché si esercitasse sul regime delle acque un controllo attento e strettissimo.

Il conflitto nasceva quando, nell'intraprendere la costruzione di opere per la salvaguardia di un comune, si andava a danneggiare il territorio del comune vicino, convogliandovi le acque di drenaggio. Quando poi il corso del torrente, unico riferimento certo e immediatamente riconoscibile, cambiava direzione, al danno costituito dalla perdita di terre fertili si aggiungeva l'inevitabile contenzioso dovuto all'esigenza di stabilire nuovamente un confine certo. Da qui derivava la preoccupazione costante, nel piano, del mantenimento di confini il più possibile chiari, stabili e tali da impedire ai vicini di danneggiarsi reciprocamente⁴⁷.

Il problema venne sollevato verso la metà del Duecento da parte dei Massesi di fronte al Podestà di Lucca. Costui, su loro querela, inviava, l'8 di maggio del 1254⁴⁸, una lettera al Podestà, al Consiglio e al comune di Montecatini con l'ingiunzione di desistere dalla realizzazione di opere di regimazione delle acque tali da costituire un pericolo per il territorio dei vicini. Evidentemente, precedenti tentativi di risolvere la vertenza in via amichevole erano rimasti infruttuosi e i Massesi avevano ritenuto indispensabile rivolgersi alla massima autorità della città dominante per essere tutelati contro i Montecatinesi. Costoro infatti, senza troppi scrupoli, avevano trovato un

sistema forse efficace, certamente assai disinvolto di proteggere il proprio territorio.

Questo documento testimonia un aspetto, un momento di una condizione conflittuale di cui si conserva traccia dai primi del Duecento che verosimilmente non si era mai del tutto sopita e che dovette trovare la sua definizione con l'accordo stipulato fra i due comuni il 16 giugno 1269⁴⁹. I comuni confinanti decisero allora di incanalare le acque della Borra, limitatamente al tratto in pianura, entro un alveo artificiale destinato a indirizzarle verso la parte più depressa del bacino a sud dei due comuni. L'opera così realizzata doveva garantire, nei limiti del possibile, la sicurezza dei terreni sia a destra che a sinistra dell'alveo ed era destinata a raccogliere anche le acque di altri torrenti e fossi della zona (la Nievole, il Rio Salsero, il *Balniolus*, forse l'attuale Rio Salserino) per assicurare il drenaggio delle campagne durante le piene. Data l'importanza della sua funzione, poteva essere mantenuta in efficienza anche solo da uno dei due comuni senza l'intervento dell'altro, a patto che i lavori realizzati non si risolvessero in un danno per l'altro o per i singoli proprietari delle terre circostanti.

È interessante notare come in questo atto si faccia riferimento a un'altra sentenza di arbitrato fra Massa e Montecatini, emanata in data non specificata ma anteriormente al 1269, che aveva autorizzato il comune di Montecatini a realizzare analoghe opere di drenaggio dalla parte del suo territorio, alle medesime condizioni⁵⁰. Probabilmente il documento pervenuto aveva il suo corrispettivo in quello cui si riferisce, e i due arbitrati, almeno per la porzione di territorio situata in pianura, segnarono finalmente, dopo molti anni, la composizione pacifica del contenzioso. Così, gli atti del 1269 e del 1291 consentirono il raggiungimento di una condizione di tale stabilità che ancora oggi il confine fra i due comuni è rimasto sostanzialmente lo stesso.

5. *Uzzano e i suoi vicini: dall'accordo amichevole al conflitto aperto*

5.1 *Buggiano: la tassazione e la sorveglianza delle proprietà fondiarie*

La problematica posta dalla regolamentazione dell'imposizione fiscale fra comuni confinanti, che abbiamo visto nel conflitto fra Massa e Verruca, fu alla base anche della controversia che oppose nel 1276 i comuni di Uzzano e Buggiano⁵¹. Anche in questo caso il livello della controversia non appare particolarmente alto. Come per Massa e Verruca, era necessario regolamentare le modalità di applicazione dell'imposizione fiscale per i proprietari 'forestieri' e quelle per l'applicazione di sanzioni nei confronti di chi commetteva furti o recava danni nel territorio del comune vicino, mentre il confine e il suo andamento non vennero mai posti in discussione. Le parti in causa provvidero a nominare un arbitro di comune fiducia, nella persona di Filippo «de Silva» da Antica, nel castello del quale, posto nel contado fiorentino, udite le parti, il 12 aprile 1276 venne emanata la sentenza⁵².

In cambio della cessione da parte del comune di Uzzano a quello di Buggiano di una quantità di terreni pari a otto coltre (poco meno di quattro

ettari in tutto) gli Uzzanesi che già possedevano terre nel territorio buggianese dovevano essere esentati dalla corresponsione di qualsiasi imposta. Regolata in questo modo ogni questione per il passato, l'arbitro stabilì che da allora in avanti quelli di un comune che avessero acquisito terre nel territorio dell'altro dovevano essere assoggettati al medesimo trattamento fiscale dei nativi, mentre i responsabili di furti e danni sarebbero stati sanzionati a cura dei custodi del comune dove avessero commesso il reato, con una procedura e delle sanzioni particolari fissate in quella sede dall'arbitro. Le sanzioni sarebbero raddoppiate se i reati fossero stati commessi di notte.

La sentenza fissò anche le modalità di esportazione dei prodotti delle terre dei forestieri. I proprietari di campi a miglio e panico avrebbero potuto esportare il loro prodotto nel comune di residenza solo se si fosse trattato di prodotti verdi, mentre il cereale lasciato seccare sul posto poteva essere esportato soltanto in determinati periodi dell'anno, secondo le norme dettate dagli statuti. Per il futuro, ogni altra controversia fra i due comuni si sarebbe dovuta risolvere entro quattro giorni a cura di una commissione paritetica di quattro membri, due per ciascun comune, nominati dai due Podestà in carica⁵³.

La sentenza fu ratificata dai due comuni solo 18 mesi più tardi⁵⁴, e le ragioni di una simile dilazione, piuttosto lunga, non sono note. Resta il fatto che la ratifica ci fu, e gli atti relativi da parte sia del comune di Uzzano sia di quello di Buggiano furono solennemente trascritti a futura memoria su una pergamena di grandi dimensioni che riporta anche il testo della sentenza quale era stato approvato dalle parti.

5.2 *Pescia: la necessità di separare, l'esigenza di condividere*

La viabilità e la sua gestione, la regolamentazione dell'imposizione fiscale, i diritti di giurisdizione e anche, seppure in minore misura, la regimazione delle acque sono le motivazioni alla base della più lunga e complessa e più importante delle controversie in materia di confini che si è scelto di analizzare in questa sede, cioè quella che oppose, fra la primavera e l'estate del 1298, il comune di Uzzano a quello di Pescia, con cui confinava a Occidente⁵⁵. La documentazione su di essa, pervenuta quasi integralmente, è stata in parte edita nel 1932 da Giuseppe Calamari⁵⁶.

Si tratta di un insieme di sette atti rogati fra il 14 marzo e il 22 settembre 1298. I primi tre (quelli editi da Calamari) sono contenuti in una sola pergamena attualmente custodita presso l'Archivio di Stato di Firenze⁵⁷. Il primo è l'atto di compromesso compiuto per iniziativa dei due comuni nelle mani di Carlo di ser Manente da Spoleto Capitano del Popolo di Lucca (14 marzo 1298). Il secondo è l'atto di nomina della commissione arbitrale, composta dal giudice Bernardo di Bolgarino, dall'Anziano Mazzeo di Rosciompelo e da uno dei Priori delle Società delle armi del Popolo di Lucca da nominarsi a cura dei due delegati come sopra, assistiti dal notaio *ad acta* ser Nerio (o Ranieri) di Duga (rogato il 16 aprile). Il terzo è l'approvazione e ratifica della commissione da parte degli Anziani e del Capitano del Popolo (datato 30 aprile).

Gli altri quattro atti, due dei quali editi, sono copie autenticate coeve agli originali, raccolte a comporre un codice pergameneo di 28 carte custodito attualmente presso la Sezione di Archivio di Stato di Pescia⁵⁸. Si tratta del verbale del procedimento di indagine condotto dalla commissione arbitrale direttamente sui luoghi della controversia (23 aprile-5 maggio)⁵⁹, del testo della sentenza di composizione emanata il 5 maggio⁶⁰, del verbale delle operazioni di posa in opera dei termini (30 giugno-23 luglio)⁶¹ e di un altro verbale che dà conto della realizzazione del fossato previsto dalla sentenza, destinato a separare, lungo tutto il confine (più di otto chilometri in linea d'aria, oltre una decina sul terreno) una volta per tutte il territorio dei due comuni (18 agosto-22 settembre)⁶². Se si considera che questi due ultimi verbali contengono anche la copia delle lettere trasmesse ai comuni in lite a cura del Capitano del Popolo di Lucca per informarli delle determinazioni adottate dagli Anziani e prescrivere loro una serie di adempimenti da osservare nella esecuzione della sentenza così ratificata⁶³, si comprende chiaramente come si tratti di una documentazione particolarmente ricca, pervenuta con insolita abbondanza di dettagli e ancora tutta da studiare nel suo insieme. Se ne prendono qui in esame solo alcuni aspetti, funzionali alla tematica del presente lavoro.

Alla base della controversia stavano, come si è accennato, molteplici ragioni. C'erano le ragioni di tipo essenzialmente economico, come la determinazione delle modalità di corresponsione delle imposizioni sulle terre possedute dai nativi di un comune nel territorio dell'altro, e di tipo giurisdizionale, legate alla competenza della custodia sui terreni (cui in ogni caso era connessa anche la corresponsione al comune che la esercitava di una certa somma di denaro), del genere che aveva contrapposto Buggiano e Uzzano fra il 1276 e il 1277; c'erano anche quelle relative alla manutenzione della viabilità locale e al transito in quell'area della stessa *strata* che era stata al centro della lite fra Buggiano e Massa; ma le ragioni che appaiono più significative furono le modalità di gestione di un importante insediamento "di servizi", l'insediamento di Campugliano, ubicato in un sito di alto valore strategico⁶⁴.

Un vero e proprio groviglio di interessi e di normative contrastanti, insomma, che doveva avere generato un livello di conflittualità assai alto, persino più alto di quello che si è potuto riscontrare nelle controversie fra Massa e Montecatini fra il 1208 e il 1291, in cui pure erano intervenuti direttamente a più riprese i vertici del potere lucchese. In nessuno dei casi finora esaminati, però, il risultato della composizione elaborata a così alto livello aveva dato come frutto la realizzazione di opere di confine tanto imponenti da perdere i connotati di una semplice linea di demarcazione per assumere la funzione di vera e propria barriera di separazione di natura e dimensioni eccezionali; una barriera che avrebbe condizionato sino a oggi lo sviluppo della viabilità e degli insediamenti nell'area a sud di Pescia⁶⁵.

In esecuzione della sentenza di composizione emanata dalla commissione arbitrale dopo un complesso procedimento d'indagine⁶⁶, vennero posti in opera fra i due comuni 57 cippi quadrati in pietra viva, di un braccio di lato, destinati a essere confitti almeno un braccio sotto il livello del terreno e a elevarsi

sopra di esso per oltre due braccia e mezza, imbiancati accuratamente con la calce per renderli ancora più visibili⁶⁷. Lungo la linea segnata da questi cippi, correva lungo tutto il confine, per almeno una decina di chilometri, non solo in pianura ma anche in mezzo alle alture a nord di Pescia, un fossato profondo sei braccia, largo quattro braccia alla superficie e due sul fondo, per la cui realizzazione i due Comuni si sarebbero dovuti gravare sia delle spese di realizzazione sia di quelle di esproprio⁶⁸. Le tariffe erano state calcolate in ragione di misure di superficie (coltre e quartieri) che la sentenza fissava minuziosamente sulla base della natura delle colture presenti sui terreni da espropriare⁶⁹.

Alla forza della separazione materiale si aggiunse il rigore della legge. Ogni intervento edilizio volto a consentire il passaggio oltre il fossato era rigorosamente vietato, e sanzionato con pesanti pene pecuniarie, mentre ciascuno dei due comuni era autorizzato a intraprendere anche unilateralmente ogni intervento ritenuto necessario per la sua manutenzione e salvaguardia⁷⁰. In questo modo, soltanto attraverso la viabilità locale o la *strata*, che la documentazione definisce senza mezzi termini *Francigena*⁷¹, diveniva possibile transitare da un comune all'altro; il fossato infatti impediva qualsiasi spostamento al di fuori della rete stradale.

Un'opera di tali dimensioni e una separazione così rigorosa possono essere giustificate solamente dall'esigenza di tenere quanto più possibile gli abitanti dei comuni in lite gli uni lontani dagli altri. È perciò ipotizzabile, anche se non ne viene espressamente fatta menzione nel documento, che la composizione fosse intervenuta solo dopo incidenti tali da mettere seriamente in crisi non solo la pacifica convivenza di due comuni, per quanto importanti potessero essere, ma la stessa sicurezza del territorio della Valdinievole. Quest'ultimo, poi, era un territorio solo di recente organizzato in Vicaria e nel quale l'ostilità nei confronti di Lucca aveva costretto la città a interventi repressivi drastici e durissimi (basti pensare alla distruzione di Pescia del 1281, o, per fare un altro esempio, alle spedizioni punitive contro Buggiano)⁷². In questa prospettiva l'atto di compromesso con cui Pescia e Uzzano avevano richiesto l'intervento arbitrale di Lucca perde il suo aspetto formale di atto di volontaria giurisdizione per assumere i connotati di un intervento deciso della città nei rapporti di due comuni facenti parte del territorio da essa controllato.

Da un'analisi più approfondita si ricava l'impressione che le ragioni di controversia fossero di vecchia data⁷³, non del tutto infondate per ambedue le parti e difficilissime se non impossibili da risolvere in linea di diritto. Lo testimonia l'elenco della documentazione prodotta nel processo dai due comuni, descritta minuziosamente nel verbale che, in quei passi, assume quasi la forma di un regesto⁷⁴. Sia l'una sia l'altra parte potevano disporre, a sostegno delle proprie tesi, di prove documentali indiscutibili, come atti notarili risalenti a molto tempo prima, quindi presumibilmente rogati in tempi non sospetti, o addirittura registri e atti dei magistrati comunali; e l'escussione dei testimoni⁷⁵, tutte persone di una certa età e scelte fra i residenti del vicino comune di Vivinaia per garantirne l'obiettività, non aveva dato risultati tali da assegnare a una delle parti la prevalenza sull'altra.

La commissione arbitrale tracciò una linea di confine che, se per tratti abbastanza lunghi rispettò lo stato di fatto, era frutto, nel suo insieme, dell'esercizio discrezionale del proprio potere, fortemente garantito e legittimato dalla città. Per oltre la metà del suo sviluppo, il confine andava tracciato in un territorio simile a quello della pianura fra Massa e Montecatini, e che era stato alla fine individuato definitivamente solo grazie alla realizzazione di un alveo artificiale. Anche qui, come in quel caso, la demarcazione fra i comuni andava stabilita in una pianura fortemente umanizzata, priva di punti di riferimento stabili, caratterizzata da un regime delle acque soggetto a improvvisi e talvolta catastrofici mutamenti, tali da turbare gravemente o da cancellare del tutto qualunque segno convenzionale che non fosse particolarmente duraturo⁷⁶. La soluzione al problema fu trovata costringendo le parti in lite a costruire un'opera tale da possedere le stesse caratteristiche di un confine naturale, come un corso d'acqua. Per questa ragione, alle operazioni di costruzione di tale opera avevano preso parte esperti agrimensori con la prescrizione di metterne per scritto tutti i dettagli⁷⁷. I calcoli necessari alla realizzazione del fossato erano fondati sulla posizione dei solidi e numerosi termini in pietra, in modo tale che si potesse ovviare all'eventuale asportazione o distruzione di alcuni di essi, di per sé assai difficile date le loro dimensioni e le modalità di posa in opera, con la ricostruzione della loro posizione originaria ricavabile a partire dall'andamento del fossato.

La conclusione della controversia, dunque, appare condotta all'insegna di una forte necessità di separare i territori. Nello stesso tempo però non esclude, anzi prevede espressamente o addirittura prescrive la condivisione di alcune aree connotate dalla presenza di particolari risorse. È il caso dell'insediamento produttivo di Campugliano, ubicato in un sito particolarmente importante nel contesto territoriale dei due comuni. Campugliano si trovava nei pressi del confine, lungo il percorso della *strata*, immediatamente a ridosso di un ponte oltre la Pescia maggiore e in corrispondenza dell'innesto sulla *strata* dell'asse viario di andamento nord-sud che collegava la sponda del bacino palustre con Pescia e la Valleriana da un lato, con il castello di Uzzano dall'altro; occupava quindi un punto nevralgico dal punto di vista della viabilità sia locale che principale⁷⁸. Nel secolo XI era stato costruito in quel punto, ad opera del santo laico Allucio, uno *hospitale* destinato ad assumere ben presto notevole importanza, sia localmente sia per il suo intervento, assieme all'*hospitale* dell'Altopascio, nella costruzione del ponte sull'Arno in corrispondenza del *castrum* di Fucecchio⁷⁹.

L'ubicazione, la vicinanza e l'abbondanza di acque correnti, la pendenza limitata, la natura del terreno si prestavano alla realizzazione di mulini, e nel 1298, nei dintorni dell'insediamento originario costituito dagli edifici dello *hospitale* fondato da Allucio e dalla chiesetta a servizio di quest'ultimo, di mulini ne esistevano ben due: uno detto «dello spedale di Pescia», quindi presumibilmente, almeno in origine, voluto o posseduto da questo ente, e un altro mulino, detto «del Grasso» dal nome del proprietario. I due impianti, in quell'epoca, venivano gestiti dal comune di Uzzano e dai figli di questo

personaggio, secondo forme consortili o societarie che non si conoscono con esattezza⁸⁰.

L'ubicazione dell'insediamento e soprattutto la presenza dei mulini, in corrispondenza di un incrocio stradale di quell'importanza, con gli edifici dell'*hospitale* negli immediati dintorni e in un'area a ridosso di un confine non ben determinato, doveva avere generato molte ragioni di controversia, probabilmente anzi le principali. Il comune di Pescia infatti doveva sopportare la pressione di un traffico notevole di "forestieri" (i due mulini erano infatti utilizzati, dice la sentenza, quasi esclusivamente dagli Uzzanesi) senza che ne avesse alcun tornaconto. Non è affatto escluso che le lamentele dei Pesciatini in ordine ai terreni soggetti al campatico e alle modalità di imposizione dell'estimo sui proprietari uzzanesi, a quanto sembra non del tutto infondate, venissero utilizzate come pretesto per esercitare pressione nei confronti dei vicini e ottenere un adeguato compenso.

La sentenza di composizione, nel dettare norme tanto rigorose per separare il territorio dei due comuni contendenti, teneva ben presenti le esigenze di condivisione connesse a un territorio e a un insediamento produttivo così importanti e offrì alle parti delle soluzioni in cui le ragioni economiche, le ragioni della separazione e quelle della condivisione trovavano eguale peso.

Il problema della viabilità e della sua integrazione efficiente fra i due comuni venne risolto facendo coincidere il confine con l'asse viario che serviva l'insediamento di Campugliano ponendolo in comunicazione sia con il territorio di pianura a Meridione che con la parte alta della vallata a Settentrione⁸¹. La sua manutenzione fu affidata a entrambi i comuni, prevedendo anche qui, come nella controversia fra Massa e Montecatini, la possibilità di intraprendere unilateralmente i necessari lavori, con il patto espresso di non peggiorare ma di migliorare lo stato della via e delle opere d'arte connesse, soprattutto le opere di drenaggio⁸². In questo modo la viabilità interna di ciascun comune poteva integrarsi con quella del vicino grazie all'innesto su un asse viario che costituiva territorio neutro e non poteva dare origine a contestazioni.

Il resto della materia del contendere (la normativa fiscale e sul campatico) fu risolto grazie a un compromesso di tipo economico collegato alla gestione dell'insediamento di Campugliano. Con un'operazione radicale, che eliminava ogni possibile fonte di controversia per il futuro, la commissione arbitrale impose anzitutto ai due comuni di esentare da ogni obbligo fiscale a qualsiasi titolo tutte le terre possedute dagli abitanti dell'uno nel territorio dell'altro. L'esenzione sarebbe rimasta valida fino a che tali terre non fossero passate in proprietà ai residenti, per vendita o per altre ragioni; in tal caso sarebbe decaduta⁸³. Come contropartita di questa decisione, che evidentemente, a giudizio degli arbitri, penalizzava il comune di Pescia, il comune di Uzzano era tenuto a rifondere il suo vicino, a titolo di compensazione, con il versamento della somma di 450 lire di denari lucchesi. Pescia avrebbe potuto incamerare il denaro oppure utilizzarlo come contributo per l'acquisto della metà dei mulini di Campugliano; se avesse optato per l'acquisto, l'operazione sarebbe stata tutelata e garantita dal comune di Lucca, in deroga a qualsiasi convenzione

o penale eventualmente in vigore fra i proprietari, che venivano comunque annullate per vigore della sentenza d'arbitrato. In quel caso il confine fra i due Comuni sarebbe passato in mezzo al canale di adduzione dell'acqua destinata a muovere le macine, mentre gli impianti sarebbero passati in proprietà comune. Se invece Pescia avesse rifiutato di acquistare la metà dei mulini e incamerato la somma dovuta da Uzzano, il territorio dove sorgevano i mulini e l'intero insediamento sarebbe stato assegnato a quest'ultimo⁸⁴. Così, grazie a un complesso equilibrio fra misure rigorose di separazione e forme imposte e regolamentate di condivisione, venne composta con successo una controversia capace, per la sua gravità, di compromettere irrimediabilmente l'equilibrio di un territorio.

6. Conclusioni

La prima impressione che si ricava è che, al di là del livello delle controversie – in alcuni casi risolte con poco più che un accordo informale, in altri tali da richiedere il diretto coinvolgimento delle massime strutture di governo della Dominante – alla fine le ragioni della condivisione furono vincenti a fronte di quelle della separazione. La necessità di trovare forme di condivisione era anzitutto dettata dalla struttura istituzionale dell'area interessata; una struttura caratterizzata da una tale frammentazione che ogni forma di separazione troppo rigida sarebbe stata impensabile. Dimostra questo assunto un passo della composizione fra Pescia e Uzzano che si riferisce a solo una parte del territorio interessato ma che è valido per tutta la Valdinievole nel secolo XIII. Durante le operazioni di posa in opera dei termini e di realizzazione della fossa di confine i messi della Vicaria avevano ricevuto l'incarico di rendere pubblici in tutti i comuni della zona il luogo, i giorni e gli orari in cui i proprietari dei terreni espropriati avrebbero potuto recarsi per ottenere la liquidazione dell'indennità cui avevano diritto⁸⁵. I loro referti al notaio della commissione incaricata di coordinare i lavori elencano tutti i comuni in cui il bando è stato diffuso⁸⁶ e da essi emerge un'immagine assai dettagliata della Valdinievole nordoccidentale dal punto di vista degli insediamenti e delle giurisdizioni locali, e ancora inedita per quest'altezza cronologica.

In un'area di 13 chilometri per 8,5, cioè di poco più di 100 chilometri quadrati⁸⁷, erano presenti, come veri e propri comuni dotati di magistrature e competenze, ben 15 insediamenti oltre a Pescia e Uzzano; tutti definiti con il termine di comune, tutti caratterizzati da una struttura relativamente complessa, quasi tutti dotati di mura e torri che li facevano qualificare come *castra*. A questi vanno aggiunti altri centri abitati che non erano stati citati da quel documento ma che pure esistevano in quell'epoca: potevano essere villaggi "aperti", come Scorciabocconi, che la commissione arbitrale nominata per la controversia fra Uzzano e Pescia aveva scelto come sede delle operazioni, o San Piero in Campo, dove era stata solennemente pronunciata la sentenza, o ancora Vacchereccia, ai piedi delle alture dove sorgeva Massa; oppure castellani, come Vivinaia o Verruca. In tutti questi centri, che si trovavano nel-

le immediate adiacenze dell'area della lite, vivevano individui e famiglie con la necessità di lavorare la terra, di spostarsi per raggiungerla, di trasportare i loro prodotti quanto meno ai mercati di Pescia e di Buggiano (ma la presenza della *strata* rendeva raggiungibili mercati anche più lontani); una separazione troppo rigida e netta, linee di confine realmente "impermeabili" sarebbe state soluzioni del tutto impraticabili.

Bisogna poi tener conto del fatto che nella Valdinievole dei secoli XIII-XIV la sistemazione agraria non prevedeva la presenza di poderi caratterizzati da continuità territoriale. Ogni proprietario di terre coltivabili possedeva un certo numero (in certi casi un numero ragguardevole) di singoli appezzamenti ubicati un po' ovunque nella vallata, anche a svariati chilometri di distanza dal suo paese di residenza. I distretti comunali, d'altra parte, di estensione proporzionata al peso demografico del castello cui si riferivano, erano di estensione così limitata (nel rettangolo di territorio preso ad esempio si ha una media di poco più di 6 chilometri quadrati per comune) da rendere virtualmente indispensabile ai loro abitanti l'acquisto di almeno alcuni appezzamenti di terreno nel territorio dei comuni vicini. Dato che uno dei principali cespiti comunali era costituito dal gettito delle imposizioni sugli immobili, in un contesto del genere la normativa sull'estimo doveva essere tale da non ostacolare la condivisione della terra coltivabile fra proprietari di più comuni⁸⁸.

I terreni, una volta messi in produzione, dovevano essere adeguatamente difesi contro furti e danneggiamenti; e a tale scopo ciascun comune disponeva di apposito personale incaricato di esercitare tale sorveglianza⁸⁹. Era il servizio erogato contro quella contribuzione in denaro, proporzionale all'estensione e al valore delle terre possedute, il "campatico", che nel caso della controversia fra Pescia e Uzzano costituiva uno dei termini essenziali della questione ma che si è incontrato anche in altre delle controversie esaminate. È naturale che l'esercizio del diritto di campatico costituisse, oltre a un introito non trascurabile, un segno forte di soggezione di un determinato territorio alla *jurisdictio* del comune che lo riscuoteva⁹⁰.

Così, era generalizzata sul territorio una duplice e contrastante esigenza. Da un lato, ragioni di interesse, di giurisdizione o di ordine pubblico rendevano necessario tracciare linee di confine che non sempre erano agevoli a individuarsi e a rendere stabili nel tempo; dall'altro, la presenza sul territorio di ciascun comune di appezzamenti di terre coltivabili posseduti da "forestieri" poneva comunque la necessità di regolamentare il loro accesso, la loro custodia, le forme e i modi di esazione dell'imposizione fiscale su di essi, in un regime di equità e di reciprocità di trattamento coi comuni confinanti.

Le esigenze di spostamento e di manutenzione del territorio imponevano, poi, più che suggerire, soluzioni di condivisione. Il sistema di vie di interesse locale e la rete di fossati di scolo che, soprattutto in pianura, garantivano le comunicazioni, i trasporti e il drenaggio delle campagne potevano svolgere efficacemente la loro funzione solo a patto di servire l'intero territorio, senza tener conto più di tanto delle linee di confine; o meglio, esse stesse dovevano divenire elementi del confine, andando così a svolgere la duplice funzione di

vie di traffico o di opere di drenaggio da un lato, di linea di demarcazione dall'altro.

Quando infine si trattava di rispondere a bisogni essenziali, come ad esempio la molitura dei grani e delle castagne o la frangitura delle olive, le ragioni della condivisione si facevano ancora più forti. I notevoli investimenti necessari per la realizzazione di un impianto tecnologico come un mulino e la relativa complessità della sua gestione, in cui entrava a far parte il diritto, di natura squisitamente "pubblica", sulle acque, erano fattori che potevano favorire operazioni congiunte di comuni, altri enti e soggetti privati; la sua importanza per l'economia di un territorio potenzialmente assai esteso ne consigliava l'ubicazione in posizione baricentrica e servita da un'efficiente rete stradale. Oltretutto, consentire l'accesso al maggior numero possibile di fruitori era un'ulteriore garanzia della sua redditività. Era quindi naturale che impianti del genere fossero ubicati in prossimità dei confini e che questa presenza potesse provocare controversie in ordine all'accesso, alla gestione e alla destinazione dei proventi dell'attività. Erano controversie che potevano trovare adeguata composizione solamente con il coinvolgimento dei comuni interessati sia nella proprietà sia nella gestione e nella partecipazione ai proventi: un coinvolgimento che poteva essere diretto e concreto oppure convertito nella monetizzazione del danno presunto posta a carico della parte giudicata favorita dalla situazione. Questa fu di fatto la strada percorsa dagli arbitri lucchesi per Uzzano e Pescia, e anche in questa occasione, nonostante il livello della controversia, la sentenza chiuse definitivamente ogni conflitto.

Quello che più colpisce è la modalità e la natura dell'intervento delle città dominanti: un intervento graduato e prudente, improntato in linea di principio al rispetto dell'autonomia decisionale dei comuni ma che poteva farsi deciso e radicale se si rendeva necessario. L'attenta gestione della controversia fra Serravalle e Montevettolini, ad esempio, da parte di Pistoia è indice di una notevole attenzione a mantenere il conflitto entro limiti tali da non dare a Lucca il minimo pretesto per un intervento diretto. Lo squilibrio di forze l'avrebbe resa comunque perdente, e la decisione con cui il Consiglio dei Trentasei intervenne ad avocare a sé una questione normalmente demandata ai rettori locali mostra l'ampiezza del potere che si esercitava, se necessario, nei confronti delle comunità soggette. D'altra parte era anche nell'interesse di Serravalle vedere le proprie ragioni sostenute al massimo livello, quindi l'avocazione dovette essere presa più come un atto di tutela che una limitazione di autonomia.

Il silenzio delle fonti sulla questione da parte lucchese potrebbe dipendere da fattori relativamente casuali, come la perdita della documentazione; può essere anche letto, però, in un altro modo. Il mantenimento della stabilità politica presso la frontiera del Montalbano non era contro gli interessi di Lucca, in quel particolare periodo storico, e se Pistoia di fronte a quella controversia fu in apprensione (e la trascrizione degli atti nel *Liber censuum* lo dimostra oltre ogni dubbio), dietro all'evasività dell'atteggiamento di Montevettolini verso le ragionevoli proposte pistoiesi si intravede una scelta politica non solo

locale. Si ha l'impressione cioè che Lucca seguisse con attenzione l'evolversi della controversia e che, senza forzare la mano contro gli interessi degli alleati, non fosse contraria all'ipotesi di una soluzione unilaterale adottata da Pistoia. In questo modo manteneva le mani libere qualora avesse ritenuto necessario, in futuro, riaprire la questione; e l'atteggiamento evasivo dei rettori di Montevettolini e il rifiuto di inviare propri rappresentanti alla revisione generale dei confini in quell'area potrebbero essere gesti suggeriti direttamente da Lucca.

Il fatto è che, anche quando le controversie erano composte senza l'intervento diretto della Dominante, gli atti che erano compiuti ai fini della composizione stessa (l'atto compromissorio, le nomine di procuratori e di arbitri, le sentenze e l'apparato esecutivo e sanzionatorio da esse previsto) rientravano comunque nel contesto di un'organizzazione del territorio in cui vigeva una normativa e veniva seguita una prassi giuridica imposte o comunque decise da Lucca o da Pistoia. Il discrimine fra la discreta sorveglianza esercitata mediante i Podestà inviati a reggere i Comuni⁹¹ e l'intervento diretto nelle controversie è dato dal livello della conflittualità. Fino a che si trattava di regolare rapporti economici mediante accordi bilaterali o si faceva pacificamente ricorso ad arbitri prescelti di comune accordo e tali da garantire obiettività ed estraneità agli interessi delle controparti né Pistoia né Lucca intervenivano. L'azione aveva comunque luogo sotto il controllo dei Podestà cittadini inviati nei comuni e la loro presenza era considerata sufficiente alla tutela degli interessi della Dominante.

Quando una delle parti in lite riteneva che non ci fossero le condizioni per una soluzione "interna" della questione poteva fare ricorso alle curie e alle magistrature cittadine, nella certezza di ricevere una risposta pronta ed efficace ai fini della tutela del proprio buon diritto (ed è il caso della querela di Massa del 1254)⁹². La Dominante allora interveniva a richiamare, con il peso della propria autorità, la parte inadempiente o responsabile di atti lesivi nei confronti del querelante. Evidentemente già a metà del Duecento la città era riuscita ad accreditare presso i comuni soggetti una convincente immagine di garante della legge e di affidabile depositaria della forza indispensabile per applicarla e farla rispettare.

Quando poi il livello del conflitto era tale da rendere problematica l'ipotesi della sua composizione (è il caso della posa dei termini fra Massa e Montecatini del 1291 ma soprattutto del lungo e complesso procedimento di composizione per Uzzano e Pescia del 1298) la città interveniva direttamente e duramente. La forma del compromesso arbitrale era sempre salva, ma la gestione di ogni aspetto della procedura avveniva con il rigore e l'ampiezza propri di poteri sovrani. Tutta la normativa emanata dalle commissioni arbitrali che si succedettero fra il marzo e il settembre del 1298 nella sede di Scorciabocconi – una normativa per l'elaborazione della quale il ruolo del notaio Ranieri di Duga fu fondamentale – si richiama infatti alla città in modo chiaro ed esplicito, come fonte di legittimazione, come garante della sua esecuzione, infine come titolare del diritto di riformarla e modificarla a suo arbitrio⁹³. Anziani, Capitani

del Popolo e Podestà lucchesi (ma anche i membri del pistoiese Consiglio dei Trentasei), per parte loro, intervennero anche direttamente nelle procedure, assistendovi, emanando sentenze ma soprattutto ratificandone o modificandone le conclusioni e agendo per l'esecuzione delle disposizioni arbitrali.

La documentazione esaminata non consente di verificare in modo approfondito le modalità esatte con cui Pistoia amministrava il territorio delle comunità soggette; è invece possibile un approfondimento per la parte lucchese. Per l'applicazione e il rispetto della normativa di volta in volta emanata o invocata i magistrati cittadini, prima di entrare direttamente nel merito, potevano far conto su almeno due livelli di potere amministrativo in sede locale: quello costituito dai comuni stessi, nel contesto dell'esercizio di una ben delimitata autonomia fissata dagli statuti e sotto il controllo dei podestà cittadini, e quello organizzato nella curia del vicario, anch'esso regolamentato da statuti appositi. In prima istanza le norme risultanti dall'arbitrato e le relative sanzioni per gli inadempienti venivano poste sotto la diretta responsabilità delle magistrature comunali (e, in via d'ipotesi, dato che non disponiamo di documenti statutari completi di epoca lucchese, dopo essere recepite negli statuti dei comuni stessi come aggiunte o riforme). In seconda istanza, o quando fossero nuovamente sorte controversie fra i comuni interessati, la questione veniva portata di fronte alla curia vicariale, che agiva così come potere giurisdizionale "intermedio" fra il comune e la città⁹⁴.

Al di là delle ragioni specifiche di ciascuna controversia, comunque, dal quadro d'insieme ricavabile dai documenti emerge un'immagine di territori ormai saldamente e organicamente inseriti nel contesto di un "sistema" di organizzazione territoriale imposto, regolato e controllato strettamente dalle città dominanti⁹⁵. Dall'indagine su un tema specifico come le controversie sui confini, così, emergono anche aspetti interessanti e informazioni di prima mano sulla natura e il funzionamento delle relazioni istituzionali fra la città di Lucca e di Pistoia e fra ciascuna di esse e le aree decentrate del loro territorio.

Figure



Fig. 1. L'area interessata dalla controversia fra Serravalle e Montevettolini. Emerge chiaramente il valore strategico del crinale del Montalbano rispetto a Pistoia e la sua piana.

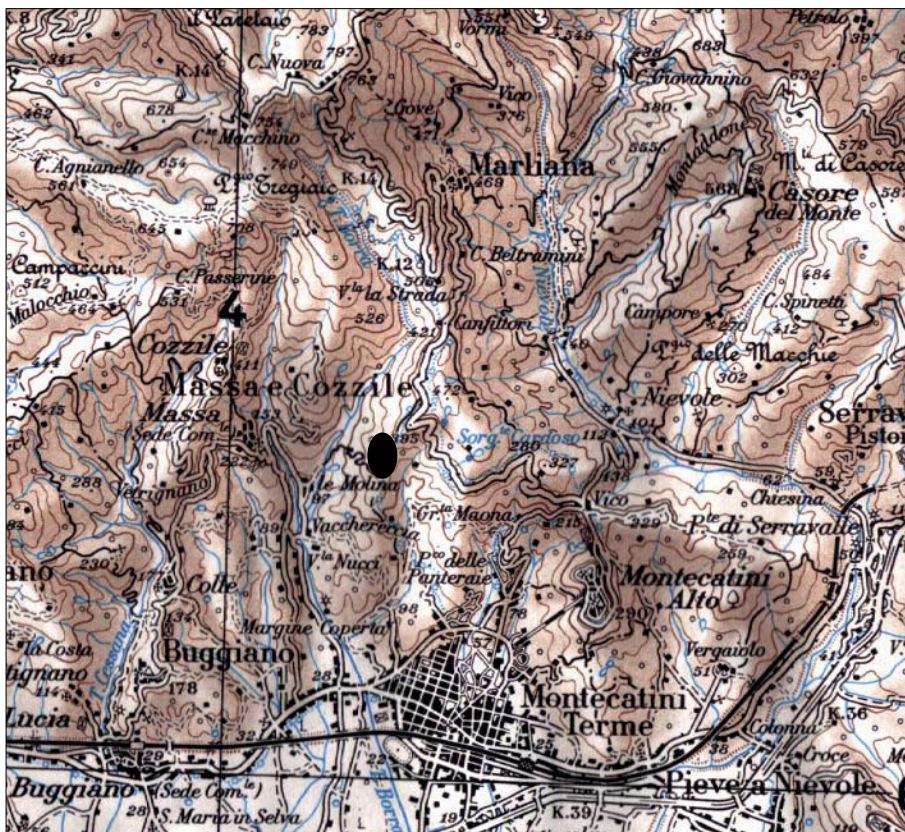


Fig. 2. L'area del comune di Massa e Cozzile. Montecatini e Verruca sono a ovest del castello, Buggiano a est. Il sito di Verruca, dove ancora permangono suggestivi ruderi del castrum medievale, è segnato con un'ellisse nera.

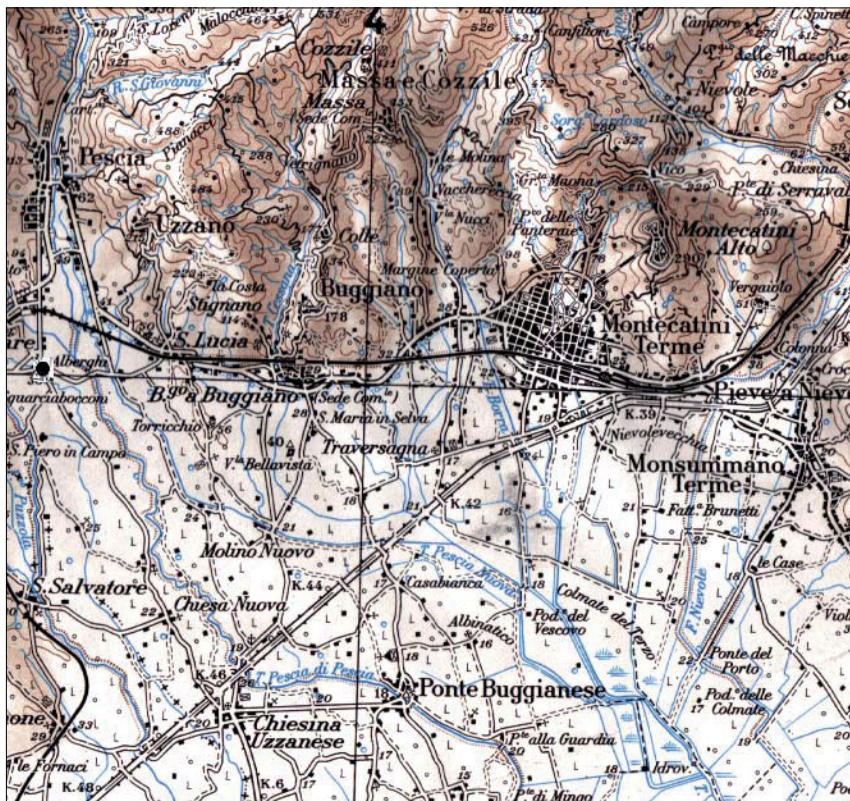


Fig. 3. L'area del comune di Uzzano. Buggiano è a ovest, Pescia a est. L'abitato di Chiesina Uzzanese, corrispondente all'antico Ponte Uzzanese, si trova a sud, nella piana, lungo il corso della Pescia maggiore.

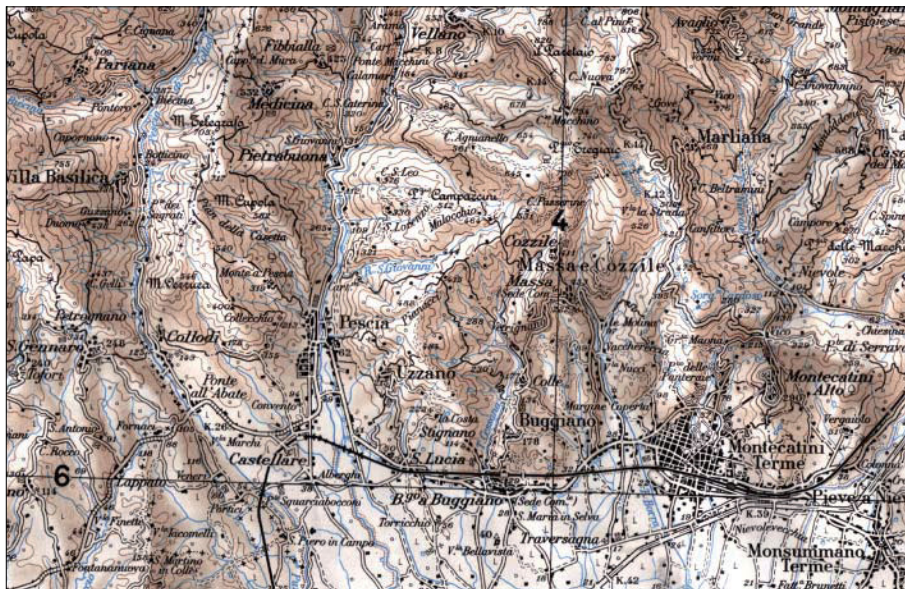


Fig. 4. I comuni citati nel referto dei messi della curia vicariaie si trovano tutti in quest'area. Vivinaia, oggi scomparsa, era a sud, lungo il corso della Pescia minore o di Collodi, mentre il borgo di Scoriabocconi, anch'esso scomparso, si trovava in corrispondenza del ponte immediatamente a ovest della località di San Piero in Campo. L'unica emergenza architettonica superstita è appunto la pieve, che si trovava fra i due abitati.



Fig. 5. Una panoramica generale del territorio della Valdinevole dal crinale del Montalbano al corso della Pescia di Collodi.

Note

¹ P. Toubert, *Frontière et frontières: un objet historique*, in *Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*, Castrum 4, a cura di J.- M. Poisson, Rome-Madrid 1992, p. 16.

² Il lavoro di riferimento sulla geografia fisica e antropica della Valdinievole resta ancora oggi M. P. Puccinelli, *La Valdinievole (Studio di geografia umana)*, Roma 1970 (Memorie della Società geografica italiana, 29). Della stessa autrice cfr. anche *La Valdinievole: l'unità della regione nei suoi aspetti fisici. Gli insediamenti e le vicende storiche dalle origini al XVIII secolo*, in *L'identità geografico-storica della Valdinievole*. Atti del convegno (Buggiano, giugno 1995), Buggiano 1996. L'intero volume di atti costituisce a sua volta buona introduzione al tema.

³ Non è questa la sede per una rassegna completa degli studi e delle fonti sulla geografia e la storia del bacino di Fucecchio. Costituisce un buon punto di partenza il lavoro di A. Malvolti, *Il ponte di Cappiano e il Padule di Fucecchio dal Medioevo all'età lorenese*, in A. Malvolti, G. Galletti, *Il ponte mediceo di Cappiano. Storia e restauro*, Fucecchio 1989, pp. 7-64, con moltissimi riferimenti sia alla letteratura sia alle fonti per il periodo specificato. Un aggiornamento della tematica e della letteratura in *La Vallis Nebulae e il padule di Fucecchio. Vicende e governo di un'area umida dal Medioevo ad oggi*. Atti del convegno (Buggiano, giugno 2004), Buggiano 2005.

⁴ Il problema delle continue oscillazioni di livello delle acque del bacino in età medievale e moderna, oltre che nel lavoro di Malvolti, *Il ponte di Cappiano e il Padule di Fucecchio* cit., è trattato da A. M. Onori, *Terre e paludi del Comune di Buggiano (1387-1519). La gestione di un territorio fra progetti politici e realtà economica*, in *La Vallis Nebulae e il padule di Fucecchio* cit., pp. 189 sgg.

⁵ L'ipotesi del *limes* bizantino-longobardo in Valdinievole è sostenuta con buoni argomenti da N. Rauty, *Il limes bizantino in Valdinievole*, in *I castelli in Valdinievole*. Atti del convegno (Buggiano, giugno 1989), Buggiano 1990; Id., *La Valdinievole fra Lucca e Pistoia nell'alto Medioevo*, in *La Valdinievole fra Lucca e Pistoia nel primo Medioevo*. Atti del convegno (Fucecchio, maggio 1985), Pistoia 1986, pp. 7-23; Id., *Storia di Pistoia, I, Dall'Alto Medioevo all'età precomunale (406-1105)*, Firenze 1988, pp. 46-50. Per il ruolo della Valdinievole fino alla morte di Federico II cfr. R. Pescaglioni Monti, *Le vicende politiche e istituzionali della Valdinievole tra il 1113 e il 1250*, in *Pescia e la Valdinievole nell'età dei Comuni*, Atti del convegno (Pescia, ottobre 1986), a cura di C. Violante e A. Spiccianni, Pisa 1995, pp. 57-89. Per il rapporto fra istituzioni laiche e struttura ecclesiastica Id., *Nobiltà e istituzioni ecclesiastiche in Valdinievole tra XI e XII secolo*, in *Un santo laico dell'età postgregoriana. Allucio da Pescia (1070 ca.-1134). Religione e società nei territori di Lucca e della Valdinievole*. Atti del convegno (Pescia, aprile 1985), Roma 1991, pp. 57-89. Il ruolo dei vescovi nella zona è analizzato da A. Spiccianni, *Il vescovo e il Comune di Pescia*, in *Terre di Lucca. Saggi di storia medioevale della Valdinievole (secoli XII-XIII)*, a cura di Id., Pisa 2004, pp. 63-95. Per il ruolo di Lucca in Valdinievole alla vigilia del suo passaggio sotto Firenze cfr. *Lo statuto di Pescia del 1339*, a cura di A. M. Onori, Pistoia 2000, pp. VII- XXXIX.

⁶ Sulla rete viaria della Valdinievole cfr. A. M. Onori, *Pescia dalle origini all'età comunale*, Pistoia 1998, pp. 13-19.

⁷ A. M. Onori, *Assetto del territorio, tipologia degli insediamenti e organizzazione dello spazio abitativo nella Valdinievole del tardo Medioevo*, in *Le dimore di Pistoia e della Valdinievole. L'arte dell'abitare tra ville e residenze urbane*, a cura di E. Daniele, Firenze 2004, p. 208.

⁸ Piuttosto che presentare le controversie in ordine cronologico, data la materia della documentazione, strettamente legata all'aspetto del territorio, si è scelto di illustrarle secondo un ordine geografico, da est a ovest, prendendo come punti di riferimento i comuni di Serravalle, Massa di Valdinievole e Uzzano.

⁹ G. Tommasi, C. Minutoli, *Sommario della storia di Lucca dall'anno MIV all'anno MDCC compilato su documenti contemporanei da Girolamo Tommasi [...] e continuato sino all'anno 1799 [...] per cura di Carlo Minutoli*, Firenze, 1847, pp. 140-164; R. Manselli, *La Repubblica di Lucca*, in *Storia d'Italia*, a cura di G. Galasso, Torino 1987, VII, pp. 660-661.

¹⁰ Tommasi, Minutoli, *Sommario della storia di Lucca* cit., p. 106.

¹¹ Op. cit.

¹² *Liber censuum communis Pistorii. Regesto corredato di tre indici e preceduto da un'introduzione*, a cura di Q. Santoli, Pistoia 1915, pp. 317-325.

¹³ Op. cit., p. 317 (n. 474).

¹⁴ Op. cit., pp. 324-325 (n. 484).

¹⁵ Di lì a poco più di vent'anni quella frontiera sarebbe diventata teatro di violentissimi e sanguinosi scontri fra Lucca e Firenze da un lato, nelle mani dei guelfi neri, e Pistoia, di fede bianca e divenuta luogo di rifugio degli esuli bianchi di Firenze e Lucca: Tommasi, Minutoli, *Sommario della storia di Lucca* cit., pp. 121-124.

¹⁶ Cfr. fig. 1.

¹⁷ *Liber censuum comunis Pistorii* cit., p. 321, n. 478.

¹⁸ Op. cit.

¹⁹ Secondo le risultanze dell'indagine, i confini fra Montevettolini e Pistoia non erano mai mutati a memoria d'uomo ed erano collocati «in quodam loco dicto San Martino Marliatico; et erat et esse debet quidam lapis fictus pro termino, et usque ad dictum lapidem debet esse de territorio comunis Pistorii, et pro comuni de Serravalle omnes dantes danpnum cum bestiis vel sine bestiis a dicto lapide citra condenpnabantur tanquam de territorio dicti comunis, et usque ad dictum locum camparii tuebantur pro dicto comuni usque ad dictum lapidem». In quel territorio si procedeva, anche con la forza, al sequestro di scuri e carbone ai legnaioli e carbonai di Montevettolini che facevano carbone e legna oltre il confine stabilito, le bestie degli uomini di Montevettolini che pascolavano abusivamente in quell'area venivano espulse dai guardiani di Serravalle oppure erano soggette al pagamento di diritti di pascolo a favore di quel comune. Uno dei testimoni aggiunse che «quando erat puer, custodivit ibi bestias cum aliis pueris de Serravalle et finis vallis, et faciebant ibi ad lapides et gloves cum pueris de Montevectorino, et expellebant eos inde, si veniebant abinde supra»: *Liber censuum comunis Pistorii* cit., pp. 318-320, n. 475.

²⁰ Op. cit., p. 320, n. 476.

²¹ Op. cit., p. 320, n. 477.

²² Op. cit., p. 321, n. 477.

²³ Op. cit., p. 321, n. 478.

²⁴ Op. cit., pp. 321-322, n. 479.

²⁵ Op. cit., p. 323, n. 481.

²⁶ Op. cit., p. 324, n. 483.

²⁷ Op. cit., p. 324, n. 483.

²⁸ Cfr. fig. 1.

²⁹ Tommasi, Minutoli, *Sommario della storia di Lucca*, pp. 124-125; G. Ansaldo, *La Valdinievole illustrata nella storia naturale, civile ed ecclesiastica, delle industrie e delle arti belle per Giuseppe Ansaldo di Pescia*, Pescia 1879 (rist. Bologna 1977), II, pp. 207-208.

³⁰ Cfr. fig. 2, dove il sito di Verruca è segnato con un'ellisse nera.

³¹ E. Coturri, *Della signoria degli Alberti di Prato, e quindi di un ramo particolare di essi, a Capraia e in altri castelli del Montalbano e della Valdinievole*, in Id., *Pistoia, Lucca e la Valdinievole nel Medioevo. Raccolta di saggi*, Pistoia 1998, pp. 221-238.

³² Ansaldo, *La Valdinievole illustrata* cit., II, p. 208.

³³ A. M. Onori, *Alle radici del presente. Il Comune di Massa e Cozzile dalle origini alla fine del Settecento*, in *Massa e Cozzile. Storia di una comunità*, a cura di A. M. Onori, M. Francini, G. Boccaccini, San Giovanni Valdarno 1999, pp. 36-37.

³⁴ Archivio di Stato di Firenze (d'ora in poi ASFI), *Archivio diplomatico. Massa e Cozzile*, 1299 nov. 1; 1300 dic. 29. Le pergamene sono state edite da L. Mosiici, *Documenti di lega, patti e convenzioni stipulati da Comuni della Valdinievole nel secolo XIII: note diplomatiche*, in *Pescia e la Valdinievole nell'età dei Comuni*, Pisa 1995, pp. 135-136.

³⁵ Onori, *Alle radici del presente* cit., pp. 29-32; Id., *Popolazione e vita civile nei castelli della Valdinievole*, in *Vivere dentro le mura*, a cura di G. C. Romby, Pisa 2004, pp. 29-30.

³⁶ Onori, *Alle radici del presente* cit., p. 30.

³⁷ L'episodio gode localmente di una fama leggendaria alimentata da un opuscolo fino a pochi anni fa introvabile ma recentemente ristampato: V. Virgili, *In Valdinievole. La Verruca di Massa e Cozzile*, Pescia 1906 (rist. 1992). Costui attinse al lavoro di P. O. Baldasseroni, *Istoria della città di Pescia e della Valdinievole*, Pescia 1784, p. 122, e al già citato lavoro di Ansaldo, *La Valdinievole illustrata*, II, pp. 207-208. Il resto dell'opuscolo è frutto di ricerche dell'autore presso gli archivi fiorentini, lucchesi e locali, cui ebbe accesso grazie alla sua carica di segretario comunale a Massa e Cozzile fra la fine dell'Ottocento e i primi del Novecento.

³⁸ ASFI, *Diplomatico. Massa e Cozzile*, 1276 mag. 15.

³⁹ R. Pescagli Montoni, *Nobiltà e istituzioni ecclesiastiche in Valdinievole tra XI e XII secolo*, in *Un santo laico dell'età postgregoriana. Allucio da Pescia* cit., pp. 65-93; Id., *Le vicende politiche*

e istituzionali della Valdinievole tra il 1113 e il 1250, in *Pescia e la Valdinievole nell'età dei Comuni*, a cura di C. Violante e A. Spiccianni. Atti del convegno (Pescia, ottobre 1986), Pisa 1995; *Signori e feudatari della Valdinievole dal X al XII secolo*. Atti del convegno (Buggiano, giugno 1991), Buggiano 1992, pp. 117-128.

⁴⁰ Cfr. sopra.

⁴¹ Cfr. fig. 2.

⁴² La questione, sollevata dal comune di Massa, sta in questi termini: il comune di Buggiano ha eretto in luogo detto Gamberaio delle «furcas» che a detta dei Massesi sono in territorio del loro Comune quindi vanno smantellate; il comune di Massa chiede inoltre che il territorio intorno alla «strata» che corre in quei luoghi venga marcato da linee di confine e assegnato a ciascuno dei due comuni. ASFI, *Diplomatico. Massa e Cozzile*, 1276 mag. 15-set. 22.

⁴³ Gli arbitri incaricati della composizione della controversia concludono come segue: 1) La «strata» che passa in Gamberaio deve essere ripartita fra il territorio dei due comuni in lite prendendo come riferimento il filo del confine della terra di Corsetto da Massa e quello della terra di Nello di Bertuccio sopra strada, distinguendo il confine mediante la posa di un termine a cura dei medesimi arbitri; 2) Dal termine in qua la strada è di competenza del comune di Massa, dal termine in là la strada è di competenza del comune di Buggiano e solo il comune cui spetta il territorio potrà realizzare opere su di essa; 3) Le «furcae» erette dai Buggianesi vanno rimosse perché insistono su un tratto di strada di competenza dei Massesi. ASFI, *Diplomatico. Massa e Cozzile*, 1276 set. 22. Il presente atto è nella stessa pergamena del precedente e tutti e due sono stati editi a cura di Mosiici, *Documenti di lega cit.*, pp. 131-132.

⁴⁴ Miletto dei Grifi da Brescia Podestà di Lucca e Ugolino da Sassoferrato Capitano del Popolo della stessa città, come arbitri prescelti nella lite fra il comune di Massa e Cozzile e il comune di Montecatini emanano la sentenza e indicano i punti in cui porre in opera i cippi di confine. ASFI, *Diplomatico. Massa e Cozzile*, 1291 dic. 22. La pergamena è stata edita a cura di Mosiici, *Documenti di lega cit.*, pp. 132-134.

⁴⁵ La sentenza fu pronunciata «coram domino Petro de Gaydo iudice lucano pro domino Milecto potestate, domino Francesco de Osimo iudice domini Ugolini de Sassoferrato capitanei Lucani, domino Guisolino sotio et milite dicti domini potestatis, domino Petro Bartolo sotio ipsius potestatis, domino Ranerio sotio et milite dicti domini Ugolini capitanei»: ASFI, *Diplomatico. Massa e Cozzile*, 1291 dic. 22 (edita in Mosiici, *Documenti di lega cit.*, p. 133).

⁴⁶ Cfr. fig. 2.

⁴⁷ In questa prospettiva non stupisce che la prima pergamena che faccia menzione di un magistrato del comune di Montecatini, per esempio, datata 8 ottobre 1208 (ASFI, *Diplomatico. Massa e Cozzile*, 1208 ott. 8) riguardi proprio la proposta avanzata dal comune di Montecatini ai Massenses affinché approvassero lo stato dei confini nel piano, nei dintorni della località detta Canneto. Si tratta del documento più antico, fra quelli pervenuti, che attesta uno stato di conflittualità fra i due comuni. Cfr. anche Onori, *Alle radici del presente cit.*, p. 25.

⁴⁸ ASFI, *Diplomatico. Massa e Cozzile*, 1254 mag. 8.

⁴⁹ ASFI, *Diplomatico. Massa e Cozzile*, 1269 giu. 16. Giovanni del fu Taviano in nome del comune di Massa e Cozzile e Sinibaldo del fu Rindo notaio in nome del comune di Montecatini si accordano affinché sia concesso ai Massesi di condurre le acque della piana entro un alveo artificiale che non danneggi le proprietà private e non leda i diritti delle due comunità confinanti. La pergamena è stata edita a cura di Mosiici, *Documenti di lega cit.*, pp. 127-128.

⁵⁰ «Et pro predicto comuni de Massa et de Montecatino et universitati nullum preiudicium generetur vel fieri possit, vel diminutio seu derogatio vel abrogatio sententie late inter predictum comune de Montecatino, vel eius syndicum, et comune di Massa, vel eius syndicum, de fovea seu laboreo vel arbio olim facto pro parte comunis de Montecatino et per quod laborerium, seu opus, dictum comune in suo vigore et firmitate permaneat, non stantibus suprascriptis pactis et conventionibus ad invicem factis»: ASFI, *Diplomatico. Massa e Cozzile*, 1269 giu. 16, in Mosiici, *Documenti di lega cit.*, p. 128.

⁵¹ Archivio storico comunale di Uzzano (d'ora in poi ASCU), *Diplomatico*, 1276 apr. 12; 1277 ott. 17.

⁵² ASCU, *Diplomatico*, 1276 apr. 12.

⁵³ «In castello domini Filippi de Silva coram Bonello condam Petri et Berto condam [...] et Aidotto notario condam Scudi de Bugiano et Albiço condam Rubertini et Tinaccio filio dicti Albiçi de Antica comitatus Florentie sub anno Nativitatis domini mclxxvi xii aprilis quarte inditionis». I rappresentanti dei Comuni di Buggiano e di Uzzano nominano Filippo «de Silva» arbitro e

amichevole compositore delle liti e controversie vertenti fra i due Comuni «occasione datii quod petebatur per Comune Bugiani hominibus et personis de Uçano habentibus terras in territorio de Bugiano et occasione bannorum que auferebantur illis de Bugiano». Contestualmente, l'arbitro nominato emana la sua sentenza. Roga «Jacobus notarius de Bugiano»: ASCU, *Diplomatico*, 1276 apr. 12.

⁵⁴ La pergamena, ancora inedita, contiene tre atti distinti:

1) 1277 ott. 17, nella piazza della chiesa di san Martino di Uzzano. Roga ser Tommaso del fu Compagno da Uzzano. Il Consiglio maggiore del comune di Uzzano ratifica la sentenza di arbitrato di cui alla pergamena del 1276 e nomina Bianco di Lupardo e Giunta di Tin... suoi procuratori per dare esecuzione alla sentenza stessa; 2) stessa data. Viene trascritta di seguito all'atto precedente e viene legalizzata e pubblicata la sentenza arbitrale del 1276, per cura del Comune di Uzzano; 3) stessa data, nel palazzo del Comune di Buggiano. Roga «ser Orlandinus filius domini Lanfranchi». Il Consiglio maggiore del Comune di Buggiano nomina i suoi procuratori (i nomi non sono leggibili) per dare esecuzione alla sentenza di arbitrato di cui alla pergamena del 1276.

⁵⁵ Sezione di Archivio di Stato di Pescia (d'ora in poi SASPe), *Materiale sciolto antico*, n. 1.

⁵⁶ G. Calamari, *Leghe e arbitrati tra i Comuni di Valdinievole nel secolo XIII*, Pescia 1932; si vedano anche un'utilizzazione di questa documentazione nel contesto di un lavoro collettivo sulla storia del comune di Uzzano e la sua edizione: A. M. Onori, *Vicende umane ed evoluzione delle istituzioni nel territorio di Uzzano dalle origini alla fine del Trecento*, in *Uzzano. Percorsi nella storia*, a cura di Id., Pescia 2004, pp. 13-43; Id., *Il procedimento di composizione di controversia per confini fra il Comune di Pescia e quello di Uzzano del 23 aprile 1298*, in «Valdinievole. Studi storici», 5 (2004), 9, pp. 61-96; Id., *La sentenza di arbitrato per i confini fra il Comune di Pescia e quello di Uzzano del 5 maggio 1298*, ivi, 10, pp. 159-192.

⁵⁷ ASFI, *Diplomatico. Pescia*, 1298 mar. 14 - apr. 30.

⁵⁸ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1.

⁵⁹ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 1r-8r.

⁶⁰ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 8v-14v.

⁶¹ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 15r-22v.

⁶² SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 23r-28v.

⁶³ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 15r; 23r.

⁶⁴ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 1v-2v.

⁶⁵ Cfr. fig. 3.

⁶⁶ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 1r-14v.

⁶⁷ «Postea vero, fictis dictis palis in suprascriptis locis et sic declaratis locis ubi termini poni debeant ut supra continetur, nos Bectus et Raynerius suprascripti, volentes exequi nobis commissa, pronuntiamus et dicimus et mandamus terminos poni et murari et fieri debere per suprascripta comunia et eorum comunibus expensis in suprascriptis locis et secundum declarationem et demonstrationem dictorum palorum, silicet terminos lapideos muratos calcina, quadratos et fundatos sub terra per brachium unum ad minus et altos a terra brachiis duobus et dimidio et quadros et grossos brachio uno, secundum formam sententie propterea late ut perpetuo appareant, formam sententie propterea late sequendo». SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 21v. Un braccio corrisponde a circa 57 cm.

⁶⁸ «[Ego Raynerius Dughe notarius] mandavi dictis sindicis pena et banno librarum .vc. pro quolibet comuni quatinus facta parte et data de fosso, comune cui prima pars venerit fossum facere debeat ipsa die, altum brachiis sex et amplum in hore brachis iiii^{oe} et in fundo brachiis duobus, secundum formam stantiamenti domini Capitanei et Anxianorum». SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 24v. La delibera degli organi di governo lucchesi aveva riformato le prescrizioni della sentenza inasprendole notevolmente. Cfr. il testo oltre.

⁶⁹ Per ordine di ser Ranieri di Duga, i rappresentanti dei due comuni e gli agrimensori avrebbero dovuto essere presenti ogni domenica presso l'*hospitale* di Sant'Allucio per rifondere i proprietari dei terreni espropriati per causa della realizzazione della fossa, «ad rationem librarum .xxv. pro quolibet quarterio terre canpie et librarum viginti pro quolibet quarterio terre vineate vel olivate et librarum triginta pro quolibet cultra terre boscate vel silvate et librarum .xx. pro quolibet cultra terre ubi non essent canpus, vinea, olivetum vel boscus aut silva», a norma della sentenza emanata il 5 maggio precedente. SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 24.

⁷⁰ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 27r-28v.

⁷¹ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 25r.

⁷² Onori, *Alle radici del presente* cit., pp. 24-26.

⁷³ La commissione, arrivata sul luogo della confinazione avvenuta nel 1293, cioè fra le vie del Ponte Uzzanese, di Rosiano e di Guvincetro, dà atto che, «cum [...] nobis preceptum fuerit per dominum capitaneum et anthianos suprascriptos ut de ipsa sententia et terminatione nos intro-mittere non debeamus» in quei luoghi niente verrà modificato. SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 9r-v. La sentenza del 1293 si limitava alle terre in Vincetro ma anche in quell'occasione il livello della controversia era stato tale da coinvolgere i vertici di governo del comune di Lucca, che non a caso dispongono in questa occasione di non modificarne i termini.

⁷⁴ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 3r-5v.

⁷⁵ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 6r-v.

⁷⁶ Cfr. fig. 3.

⁷⁷ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 23r-24v.

⁷⁸ Cfr. fig. 3.

⁷⁹ Archivio di Stato di Lucca (d'ora in poi ASLU), *Diplomatico*. *Altopascio*, 1135 genn.; 1175 apr. 19. Sulla presenza e l'importanza di Allucio da Pescia in Valdinievole cfr. *Un santo laico dell'età postgregoriana. Allucio da Pescia* cit.

⁸⁰ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 10r.

⁸¹ Cfr. fig. 3, dove il sito di Campugliano è contrassegnato da un cerchio nero.

⁸² «Imprimis quod locus ubi dicitur In piede delle guardie comunis Piscie seu Al salce filiorum Inghifredi ubi ex parte de subtus versus Meridiem et Vivinariam est territorium comunis Vivinarie, et ex parte Septentrionis est territorium comunis Piscie et ex parte Orientis est territorium comunis Uthani et Coste, inter que territoria comunium Piscie et Uthani et Coste est quedam via publica quam comunem esse volumus et declaramus ipsorum comunium Piscie et Uthani et Coste»: SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 9r; «Item sententiamus [...] quod quodlibet ipsorum comunium Piscie et Uthani et Coste et homines eorum [...] possint [...] impune actare [13v] et actari facere vias, stratas et goram suprascriptam suprascriptorum molendinorum que date et assignate sunt comunis inter ipsa comunia Piscie et Uthani et Coste sine contradictione aliqua inferenda [...] dum modo dicte strate, semiterule et vie et gora per ipsam reactationem non deteriorentur»: SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 13r-v.

⁸³ «Item sententiamus, [...] quod nullum campaticum vel custodia recolligi debeat [...] hominibus et personis de Uthano et Costa per comune Piscie [...] de terris [...] vel pro custodia terrarum positarum infra territorium assignatum comuni Uthani et Coste. [...] Item quod si comune Piscie seu aliqua spetialis persona dicti comunis habeat aliquas possessiones seu terras infra territorium supra assignatum et datum comuni Uthani et Coste, quod non possint adgravari vel aliquod honus inferri per comune Uthani et Coste [...] occasione alicuius extimationis seu collecte, et hoc habeat locum quam diu dicte possessiones seu terre essent seu fuerint dicti comunis Piscie vel alicuius singularis persone dicti comunis et non aliter vel alio modo. [...] Item sententiamus [...] quod danpna et guasta et furta et incendia que darentur, fierent vel committerentur in terris vel earum fructibus hominum de Uthano et Costa positis infra territorium comunis Piscie, quod per custodes terrarum comunis Piscie emendetur illis de Uthano et Costa quorum terre essent et sicut consuetum est emendari.» Le medesime condizioni valgono per il comune di Uzzano nei confronti dei proprietari di Pescia. SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 13r.

⁸⁴ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 10r-v.

⁸⁵ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 26r.

⁸⁶ SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 26v.

⁸⁷ Cfr. fig. 4.

⁸⁸ Per una panoramica della situazione cfr. A. M. Onori, *Assetto del territorio, tipologia degli insediamenti e organizzazione dello spazio abitativo nella Valdinievole del tardo Medioevo*, in *Le dimore di Pistoia e della Valdinievole. L'arte dell'abitare tra ville e dimore urbane*, a cura di E. Daniele, Firenze 2004, pp. 199-211; Id., *Popolazione e vita civile nei castelli della Valdinievole medievale*, in *Vivere dentro le mura*, a cura di G. C. Romby, Pisa 2004, pp. 7-30.

⁸⁹ Un panorama della situazione, riferito purtroppo soltanto agli statuti di epoca fiorentina, in *Gli statuti medievali dei Comuni della Valdinievole*. Atti del convegno (Buggiano, giugno 1997), Buggiano 1998.

⁹⁰ Un esempio del funzionamento della custodia rurale nel comune di Pescia in *Lo statuto di Pescia del 1339*, a cura di A. M. Onori, Pistoia 2000, pp. 205-239. Si tratta del quinto libro, interamente dedicato alla materia.

⁹¹ Ancora non è stata compiuta un'indagine sistematica sui vertici dei *regimina* comunali, in

Valdinievole come altrove nelle Vicarie lucchesi. È però sintomatico il fatto che nel 1298 fosse Podestà a Pescia Dottoro Di Poggio, un esponente di una delle famiglie dell'alta classe dirigente lucchese. Analogamente, cittadini lucchesi erano i Podestà di Uzzano e Buggiano citati nella pergamena del 1277 con la ratifica della sentenza del 1276; da quest'ultima pergamena è possibile avere un'idea della struttura dei governi locali e della loro composizione: SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 1r; ASCU, *Diplomatico*, n. 2, 1277 ott. 17.

⁹² ASFI, *Diplomatico. Massa e Cozzile*, 1254 mag. 8.

⁹³ «Salva et reservata domino Capitaneo et anthianis lucani populi auctoritate, potestate, jurisdictione et baylia addendi, minuendi, corrigendi, mutandi, interpretandi et declarandi et preiudicandi et firmandi, pronunptiandi, laudandi et arbitrando et terminandi et terminos ponendi et foveas fieri faciendi semel et pluries et quotienscumque et quantumcumque et ubicumque et qualitercumque et quandocumque eis videbitur et placuerit, per se vel alium vel alios, non obstantibus omnibus et singulis suprascriptis»: SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 13v. Di fatto, il governo lucchese intervenne in sede di ratifica sulla sentenza emanata dalla commissione arbitrale il 5 maggio 1298 dato che l'opera di maggiore impegno, cioè la fossa di separazione, che nella sentenza si limitava solo ad alcuni tratti di confine e che prevedeva in altri tratti un semplice muro a secco, venne prescritta sull'intera lunghezza della linea di demarcazione e le sue dimensioni furono ampliate rispetto a quelle fissate dalla sentenza.

⁹⁴ «Et quod si quod reclamum fieri contingeret de molendinariis ipsorum molendinorum [...] per singulares personas occasione macinature, quod dictum reclamum fieri debeat coram rectoribus comunis Uthani et Coste; et hoc ideo dicimus, quia per homines comunis Piscie non molitur in dictis molendinis sed solum quasi per homines comunis Uthani et Coste. Verum in quantum aliquod reclamum fieri vellet per Comune Piscie vel per comune Uthani et Coste de ipsis molendinariis, fiat reclamum coram Vicaria vel Curia Vallis Nebule»: SASPe, *Materiale antico sciolto*, n. 1, 10v. È solo un esempio del modo di procedere, che si può rintracciare in modo meno esplicito anche negli altri documenti utilizzati.

⁹⁵ Cfr. fig. 5.

Fines, termini et limites.

I confini nella formazione dello Stato fiorentino

di Paolo Pirillo

Nel dicembre dell'anno 1308, i rappresentanti dei comuni di Montopoli e di San Miniato al Tedesco, nel Valdarno inferiore pisano, si accordarono per tracciare una linea di confine tra le due giurisdizioni. Com'è plausibile supporre, quel passo doveva esser stato preceduto da trattative e probabilmente anche da dispute legate al problema che si cercava adesso di risolvere. Questo evento, sulle cui modalità attuative tornerò tra poco, non mancò di suscitare l'interesse di un attento osservatore contemporaneo: il notaio Giovanni di Lemmo, l'autore di una *cronaca* che sembra spesso muoversi sul doppio binario degli eventi di stretto ambito locale e di quelli di scala più ampia, legati alle vicende politiche toscane¹.

Nonostante un'evidente incongruenza cronologica, ser Giovanni inserì il ricordo della confinazione tra Montopoli e San Miniato dopo aver descritto una vicenda in parte simile, datata invece al gennaio successivo, concernente l'intervento del podestà samminiatese per dirimere un contenzioso di natura privata in materia di confini tra il cronista e i discendenti di un proprietario di terre vicine alle sue. I «*terrafini lapidei*» apposti dopo la sentenza podestarile e un atto notarile, che ne aveva legittimato l'azione a futura memoria, avevano messo fine a quella questione. Poche righe dopo, e forse per analogia con ciò che lo aveva interessato direttamente, il cronista aveva inserito il ricordo dell'accordo sugli ambiti giurisdizionali delle due comunità valdarnesi. In quest'ultimo caso si trattava di raffinare e completare il disegno dei limiti delle due *iurisdictiones* – che nessuno sembrava comunque aver messo in discussione – tracciandoli con maggior chiarezza e precisione. Le modalità con cui si procedette lasciano infatti intravedere la chiara volontà di eliminare in maniera radicale qualsiasi possibile futuro motivo di attrito: l'azione decisa concordemente cancellò la dimensione zonale dello spazio confinario sostituendola con una netta definizione lineare². Questo, come accennavo, è reso quanto mai evidente dalle modalità con cui la questione venne risolta:

da quella data, infatti, il confine tra i territori di Montopoli e San Miniato sarebbe stato rappresentato da una strada che doveva correre dall'Arno fino a una non meglio identificabile località della riva sinistra e che le due comunità si impegnavano a tracciare e costruire. Coerentemente con una simile scelta, l'accordo si spinse fino a un'equa ripartizione di competenze dettata sia dalla necessità di garantire la manutenzione della strada, sia da un'ancor più chiara demarcazione confinaria tra le due giurisdizioni: l'atto notarile relativo all'intera questione stabilì infatti che il confine tra i comuni interessati fosse identificabile con precisione nella mezzeria³. La demarcazione tra i due territori era ormai cosa fatta e ne erano stati precisati i limiti reali: dopo l'eliminazione degli spazi intermedi, la fine di una giurisdizione avrebbe da allora in poi corrisposto, senz'alcuna mediazione, con l'inizio dell'altra. Quel tratto di confine tra Montopoli e San Miniato era destinato a perdurare nel tempo, anche per l'evidente utilità collettiva della struttura che lo aveva materialmente disegnato sul terreno: ancora nell'Ottocento si faceva notare che quella strada continuava ad assolvere alla funzione di limite tra le due comunità⁴.

1. *Firenze e il Contado: poteri e confini*

L'episodio con il quale ho aperto le considerazioni che seguono non costituisce, a mio avviso, un caso isolato. Ai primi del XIV secolo, il contesto ov'era stata tracciata la nuova linea di confine – una parte del Valdarno compreso tra il Pisano, l'area lucchese e quella fiorentina – era caratterizzato da un popolamento relativamente denso e da un assetto geopolitico nel quale si intesercavano forze e realtà territoriali diverse come appunto Montopoli, San Miniato, Fucecchio, Santa Maria a Monte o i comuni di Pisa e Lucca insieme alle loro diocesi, mentre la pressione fiorentina in questa direzione era allora ancora debole e appena accennata⁵. In un simile contesto, la necessità di addivenire a una confinazione tra giurisdizioni tanto precisa come la mezzeria di una strada credo possa essere letta come indizio di una relativa maturazione dei processi di definizione territoriale. Questo, come cercherò di illustrare nelle pagine che seguono, lascia a mio avviso ipotizzare una dialettica tra socialità e territorialità evidentemente embrionali rispetto al pieno sviluppo che queste prerogative avrebbero poi avuto in strutture statali otto-novecentesche. Nell'area su cui intendo qui soffermarmi, cioè quella del Contado fiorentino, la necessità di ridurre a una dimensione lineare – laddove lo si ritenesse possibile e necessario – la demarcazione tra territori locali di dimensioni e importanza diverse (*comune, populus, plebatus*, ecc.) ma globalmente consolidate, assottigliando una zona marginale di incerta o insicura definizione, mi sembra manifestarsi parallelamente al processo di pressione, scontro e successivo assorbimento di una o più aree da parte dell'espansione comunale di una città come Firenze, con i possibili effetti che vorrei qui verificare.

Dunque, vista nel rapporto tra Dominante e Contado, l'apposizione di segni di confine su un'area, un territorio o un singolo abitato mi sembra, in primo luogo, rivelare alcuni caratteri di un atto-evento strettamente connesso

alla volontà di autolegittimazione da parte del potere politico e istituzionale sovralocale⁶. Per l'area fiorentina, un esempio relativamente noto chiarirà meglio questa affermazione. Mi riferisco all'invio, intorno alla metà del Duecento, da parte di Firenze di ufficiali misuratori perché procedessero alla *terminatio* della piazza del nuovo abitato di Figline, nel Valdarno di Sopra verso Arezzo. Il centro, in piena espansione, stava allora aggregando intorno al *forum* del mercato la popolazione dei dintorni e del sovrastante castello distrutto dall'esercito comunale cittadino. Così, con il riconoscimento di alcuni preesistenti *termini* e l'infissione di nuovi, Firenze affermò il proprio ruolo di sola autorità eminente deputata sia alla legittimazione giurisdizionale di quella piazza di mercato, sia al condizionamento della futura forma dello sviluppo urbano dell'intero abitato⁷. Questo – vale la pena sottolinearlo – era avvenuto in un clima in cui la Dominante garantiva alla comunità sottomessa un relativo grado di autonomia, mantenendo, almeno formalmente, intatta l'organizzazione politica e istituzionale del *comune* e dei consoli figlinesi. Insomma: insieme al divieto di ricostruzione del castello, la confinazione del mercato, cuore dell'abitato, costituì il gesto tangibile di affermazione egemonica del nuovo potere centrale sul territorio e sul centro da poco sottomesso.

Allargando l'angolo di osservazione, sul piano della delimitazione fisica di uno spazio, i centri di nuova fondazione, riconoscibili anzitutto dal tracciato della precisa demarcazione tra l'area extramuraria e la nuova condizione giuridica dei terreni ubicati all'interno, veicolavano, oltre al resto, anche un simile messaggio politico. Così, facendo tesoro di esperienze ormai consolidate in tutta l'Europa del tempo, il Comune fiorentino era ben consapevole che l'ortogonalità della perimetrazione degli spazi edificabili di un borgo nuovo, elemento di assoluta novità rispetto al panorama fondiario preesistente, traduceva precise scelte di programmazione del futuro tessuto sociale del centro, rivelando, anche in questo, un chiaro segnale dei caratteri egemonici insiti in una perimetrazione. Ma, al di là dei casi appena evocati, la quasi totalità degli aggregati territoriali assorbiti, annessi o conquistati dal processo espansivo fiorentino, fin dalle sue prime manifestazioni, in linea di massima, non richiese degli interventi di ulteriore confinazione: quasi sempre la Dominante sembrò limitarsi al riconoscimento di situazioni di fatto. Dunque, l'estendersi per accrescimenti successivi del limite geografico del dominio fiorentino continuò assai a lungo a convivere senza sostanziali novità con un originario (e talvolta fitto) reticolo di spazi relativamente ben definiti in cui da tempo era organizzato il popolamento. E su questo panorama è necessario adesso soffermarsi.

Pur con qualche comprensibile eccezione, se osserviamo da vicino le modalità dell'espansione – in particolare nella fase trecentesca di passaggio dallo Stato cittadino a quello regionale – Firenze sembra quasi costantemente calibrare i propri interventi di carattere confinario sulla base di una chiara discriminante tra l'area comitatina e quella del distretto che, sotto questo aspetto, costituisce un caso relativamente diverso. In effetti, nel dominio immediatamente esterno al Contado storico, e in particolare nelle aree dove si trattava di imporre un cambiamento radicale rispetto agli assetti ereditati dalle signorie

territoriali precedenti, pur con una qualche attenzione alle *universitates* locali, non è difficile assistere a sconvolgimenti anche consistenti⁸. Nel Contado il Comune sembra invece voler conservare pressoché intatta la geografia delle unità territoriali minime (*populi* e pivieri) e rispettare una parte degli ambiti di riferimento più ampi: comuni o *territoria* circostanti a molte Terre murate e centri paraurbani comitatini. Così, la formazione delle Leghe di contado, la grande riorganizzazione della mobilitazione militare di primo Trecento, avrebbe riaccorpato in contesti più ampi la quasi totalità dei *populi* soggetti a Firenze, senza modificarne le caratteristiche geografiche⁹. Insomma, in buona parte del *comitatus* cittadino, rari sembravano esser stati gli interventi di ridefinizione di confini. Eppure in quell'ambito giurisdizionale riconosciutogli almeno fin dall'età carolingia, il Comune poteva vantare un'indiscussa legittimità di azione che avrebbe altresì permesso anche degli interventi pesanti. Ma, in linea generale, il sostanziale mantenimento di confini e delimitazioni in larga parte certi, solidi e caratterizzati da una continuità rispondeva a esigenze istituzionali e amministrative. Firenze legittimava la geografia di *populi* e pivieri e le loro relative partizioni territoriali, rispettando al tempo stesso spazi definiti e contesti di riferimento identitario e sociale propri di ogni *universitas*. Un simile comportamento è sicuramente da mettere in relazione con il forte pragmatismo che sembra ispirare la politica comunale sul territorio: in effetti, sovrapponendo le delimitazioni di natura amministrativa a quelle del *populus*, recependo cioè in maniera quasi incondizionata la geografia religiosa di parrocchie e pivieri e – pur con le intuibili eccezioni – lasciandone inalterati i confini, il Comune otteneva vantaggi non esigui.

Nel corso di tutto il Duecento e di buona parte del secolo successivo, ogni territorio parrocchiale, ambito di *encadrement* dei fedeli, si era dunque andato trasformando anche nel riferimento spaziale in cui il Comune fiorentino organizzava l'amministrazione del proprio Contado. Per quanto qui più interessa, con l'integrità della maggior parte delle comunità, il potere centrale finiva per dare una consistenza al controllo territoriale e alla propria politica amministrativa, appoggiandosi agli aspetti più utili del preservato ambito di socialità di *populi* e pivieri. Mi riferisco, ad esempio, alle modalità di ripartizione delle imposizioni fiscali che, sulla scala territoriale minore (*populus*), necessitava di preliminari interni a ogni comunità fatti di discussioni, dissensi, spaccature e accordi riassunti, come d'obbligo, dalla redazione di una «*distributio libre*» concordata e mediata tra tutti o da una larga maggioranza dei capofamiglia della parrocchia. Com'è noto, l'avvenuta ripartizione dei coefficienti estimali si concretizzava in un elenco di contribuenti di ogni singolo e circoscritto territorio, poi inviato al competente ufficio cittadino: a questo stadio si giungeva per mezzo di accordi il cui presupposto era una ritrovata coesione quale risposta alle richieste di un potere extralocale in simili frangenti avvertito come estraneo se non ostile¹⁰. Queste periodiche occasioni di ricomposizione di una *universitas* sulla base di un'identità collettiva avevano i loro limiti fisici nell'area di residenza di tutti gli interessati: di fatto tutti coloro che consideravano il territorio del *populus* come il proprio ambito di

riferimento, di domicilio effettivo oltrech  fiscale. Del resto, puntando sulla stessa coesione collettiva, la Dominante mantenne a lungo un inquadramento militare fondato sull'appartenenza a unit  territoriali e dunque basato sulla solidariet  e sullo spirito di emulazione nelle operazioni belliche da parte di individui che, prima di tutto, erano legati da vincoli sociali di contiguit  e di coresidenza. Questo spiega in fondo lo spirito che aveva guidato la riforma delle Leghe militari del Contado cui accennavo prima¹¹.

Un simile atteggiamento si tradusse dunque, con le intuibili ma rare eccezioni, nella salvaguardia dei confini di parrocchia, di povere, dei vecchi *comuni* rurali comitatini anche nelle fasi successive alla loro immissione nel sistema territoriale cittadino. Gli esempi in tal senso non mancano e talvolta sembrano andare addirittura in controtendenza rispetto alle motivazioni politiche che, invece, erano state alla base delle precedenti azioni fiorentine contro un insediamento o un'area antagonisti. Valga qui per tutti gli altri possibili casi, la decisione di mantenere intatti i confini del *districtus* dell'odiato e poi distrutto castello filoimperiale di Semifonte, nella media valle dell'Elsa. Infatti, nell'aprile del 1202, all'indomani della capitolazione semifontese e dell'ingiunzione all'abbandono dell'insediamento, colpito da un perentorio divieto di ricostruzione rispettato per secoli, Firenze impose come limite della diaspora degli sconfitti abitanti proprio il confine del distretto del castello da poco eliminato. Evidentemente questo assicur  la continuit  di una confinazione territoriale anche se ne era venuta meno la matrice originante: pur senza il suo castello, la «curia Semifontis» continu  a essere riconosciuta dalla documentazione pubblica e privata per buona parte del secolo successivo, mantenendo addirittura al suo interno, un proprio specifico sistema di misura che ne conservava il nome¹². Altri indizi permettono di attribuire alle strategie fiorentine sul Contado questa costante attenzione all'integrit  della dimensione territoriale di un'area annessa e al rispetto dell'identit  locale comunitativa che un simile comportamento portava con s . Cos , con buona probabilit , la coscienza di appartenenza della popolazione del territorio semifontese si sarebbe perpetuata, per buona parte del XIV secolo e oltre, nel contesto di una confraternita che riuniva membri residenti in quello che era stato il territorio del vecchio distretto castellano. In linea generale, Firenze mi sembra in effetti assolvere a una funzione protettiva o almeno tollerante dei contesti territoriali preesistenti, anche quando si trattava di intervenire sul piano dei limiti giurisdizionali.

Come gi  ho avuto modo di illustrare in un'altra sede, il lungo contenzioso apertosi tra la comunit  del castello di Ricasoli, gli organi centrali del Comune fiorentino e i suoi ufficiali incaricati della fondazione della vicina Terra nuova di San Giovanni, pose al centro di un dibattito l'attribuzione delle prerogative di intervento su una giurisdizione e sui suoi confini che i responsabili del nuovo centro stavano cercando di rivoluzionare in maniera troppo forte. Grazie ai *consilia* di due giurisperiti, i Consigli cittadini avocarono a s  le prerogative per interventi di questo tipo, evidentemente considerati di troppa importanza per essere lasciati all'arbitrio di semplici *ufficiales*. In buona sostanza, Firenze evit  che tutto il distretto di Ricasoli fosse assorbito in quello del nuovo centro

valdarnese, al cui territorio vennero intanto confermati i confini della preesistente *curtis* di Pianalberti, il castello contro cui era appunto sorta la Terra nuova. Dunque, per il *districtus* di San Giovanni mutò soltanto il polo centrale di riferimento, mentre il panorama dei limiti giurisdizionali della zona, per volontà del potere centrale, rimase invariato: localmente il territorio venne infatti descritto, nelle formule ubicazionali, con il duplice ricordo del primo e del secondo centro di riferimento: «in *Comune* Castri Sancti Iohannis... olim dicto *curia* de Pianalberti»¹³.

2. *Lo Stato, i confini e le comunità*

Il dettaglio appena evocato ci mette direttamente a contatto con la percezione che di ogni territorio aveva la popolazione residente e con quel bagaglio di conoscenze topografiche e micro-toponomastiche cui il potere sovralocale si appoggiava nel caso di episodi di contenzioso in materia confinaria. È in fondo quanto si riesce a evidenziare – e riassumo cose note – ogni volta che una disputa giungeva fino alla decisione di far ricorso alla memoria collettiva locale mediante l'escussione di testimoni chiamati a descrivere la successione dei riferimenti visivi, dei «*fines, termini et limites*», che materializzavano un confine. Una verbalizzazione dello spazio che si trasformava, nel caso di dispute, in un banco di prova collettivo teso a illustrare le ragioni che presiedevano alla legittimità degli stessi ambiti fisici dell'*universitas*, corroborandone la linea dell'orizzonte identitario in funzione di un interesse collettivo (usi civici, beni comuni, ecc.) che, in alcuni casi, finì per coincidere con necessità politiche di scala più ampia. È, ad esempio, ciò che sembra talvolta accadere proprio nelle zone marginali dei contadi cittadini, rimaste tali almeno fino agli inizi del XV secolo: «zone grigie» secondo la definizione di Giorgio Chittolini¹⁴, talvolta relitti di signorie territoriali in cui molto a lungo qualsiasi demarcazione di carattere confinaria da parte delle città dominanti, più che in un'azione concreta, si risolse in un gesto simbolico dalla forte dimensione velleitaria destinato, tutt'al più, a costituire un precedente per i tempi a venire. Per Firenze, queste aree coincidono con lo spartiacque dell'Appennino emiliano-tosco-romagnolo: ce ne resta una qualche documentazione per il confine tra il contado bolognese e quello fiorentino che andò definendosi in maniera sempre più chiara tra la fine del Duecento e il secolo successivo. Anche in questo caso, la ricerca di una risoluzione ai frequenti attriti tra Bologna e Firenze produsse allora ricerche documentarie che richiamavano in causa risoluzioni e sentenze pregresse concernenti i confini di semplici comunità e databili anche a molto tempo prima della loro annessione da parte delle due Dominanti. Così, in alcuni di questi episodi, come quello che richiamerò tra poco, la materia testimoniale prodotta elevò alla scala più ampia di confine tra due entità statali quelli che, nei decenni o nei secoli precedenti, erano stati i limiti circoscritti di territori comunitativi talvolta contestati per i reciproci sconfinamenti sui pascoli e nei boschi da parte della popolazione di due o più *universitates* confinanti, come nel caso che segue¹⁵.

Nel settembre del 1337, il Comune di Bologna e quello di Firenze decisero di fissare in maniera definitiva una parte non totalmente chiara del confine tra le loro giurisdizioni¹⁶. L'incontro avvenne in luogo neutrale, nel palazzo pubblico di Siena dove i rappresentanti delle due città produssero due documenti, uno risalente al 1189 e l'altro al 1243: entrambi concernevano i limiti tra alcuni territori comunitativi che, dalla fine del XIII secolo, in conseguenza dell'espansione fiorentina si erano trasformati in aree di frizione tra i due contadi. Il punto centrale della contestazione era rappresentato dall'attribuzione al territorio fiorentino o a quello bolognese del rilievo di Monte Beni ubicato sulla linea di crinale tra la valle del Savena e quella del Santerno (1263 metri sul livello del mare) che, apparentemente, rivestiva una forte valenza di carattere strategico-militare. La sentenza finale riprese il testo delle due testimonianze prodotte, enumerando, descrivendo ma soprattutto integrando in maniera consistente con nuovi *termini* gli elementi di identificazione visiva sui quali, da allora, si sarebbe fissato in quel tratto, il confine tra i due Contadi cittadini. La contestata montagna di Monte Beni fu dunque divisa in due parti, poi assegnate alle due città, da una linea che sembrava essere quella del crinale («ad verticem Montis Beni per medium»)¹⁷. Per quanto qui ci interessa, una lettura diacronica delle tre confinazioni relative ai documenti del 1189, del 1243 e del 1337 avvalorata, in un evidente sforzo di maggiore precisazione, una sempre più crescente attenzione al sistema dei riferimenti visivi suscettibili di permettere un'agevole identificazione della demarcazione.

È evidentemente arduo valutare quale fosse il grado di precisione o approssimazione dell'apposizione di *termini* integrativi nella successione dei punti, in continuità con i riferimenti fissi delle visibili emergenze naturali del paesaggio. Certo, pur nell'intuibile labilità di una toponomastica come quella appenninica, quasi sempre slegata dal riferimento a insediamenti, il fatto di poter oggi tracciare delle linee di confine sulla base degli elementi contenuti all'interno della documentazione di primo Trecento depone a favore di un'ipotesi sul crescente tentativo di una miglior definizione della demarcazione "ufficiale" tra realtà territoriali cospicue come due contadi cittadini¹⁸. Gli esempi non mancano: così, nel 1358, le pretese fiorentine che sostenevano la sovranità su un'intera contea (detta dello Stale), ubicata proprio al limite tra i due contadi, vennero affidate alla laconica confinazione contenuta in un *instrumentum* del dicembre del 1048 (tra l'altro, proposto, in traduzione dal latino, in una rubrica della *Cronica* di Matteo Villani¹⁹), con il quale un conte dei Cadolingi aveva donato quel territorio all'allora benedettino monastero della Badia di Settimo. La risoluzione della controversia, discussa a Bologna alla presenza dei giurisperiti delle università di entrambe le parti in causa, ripropose dunque la delimitazione di quel territorio comitale ma, questa volta, in forma più estesa e con un'innegabile maggior dovizia di particolari, tanto che le distanze tra un punto di riferimento e l'altro, nell'ultima versione, sembravano essersi assottigliate grazie all'infittirsi dei segnali limitanei più puntuali e numerosi rispetto alla terminazione del secolo XI e ad altre successive²⁰. Questa maggiore cura al particolare mi pare crescere, nel corso

di tutto il XIV secolo, con lo sviluppo delle strutture statali fiorentine e di una cultura conseguente, anche in materia di percezione, legittimazione e organizzazione delle giurisdizioni e dei territori soggetti. Un atteggiamento che trova anche analogie con quanto, nello stesso torno di tempo, poteva accadere nel cuore stesso del territorio comitatino, come mi pare si possa evincere dal caso concernente appunto un'area quasi suburbana, che prenderò adesso in considerazione.

Alla fine del marzo 1338, l'abate del già ricordato monastero della Badia di Settimo, cistercense ormai da un secolo, venne chiamato in causa in qualità di arbitro per risolvere una disputa che opponeva due vicini Comuni e piviali ubicati sulla riva sinistra dell'Arno e in prossimità del fiume, pochi chilometri a valle di Firenze: Gangalandi e, appunto, Settimo²¹. Il ricorso a un mediatore di così alto prestigio, di fatto il punto di riferimento più autorevole nell'area, era giustificato dall'importanza del contenzioso da risolvere, perché tutti tornassero a trattarsi «*tamquam fratres et vicini benivoli*», dopo una serie di attriti più volte degenerati in episodi che – secondo le dichiarazioni dell'abate – avevano turbato la quiete dell'intera zona²². Un'area, è utile notarlo, caratterizzata da un paesaggio di bassa pianura alluvionale, come ho accennato, prossimo al corso dell'Arno – assai simile a quello compreso tra Montopoli e San Miniato descritto all'inizio di queste note – e da una consistente e fitta rete di popolamento fatta in particolare di frazioni e piccole *ville*, molte delle quali dotate di una chiesa parrocchiale²³. I motivi di frizione tra i due Comuni nascevano sostanzialmente da una scarsa definizione di competenze su una stretta fascia della piana compresa tra il corso dell'Arno e il tracciato della via per Pisa. Dunque, in primo luogo, si voleva fissare una demarcazione che definisse lo *status* di quest'area in cui, fino ad allora, non sembrava esserci una linea di confine rispettata. Così facendo, si sarebbe anche messo fine alle prerogative di guardia campestre (*campareccia*) su terre di Settimo esercitate, per consuetudine, dagli uomini di Gangalandi i quali, a questo titolo, si riservavano un prelievo sui raccolti nelle terre del vicino territorio²⁴.

La risoluzione presa dall'abate di Settimo si concretizzò nell'unanime designazione, il riconoscimento e la realizzazione di una demarcazione tra i due comuni mediante «*fines, limites et termini*», come scrisse il redattore del lodo, e per tracciare il confine i rappresentanti delle parti in causa si affidarono quasi esclusivamente al sistema viario presente nella zona²⁵. Così il limite che, da allora, avrebbe diviso il comune e il piviere di Settimo dal territorio di Gangalandi si sarebbe snodato, partendo dalla riva dell'Arno, quasi «*recto tramite*» lungo una strada, seguendone il tracciato, fino all'immissione in un'altra meglio identificata da un nome in volgare («via di Morchese») e così di seguito fino a raggiungere la grande arteria, parallela al fiume, che univa Firenze a Pisa²⁶. I punti di riferimento elencati lungo il tragitto erano rappresentati da singole case, frazioni e dalla chiesa parrocchiale di San Mariano a Celatico (oggi scomparsa) sul cui fianco correva, appunto, la strada e il confine²⁷. La legittimità e le competenze sul territorio appena definito divennero da quel momento esplicite: grazie a quella demarcazione che aveva una chiara

fisionomia lineare, appoggiata com'era, al tracciato delle strade prescelte, ogni possibile zona d'ombra tra le due realtà era in effetti scomparsa. L'intervento incise sulla geografia religiosa e su quella civile dell'area («inter territoria et districtus dictorum comunium, plebatus et populorum et universitatum»²⁸), imponendo una ridistribuzione della popolazione fiscale coerente alla nuova linea di demarcazione, pur se i problemi on iniziano allora.

L'abate di Settimo, con evidente cognizione di causa, propose infatti che, al tempo della successiva revisione periodica dei ruoli fiscali, i contribuenti iscritti nelle liste dell'estimo di Gangalandi che il confine aveva trasformato in residenti nel territorio di Settimo potessero essere allibrati in quest'ultimo piviere. Al tempo stesso fu previsto un indennizzo di cento lire per ogni contribuente che Gangalandi avrebbe perduto, ferma restando la possibilità (in questo caso non retribuita) che il fuoco fiscale restasse nell'estimo di origine creando, di fatto, una differenziazione tra il domicilio effettivo e quello fiscale. La separazione tra le due realtà mise altresì fine alla *custodia* consuetudinaria esercitata dagli uomini di Gangalandi sulle terre di Settimo e al relativo prelievo sui raccolti: l'abate pensò anche in questo caso ad un indennizzo per la comunità di Gangalandi, che perdeva una rendita, rateizzando, al tempo stesso, il versamento per non gravare troppo sulle finanze di Settimo. Il lodo dell'abate cistercense si era articolato in una serie di provvedimenti che avevano interessato non solo la riconfigurazione territoriale di quell'area ma anche le possibili risoluzioni in materia di geografia fiscale successivamente proposte e di sicuro accettate dai competenti uffici fiorentini. L'eliminazione dei motivi di quella contesa, oltre a incidere su un equilibrio territoriale finì, con ogni probabilità, per rafforzare la coesione tra gli abitanti del piviere di Settimo che l'abate considerava come suoi «devoti filii». A ben vedere, infatti, la cessazione della custodia («campareccia») su alcune loro terre da parte di Gangalandi andava proprio in quella direzione, restituendo agli *homines* di Settimo la certezza di un pieno controllo sul loro territorio.

Certo, la tipologia delle fonti non ci permette grandi ipotesi sui livelli di coesione, identità di gruppo e socialità di individui e famiglie che, come i membri della *universitas* di Settimo, si identificavano all'interno di un territorio la cui percezione era riconducibile entro margini pienamente legittimati anche da un potere sovralocale. A questo riguardo, mi pare significativo un piccolo indizio contenuto tra le righe del lodo, nella parte che obbligava la comunità di Gangalandi a restituire alcuni beni sequestrati in precedenza agli uomini del comune limitrofo: oltre a un asino, in larga maggioranza capi di abbigliamento. Tra questi, una «tunica» femminile venne descritta come se, nella forma ma, più verosimilmente, nei dettagli o nei colori, fosse tipica delle donne del piviere di Settimo²⁹. Certo, il dettaglio lascia immaginare una possibile riconoscibilità della componente femminile della popolazione, compresa evidentemente la volontà di segnare così l'ingresso di tutte coloro che, per via matrimoniale, divenivano parte integrante della comunità anche se provenienti da un contesto esterno. Forse segni visibili di una differenziazione rispetto al contesto e di una componente identitaria di *comune* e di piviere:

ma – come dicevo poc’anzi – testimoni fin troppo labili per autorizzare ulteriori ipotesi. Certo, gli attriti tra i due Comuni vicini non vennero eliminati dalla linea di confine tracciata nel 1338: circa otto decenni più tardi, gli uomini di Settimo avrebbero continuato a lamentarsi di veri e propri sconfinamenti da parte degli ufficiali di Gangalandi che comminavano e incassavano pene pecuniarie destinate invece alle loro casse³⁰.

In conclusione, restano comunque dei tratti fondamentali che è possibile evincere sia dalla vicenda delle due comunità valdarnesi prossime a Firenze o di quelle di area pisana evocate all’inizio di questo contributo, sia di quelle, su scala più ampia, di confine tra Bologna e Firenze. Da tutti i casi presentati, mi sembra plausibile ipotizzare una sempre più netta intenzionalità nell’affermazione di confini quali demarcazioni lineari, nette e precise da parte di realtà cittadine e statali forti, come appunto stava divenendo Firenze nel realizzare la propria politica sul territorio almeno dagli ultimi decenni del XIII secolo. Questo rispondeva, a tutti gli effetti, alla netta affermazione di un principio di territorialità, sempre più presente nel processo di costruzione dello Stato, quale elemento di organizzazione e di inquadramento della popolazione comitatina funzionale a esigenze giurisdizionali, amministrative, istituzionali, fiscali e militari. Una crescente precisione in materia confinaria che, pur con tutte le intuibili eccezioni e sfumature, tendeva da un lato a ridurre o eliminare l’esistenza di “zone grigie” assottigliandole, se possibile, a semplici linee spesso – come abbiamo visto – corrispondenti a un tracciato stradale. Una tendenza che finiva anche per tradursi in un relativo rispetto per la coerenza propria di ogni componente territoriale del Contado fiorentino (*populus, plebatus, comune*) e si proponeva, certo per un innegabile pragmatismo, come garante della coesione sociale articolatasi nell’ambito di ogni realtà definita da confini che potevano ora godere della legittimazione del potere statale.

Note

¹ *Diario di ser Giovanni di Lemmo da Comugnori dal 1299 al 1320*, a cura di L. Passerini, in *Cronache dei secoli XIII e XIV*, Firenze 1876 (Documenti di Storia italiana pubblicati a cura della R. Deputazione sugli Studi di Storia Patria per le province di Toscana, dell'Umbria e delle Marche, VI), pp. 155-205, in particolare pp. 169-170.

² Su questa distinzione, cfr. P. Marchetti, *De iure finium. Diritto e confini tra Tardo Medioevo ed Età Moderna*, Milano 2001, p. 108, che sembra ipotizzare una prevalenza della dimensione zonale del confine «delle formazioni politiche medievali»; a questo lavoro è d'obbligo un rinvio per una messa a punto sulla letteratura specifica.

³ «Que via est pro confine, et medietas dicte vie est comunis sancti Miniatis et alia medietas comunis Montistopari» (*Diario di ser Giovanni di Lemmo* cit., p. 170).

⁴ E. Repetti, *Dizionario geografico, fisico, storico della Toscana*, voll. 6, Firenze 1833-1845, rist. anast. Roma 1969, *sub voce*. Mi sembra inequivocabile che, in questo caso, ci si possa riferire alla strada come ad un'infrastruttura e non ad una "pratica" come, invece, è possibile verificare in altre situazioni (cfr., ad esempio, M. Battistoni, *Strade, confini e conflitti di giurisdizione nel Piemonte della prima età moderna*, relazione presentata al convegno: *Lo spazio politico locale in età medievale, moderna e contemporanea. Pratiche di ricerca, problemi di metodo, esperienze di gestione*, Alessandria, 26-27 novembre 2004, con i riferimenti alla letteratura specifica).

⁵ Cfr. G. Pinto, *L'identità del Valdarno inferiore tra geografia e storia*, di prossima pubblicazione negli atti del convegno *Il Valdarno inferiore terra di confine (secoli XI-XIV)*, Fucecchio, 30 settembre-2 ottobre 2005.

⁶ Sui "termini apparentes", cfr. Marchetti, *De iure finium* cit., pp. 154 e sgg. Un'attenta riflessione generale su Comuni italiani e le pratiche di confinazione è in G. Francesconi, F. Salvestrini, *La scrittura del confine nell'Italia comunale: modelli e funzioni*, in *Limites et frontières*, 3e congrès européen d'études médiévales (Jyväskylä [FIN], 10-14 juin 2003), a cura di O. Merisalo e H. Blankenstein, in corso di stampa e in [06/06]: <<http://fermi.univr.it/RM/biblioteca/scaffale/f.htm#Giampaolo%20Francesconi>>. Questo saggio, consultato in formato digitale, ha costituito una solida base di partenza per le analisi e le considerazioni esposte nel mio contributo.

⁷ Cfr. P. Pirillo, *Famiglia e mobilità sociale nella Toscana medievale. I Franzesi Della Foresta da Figline Valdarno (secoli XII-XV)*, Firenze 1992, pp. 47-48.

⁸ Come, ad esempio, sarebbe avvenuto ai primi del XV secolo con la formazione della podesteria di Verghereto, nell'area dei conti Guidi da Modigliana (G. Cherubini, *Una comunità dell'Appennino dal XII al XV secolo. Montecoronaro dalla signoria dell'abbazia del Trivio al dominio di Firenze*, Firenze 1972, pp. 162 e sgg.).

⁹ P. Benigni, *L'organizzazione dello Stato fiorentino nel '300*, in *La Toscana nel secolo XIV. Caratteri di una civiltà regionale*, a cura di S. Gensini, Pisa 1988, pp. 151-163, in particolare p. 154; A. Zorzi, *L'organizzazione del territorio in area fiorentina tra XIII e XIV secolo*, in *L'organizzazione del territorio in Italia e Germania: secoli XIII-XIV*, a cura di G. Chittolini e D. Willoweit, Bologna 1994, pp. 279-349.

¹⁰ Per le modalità di ripartizione dell'estimo, cfr. B. Barbadoro, *Le finanze della Repubblica fiorentina. Imposta diretta e debito pubblico fino all'istituzione del Monte*, Firenze 1929, pp. 97 e sgg. e E. Conti, *I catasti agrari della Repubblica fiorentina e il catasto particellare toscano (Secoli XIV-XIX)*, Roma 1966, pp. 3 e sgg.

¹¹ A. A. Settia, *Comuni in guerra. Armì ed eserciti nell'Italia delle città*, Bologna 1993, pp. 100, 165 e A. I. Pini, *Città medievali e demografia storica. Bologna, Romagna, Italia (secc. XIII-XV)*, Bologna 1996, p. 45.

¹² P. Pirillo, *Semifonte: nascita e morte di un centro fondato*, in *Semifonte in Val d'Elsa e i centri di nuova fondazione dell'Italia medievale*. Atti del convegno nazionale organizzato dal Comune di Barberino Val d'Elsa (Barberino Val d'Elsa, 12-13 ottobre 2002), a cura di P. Pirillo, Firenze 2004, pp. 235-271, in particolare p. 237.

¹³ P. Pirillo, *Progetti di popolamento e riassetto del territorio nella Toscana medievale: il caso delle Terre nuove fiorentine*, negli atti del convegno di Montechiaro d'Asti (20-21 ottobre 2000), pubblicati con il titolo: *Le Villenove nell'Italia comunale*, a cura di R. Bordone, Carmagnola 2003, pp. 134-150.

¹⁴ G. Chittolini, *Signorie rurali e feudi alla fine del Medioevo*, in *Storia d'Italia*, a cura di G. Galasso, IV, *Comuni e Signorie: istituzioni, società e lotte per l'egemonia*, Torino 1981, pp. 589-676, in particolare: pp. 618-621

¹⁵ Nel caso dell'Appennino compreso tra Firenze, Bologna e la Romagna riesce assai arduo individuare zone definibili di scarso interesse per le comunità che vi insistevano (cfr. anche Marchetti, *De iure finium* cit., p. 203).

¹⁶ L'intero episodio è stato oggetto di un contributo specifico: P. Pirillo, *La "sottile linea grigia". La montagna di Monte Beni e il confine appenninico tra Bologna e Firenze (secc. XII-XIV)*, in *La norma e la memoria. Studi per Augusto VASINA*, a cura di T. Lazzari, L. Mascanzoni, R. Rinaldi, Roma 2004, pp. 69-90.

¹⁷ *Ibidem*, p. 77.

¹⁸ Rinvio al mio P. Pirillo, *Una "drôle de guerre": Firenze e le fortificazioni campali dello Stale (Appennino toscano-emiliano, 1357-1358)*, negli Atti del convegno *Fortilizi e campi di battaglia nel Medioevo attorno a Siena*, a cura di M. Marrocchi, Siena 1998, pp. 265-288.

¹⁹ La materia del contenzioso occupa un'intera rubrica della cronaca di Matteo Villani: "Fassi memoria delle ragioni che Settimo ha nello Stale". Il Villani datava la pergamena al 13 dicembre 1040 (M. Villani, *Cronica*, voll. 2, a cura di G. Porta, Parma, 1995; II, Lib. VIII, rub. XCV, pp. 254-256), riferendola al secondo anno di regno di un Corrado, con una probabile confusione con Enrico. La pergamena sembra essere quella conservata in Archivio di Stato di Firenze, *Diplomatico*, *San Frediano in Cestello*, 7 dicembre 1048.

²⁰ Un'accurata ricostruzione dei confini della Contea dello Stale è in G. Papaccio, *Le fortificazioni fiorentine nella contea dello Stale: il quadro territoriale*, in *Fortilizi e campi di battaglia nel Medioevo* cit., pp. 289-320.

²¹ La Badia di San Salvatore a Settimo era stata ceduta a Cîteaux nel 1236: per tutti, si veda *Storia e arte della abbazia cistercense di San Salvatore a Settimo a Scandicci*, a cura di G. Viti, Firenze 1995.

²² Il documento è conservato nelle imbreviature del notaio redattore: Archivio di Stato di Firenze, *Notarile antecosimiano*, 3747 (G. 107), cc. 91v-94r, 28 marzo 1338, l'atto era stato rogato in una delle sedi fiorentine dei Cistercensi.

²³ Per un quadro descrittivo, cfr. alcuni contributi nel già citato *Storia e arte, passim* e *Scandicci. Itinerari storico-artistici nei dintorni di Firenze*, a cura di D. Lamberini, Firenze 1990. Il quadro del popolamento della zona nella prima metà del Trecento è agevolmente percepibile dalla documentazione concernente l'area: cfr. P. Pirillo, *Forme e strutture del popolamento nel Contado fiorentino*, I, *Gli insediamenti nell'organizzazione dei popoli (prima metà del XIV secolo)*, Firenze 2005, pp. 263-272.

²⁴ «occasione maxime cuiusdam custodie segetum et fructuum in ipsis bonis existentium et exactionis nonnullae quantitatis huiusmodi segetum vel fructuum occasione ipsius custodie que campareccia vulgariter appellatur et appellari consuevit, quam camparecciam, custodiam et exactionem dicti Comune et homines de Gangalandi eis competere ex consuetudine asserebant» (*Notarile* cit., c. 93r). Ringrazio Nicoletta Francovich Onesti per i preziosi consigli circa l'interpretazione da dare al termine «campareccia». Di questa pratica non sembra esser rimasta traccia negli statuti di Settimo e di Casellina (*Statuti di Settimo. Organizzazione di un "popolo" del contado fiorentino*, a cura di A. Mirto, Scandicci 2001).

²⁵ «Sicut trahunt et progrediuntur dicte vie et loca ab ipsis viis, mediis ipsis computatis» (*Notarile* cit., c. 92v).

²⁶ L'accuratezza descrittiva del documento ne suggerisce un esame più approfondito condotto sulla base di una ricognizione sistematica di confronto con il paesaggio e la toponomastica attuali, operazione che mi riprometto di compiere in una fase successiva.

²⁷ Per l'ubicazione della chiesa di Celatico (e del probabile abitato corrispondente) «al confine con il fosso Stagnolo», tra l'Arno e la via Pisana, cfr. Repetti, *Dizionario* cit., *sub voce* Celatico. Per tutti i preziosi e illuminanti ragguagli sulla topografia dell'area desidero qui ringraziare l'amico Fabrizio Fiaschi, che sta ultimando una ricerca di prossima pubblicazione sul territorio di Settimo e Casellina in età moderna.

²⁸ *Notarile* cit., 92r. Un esame del rapporto tra partizioni territoriali della Chiesa e circoscrizioni civili è in Marchetti, *De iure finium* cit., pp. 99 e sgg.

²⁹ Per «tunica» credo si debba intendere qui una «veste lunga con maniche di foggia semplice» (M. S. Mazzi, S. Raveggi, *Gli uomini e le cose nelle campagne fiorentine del Quattrocento*, Firenze 1983, p. 418).

³⁰ P. Pirillo, *Gli statuti di Settimo e Casellina: norme ed ideali di una comunità*, in «Ricerche Storiche», 26 (1996), pp. 219-225, in particolare p. 223.

Una cultura dei confini. Liti, inchieste e testimonianze nel Piemonte del Duecento¹

di Luigi Provero

1. *Testimonianze e cultura politica*

Lo studio delle tensioni confinarie e dei processi di definizione territoriale nelle campagne del medioevo e dell'*Ancien Régime* ha subito una profonda trasformazione negli ultimi decenni, da quando all'attenzione per le componenti più prettamente giuridiche si è affiancata l'analisi sia delle «pratiche dei confini», sia del confronto tra diverse culture del territorio². Intendo pormi su questa linea di indagine, per valutare – attraverso un caso specifico e alcune comparazioni – come la società rurale sia in grado di elaborare peculiari letture del territorio e dei confini, strettamente connesse ai processi di elaborazione identitaria.

Un'opportunità di analisi interessante è offerta in questo senso dalle raccolte di testimonianze prodotte all'interno delle liti, e in particolare dei conflitti giurisdizionali per il controllo di comunità e territori. Sono infatti i testi che, per questo periodo, ci offrono nel modo più diretto un'espressione delle valutazioni che i sudditi danno dei propri signori e delle forme di vita associata; ma sono al contempo testi che possono essere affrontati solo con alcune cautele metodologiche, e in particolare con una specifica attenzione alla loro natura, ai fini specifici per cui sono prodotti e alla procedura che porta alla loro redazione³.

Le mediazioni linguistiche – dal volgare al latino e dall'oralità alla scrittura – non comportano probabilmente un'importante falsificazione delle parole dei testimoni⁴, ma non per questo possiamo considerare le deposizioni come libere espressioni delle opinioni e della cultura politica dei testi: non ci troviamo di fronte a osservatori esterni che liberamente valutano, descrivono e giudicano i funzionamenti sociali locali, ma a persone che tramite le proprie

parole agiscono politicamente in un contesto ricco di implicazioni e di condizionamenti. Si tratta sempre di testimoni di parte, che depongono a favore di una delle parti in lite, con un intervento teso a modificare o consolidare gli equilibri e i funzionamenti politici locali. Il fatto stesso di testimoniare è l'espressione di una scelta politica, o quanto meno – e forse più correttamente – di una specifica collocazione all'interno delle reti di solidarietà e di dominazione che attraversano il villaggio, una collocazione che orienta, condiziona e in qualche caso determina i comportamenti politici del singolo⁵.

Le parole del testimone nascono quindi dalle sue scelte politiche e – in molti casi – dai forti condizionamenti cui è soggetto da parte sia della comunità locale, sia dei poteri signorili da cui dipende e per cui testimonia. La singola deposizione è un elemento di un discorso collettivo articolato dall'insieme dei testimoni, ma progettato e strutturato dal signore che li ha convocati a deporre. D'altronde nella maggior parte dei casi le deposizioni nascono come risposte a una serie di domande definite e piuttosto rigide, una griglia di interpretazione della realtà precostituita da chi ha progettato l'interrogatorio, ovvero i giurisperiti che affiancano la parte che ha presentato i testimoni.

L'uso delle raccolte testimoniali per leggere le culture politiche presenti nelle campagne è quindi del tutto corretto e assai promettente, a patto che non le si intenda né come libera descrizione, né come emergere occasionale di una mentalità irriflessa. Sono atti politici, momenti individuali di un'azione collettiva, per quanto condotti ovviamente con tassi diversi di consapevolezza.

In questo senso le deposizioni si presentano quindi come chiave ideale per un'analisi che integri culture e pratiche, perché le testimonianze stesse sono da un lato parole che descrivono pratiche sociali, e dall'altro discorsi politici operativi, destinati a intervenire sui funzionamenti della società. È proprio nelle deposizioni che la cultura politica del singolo trova piena espressione sia come valutazione della realtà, sia come tentativo di modificarla.

2. *Un nodo di tensioni territoriali*

Nel settembre 1247 Uberto di Bra e suo figlio Robaldino presentano davanti al podestà di Asti una serie di testimonianze relative alle contese derivanti dalle trasformazioni del territorio attorno a Bra⁶. Se i termini esatti della lite non sono del tutto chiari, il punto nodale attorno a cui sono costruite queste testimonianze è evidente: Uberto intende dimostrare che il luogo di Alzabeco, nelle immediate prossimità di Bra, è un «locus sive castrum per se, habens iurisdictionem et fines proprios».

La tensione territoriale in quest'area appare molto alta: la fondazione della vicina villanova di Cherasco, nel 1243, è solo l'espressione più alta di un conflitto politico dal preciso contenuto territoriale, che connota la zona lungo tutto il decennio. I signori di Bra erano al centro di una tensione potenziale tra i comuni di Alba e Asti già a partire dai primi decenni del Duecento: nella vicina Alba i Bra erano profondamente inseriti nelle strutture del comune cittadino, mentre Asti aveva da tempo avviato una politica di affermazione sul

territorio braidese⁷. Al contempo i signori di Bra avevano tutelato la propria autonomia legandosi vassallaticamente ai marchesi di Saluzzo, esclusi da un diretto intervento su Bra, ma egemoni in altre aree di presenza patrimoniale dei Bra, come Racconigi⁸. Il difficile equilibrio tra egemonie contrapposte – più volte rotto e ricomposto – giunge a un nuovo punto di rottura nel maggio 1241, quando il comune di Alba decreta il bando perpetuo dei Bra, in seguito alla morte di Giovanni Livoto; non sono chiari gli avvenimenti che hanno portato a questa rottura, ma il richiamo alla «*postulacionem ambaxatorum pacis, videlicet Saviliani, Cunei, et Foxani, Montisregalis*» ci porta a connettere il fatto non a tensioni interne al comune di Alba, ma a più ampi conflitti regionali, a loro volta probabilmente da ricondurre alle tensioni connesse all'azione di Federico II in Italia⁹.

A partire da questo momento acquistano piena visibilità documentaria una tensione e una mobilità politica che si riflettono direttamente sul piano territoriale. Nello specifico, la rottura con Alba determina per i signori di Bra la perdita del principale punto di riferimento politico a livello regionale: devono quindi dare nuovo peso alle basi locali del loro potere, valorizzare altri raccordi politici e acquisire nuove risorse. Così, pochi mesi dopo il bando, Enrico di Bra vende ai marchesi di Saluzzo ciò che teneva in feudo da loro nel castello di Centallo¹⁰; poco prima Uberto di Bra aveva consolidato il proprio patrimonio nel castello di Alzabeco, nei pressi di Bra, grazie alla dote concessa da Morruto di Pocapaglia alla figlia Isabella, moglie di Uberto¹¹. Quest'atto non solo aveva garantito a Uberto una nuova e più solida base di potere, ma aveva anche chiuso un periodo di tensioni con i signori di Pocapaglia, attestate dal 1217 e relative proprio alle aree in corso di dissodamento tra Bra, Pocapaglia e Alzabeco, che ritroviamo poi al centro delle deposizioni del 1247¹².

Su questo quadro si sviluppa l'azione politico-territoriale del comune di Alba, chiaramente orientata in senso ostile nei confronti dei Bra, a partire dall'atto con cui, nel 1242, il comune acquisisce dall'abbazia di Breme beni e diritti nei vicini territori di Pollenzo e Santa Vittoria¹³. Il pieno significato dell'atto si coglie considerando due passi specifici: da un lato il comune di Alba acquisisce la piena libertà di intervento sugli assetti insediativi, tanto che potrà sia fortificare i luoghi, sia spostare il villaggio di Pollenzo in altra collocazione; dall'altro lato vediamo che, delle 500 lire versate dal comune, più di 300 serviranno all'abate per pagare i debiti contratti con diversi esponenti della famiglia signorile di Bra negli anni precedenti¹⁴.

Si tratta quindi di un atto destinato esplicitamente sia a limitare le possibilità dei Bra, che avrebbero potuto far valere il proprio credito per impadronirsi dei beni di Breme, sia a preparare importanti interventi sugli assetti insediativi locali. I due orientamenti – ostilità contro i Bra e intervento sul quadro insediativo – convergono l'anno successivo in quello che rappresenta il principale atto politico in quest'area, ovvero la fondazione della villanova di Cherasco, pochi chilometri a sud di Bra, oltre la Stura. La fondazione avviene per l'iniziativa convergente del comune di Alba, dei signori di Manzano (castello non lontano) e del partito imperiale. Non è solo la vicinanza nello spazio

e nel tempo a indurci a collegare la fondazione di Cherasco con le questioni che ruotano attorno a Bra: il podestà di Alba dichiara infatti di procedere alla fondazione «ad petitionem seu postulacionem et requisicionem comunis de Brayda», poiché gli uomini di Bra lamentavano «quod in loco Braide non poterant habitare propter iniurias quas domini de Brayda eis hominibus iniuste cotidie inferebant, et quia inimici domini imperatoris et infideles, videlicet marchio Montisferrati et quamplures alii, ibi colloquium faciebant et habebant regressum, et sepius morabantur, tractantes in dicto loco Braide dampnum et dedecus domini imperatoris»¹⁵. All'interno della società braidese una frattura – dai connotati non meglio precisabili – contribuì quindi a offrire al comune di Alba l'opportunità di intervento nell'area.

La fondazione di Cherasco è un intervento pesante sugli assetti insediativi e giurisdizionali, che va a coinvolgere la popolazione di una decina di villaggi già dipendenti dai signori di Manzano, anche se la villanova non determina un'immediata e completa scomparsa degli insediamenti precedenti¹⁶. Evidenti le conseguenze nella zona di Bra, il cui riflesso documentario più diretto è probabilmente il cittadinateo concesso nel 1246 dal podestà di Asti agli uomini di Bra e Sanfré, con una serie di privilegi fiscali destinati esplicitamente a favorire il rientro degli uomini trasferitisi altrove (presumibilmente proprio a Cherasco)¹⁷. Questa accresciuta pressione astigiana su Bra sollecita una reazione di alcuni signori locali: le divisioni e i conflitti interni alla famiglia signorile¹⁸ avevano portato un membro della famiglia, Uberto, a concentrarsi sul luogo di Alzabeco, nelle immediate vicinanze di Bra. Dalla volontà di tutelare la propria specifica posizione politica, nasce la raccolta di testimonianze presentata da Uberto nel 1247, cui dobbiamo tornare.

3. *I testimoni di Uberto di Bra*

La raccolta di testimonianze promossa da Uberto di Bra nell'estate del 1247¹⁹ è un atto che testimonia uno sviluppo prettamente locale di queste tensioni, ed è al tempo stesso un tentativo di incidere su questi sviluppi territoriali. I testimoni convocati da Uberto non si limitano a riferire i propri ricordi sugli assetti territoriali locali e sulle pratiche di attivazione e sfruttamento delle risorse, ma usano le proprie parole per modificare questi assetti e queste pratiche. Non sarebbe quindi corretto estrapolare dalle loro dichiarazioni alcune espressioni più o meno “emblematiche” della loro cultura territoriale. Occorre invece aderire «alla cronaca e al linguaggio» di chi agisce in questo specifico contesto²⁰, ovvero ricostruire il discorso politico condotto tramite le testimonianze: è un discorso pensato e strutturato dai giurisperiti che affiancano Uberto di Bra²¹, ma concretamente articolato dai singoli testimoni. Un testo, infine, che per noi può aver valore descrittivo, ma che nasce con intenti dimostrativi, come selezione e rielaborazione di una serie di dati della realtà con lo scopo di conseguire vantaggi nel procedere della lite²².

Solo un'analisi dall'interno del testo potrà d'altronde darci qualche indicazione in più sulla natura e i termini della lite, di cui non possediamo altri do-

cumenti. La raccolta si presenta come «testes Uberti de Brayda» a nome suo e del figlio «super negotio quod ei movetur occasione emptorum Brayde»²³, senza che sia ulteriormente specificato né quali fossero gli acquisti, né da parte di chi, né infine quali fossero le contestazioni mosse a Uberto. Dobbiamo però quasi sicuramente far riferimento agli acquisti e alle pressioni politiche esercitate dal comune di Asti nel territorio di Bra, che rappresentavano senza dubbio la maggiore minaccia ai superstiti diritti giurisdizionali dei Bra sul villaggio; proprio al podestà di Asti sono peraltro presentate le testimonianze di Uberto. Anche la tesi centrale sostenuta dai testimoni (che Alzabecco è «locus sive castrum per se, habens iurisdictionem et fines proprios») è del tutto coerente con questa lettura: di fronte all'affermarsi del potere di Asti su Bra, Uberto cerca di affermare che Alzabecco non è una parte di Bra, ma un luogo a sé, su cui non si possono applicare i diritti che Asti ha acquisito su Bra. Alzabecco costituisce probabilmente in questa fase l'ultima parte del territorio braidese su cui i Bra possono rivendicare diritti signorili²⁴.

Da questi obiettivi deriva la scelta dei testimoni: oltre a due membri della famiglia signorile di Bra, gli altri testi provengono da Alzabecco, Pocapaglia, San Giorgio e Pollenzo, ovvero da una serie di località che formano un semicerchio a est di Bra, e tutte sembrano condividere qualche forma di tensione territoriale contro gli uomini di Bra. È invece vistosa l'assenza di Braidesi nella serie dei testimoni, ma questo è implicito nella natura stessa del documento, che non è un'inchiesta condotta da un giudice, ma un intervento di parte. Un'inchiesta imparziale sui confini tra Bra e Alzabecco avrebbe presumibilmente cercato testimoni nei due villaggi; Uberto ovviamente non fa nulla del genere: volendo affermare l'identità di Alzabecco come villaggio autonomo («locus per se»), raccoglie le persone adeguate a testimoniare le pratiche sociali che separano i due villaggi. Per far questo Uberto mette in gioco la rete di solidarietà su cui può contare: i suoi parenti e i suoi dipendenti, ma anche coloro che condividono alcuni suoi obiettivi politici o che si connettono più indirettamente alla sua rete relazionale²⁵.

I testimoni, sia pure con varianti non trascurabili, si muovono in modo abbastanza coerente con le esigenze di Uberto, il che testimonia l'efficacia del suo radicamento locale e del controllo esercitato su alcuni settori della società, non nel villaggio di Bra, ma nei nuclei insediativi posti nelle sue prossimità²⁶. Questo ci consente di condurre alcune valutazioni complessive sull'insieme dei testimoni, che sotto alcuni punti di vista possono essere considerati un gruppo omogeneo: comune a tutti i testi è l'affermazione che Alzabecco è un «locus per se», dotato di un territorio («fines proprios») e sottoposto alla giurisdizione di Uberto; molti anche fanno riferimento alla nomina dei camparii locali, dato senz'altro significativo di un controllo del territorio, anche se nessuno appare in grado di indicare uno specifico caso di un uomo di Bra multato dal campario di Alzabecco per colpe commesse in quest'ultimo territorio.

Un passo determinante per affermare la separazione di Alzabecco da Bra è la valutazione che i testi danno di una fase bellica in cui, probabilmente in seguito all'incendio di Alzabecco, gli uomini del luogo si erano rifugiati a Bra e,

come racconta ad esempio Pietro Carruto di Alzabecco, «ivi solverunt fodrum et iverunt in exercitum et fecerunt fossatum»²⁷. È evidente come questa fase possa costituire un precedente importante, che sembra legittimare l'identificazione degli uomini di Alzabecco come membri della comunità di Bra. Così i testi, con formule lievemente diverse ma del tutto coerenti, si impegnano a negare la gravidanza di questo precedente: per riprendere ancora il racconto di Pietro Carruto, questi servizi furono compiuti solo «dum ibi steterunt, sicut alii saboterii²⁸ de villa, idest illi qui non habent domum et reductum in Brayda, nisi sicut albergantes in alienis domibus et non sicut homines Brayde»; al contempo «parebant iuri sub potestate de Brayda sicut alii homines extranei, qui in Brayda stare veniebant»²⁹.

Affermare l'identità comunitaria è ovviamente un passo fondamentale per rivendicare l'esistenza di un territorio di esclusiva pertinenza degli uomini di Alzabecco: un territorio di Alzabecco ha senso solo se gli uomini del villaggio sono un gruppo chiaramente distinto da quelli di Bra, sia per modalità di accesso alle risorse, sia per pratiche sociali e sistemi giurisdizionali cui fanno capo. Diventa quindi centrale la questione della residenza, è importante affermare che gli uomini di Alzabecco sono stati a Bra, hanno partecipato ai sistemi di potere e di scambio sociale di Bra, ma non vi hanno abitato: questo è il significato dell'insistenza sulla nozione di «saboterii». Di fronte a pratiche sociali innegabili (il fodro, i servizi al fossato, la sottomissione al podestà di Bra) è importante per Uberto negarne l'interpretazione più ovvia: gli uomini di Alzabecco hanno fatto tutto ciò che li qualifica come uomini di Bra, ma – è la tesi di Uberto – non per questo sono uomini di Bra.

È interessante notare come in molte liti di questi decenni la nozione di «abitare» sia centrale: vediamo ad esempio individui in lotta con comunità, quando l'individuo vuole affermare il proprio diritto ad accedere a risorse collettive sulla base della propria residenza in un luogo, mentre la comunità tende a negare questo diritto³⁰; in altri casi, uomini costretti ad allontanarsi dal proprio villaggio cercano testimoni per dimostrare che la propria permanenza in un altro villaggio non ha i caratteri di residenza, allo scopo di non perdere i diritti sui beni comuni del villaggio d'origine³¹. Tutto ciò deriva dai connotati della nozione di abitare, che è una pratica sociale complessa, esclusiva e ricca di implicazioni sul piano giuridico:

- *complessa*, perché non basta un singolo indicatore per riconoscere dove una persona abita, ma convergono possesso della casa, residenza abituale, distribuzione dei possedimenti, sistemi di solidarietà;

- *esclusiva*, perché si possono possedere terre e case in molti villaggi, ma si abita in un solo posto;

- *ricca di implicazioni*, perché solo chi abita in un villaggio può accedere legittimamente ad alcuni beni comuni e diritti d'uso collettivi.

La residenza è la chiave principale per identificare l'appartenenza comunitaria, ma la residenza è una nozione di non facile definizione, per cui vengono messe in gioco diverse pratiche sociali ed economiche. Lo scontro implicito nelle testimonianze presentate da Uberto è quindi sull'interpreta-

zione di queste pratiche, che gli Astigiani potrebbero usare per rivendicare l'assimilazione degli uomini di Alzabecco ai Braidesi, mentre Uberto nega questa interpretazione.

4. *Un «locus per se» dai confini incerti*

Se i testimoni di Uberto di Bra appaiono concordi e sicuri nell'affermare la natura di Alzabecco come «locus per se», dotato di «fines» e di giurisdizione propria, assai più difficile e contraddittoria appare la definizione del territorio pertinente in modo esclusivo al villaggio, con limiti certi e individuabili. Non è una questione posta in modo generico e complessivo sull'intero territorio di Alzabecco, ma si polarizza sull'area in via di dissodamento posta tra Bra, Alzabecco e Pocapaglia. Qui la questione dell'identità comunitaria diventa propriamente una questione di confini.

Pur con le oscillazioni consuete in queste raccolte testimoniali, emerge in modo chiaro un quadro di uso promiscuo di questa porzione del territorio, condivisa in modo più o meno conflittuale dalle comunità dei tre villaggi. Due i riferimenti microtoponimici: la Rivoira e l'area oltre il Rio Secco, senza che sia possibile al momento individuare con sicurezza queste due aree e quindi comprendere se si tratti di due definizioni dello stesso settore. Sicuramente entrambe possono essere collocate nell'area intermedia tra Bra e Alzabecco³², il cui carattere di area di dissodamento è evidenziato dai molteplici richiami ai ronchi sia nelle azioni descritte per l'area della Rivoira, sia nei microtoponimi usati per individuare il confine³³.

Le domande sugli usi di quest'area non vengono poste ai primi due testimoni, esponenti della famiglia signorile di Bra: la divisione tra i territori di villaggio non sembra derivare né da un preciso accordo interno al gruppo signorile, né da una determinazione dei confini³⁴. Le tesi di Uberto si appoggiano piuttosto da un lato ai microtoponimi e alla percezione del territorio accertabile nella società locale, e dall'altro lato a un insieme di usi e pratiche, dotati di un più o meno esplicito significato giurisdizionale. A poco quindi potrebbero servire su questo piano le deposizioni dei signori di Bra, utili invece per ricostruire le spartizioni e i conflitti all'interno della famiglia signorile³⁵.

I testimoni affermano in modo piuttosto coerente che l'area oltre il Rio Secco è «finis Ausabechi et Paucepalee», e che quest'area è chiamata «contrata Tevolei et gerbi de Ausabeco», oppure, come dichiara Nicola Mallono di Pocapaglia, «gerbi Ausabechi et Paucepalee»³⁶. Quest'ultima variazione riflette probabilmente lo specifico interesse dell'abitante di Pocapaglia a sottolineare i diritti della propria comunità su quest'area, ma dobbiamo notare come la stretta associazione tra Alzabecco e Pocapaglia sia presente già nelle domande: lo scopo attorno a cui sono costruite queste deposizioni è affermare la distinzione di Alzabecco da Bra, mentre la commistione con il territorio di Pocapaglia non appare in questa fase una minaccia all'autonomia della comunità e dei signori locali. Prendiamo tuttavia atto che i territori di Alzabecco e Pocapaglia sembrano da queste dichiarazioni debolmente distinti, in un'incer-

tezza confinaria che ritroviamo nelle dichiarazioni relative alle pratiche di uso del territorio nell'area della Rivoira.

Tre sono le affermazioni fondamentali richieste ai testimoni che depongono relativamente alla Rivoira: che uomini, signori e chiesa di Alzabeco roncano dove vogliono nella Rivoira, senza contraddizione dei signori di Bra; che i Bra non hanno diritti sulla Rivoira, se non sulle terre roncate da loro e dai loro dipendenti; che i diritti degli uomini di Bra sui ronchi della Rivoira non sono tenuti pacificamente, ma sempre contestati dagli uomini di Pocapaglia. Ad esempio Anselmo Tempestato, già campario di Alzabeco³⁷, dichiara che il signore, la chiesa e gli uomini di Alzabeco «*consueverunt pascuare, arroncare et boscheare in Rovoira sine contradidione dominorum de Brayda*»; quando gli viene chiesto «*si scit quod domini de Brayda habebant ius in Rivorìa et in ronchis et vineis et rebus Rivorie*», risponde «*quod non in ronchis, quos homines Ausabechi habebant, nisi ille dominus qui dominus erat Ausabechi; set in aliis credit quod domini de Brayda ius habebant*». Dichiara poi «*quod homines de Alsabeco arroncabant per totam Rovoriã ubi volebant ad eorum voluntatem, sicut alii homines de Brayda arroncabant*», e lo fanno da quando ricorda, ovvero 40 anni; sostiene che ciò che gli uomini di Alzabeco facevano e dissodavano in quest'area «*erat ipsorum et illud tenebant et possidebant ut res Alsabechi et de posse Alsabechi*». Infine, interrogato «*si Ravoyra est de posse et pertinenciis Brayde*», risponde «*nexit, quia illi de Brayda et illi de Paucapalea semper se contencionant de Rovoria*».

Ci troviamo quindi di fronte a un consueto conflitto confinario, condotto prioritariamente tramite una serie di atti possessori³⁸: ronchi, coltivazioni, sfruttamento dell'incolto, assumono un chiaro contenuto di rivendicazione individuale e collettiva. A questo si connette e si contrappone l'eventuale contestazione degli atti possessori: così i testimoni di Uberto sono attenti a ricordare non solo che chiesa, uomini e signori di Alzabeco dissodavano nella Rivoira, ma anche che lo facevano senza contraddizione dei Bra; e al contrario sottolineano che i diritti dei Bra sui ronchi della Rivoira erano sempre contestati dagli uomini di Pocapaglia. Se un atto possessorio è una rivendicazione, la sua piena efficacia di fronte alla comunità si ha quando l'atto è pubblico e non è pubblicamente contestato dalla controparte³⁹.

Tra le molte azioni che possiamo interpretare come atti possessori, quella dotata di più chiare connotazioni collettive e giurisdizionali è probabilmente l'azione dei camparii: gli interventi di polizia campestre provano non solo che una comunità ha l'accesso a determinate risorse, ma anche che alcuni spazi agrari sono di pertinenza esclusiva della comunità e dei suoi signori, che esercitano su di essi controllo e giurisdizione. Le ripetute azioni dei camparii sono quindi preziose per affermare l'assunto principale della raccolta di testimonianze, ovvero che Alzabeco è un «*locus per se*» che dispone di «*fines proprios*». Così i riferimenti alle azioni di polizia campestre ritornano costantemente in tutte le deposizioni e assume un peso speciale la testimonianza di Anselmo Tempestato, già campario di Alzabeco⁴⁰.

Se l'azione dei camparii può provare la pertinenza esclusiva di un territorio al villaggio di Alzabecco, è però questione diversa affermare una delimitazione lineare semplice di questo territorio. Alcune domande e alcune risposte sono orientate a individuare un limite oltre cui c'è il «*finis Ausabechi et Paucapalee*», e già qui il riferimento a due distinti villaggi rende difficile affermare una pertinenza esclusiva ad Alzabecco di un ben delimitato settore del territorio. Ma soprattutto, descrivendo le azioni e i diritti sulla Rivoira, le deposizioni ci presentano senza incertezze un'area di uso promiscuo, condivisa dagli uomini di Bra, Alzabecco e Pocapaglia, che convergono nel dissodare le terre: ciò su cui i testimoni di Uberto concordano – sia pure con sfumature diverse – è che gli uomini di Alzabecco operano liberamente nella Rivoira, rispondendone solo al proprio signore, mentre gli interventi degli uomini e dei signori di Bra sono contestati dagli uomini di Pocapaglia. Al di là dell'evidente e ovvia scelta di campo dei testimoni, è chiaro che le tre comunità convergono in modo più o meno conflittuale nello sfruttamento e nella messa a coltura di quest'area.

Da qui l'espressione di Nicola Mallono, che definisce «*terras mistas*» i possessi degli uomini di Alzabecco e Pocapaglia⁴¹, ma altri testimoni fanno un passo ulteriore, quando affermano che «*territorium Brayde et Alçabechi sunt simaltenencia*»⁴², passando dal piano del possesso al piano della pertinenza comunitaria. Qui si può cogliere una chiave importante di interpretazione della specifica fase in cui si colloca la raccolta di deposizioni promossa da Uberto di Bra: lo sviluppo di un'identità comunitaria da parte degli abitanti di Alzabecco trova una sua proiezione territoriale non genericamente nell'area circostante il villaggio, ma più specificamente nelle aree su cui si proietta la loro azione economica e presumibilmente si concentrano le loro aspettative di sviluppo, connesse al dissodamento di un'area incolta. Questa proiezione territoriale deve fare i conti con i convergenti sviluppi delle comunità vicine e non può quindi svilupparsi in un distretto coeso e linearmente delimitato: i «*fines*» di Alzabecco sono costituiti prima di tutto dall'insieme delle terre coltivate dai suoi abitanti, inestricabilmente intrecciate con quelle coltivate dagli uomini di Bra e di Pocapaglia. Ma dalle «*terrae mistae*» ai «*territoria simaltenencia*» il salto di qualità è importante: il dato patrimoniale si è sviluppato in un'articolazione distrettuale che, per quanto complessa e mal definibile dagli stessi testimoni, riflette il processo di costruzione di un'identità comunitaria.

5. *Confini e identità*

La vicenda di Alzabecco pone quindi al centro del nostro interesse il nesso tra identità e territorio, tra i confini sociali che definiscono la comunità e i confini fisici che ne delimitano lo spazio di azione. La rivendicazione di un'identità comunitaria appare qui direttamente connessa alla definizione di uno spazio fisico, ma non comporta una necessaria continuità territoriale⁴³; convive invece con una frammentarietà dello spazio agrario di pertinenza esclusiva della comunità. In questo senso Alzabecco è solo una delle possi-

bili espressioni del rapporto assai mobile e libero tra le comunità e la loro proiezione territoriale, un rapporto la cui intensa dinamica non può essere intesa, per il Duecento, come un fenomeno residuale o marginale di fronte a una necessaria evoluzione verso un irrigidimento dei quadri territoriali locali. Ci troviamo invece di fronte a un elemento strutturale delle dinamiche delle campagne del medioevo e dell'*ancien régime*, evidente sia sul piano dell'uso sociale degli spazi agrari, sia sul piano del linguaggio territoriale⁴⁴.

Proprio il piano del linguaggio usato per definire e descrivere il territorio è fondamentale per comprendere il nesso tra le divisioni territoriali e le elaborazioni identitarie, e quindi contestualizzare la vicenda di Alzabeco e l'interferenza che qui abbiamo constatato tra identità comunitaria e rivendicazione di un territorio. Al di là delle pratiche di uso del territorio (e del connesso uso promiscuo dell'area della Rivoira), è sul piano del linguaggio che abbiamo potuto constatare un'apparente contraddizione tra l'affermazione che Alzabeco è un «locus per se» dotato di «fines proprios», e la contemporanea affermazione per cui i territori di Bra e Alzabeco sono «simultenencia». In quest'ottica possiamo quindi rileggere la documentazione delle comunità rurali duecentesche.

Il nesso tra comunità e territorio, tra identità e confini, è – più o meno esplicitamente – al centro di tutte le serie documentarie relative alle comunità di villaggio, a partire dalle franchigie, intese qui in un'accezione molto ampia, non riferita solo agli atti di concessione signorile, ma a tutte le forme di definizione dei rapporti signore-comunità. Le franchigie identificano in genere la comunità con un linguaggio sociale e territoriale tendenzialmente semplice e unificante: «omnes homines de X», «omnes homines habitantes et possidentes in X» o formule simili. Definizioni che quindi presentano la comunità e il suo territorio come un dato acquisito e definito: oggetto della contrattazione non pare essere né l'identificazione della comunità né – in genere – la definizione del territorio di sua pertinenza.

Tuttavia proprio il processo di contrattazione permette alla comunità di modellarsi, di gerarchizzarsi e di prendere forma, a partire dalle forme di rappresentanza politica, affidata a gruppi ristretti che costituiscono l'esito di un processo di selezione e di lotta per l'accesso alla parola politica. In questo senso i patti con i signori sono quindi momenti di ratifica e di consolidamento delle gerarchie e delle differenze interne alla comunità⁴⁵. Ma in molti casi nella franchigia cogliamo un passo in più, la volontà di progettare le diversità: in particolare la definizione dei privilegi e dei diritti d'uso delle famiglie di *milites* è una forma per sanzionare, regolare e progettare una diversità sociale⁴⁶.

Dal punto di vista specificamente territoriale, dobbiamo constatare che raramente le franchigie sono costruite per procedere a una definizione o a un'organizzazione del territorio di villaggio, ma il nesso tra comunità e territorio emerge piuttosto a un livello precedente, nell'identificazione degli interlocutori del signore; qui si vede come la nozione stessa di luogo e di territorio sia l'esito di un processo di elaborazione continuamente rimesso in gioco.

La scelta documentaria prevalente è quella di offrire un'immagine unitaria e del tutto semplice del territorio di villaggio: la comunità che tratta con il signore appare formata da tutti gli abitanti (o dagli abitanti e i possessori) di un certo villaggio, che sembra proiettarsi su un territorio la cui natura e limiti sono dati preesistenti e indiscussi. Ma il confronto tra gli atti di franchigia e altre fonti può mostrarci come questo linguaggio unificante copra situazioni assai diversificate, fino al caso di un villaggio come Morozzo, nel Cuneese, i cui signori e uomini nel 1287, con la mediazione dell'abate di S. Dalmazzo, stringono con i marchesi di Saluzzo accordi in cui sono indicati come «domini et homines loci et districtus Morocii», senza che sia esplicitata alcuna divisione o articolazione del territorio⁴⁷; ma per lo stesso periodo, l'analisi di serie documentarie private ed ecclesiastiche ha messo in luce per questo villaggio una frammentazione molto alta non solo della società, ma anche del territorio, con quattro diverse chiese attorno a cui si polarizzano sistemi di solidarietà chiaramente separati⁴⁸.

La differenza tra la realtà sociale e l'immagine offerta dalle franchigie non ci permette di interpretare questi atti come pura finzione: è piuttosto un intervento sulla realtà, un processo di ricostituzione della coesione a livello di villaggio. Nel caso specifico di Morozzo, la franchigia nasce dall'affermazione in sede locale di una nuova egemonia, quella dei marchesi di Saluzzo: la contrattazione con il nuovo potere ha probabilmente reso necessario – dal punto di vista del signore ma anche della comunità – ricostituire un'incerta solidarietà di villaggio, e condurre a questo livello la contrattazione. Ma al di là del caso specifico, occorre notare come la semplicità dei quadri sociali e territoriali descritti dalle franchigie debba essere presa con prudenza, debba essere vista come un linguaggio unificante applicato a realtà assai mobili e spesso frammentate.

Fondamentalmente, è una questione di identificazione della comunità di appartenenza. Gli uomini di Morozzo fanno riferimento a diversi legami di vicinato, diversi ambiti cerimoniali, diverse clientele signorili. In che modo e in che misura pensano se stessi come uomini «di Morozzo»? Ovviamente non è possibile dare una risposta netta e certa, sia per la discontinuità delle serie documentarie, sia soprattutto per l'elasticità con cui il notabilato contadino agisce sul territorio, conducendo politiche patrimoniali e creando sistemi di solidarietà che spesso si sganciano dai quadri territoriali legati al singolo villaggio⁴⁹. È probabile tuttavia che abbia qui un peso di rilievo la nozione di residenza e la sua pregnanza, il suo associarsi non solo a determinate pratiche sociali, ma anche alla condivisione di risorse comuni⁵⁰.

Questo non impedisce tuttavia la coesistenza di una pluralità di identità territoriali non esclusive, identità che possono diventare la base per definire comunità politicamente attive: chi vive in un villaggio può al contempo riconoscersi in una comunità più larga, come una valle alpina; al tempo stesso l'appartenenza a un villaggio può precisarsi nell'appartenenza a una realtà più ristretta, una borgata o una parte del villaggio. Tuttavia i due casi devono essere letti separatamente.

Nel caso delle comunità di valle, constatiamo la coesistenza non conflittuale di identità territoriali diverse: la comunità di valle non assorbe tutta la capacità di identificazione e di azione politica del singolo, ma piuttosto integra le comunità di villaggio, soprattutto per regolare o contrattare alcune questioni che superano la dimensione del singolo villaggio (gli alpeggi, il controllo delle acque, i pedaggi). Le due identità coesistono: negli stessi anni e nello stesso territorio alcune questioni sono contrattate a livello di villaggio, altre a livello di valle⁵¹.

È più ambiguo il caso delle borgate, dei segmenti di una comunità che agiscono autonomamente: in questi casi la dimensione concorrenziale è più evidente, e spesso la borgata può essere vista in una prospettiva di separazione dalla comunità. È questo il caso di Alzabecco, dove si è delineata una tensione territoriale che si nutre di divisioni dinastiche, polarità insediative e condivisione di spazi in corso di dissodamento. Ma è un caso tutt'altro che isolato, e possiamo vedere qualche esempio analogo in aree non lontane.

Becetto, in Val Varaita, è una piccola borgata di montagna i cui abitanti, all'inizio del Duecento, si fondano sulla solidarietà di vicinato, consolidandola per via cerimoniale, con la costruzione di un cimitero e di una chiesa, destinata a diventare la loro parrocchia. Ed è interessante notare come alcuni abitanti di Becetto, chiamati a testimoniare, definiscano la propria collettività sia come «vicini» sia come «parrocchiani»⁵². Lo scopo, evidente ed esplicito, è quello di staccarsi dal villaggio di Sampeyre, nel cui territorio Becetto rientrava. La posta in gioco è probabilmente costituita da beni comuni e diritti d'uso, forse con il tentativo di affermare un diritto esclusivo degli uomini di Becetto su alcuni alpeggi. Ma un tale sviluppo sembra anche reso possibile dallo specifico contesto della val Varaita, dove l'omogeneo potere signorile del gruppo parentale dei signori di Verzuolo, Venasca e Brossasco aveva probabilmente indotto una relativa debolezza dei quadri distrettuali dei singoli villaggi⁵³.

Simile per alcuni aspetti è il caso degli uomini di Sant'Ilario di Revello, ovvero gli abitanti della piccola borgata nata nei pressi del monastero di S. Ilario, a qualche chilometro dal villaggio di Revello, allo sbocco della valle Po. Nei decenni centrali del Duecento questi uomini appaiono impegnati soprattutto a definire i propri specifici ed esclusivi diritti di uso su un bosco, distinguendoli con attenzione dai diritti, più limitati, degli altri uomini di Revello⁵⁴. Ci troviamo quindi di nuovo di fronte a diritti d'uso che suscitano una tensione territoriale tra una comunità e una sua parte, senza tuttavia che – nel caso di Sant'Ilario – la tensione faccia emergere un alto livello di consapevolezza nel tentativo di distaccare la borgata dall'insieme della comunità, quale invece si è constatato a Becetto.

In entrambi i casi, la solidarietà di vicinato è uno strumento per modellare e dividere la comunità di villaggio. Ma il vicinato può anche essere la base per forme di solidarietà che non arrivano a intaccare la comunità di villaggio: così nel 1193 la badessa di Santa Maria del Senatore di Pavia tratta con i «consules [...] illorum hominum qui habent predia sua iuxta fluvium Staphole»⁵⁵: ancora un gruppo di vicini, ma vicini per possesso⁵⁶, e il termine «vicini» in questo

caso non compare nelle fonti. Questo gruppo arriva a costituire una piccola e forse temporanea struttura istituzionale di rappresentanza, destinata però, apparentemente, a trattare con il potere signorile solo per questi specifici beni. È quindi una solidarietà strutturata, istituzionalizzata e riconosciuta, che non sembra però impedire l'appartenenza di questi uomini alle rispettive comunità di villaggio, ed è quindi una struttura istituzionale che non corrisponde né a una comunità di villaggio, né a un tentativo di ridefinire complessivamente le strutture comunitarie locali.

In questo quadro di mobilità dei territori, dei linguaggi e delle identità, le franchigie devono quindi essere viste come atti di interpretazione e di progetto della società e del territorio; spesso sono azioni tendenti a consolidare la comunità e la sua identità collettiva, ma in altri casi comportano lo sviluppo di processi di divisione sociale o territoriale, una divisione che viene constatata ma che può anche essere modellata o creata.

Se dal punto di vista sociale la divisione è prima di tutto quella tra *milites* e *rustici*⁵⁷, questi progetti di divisione assumono un carattere specificamente territoriale nei casi in cui si definiscono condizioni giuridiche diverse per specifiche aree, sulle quali la comunità può acquisire diritti d'uso o competenze giurisdizionali che in alcuni casi arrivano a escludere il signore. Ad esempio nel 1205 il vescovo di Vercelli concede in feudo agli uomini di Casale alcuni settori del territorio⁵⁸, o ancora nel 1210 il vescovo di Asti riconosce agli uomini della villanova di Mondovì il diritto di imporre multe e pene «consilio et voluntate» del vescovo, con l'eccezione di un settore del territorio, in cui potranno agire giudiziariamente in piena autonomia⁵⁹. La volontà di progettare una divisione giurisdizionale del territorio può arrivare a incidere all'interno dello stesso nucleo insediativo principale del villaggio, come si vede nei patti relativi a Cavour, nel 1227, quando il rappresentante del conte di Savoia assegna all'abate di Cavour sessanta casali all'interno del villaggio, tracciando una serie di confini che fanno capo alle mura, alle porte e alle vie interne all'insediamento⁶⁰.

Ma queste forme di progettazione della diversità non sono altro che l'espressione più chiara e consapevole di un modello normale di funzionamento del potere fondato su una giurisdizione altamente frammentata, non solo nel senso ben noto che singoli diritti sono variamente distribuiti e condivisi da molti poteri diversi⁶¹, ma anche nel senso che la proiezione fisica della giurisdizione può assumere configurazioni territoriali assai complesse e frammentate. Per restare in questa stessa area, si può ricordare il caso di Pinerolo, dove – pur all'interno di uno spazio omogeneamente definito «Pinarolium» – le forme e l'incidenza del potere dell'abate di S. Maria sono assai diverse nell'area del borgo e in quella, oltre il fiume Lemina, dove è collocata l'abbazia⁶².

Se quindi le franchigie tendono a presentare i luoghi come un dato preesistente, necessario e privo di articolazioni interne, si vede chiaramente come la stessa redazione delle franchigie sia parte di un processo di «produzione storica dei luoghi»⁶³, in cui gli obiettivi e la cultura politica di signori e comunità trovano momenti di convergenza e di contrasto

A questo stesso processo appartiene la vicenda di Alzabecco, che si connota prima di tutto per una particolare – seppur breve – visibilità documentaria della tensione territoriale, resa possibile dall’incrocio di spinte diverse in quest’area e in questi decenni: la crescita degli spazi agrari e le spinte al dissodamento; le divisioni all’interno della famiglia signorile e della società locale; le spinte contrapposte dei comuni di Alba e Asti; lo sconvolgimento della maglia insediativa connesso alla nascita della villanova di Cherasco; l’elaborazione di nuove identità comunitarie da parte dei piccoli villaggi della zona. È però una vicenda che testimonia l’alta flessibilità sia dei quadri territoriali, sia del linguaggio a essi applicato: una flessibilità che si riflette più complessivamente nel sistema documentario rurale del Duecento, a testimoniare una cultura del territorio e dei confini che non si fonda sulla concezione di quadri distrettuali linearmente definiti e mutuamente esclusivi, ma nasce piuttosto da più complessi meccanismi di identificazione e appartenenza. Un dato fondamentale e strutturante è l’idea che alcuni spazi agrari debbano spettare in modo esclusivo a determinati gruppi organizzati; ma l’identità sociale del singolo non si esaurisce nell’appartenenza a un solo gruppo.

Da tutto ciò deriva una lettura del territorio come uno spazio fittamente intessuto di azioni, pertinenze, diritti e pretese. Anche di confini, certo, a patto di non intenderli come linee semplici che separino in modo totale ed esclusivo due comunità: sono confini complessi e specifici, che non delimitano complessivamente le comunità, ma piuttosto singoli diritti e singole pratiche d’uso del territorio. Non sembra appartenere prioritariamente alla cultura politica contadina l’idea di confine semplice e lineare: sono molti invece i casi in cui gli usi del territorio definiscono aree ad uso promiscuo e confini complessi, su cui interviene sporadicamente una cultura “alta” a proporre o imporre definizioni lineari e prive di ambiguità⁶⁴. Come ha mostrato bene Osvaldo Raggio, le pratiche sociali di uso del territorio – e in specifico proprio i limiti tra diversi villaggi – risulteranno un oggetto assai difficile da registrare per i cartografi di età moderna, non per carenza di informazioni, ma per il conflitto tra due diverse culture del territorio: da un lato i metodi geometrici dei cartografi, dall’altra una cultura delle pratiche, non riconducibile a un modello di confine lineare che definisca territori perfettamente coesi e mutuamente esclusivi⁶⁵.

Figure

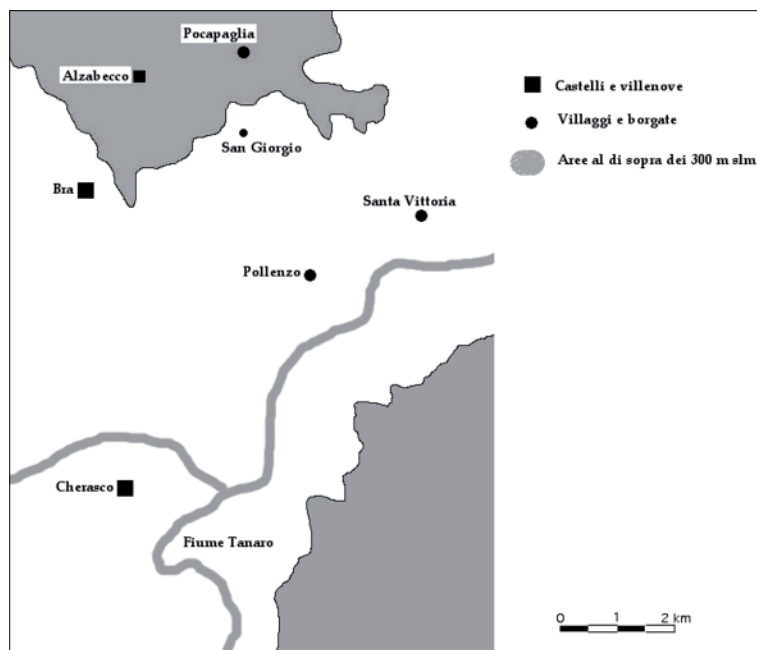


Fig. 1. L'area di Bra attorno al 1250

Note

¹ Alcuni dati e riflessioni contenuti in questo intervento sono stati presentati e discussi al convegno di Roses (Catalogna), *Société et espace au Moyen Age* (23-25 settembre 2004), all'interno della comunicazione che ho presentato insieme con Ana Rodriguez Lopez sul tema *Société paysanne et langage territorial en Castilla-Léon et en Piemonte au XIII^e siècle*; ringrazio gli organizzatori e i partecipanti al convegno di Roses per le preziose discussioni che hanno profondamente orientato le mie riflessioni, e soprattutto Ana Rodriguez per aver condiviso – in un momento non facile – le sue riflessioni sul confronto tra signori e comunità.

² Modelli molto diversi di integrazione tra queste diverse letture in E. Grendi, *La pratica dei confini: Mioglia contro Sassello, 1715-1745*, in «Quaderni storici», 63 (1986), pp. 811-845; P. Marchetti, *De iure finium. Diritto e confini tra tardo medioevo ed età moderna*, Milano 2001; O. Raggio, *Immagini e verità. Pratiche sociali, fatti giuridici e tecniche cartografiche*, in *Fatti: storia dell'evidenza empirica*, in «Quaderni storici» 108 (2001), pp. 843-876.

³ Per tutto ciò, vedi più ampiamente L. Provero, *Dai testimoni al documento: la società rurale di fronte alle inchieste giudiziarie (Italia del nord, secoli XII-XIII)*, in *L'enquête au Moyen Age* (Atti in corso di stampa del convegno di Roma, 29-31 gennaio 2004).

⁴ Cfr. Th. N. Bisson, *Tormented Voices. Power, Crisis, and Humanity in Rural Catalonia. 1140-1200*, Cambridge (MS) - London 1998, p. 118.

⁵ Cfr. *The Settlement of Disputes in Early Medieval Europe*, a cura di W. Davies e P. Fouracre, Cambridge 1986, p. 220.

⁶ *Appendice documentaria al Rigestum comunis Albe*, a cura di F. Gabotto, Pinerolo 1912 (Biblioteca della Società storica subalpina [d'ora in poi BSSS], XXII), pp. 140-149, doc. 110.

⁷ A. Marcia, *Domini de Brayda, homines de Brayda. Attività signorile e affermazione comunale alla confluenza di Tanaro e Stura*, in «Bollettino storico-bibliografico subalpino», 71 (1973), pp. 96 sgg.

⁸ A. Tallone, *Regesto dei marchesi di Saluzzo (1091-1340)*, Pinerolo 1906, (BSSS, XVI), App. p. 326, doc. 7.

⁹ *Il «Rigestum comunis Albe»*, a cura di E. Milano, Pinerolo 1903 (BSSS, XX e XXI), II, p. 183, doc. 353; il comune di Alba è rappresentato da Ugolino Rosso, «imperialis Albe potestas» e il partito imperiale sarà esplicitamente al fianco del comune nella fondazione di Cherasco, due anni dopo: vedi oltre, n. 15.

¹⁰ Tallone, *Regesto* cit., App. pp. 363 sg., doc. 41; Marcia, *Domini de Brayda* cit., p. 107, interpreta l'atto come un feudo oblati; tuttavia il documento non registra un'investitura da parte dei marchesi, ma è Enrico di Bra a dichiarare che «se habuisse in feudum a predicto marchione rem venditam superius nominatam», ovvero che i beni, prima di essere venduti, erano tenuti da Enrico in feudo dal marchese.

¹¹ *Appendice documentaria al Rigestum* cit., pp. 113 sg., doc. 103.

¹² Marcia, *Domini de Brayda* cit., pp. 133 sgg.; vedi oltre, par. 4.

¹³ *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 114, doc. 104.

¹⁴ Una valutazione complessiva dell'atto, e in particolare delle sue implicazioni insediative, in R. Comba, *La villanova dell'imperatore. L'origine di Cherasco nel quadro delle nuove fondazioni del comune di Alba (1199-1243)*, in *Cherasco. Origine e sviluppo di una villanova*, a cura di F. Panero, Cuneo 1991, p. 79.

¹⁵ *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 125, doc. 106; la fondazione di Cherasco si era completata, poche settimane dopo, con un articolato patto tra il comune di Alba e i signori di Manzano: op. cit., pp. 126-132, doc. 107.

¹⁶ F. Panero, *Insediamenti e signorie rurali alla confluenza di Tanaro e Stura (sec.X-XIII)*, in *Cherasco* cit., p. 27.

¹⁷ Marcia, *Domini de Brayda* cit., pp. 125-127.

¹⁸ Conflitti ricordati nelle testimonianze del 1247: *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 141, doc. 110.

¹⁹ Le testimonianze, raccolte tra il 24 e il 26 agosto, sono presentate al podestà il 3 settembre: *Appendice documentaria al Rigestum* cit., pp. 140-150, doc. 110.

²⁰ Grendi, *La pratica dei confini* cit., p. 814.

²¹ Ma non abbiamo alcun riferimento a chi concretamente affiancasse Uberto nella conduzione della causa.

²² Sono quindi fonti che partecipano in pieno alla natura delle fonti «non tanto come attestazioni,

quanto come modificazioni delle situazioni che descrivono»: A. Torre, *La produzione storica dei luoghi*, in «Quaderni storici», 110 (2002), p. 443. Per tutto ciò, vedi anche Provero, *Dai testimoni al documento* cit.

²³ *Appendice documentaria al Rigestum*, cit., p. 140.

²⁴ Marcia, *Domini de Brayda* cit., pp. 128 sg.

²⁵ Com'è il caso di Giacomo Coardo di San Giorgio (*Appendice documentaria al Rigestum* cit., pp. 147 sg.), che dichiara di dipendere da Morruto di Pocapaglia, ovvero il suocero di Uberto (vedi sopra, n. 11).

²⁶ La capacità di costituire gruppi di testimoni pienamente coerenti con le proprie specifiche esigenze appare uno dei segni più chiari del radicamento e del controllo signorile sulla società locale; è soprattutto negli interventi di poteri sovralocali, debolmente radicati, che constatiamo importanti divergenze tra le esigenze della parte e le parole dei testimoni: Provero, *Dai testimoni al documento* cit.

²⁷ *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 144.

²⁸ Il termine è probabilmente da connettere al piemontese «ciabòt», baracca.

²⁹ *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 144.

³⁰ *Le carte dell'Archivio comunale di Voghera fino al 1300*, a cura di A. Tallone, Pinerolo 1918 (BSSS, XLIX), p. 16, doc. 9; *Documenti vogheresi dell'archivio di stato di Milano*, a cura di A. Cavagna Sangiuliani, Pinerolo 1940 (BSSS, XLVII), p. 273, doc. 183.

³¹ *Le carte dell'Archivio capitolare di Casale Monferrato*, a cura di F. Gabotto, U. Fisso, Pinerolo 1907-1908 (BSSS, XL-XLI), I, pp. 174-186, doc. 114.

³² Marcia, *Domini de Brayda* cit., p. 91 n., ritiene che la Rivoira sia un'area che tuttora porta questo toponimo, posta a nord est di Alzabecco, quindi nella direzione opposta rispetto a Bra; l'identificazione appare tuttavia poco plausibile, considerando la tensione territoriale che emerge da queste testimonianze, che pone la Rivoira al centro del conflitto tra Bra, Alzabecco e Pocapaglia. Il microtoponimo Rivoira è peraltro assai diffuso nel Piemonte meridionale.

³³ Ciò che infatti viene chiesto ai testimoni è se «a Rivo Sicco versus Alsabechum et a roncho Barrachi et a ronco quem tenet Anselmus Caramellus versus Alsabecum est finis Alsabechi et Paucapalee» (ad esempio *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 142).

³⁴ Molti testimoni, pur affermando con sicurezza la pertinenza di un territorio al villaggio di Alzabecco e la collocazione del confine in corrispondenza del Rio Secco, dichiarano di non aver mai visto «dictos fines diffiniri vel determinari» (ad esempio Anselmo Tempestat e Giacomo Coardo, *Appendice documentaria al Rigestum* cit., pp. 143 e 147). Fa eccezione Germano Fardello di San Giorgio (p. 147), unico a dichiarare che «dictos fines determinari vidit», senza però fornire alcuna precisazione sui tempi e gli autori di questa determinazione confinaria.

³⁵ *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 141.

³⁶ *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 146.

³⁷ *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 143 sg.

³⁸ Torre, *La produzione storica dei luoghi* cit., p. 454 sg.; cfr. anche Grendi, *La pratica dei confini* cit.

³⁹ Ch. Wickham, *Legge, pratiche e conflitti. Tribunali e risoluzione delle dispute nella Toscana del XII secolo*, Roma 2000, pp. 148 e 458.

⁴⁰ *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 143 sg.

⁴¹ *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 145.

⁴² *Appendice documentaria al Rigestum* cit., p. 143.

⁴³ La debole coscienza dei confini (in un contesto di complessiva «accezione piuttosto 'debole' [...] di coscienza comunitaria») è individuata nelle fonti soprattutto piemontesi in G. Sergi, *Riflessioni sulla dimensione storica della coscienza comunitaria*, in *Che cosa ne pensa oggi Chiaffredo Roux? Percorsi della dialettologia perzezionale all'alba del nuovo millennio* (Atti del convegno internazionale, Bardonecchia 25-27 maggio 2000), a cura di M. Cini e R. Regis, Alessandria 2001, p. 34.

⁴⁴ Per questo specifico aspetto della comunicazione e del linguaggio territoriale, vedi le osservazioni sulla cartografia di *ancien régime* in E. Grendi, *Lettere orbe. Anonimato e poteri nel Seicento genovese*, Palermo 1989, e Raggio, *Immagini e verità* cit.

⁴⁵ Tutte le forme di rappresentanza (consoli, procuratori, sindaci etc.) possono essere lette come la formalizzazione di una selezione interna alla comunità, con l'affermarsi di un'élite in grado di gestire la mediazione tra signore e sudditi. In alcuni casi questa mediazione si concreta nelle for-

me di un'inchiesta condotta tra gli uomini della comunità o della richiesta a un gruppo di uomini di dichiarare quali sono le consuetudini locali; vedi ad esempio: *Il Libro verde della chiesa d'Asti*, a cura di C. Assandria, Pinerolo 1904-1907 (BSSS, XXV e XXVI), I, p. 43, doc. 14; *Cartari minori*, III, a cura di A. Tallone, F. Guasco di Bisio e F. Gabotto, Pinerolo 1912-1923 (BSSS, LXIX), p. 24, doc. 17; *Cartario di Pinerolo fino all'anno 1300*, a cura di F. Gabotto, Pinerolo 1899 (BSSS, II), p. 152, doc. 100. Queste forme di inchiesta non raggiungono mai, in questo contesto, le forme strutturate e ritualizzate dei *Weisungen* tedeschi, per cui vedi G. Algazi, *Lords Ask, Peasants Answer: Making Traditions in Late-Medieval Village Assemblies*, in *Between History and Histories: The Making of Silences and Commemorations*, a cura di G. Sider e G. Smith, Toronto-Buffalo-London 1997, pp. 199-229.

⁴⁶ *Libro verde della chiesa d'Asti* cit., II, p. 168, doc. 296; R. Menochio, *Memorie storiche della città di Carmagnola*, Carmagnola 1890, p. 300, doc. 16; Tallone, *Regesto* cit., App. p. 425, doc. 96.

⁴⁷ Tallone, *Regesto* cit., App. p. 507, doc. 140.

⁴⁸ P. Guglielmotti, *Comunità e territorio. Villaggi del Piemonte medievale*, Roma 2001, pp. 21-89.

⁴⁹ In contesti diversi Ch. Wickham, *La montagna e la città. L'Appennino toscano nell'alto medioevo*, Torino 1997; W. Davies, *Small Worlds. The Village Community in Early Medieval Brittany*, London 1988.

⁵⁰ Vedi sopra, n. 30.

⁵¹ Per la questione delle comunità di valle, vedi in generale, con specifico riferimento al Piemonte sud-occidentale, Guglielmotti, *Comunità e territorio* cit., pp. 165-179, che sottolinea la «molteplicità delle opzioni locali» (p. 175); per una più chiara opposizione tra comunità di valle e comunità di villaggio, in area ligure, vedi P. Guglielmotti, *Ricerche sull'organizzazione del territorio nella Liguria medievale*, Firenze 2005 e [06/06]: <<http://www.storia.unifi.it/RM/e-book/titoli/guglielmotti.htm>>, p. 111.

⁵² Le scelte degli abitanti di Becetto sono desumibili soprattutto dalle testimonianze raccolte e presentate dal prevosto della canonica di Rivalta contro l'abbazia di Fruttuaria nel 1211, nella lite per il controllo della chiesa di Becetto: E. Durando, *Alcune notizie sulla chiesa di santa Maria di Beceto*, in *Miscellanea Saluzzese*, Pinerolo 1902 (BSSS, XV), pp. 143-152, doc. 1; cfr. L. Provero, *L'Italia dei poteri locali. Secoli X-XII*, Roma 1998, pp. 191 sg.

⁵³ Per le origini della famiglia signorile, nel secolo XI, vedi L. Provero, *Aristocrazia d'ufficio e sviluppo di poteri signorili nel Piemonte sud-occidentale (secoli XI-XII)*, in «Studi medievali», s.3^a, 35 (1994), pp. 597 sg.; per il periodo successivo si può constatare come il potere signorile si segmenti in dominazioni che attraversano e dividono diversi villaggi, e in questo quadro molte questioni trovino una contrattazione a livello di valle, con un'apparente debole incidenza dei quadri territoriali facenti capo ai singoli villaggi: vedi ad esempio *Carte medievali di Villafalletto (1159-1372)*, a cura di M. Bosco, Cuneo 1994, p. 6, doc. 6; Tallone, *Regesto* cit., App. p. 383, doc. 64; pp. 513 sg., doc. 144 sg.

⁵⁴ Questi diritti d'uso sono testimoniati nelle deposizioni di alcuni uomini di Sant'Ilario, nel 1238: *Cartario della abazia di Rifreddo fino all'anno 1300*, a cura di S. Pivano, Pinerolo 1902 (BSSS, XIII), pp. 62 sg., doc. 60; non sappiamo tuttavia per quale lite fossero state raccolte le deposizioni.

⁵⁵ *Documenti vogheresi* cit., p. 273, doc. 183.

⁵⁶ Per l'importanza del vicinato di possesso vedi G. Levi, *L'eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*, Torino 1985, p. 108.

⁵⁷ Vedi sopra, n. 46.

⁵⁸ *Cartari minori*, I, a cura di E. Durando e V. Druetti, Pinerolo 1908 (BSSS, XLII), p. 226, doc. 7.

⁵⁹ *Libro verde della Chiesa d'Asti* cit., I, p. 45, doc. 14; per lo specifico contesto in cui si situa questo accordo, vedi P. Guglielmotti, *Le origini del comune di Mondovì: progettualità politica e dinamiche sociali fino agli inizi del Trecento*, in *Storia di Mondovì e del Monregalese*, I, *Le origini e il Duecento*, a cura di R. Comba, G. Griseri, G. M. Lombardi, Cuneo 1998, p. 61.

⁶⁰ *Cartario della abazia di Cavour*, a cura di B. Baudi di Vesme, E. Durando e F. Gabotto, Pinerolo 1900 (BSSS, III), p. 64, doc. 41: «Iacobus Foacia minister domini Thome comitis in Caburro, precepto illius comitis, illos casales ad dominum Iacobum abbatem determinat et assignat, scilicet de angulo muris elemosine monasterii usque ad sanctum Martinum super stratum, et a sancto Martino usque ad portam muratam que est adversus Bargias, et de illa porta usque ad monasterium intus per fossatum». Cfr. Sergi, *Riflessioni sulla dimensione storica* cit., p. 32.

⁶¹ Provero, *L'Italia dei poteri locali* cit., pp. 130-138.

⁶² *Cartario di Pinerolo* cit., pp. 108-116, docc. 84-85.

⁶³ Torre, *La produzione storica dei luoghi* cit.

⁶⁴ Marchetti, *De iure finium* cit., pp. 7 sgg. delinea un chiaro caso in cui la cultura di giuristi tardomedievali tende a imporre una delimitazione lineare all'interno di un'area ad uso promiscuo; caso in parte analogo quello di Rezzo, studiato da Guglielmotti, *Ricerche* cit., p. 143 sgg., con un uso promiscuo e frammentato del territorio, a cui si contrappongono descrizioni semplici e lineari nella documentazione signorile (p. 107). Non appare invece soddisfacente, per il caso di Alzabecco, la definizione di confine «zonale» proposta da Marchetti e ripresa da Guglielmotti.

⁶⁵ Raggio, *Immagini e verità* cit.; per il dibattito sul nesso tra sviluppo della cartografia e processo di «linearizzazione delle frontiere», vedi Marchetti, *De iure finium* cit., pp. 25 sgg. (citazione da p. 40).

Castrum Persiceta.

Potere e territorio in uno spazio di frontiera dal secolo VI al IX

di Igor Santos Salazar

Alla memoria di Ángel Barrios García,
carissimo maestro e amico.

Lascia ch'io pianga
Lamento di Almirena,
(*Rinaldo*, atto II, scena IV,
G. F. Häendel.)

Lo studio degli “spazi di frontiera” nelle diverse epoche storiche, e in modo particolare nell’antichità¹ e nel medioevo², ha conosciuto negli ultimi anni contributi di grande importanza, che, sebbene non abbiano raggiunto un accordo comune sul significato del termine³ e nemmeno sulle sue aree di competenza⁴, ha evidenziato la grande capacità euristica di termini quali “zona/spazio/area di frontiera” nell’analisi dei processi storici. Forse lo spessore di eventi relativamente recenti, come la caduta del muro di Berlino nell’autunno del 1989, o recentissimi, come il tortuoso processo di costruzione dell’unità europea, le guerre nei Balcani, nell’Africa subsahariana e in tutto il Vicino e Medio Oriente, dalla Palestina all’Eufrate e oltre⁵, hanno influenzato gli storici nella scelta come materia d’indagine del fenomeno della “frontiera” nella sua dimensione storica. In questo senso restano lontane le interpretazioni dei confini fatte nel segno della linearità, punti e righe di netta divisione tra “civiltà” e “barbarie”, necessitanti un importante sistema di difesa militare, proprie dell’atteggiamento sociopolitico e della visione geostrategica degli *staff* diplomatico-militari delle potenze coloniali. Un pensiero concretizzatosi in modo ancora più evidente negli studi sul significato della frontiera nella storia americana nati dalla penna di Frederick J. Turner⁶, che avrebbero ispirato per decenni la *maniera* di altri storici, americani e non, nelle loro opere sulle frontiere⁷.

Queste posizioni storiografiche furono criticate e rifiutate in modo netto più di ottanta anni fa da Lucien Febvre⁸, primo a segnalare come il concetto

di “frontiera lineare”, rappresentabile con puntualità sulle carte geografiche, fosse proprio dell’epoca coloniale e quindi che il suo uso negli studi sulle frontiere antiche e medievali fosse assolutamente anacronistico⁹. Sono nozioni seguite tutt’ora da buona parte degli autori che si sono occupati in maggiore o minore misura delle frontiere¹⁰, interpretandole come “aree” o come “spazi” e non come linee¹¹, anche se molti altri storici¹² continuano a parlarci di confini lineari, fortemente militarizzati¹³.

Partendo da questi principi offerti dalla recente storiografia, la nostra analisi sul territorio di frontiera tra il *regnum Langobardorum* e l’Esarcato bizantino d’Italia sarà condotta attraverso lo studio del gruppo di *castra* emiliani citati dalle fonti nel secolo VIII a ridosso delle terre del *regnum*¹⁴, e in particolare dall’esempio offerto dal *castrum Persiceta*. Però non ci limiteremo unicamente al fenomeno della *frontiera* tra Bizantini e Longobardi durante i secoli VII e VIII. L’esistenza di questi distretti castrali e l’operatività della loro personalità politica, sociale ed economica come centri di ordinamento territoriale e come sedi di esercizio del potere in ambito locale si mantenne fino agli inizi del secolo X, il che rende arduo interpretarli solo come il semplice prodotto dell’opposizione militare tra Longobardi e Bizantini.

Per tutto ciò, cercheremo di offrire una visione più ampia della loro territorialità, che, attraverso l’osservazione del rapporto dialettico tra comunità locali, aristocrazie castrali e poteri centrali, serva ad analizzare le complesse logiche di questi nuclei dal secolo VI al IX, e non solo durante l’esistenza dell’Esarcato bizantino in Italia, perché, così facendo, si potrà offrire un’immagine della “frontiera” più accurata, scollata dall’interpretazione che le fonti coeve danno di essa, che molte volte risulta fuorviante, perché creata con l’intenzione di mostrare una realtà concorde con la mentalità e gli obiettivi delle stesse strutture centrali¹⁵, e che non può quindi essere intesa come la fedele descrizione di una realtà effettiva. Infatti, se nelle fonti a cui si è prima accennato, l’esistenza di un confine lineare, creato come conseguenza delle guerre tra Longobardi e Bizantini sembra un’ipotesi chiara, che semplifica molto i problemi, l’osservazione dell’evoluzione diacronica dei nostri *castra* ci mostrerà la mancanza di operatività di questa proposta come strumento d’interpretazione accurato delle complessità intrinseche ai distretti castrali, e quindi la sua inefficacia nel risolvere tali problemi.

1. *La modificazione degli insediamenti e la trasformazione delle logiche del ordinamento territoriale dal secolo IV al VII*

La crisi bassoimperiale costituisce in Italia e in buona parte dei domini romani del bacino Mediterraneo un primo momento di forte e generale destabilizzazione politica, sociale ed economica. Da quel momento in poi gli insediamenti urbani e rurali, le dinamiche del popolamento e l’organizzazione territoriale delle differenti parti del mondo romano cominciarono a mostrare trasformazioni di natura e importanza diverse. In questo senso la crisi della *civitas*¹⁶, identificata attraverso evidenti esempi d’impoverimento delle sue

strutture edilizie, nell'abbandono di determinate aree urbane o nel venir meno del prestigio delle élites cittadine, è uno degli elementi più importanti e più spesso considerati dagli storici e dagli archeologi per misurare la portata di questo contesto di recessione, che continuerà oltre la definitiva destrutturazione dell'Impero e fino ai primi secoli dell'alto medioevo. Nel caso particolare dell'Emilia, anche se occorre sempre tener presenti le differenze subregionali, le caratteristiche della crisi bassoimperiale possono essere osservate con molta chiarezza nel restringersi dei perimetri murari di città come Reggio, Modena e Bologna¹⁷ o in processi più drammatici come quelli vissuti dai *municipia* come *Claterna* (situata sulla via Emilia tra Bologna e Imola) che finì per scomparire, dopo aver subito una disgregazione totale del suo *territorium civitatis* tra la fine del secolo V e gli inizi del VI¹⁸.

La situazione delle campagne rivela un andamento parallelo. Tra la prima metà del secolo IV e la prima metà del V, alcuni centri di produzione agricola furono abbandonati¹⁹, altri invece mostrarono evidenze del ridimensionamento della loro ampiezza e delle loro funzioni²⁰, mentre altri ancora, abbandonati tra il secolo II e il IV, furono parzialmente rioccupati²¹, in un processo che si è interpretato come un chiaro esempio di *scollegamento* rispetto alle dinamiche insediative dell'epoca basso imperiale²². Evidentemente, il terribile contesto politico vissuto in Italia in questo arco temporale, rappresentato dalla definitiva crisi delle strutture della *Pars Occidentis* dell'Impero (di maggior e più complessa portata delle semplici vicende del 476), la guerra greco-gotica e infine l'invasione e la posteriore conquista di ampi spazi della penisola da parte dei Longobardi, comportarono (tranne una piccola parentesi rappresentata dal regno di Teoderico)²³ quella destrutturazione delle campagne appena accennata, così come l'aggravarsi della crisi dei centri urbani già documentata a partire dal III secolo. In questo contesto, il diverso impatto di guerre, carestie e pestilenze determinò differenze di ricchezza tra i diversi centri d'insediamento²⁴, facendo sì che molte città sopravvivessero solo dopo aver subito un forte ridimensionamento delle loro funzioni e della loro importanza, che altre scomparissero mentre contemporaneamente alcuni centri minori, dei quali in molti casi non conosciamo bene l'origine (antiche *villae*, semplici *vici*, nuove fondazioni), cominciarono ad acquisire un'importanza tutta nuova, debitrice dei cambiamenti storici vissuti in quei secoli²⁵, come sarà il caso di *Persiceta*, sul quale ritorneremo più avanti. Assistiamo dunque in molte zone e per cause diverse a un processo di destrutturazione dei sistemi di popolamento vigenti in età imperiale, con effetti che non furono uguali dappertutto: nostro compito sarà quello di realizzare un'interpretazione incentrata sull'individuazione degli spazi che videro, delle cause che comportarono e delle tappe che scandirono la nascita di queste nuove dinamiche nel territorio qui oggetto di studio.

Così, se dai tempi della romanizzazione della pianura padana e fino al III secolo le città dell'Emilia orientale svolgevano il ruolo di principali centri d'organizzazione del territorio tra i fiumi Secchia e Sillaro, in stretto rapporto con una sovrastruttura statale romana piuttosto forte, amministrando e gerarchizzando da un punto di vista politico, sociale ed economico attorno

a sé gli insediamenti in quest'ambito circoscritti – e cioè agendo come struttura d'inquadramento sovralocale dell'insediamento rurale e come nucleo di mediazione tra gli apparati amministrativi dell'Impero, le *élites* cittadine e le comunità locali che abitavano nei *vici* e nelle *villae* dei loro *territoria civitatis* –, le difficoltà dei secoli IV-VII fecero sì che questo sistema di organizzazione entrasse in una crisi provocata dal venir meno del peso delle strutture dell'autorità centrale – dovuta alla scomparsa dell'Impero nella sua interpretazione diocleziana, al fallimento del tentativo d'età ostrogota e le conseguenze delle conquiste di Giustiniano e dell'invasione longobarda – che agevolò la nascita di nuove logiche di potere locale, imperniate su comunità con un alto grado di autonomia (facilitata da quell'indebolimento delle strutture politiche “statali”), concretizzatesi attorno a centri o spazi “nuovi”, “periferici” o comunque marginali se paragonati ai tradizionali nuclei cittadini che esercitavano il ruolo di cerniera tra le comunità locali e il potere centrale, facilitando la messa in moto di processi che progressivamente portarono a un cambiamento delle logiche di rapporti che caratterizzano ogni formazione sociale.

In questo modo, gli antichi *territoria civitatis* di Reggio, Bologna e Modena appaiono suddivisi in più distretti, identificabili con ogni probabilità nella famosa lista dei *castra*²⁶ dislocati lungo la fascia di terra situata tra l'Appennino e la pianura²⁷. Dopo la metà del secolo VI il territorio qui in esame non fu più articolato unicamente attorno ai centri urbani antichi, perché altri nuclei come *Ferronianum*, *Verabulum*, *Montevellium*, *Persiceta* e *Brento*, si sommarono alle città sopravvissute come centri ordinatori dei propri distretti e come cellule d'articolazione del potere politico a livello locale. Nuclei che devono essere quindi intesi come le nuove strutture sovralocali d'inquadramento della popolazione, nesso di connessione tra le comunità locali castrali e i loro gruppi dirigenti e di questi ultimi con il potere centrale dominante nella zona, che nel caso delle terre del Persicetano si identifica con l'Esarcato bizantino prima del 727 e con l'autorità residente a Pavia dopo quella data.

Però al di là di questo modello d'interpretazione generale, i nuclei castrali comportano altri problemi d'interpretazione. Il primo di questi fa riferimento all'ambiguità e la confusione che derivano dalle diverse denominazioni date loro dalle fonti²⁸; il termine *καστρον* della documentazione bizantina²⁹ non può interpretarsi né tradursi con il latino *castrum*. Non sono fortezze o insediamenti fortificati nei modi né con le valenze proprie che lo stesso termine acquisirà appena duecento anni più tardi³⁰. Deve essere tradotto e interpretato come un termine simile a *civitas*, impiegato dall'amministrazione bizantina con la volontà di descrivere un nucleo insediativo fortificato che, sebbene non abbia i caratteri propri della *πόλις*, svolge comunque un importante ruolo come cellula d'ordinamento sovralocale del territorio³¹. Quest'ipotesi sembra trovare conferma in opere come il *De Bello Gotico* di Procopio di Cesarea, o nella *Descriptio Orbis Romani* di Giorgio Ciprio. Entrambe non esitano a denominare *καστρον* più di una antica *civitas*³². Forse queste ambiguità possono spiegare il motivo per cui le diverse campagne archeologiche condotte nel territorio non abbiano individuato né spazi né strutture difensive (si pensi

che lo stesso Procopio di Cesarea segnala l'Emilia come una regione carente di fortezze a metà del secolo VI)³³ paragonabili a quelle che distingueranno i *castra* posteriori e, soprattutto, forse possono chiarire perché molti tra quei "castelli" citati nelle fonti del secolo VIII – probabilmente ispirate negli ambienti bizantini³⁴ – non compaiano più come tali nella documentazione privata che a loro fa riferimento in epoca carolingia. Ugualmente quest'ipotesi risulta fondamentale nel momento d'interpretare in modo appropriato i caratteri e i significati del termine "frontiera" nella nostra area, come vedremo oltre.

Il secondo dei problemi – non per questo di minor importanza – è rappresentato dalla mancanza di conoscenza circa le date di fondazione o di rioccupazione – nei casi in cui i "castelli" mostrino livelli d'occupazione preromani – di questi nuovi centri: un aspetto che potrebbe consentire l'individuazione del ritmo cronologico del processo di disarticolazione dell'operatività giurisdizionale dei *territoria civitatis* antichi e, d'altra parte, ci permetterebbe di sapere quali tra loro furono occupati per le necessità politiche, sociali e territoriali delle comunità locali e quali furono invece fondati per volontà del potere centrale. Nel caso specifico dell'Emilia, tanto la documentazione scritta come quella archeologica³⁵ sembrano attribuire una maggiore antichità ai nuclei castrali situati nelle prime propaggini appenniniche³⁶, aspetto che potrebbe essere interpretato come il ritorno a logiche territoriali preromane da parte delle comunità locali più forti e omogenee, che nel momento della crisi delle strutture del potere centrale (adesso incapace d'imporre le proprie logiche amministrative), e grazie soprattutto alla forza politica dei loro capi nonché alla coesione interna del proprio gruppo sociale, poterono ritornare alle forme d'organizzazione territoriale anteriori alla conquista romana³⁷. Fenomeno che è stato anche ipotizzato da storici interessati ai processi di diffusione del cristianesimo nella penisola italiana, e che hanno visto nella «dissoluzione degli ordinamenti tardoantichi, il lento instaurarsi di altri spesso profondamente diversi, che non poterono non favorire il riaffiorare di strutture primitive»³⁸.

Evidentemente questo fatto non comportò la mancanza di sviluppi e cambiamenti all'interno delle comunità castrali. Il riaffiorare di logiche antiche non può essere concepito come la rinascita di comunità locali uguali in tutto a quelle documentabili in epoca preromana, poiché (per citare soltanto una tra tante caratteristiche) i modi di concezione ed esercizio del potere da parte di queste nuove *élites* si esprime fundamentalmente *more romano*.

Diverso sembra invece il caso dei *castra* documentati negli spazi di pianura, *Persiceta* e *Buxo*. Le fonti del secolo VIII, sia le cronache sia le carte private, offrono dati che, sebbene scarsi e in molti casi fortemente interpolati, ci permettono di supporre una possibile fondazione dei loro centri da parte del potere pubblico, in questo caso bizantino, in una data che si potrebbe mettere in relazione con il processo di forte militarizzazione di tutte le strutture di governo dell'Italia romea³⁹ quando, davanti alla pressione longobarda, le autorità imperiali scelsero una politica di coinvolgimento delle *élites* dei distretti castrali nelle strutture militari attraverso la concessione di beni militari⁴⁰ e di dignità⁴¹, con l'intenzione di provocare così un maggior coinvolgimento delle

aristocrazie locali nella difesa dell'Esarcato⁴². Non può ritenersi in questo senso una semplice coincidenza che i documenti riferentisi a *Persiceta* durante la seconda metà del secolo VIII (sui quali ritorneremo più avanti) evidenzino la presenza di una famiglia ducale di origine ravennate, e che lo stesso distretto persicetano appaia formato in grande misura da un indeterminato numero di beni d'origine fiscale⁴³, o che in altri spazi della pianura, più vicini al mare, si fondassero i centri di Ferrara⁴⁴, Argenta e Comacchio⁴⁵. D'altronde il fatto che fra i *castra* conquistati da Liutprando, unicamente in quello di *Persiceta* compaia una famiglia di duchi, sembra ribadire l'ipotesi della diretta creazione di quel distretto da parte delle autorità esarcali, mentre gli altri *castra* citati nella *Historia Langobardorum* e nel *Liber Pontificalis* rispecchierebbero logiche di organizzazione territoriale preromana, con una gerarchizzazione sociale che non sempre risulterebbe il prodotto dell'azione di personaggi procedenti dai quadri dirigenti della società ravennate⁴⁶.

In ogni caso, le vicende fin qua descritte sanciscono la nascita di una logica territoriale nuova, in cui le dinamiche del popolamento si presentano diverse da quelle osservate fino alla fine del V secolo, al punto di provocare la nascita di un coronimo nuovo, *Romània*, utile a descrivere l'insieme di terre sotto dominio imperiale, perché il nuovo contesto politico e territoriale ha lasciato senza nessun tipo d'operatività le antiche denominazioni, proprie dell'ordinamento urbano, provinciale e diocesano d'epoca romana.

2. *I duchi di Persiceta. Potere centrale e comunità locale in un'area di frontiera*

Da molti decenni la discussione sull'origine della famiglia ducale persicetana e sull'esistenza del suo ducato hanno monopolizzato gli interessi della ricerca su *Persiceta*, in un dibattito che ha visto contrapposti i pareri di molti storici, al punto di comparire nelle sintesi storiche sull'Italia longobarda⁴⁷ grazie unicamente a questa "particolarità". I primi storiografi, dal Muratori al Breventani, interpretarono l'origine di questa famiglia come ravennate⁴⁸, ipotesi sviluppata nel Novecento da altri autori come Albano Sorbelli⁴⁹, Gina Fasoli⁵⁰, Giovanni Santini⁵¹ e Amedeo Benati⁵², che però è stata contraddetta da storici che da Augusto Gaudenzi⁵³ a Luigi Simeoni⁵⁴, da Alfred Hessel⁵⁵ a Jorge Jarnut⁵⁶, Karl Schmid⁵⁷, Carl Brühl⁵⁸, Walter Montorsi⁵⁹ e, *last but not least*, Stefano Gasparri⁶⁰, hanno considerato il ducato come creazione longobarda «in seguito alle conquiste di Liutprando nell'antica terra esarcale»⁶¹.

In questo contributo siamo più interessati invece a interpretare non tanto l'origine della famiglia quanto i caratteri che costituiscono la natura del rapporto tra le realtà politiche e sociali esistenti nel distretto persicetano, perciò non ci fermeremo in modo esclusivo all'origine dei membri della famiglia che, nella documentazione dell'ultimo quarto del secolo VIII, compaiono con il titolo di *dux* di *Persiceta*⁶², poiché, da sola, tale questione è inadeguata a dissezionare i meccanismi che contraddistinsero i rapporti politici tra comunità locali e poteri centrali e gli specifici significati della frontiera nel nostro

territorio durante un secolo come l'VIII, che vide, in poco più di cinque decenni, cambiare per ben tre volte l'impalcatura politica dei poteri centrali.

All'inizio del secolo VIII, come abbiamo visto, il *castrum Persiceta* aveva a capo del proprio distretto una famiglia di duchi. Questi disponevano anche di alcuni monasteri nelle terre del Persicetano⁶³ che, utilizzati come strumenti per intensificare la propria influenza nel seno della società locale, davano loro anche la possibilità di stabilire, grazie alla propria ricchezza, connessioni privilegiate con il potere centrale⁶⁴. In un secondo momento, l'affidamento dell'amministrazione dei beni di carattere pubblico⁶⁵ nella loro circoscrizione, in virtù del ruolo di rappresentanza del potere politico centrale a livello locale, permetteva loro di rafforzare ancora la propria posizione davanti sia alla comunità castrale sia allo stato romeo, agevolando anche, in un periodo di particolare debolezza delle strutture politiche bizantine in Italia, un dominio dal carattere personale che si svilupperà nella progressiva creazione di *enclaves* di potere attorno ai *castra*⁶⁶, un dominio esercitato sempre in modo più efficace e strutturato al punto di poter vantare, anche dopo la conquista longobarda, titolature di origine bizantina, «segni della propria superiorità sociale»⁶⁷ e prova della loro capacità d'azione politica ed economica, che paradossalmente, anche se legata all'Esarcato, si espletava attraverso canali che ci mostrano sempre margini di maggiore autonomia.

Così, in base alle vicende storiche cui si è fatto cenno, grazie anche ai caratteri prosopografici dei personaggi che compaiono con il titolo di duchi nel territorio Persicetano e le loro indubbie relazioni familiari e patrimoniali con i duchi ravennati, non appare fondata la tesi che dà loro un'origine longobarda. Anche se l'interpretazione delle fonti è stata sempre molto travagliata (viste le molteplici interpolazioni della documentazione sopravvissuta) un «Urs[us] cleric[us] civitatis Ravenne» figlio di Giovanni «dux civitatis Ravenne»⁶⁸ è stato identificato con l'Urso «bone memorie» citato dal figlio, «Johannes illustris dux» («de Persiceta»)⁶⁹, in una carta di donazione di beni al monastero di Nonantola del 776⁷⁰. Tra l'altro, *Persiceta* non compare mai nelle carte come *ducatus*, e i re longobardi non crearono nuovi ducati⁷¹ già prima dell'inizio del secolo VII, dopo le negative esperienze conosciute con i duchi di Piacenza, Parma e Reggio, passati dalla parte dei bizantini alla fine del secolo VI. Tutto ciò ci permette di definire questi personaggi come i detentori dell'autorità politica a livello locale nel distretto del *castrum Persiceta*, dotati di un titolo, *dux*, di carattere militare, e non quindi a capo di un ducato che sicuramente non esistette mai⁷², né in epoca bizantina né dopo l'anno 727.

Infine, la progressiva conquista longobarda delle terre che oltre il Po si estendono da Piacenza fino a Bologna comportò, nella sua diacronia, l'inserimento nelle strutture del *regnum Langobardorum* delle diverse comunità locali, sia di quelle documentate nei *castra* sia dei diversi *fines* che le fonti del secolo VIII cominciano a riconoscere. Nel nostro caso, le conquiste di re Liutprando fecero sì che i *castra* di *Ferronianus*, *Montebellum*, *Verabulum*, *Buxo* e *Persiceta*⁷³ restassero così inseriti dopo il 727 nelle strutture del *regnum*. Se intendiamo la notizia della conquista di Liutprando nei termini

offerta dal *Liber Pontificalis*, e cioè, che i diversi centri «se tradiderunt» alle forze longobarde, potremmo intendere che la volontaria capitolazione delle élites castrali permettesse loro di mantenere, se non la giurisdizione sul distretto castrale, buona parte del loro patrimonio⁷⁴, dimostrando con questa scelta anche la propria, autonoma, capacità d'azione politica con rispetto a Ravenna, alla quale facevamo riferimento poco prima. In questo senso la notizia data dalla *Historia Langobardorum* circa Walcari, Peredeo⁷⁵ e Rotcari⁷⁶, può offrire qualche spunto all'analisi della situazione vissuta da parte delle élite castrali del nostro territorio dopo la conquista longobarda. Se i castra della narrazione potessero identificarsi con la nostra lista, si potrebbe provare che il potere longobardo decise di affiancare all'élites locali i propri uomini, togliendo loro le capacità giurisdizionali dei distretti castrali ma non i patrimoni fondiari, che comunque continuavano a garantire loro una chiara supremazia sociale.

3. *I caratteri sociali di uno spazio di frontiera*

Tutte queste vicende ci permettono di riflettere su un altro tema spesso trattato dalla storiografia che si è occupata dell'Italia longobarda e bizantina: la frontiera tra le due formazioni politiche⁷⁷, malgrado le vicende legate ai vari spostamenti dei territori di confine dalla fine del secolo VI e fino alla metà del VII siano poco chiare e assai discusse. Poco chiare perché la conquista dell'Italia da parte longobarda fu tutt'altro che sistematica – conoscendosi esempi di *enclaves* longobarde in territori controllati dai bizantini – e assai discusse per la penuria delle fonti, che lascia aperti troppi interrogativi. Comunque, nel caso dell'Emilia, sembra che tra l'anno 574 e l'anno 584 i Longobardi occupassero le *civitates* di Piacenza, Parma, Reggio e Modena, perdendole di lì a poco (590) grazie alla riconquista di Modena da parte bizantina e alla consegna di Reggio, Parma e Piacenza da parte dei duchi longobardi, passati al servizio dei bizantini. Parma cadde di nuovo sotto la spinta espansionista di Agilulfo nel 601 o nel 602, e dopo la definitiva conquista di Modena da parte di re Rotari nel 643, la frontiera si stabilì sull'antico corso del fiume Scoltenna (l'attuale Panaro)⁷⁸.

Tale stabilità dell'area di frontiera nel nostro territorio fino all'avanzata militare di Liutprando nell'anno 727 è servita per dare fondamento all'ipotesi della creazione, da parte dei bizantini, di un confine difensivo⁷⁹ attraverso la costituzione di un sistema di *castra* che tagliava la via Emilia in due e che permetteva l'accentramento della popolazione e una difesa più accurata delle terre esarcali.

In questo senso la nostra interpretazione della fondazione del «castrum Persiceta» come un'azione diretta dal governo bizantino per far fronte a una congiunturale necessità di difesa in chiave antilongobarda non contraddice la nostra posizione circa l'inadeguatezza a capire l'insieme dei nuclei castrali come cellule fortemente militarizzate create *ex novo*, inserite in un contesto di confine lineare ben definito: un *limes* vero e proprio. Se così fosse, l'archeolo-

gia avrebbe già da tempo trovato prove incontrovertibili di una tale situazione. Un interessante parallelismo di questo silenzio sul fronte archeologico si può trovare nella discussione sul problema del confine tra visigoti e bizantini nelle terre dell'angolo sudorientale dell'*Hispania*, dove Gisela Ripoll indica come «archaeologically speaking, no evidence for this supposed limes has ever been traced»⁸⁰. Lo spazio di frontiera deve quindi essere inteso nel nostro caso come un ambito di confine labile⁸¹, il quale non corrisponde né a tattiche né a strategie contemporanee, che dovette adattarsi a una realtà territoriale nella quale alcuni centri castrali – molto probabilmente quelli situati alle pendici appenniniche – svolgevano un ruolo di nuclei gerarchizzatori del popolamento e dell'organizzazione sociale nei propri distretti in tempi anteriori al loro utilizzo da parte dei poteri longobardo e bizantino nelle operazioni militari che li vedevano contrapposti: come abbiamo già detto, infatti, molti dei distretti castrali documentati esistevano prima del processo di romanizzazione della pianura padana, e torneranno a comparire come unità d'inquadramento della popolazione dei loro distretti durante il processo di destrutturazione degli antichi *territoria civitatis*.

La frontiera dunque deve essere interpretata come area di separazione politica tra due poteri centrali ma non deve riconoscersi in essa il risultato di un processo direttamente voluto dalle autorità esarcali. Lo spazio di frontiera bizantino nel nostro ambito si concretizza quindi attraverso altre forme, la più importante delle quali ci sembra la lealtà delle diverse comunità castrali, e in modo particolare quella delle loro *élites*, verso le strutture di governo con sede a Ravenna. Il nostro spazio di frontiera non separa dunque concezioni del potere o forme di organizzazione politica marcatamente differenti⁸², ma più semplicemente separa due differenti lealtà a sfere di potere distinte.

Questo, evidentemente, non significa che in un momento di particolare aggressività da parte longobarda quei nuclei non venissero militarizzati, né che si creassero altre strutture che rafforzassero quella politica (come nel caso della fondazione di *Persiceta*)⁸³. Ma anche in questi casi risultò elemento chiave la lealtà dei gruppi che detenevano il potere in ambito locale. Nel momento in cui quella non ci fu più, come ci fa vedere il passo del *Liber Pontificalis* («se tradiderunt»)⁸⁴, i distretti castrali passarono a formar parte del sistema politico-territoriale del *regnum Langobardorum*, in un processo di relazioni e di giochi di potere che ripeteva punto per punto altri episodi caratterizzati dall'ambiguità⁸⁵, dal tradimento e dalla negoziazione⁸⁶. Aspetti tipici di processi politici definiti da contesti di debolezza dei poteri centrali (come è il nostro caso), dove la crescente autonomia politica dei poteri locali, con sede sia nei *castra* sia nelle *civitates*, dovette comportare una costante ridefinizione dei rapporti d'autorità tra essi e Ravenna⁸⁷.

Un altro aspetto che sottolinea l'inesistenza di un *limes* voluto e fortemente costituito da parte esarcale è offerto dal silenzio delle fonti bizantine durante il secolo VII e il primo quarto dell'VIII sulla nostra zona, così come su qualsiasi altro spazio di frontiera tra Costantinopoli e altri popoli nell'Oriente⁸⁸. Unicamente Paolo Diacono e il *Liber Pontificalis* romperanno quel silen-

zio, indicando l'azione longobarda sul nostro territorio, e lasciandoci leggere fra le righe di quegli scritti un'altra importante caratteristica degli spazi di frontiera, e cioè la loro comparsa nelle fonti unicamente nel momento nel quale le strutture del potere centrale si interessano a loro, con l'intenzione di includerli sotto il loro raggio d'azione politica⁸⁹, spesso anche con il risultato di offrire un'immagine che non rappresenta la realtà, ma che riflette la mentalità, gli obiettivi e i desideri dei suoi gruppi dominanti. Un'immagine che, come avvertivamo nelle prime pagine, può indurre a interpretazioni basate sui concetti di linearità, che non hanno riscontri con la complessità intrinseca degli spazi di frontiera.

4. *La costruzione di nuovi confini di esercizio del potere. Il territorio persicetano in epoca carolingia e post-carolingia*

Dopo il 727 lo spazio di frontiera scomparve, ma la sua sparizione non comportò la destrutturazione dei nuclei castrali né del loro carattere di centri d'ordinamento del loro territorio. Mentre la notizia di Peredeo e Walcari è l'ultima a parlare di *Persiceta* come di un *castrum*, la documentazione altomedievale continuerà comunque a far riferimento al nostro territorio. Così, per descrivere la localizzazione dei diversi *fundi* o la provenienza delle differenti persone che compaiono negli atti userà altri termini come *pagus*⁹⁰, *fines*⁹¹ o *territorio*⁹², conferendo al Persicetano, anche dopo la sconfitta di re Desiderio, un carattere di circoscrizione di grande coerenza, sottolineando contemporaneamente come non vi fosse alcuna necessità di una frontiera per il mantenimento della sua operatività. In egual modo, il resto delle comunità che nelle fonti dei secoli VI e VIII erano definite attraverso la citazione del distretto amministrativo nel quale restavano inglobate, ovvero il *καστρον*, continuano a comparire nelle fonti della seconda metà del secolo VIII e durante tutto il IX⁹³ dando prova della loro continuità come soggetti politici anche dopo la conquista del *regnum* da parte delle truppe caroline⁹⁴, perché la loro esistenza non è legata in nessun modo alla sopravvivenza delle sovrastrutture politiche nelle quali vengono in vario modo inquadrare, e come abbiamo già visto, l'arrivo di nuovi poteri non cancella in modo alcuno la loro specificità. La documentazione scritta ci consente quindi di riconoscere ancora una volta un ordinamento del territorio basato su diverse formazioni comunitarie più che su confini ben definiti da un'autorità superiore, che in ogni caso riconosce loro un'evidente personalità come territori giurisdizionali⁹⁵. Così, gli antichi *castra*, le città e i *fines*⁹⁶ che cominciano a comparire nelle fonti dalla metà del secolo VIII formano il tessuto dell'insediamento padano in epoca carolingia.

D'altra parte, l'ultimo riferimento alla famiglia d'origine bizantina che abbiamo descritto come rappresentante del potere politico a livello locale compare in una carta del 789. In quella data «Ursus dux», figlio del duca Giovanni, confermava, al momento di entrare come oblatto nel monastero di Nonantola⁹⁷, tutti i possedimenti donati dal padre alla stessa abbazia. Da quel momento in poi solo il loro distretto continuerà a sopravvivere nella docu-

mentazione conservata svolgendo un ruolo eminentemente giurisdizionale⁹⁸: l'esercizio di questa giurisdizione, più che coordinare un territorio precisabile in termini di confini lineari, costituisce un punto di riferimento sia per le popolazioni circostanti sia per i beni fondiari posseduti dalle loro *élites*.⁹⁹

Come descrivono le autorità caroline questo distretto? Dall'ultimo quarto del secolo VIII e fino a tutto il IX nelle carte private se ne parla come «de pago Persiceta»¹⁰⁰, riprendendo una denominazione tipica, nei territori d'olttralpe, dell'organizzazione territoriale minore di epoca carolingia¹⁰¹. Invece, nelle carte prodotte nella cancelleria con l'intenzione di sancire gli spazi di appartenenza al *regnum*, il nostro territorio, così come quelli vicini, rimangono descritti con una grande e voluta ambiguità. In particolare, la testimonianza data dal capitolare dell'806 è chiara nell'offrirci, al di là di ogni considerazione storiografica, evidenze sulle difficoltà trovate da parte del potere carolingio al momento di descrivere con chiarezza i territori posti negli spazi periferici del proprio dominio, soprattutto perché la presenza del primo conte carolingio insediato nel Modenese è tarda e fa riferimento a un «comes Civitatis Nove»¹⁰² (anche se il comitato di Modena sembra citato nel capitolare)¹⁰³. Difficoltà nate dalla frattura della «omogeneità civile ed ecclesiastica del territorio bolognese»¹⁰⁴ avvenuta già nel secolo VI e istituzionalizzatasi con la conquista carolingia, e che trova un preciso riscontro nella documentazione che, tra secolo IX e XI, segnala aree situate nell'antico territorio diocesano bolognese come appartenenti alla «iudiciaria Motinensis»¹⁰⁵ o a spazi situati «in territorio mutinensis vel bononiensis»¹⁰⁶. Non deve trarci in inganno nemmeno il fatto che in alcune carte compaia un «comitatus motinensis», perché si tratta sempre di carte falsificate nei secoli XI e XII¹⁰⁷, che usano termini propri del loro tempo trapiantandoli nel secolo VIII¹⁰⁸.

La discontinuità della documentazione di quest'epoca impedisce, tuttavia, l'osservazione accurata dei sistemi di dominio carolingio sulla nostra zona, che comunque dovette realizzarsi in modo simile al resto dell'Italia settentrionale, e cioè, attraverso l'interazione delle strutture del potere centrale a livello locale, senza per questo eliminare l'autonomia e il margine d'azione politica delle comunità, autentiche unità di base dell'insediamento e, contemporaneamente, unici spazi di esercizio del potere a livello locale che, come si è detto, compaiono descritte attraverso termini come *pagus* e *fines*. In questo senso gli scarsi *comitatus* documentabili in questo momento non impedirono che su questi territori continuassero ad agire i diversi poteri locali. Nel caso del Persicetano, l'immagine che mostra in modo più accurato le valenze e l'operatività di questo efficace sistema politico è offerta da un documento di poco posteriore all'epoca carolingia. Ci riferiamo al placito di Cinquanta («villa Quingentas») ¹⁰⁹ che presenta una prova dei meccanismi di funzionamento del potere politico.

Il placito si svolse nel luglio dell'898 e vi parteciparono, insieme con il conte modenese Guido, numerosi uomini in rappresentanza di diverse comunità: alcuni di questi uomini erano scabini, dativi o notai, altri furono elencati semplicemente con il loro nome, ma di tutti sono indicate le località di provenienza, che disegnano un ambito territoriale vastissimo, un'area che

comprende l'intera Emilia orientale corrispondente a parti delle attuali province di Reggio Emilia, Modena e Bologna. Questo placito, interpretato dalla storiografia tradizionale come il più evidente sintomo della *destrutturazione* dell'ordine carolingio ci presenta invece la concretizzazione, nella seduta giudiziaria, di un nuovo spazio politico, il *comitato* di Modena¹¹⁰.

Tra i personaggi ivi elencati compaiono «Ermenaldus et Martinus notariis et scavinis de pago Persiceta»¹¹¹. La loro comparsa in relazione agli apparati del potere centrale, incarnati nella persona di Guido di Modena, conferisce loro il carattere di rappresentanti delle *élites* locali del territorio persicetano. Una posizione di prestigio che può essere interpretata come conseguenza dell'uso del loro patrimonio fondiario, allo stesso tempo meccanismo di influenza in seno alla propria comunità e strumento privilegiato per stabilire connessioni con il potere centrale¹¹², il cui risultato più evidente è senz'altro la presenza di Ermenaldo e Martino nella «villa Quingentas». Il placito rappresenta dunque l'integrazione nel sistema (ovvero nel *comitato* di Modena) dei poteri locali non generati dalle strutture politiche centrali, ma anche l'inclusione, in un sistema politico di maggior ampiezza, delle cornici territoriali di esercizio del potere a livello locale (tra cui il «pagus Persiceta»), i cui attori sono infatti le *élites* che compaiono lungo tutto il testo del nostro documento. A loro volta queste ultime legittimano il ruolo del conte Guido, riconoscendo nella sua persona politica l'arbitro delle loro dispute e il garante della loro capacità politica a livello locale¹¹³, in un processo che ripete con scarse variazioni i giochi di potere già analizzati in epoca bizantina e longobarda.

Per tutto ciò, questo documento non può essere preso come la quintessenza del disordine che seguì alla morte dell'ultimo sovrano carolingio, perché lo stesso concetto di *disordine* è già di per sé non corretto¹¹⁴. Tutt'altro, il placito ci si presenta come il momento di concretizzazione di una nuova istituzione; il *comitato* di Modena, struttura di coordinamento di tutti i territori che presentano un'evidente capacità giurisdizionale, cornice e raccordo delle diverse forme di esercizio del potere sul territorio. Da una parte quella sviluppata dai poteri centrali, imperniata attorno al *comitato* di Modena, e dall'altra quella generata dalle comunità locali, molte delle quali erano già presenti, nella propria natura giuspubblicistica nei secoli precedenti, mostrando con una chiarezza assoluta la personalità e la capacità di negoziazione e di interlocuzione delle proprie gerarchie nei loro rapporti con i diversi poteri centrali che nella nostra zona si succedettero tra la fine del secolo V e gli inizi del X.

Note

¹ Senza nessuna pretesa di esaustività si possono consultare B. Isaac, *The Limits of Empire. The roman army in the East*, Oxford 1990; C. R. Whittaker, *Frontiers of the Roman Empire. A social and Economic Study*, London 1994; H. Elton, *Frontiers of the roman Empire*, London 1996.

² Di nuovo senza pretesa alcuna, *Medieval Frontiers: Concepts and Practices*, a cura di D. Abulafia, N. Berend, Aldershot 2002; *Frontiers in Question: Eurasian Borderlands, 700-1700*, a cura di D. Power, N. Standen, London 1999; *Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Âge. "Castrum"* 4. Actes du colloque (Erice-Trapani, 18-25 septembre 1988), a cura di J.-M. Poisson, Roma-Madrid 1992; *Città, castelli, campagne nei territori di frontiera (secoli VI-VIII)*, a cura di G. P. Brogiolo, Mantova 1995; E. Manzano Moreno, *La frontera de Al-Andalus en época de los omeyas*. Madrid 1991; P. J. Casey, *Justinian, the limitanei, and arab-byzantine relations in the 6th c.*, in «Journal of Roman Archaeology», 9 (1996), pp. 214-222.

³ «There is no consensus about the meaning of the term: boundaries, areas of expansion, zones of contact unite rather than divide areas, and frontier societies, which are said to have had certain characteristic of their own»: N. Berend, *Preface*, in *Medieval frontiers: Concepts and Practices* cit., p. X.

⁴ La possibilità di studiare molti tipi di frontiere e confini, e non solo quelli concretizzatisi geograficamente è stata chiarificata da *Shifting Frontiers in Late Antiquity*, a cura di R. W. Mathisen e H. S. Sivan, Aldershot 1996.

⁵ Tutti i casi riferiti sono contraddistinti dal peso delle "frontiere" come motore del conflitto. Infatti i loro confini lineari sono assolutamente artificiali, prodotto della volontà politica e dei giochi di potere delle potenze imperialistiche europee che tra la fine del secolo XIX e la prima metà del secolo scorso le disegnarono senza cercare riscontro nelle realtà sociali ed economiche dei territori dominati.

⁶ Un interesse per la frontiera che non prendeva in considerazione il ruolo giocato dalle popolazioni native nel processo di espansione verso ovest dei pionieri bianchi. Si veda F. J. Turner, *The significance of the frontier in American History*, in *The Early Writings of Frederick Jackson Turner*, Madison 1938 (articolo scritto nel 1893).

⁷ Valga come esempio, sebbene priva dei radicali atteggiamenti di Turner l'opera di C. Sánchez Albornoz, *La frontera y las libertades castellanas*, in *Investigaciones y documentos sobre las instituciones hispanas*, Santiago de Chile 1970, pp. 538-545 (articolo scritto molti anni prima).

⁸ L. Febvre, *La terre et l'évolution human*. Paris 1922.

⁹ Un'utilissima sintesi di questi dibattiti storiografici può trovarsi nell'introduzione del saggio di Whittaker, *Frontiers* cit, pp. 1-9.

¹⁰ Op. cit.; Elton, *Frontiers* cit., pp. 4 e sgg.; Berend, *Preface*, in *Medieval Frontiers* cit., p. XIII.

¹¹ P. Toubert, *Frontière et frontières: un objet historique*, in *Frontière et peuplement* cit., pp. 9-17. N. Berend, *Medievalists and the notion of frontier*, in «The Medieval History Journal», 2 (1999), 1, pp. 56-70.

¹² Serva come esempio di questa corrente di pensiero l'opera di E. N. Luttwack, *The Grand Strategy of the Roman Empire*, Baltimore 1976. Più avanti ritorneremo sugli autori che propongono ancora queste nette divisioni nella nostra area di indagine.

¹³ E con loro molti governi occidentali, che continuano ad attuare politiche internazionali basate sui principi coloniali di frontiera nati nell'Ottocento, di divisioni manichee tra "civiltà" e "barbarie", con le conseguenze caotiche che tutti conosciamo.

¹⁴ «Langobardis vero Emiliae castra, Ferronianus, Montebelli, Verabulum cum suis oppidibus Buxo et Persiceta, Pentapolim quoque Auximana civitas se tradiderunt», in *Liber Pontificalis*, edizione a cura di L. Duchesne, I, p. 405. «Rex quoque Liutprand castra Emiliae, Feronianum et Montembellium, Buxeta et Persiceta, Bononiam et Pentapolim Auximanque invasit», in Paolo Diacono, *Historia Langobardorum*, VI, 49.

¹⁵ Cfr. P. Delogu, *Lombard and Carolingian Italy*, in *New Cambridge Medieval History*, II, (c. 700-c.900), a cura di R. McKitterick, Cambridge 1995, pp. 290-319.

¹⁶ Senza pretesa di essere esaustivi possono vedersi in relazione con l'area qui indagata S. Gelichi, *Le città in Emilia Romagna tra tardo-antico e alto medioevo*, in *La storia dell'alto medioevo italiano (VI-X secolo) alla luce dell'archeologia*, a cura di R. Francovich e G. Noyé, Firenze 1994, così come *Note sulle città bizantine dell'Esarcato e della Pentapoli tra IV e IX secolo*, in *Early Medieval Towns in West Mediterranean*, a cura di G. P. Brogiolo, Mantova 1996; G. P. Brogiolo, S. Gelichi, *La città nell'alto medioevo italiano. Archeologia e Storia*, Roma-Bari 1998; *Towns*

and Their Territories between Late Antiquity and the Early Middle Ages, a cura di G. P. Brogiolo, N. Gauthier e N. Christie, Leiden 2000. Comunque il progressivo impoverimento delle aree urbane nel Italia settentrionale può evincersi anche attraverso la documentazione scritta. Si ricordi in questo senso il famoso passo di Ambrogio sulle città dell'Emilia, descritte come cadaveri in Epist. II, 27 in PL, XVI, coll. 886D-887. In particolare si veda L. Cracco Ruggini e G. Cracco, *Chanping Fortunes of the Italian City from Late Antiquity to Early Middle Ages*, in «Rivista di filologia e istruzione classica», 105 (1977), pp. 448-475.

¹⁷ Per Reggio cfr. S. Gelichi, S. Malnati, J. Ortalli, *L'Emilia centro-occidentale tra la tarda età imperiale e l'alto medioevo*, in *Società romana e impero tardoantico*, a cura di A. Giardina, Roma-Bari 1986, III, pp. 543-645. Sulla città di Modena, S. Gelichi, *Modena e il suo territorio nell'alto medioevo*, in *Modena dalle origini all'anno mille. Studi di Archeologia e storia*, I, 1988. Sull'antica Bononia S. Gelichi e J. Ortalli, *Lo scavo nell'area cortilizia delle Scuole Medie Guinizelli in via S. Isaia*, in *Archeologia Medievale a Bologna. Gli scavi nel Convento di San Domenico*, Bologna 1987. Utili considerazioni anche in A. I. Pini, *Città, chiesa e culti civici in Bologna medievale*, Bologna 1999, pp. 34 sgg. (*Bologna bizantina: le mura di selenite o delle "Quattro croci"*).

¹⁸ M. Bollini, *Claterna*, in *Ozzano dell'Emilia. Territorio e beni culturali*, Ozzano Emilia 1985.

¹⁹ Per il territorio bolognese cfr. J. Ortalli, *Il territorio bolognese. Assetto insediativo e fondiario della campagna emiliana fra prima e tarda romanità*, in *Il tesoro nel pozzo. Pozzi deposito e tesaurizzazioni nell'antica Emilia*, a cura di S. Gelichi e N. Giordani, Modena 1994, pp. 206 sgg. Per quello modenese cfr. S. Gelichi, *Pozzi-deposito, tesaurizzazione e popolamento rurale nella Regio VIII tra la età tardoantica e l'alto medioevo*, in *Il tesoro nel pozzo cit.*, pp. 41-48.

²⁰ L'aspetto è più evidente nel bolognese: J. Ortalli, *La fine delle ville romane: Esperienze locali e problemi generali*, in *La fine delle ville romane: trasformazioni nelle campagne tra tarda antichità e alto medioevo*, a cura di G. P. Brogiolo, Mantova 1996, pp. 9-20.

²¹ C. Negrelli, *Il territorio tra Claterna ed Imola: Dati archeologici e valutazioni storiche dalla tarda antichità all'alto medioevo*, in *San Pietro prima del Castello. Gli scavi nell'area dell'ex cinema teatro "Bios" a Castel San Pietro Terme (BO)*, a cura di J. Ortalli, Firenze 2003, pp. 285 sgg.

²² Gelichi, Malnati, Ortalli, *L'Emilia centro-occidentale cit.* p. 569; Negrelli, *Il territorio tra Claterna cit.*, p. 286.

²³ Su questo particolare si vedano i contributi nel volume *Teoderico il Grande e i Goti d'Italia*. Atti del XIII Congresso internazionale di studi sull'Alto Medioevo. Milano 2-6 novembre 1992, Spoleto 1993.

²⁴ P. Delogu, *La fine del mondo antico e l'inizio del medioevo: nuovi dati per un vecchio problema*, in *La storia dell'alto medioevo italiano cit.*, p. 10.

²⁵ Il venir meno delle città antiche e la contemporanea ascesa di centri nuovi dovuta alle necessità proprie di un nuovo contesto storico è stata rilevata nel caso della antica *Venetia et Histria* da C. Azzara, *Venetiae. Determinazione di un'area regionale fra antichità e alto medioevo*, Treviso 1994, pp. 48 sgg.

²⁶ Cfr. nota 14.

²⁷ Vedi fig. 1.

²⁸ Ambiguità segnalate anche da N. Christie, *The Lombards. The Ancient Longobards*, Oxford 1995, p. 176.

²⁹ In modo particolare l'opera *Descriptio Orbis Romani* di Giorgio Ciprio, pubblicata da P. M. Conti, *L'Italia bizantina nella Descriptio Orbis Romani di Giorgio Ciprio*, in «Memorie della Accademia Lunigianense di Scienze», 40 (1970, ma 1975), pp. 1-137. Il testo, comunque, oltre ai problemi d'interpretazione che comporta, non fornisce un quadro completo della rete degli insediamenti bizantini in Italia, come dimostra la mancanza di città che sappiamo sotto dominio imperiale.

³⁰ Opinioni di segno contrario possono trovarsi in A. R. Staffa, *Ortona fra tarda antichità ed alto-medioevo. Un contributo alla ricostruzione della frontiera bizantina in Abruzzo*, in «Archeologia Medievale», 31 (2004), pp. 378-391, in modo particolare pp. 378-380.

³¹ Sul significato del termine *καστρον* nel linguaggio amministrativo dell'Impero bizantino cfr. G. Ravagnani, *Castelli e città fortificate nel VI secolo*, Ravenna 1983, pp. 11-17; V. Von Valkenhausen, *La dominazione bizantina nell'Italia meridionale dal IX all'XI secolo*, Bari 1978, pp. 145-148, dove si afferma come "l'equivalente latino di *καστρον* è *civitas*"; anche il termine *καστλιον*, insieme all'accezione "rifugio fortificato" utile a contadini e monaci in caso di attacchi saraceni, assume anche il senso di "piccola città".

³² Come nei casi degli antichi *municipia* di Senigallia e Cesena, cfr. Conti, *L'Italia bizantina nella Descriptio Orbis Romani* cit., pp. 118-119, citati anche nell'opera di Procopio de Cesarea, *De Bello Gotico*, Libro II, cap. 11, Libro II, cap. 20 e Libro III, cap. 6.

³³ *De Bello Gotico*, Libro II, cap. 21.

³⁴ Basti qui ricordare i passi del *Liber Pontificalis* e della *Historia Langobardorum* di Paolo Diacono che ci offrono la notizia della conquista, da parte di re Liutprando, dei *castra* che interessano al nostro studio.

³⁵ G. P. Brogiolo e S. Gelichi, *Nuove ricerche sui castelli altomedievali in Italia settentrionale*, Firenze 1996, pp. 22-30.

³⁶ Aspetto che è stato osservato in altre regioni: cfr. A. R. Staffa, *Le campagne abruzzesi fra tarda antichità e altomedioevo* (secc. IV-XII), in «Archeologia Medievale», 27 (2000), pp. 54 sgg. Così come in A. Sennis, *Potere centrale e forze locali in un territorio di frontiera: la Marsica tra i secoli VIII e XII*, in «Bullettino dell'Istituto Storico Italiano e Archivio Muratoriano», 99 (1994), 2, p. 7.

³⁷ Quest'ipotesi è difesa per le realtà osservabili in altre zone d'Italia anche da Christie, *The Lombards* cit., p. 180, dove si segnala come «the size and the location of the sites virtually repeat a pre-Roman, Iron age settlement pattern, indicating, thereby, a general decay in strong, centralized administrative and military control».

³⁸ A. M. Orselli, *Organizzazione ecclesiastica e momenti di vita religiosa alle origini del cristianesimo emiliano-romagnolo*, in *Storia della Emilia Romagna*, a cura di A. Berselli, Bologna 1984, p. 321.

³⁹ S. Cosentino, *Lineamenti della geografia amministrativa dell'Italia Bizantina. La struttura civile e militare*, in S. Cosentino, *Prosopografia dell'Italia Bizantina (483-804)*, Bologna 1996, I, pp. 55 sgg.

⁴⁰ A. Carile, *Terre militari, funzioni e titoli bizantini nel Breviarum*, in *Ricerche e studi sul "Breviarium Ecclesiae Ravennatis"* (Codice Bavaro), Roma 1985.

⁴¹ G. Fasoli, *Aspetti di vita economica e sociale nell'Italia del secolo VII*, in *I caratteri del secolo VII in Occidente*. Spoleto 1958, pp. 152-153.

⁴² C. Diehl, *Études sur l'administration byzantine dans l'exarchat de Ravenne*, Paris 1888, pp. 292 sgg.

⁴³ A. Carile, *Terre militari, funzioni e titoli bizantini nel Breviarum* cit., pp. 89-92. Contrari a questa posizione T. S. Brown e N. J. Christie, *Was there a Byzantine Model of Settlement in Italy?*, in «Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen Âge-Temps Modernes», 101 (1989), 2, p. 385.

⁴⁴ Nel caso di Ferrara, Guillou accetta l'ipotesi che fosse stata fondata nel secolo VII nella sua opera *Régionalisme et indépendance dans l'Empire Byzantin au VII^e siècle. L'exemple de l'Exarchat et de la Pentapole d'Italie*. Roma 1969, p. 58. Brogiolo e Gelichi, *Nuove ricerche sui castelli altomedievali in Italia settentrionale* cit., p. 57, segnalano come non ci siano evidenze materiali che provino tale ipotesi, che comunque anche per loro resta plausibile.

⁴⁵ Uguali considerazioni a quelle espresse nella nota precedente, con piccole variazioni, sono state formulate anche per i casi di Argenta e Comacchio: cfr., *Nuove ricerche* cit., pp. 58-62.

⁴⁶ Anche se la famiglia dei duchi di Persiceta possiede beni fondiari pure in spazi territoriali dei *castra* di Montevoglio e Brento, potendo esercitare un certo tipo di ascendenza sulle comunità castrali di entrambi. Le attestazioni di questi beni in L. A. Muratori, *Antiquitates Italicae*, II, coll. 197-200.

⁴⁷ S. Gasparri, *I duchi longobardi*, Roma 1978; S. Gasparri, *Il regno longobardo in Italia. Struttura e funzionamento di uno stato altomedievale*, in *Il regno dei Longobardi in Italia. Archeologia, società, istituzioni*, a cura di S. Gasparri, Spoleto 2004, pp. 79 e 83-85.

⁴⁸ Anche se ognuno offre spiegazioni e interpretazioni proprie, cfr. L. A. Muratori, *Antiquitates Italicae*, I, coll. 149-150; L. Salvio, *Annali Bolognesi*, Bassano 1784, I, p. 76; G. Tiraboschi, *Storia dell'Augusta Badia di San Silvestro di Nonantola*, Modena 1785, I, p. 224; I. Malaguzzi-Valeri, *Costituzione e Statuti (dell'Appennino modenese)*, in *L'Appennino modenese descritto e illustrato*, Rocca di San Casciano 1895, pp. 500-502; L. Brevetani, *Raccolta e revisione delle distrazioni del prof. Augusto Gaudenzi sull'origine vera della decima di Cento*, Bologna 1900, p. 210-212.

⁴⁹ A. Sorbelli, *Storia di Bologna. Dalle origini del cristianesimo agli albori del comune*, Bologna 1938, pp. 205-210.

⁵⁰ Che crede verosimile l'origine ravennate della famiglia in *Tappe e aspetti dell'avanzata longobarda su Bologna*, pp. 154-156.

⁵¹ G. Santini, *"I comuni di valle" nel Medioevo. La costituzione federale del "Frignano"*, Milano

1960, pp. 64-65.

⁵² A. Benati, *Bologna, Modena e il falso placito di Rachis*, in «Atti e Memorie della Deputazione di Storia Patria per le provincie di Romagna», 25-26 (1974-1975), pp. 103 sgg. A questo autore si deve anche la stesura di un articolo che raccoglie buona parte della documentazione e della storiografia che si riferisce a *Persiceta*; *Il ducato e i Duchi di Persiceta. Appunti sulle fonti e sulla bibliografia*, in «Strada Maestra», 10 (1977), pp. 11-31.

⁵³ A. Gaudenzi, *Il monastero di Nonantola, il ducato di Persiceta e la chiesa di Bologna*, in «Bullettino dell'Istituto Storico Italiano», 22 (1901), pp. 104-108.

⁵⁴ G. Simeoni, *San Giovanni in Persiceto*, in *Enciclopedia Italiana*, XXX, Roma 1936, p. 659.

⁵⁵ A. Hessel, *Storia della città di Bologna dal 1116 al 1280*, Bologna 1975 (ed. or. 1910), p. 6.

⁵⁶ J. Jarnut, *Prosopographische und sozialgeschichtliche Studien zum Langobardenreich in Italien (568-774)*, Bonn 1972, p. 400.

⁵⁷ K. Schmid, *Anselm von Nonantola olim dux militum, nunc dux monachorum*, in «Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Bibliotheken», 47 (1967), pp. 107-112.

⁵⁸ C. Brühl, *Studien zu den langobardischen Königsurkunden*, Tübingen 1970, p. 229.

⁵⁹ W. Montorsi, *L'epigrafe modenese di Liutprando e l'esametro ritmico "longobardo"*, in «Atti e memorie della Deputazione di storia patria per le provincie modenesi», 24 (1973), p. 12.

⁶⁰ Fondamentalmente in Gasparri, *I duchi longobardi* cit., pp. 26, 31, 63 sgg. Segnalato anche da P. Delogu, *Il regno longobardo*, in *Storia d'Italia*, I, *Longobardi e Bizantini*, Torino 1980, p. 170.

⁶¹ Gasparri, *Il regno longobardo* cit., p. 85.

⁶² L'unica attestazione nella documentazione di una referenza esplicita a un *dux di Persiceta* compare nell'anno 789, «Ursus dux, filius bone memorie Johannis ducis de Perseceta», pubblicata nel *Codice diplomatico nonantolano*, n. 10, e da Gaudenzi, *Il monastero di Nonantola* cit., pp. 24 sgg. Il duca Giovanni citato in questo documento è menzionato anche nel *Catalogo dei manoscritti nonantolani* (1632), in L. A. Muratori, *Antiquitates Italicae*, V, col. 668: «Johannes vero Dux Persiceti & Pontis Duci, Carolo Magno imperante, Ursonem filium». Nel resto dei documenti, come vedremo oltre, compaiono citati unicamente ed esclusivamente con il titolo, ma senza specificare il territorio.

⁶³ Il più importanti di essi, San Benedetto in Adili, pare fondato da Orso duca in una data indeterminata della prima metà del secolo VIII, come si può ricavare da un passo del doc. del 776: «monasterio Sancti Benedicti quem in Adili Domnus et genitor noster bone memorie Ursus dux a fundamento construxit», pubblicato da L. A. Muratori, *Antiquitates Italicae*, II, col. 198. Si veda anche A. Benati, *Il monastero di S. Benedetto in Adili e la politica antinonantolana del re Desiderio*, in «Archivio e Memorie della Deputazione di Storia Patria per le Provincie di Romagna» 34, (1983), p. 87. La localizzazione poco più a sud di Santa Agata dello spazio che occupava questo monastero si deve a G. Bottazzi, *Il monastero di S. Benedetto in Adili. Un profilo di ricerca archeologico-topografica nel Pago Persiceta*, in «Strada Maestra», 28 (1990) 1, pp. 87-113. Il che non osta che il resto dei monasteri che possedeva questa famiglia fossero stati fondati in data anteriore. La lista dei monasteri in C. Brühl, *Codice Diplomatico Longobardo*, Roma 1973, III, doc. n. 34 (a. 761), p. 215, falsificazione della prima metà del secolo XII.

⁶⁴ M. Innes, *State and Society in the Early Middle Ages. The Middle Rhin Valley, 400-1000*, Cambridge 2000, pp. 123 sgg.

⁶⁵ Carile, *Terre militari, funzioni e titoli bizantini nel Breviarum* cit., pp. 89 sgg.

⁶⁶ T. Lazzari, *Circoscrizioni pubbliche e aree di affermazione signorile: il territorio bolognese fra VIII e XI secolo*, in *Per Vito Fumagalli. Terra, uomini istituzioni medievali*, a cura di M. Montanari e A. Vasina, Bologna 2000, p. 383.

⁶⁷ Cosentino, *Lineamenti della geografia amministrativa dell'Italia Bizantina* cit., p. 79.

⁶⁸ Anche se il documento è una chiara falsificazione della fine del secolo XI, non impedisce che le notizie sui personaggi possano essere utili per la ricostruzione storica tramandando qualche notizia attendibile. Pubblicato da L. Schiaparelli, *Codice diplomatico longobardo*, Roma 1929, I, doc. n. 101 (a. 752) e da Guillou, *Régionalisme et indépendance* cit., pp. 269-271, che addirittura lo considera autentico.

⁶⁹ Senza nessuna volontà di essere esaustivi citiamo T. Lazzari, *Circoscrizioni pubbliche e aree di affermazione signorile* cit., e A. Benati, *Bologna, Modena e il falso placito di Rachis* cit., pp. 130 sgg.

⁷⁰ Carta ritenuta autentica e pubblicata da L. A. Muratori, *Antiquitates Italicae*, II, coll. 197-200.

⁷¹ Fasoli, *Tappe e aspetti dell'avanzata longobarda su Bologna* cit., pp. 154 sgg.

⁷² A. Benati, *Sul confine fra Langobardia e Romani*, in *Longobardi e Lombardia: aspetti di civiltà longobarda*. Atti del VI Congresso Internazionale di Studi sull'Alto Medioevo (Milano, 21-25 ottobre 1978), Spoleto 1980, I, pp. 303-327, in particolare p. 326. Infatti in altri esempi, anche se di cronologia un po' più tarda (a. 808), la presenza di personaggi con intitolatura ducale non significa automaticamente l'esistenza di un ducato; e così nel caso di *Sergius dux civitatis Senogalliae*, cfr. Cosentino, *Lineamenti della geografia amministrativa dell'Italia Bizantina* cit., p. 79.

⁷³ Cfr. nota 24.

⁷⁴ Rimane però da chiarire l'importante interrogativo sull'effettiva operatività della carica rappresentata dal titolo ducale. Per P. Foschi, *Il territorio bolognese durante l'Alto Medioevo*, in «Il Carrobbio», 4 (1978) p. 239, dopo la conquista longobarda questo è da interpretare unicamente come un'onorificenza senza contenuto giurisdizionale. Antonio Carile, invece, ha più volte respinto l'ipotesi secondo cui il titolo sarebbe il risultato di una semplice trasmissione in seno delle famiglie che li ostentavano in epoca bizantina, richiamando l'attenzione sul fatto che stessero invece «rispecchiando una carica effettivamente gestita dalla persona», cfr. *Terre militari, funzioni e titoli bizantini nel Breviarum* cit., p. 84. La mancanza di documentazione fa sì che non si possano aggiungere altre considerazioni a entrambe le affermazioni.

⁷⁵ Sia per S. Gasparri, *I duchi longobardi* cit., p. 59, sia per J. Jarnut, *Prosopographische und sozialgeschichtliche Studien* cit., p. 364, questo Peredeo sarebbe stato duca longobardo di Persiceta; Peredo ricevette per donazione regia varie terre nella zona, la *curtis* di *Cannedolo* e un porto sul fiume *Moclena* (a. 716-718?): C. Brühl, *Codice diplomatico longobardo* cit., III, p. 296. La corte di *Cannedolo* fu in seguito data da Astolfo a Nonantola, come si ricorda in C. Manaresi, *I placiti del Regnum Italiae*, I, Roma 1955, n. 106, pp. 385-396.

⁷⁶ «Insequenti quoque tempore Romani, elatione solita turgidi congregati universaliter, habentes in capite Agathonem Perusinorum ducem, venerunt ut Bononiam comprehenderent, ubi tunc Walcari, Peredeo et Rotcari morabantur in castris»: *Historia Langobardorum*, VI, 54.

⁷⁷ Senza pretendere di essere esaustivi si vedano S. Gasparri, *La frontiera in Italia (sec. VI-VIII). Osservazioni su un tema controverso*, in *Città, Castelli, campagne nei territori di frontiera. (Secoli VI-VIII)*. V Seminario sul tardoantico e l'altomedioevo in Italia Centrosettentrionale, a cura di G. P. Brogiolo, Mantova 1995, pp. 9-19; Benati, *Sul confine fra Langobardia e Romania* cit.; A. Carile, *Introduzione alla storia bizantina*, Bologna, 1988; G. Bottazzi, *Bizantini e Longobardi nell'Appennino tosco-emiliano-ligure*, in *La Garfagnana. Storia, cultura, arte*, Modena 1993, pp. 31-71; V. Bierbrauer, *Castra altomedievali nel territorio alpino centrale e orientale: impianti difensivi germanici, o insediamenti romani? Un contributo alla storia della continuità*, in *Romani e Germani nell'arco alpino (secoli VI-VIII)*, a cura di V. Bierbrauer e C. M. Mor, Bologna 1986, pp. 249-276.

⁷⁸ Per una breve revisione dei problemi sulla cronologia di queste azioni si veda S. Cosentino, *L'iscrizione ravennate dell'esarco Isacio e le guerre di Rotari*, in *Atti e Memorie della Deputazione di Storia Patria per le Antiche Provincie Modenesi*. Modena, 1993, pp. 23-43, e C. Azzara, *Parma nell'Emilia longobarda*, in «Reti Medievali Rivista», 5 (2004), 1, [06/06]: <http://www.stori.unifi.it/_RM/rivista/saggi/Azzara.htm>.

⁷⁹ Guillou, *Régionalisme et indépendance* cit., pp. 57-58; J. Ferluga, *L'organizzazione militare dell'esarcato*, in *Storia di Ravenna*. II, 1, *Dall'età bizantina all'età ottoniana. Territorio, economia e società*, a cura di A. Carile, Venezia, 1991, pp. 379-387, in modo particolare le pp. 381-384; Benati, *Sul confine fra Langobardia e Romania* cit., pp. 310-313; G. Fasoli, *Tappe ed aspetti dell'avanzata longobarda su Bologna*, in «L'Archiginnasio», 44-45 (1949-1950), pp. 149-160.

⁸⁰ G. Ripoll, *On the supposed frontier between the Regnum Visigothorum and Byzantine Hispania*, in *The Transformation of Frontiers from Late Antiquity to the Carolingians*, a cura di W. Pohl, I. Wood, H. Reimitz, Leiden-Boston-Köln 2001 (The Transformation of the Roman World, 10), p. 109. Alle stesse conclusioni è arrivato J. Arce nella discussione sulla possibilità dell'esistenza di un *limes* ben definito, imperniato su una linea di fortezze, tra il regno visigoto e le popolazioni di *cantabri* e *baschi* a nord della Penisola Iberica, cfr. *Un limes innecesario*, in «Romanización y Reconquista en la Península Ibérica: nuevas perspectivas», a cura di M^a. J. Hidalgo, D. Pérez e M. J. Rodríguez Gervás, Salamanca, 1998, pp. 185-190.

⁸¹ Gasparri, *La frontiera in Italia (sec. VI-VIII)* cit., pp. 12-15, e H. W. Goetz, *Concepts of realm and frontiers from late antiquity to the early middle ages: some preliminary remarks*, in *The Transformation of Frontiers from Late Antiquity to the Carolingians* cit., pp. 73-82.

⁸² La contrapposizione tra due civiltà profondamente diverse, ovvero quella bizantina e quella longobarda, era invece sottolineata da V. Fumagalli, *La geografia culturale delle terre emiliano-*

romagnole nell'Alto Medioevo, in *Le sedi della cultura nell'Emilia Romagna. L'Alto Medioevo*, Milano 1983, pp. 97-111.

⁸³ Idee similari a questa sono state argomentate da Witthaker nel suo studio sui confini dell'Impero Romano, cfr. *Frontiers of the Roman Empire* cit., p. 59.

⁸⁴ *Liber Pontificalis*, I, p. 405.

⁸⁵ Una ambiguità che sugli spazi di frontiera è stata perfettamente colta da parte di D. Abulafia *Introduction: Seven Types of Ambiguity, c. 1100 - c. 1500*, in *Medieval Frontiers* cit., pp. 1-34.

⁸⁶ Consegna di Piacenza, Parma e Reggio ai bizantini da parte dei duchi longobardi che ne erano i detentori del potere nel contesto locale di ogni singola città.

⁸⁷ In questo senso sono di gran chiarezza le parole di Toubert, *Frontière et frontières* cit., p. 15, per il quale la frontiera «n'est statique qu'en apparence. Elle est toujours la résultante d'un mouvement et ne fait que matérialiser dans l'espace un état d'équilibre précaire».

⁸⁸ J. Shepard, *Emperors and Expansionism: From Rome to Middle Byzantium*, in *Medieval Frontiers* cit., p. 59. A p. 60 Shepard segnala come questo «was implicitly to acknowledge that the empires's borders were now porous».

⁸⁹ Un processo identico può essere osservato nel caso degli spazi di frontiera tra le strutture omayyadi e le comunità della Meseta nel centro della penisola iberica: si veda E. Manzano Moreno, *La frontera de Al-Andalus en época de los omeyas*, Madrid 1991.

⁹⁰ «finibus pago Persisita» (a. 752) in Schiaparelli, *Codice diplomatico longobardo*, I, doc. n. 101; «Pago Perseceta» (a. 776), in L. A. Muratori, *Antiquitates Italicae*, II, col. 197; «Villam nuncupatam Reddudum, quae dicitur supernomem Curticella, in Pago Persiceta» (a. 814), in op. cit., II, coll. 201-202; «Ego Martinus notarius pago territorio persecetano», (a. 827), in Tiraboschi, *Storia dell'Augusta badia di San Silvestro* cit., II, p. 47; «de pago Persicete» (a. 898) in Manaresi, *I placiti del Regnum Italiae*, I, p. 389; «Eitoni di pago Persesita» (a. 933), in E. P. Vicini, *Regesto della Chiesa Cattedrale di Modena*, I, Roma 1931, doc. 46, pp. 68-70.

⁹¹ «a finibus Persiceti totum Pentapolim et usque ad Tusciam et usque ad mensan Walani, veluti exarchus, sic omnia disponebat, ut soliti sunt modo Romani facere», in *Liber Pontificalis ecclesiae Ravennatis*, in Monumenta Germaniae Historica, *Scriptores rerum Langobardorum et Italicarum saec. VI-IX*, cap.158.

⁹² «Ego Martinus notarius pago territorio persecetano», (a. 827), in Tiraboschi, *Storia dell'Augusta badia di San Silvestro* cit., II, p. 47.

⁹³ Si ricordi a questo proposito l'esistenza di una *iudiciaria Montebellinense* radicata nell'antico territorio del *castrum* di Monteveglio: P. Bonacini, *Terre d'Emilia, Distretti pubblici, comunità locali e poteri signorili nell'esperienza di una regione italiana (secoli VIII-XII)*, Bologna 2001, pp. 106-107. Il documento fu edito da E. P. Viani, *Regesto* cit. doc n.9 p. 14.

⁹⁴ Si veda a questo proposito la presenza al placito di Cinquanta (a. 898) di personaggi provenienti da molti dei territori castrali citati nelle fonti dei secoli VI-VIII, in Manaresi, *I placiti del Regnum Italiae*, I, n. 106, pp. 385-396.

⁹⁵ Alla fine del secolo VIII, per l'arcivescovo ravennate, vero «potere centrale» in tutta la *Romània*, il territorio persicetano continuava a indicare uno spazio territoriale di spiccato senso giurisdizionale: «a finibus Persiceti totum Pentapolim et usque ad Tusciam et usque ad mensan Walani, veluti exarchus, sic omnia disponebat...» in *Liber Pontificalis ecclesiae Ravennatis*, in Monumenta Germaniae Historica, *Scriptores rerum Langobardorum et Italicarum saec. VI-IX*, cap.158.

⁹⁶ V. Fumagalli in *Un territorio piacentino nel secolo IX: i Fines Castellana*, in «Quellen und Forschungen aus Italienischen Archiven und Bibliotheken», 48 (1968), pp. 1-35. Dello stesso autore *Città e distretti minori nell'Italia carolingia. Un esempio*, in «Rivista storica italiana», 81 (1969), 1, pp. 107-117, e *Distretti cittadini e circoscrizioni rurali nell'Emilia occidentale dall'VIII al XII secolo*, in Modena, Suppl. 6/72 (Atti del Convegno *Storia e problemi della montagna italiana*, Pavullo nel Frignano, 21-23 maggio 1971); P. Bonacini, *Circoscrizioni maggiori e territori rurali minori in Emilia dall'VIII all'XI secolo*, in *Territori pubblici rurali nell'Italia del Medioevo*, Ancona 1993, pp. 19-36 (estratto da «Proposte e Ricerche», 31 (1993), 2. Forse il caso più conosciuto è quello dei *fines Flexiciani*, Manaresi, *I placiti del Regnum Italiae* cit., I, doc. 30. (a. 818), pp. 92-95, e doc. 36 (a. 824), pp. 109-113, studiato da C. Wickham in *Space and society in early medieval peasant conflicts*, in *Uomo e spazio nell'alto medioevo*, Spoleto 2003, I, pp. 551-585 e da Bonacini, *Terre d'Emilia* cit., pp. 213-233.

⁹⁷ Gaudenzi, *Il monastero di Nonantola* cit., pp. 24 sgg.

⁹⁸ Considerazioni valide anche per i territorio di Brento e del Salto Spano in A. Padovani, «*Iudicaria motinensis*». Contributo allo studio del territorio bolognese nel medioevo, Bologna 1990.

⁹⁹ Benati ha ipotizzato che le donazioni fatte dai duchi di Persiceta a Nonantola rispecchino la strumentalizzazione da parte carolingia delle nostre élites per ostacolare la restituzione di una parte del *Patrimonium* (quei territori situati nel Persicetano e a est di Bologna) alla chiesa: Benati, *Bologna, Modena e il falso placito di Rachis* cit., p. 105.

¹⁰⁰ «situ Nonantula pago Perseceta» (a. 776), in L. A. Muratori, *Antiquitates Italicae*, II, col. 197; «Villam nuncupatam Reddudum, quae dicitur supernomem Curticella, in Pago Persiceta» (a. 814), in L. A. Muratori, *Antiquitates Italicae*, II, coll. 201-202; «Ego Martinus notarius pago territorio persecetano», (a. 827), in Tiraboschi, *Storia dell'Augusta badia di San Silvestro* cit., II, p. 47.

¹⁰¹ Giuseppe Sergi ha segnalato come nella regione franca il *pagus* rispecchi un sistema di organizzazione territoriale in *Istituzioni politiche e società nel regno di Borgogna, in Il secolo di ferro: mito e realtà del secolo X*, Spoleto 1991, I, pp. 221 sgg. Per Innes, invece, il *pagus* «was primarily a geographical term», *State and Society* cit., p. 119.

¹⁰² «Comes Civ. Nove...» in Codice Diplomatico Veronese, I, Venezia 1940, n. 101 e 102 (a. 813) pp.120-127 e 127-132.

¹⁰³ Nella lista dei territori che conformano il dominio carolingio in Italia si segnala «ad fines Regensium et ipsam Regiam et Civitatem Novam atque Mutinam usque ad terminos sancti Petri. Has civitates cum suburbanis et territoriis suis atque comitatibus quae ad ipsas pertinent», in Monumenta Germaniae Historica, *Capitularia Regnum Francorum*, Hannover 1883, I, n. 45 (a. 806), p. 128.

¹⁰⁴ Lazzari, *Comitato senza città* cit., pp. 39 e 40. Problemi di questo tipo si erano verificati anche nei casi, molto ben conosciuti, di Arezzo e Siena e di Parma e Piacenza.

¹⁰⁵ Lazzari, *Circoscrizioni pubbliche e aree di affermazione signorile* cit., pp. 386 sgg.

¹⁰⁶ Come per esempio: «pertinet in territorio Bononiensi vel Motinensi, pago Percisita», in M. Fanti, L. Paolini, *Codice Diplomatico della Chiesa Bolognese*, Bologna 2004, n. 24 (a. 946) p. 88, falsificazione del secolo XI.

¹⁰⁷ «quia michi legibus pertinet in comitatu Motinensi»: Schiaparelli, *Codice Diplomatico Longobardo* cit., I, n. 101. p. 293, falsificazione della fine del secolo XI o degli inizi del XII.

¹⁰⁸ Su queste considerazioni è fondamentale, benché incentrata sulla figura di sant'Anselmo, l'interpretazione che delle fonti nonantolane dei secoli XI e XII fa Glauco Maria Cantarella, *La figura di sant'Anselmo nel contesto del monachesimo longobardo*, in «Reti Medievali Rivista», 4 (2003), 2, [06/06]: <http://www.dssg.unifi.it/_RM/rivista/saggi/Cantarella.htm>, pp. 1-13.

¹⁰⁹ Manaresi, *I placiti del Regnum Italiae* cit., I, n. 106, pp. 385-396.

¹¹⁰ Per l'interpretazione del placito rimando senz'altro al contributo di T. Lazzari, *La creazione di un territorio: il comitato di Modena e i suoi "confini"*, in questa stessa sede.

¹¹¹ Manaresi, *I placiti del Regnum Italiae* cit., I, n. 106, p. 389 (così nel testo).

¹¹² Un esempio di questo meccanismo anche se per una data di poco anteriore può trovarsi in K. Bullimore, *Folcwin of Rankweil: the world of a Carolingian local official*, in «Early Medieval Europe», 13, (2005) 1, pp. 43-77.

¹¹³ Si veda Lazzari, *La creazione di un territorio* cit.

¹¹⁴ P. Cammarosano, *Nobili e re. L'Italia politica dell'alto medioevo*, Roma-Bari 1998, p. 134.

¹¹⁵ La carta data a integrazione di questo contributo è stata realizzata in collaborazione con la dott.ssa Tiziana Lazzari ed è in corso di pubblicazione in Spagna nel contributo di T. Lazzari e I. Santos Salazar, *La organización territorial en Emilia en la transición de la Tardoantigüedad a la Alta Edad Media (Siglos VI-X)*. Vogliamo ringraziare qui la dott.ssa Emanuela Guidoboni, che ci ha gentilmente fornito la base cartografica.

L'invenzione dei confini. Falsificazioni documentarie e identità comunitaria nella montagna veneta alla fine del medioevo e agli inizi dell'età moderna*

di Gian Maria Varanini

A fine Quattrocento, e nuovamente nell'inoltrato Cinquecento, diverse comunità della montagna veronese e vicentina si "autorappresentano" cercando di definire o di ridefinire i propri confini territoriali, al livello di villaggio o di più ampia circoscrizione, attraverso la falsificazione di documenti trecenteschi (di età scaligera). Il tentativo (imitato negli anni immediatamente successivi anche da comunità della pianura) ha successo nel primo per un arco di tempo piuttosto lungo; nell'altro l'adulterazione è immediatamente scoperta e denunciata. I falsi prodotti a fine Quattrocento dalle comunità dei Lessini veronesi (e da alcune comunità vicentine) vengono infatti riconosciuti come tali soltanto nel corso del Seicento; mentre quelli prodotti dai Sette Comuni vicentini nel 1587 sono subito sconfessati dai rappresentanti del comune di Vicenza. Ma ciò non diminuisce l'interesse dei due episodi e della loro comparazione, che consente di evidenziare omogeneità e scarti.

Nei due casi, i protagonisti sono i medesimi: le comunità montane, i due comuni cittadini di Verona e di Vicenza, la repubblica di Venezia. Ma profondamente diverse erano state le vicende del popolamento, dell'insediamento e dell'organizzazione territoriale a partire dal XII secolo; così come ben diversa era stata la pressione politica e militare delle forze esterne (debole nel caso veronese, ben più forte ai confini del territorio vicentino da parte delle signorie territoriali della Valsugana e della Vallagarina direttamente o indirettamente appoggiate dagli Asburgo). È in questo quadro complesso che le comunità montane tentano di rispondere, coi falsi, all'esigenza di delimitare e confinare che alla fine del medioevo si evidenzia, insopprimibile, in forme diverse dal passato (par. 2), e che costituisce un elemento strutturale della loro identità (come prova per esempio il tema, approfondito dagli antropologi, della "corsa

per il confine”, diffuso in area alpina)¹; anche se ovviamente non è estranea alla consapevolezza dei comuni montani la logica opposta, quella dell’usurpazione e del controllo di fatto, espressa dal principio «carta tua montagna»². Per illustrare ciò, è indispensabile una premessa, che esamini, nei due casi, le caratteristiche dell’assetto insediativo e territoriale (par. 1).

1. *Le premesse*

1.1 *La montagna veronese: le origini dell’assetto insediativo e territoriale (secoli IX-XIV)*

Sin dall’alto medioevo, nei monti Lessini che chiudono verso nord il territorio veronese a oriente dell’Adige (alla testata di una serie di vallate collinari disposte in direzione nord-sud: Valpolicella, Valpantena, valle di Mezzane, valle di Illasi; cfr. fig. 1), la fascia altimetrica tra i 1300 e i 1700-1800 metri di quota risulta largamente caratterizzata da una copertura vegetale a prato naturale, per la quale si usa la specifica denominazione *lessinum*. È questo il nome comune (attestato sin dal sec. IX) che indica, in alternativa o in abbinamento ad *alpe* o a *campus* (o *campus lessinus*), una superficie pascoliva di cospicua estensione. Già in età carolingia numerosi atti privati, e nel X sec. qualche diploma, attestano la piena proprietà di questi alpeggi da parte di istituzioni e uomini della città (grandi monasteri come S. Maria in Organo e S. Zeno, ecclesiastici autorevoli). Se si fa eccezione per i politici di alcuni grandi monasteri lombardi, questi Lessini veronesi sono di gran lunga le *alpes* più largamente documentate di tutto l’alto medioevo alpino³. Altrove, nelle prealpi piemontesi e lombarde, sin dall’alto medioevo si possono documentare (o ragionevolmente ipotizzare) i diritti che le comunità insediate nelle vallate prealpine sottostanti esercitano sugli alpeggi. Nel caso di Verona è invece direttamente la città con le sue istituzioni che ha rapporti con l’area sommitale delle montagne del suo comitato. In Valpolicella, in Valpantena, in val d’Illasi l’insediamento stabile altomedievale (di *vici* e più tardi di *castra*, anche se questi riferimenti semplificano eccessivamente una situazione assai articolata) si spinge sino ai 600-700 metri di quota⁴. È pertanto situata nella fascia di mezza montagna tra i 700 e i 1200-300 metri slm, e non nella fascia sommitale, quella «*silva herimannorum*» sulla quale uomini liberi residenti nell’alta collina veronese esercitano (in forza di un famoso diploma imperiale del secolo X)⁵ diritti di sfruttamento, che non coinvolgono comunque mai la fascia degli alti pascoli. Il robustissimo sviluppo demografico ed economico di Verona nel secolo XII – frutto anche dell’inurbamento proveniente dalla collina sovrappopolata – determina una fortissima domanda di derrate alimentari e di energia (idraulica e combustibile). A essa si risponde prima di tutto diboscando, bonificando, agrarizzando la pianura; ma anche le ripercussioni sulla montagna prealpina sono cospicue. Nell’economia di alpeggio, anello essenziale della catena produttiva della produzione laniera, ai grandi

enti ecclesiastici cittadini si affiancano ora, e in parte si sostituiscono, le grandi famiglie dell'aristocrazia urbana (anche consolare). Ma anche alla fascia montana intermedia, fra i 700-800 e i 1300-1400 m di quota, alla fascia della faggeta e delle prime abetaie, si guarda con nuovo interesse. I contadini della collina vi praticano allevamento e agricoltura itinerante, e sfruttano il bosco; loro stessi, o gli imprenditori cittadini, intensificano la produzione della cenere e del carbone, essenziali per l'economia urbana⁶. Molto precocemente, già attorno al 1220, il comune si porrà il problema di tutelare le risorse naturali e di assicurarne la reintegrazione, come attesta la norma statutaria «ne Silva occasione cineris et carbonum destruat»⁷.

Non sorprende dunque che il comune di Verona rivendichi la sua alta sovranità su questi beni. Il comune cittadino – nel momento del consolidamento sostanziale e del riconoscimento formale della sua autorità, subito dopo la pace di Costanza del 1183 – si pose esplicitamente e consapevolmente come erede degli *iura regis* e affermò in modo esplicito la propria autorità sugli incolti boschivi della bassa montagna, dichiarati proprietà del comune cittadino e dei villaggi «eiusdem civitatis». Nei cruciali anni Novanta del secolo XII, nel momento delle più grandiose realizzazioni (la fondazione di Villafranca, la bonifica della «palus communis Verone» a Zevio, l'acquisto della Gardesana), un procuratore del comune ripercorse a cavallo, con gesto fortemente simbolico, i confini di quella che d'ora in poi verrà chiamata «Silva communis Verone» (1194 circa)⁸.

Nel corso del Duecento, la fascia sommitale della montagna veronese raggiunge un suo pieno assetamento territoriale – con l'apposizione di confini tra le varie *alpes* di proprietà dei vari monasteri o di privati cittadini –, e anche istituzionale: spetta al monastero cittadino di S. Zeno, e da esso sarà poi ceduta in feudo ai signori della Scala (agli inizi del Trecento), la «potestaria Lissinorum», che prevede l'amministrazione della giustizia per la regolata convivenza fra coloro che vi soggiornano per diversi mesi dell'anno, in base a un *corpus* statutario del quale è pervenuta la redazione trecentesca⁹.

Che questa montagna resti sostanzialmente priva di un insediamento stabile quasi sino al Trecento, non è dunque un paradosso, ma la conseguenza della stretta dipendenza economica dalla città. Per quanto resti ovviamente possibile l'esistenza di qualche isolato insediamento «pionieristico», la montagna veronese, fu teatro di una colonizzazione *teutonica* ascrivibile a una iniziativa precisa, datata e in qualche modo organica. Ciò accade nel 1287, quando il vescovo di Verona concedesse ad alcuni «ammansatores» di etnia tedesca, provenienti dal Vicentino, «desiderantes venire ad amasandum et habitandum utendum et fruendum et usufructum recipiendum», di procedere a una sistematica colonizzazione in un esteso territorio posto su una delle dorsali prealpine (dalla valle di Squaranto alla valle di Mezzane), al quale confinano «Vellus sive curia Velli» (attuale Velo Veronese) e le «contrate que dicuntur Saline et Porcara», e a nord «Lesinum et comune Veronae» (cioè con i pascoli, e con il territorio della «silva Frizolana» sopra menzionato). Nell'atto del 1287 già si prevede tra l'altro il possibile raddoppio (da 25 a 50)

del numero delle “unità poderali” (definite ancora «mansì», come d'altronde nelle colonizzazioni delle Alpi trentine, all'incirca corne), l'infeudazione ai due «ammansatores» della casa di residenza, la costruzione (o ricostruzione, se vi fosse un edificio riattabile) «ubi se amaxabunt» di una chiesa retta da «unus presbiterus theutonicus catholicus», provvisto di un *manso* di 25 campi veronesi e mantenuto dal «quarterium decimae totius que recuperabitur et habebitur a predictis personis habitantibus in dicta loca» (spettando gli altri tre quarti della decima al vescovo o a suoi infeudati). Si prospetta infine l'ottenimento di adeguate esenzioni fiscali dal comune di Verona¹⁰.

Non mancarono negli anni successivi altri afflussi di coloni organizzati, che si spinsero anche verso la pianura¹¹. Ma qui interessa il fatto che dall'area relativamente ristretta della loro primitiva colonizzazione i coloni tedeschi si dispersero poi nelle zone montane circostanti, in particolare nell'area soggetta al capitolo della cattedrale e al comune di Verona. Tutto il Trecento è dunque segnato, nei Lessini veronesi, dal progressivo assestamento dell'insediamento umano in una miriade di contrade disperse fra gli 800 e i 1300-1400 metri slm, nel territorio noto come «silva Frizzolana», su sino al margine inferiore degli alpeggi¹². Con l'appoggio dei signori scaligeri, che concessero loro numerose ulteriori esenzioni fiscali, boscaioli e carbonai *teutonici* si insediarono stabilmente, praticando un'agricoltura di sussistenza e un modesto allevamento, e costruendo con grande sapienza tecnica le loro case di pietra con tetti in paglia o in lastame calcareo. Fu allora che la montagna veronese prese quella fisionomia inconfondibile, così domestica e dolce, di montagna “abitata” e fortemente umanizzata, che anche nel degrado attuale (larga parte di questi insediamenti contraddali è stata abbandonata nei decenni centrali del secolo XX) è in qualche misura ancora in grado di esibire.

Nella documentazione trecentesca sinora nota – essenzialmente, privilegi di esenzione concessi dai signori scaligeri – compare di quando in quando il riferimento ad alcune comunità montane, con significative oscillazioni nella denominazione, che dimostrano indirettamente come la situazione fosse – sul terreno – tutt'altro che assestata, ma si procedesse invece ad accorpamenti a fini fiscali delle diverse contrade¹³. Il nuovo inquadramento amministrativo del territorio veronese voluto da Cansignorio della Scala nella seconda metà del Trecento, imperniato sui capitani del distretto (a uno dei quali – che risiedeva peraltro ai piedi delle montagne – furono affidate competenze giurisdizionali e di polizia sul «colonellus Montanearum», comprendente anche la fascia prealpina abitata dai *teutonici*)¹⁴ non modificò ovviamente l'impianto insediativo, e non introdusse novità durature nell'organizzazione del territorio. La conferma della concessione del 1287 elargita nel 1376 dal vescovo Pietro della Scala permette di constatare «che la popolazione era cresciuta, ma che riconosceva sempre la propria dipendenza dal vescovo e che continuava a vivere secondo le norme stabilite nella prima infeudazione»¹⁵. E anche se l'esigenza di un sacerdote di madrelingua, subito evidenziata sin dal 1287, venne soddisfatta, continuò a mancare, allora e dopo, un'organizzazione ecclesiastica autonoma: ancora nell'Ottocento le parrocchie della monta-

gna veronese, che si vennero via via a costituire, dipendevano dalle pievi delle vallate collinari¹⁶.

È in particolare la documentazione del periodo visconteo (1387-1404) che permette di fare il punto. A fine Trecento i “*teutonici*” insediati in numerose contrade dislocate alla testata della Valpantena, nella vasta area dell’antica «*silva Frizzolana*», avevano coscienza di costituire una sola comunità, e appaiono ancora privi di una organizzazione territoriale saldamente assestata in singoli comuni rurali, anche se di quando in quando, nella documentazione trecentesca erano comparse. In una supplica del 1391 a Giangaleazzo Visconti, infatti, essi si presentano come «*servuli vestri communitatis et hominum locorum de Albezio, Calcari, Alzaredo, Boschis Frizolane, Valbusia et Scolis Buscorum quondam domini Baylardini de Nogarollis vestris Veronensis districtus, qui homines in dictis locorum territoriis, qui sunt unum commune tantum, non recoligunt panem nec vinum, sed solum vivunt de labore et exercitio faciendi carbonem*»¹⁷. Di «*homines et comunitas*» si parla anche in un altro provvedimento del 1394, nel quale i montanari si autodefiniscono «*maserii locorum et terrarum infrascriptarum montanearum vestri Veronensis districtus*», e manifestano il loro sconcerto per la comparsa dei dazieri del sale; appaiono bensì distinti per aree geografiche («*maserii de Roveredo Veli*», «*maserii de Vale Pori*», «*masserii de Alfere*», ecc.), ma non per comuni rurali territorialmente definiti, quantunque tali denominazioni come s’è visto fossero pur state usate nei decenni precedenti. Come notò giustamente Carlo Cipolla, essi appaiono «*ancora in certo modo accampati sui monti che hanno occupato già da un secolo*», quand’anche la minaccia che essi adombrano di «*derelinquere habitacula eorum locorum*» possa essere un *topos* formulare¹⁸.

Sino a quest’epoca, erano dunque mancate nella montagna veronese tutte le spinte, che nelle campagne e nelle montagne europee dal XII secolo in poi incrementano la territorializzazione del villaggio: l’*habitat* accentrato, la dinamica signorile, l’inquadramento ecclesiastico-religioso¹⁹. Fu proprio durante l’età viscontea che questi comuni della montagna iniziarono ad assumere una loro individualità, accorpati forzosamente – secondo criteri che tengono conto ovviamente della contiguità geografica, ma che non conosciamo nei particolari – ai fini fiscali: nel 1396 infatti nell’estimo del territorio compaiono otto comunità, mentre nel 1403, la circoscrizione amministrativa del vicariato delle «*Montanee Theotonicorum*» appare costituita con dodici comunità rurali. Appare importante in particolare il primo elenco, quando vengono associati ai fini fiscali – per raggiungere una massa critica imponibile – i numerosissimi micro-insediamenti contraddali che punteggiavano la montagna veronese, come denunciano le denominazioni plurime di tre comuni su otto²⁰. Anche nel 1403 hanno nomi composti tre comunità, o per meglio dire aggregazioni fiscali, su dodici²¹.

Va ricordato infine che anche nei pascoli d’alta quota, se esisteva una precisa distinzione tra le confinazioni dei singoli alpeggi²², il confine con il territorio trentino era invece indeterminato e impreciso. Nel 1395 per esempio due montanari, Domenico e Bertoldo da Erbezzo, acquistano un alpeggio «*in loco*

Cornu» e un altro «in loco Cornexelli» ubicato «in pertinentia Alle *districtus Verone sive Tridenti* in hora Lexinorum»²³.

1.2 *La montagna vicentina: le origini dell'assetto insediativo e territoriale (secoli XI-XIII)*

Sostanzialmente diversa è la vicenda dell'insediamento umano nei secoli centrali del medioevo nella montagna vicentina, ricostruita con efficacia in una esemplare ricerca di alcuni anni or sono²⁴. La conformazione geografica (cfr. la fig. 2) è alquanto più complessa, e suggerisce di distinguere il comprensorio orientale, quello dell'altipiano di Asiago (prospiciente il canale del Brenta e la Valsugana), dalla porzione occidentale che si salda, alla testata delle valli dell'Astico e del Chiampo, coi Lessini veronesi a ovest e con l'altipiano di Lavarone e Folgaria a nord e nord-ovest.

A partire dal secolo XI, ma soprattutto nei due secoli successivi, si assiste infatti a una progressiva infiltrazione di uomini che si insediano sui margini e poi nel cuore dell'altipiano di Asiago e nei monti che lo circondano, attraverso un processo di accerchiamento e di penetrazione progressiva: lo spontaneo dinamismo delle società rurali è diretto e incanalato dalle robuste forze signorili e dalle istituzioni monastiche. Oltre al monastero vicentino dei SS. Felice e Fortunato, svolgono precocemente un ruolo in questo ambito i monasteri di S. Eufemia di Villanova (che possiede beni sul monte Grappa e a Foza, attestati nel 1085) e il priorato cluniacense di Campese (nel canale di Brenta). Già nel secolo XII, non si tratta soltanto di «montigare», ma anche di «acaxare predictos montes», predisponendo insediamenti stabili e talvolta vere e proprie iniziative di appoderamento e popolamento studiate a tavolino («reducere et conducere ad plus quam poterit habitatores»). In questa «molteplicità giuridicamente disordinata e territorialmente sfilacciata di rapporti di dipendenza»²⁵, a fianco degli enti ecclesiastici non meno rilevante appare, soprattutto a far data dalla fine del XII secolo e nel corso del XIII, il ruolo delle famiglie aristocratiche della collina vicentina, sempre alla ricerca di nuovi *fideles* armati, da inquadrare e da mobilitare per le guerre in città e in pianura. Tutt'intorno alla montagna e dentro di essa agiscono i da Breganze, i da Velo (che tra XII e XIII secolo giocano un ruolo autonomo, trattando con i signori lagarini e con le comunità rurali alla testata della valle), i da Marano, i da Vivaro (che a fine Duecento pongono custodi sui valichi), i da Peola, i da Calvene; nonché – da nord – i signori della Valsugana²⁶. A questa variegata realtà signorile si sostituì nel Duecento, per qualche tempo, la potenza egemonica dei da Romano, che soppiantarono – soprattutto con Ezzelino III, nei decenni centrali del Duecento – le *domus* sopra elencate, e in special modo i da Breganze, e attorno alla metà del secolo divennero «gli effettivi padroni dell'altipiano [di Asiago]».

Riguardo a questo processo, sono essenziali due considerazioni. La prima è che nella cruciale fase di prima «occupazione» della montagna, tra XII e XIII secolo, è molto debole il ruolo del comune di Vicenza. La seconda è la sdram-

matizzazione del problema etnico che ha annosamente afflitto la storia di questo territorio montano (a partire dal tardo medioevo, quando la tradizione culturale della città di Vicenza, e poi la storiografia di età moderna ricondusse in modo esclusivo all'elemento tedesco la colonizzazione della montagna, considerata *cimbria* al punto che nell'uso letterario e cronistico l'appellativo si riverberò persino sulla città). Di ceppo linguistico italiano oppure (più frequentemente) teutonico, i coloni che si insediano (progressivamente, con un processo plurisecolare) nei masi di Enego, Gallio, Rotzo sono comunque inseriti nei quadri politico-territoriali di una dipendenza signorile²⁷.

Nascono così i primi insediamenti di villaggio, come Gallio e Castelletto di Rotzo (ove si afferma la casata signorile dei «domini de Castelleto»); e più avanti Asiago, che a metà Duecento è soltanto il nome di un bosco («nemus Asillagi»), ma cinquanta o sessant'anni dopo è una «villa» organizzata. Nel 1264, fra i 223 villaggi di tutto il distretto vicentino, cinque o sei si trovano sulla montagna (Enego, Gallio, Foza, Rotzo, Roana, *Valrevina*, *Porcignum*): sono pochi, ma ci sono²⁸. In quegli stessi anni il comune di Vicenza – sino ad allora incapace di imporre una qualsivoglia egemonia su questa vasta porzione del suo distretto – acquisì i beni dei da Romano, a un tempo affermando la propria autorità politica e conseguendo una solida posizione patrimoniale, come mostra il *Regestum possessionum comunis Vicentie* del 1262 (e mantenne quote di proprietà anche quando cedette parte di questi beni ai creditori del da Romano). Nel 1288 furono determinati e attentamente segnati sul terreno, «super campum Marcesine», confini «inter comune Vincencie et episcopatum feoltrensem», dunque fra il comune di Vicenza (in quanto autorità politica: intendasi «il territorio soggetto al comune», il «districtus Vincencie») e il territorio della diocesi di Feltre (sul quale il vescovo esercitava i diritti pubblici)²⁹. Dato che la «spinta» proveniva ora da sud, dalla pianura veneta, si comprende anche che la parte settentrionale dell'altipiano, verso Lavarone e Luserna, costituisse invece, ancora, un'area contesa e meno stabilmente inquadrata. Ma almeno nella porzione orientale del territorio qui considerato, «più che come montagna immobile e dimenticata, alla fine del Duecento l'altipiano si presentava come uno spazio frontaliero in pieno sviluppo e orientato verso la ricerca di una sua stabile e omogenea struttura insediativa»³⁰. È un quadro radicalmente diverso rispetto a quello di due secoli prima.

Va ancora segnalato che nel territorio dell'altipiano di Asiago agisce un ulteriore, potente strumento di identità e di inquadramento. In dipendenza delle particolarissime vicende altomedievali dell'episcopato padovano, rafforzato nel X secolo dopo la profonda crisi traversata dalla città nell'età longobarda e carolingia, quell'area costituisce infatti un'isola separata dal resto del territorio diocesano. Proprio a partire dal Duecento compare un «archidiaconus in montanis» che esercita le funzioni pastorali³¹, ma non minore importanza hanno evidentemente le relazioni vassallatiche che la Chiesa padovana stringe con le famiglie eminenti del luogo³².

Né è da trascurare il fatto che la montagna vicentina (a differenza di quella veronese, chiusa nel suo cul di sacco aperto solo verso Verona – se non fosse

per i sentieri tra i Lessini e la Val d'Adige, a Rocca Pia e passo Pertica) svolge anche una funzione di collegamento con il territorio trentino, della quale il progressivo sviluppo delle relazioni commerciali di età comunale accresce via via l'importanza. Non a caso sono fondati, nei secoli XII e XIII, gli ospedali di S. Pietro, di Brancafora, di Lavarone, alle estreme propaggini nord-occidentali del gruppo montuoso, laddove confinano i tre vescovati di Padova, di Trento e di Feltre³³; ma a indicare la rilevanza, in prospettiva, di questo processo basterà la norma compresa nello statuto del comune di Vicenza del 1264, che prevede la costruzione fra il territorio trentino e quello vicentino di tre distinte strade «que possint carrezari» (attraverso la valle dell'Agno e il passo di Campogrosso [1464 m slm] verso la Vallarsa; attraverso la val Leogra e il Pian delle Fugazze [1162 m] ancora verso la Vallarsa; attraverso la valle di Posina e il passo della Borcola [1207 m] verso la valle di Terragnolo), una delle quali «ad equitandum et carrezandum congruencius et levius» da costruirsi a spese del comune, mentre le altre «fiant per consortes si volent»³⁴.

Dunque, l'intreccio fra dinamica insediativa, popolamento e organizzazione del territorio aveva portato a fine Duecento a un esito abbastanza lineare, con una organizzazione comunitaria ben formalizzata e con la determinazione sul terreno dei confini interdistrettuali. La crisi dell'aristocrazia signorile vicentina, evidentissima nel Trecento, lascerà poi spazio all'organizzazione della società rurale, e al consolidamento di quelli che saranno i «Sette Comuni», secondo forme di controllata e contrattata autonomia dal potere cittadino (il comune di Vicenza) e signorile (il governo scaligero e visconteo di Verona), in quella classica triangolazione tra potere centrale dello stato territoriale (o «regionale»), autorità cittadina e comunità rurali che caratterizzerà poi la lunga vicenda dello stato rinascimentale e «moderno» in Italia.

E quanto alle relazioni «esterne», nella seconda metà del Trecento già si infittiscono i conflitti tra lo stato scaligero (a partire dal 1342, ridotto ai due soli territori di Verona e di Vicenza) e le signorie della Valsugana, nel 1351, nel 1359 e nel 1365 («testes esponentes de confinibus et terminis positus inter civitatem Vincentie ex una et dominum Xiconem de Castronovo et villam de Enego ex parte altera»)³⁵. È poi significativo che anche nel territorio vicentino una fase molto incisiva di attenzione alla precisazione dei confini abbia coinciso con la dominazione di Giangaleazzo Visconti (1387-1404); si ricorderà che anche nella montagna veronese, e più generale nel distretto, la documentazione prodotta dagli ufficiali viscontei è relativamente ricca e significativa), mentre la lunga dominazione scaligera (1312-1387) non sembra aver modificato in modo sostanziale le relazioni precedentemente consolidatesi. Dell'importanza di questa congiuntura si resero ben conto i diversi attori (il comune di Vicenza, i signori rurali della Valsugana, i rappresentanti della repubblica veneta, quelli delle comunità montane dei Sette Comuni) quando nei primi decenni del Cinquecento, nei violenti contrasti insorti per la determinazione di una linea di frontiera tra il Vicentino e il territorio dell'impero, risalirono costantemente alla documentazione di questi anni³⁶. Nel 1389 il consiglio del comune di Vicenza espresse le sue preoccupazioni per l'assetto giurisdizionale cercando

di impedire agli uomini dei Sette Comuni «quod... non debeant facere stratum quam ceperunt facere pro conducendo lignamine ad Brentam de monte Marcesine», iniziativa che avrebbe consentito di trasportare il prodotto «quasi per planiciem et itinere brevissimo»; nel 1391 si tentò di comporre il contrasto tra Grigno e Vicenza (nel 1394 è attestata l'esistenza di un termine lapideo con lo stemma visconteo e con la croce del comune di Vicenza); ancora nel 1394 ebbe luogo un arbitrato del Visconti per il controllo del Tesino tra i due rami dei Castelnovo di Caldonazzo e dei Castelnovo di Ivano; nel 1395 si procedette a un'ulteriore composizione in arbitrato tra Vicenza e Sicconi di Castelnovo³⁷. Non mancarono infine, in quegli anni, neppure arbitrati volti a metter fine alle contese tra i comuni montani³⁸.

2. *Gli esiti quattrocenteschi e cinquecenteschi*

2.1 *I Lessini veronesi e l'invenzione dei confini comunitari*

Da quanto esposto nel par. 1.1, si deduce che fu dunque solo nel Quattrocento che le comunità della montagna veronese si orientarono a una definizione precisa dei confini territoriali, progressivamente erodendo il margine inferiore degli alpeggi di proprietà dei grandi monasteri e del patriziato cittadino: quegli alpeggi che sino ad allora erano stati «locus privatus privatorum». Carbonai e allevatori prima che contadini, i *teutonici* di quella che sarà detta la «Montagna del Carbon» manifestarono per la questione di una definizione puntuale, sul terreno, degli spazi di pertinenza delle diverse comunità che allora si venivano consolidando, un interesse che venne crescendo nel tempo. Questo interesse sfociò, nella seconda metà del secolo, nella scelta della deliberata falsificazione documentaria: una falsificazione che si volle collocare – non a caso – nella prima metà del Trecento, all'epoca di Cangrande I della Scala, in un'età abbastanza risalente, e in un contesto documentario abbastanza vago e incerto, nel quale non esisteva ancora una cancelleria signorile bene strutturata.

In via preliminare, anche per chiarire la cornice prevalentemente “veronese”, tutta interna al distretto cittadino e sostanzialmente priva di risvolti verso gli altri stati territoriali entro la quale si svolse la vicenda, va sottolineata la modesta portata dei contrasti di confine tra il territorio veronese e il territorio del principato vescovile di Trento, nel non breve tratto che partendo dalla valle dell'Adige giunge sino al confine con il territorio vicentino (cfr. fig. 1). Si registra una serie di interventi dei rettori di Verona tra il 18 agosto 1434 e il 10 febbraio 1435 a proposito di una *cassina* costruita dal comune di Ala al di qua dello spartiacque; un ulteriore provvedimento del 1445 nel quale si dà mandato al capitano veneto di Verona «di recarsi sul sito, e quivi, di accordo col podestà veneziano di Rovereto, stabilire i confini dei due territori», e nulla più³⁹.

Ben diverso discorso va fatto per quanto riguarda la questione “interna” sopra accennata, della quale già Cipolla aveva intuito i termini sostanziali: «venuti i tedeschi, e cresciuta una popolazione locale, in men di due secoli il

cozzo tra i vecchi possidenti e i nuovi apparve inevitabile»⁴⁰. L'incipiente processo di territorializzazione è denunciato, nella documentazione della prima metà del Quattrocento, dal fatto che s'inizia a usare, anche per indicare un pascolo, la locuzione «in pertinentia», «in curia et pertinentia» (cioè la locuzione standardizzata nella tecnica ubicatoria dei notai veronesi) anziché come nei secoli precedenti «in montaneis» o «in lissinis».

Ma è soprattutto nella seconda metà del Quattrocento che i termini del problema diventano chiari, anche sullo sfondo della crescente pressione demografica. Nel giugno 1460 venne presentata una denuncia alla Camera fiscale di Verona (che gestiva i beni patrimoniali e i diritti pubblici del governo veneziano), nella quale si segnala che «multa nemora sunt rasa et buscata super montanea Lissinorum, et ultra antiqua lissinia sunt facta alia plura lissinia que secundum statutum subiacent Camere Verone et debent solvere iurisdictionem Lissinorum, que lissinia de novo facta sunt». Si ipotizzava dunque un'usurpazione a danno del demanio, che sui pascoli sommitali percepiva invero soltanto i proventi della giurisdizione. Ma non è un caso che proprio nel maggio 1460, un mese prima di quella denuncia, la prima assemblea di vicinia nota per il comune di «Frizzolana» (saldamente organizzato per «colonelli», entità rappresentative corrispondenti ad aggregazioni di più contrade)⁴¹ provveda a «terminare seu terminari facere... illas omnes possessiones seu nemora que sunt de dicto suo comuni», confinanti col bosco che quel comune teneva a livello dal comune di Ala. I rappresentanti del comune montano provvidero negli anni successivi a cedere a livello, a singole famiglie, quote di tali beni, e inoltre minacciarono i livellari degli enti cittadini ingiungendo loro di riconoscere la proprietà eminente del comune montano, e non quella del monastero: «vogliamo che la togé da noi e che non la recognosci da altri», cioè vogliamo che (la terra) l'abbiate in livello da noi e non da altri. Portarono avanti insomma, con mezzi leciti e illeciti, tutta una serie di azioni: per esempio, nel 1487 si verificò alla presenza del vicario delle Montagne una lunga serie di allivellamenti di appezzamenti prativi e boschivi in diverse località (tra i 1200 e i 1400 m slm). Le controparti cittadine si accorsero, ovviamente, che esisteva una strategia ben precisa (non senza l'appoggio di qualche famiglia patrizia). Secondo una denuncia presentata nel 1487-1488 dagli avvocati del monastero di S. Maria in Organo, «dicta comunia, cum titullis dolose et fraudolenter invicem procuratis, abradendo et obscurando lixinia civium et ecclesiarum, investiverunt particulares personas ubi sub tempore dicant ipsa loca ita locata»; e contestualmente procedettero sul terreno a manomettere i confini «faciendo cruces in multis locis super lapidibus et obscurando et implicando confinia vera et antiquissima... suscipiendo, usurpando, occupando per predictas artes detestabiles». In questa occasione, i montanari «turpiter succubuerunt», come si annotò con soddisfazione. Ma nel 1490 il monastero fu costretto a presentare nuovamente una denuncia contro gli uomini di «Frizzolana», e in particolare contro le famiglie Scandola e Tinazzi, eminenti nel comune rurale, al giudice del Maleficio di Verona. Si trattava di usurpazioni e di violenze contro i «patroni montium et locorum» e i loro affittuari. «Res facillima fuit ipsis theutonicis committere et perpetrare

predictas fraudes, vaframenta, usurpationes et occupationes insciis dominis et patroni». Essi infatti «catervatim iverunt ad domum cuiusdam theutonici», e quantunque «iura aliqua dicti communis et hominum della Frizolana non confinarent in aliquo loco masiis et petiis terrarum dicti de Castiverio [cioè del colono bersaglio delle minacce] tamen ita voluerunt et minis et metu illatis et factis... adimerunt bonam partem masiorum predictorum et constrinxerunt ipsum ad accipiendum ad livellum ab eis partem sibi ut supra ademptam ex masiis suis in parte, et in parte dederunt et concesserunt ad livellum cuidam alii pro certa pensione facendo cruces in multis locis super lapidibus pro terminis et obscurando et implicando confinia vera et antiquissima dictorum masiorum». Il monastero ebbe un temporaneo successo in giudizio (ma il podestà aveva comunque sentenziato «reservatis iuribus comunis et hominum Frizolane»); tuttavia un anno dopo dovette pagare una tangente alle famiglie eminenti del comune (Scandola, Brutti, Tinazzi, Gremego, Girlanda) affinché non occupassero il «lessinum», e alla fine dovette cedere allivellando le terre contese al comune⁴². «Per neutralizzare fatti di tal natura» osserva il Cipolla, «poco valevano le proteste di proprietà».

Punto d'arrivo fu la fabbricazione di un falso diploma, alla quale non furono estranei forse gli ambienti vicini alla Camera fiscale veneziana: il documento fu esibito dal comune di «Frizzolana» nel 1494, quando ancora una volta rinacque il contrasto con il monastero veronese di S. Maria in Organo. Si tratta di un diploma che sarebbe stato erogato il 24 giugno 1328 da Cangrande I della Scala al massaro «del comune et hominum ac universitas ville de la Frizolana». In esso il signore scaligero dà incarico al «factor» Bailardino Nogarole, al dottore Iacopo «de Favaris», al cavaliere Iacopo Dal Verme e a Iacopo «de Orbano», tutti cittadini di Verona, di recarsi «ad dictum nemus et locum de la Frizolana ad illud terminandum et confinandum terminosque figendum»; il che essi fecero alla presenza di sette montanari. Per quanto il testo lasci supporre, nel complesso, una certa consuetudine dell'autore con la genuina documentazione scaligera, i dati estrinseci e intrinseci del diploma contengono errori grossolani. Cangrande I è infatti menzionato come signore di Treviso, conquistata invece nel luglio 1329; nel luglio 1328 Iacopo Dal Verme non è ancora cavaliere; Bailardino Nogarole non è fattore (né lo fu mai), né esiste un «cancellarius» a nome Antonio Morandini (Morandini è al contrario un nome diffuso nella montagna veronese e vicentina nel Quattrocento)⁴³. Assolutamente implausibile è poi la motivazione esibita nella *narratio*, ove si giustifica la concessione dello «ius incidendi ligna pro faciendo carbone ex nemore et sylva vocato sive vocata "el boscho dal carbon" et ius pasculandi, etc.», oltre che con la necessità di assicurare alla città l'adeguato rifornimento di carbone, con la «custodia, vigilantia et guardia senteriorum de le Valbone et Vallisfrede», vale a dire con una esigenza di sicurezza dei confini a nord che ha la sua ragion d'essere a fine Quattrocento, nel quadro dei contrasti tra Venezia e Massimiliano d'Asburgo, non certo nei primi decenni del Trecento.

Ma in questa sede interessa in particolare l'estrema, minutissima accuratezza della confinazione che basterebbe da sola a provare l'inattendibilità

del documento. Esso menziona come confinanti un gran numero di comuni rurali (inesistenti nel 1328); e soprattutto ricorda vie, strade, croci, fontane, toponimi numerosissimi, con una ricchezza di particolari che non può che uscire dalla consapevolezza dei contemporanei e dalla volontà degli esponenti più autorevoli del comune rurale di proiettare una compiuta immagine della “propria” istituzione⁴⁴.

Nel registro delle lettere ducali veneziane, il falso diploma – presentato da un rappresentante delle comunità rurali il 10 settembre 1494 – è registrato senza alcun commento, per mandato di uno solo dei rettori, probabilmente il capitano veneto, Paolo Barbo. L'identità del presentatore non è nota, ma con ogni probabilità si tratta del notaio cittadino Bartolomeo da Vico, al quale il documento, una volta trascritto fu restituito due giorni più tardi⁴⁵: la circostanza è importante, perché rinvia a possibili complicità all'interno del funzionariato⁴⁶. Un paio d'anni più tardi – il lasso di tempo intercorso può sottintendere che qualche difficoltà vi fu – i rettori veneziani incaricarono l'avvocato fiscale Ottone Merlini «*quatenus vadat ad legitimandum confines veteres nemoris et silvae vocatae il bosco del Carbon della Frizzolana*» (23 agosto 1496); e dal 13 al 16 settembre, il Merlini fu materialmente in montagna e provvide sul terreno a svolgere la delicata operazione⁴⁷. «Le croci che ad ogni passo s'incontravano su quei monti si riferivano senza dubbio alla partizione per masi; ma ben potevano prestarsi alla nuova interpretazione»⁴⁸.

Non si trattò di un caso isolato. L'anno successivo, nel 1495, fu la volta dei tre comuni rurali dei Lessini occidentali (Cona, Ceredo e Alfaedo) a esibire un analogo diploma, «calcato sul diploma apocrifo del 1328» per il comune di «Frizzolana» e datato al 1325, che fu questa volta avallato da entrambi i rettori, podestà compreso («*de mandato magnificorum dominorum rectorum*»)⁴⁹. Forse qualche anno dopo, ma certamente prima del 1502⁵⁰, anche i comuni di Sprea «*cum Progno*» e Calavena, nella valle d'Illasi (la più orientale delle valli prealpine veronesi, vicino al confine con il territorio vicentino), produssero un diploma falso combinando i dati (circostanze cronotopiche, testimoni) dei due documenti “capostipite” ora citati. Datato al 7 settembre 1326, questo documento puntava a ottenere diritti di sfruttamento su alcuni boschi (ai quali si riferisce la confinazione); di suo, il redattore aggiunse alcuni riferimenti alla custodia dei sentieri montani «*qui tendunt tempore guere, ne aliquis ex inimicis dominii nostri possit et valeat ex dictis viis... contra nos insurgere*». Alla fabbricazione di questo falso si accompagnò da parte dei comuni di Sprea «*cum Progno*» e Calavena l'interpolazione, abbastanza abile, di un privilegio autentico del 1385, concesso da Antonio della Scala. Va notato che la contro parte di questi comuni, il monastero benedettino dei SS. Nazaro e Celso, manifestò molta perplessità circa l'attendibilità di questa documentazione. Un monaco constatò che il falso di Cangrande era su supporto cartaceo e non pergameneo, e appuntò «*hoc privilegium donationis est in papiro, videatur... si habet auctoritatem*», e anzi che «*reperiuntur multe scripture habite de papiro a quodam teutonico*»; al contrario, lo stesso monaco parla di «*instrumentum auctenticum donationis*» per il documento di Antonio della Scala⁵¹.

Senza inseguire qui i retroscena dei vari episodi particolari, e limitandosi alla madre di tutte le falsificazioni, l'episodio concernente il comune di «Frizzolana» appare esemplare della convergente volontà di concretizzare su base documentaria – con quella che ai nostri occhi può apparire una incomprensibile disinvoltura – la reciproca legittimazione tra una comunità rurale e il potere della dominante, passando in qualche misura sopra la testa di quelle istituzioni cittadine che potevano vantare sui pascoli montani i migliori titoli di possesso⁵². Si può dire davvero che i rettori veneziani in questa circostanza «volunt decipi», avallando una documentazione la cui grossolanità gridava vendetta; e si tratta di un atto politico, perché come dimostrano esempi coevi non mancavano certo nella Verona della fine del Quattrocento le conoscenze paleografiche necessarie per mettere in dubbio l'attendibilità di questa documentazione⁵³. I comuni montani furono ovviamente ben consapevoli della decisiva importanza del recepimento veneziano dei falsi, al punto che in un altro falso fabbricato nei primi decenni del Cinquecento dal comune di Valdiporro (e bollato già dal Cipolla come «il più insulso di tutti», «un ammasso di assurdità»)⁵⁴ fu inserito anche il riferimento a un funzionario della Camera fiscale della fine del Quattrocento, che lo avrebbe certificato.

Diversi fattori concorsero a orientare le scelte dei rettori veronesi (che non si può sapere in qual misura abbiano coinvolto le magistrature della Dominante) nella direzione indicata. In primo luogo si deve menzionare il contesto politico-militare che veniva maturando. Per secoli il confine tra il territorio veronese e quello trentino, sui monti Lessini, era stato politicamente insignificante; ma già da qualche decennio, con l'intensificarsi della pressione asburgica, anche prima della guerra del 1487 e della grave sconfitta di Calliano gli esperti militari avevano iniziato a denunciare la facile permeabilità dei passi tra la Vallagarina e i Lessini veronesi, che avrebbero permesso di aggirare le Chiuse dell'Adige e di giungere a Verona dal nord⁵⁵. Per la prima volta, le comunità della montagna veronese ebbero pertanto da giocare anche la carta del riconoscimento di un privilegio a fronte della difesa dei «confini» dello stato; salvo ovviamente praticare tranquillamente il contrabbando (assai dannoso per la fiscalità della Terraferma veneziana, basata sull'organizzazione distrettuale delle singole città)⁵⁶. In secondo luogo, va considerato il fatto che negli anni Novanta del Quattrocento era in atto, tra le grandi famiglie patrizie veronesi, il monastero olivetano di S. Maria in Organo e la magistratura veneziana preposta ai beni statali in Terraferma (i «Provveditori sopra le Camere»), una lotta senza esclusione di colpi per il controllo degli estesissimi incolti paludosi della bassa pianura presso il fiume Tartaro. In questa complessa vicenda, il ruolo di S. Maria in Organo era stato tutt'altro che limpido, e al monastero venne confiscato un terzo delle vastissime estensioni paludose delle quali era entrato in possesso⁵⁷, ma gliene furono lasciati i due terzi. Non si può escludere che, nel caso specifico, si sia cercato di operare una compensazione.

Ma a prescindere dalle motivazioni, resta incontestabile la legittimazione incrociata tra detentori della sovranità sul territorio e comunità rurali. Una documentazione che «crea» un confine è in questo caso chiamata, con asso-

luto pragmatismo, a ratificare quanto è avvenuto e sta avvenendo sul campo, sul terreno. Fu soltanto ai primi del Seicento che a Venezia si cominciarono ad avere dei dubbi su questa documentazione veronese, e a partire dal 1615 furono «incisi» numerosi diplomi che, sulla scia di quelli sopra menzionati, erano stati prodotti in date diverse non soltanto da comunità della montagna, ma anche della pianura⁵⁸. Sul falso “capostipite”, quello per il comune di «Frizzolana», furono invero avanzati rilievi critici già nel 1597, ma ancora nel 1627 i Provveditori sopra i beni comunali, la magistratura veneziana creata nel Cinquecento per sovrintendere a quella complessa materia⁵⁹, ne confermarono l’attendibilità. Solo nel 1672 un ignoto, colto avvocato, probabilmente veronese, dimostrò la falsità del privilegio sulla base di acute considerazioni diplomatistiche (a proposito dell’*intitulatio*) e storiche, riaprendo il contenzioso tra i cittadini (privati ed enti) e il comune montano; un contenzioso, che fu poi chiuso mediante una transazione finanziaria⁶⁰.

2.2 Tra Vicenza e il territorio asburgico: la frontiera precoce

Nel caso della montagna vicentina e in particolare dell’altipiano di Asiago, come si è accennato sopra, già a fine Duecento il problema prevalente è quello della determinazione dei confini tra entità sovrane, esercitanti il «*merum et mixtum imperium*»: il comune vicentino e l’episcopato feltrino, da un lato; il comune vicentino e le giurisdizioni signorili della Vallagarina (soggette al principe vescovo di Trento e appartenenti alla diocesi di Trento) e della Valsugana (soggette al principe vescovo di Trento ma appartenenti alla diocesi di Feltre) dall’altro. Si determina un contesto, nel quale i margini di manovra delle comunità rurali – nonostante si tratti di comunità rurali provviste di una loro propria fisionomia istituzionale, come quelle dell’altipiano di Asiago – sono praticamente nulli. Tali comunità troveranno agibilità politica, per intervenire sui propri confini, soltanto a fine Quattrocento, e poi nel Cinquecento all’interno del territorio vicentino, quando non a caso approderanno anch’esse alla falsificazione dei diplomi scaligeri.

Tutto il Quattrocento è infatti segnato dai ricorrenti contrasti tra le istituzioni gravitanti sullo spazio politico tirolese e la repubblica di Venezia (o il comune di Vicenza)⁶¹. Nel settore della Vallagarina, sin dal 1422 il comune di Vicenza aveva fatto svolgere un sopralluogo «ad inveniendos terminos lapideos», riscontrando incuria e spostamenti⁶²; nel 1430 il capitano di Padova Andrea Mocenigo è delegato dal consiglio veneziano dei Pregadi a fissare i confini montani tra il territorio della giurisdizione signorile di Marcabruno Castelbarco di Beseno e il comune di Vicenza nella zona di Folgaria: un contrasto che si acuì negli anni Quaranta, quando Venezia dopo la confisca dei beni del ribelle Marcabruno del fu Iacopo di Marcabruno Castelbarco da Beseno ottenne la devoluzione dei suoi beni feudali ed entrò in possesso della località di Lastebasse (attribuita dai Governatori alle entrate, la magistratura veneziana che gestiva beni e diritti dei ribelli, al comune di Vicenza nel 1461)⁶³,

e che durò per secoli, sino agli inizi del XXI (se ne occupò fra tanti altri Paolo Sarpi)⁶⁴. Nell'area dell'altipiano di Asiago, il governo veneziano restò incerto se appoggiarsi al comune di Vicenza o confermare la relazione diretta e privilegiata con le istituzioni comunitarie, o per meglio dire si barcamenò: nel 1459 concesse al comune di Vicenza di nominare un vicario (eletto dal consiglio, pagato dai comuni rurali), ma l'anno successivo revocò il provvedimento a seguito di una supplica dei Sette Comuni⁶⁵. Anche nel terzo ambito territoriale che può essere approssimativamente individuato, quello tra il comune di Vicenza e i giurisdicenti della Valsugana nella zona del Tesino, si assumono in quegli anni iniziative di un certo spessore, come l'incontro realizzatosi a Grigno tra Zaccaria Barbaro e una rappresentanza tirolese cospicua per qualità e numero. In questo quadro di contrasti strutturati, fortemente istituzionalizzati, assumono un ruolo centrale i giuristi, per ambedue le parti; così accade nel 1460, quando a contrastare due giuristi vicentini Sigismondo d'Asburgo invia a Venezia Jacopo Trapp, signore di Beseno, accompagnato a sua volta da due giuristi.

In questi ripetuti convegni diplomatici, la riflessione sul confine assume, persino, un certo spessore "teorico". Calepino Calepini, il giurista trentino inviato a Venezia dal principe vescovo di Trento Giovanni Hinderbach (1475), riferisce per esempio che i giuristi vicentini elaborarono il concetto di "confine naturale", riallacciandosi alla tradizione letteraria che faceva della catena alpina la difesa dell'Italia («Vincentini dixerunt enim a natura ei fore concessum dictos montes Marcesine, Frizoni et alios circumstantes montes fore muros territorii vicentini eorumque confines esse usque ad medium fluminis Brente, et sic montes ipsos in territorio vicentino fore situatos et eis spectare debere»)⁶⁶. Anche questo materiale concettuale fu riciclato, nel decennio successivo, nello scontro ideologico e propagandistico che accompagnò la guerra tra Massimiliano I d'Asburgo e la repubblica di Venezia, conclusasi con la battaglia di Calliano nel 1487: uno scontro imperniato, nell'ottica imperiale, sull'«odio innato tra le forze sane della *gens Austrie* e la corrotta insaziabile genia dei Veneti»⁶⁷.

Dunque, nel corso del Quattrocento l'asprezza e la ripetitività dei contrasti tra mondo asburgico e Venezia, se non riuscì a far nascere un nuovo atteggiamento culturale rispetto al problema dei confini, sollecitò tuttavia una più forte attenzione del ceto patrizio della città lagunare per questi problemi e una maturazione del concetto stesso di sovranità, togliendo obbiettivamente spazio alle comunità rurali e alle loro strategie. Pertanto i Sette Comuni dell'altipiano di Asiago restarono a lungo fermi nella difesa dei propri non trascurabili privilegi, sanciti nel 1405 dalla dedizione a Venezia, alimentando l'immagine di una fedeltà adamantina alla Dominante, ma senza espressamente sottolineare l'attitudine alla difesa dei confini⁶⁸. Nel 1460, per esempio, fu sufficiente esibire il privilegio del 1404 per ottenere la revoca dell'invio del vicario inviato dal comune di Vicenza. E altri privilegi, come il diritto di «pensionatico» (il pascolo invernale in pianura), furono goduti tacitamente dai locali in età veneziana, anche se nella generica conferma, ottenuta nel 1404, delle franchigie

concesse dai precedenti signori ai Sette Comuni non si parla⁶⁹. Non stupisce dunque che negli anni estremi del Quattrocento non siano stati, nel territorio vicentino, i comuni posti in prima linea sul delicatissimo “confine di stato”, come quelli dei Sette Comuni, ad imitare l'esempio dei comuni della montagna veronese.

Due episodi di fine Quattrocento, comunque, testimoniano della rilevanza, agli occhi della repubblica veneta, di questo confine. Il primo si inserisce nelle complesse trattative diplomatiche in corso tra Venezia e Massimiliano d'Asburgo nell'agosto 1496, agli inizi delle guerre d'Italia: l'ambasciatore veneto a corte enfatizzò presso l'imperatore (che allora si trovava in Valsugana) gli endemici contrasti tra gli abitanti di Grigno, nella giurisdizione di Castello Ivano, e gli abitanti dei Sette Comuni per dissuaderlo dallo scendere in Italia per quella via⁷⁰. La seconda e più significativa vicenda riguarda alcuni comuni ubicati nella fascia di alta collina sottostante (Recoaro, Rovegliana e Fongara), che imitarono l'esempio veronese tentando il colpo gobbo della falsificazione. Allo scopo di ottenere la conferma di alcuni boschi «pro faciendo carbonem et pascuando et uti» e accampando nella *narratio* le consuete motivazioni («ipsi pauperes fideles nostri non colligunt panem neque vinum... habitant in locis silvestribus et supra confinia Alemaniae, et solum vivunt de exercitio carbonum et tenuissime»), le sopra citate comunità esibirono infatti (forse nell'anno 1500) un documento di una certa complessità ed eleganza. Bailardino Nogarole, il potente *miles* che fu podestà di Vicenza scaligera per molti anni e strettissimo collaboratore di Cangrande I, avrebbe redatto il 1° ottobre 1327 un documento, nel quale certificava la «donatio et terminatio seu divisio» da lui effettuata nei giorni 5-13 luglio 1327, con inserto un privilegio di Cangrande. La contropartita offerta dai tre comuni vicentini allo Scaligero avrebbe riguardato ovviamente la porzione occidentale del confine tra il Vicentino e il Trentino; essi si impegnarono infatti a custodire il sentiero di Campogrosso (al Pian delle Fugazze), «pro quo itur Tridentum». Fu forse per questo, per il fatto che concerneva un confine delicatissimo, che il documento fu recepito nei *Commemoriali* della repubblica veneta (una sorta di *libri iurium* nei quali venivano registrati i documenti più solenni e importanti) nel 1502⁷¹. Né fu questo il solo esempio, giacché parallelo al falso diploma per Recoaro è anche il diploma per un'altra *villa* della montagna vicentina (Durlo, nell'alta valle del torrente Chiampo)⁷².

Non è questa la sede per seguire l'evoluzione cinquecentesca delle controversie di confine tra Venezia e gli Asburgo. Tali controversie ebbero un momento tipico nella guerra del 1509 tra la lega di Cambrai e la repubblica veneta, una guerra che «manomise tutti i confini verso Trento» e fece saltare i precari equilibri che si erano venuti in qualche modo a creare, «lasciando uno strascico di pendenze che interessavano, con diffusi episodi di micro-conflittualità locale», l'intero confine⁷³. Diede una temporanea soluzione alla questione il congresso diplomatico fra Venezia e l'impero, verificatosi a Trento dopo lunghi anni di contrasti nel 1535; ma la questione era destinata a rinnovarsi ancora nel Seicento e Settecento⁷⁴. Qui interessa menzionare un

episodio secondario di questa interminabile vicenda: il tentativo compiuto dai Sette Comuni dell'altipiano di Asiago di svolgere un ruolo "attivo", fabbricando a loro volta un falso documento scaligero, collocato ancora una volta nell'età di Cangrande I (1327). A motivo del furto degli «instrumenta feudalia» originali (l'espedito è classico quanto banale), il signore scaligero avrebbe confermato ai decani e agli uomini dei comuni dell'altipiano le concessioni fatte dai predecessori circa il possesso di «omnes infrascriptas silvas, possessiones, nemores, vigros ac bona infrascripta» secondo una «terminatio» del 29 marzo 1327, fatto salvo il «titulus iurisdictionis civitatis nostre Vincentie»; a ciò si accompagnava il diritto di commerciare e di portare armi, e molte altre clausole. Il falso fu fabbricato nel corso di una lite, iniziata nel 1586 con il comune di Vicenza che aveva locato a un patrizio padovano il monte Marcesina, conteso da secoli. Da tempo l'*élite* rurale che governava i Sette Comuni era alla ricerca ossessiva di un atto che precisasse il «circuitus» del territorio, né aveva trascurato di indagare a Pavia (l'antica capitale viscontea) oltre che a Verona. «O sia laudato Dio, habbiamo cercato tanto questa scrittura et non l'habbiamo potuta ritrovare, hora l'habbiamo ritrovata, sono 500 anni che la cerchiamo»: così si esulta ad Asiago, nel consiglio dei Sette Comuni, quando il notaio Giovanni Tonezza esibisce il documento, "ritrovato" presso un notaio veronese, Giorgio Righetti. Appariva inconcepibile, alla fine del Cinquecento, l'assenza di un preciso inquadramento territoriale: «dicevano non poter essere che non vi fosse... qualche cosa che facesse menzione de confini»; del resto, nel 1580 erano stati stanziati 100 ducati di premio per chi avesse ritrovato un documento del genere. L'aspettativa era dunque forte, e l'obiettivo duplice. Come testimoniò uno dei falsari, il Righetti, le *élites* dei Sette Comuni desideravano anche precisare i confini interni: «mi dicevano da per loro che facevano lite delli confini tra di loro et che la volevano [la carta] per accomodare le confine et non darsi a mangiar li occhi tra loro». Del resto, nelle deposizioni rese al processo, vengono occasionalmente citati altri documenti, relativi a Gallio, Rotzo, Roana, Lusiana, che confermano tali contrasti e l'esigenza del loro superamento. La fabbricazione del falso del 1327 e quella di altri documenti del 1323, 1328 e 1329 rispondeva dunque a un unico ambizioso disegno di stabilizzazione dei rapporti politici e patrimoniali. Il Righetti, dilettante di «scritture antique» e forse in possesso di documenti scaligeri autentici, ma anche autore di copie autentiche dei falsi di fine Quattrocento, fornì le competenze diplomatiche per la falsificazione, fatta non senza qualche raffinatezza; il Tonezza la eseguì materialmente. Del resto, più volte si erano recati a Verona, a conferire col Righetti, i rappresentanti dei Sette Comuni: gli stessi che poi cercarono rapidamente di far fruttare il falso sul piano politico, facendolo riconoscere dal podestà di Verona e soprattutto brigando a Venezia nell'autunno del 1587 con i «Provveditori sopra feudi» per la «expeditione del feudo». Ma il falso fu velocemente sbugiardato dagli esperti del comune di Vicenza, con gran copia di argomentazioni paleografiche, diplomatiche e storiche; e nel maggio 1589 i due notai furono, come da statuto, condannati al taglio della mano e banditi⁷⁵. Fallì dunque il tentativo di dar risposta a quella

esigenza di delimitare e confinare che si era venuta rafforzando nelle comunità rurali durante il Cinquecento, cui si accennava in apertura a queste note. Ancora una volta non mancarono in sede locale imitatori⁷⁶; e, d'altra parte, sarebbe agevole arricchire il *dossier* delle falsificazioni operate dai comuni rurali della Terraferma durante l'età moderna⁷⁷.

Ma tutto ciò si verifica all'interno del distretto cittadino, avendo la città come controparte; ed è una considerazione che può essere generalizzata e assunta come conclusione. Nei secoli dell'età moderna infatti, nella coscienza dei sudditi – cittadini e rurali –, una “territorialità” veneziana non si sviluppò mai. Anche sul lunghissimo periodo, la città lagunare riuscì solo a «smorzare... questa “cifra” provinciale del vivere sociale, e impose una concezione più macroscopica dei confini di stato», ma certamente non riuscì a «dissolvere la consapevolezza» delle frontiere risalenti all'età comunale⁷⁸. E non ebbero nessun rilievo, sotto questo profilo, le colossali operazioni confinarie interstatali di metà Settecento, con l'apposizione di cippi e sculture che ancor oggi punteggiano gli spartiacque e i fondovalle montani, dai Lessini veronesi alle più riposte vallate tra l'Ampezzano e la val Pusteria⁷⁹.

Figure

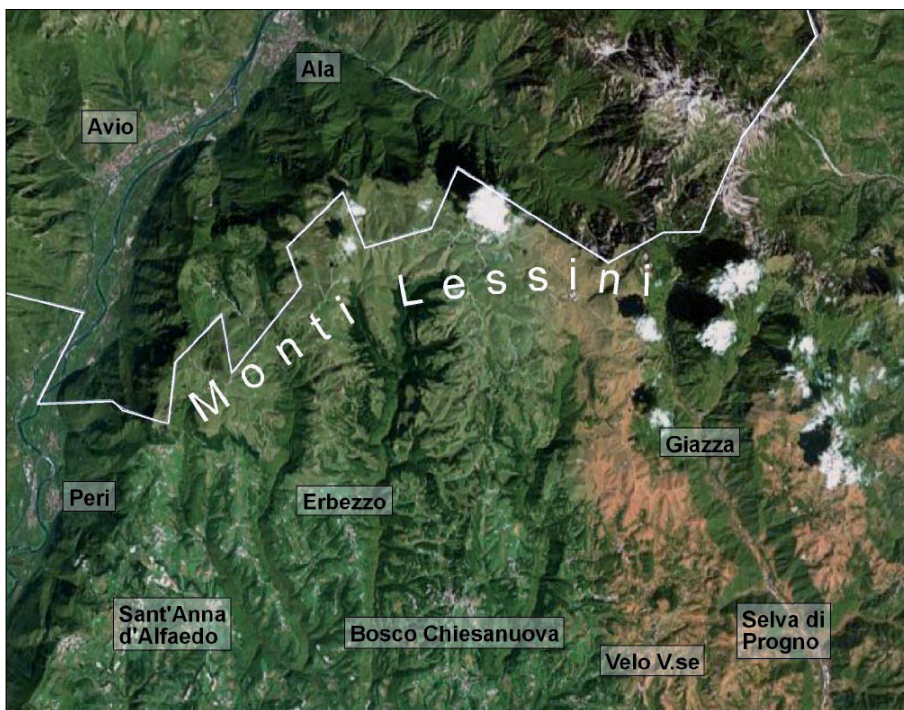


Fig. 1. L'area dei monti Lessini, al confine tra Verona e Trento (individuata dai solchi vallivi della valle dell'Adige a ovest [loc. Peri, Ala, Avio] e della valle d'Illasi [loc. Selva di Progno e Giazza] a est). Le comunità *teutonice* insediate a partire da fine Duecento nella fascia di mezza montagna (nella fascia individuata dalle località di Boscohiesanuova e Velo Veronese), dagli 800 ai 1200 metri s.l.m., erosero nel corso del Quattrocento anche grazie alle falsificazioni documentarie la fascia boschiva soprastante e i pascoli di sommità, di proprietà cittadina.

[Fonte: *Google Earth*, elaborazione grafica Gianmarco Lazzarin, Università di Verona].



Fig. 2. A sinistra, in corrispondenza delle località di Folgaria e Lavarone, l'area di contatto e di frizione tra la giurisdizione signorile di Beseno (in Vallagarina, a nord di Rovereto) appartenuta ai Castelbarco e ai Trapp, e il territorio vicentino, alla testata delle valli dell'Astico e del Leogra. Al centro e a destra, sino al profondo solco vallivo della Valsugana, l'area di confine tra i Sette Comuni vicentini (altipiano di Asiago) e i territori della Valsugana asburgica (Castello Ivano, comunità di Grigno).

[Fonte: *Google Earth*, elaborazione grafica Gianmarco Lazzarin, Università di Verona].

Note

* Abbreviazioni usate:

ACVV = Archivio della Curia Vescovile, Vicenza

ASMi = Archivio di Stato di Milano

ASTn = Archivio di Stato di Trento

ASVr = Archivio di Stato di Verona

BBV = Biblioteca Bertoliana di Vicenza

Questo contributo parzialmente riprende e sviluppa, in una prospettiva diversa, quanto esposto in G. M. Varanini, *Diplomi scaligeri autentici e falsificazioni quattro-cinquecentesche per le comunità montane venete*, in *Storia dell'Altipiano dei Sette Comuni*, a cura di A. Stella, I (*Territorio e istituzioni*), Vicenza 1994, pp. 313-345.

¹ Cfr. G. P. Gri, *La percezione dei confini in una comunità di montagna. La comunità "larga"*, in «*Mes Alpes à moi*». *Civiltà storiche e Comunità culturali delle Alpi*, a cura di E. Cason Angelini, Belluno 1998, p. 347, con rinvio a M. Maticetov, *Contributi allo studio del tema narrativo 'corsa per il confine'*, in «*Ce fastu?*», 97 (1971), pp. 53-79, e R. Oniga, *Il confine conteso*, Bari 1990. Il saggio di Gri è ricordato anche dall'eccellente, documentatissimo studio di J. Pizzeghello, *Montagne contese. Il congresso di Trento (1533-1535) e il confine veneto-trentino-tirolese sulle Prealpi vicentine*, in «*Studi veneziani*», n. s., 50 (2005), p. 105 nota 182, la cui prospettiva di ricerca, attenta soprattutto al primo Cinquecento, si integra bene con quella del presente contributo.

² Così si esprimono gli abitanti di Grigno (Valsugana) nei loro contrasti con i vicentini; citazione in I. Cacciavillani, *L'autonomia dei Sette Comuni nel dominio della Serenissima*, in *Storia dell'Altipiano* cit., p. 452 nota 15.

³ G. M. Varanini, *Una montagna per la città. L'alpeggio nei Lessini veronesi nel Medioevo*, in *Gli alti pascoli dei Lessini. Natura storia cultura*, a cura di P. Berni, U. Sauro, G. M. Varanini, Verona 1991, pp. 18-21.

⁴ Cfr. rispettivamente A. Castagnetti, *La Valpolicella dall'alto medioevo all'età comunale*, Verona 1984, p. 21 sgg.; e G. M. Varanini, *Linee di storia medievale (sec. IX-XIII)*, in *Grezzana e la Valpantena*, a cura di E. Turri, con la collaborazione di B. Avesani, F. Zanini, Verona 1991, pp. 108-110; Varanini, *Una montagna per la città* cit., pp. 15-22.

⁵ A. Castagnetti, *La «Campane» e i beni comuni della città*, in *L'ambiente vegetale nell'alto medioevo*, Spoleto 1990 (Settimane di studio del Centro di studi sull'alto medioevo, 37), pp. 159-160.

⁶ G. M. Varanini, *Montagna e collina nell'agricoltura veronese del Duecento: tra Lessinia e Valpantena*, in «*La Lessinia. Ieri, oggi, domani*», 1984, pp. 111-112. Su queste pratiche agrarie, la sottolineatura delle quali attutisce la rigidità dei concetti di «agrarizzazione» o «espansione delle colture» e mostra la complessità e la reversibilità dell'utilizzazione delle risorse ambientali, si è appuntata ripetutamente l'attenzione della ricerca recente sull'età moderna e contemporanea, con positivi riflessi anche sulla storia agraria medievale. Resta un punto di riferimento al riguardo la monografia di D. Moreno, *Dal documento al terreno. Storia e archeologia dei sistemi agro-silvo pastorali*, Bologna 1990.

⁷ G. M. Varanini, *Le relazioni istituzionali ed economiche fra città e montagna sul versante meridionale delle Alpi orientali nel tardo medioevo: alcuni esempi*, in *Ville et montagnes - Stadt und Gebirge*, a cura di Th. Busset, L. Lorenzetti, J. Mathieu (= «*Histoire des Alpes - Storia delle Alpi*», 5, 2000), pp. 125-138.

⁸ Castagnetti, *La «Campane» e i beni comuni della città* cit., p. 160.

⁹ Per l'edizione della fonte cfr. C. Cipolla, *Le popolazioni dei XIII Comuni veronesi. Ricerche storiche sull'appoggio di nuovi documenti*, Venezia 1882 (rist. anast. Giazza [Verona] 1978), pp. 88-99; il testo è pervenuto in una copia tratta dal codice esistente nella Camera fiscale di Verona nel 1473 (circostanza e datazione non irrilevanti per quanto si accenna più sotto a proposito delle falsificazioni). Cenni anche in Varanini, *Una montagna per la città* cit.

¹⁰ Si cfr. l'edizione di questo celebre documento in Cipolla, *Le popolazioni dei XIII comuni* cit., pp. 54-60. Tra i testimoni figura «dominus Guilelmus de Lizana», cioè Guglielmo Castelbarco il

grande, che proprio in quegli anni determinava, con l'alleato Alberto della Scala, i confini tra la Vallagarina e il distretto veronese.

¹¹ *Ibidem*, pp. 61-63 (territorio di Montecchia di Crosara, nell'alta collina).

¹² G. M. Varanini, *Note sull'insediamento nella montagna veronese nel Trecento*, in *Settecento anni di storia cimbra veronese*, a cura di G. Volpato (= «Terra cimbra», n. s., 66-67, 1987, fasc. 2), Verona 1988, pp. 31-57.

¹³ Nel 1326 si menzionano i seguenti comuni: «Silva Progni Calavene», «Acerinum cum Sementa et Campo Silvano», «Velum», «Albetium, Calchari, Boschi Frizolane, Vallis Porri, Scole Boscorum Baylardini <ms. Barolardini>», «Roveredum Velli», «Sprea Progni, Calavena, Gamelle, Scandolaria, Castisonum», alcuni dei quali («Silva Progni Calavene», «Velum», «Roveredum») tornano in un privilegio del 1349; ma alcuni di quelli che ricompaiono nel 1355 hanno un assetto diverso, come «Roveredum Velli et Valdeporo sive Val Porcharie», «Azerinum cum Camposivano», «Silva Progni cum Stellis [?] et Teralis [?]». Nel 1380, inoltre, nello statuto in volgare dei capitani del distretto, i comuni di «Açerino» e «Camposilvano cum Somentis» figurano separati, così come Roveré, Velo e Valdiporro. Per tutto ciò cfr. Cipolla, *Le popolazioni dei XIII comuni cit.*, pp. 76, 79, 84, 87.

¹⁴ L. Simeoni, *L'amministrazione del distretto veronese sotto gli Scaligeri. Note e documenti*, in Idem, *Studi su Verona nel medioevo*, III, Verona 1962 (= «Studi storici veronesi Luigi Simeoni», 11, 1961), pp. 201 sgg. La ricerca risale al 1904.

¹⁵ Cipolla, *Le popolazioni dei XIII comuni cit.*, pp. 54-60.

¹⁶ Si aggiunga, in materia di organizzazione ecclesiastica, che manca nella montagna veronese qualsiasi traccia della pratica delle rogazioni, a differenza (significativamente) di quanto accade presso le omologhe comunità vicentine dei Sette Comuni, ove quelle processioni così simbolicamente «territorializzanti» hanno anzi un rilievo notevole: F. Zanocco, *Le visite pastorali di san Gregorio Barbarigo, in Storia dell'Altipiano dei Sette Comuni*, a cura di A. Stella, II (*Economia e cultura*), Vicenza 1996, pp. 138-139 (sulla «Grande Rogazione»). Analoga, grandissima importanza hanno le processioni rogazionali in una comunità dall'antica e forte coscienza identitaria come il Cadore; cfr. G. Zanderigo Rosolo, *Rogazioni e pellegrinaggi del Cadore*, in *L'incerto confine. Simboli, luoghi, itinerari di religiosità nella montagna friulana*, s.l. (ma Tolmezzo [Udine]) 2001, pp. 165-198.

¹⁷ Cipolla, *Le popolazioni dei XIII comuni cit.*, p. 107, con alcune correzioni (corsivo mio).

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Per questi schemi interpretativi cfr. C. Wickham, *Frontiere di villaggio in Toscana nel XII secolo*, in *Castrum 4. Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Âge*, Actes du colloque d'Erice - Trapani (Italie), 18-25 septembre 1988, a cura di J. M. Poisson, Rome-Madrid 1992 (Collection de la Casa de Velázquez, 38 - Collection de l'École française de Rome, 105), pp. 239 sgg.

²⁰ «Sprea cum Prognò», «Scole cum Valbuxe», «Albezum, Calcari, Azeredum»: cfr. C. Ferrari, *L'estimo generale del territorio veronese dalla fine del secolo XIV al principio del XVI*, in «Atti e memorie dell'Accademia di agricoltura, scienze e lettere di Verona», s. IV, 7 (1907), p. 62.

²¹ G.M. Varanini, *Il distretto veronese nel Quattrocento. Vicariati del comune di Verona e vicariati privati*, Verona 1980, p. 183 (ove si confronta l'assetto del 1403 con quello del 1466, ulteriormente semplificato).

²² Per le spinte in questa direzione, sin dal primo Duecento, cfr. Varanini, *Una montagna per la città cit.*, pp. 28-29. Per un esempio un po' più tardo, ma che prova come il processo fosse tuttora in atto, cfr. G. M. Varanini, *Questioni di confine nei pascoli della Lessinia alla metà del Trecento*, in «La Lessinia. Ieri oggi domani», 1996, pp. 113-120.

²³ ASVr, *Rivanelli*, perg. non num., 2 febbraio 1395 (corsivo mio).

²⁴ S. Bortolami, *L'Altipiano nei secoli XI-XIII: ambiente, popolamento, poteri*, in *Storia dell'Altipiano I*, cit., pp. 259-311 (dal quale dipende in toto la ricostruzione seguente). Dello stesso autore va anche ricordato un importante saggio d'insieme: S. Bortolami, *Frontiere politiche e frontiere religiose nell'Italia comunale: il caso delle Venezie*, in *Castrum 4. Frontière et peuplement cit.*, pp. 211-238.

²⁵ Bortolami, *L'Altipiano nei secoli XI-XIII cit.*, p. 275.

²⁶ Per i «vassalli de Rocio» [Rotzo, sull'altipiano di Asiago] cfr. Bortolami, *L'Altipiano nei secoli XI-XIII cit.*, p. 278.

²⁷ Per una attenta ed equilibrata rilettura, anche in chiave storiografica, cfr. J. Riedmann, *Mito e realtà «cimbre»*, in *Storia dell'Altipiano I*, cit., pp. 243-257.

²⁸ Bortolami, *L'Altipiano nei secoli XI-XIII* cit., pp. 260-261 e nota 7.

²⁹ *Ibidem*, pp. 284-285; edizione del documento a pp. 308-310.

³⁰ *Ibidem*, p. 285.

³¹ Cfr. A. Rigon, *La Chiesa nell'età comunale e carrarese*, in *Storia religiosa del Veneto. Diocesi di Padova*, a cura di P. Gios, Venezia-Padova 1996, p. 122. Per il Quattrocento, cfr. P. Gios, *Vescovi e vicari padovani sull'Altipiano. Visite pastorali e vita religiosa (1448-1503)*, in *Storia dell'Altipiano I*, cit., pp. 347-369.

³² Bortolami, *L'Altipiano nei secoli XI-XIII* cit., pp. 276-277.

³³ Cfr. per un cenno, qui sufficiente, E. Curzel, *Le pievi trentine. Trasformazioni e continuità nell'organizzazione territoriale della cura d'anime dalle origini al XIII secolo (studio introduttivo e schede)*, Bologna 1999, pp. 270-272.

³⁴ Il provvedimento è ben noto; per una contestualizzazione cfr. G. M. Varanini, *Itinerari commerciali secondari nel Trentino bassomedioevale*, in *Die Erschliessung des Alpenraums für den Verkehr im Mittelalter und in der frühen Neuzeit - L'apertura dell'area alpina al traffico nel medioevo e nella prima età moderna*, Historikertagung in Irsee - Convegno storico a Irsee 13.-15. IX. 1993, a cura di E. Riedenaue, Bolzano 1996, pp. 101-128. Per gli esiti più tardi, cfr. qualche spunto in G. M. Varanini, *Dal territorio vicentino a Trento, attraverso le prealpi (da un registro di bollette del 1469-74)*, in «Cimbri-Tzimbar. Vita e cultura delle comunità cimbre», 16 (2005), 34, pp. 11-22.

³⁵ Pizzeghello, *Montagne contese* cit., p. 77 nota 32.

³⁶ *Ibidem*, pp. 106 sgg. («L'esame dei titoli»).

³⁷ BBV, *Archivio Torre*, b. 241, Montagne, libro I n. 1, fasc. «Scripture facientes pro montanea nuncupata Le Laste», c. 21 sgg. Per le circostanze nelle quali furono assemblati i *dossiers* documentari relativi alle montagne prealpine conservati nell'archivio del comune di Vicenza – in questa sede utilizzati in minima parte –, cfr. Pizzeghello, *Montagne contese* cit.

³⁸ Per il cosiddetto «lodo Velo» (dal nome dell'aristocratico vicentino che emise la sentenza) tra Foza e Asiago, cfr. Cacciavillani, *L'autonomia dei Sette Comuni* cit., p. 456 e nota 26.

³⁹ Cipolla, *Le popolazioni dei XIII comuni* cit., p. 126; ASVr, *Archivio antico del comune*, reg. 10 (Ducali), c. 190r («littere pro Lissinis»); per una soluzione del problema si richiede anche la presenza del podestà veneziano di Rovereto).

⁴⁰ Cipolla, *Le popolazioni dei XIII comuni* cit., p. 132.

⁴¹ ASVr, *S. Maria in Organo*, proc. 505, cc. 6r e 9r (colonelli «Herbezii», «Calavezii», «Valbuse», «de Scolis», «omnes de comunitate et hominibus Frizolane»).

⁴² Per quanto sopra cfr. Varanini, *Una montagna per la città* cit., pp. 58-59 («L'offensiva delle comunità montane: ai margini degli alpeggi di alta quota»).

⁴³ Cfr. ASVr, *S. Maria in Organo*, proc. 505, c. 24r («Michael de Morandinis», anno 1487).

⁴⁴ Per quanto sopra, cfr. Varanini, *Diplomi scaligeri autentici e falsificazioni* cit., pp. 324-332 (censimento dei falsi) e 332-337; già in precedenza, in breve, Varanini, *Una montagna per la città* cit., pp. 59, 61, 64 («L'offensiva delle comunità montane: i falsi diplomi scaligeri»).

⁴⁵ ASVr, *Archivio antico del comune*, reg. 10, cc. 75v-76v, a c. 76v: «die X sept. 1494 et registratum de mandato clarissimi [...] ac restitutum die 12 suprascripti dicto Bartholomeo de Vico». Il registro è in pessime condizioni di conservazione. Sul margine esterno di c. 76r una annotazione dovuta ad una mano seicentesca prende atto del «taglio» del documento («vide litteras ducales in libro ducalium huius officii incepto anno 1630 in fol. 69 incisionis huius donationis»). Cipolla, *Le popolazioni dei XIII comuni* cit., p. 137 nota 7, segnala, oltre a un gran numero di trascrizioni più tarde (nonché di stampe seicentesche, prodotte in occasione delle liti che condussero a dimostrare la falsità del diploma: cfr. qui sotto, note 59 e 60 e testo corrispondente), anche un'altra copia quattrocentesca.

⁴⁶ Un cenno in Varanini, *Diplomi scaligeri autentici e falsificazioni* cit., p. 335.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ Cipolla, *Le popolazioni dei XIII comuni* cit., p. 141.

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 148-150 (anche per la citazione). La pergamena presentata alla Camera fiscale è probabilmente quella oggi conservata in ASVr, *Dionisi-Piomarta*, perg. non num., dalla quale fu tratta nel 1496 una copia attualmente costituente il reg. 1724 di ASVr, *Ospedale dei SS. Iacopo e Lazzaro alla Tomba* (ivi l'antigrafo vien detto «membranum vetustum»). Per la registrazione cfr. ASVr, *Archivio antico del comune*, reg. 10, c. 193rv; alcune delle osservazioni svolte nel testo si leggono già in Varanini, *Una montagna per la città* cit., nota 246 a p. 75.

⁵⁰ Il *terminus ante quem* è dato dalla comparsa, nel falso vicentino del 1502 (cfr. qui sotto, nota 71 e testo corrispondente), di un rogatorio trecentesco (il notaio Francesco da Sandrà) il cui nome i falsari vicentini sicuramente trassero da questo documento veronese.

⁵¹ Varanini, *Diplomi scaligeri autentici e falsificazioni* cit., pp. 331-332.

⁵² Grazie a questo processo, si viene via via attutendo la contrapposizione tra gli alpeggi di sommità, di proprietà delle famiglie patrizie e dei monasteri cittadini, e la fascia sottostante, tra gli 800 e i 1200-1300 metri, ove i teutonici esercitavano ad un tempo l'agricoltura, il piccolo allevamento stanziale bovino (o con alpeggio di corto raggio), la produzione del carbone o del ghiaccio. Si attutisce, ma non scompare: malgari e vaccari (si tratta spesso di specialisti lombardi) figurano nelle anagrafi quattrocentesche a carico dei patrizi, proprietari o concessionari degli alpeggi; con il passaggio dalla precarietà alla stabilità dell'edilizia delle casere (dal legno alla pietra), si constata che la toponomastica dell'alpeggio può discendere, oltre che dai nomi dei grandi enti monastici e ospedalieri cittadini, da grandi famiglie patrizie.

⁵³ G. M. Varanini, *Un esempio di ristrutturazione agraria quattrocentesca nella 'bassa' veronese: il monastero di S. Maria in Organo e le terre di Roncanova*, in «Studi storici veronesi Luigi Simeoni», 30-31 (1980-1981), p. 92 e nota 215, con menzione di ASVr, S. Maria in Organo, reg. 419 («Fede fatta della falsità di un instrumento del 1256 del bosco d'Engazà [1479]»). Engazzà è una località della pianura.

⁵⁴ Cipolla, *Le popolazioni dei XIII comuni* cit., pp. 162, 164.

⁵⁵ Si cfr. in particolare l'importante testo edito da C. Cipolla, *La relazione di Giorgio Sommariva sullo stato di Verona e del Veronese (1478)*, in «Nuovo archivio veneto», n. s., 3 (1892), p. 211; considerazioni e commenti, con menzione della bibliografia, in G. M. Varanini, *Il ruolo di Rovereto e della Vallagarina nella 'politica difensiva' veneziana*, in *Il castello di Rovereto fra Quattrocento e Cinquecento*, Rovereto (Trento) 2001 (= «Annali del Museo storico italiano della guerra», 7-8, 1998-2000), pp. 7-16. Per un inquadramento di più lungo periodo J. E. Law, *A new Frontier: Venice and the Trentino in the early fifteenth Century*, in Id., *Venice and the Veneto in the Early Renaissance*, Aldershot-Burlington (USA)-Singapore-Sydney 2000, XVI, pp. 159-180 (la ricerca risale al 1978).

⁵⁶ Non a caso le questioni di confine con Ala, attestate anche nel 1459, si infittiscono nuovamente nel 1472, nel 1476, nel 1490 (con una sentenza del consiglio dei Dieci di Venezia), nel 1499, nel 1503. La documentazione compare anche nell'archivio dei Provveditori sopra la Camera dei confini).

⁵⁷ Cfr. per es. qui sopra, nota 53 e testo corrispondente.

⁵⁸ Il primo a cadere, a quanto sinora consta, fu il diploma falso costruito, a imitazione di quelli della montagna, dal comune di Cologna Veneta, in riferimento ai beni del monastero di S. Giorgio in Braida a Sabbion; cfr. G. M. Varanini, *Cologna Veneta e i suoi statuti*, in *Statuti di Cologna Veneta del 1432 con le aggiunte quattro-cinquecentesche e la ristampa anastatica dell'edizione del 1593*, a cura di B. Chiappa, Roma 2005, p. 14 nota 18. Il «taglio» di questo falso ebbe rilevanti conseguenze archivistiche, perché nell'occasione di quel dibattito la documentazione concernente Sabbion fu incorporata dal complesso delle fonti di S. Giorgio in Braida e rimase a Venezia, anziché migrare a Roma con la porzione maggiore dell'archivio del monastero veronese, e con gli archivi degli altri enti della Nunziatura Veneta.

⁵⁹ Cfr. ora S. Barbacetto, «La più gelosa delle pubbliche regalie»: i «beni comunali» della Repubblica veneta tra dominio della Signoria e diritti delle comunità (secc. XV-XVIII), in corso di stampa (Venezia 2007).

⁶⁰ Varanini, *Diplomi scaligeri autentici e falsificazioni* cit., pp. 338-339.

⁶¹ Law, *A new frontier: Venice and the Trentino* cit., e per la Valsugana K. Brandstätter, *Federico d'Asburgo e la conquista della Valsugana, in Federico IV d'Asburgo e la contea vescovile di Feltre / Friedrich IV. von Habsburg und die bischöfliche Grafschaft von Feltre*, a cura di G. Granello, Feltre (Belluno) 2001, pp. 65-108 (con il rapido *excursus*, per il periodo precedente, di J. Riedmann, *La Valsugana nei secoli X-XIV*, *ibidem*, pp. 33-51). Cfr. anche J. Riedmann, *Die Grenzen der tirolischen Landeshoheit gegenüber Venedig und den Bünden, in Landeshoheit. Beiträge zur Entstehung, Ausformung und Typologie eines Verfassungselemente des Römisch-Deutschen Reiches*, hrsg. von E. Riedenauer, München 1994, pp. 145-160.

⁶² BBV, *Archivio Torre*, b. 241, Montagne, libro I n. 3, fasc. «Diverse scripture in unum collecte circa montaneam Lastarum...», cc. 5 sgg.

⁶³ BBV, *Archivio Torre*, b. 241, Montagne, libro I n. 2, fasc. «Scripture facientes pro montanea nuncupata le Laste...», c. 1r sgg.

⁶⁴ M. Bellabarba, *Giurisdizione e comunità: Folgaria contro Lastebasse. Un caso di conflitto confinario fra Impero asburgico e repubblica di Venezia (XVII-XVIII secolo)* / *Sodna oblast in vaška skupnost: Folgaria proti Lastebasseju. Primer mejnega spora med Habsburško monarhijo in Beneško republiko (17.-18. stoletje)*, in *Sistemi di potere e poteri delle istituzioni. Teorie e pratiche dello Stato nell'Europa mediterranea con speciale riferimento all'area adriatica in età moderna* (= «Acta Histriae», VII), Koper - Capodistria 1999, pp. 233-256.

⁶⁵ Sulla vicenda del vicario cfr. Pizzeghello, *Montagne contese* cit., p. 72 nota 13.

⁶⁶ Pizzeghello, *Montagne contese* cit., p. 77 nota 31, sulla base di ASTn, *Atti dei confini*, serie I, b. 1, fasc. segn. 4-6. L'autografo di questo testo si conserva in ASMi, *Autografi*, cart. 117, ove è datato 1473.

⁶⁷ Sull'articolato e interessante sottofondo ideologico-propagandistico sotteso alla guerra veneto-asburgica, forse sproporzionato all'importanza militare dell'episodio, cfr. il limpido saggio di P. Braunstein, *Confins italiens de l'empire. Nations, frontières et sensibilité européenne dans la seconde moitié du XV siècle*, in *La conscience européenne au XV et au XVI siècle*, Paris 1982, pp. 38-51; inoltre sotto prospettive diverse, M. Bellabarba, *Una nuova frontiera per l'impero; S. Luzzi, I tedeschi di Trento e la battaglia di Calliano; G. M. Varanini, La frontiera e la cerniera. La Vallagarina del Quattrocento vista da Venezia (e da Verona)*, tutti e tre in 1500 circa. *Landesausstellung 2000 - Mostra storica*, Milano 2000, rispettivamente pp. 433-437, pp. 423-427 e pp. 455-460; M. Welber, *La cultura di Burcardo contro il mito di Venezia*, in Burcardo di Andwil, *Bellum venetum. Bellum ducis Sigismundi contra Venetos. Carmina Varia*, a cura di M. Welber, Rovereto (Trento) 1987, p. XXV sgg. Protagonista del confronto, oltre a Burcardo e a Konrad Wenger per la parte asburgica, è sul versante veneziano Iacopo Caviceo col suo *De bello roboretano*. Tutto ciò è ora ripreso e lucidamente contestualizzato da Pizzeghello, *Montagne contese* cit., pp. 91-92 e note 112-114.

⁶⁸ Basti qui rinviare a I. Cacciavillani, *L'autonomia dei Sette Comuni nel dominio della Serenissima*, in *Storia dell'Altipiano* cit., pp. 447-469, per quanto più attento al Cinque-Settecento. Ovviamente, la produzione storiografica locale è vastissima.

⁶⁹ Cfr. W. Panciera, *I pastori dell'Altipiano: transumanza e pensionatico*, in *Storia dell'Altipiano* cit., p. 423.

⁷⁰ I. Cacciavillani, *Una vicenda altopianese per una settimana alla ribalta internazionale (17-24 agosto 1496)*, in «Quaderni di cultura cimbra», 31 (1992), pp. 42-47.

⁷¹ Varanini, *Diplomi scaligeri autentici e falsificazioni* cit., pp. 327, 332.

⁷² *Ibidem*, p. 328.

⁷³ Pizzeghello, *Montagne contese* cit., p. 71 (con rinvio a G. Mantese).

⁷⁴ Bellabarba, *Giurisdizione e comunità: Folgaria contro Lastebasse* cit.

⁷⁵ La vicenda è ricostruita in Varanini, *Diplomi scaligeri autentici e falsificazioni* cit., pp. 339-342, da cui riprendo.

⁷⁶ Cfr. ad esempio ACVV, *Stato delle Chiese*, cart. 268, *Chiesa di S. Quirico*, fasc. 190: falso prodotto verosimilmente dal comune di Valdagno, segnalatomi dal sig. Antonio Nardon di Valdagno che ringrazio.

⁷⁷ Per un esempio friulano, cfr. L. Cargnelutti, *Carte false nelle valli del Cellina e del Colvera: un episodio di liti per terre comunali e private nel Maniaghese agli inizi del Seicento*, Maniago-Montebelluna Valcellina (Udine) 1999, cit. da S. Barbacetto, *Sull'identità delle comunità alpine: il problema dei confini*, in «Archivio storico ticinese», s. II, 132, 2002, anche in Id., F. Bianco et alii, *Comunità alpine: linguaggi, identità e comunicazione politica [secoli XIV-XVIII]*, Atti del convegno, Trento, 14-15 giugno 2002, Bellinzona 2002, p. 124 («la confezione di titoli apocrifi, relativamente frequente nonostante la durezza delle pene, costituiva un "mestiere" per falsari professionisti»).

⁷⁸ Bortolami, *Frontiere politiche e frontiere religiose* cit., pp. 230-231.

⁷⁹ Cfr. per i Lessini veronesi il pur sommario contributo di A. von Lutterotti, *Die Grenzsteine zwischen Tirol und Venedig in den Lessinischen Bergen*, in «Der Schlern», 62 (1988), pp. 5-16; per l'area vicentina, T. Sartore, *Termini di confini tra la Repubblica di Venezia e l'Austria nei passi montani dalla valle dell'Agnò alla valle dell'Astico*, in *Pagine di cultura vicentina. Scritti in onore di Gianni Conforto*, Schio (Vicenza) 1987, pp. 281-285, 317-318, e I. Cacciavillani, *La confinazione veneziana con gli imperiali (1750)*, Padova 1991; per l'area dolomitica G. Richebuono, *Il confine politico della Ladinia con il Veneto alla fine del Settecento*, Ortisei (Bolzano) 1987 (e cfr. U. Pistoi, G. M. Varanini, *Montagne venete nel medioevo*, in *Viaggio alla montagna veneta*, a cura di E. Turri, di D. Zumiani, in corso di stampa [Verona 2006], fig. 10 [scultura confinaria

tra il territorio della repubblica veneta e l'impero, su una parete del rilievo noto come «Scoglio di S. Marco», nell'alta valle della Rienza]; Barbacetto, *Sull'identità delle comunità alpine* cit., fig. 1 [identica scultura confinaria sul monte Formin tra Cortina d'Ampezzo e S. Vito di Cadore]); per l'area friulana M. Coradazzi, G. Spinato, *Antichi termini confinari del Friuli: localizzazione e itinerari alla loro riscoperta*, s. l., s. a. (ma Udine 1994), I (*Alpi Carniche e Giulie occidentali*). Per altri confini della repubblica veneta nel Settecento, cfr. per es. L. Porto, *La regolazione del confine sul Tartaro nella seconda metà del Settecento*, in *Alle frontiere della Lombardia. Politica, guerra e religione nell'età moderna*, a cura di C. Donati, Milano 2006, pp. 324-335; al confine sul fiume Tartaro si accenna anche qui sopra, testo corrispondente a nota 57.

Lettura

di Paolo Cammarosano

Paola Guglielmotti e la redazione di «Reti Medievali Rivista» mi hanno chiesto per questa loro sezione monografica sui “Confini” una “lettura”: dunque, penso, non il tradizionale discorso conclusivo che tutto riassume e a ciascuno dia il suo, bensì una riflessione di insieme, veloce, magari anche nel segno dell'impressione soggettiva. Ma l'impressione non è ovvia, perché l'insieme delle “letture” di questi saggi e della presentazione di Paola Guglielmotti lascia una sensazione un poco strana, che è al contempo di forte eterogeneità e di una tonalità di fondo che appare invece largamente comune.

L'eterogeneità non è soltanto nella normale diversità degli stili, dei livelli di impegno, di spessore e di approfondimento dei singoli contributi, ma è oggettivamente imposta da una estensione cronologica vastissima, che dalla tarda antichità si svolge non soltanto su tutto l'arco del medioevo ma contempla importanti prolungamenti e propaggini sino alle controversie amministrative confinarie vive ai giorni nostri, e nemmeno risolte, come illustra Renato Bordone. Alle grandi distanze fra i paesaggi cronologici avrebbe potuto ovviare una forte “confinazione” tematica, quale sembrerebbe suggerita nelle pagine di apertura di Paola Guglielmotti, dove l'orizzonte della monografia collettiva è indicato nel mondo delle campagne e i confini suggeriti sono quelli “tra villaggi e comunità”. Se però questo ambito è in effetti prevalente attraverso i saggi, molti fra di essi dilatano l'orizzonte della comunità locale, castello o villaggio, verso un orizzonte di frontiera politica, che si tratti della frontiera bizantino-longobarda (Igor Santos Salazar), di distretti comitali (Tiziana Lazzari), episcopali e monastici (Giuseppe Albertoni e Vito Lorè), castrali e signorili, cittadini, statuali. Le confinazioni tra villaggi preludono a confinazioni tra formazioni politiche (Donata Degrassi), e queste a loro volta risultano da un complesso di giurisdizioni locali. Tutte le esemplificazioni offerte qui conducono su una dimensione di natura pubblica, di poteri e giurisdizioni, e la complessità delle situazioni e delle definizioni confinarie deriva, come in tanti di quegli esempi viene ben messo in risalto, dall'incrociarsi fra una dimensione geografica e territoriale e una dimensione personale, di giurisdizione sugli

uomini, senza quella necessaria coincidenza fra le due componenti che sembra essere un portato solo di tempi assai recenti.

Su questi punti si innestano peraltro i tratti che accomunano, al fondo, i variegati percorsi degli autori. In tutti prevale una lettura “sociale” e tendenzialmente politica delle questioni confinarie, mentre rimane marginale, se non del tutto assente, la riflessione sui privati confini di proprietà di campi, boschi e terreni. La terminologia medievale, si sa, non suggerisce sempre una netta distinzione tra i due versanti: se i *fines* calabresi della leggenda di Autari sono frontiera di regno, e *kelle fini* del placito capuano si riferiscono a *kelle terre* di possesso monastico, in un'epoca intermedia fra quei due testi famosi l'altrettanto famosa lamentela rivolta dai maggiorenti delle città istriane ai nuovi dominatori franchi denuncia una violazione di *fines* che appare al tempo stesso fatto proprietario e fatto politico. E in secoli nei quali l'intreccio fra possesso e potere aveva l'intensità che tanti storici hanno oramai chiarita, la complessità delle definizioni confinarie era una complessità intrinseca alla struttura sociale ed era ineluttabile il carattere “politico” delle confinazioni nelle campagne.

La percezione di questa e di altre complessità nelle sistemazioni medievali dei percorsi di confine è presente nei diversi saggi qui raccolti, e confluisce in un altro elemento comune ad essi, l'insistenza cioè sul carattere recente e moderno dei confini cosiddetti “lineari”, che più di un autore pone in relazione con lo sviluppo degli Stati e che è concetto sul quale ha insistito Paolo Marchetti, autore di un libro di riferimento sul problema e presente anche in quest'opera a più voci. L'evoluzione verso gli Stati moderni appare anche l'evoluzione verso il superamento di contraddittorietà e di complessità, e in definitiva di un contrasto fra culture: «da un lato i metodi geometrici dei cartografi, dall'altro una cultura delle pratiche, non riconducibile a un modello di confine lineare che definisca territori perfettamente coesi e mutuamente esclusivi» (così Luigi Provero).

L'elemento culturale e mentale è presente in diversi degli autori di questi “Confini”, e si lega anche alle insistenze sul momento soggettivo (sempre in dimensione sociale), sul momento dell'interpretazione e dell'iniziativa culturale, e non dell'adeguamento a presunte e precedenti realtà fattuali. Si spiega così l'assenza di riflessione su quei confini non determinati da atti di volontà come sono i confini linguistici, sulla cui maggiore e minore linearità e nettezza nelle diverse aree d'Italia sono state scritte nel passato pagine importanti (penso in particolare a Gerhard Rohlfs). Questo orientamento sulla consapevolezza e sull'orientamento soggettivo incide sulla valutazione delle fonti, nella quale con grande consonanza gli autori fanno propria la prospettiva di Angelo Torre sulle fonti come non già riflesso, ma intervento a creazione e modificazione della realtà. È un aspetto che in qualcuno dei saggi appare in particolare evidenza attraverso un tipo privilegiato di testo quale la deposizione testimoniale, classe di documenti della quale sarà bello avere un giorno sistemazioni repertoriali e aggiornate edizioni. Mentre è ovvio l'interesse al momento della falsificazione, affrontato con deciso affondo in età moderna da Gian Maria Varanini.

Cammina a volte nel lettore l'idea che le insistenze sul momento della rappresentazione sociale e soggettiva, della coscienza e della volontà, possano tendere a fare premio sull'accertamento topografico e oggettivo. È una tendenza che in tempi recenti si è manifestata in campi diversi della medievistica. Penso alle ricerche sulle aristocrazie, dove l'accentuazione sulla "autocoscienza" nobiliare è sembrata in più di uno studioso atta a obliterare la faticosa e incerta ricostruzione di precise strutture genealogiche: peggio, talora, a far ritenere relativamente secondario il problema della discendenza biologica rispetto a un "sentimento" che ovviamente sembra attraversare le generazioni senza suscitare l'esigenza di una verifica del semplice, oggettivo e "banale" fatto del legame di sangue, e dunque della sua sussistenza o meno. E così, il rifiuto del concetto di "confine lineare" e di una oggettività dei confini può indurre a dispensarsi dalla fatica di una minuta ricostruzione sul terreno e della elaborazione, per ardua che sia, di accettabili cartografie storiche.

Molti fra gli autori non si sono però dispensati da tale fatica. E va inoltre ricordato come ci sia ragione da vendere nella sottolineatura, più e meno marcata da parte dei diversi autori, delle contraddittorietà e incertezze, delle dissimmetrie e complessità nelle definizioni di frontiere e confini medievali. Non si tratta soltanto del rapporto non univoco fra la pluralità delle forme di autorità e giurisdizione su un medesimo spazio fisico, dunque delle tortuosità e delle porosità tra confini cittadini e signorili, ecclesiastici e fiscali, e più in generale, come si è detto, del «finaggio promiscuo» (Bordone) determinato dalla non necessaria coincidenza tra confine territoriale e confine di giurisdizione sulle persone. Si tratta anche del fatto che ogni centro al quale faccia capo un insieme di dipendenze e dunque una conclusione di spazi vede tale insieme di dipendenze come una serie di punti discontinui, fra i quali il tracciato di una linea di congiungimento era problematico tanto per i disegnatori del medioevo quanto per i cartografi dell'*ancien régime*, quanto per chi oggi voglia costruire una rappresentazione geografica adeguata alla realtà delle cose.

Vale cioè per chi voglia disegnare un confine l'avvertenza della quale facciamo accorto chi voglia elaborare un grafico. Quando per un andamento di prezzi o di entità demografiche disponiamo di una serie di punti, ciascuno individuato da un dato quantitativo e da un dato cronologico, è arbitrario ed erroneo, anzi ingannevole, una volta fissati i punti su un diagramma con ascisse e ordinate, collegarli fra loro con una linea continua: che indurrebbe a far ritenere che conosciamo il dato di ognuno dei punti di essa, ciò che può non accadere e solitamente non accade. La stessa elementare avvertenza vale per le delineazioni di confine. Se un *dominatus loci* si estende su una serie di castelli e villaggi, se il territorio dominato da una città consiste in una pluralità di cittadine minori, borghi, castelli e villaggi soggetti, se la giurisdizione ecclesiastica di un episcopato o di una pieve si estende sopra un insieme di chiese, in tutti i casi i confini del distretto signorile, o cittadino o ecclesiastico, consistono in una serie di luoghi più e meno ravvicinati fra loro, mai continui. Anche l'individuazione di un confine segnato dal corso di un fiume o dall'andamento di una cresta di montagne non è se non una variante, all'apparenza

più credibile, dello stesso procedimento arbitrario che conclude sul tracciato di una linea immaginaria fra due punti reali. Le mura delle città erano un confine reale, mentre nel circuito delle tre o cinque o sette miglia dalle mura, come in ogni luogo della campagna, l'apposizione di pali e cippi confinari o di segni sugli alberi era il palliativo alla obbiettiva impossibilità di un disegno fisico e lineare del confine.

Una fisionomia diversa potrebbe sembrare quella, non considerata in questa monografia collettiva, dei confini agrari, i *fines* dei pezzi di terra che rappresentavano la tipologia confinaria di gran lunga più frequente nelle carte medievali. Ma chi analizza attentamente, nel tentativo davvero difficile di un accertamento sul terreno, le descrizioni offerte dai notai, deve prendere atto del loro carattere spesso orientativo, distante da una fisica ed effettiva corrispondenza alla realtà. Una *petiola de terra* non può essere circondata su tre lati dalla *via publica*, ed essere contigua soltanto su un lato con la terra di un possessore nominato. Erano punti di riferimento, dei quali solo quello di maggior peso, l'identificazione di un possessore confinante, doveva rispondere ad una precisa realtà fattuale, mentre per il resto si faceva riferimento a una situazione che non necessitava se non di un generico riferimento orientativo.

Questo carattere generico e orientativo delle definizioni confinarie private si legge ovviamente in maniera accentuata e potenziata nelle grandi definizioni degli spazi medievali di dominio politico, come nelle descrizioni medievali degli spazi di *nationes* e di *provinciae* o regioni. E non c'è dubbio di trovarsi qui in una fase primitiva e precedente rispetto al crescendo di puntualità determinato dal crescendo di autorità delle formazioni politiche, dall'evoluzione verso la «sempre più netta intenzionalità nell'affermazione di confini quali demarcazioni lineari, nette e precise da parte di realtà cittadine e stati forti» (così Paolo Pirillo). Ma se riconosceremo qui uno dei tanti aspetti del lento trascorrere dalle «informalità» altomedievali alle istituzionalizzazioni e formalizzazioni che si accentuarono nel secolo XII e poi fra tardo medioevo ed età moderna, dovremo anche richiamare il senso profondo di tale evoluzione. Nei secoli dell'alto medioevo non esisteva alcuna formale definizione della nobiltà, come non esisteva alcun «ruolo» dei maggiorenti cittadini che concorrevano all'elezione del vescovo. Ma una simile «informalità» nulla toglieva alla piena riconoscibilità di quanti avessero una fisionomia nobiliare e un titolo all'elezione episcopale. Un potere e un ruolo sociale, lo sappiamo bene, non è necessariamente più forte per il fatto di essere formalmente definito. La necessità di definizione sopraggiunge quando si creano una incontrollabile concorrenza nei ruoli, un sovvertimento e una mobilità nuovi, che è quanto accadde nei processi di istituzionalizzazione e di definizione dal secolo XII in avanti. Così le sistemazioni confinarie di ogni natura divennero sempre più stringenti a mano a mano che le concorrenze su medesimi spazi di possesso e di giurisdizione si fecero più frequenti ed intense. È un altro degli aspetti per i quali l'analisi di lungo periodo delle modalità di descrizione e asserzione dei confini suggerisce considerazioni generali sull'evoluzione delle società medievali.

Nella metodica dello studio delle evoluzioni sociali medievali lo studio dei confini apre ancora su problematiche e prospettive che si sono sempre più imposte nella storiografia recente. Una questione è quella dell'ambito spaziale dell'analisi, e dell'attenzione crescente che è stata rivolta alle dimensioni di tipo regionale come di quelle più atte a cogliere i fenomeni nella loro globalità. È forse nel contributo di più intenzionale orizzonte regionale, quello di Donata Degrassi, che più si coglie un impegno ad offrire una chiara periodizzazione nel lungo periodo, una rassegna di fonti di intento sistematico, un'attenzione sia al momento topografico che alle questioni delle forme di procedura e di accertamento, al ruolo di figure giudicanti di volta in volta diverse (giusdicenti, giurisperiti, arbitri autorevoli), alla questione della memoria individuale e sociale e ad una evoluzione in senso "statuale" delle determinazioni di confine che fu anche evoluzione dalla preminenza di valore della consuetudine alla crescente ricezione delle modificazioni giurisdizionali e politiche.

Altra tematica ricorrente è quella della conflittualità, che alimenta la gran parte della testualità relativa ai confini. Alcuni autori (segnatamente Alberto M. Onori nel ricco contributo sulle vertenze in Valdinievole) hanno messo in luce il carattere compresente e alternato di tendenza al conflitto e necessità di composizione e condivisione, e come talora lo sforzo di disegnare le linee di confine con particolare incisività e durezza si collegasse proprio a situazioni dove era grande la permeabilità e la necessità di condivisione. La conflittualità nelle questioni di confine assume sovente, proprio nel suo frequente distendersi per generazioni e secoli fra le stesse entità istituzionali e le stesse comunità e sugli stessi spazi, un aspetto quasi di *routine*, di situazione mai risolta perché in realtà momento essenziale in una vita sociale che solo nelle ideologie tendeva alla pace e nella realtà si alimentava di inimicizie costanti e necessarie. Anche sotto questo aspetto la tematica dei confini appare molto ben scelta per offrire aperture su tante dialettiche del mondo medievale, e non soltanto di quello.

RM

Recensioni

Francesco Borri

Recensione
***L'Institut für Mittelalterforschung
presso l'Österreichische Akademie der Wissenschaften***

L'Österreichische Akademie der Wissenschaften è il più importante centro di ricerca extra-universitaria dell'Austria impegnando numerosi studiosi (sono menzionati circa 800 ricercatori) nei più diversi campi del sapere, dalla biologia alle scienze sociali. Fondata nel 1847 per emulare istituzioni simili già presenti in Francia e Inghilterra, l'Akademie dette da subito grande rilievo alle scienze storiche; tra le prime iniziative intraprese vi fu la compilazione delle *Fontes rerum Austriacarum* e, a partire dal 1875, partecipò alla redazione dei *Monumenta Germaniae Historica*.

Il sito dell'Akademie ha come scopo principale quello di informare l'utente sulle attività di ricerca svolte, sulle possibilità di collaborazione offerte ai ricercatori e sulle modalità di concorso per le borse di studio annuali. La maggior parte di queste notizie si trovano nella pagina di apertura che, oltre a offrire alcune informazioni di carattere generale come la storia dell'istituzione, la composizione dei suoi membri e i numerosi recapiti delle sue sedi, permette l'accesso alle pagine che descrivono i vari istituti che compongono l'Akademie (<www.oeaw.ac.at/>). La lettura di questa sezione è facilitata inoltre dalla presenza di una traduzione inglese (<www.oeaw.ac.at/english/home.html>).

Di grande interesse per la ricerca medievistica sono le pagine dell'Institut für Mittelalterforschung. L'accesso è estremamente semplice e vi si giunge selezionando la categoria Historische Wissenschaften tra le numerose elencate nel sito dell'Akademie (<www.oeaw.ac.at/deutsch/forschung/einrichtungen/fachbereiche.html#histwiss>); da questa è inoltre possibile giungere ad altre pagine di interesse correlato, come quelle dedicate agli studi di bizantinistica o alla pubblicazione della *Tabula Imperii Byzantini*.

La parte del sito dedicata all'Institut für Mittelalterforschung ha una notevole gradevolezza grafica. La pagina di apertura concede l'accesso ad alcune *Aktuell* che descrivono i seminari e le conferenze organizzate dal-

l'Institut e le ultime pubblicazioni (al momento della stesura di questa recensione è pubblicizzato il libro di W. Pohl, *Die Langobarden*, Wien 2004, <www.oeaw.ac.at/gema/aktuell.html>). Oltre alle *Aktuell* è da qui possibile accedere alle pagine dedicate al Wittgensteinprojekt, di cui parleremo più avanti, e alle descrizioni delle attività attualmente svolte dall'Institut, che costituiscono la parte più consistente della sezione che stiamo descrivendo. La versione inglese non è più disponibile; le pagine sono quindi redatte unicamente in lingua tedesca.

La pagina che permette l'accesso alle ricerche condotte dall'Istitut è piuttosto chiara e le diverse sezioni, contraddistinte da colori che le caratterizzano, sono incolonnate sulla sinistra, in ordine alfabetico (<www.oeaw.ac.at/gema/inhalt.htm>). Le sezioni sono quattro, tre delle quali si occupano delle edizioni di fonti (diplomatiche, epigrafiche, regesti della cancelleria imperiale), mentre una quarta concerne specificamente l'alto medioevo. Ai nomi delle varie sezioni seguono elenchi puntati che permettono l'accesso a parti della sezione stessa o a ricerche parallele. Un problema può essere costituito dalla diversa articolazione interna di queste quattro sezioni, ma la mappa del sito può aiutare a farsi un'idea più chiara del tutto (<www.oeaw.ac.at/deutsch/sitemap.html>). Sono poi forniti l'elenco degli effettivi, alcuni *links* utili, come gli indirizzi di altri siti di medievistica e i numerosi recapiti dell'Institut für Mittelalterforschung.

Ma veniamo ora a trattare delle singole ricerche promosse dall'Institut. La sezione *Diplomata* (<www.oeaw.ac.at/gema/mgh.html>) è contraddistinta dal colore verde e si occupa dell'edizione, per i *Monumenta Germaniae Historica*, dei diplomi di Filippo di Svevia (1198-1208) e Enrico VI (1190-1197). Per entrambi i progetti sono forniti dettagli importanti, tra cui l'ammontare della documentazione sussistente, il lavoro preparatorio all'edizione e alcune informazioni riguardanti i due sovrani nella scena politica a loro contemporanea (<www.oeaw.ac.at/gema/mgh_phil.htm> e <www.oeaw.ac.at/gema/mgh_heini.htm>). Inoltre una pagina riproduce la lista dei volumi *Die Urkunden der deutschen Könige und Kaiser* attualmente pubblicati (<http://www.oeaw.ac.at/gema/mgh_urkgesamt.htm>).

Sostanzialmente simili sono le pagine destinate ai *Regesta Imperii*, contraddistinte dal colore rosso. L'*equipe* di lavoro, diretta da Karel Jan Hruza, segue la lunga tradizione della Kommission für die Neubearbeitung der Regesta Imperii che a sua volta riprendeva il lavoro di Johann Friedrich Böhmer iniziato alla metà del XIX secolo. Si fornisce una storia dell'edizione (<www.oeaw.ac.at/gema/ri_details.html>) e alcuni esempi di come verranno realizzati i volumi, riproducendo i *regesta* di due diplomi di Federico III (1440-1493) e Venceslao IV (1378-1419). Progetti paralleli mirano a stendere regesti per i carteggi di Federico III con Mattia Corvino e con la Borgogna, o per la sterminata documentazione prodotta dalla cancelleria dell'imperatore Sigismondo, edita attualmente in lingua ungherese e quindi di uso assai problematico. Infine vengono forniti gli indici dei volumi dei *Regesta Imperii* già editi e di quelli al momento progettati (<www.oeaw.ac.at/gema/gesamt_ri.htm>).

Da questi si discosta in parte il progetto delle *Inschriften des Mittelalters und frühen Neuzeit* diretto da Gertrude Mras. Le pagine, di colore azzurro, rammentano brevemente l'importanza delle iscrizioni come incontro tra fonte letteraria e artistica e riportano una bella epigrafe dell'imperatore Federico III, per poi passare alla descrizione dei due progetti principali attualmente conseguiti dal gruppo delle *Inschriften*. Il primo è l'edizione delle iscrizioni di lingua tedesca presenti negli attuali Austria e Südtirol dal Medioevo al 1650 circa, che si inserisce nel più ampio progetto delle *Deutsche Inschriften* ormai giunto a una sessantina di volumi e di cui il sito fornisce l'elenco (<http://www.oeaw.ac.at/gema/in_details.htm#In%20link2>). Un secondo progetto mira al salvataggio su supporto filmico delle iscrizioni di rilevanza artistica presenti nella medesima area geografica e precedenti al 1800 circa.

Un discorso un po' diverso va fatto per la quarta ricerca promossa dall'Istitut für Mittelalterforschung, che è la seconda nell'elenco alfabetico dell'indice, ma che abbiamo posto per ultima proprio per la sua differenza rispetto alle precedenti. Le pagine, di colore viola, elencano gli ambiti della ricerca altomedievistica, che in linea con quelli del direttore Walter Pohl convergono principalmente sulla formazione di identità tra tarda antichità e alto medioevo. Il sito fornisce poi le altre attività promosse dalla sezione alto medievale come l'edizione di fonti legate in particolar modo alla storia della Mitteleuropa (è presentata una nuova edizione degli *Annales Fuldenses*) e la collaborazione al più ampio progetto della *Transformation of the Roman World*. Oltre a questo, il sito descrive il Vandalenprojekt, un progetto in linea con le maggiori tendenze della ricerca viennese che, partendo dalle considerazioni di come le tematiche legate ai Vandali siano state relativamente neglette dagli studi più recenti, ha per obiettivo di rivisitare l'identità vandala, soprattutto alla luce degli influssi apportati dalla lunga permanenza in Africa settentrionale (<www.oeaw.ac.at/gema/fm_details_vandalen.htm>). Oltre a questo, la sezione Frühmittelalter fornisce importanti strumenti come ampie bibliografie su Vandali (<www.oeaw.ac.at/gema/vandbibl/vb1.htm#B>) e Germani (<www.oeaw.ac.at/gema/gb1.htm>) con letteratura secondaria e fonti, attualmente in fase di completamento. Inoltre la sezione *Quellen zur Langobardengeschichte* offre numerosi testi e documenti per lo studio dei Longobardi (<www.oeaw.ac.at/gema/lango.htm>). Le fonti, a detta stessa dei curatori, possono avere alcuni errori di trascrizione, ma la scelta assai ampia (*Origo gentis Langobardorum*, Paolo Diacono, le *Leges Langobardorum*, l'*Historia Langobardorum Codicis Gothani*, Erchemperto, Andrea da Bergamo, la *Chronica S. Benedicti Casinensis*, il *Chronicon Salernitanum*, le *Langobardische Urkunden* – cioè il Codice diplomatico longobardo – e il *Codex Cavensis Diplomaticus*) e i vantaggi pratici forniti dall'uso di supporti informatici, rendono questi materiali un aiuto assai prezioso. Le fonti sono state scannerizzate in collaborazione con Reti Medievali e molte sono quindi presenti anche nel sito italiano, a cui viene fornito il link.

Alcune pagine sono inoltre dedicate al progetto *Ethnische Identitäten im frühmittelalterlichen Europa* nell'ambito del Wittgensteinprojekt 2005-2009

ideato a seguito del conferimento, nel 2004, del Wittgenstein-Preis a Walter Pohl (<www.oeaw.ac.at/gema/wittg_pro/wittg_pro.htm>). Il progetto è articolato in nove parti che costituiscono i diversi aspetti della ricerca, anche se alcune di queste sono al momento maggiormente approfondite di altre. Obiettivo del progetto è la stesura di monografie che possano delineare i rapporti tra l'identità e i vari aspetti della cultura e della società altomedievale.

In conclusione il sito dell'Institut für Mittelalterforschung fornisce un'ampia e aggiornata panoramica sui progressi della più alta ricerca in ambito austriaco, con informazioni dettagliate sull'evolversi dei lavori di edizione di fonti, sulle pubblicazioni promosse dall'Institut e un calendario degli eventi periodicamente organizzati. Vengono poi forniti *links* a importanti siti della medievistica internazionale indispensabili per un'aggiornata conoscenza delle tematiche svolte e degli sviluppi conseguiti dalla ricerca storiografica. Con particolare attenzione all'alto medioevo, inoltre, sono forniti importanti strumenti come fonti e bibliografia.

Nicolangelo D'Acunto

Recensione
RE.VI.RE.S.
Rete Vitae Religiosae Mediaevalis Studia Conectens
<http://vita-religiosa.de/mainita.htm>

Il sito è interamente prodotto da un gruppo di studiosi tedeschi, francesi e italiani che dal 1997 cooperano nell'ambito del progetto guidato da Gert Melville sulle "Strutture istituzionali degli ordini religiosi nel medioevo" (Projekt "Institutionelle Strukturen mittelalterlicher Orden"). Tale ricerca rientra a sua volta nelle attività del [Sonderforschungsbereichs 537: "Institutionalität und Geschichtlichkeit"](#) della Technische Universität di Dresda, finanziata dalla ["Deutsche Forschungsgemeinschaft"](#) e avente appunto per tema il rapporto tra dimensione istituzionale e storicità, che è affrontato in una prospettiva interdisciplinare. Non è questa la sede per approfondire la complessa costruzione teorica che sovrintende alle ricerche di un folto gruppo di storici delle istituzioni, dell'arte e del diritto, nonché di sociologi e politologi. Utili ragguagli a tale proposito possono essere desunti proprio dai materiali pubblicati nel sito del [Sonderforschungsbereichs 537: "Institutionalität und Geschichtlichkeit"](#), il cui lavoro si snoda, per esempio, attorno al nesso durata-cambiamento quale chiave di lettura delle forme di comunicazione e delle articolazioni strutturali che le organizzazioni mettono in atto per stabilizzarsi mediante meccanismi di autolegittimazione e così proiettarsi verso il futuro. Le ricerche sugli ordini religiosi costituiscono un utile punto di osservazione per questi fenomeni, specialmente se le si conduce lungo una prospettiva comparatistica. Non a caso sul tronco dell'esperienza di ricerca di Dresda – per statuto destinata ad esaurirsi al termine dei dodici anni previsti dalla normativa che regola l'erogazione dei fondi statali che finanziano siffatti progetti – è nata la [Forschungsstelle für Vergleichende Ordensgeschichte \(FOVOG\)](#), istituita presso la [Katholische Universität di Eichstätt](#) per iniziativa dello stesso Melville. Tale istituto compare, infatti, come co-promotore del sito insieme con la collana a stampa ["Vita regularis"](#), nei cui volumi, editi dalla

LIT (con sedi a Münster, Berlino, Amburgo, Vienna e Londra), sono apparsi dal 1996 i risultati delle ricerche individuali e collettive degli studiosi attivi nel SFB 537 e dei molti studiosi europei e americani chiamati a collaborare all'imponente progetto di ricerca. Questa collana (il cui [indice](#) comprensivo di schede su autori e contenuti è comodamente linkabile) è giunta ormai al volume numero 27, tra monografie, raccolte di saggi e atti di convegni, ai quali si è aggiunta di recente una sezione riservata alle edizioni critiche, che conta al momento tre titoli.

Un breve editoriale della home page pone in rilievo l'impossibilità «di avere uno sguardo complessivo in campo internazionale sulle ricerche che interessano i monasteri e gli ordini religiosi, tanto più che tali studi sono condotti in una pluralità di centri ed istituti». Proprio perché «uno studioso può appena raggiungere una visione sommaria riguardo a un ordine particolare, sebbene una storia comparata degli ordini religiosi nel medioevo rappresenti una esigenza urgente della ricerca», i promotori dell'iniziativa si prefiggono con il sito [RE.VI.RE.S.](#) «di mettere a disposizione uno strumento per affrontare queste tematiche». Scopo principale del sito è quindi quello di fornire un orientamento il più possibile esaustivo del panorama delle risorse disponibili nel WEB utili per lo studio della vita religiosa nel medioevo. Una serie di avvertenze agevola l'utilizzo di questa imponente webliografia, assolutamente priva di termini di confronto significativi, quanto a completezza e sistematicità, per la tematica in questione.

L'interfaccia del sito, estremamente sobria e priva di qualsiasi corredo iconografico, denota una scelta consapevole dei curatori di concepirlo entro una cornice rigorosamente scientifica. La struttura è semplice e di facile consultazione. A riprova della vocazione internazionale dell'iniziativa, la parte superiore sinistra della home page è occupata dai rinvii alle traduzioni di tutte le pagine di interfaccia e delle brevi recensioni che accompagnano le singole voci webliografiche in italiano (se ne farà uso per comodità del lettore da ora in poi nella presente recensione, dopo aver avvertito che il lemma tedesco Kloster, che significa indifferentemente convento o monastero, è tradotto sempre con monastero), inglese e francese, tutte ben individuabili grazie alle rispettive bandiere nazionali. In alto a destra, invece, campeggia un breve elenco di iniziative convegnistiche di imminente realizzazione. Al centro della pagina viene segnalato e messo in evidenza come una novità il repertorio delle [fonti disponibili online concernenti la vita religiosa medievale](#). L'impiego di tale strumento è reso agevole da un puntatore alfabetico che consente di orientarsi all'interno di una webliografia imponente, compilata dai membri del gruppo di ricerca coadiuvati dal webmaster [Tobias Tanneberger](#). Ciò non impedisce la fisiologica obsolescenza dei link, alla quale si pone rimedio con buoni risultati grazie a un aggiornamento settimanale del sito.

L'accesso alla successiva maschera di utilizzo del sito non risulta del tutto agevole. Il centro della homepage è, infatti, occupato da tre distinti riquadri, entro i quali sono indicate altrettante sottoclassi di riferimenti. La circostanza induce il navigatore a credere che ciò preluda all'accesso separato verso

ciascuna di esse, mentre da tutti e tre i riquadri si perviene a una sola e unica maschera. Quest'ultima reca sulla parte sinistra la mappa del sito, mentre il resto della pagina è occupato da una serie di avvertenze per un migliore utilizzo dello stesso, a partire dalla scelta di elencare tutti i siti censiti in ordine rigorosamente alfabetico. La struttura di [RE.VI.RE.S.](#) presenta un'articolazione gerarchica in quattro sezioni (Piattaforma di Ricerca, Ordini e Monasteri, Soggetti speciali e Strumenti), la cui natura eterogenea imporrebbe forse una più perspicua differenziazione anche sul piano formale.

La sezione "piattaforma di ricerca" è infatti una sezione che potremmo definire "di servizio", scandita in tre sottosezioni: nella prima sono elencati link delle [Istituzioni](#) «che si occupano della vita religiosa del medioevo» e che «hanno dentro questo forum la possibilità di presentarsi e di richiamare l'attenzione su di sé»; la rubrica [Progetti di ricerca](#) ospita invece i link siti relativi a tesi di dottorato, volumi miscellanei, convegni, tavole rotonde, seminari banche dati e pubblicazioni on line che riguardano la *vita religiosa* nel medioevo, a condizione che le risorse linkabili presentino dati utili come bibliografie specifiche o presentazioni particolarmente articolate; un vero e proprio calendario degli [Incontri scientifici](#) si trova invece nell'omonima sotto-sezione, arricchita da un archivio dei convegni e seminari censiti tra il 2002 e il 2005. Costituisce certamente la parte più corposa e di maggiore utilità del sito la sezione "Ordini e Monasteri", una vastissima webgrafia (siamo nell'ordine delle migliaia di siti censiti) così articolata: [Agostiniani](#) ([Eremiti](#)) (meglio sarebbe parlare di «Eremitani»); [Benedettini](#); [Carmelitani](#); [Cistercensi](#); [Dominicani](#) (da correggere con «Domenicani»); [Francescani](#); [Premonstratensi](#); [altri canonici regolari](#); [Serviti](#) (tale denominazione impropria sarebbe da sostituire con quella più corretta e storiograficamente accettata di «Servi di Maria»; inoltre al momento nella versione italiana del sito il link di apertura non funziona ma le informazioni possono essere recuperate attraverso le versioni nelle altre lingue) [altri ordini...](#) (definiti «con scarsa presenza on-line»). La situazione degli studi per ciascuna di queste che con una pessima e solo comoda approssimazione possiamo definire "famiglie religiose" si presenta estremamente diversificata per qualità e quantità. Assai eterogenei e di ardita comparazione risultano anche lo sviluppo storico e la presenza attuale di tali ordini, congregazioni e insediamenti autocefali. Tali circostanze si riverberano nella produzione delle risorse on-line.

Per questo le sottosezioni poc'anzi elencate non hanno un'articolazione interna assolutamente omogenea, ma presentano schemi differenti tra loro. Così, per esempio, le sottosezioni riservate a Domenicani e Francescani hanno la seguente scansione: 1) [pagine principali ordinate secondo paesi e province](#); 2) [progetti e argomenti](#); 3) [conventi singoli](#); 4) [ricerca e centri di pubblicazione](#); 5) [varie/ link](#).

Per le altre sottosezioni tale schema non è rispettato alla lettera, ma ciò non ne pregiudica la consultabilità. Lo stesso accade per la sezione "Soggetti speciali", così articolata: [ambiti geografici e visioni d'insieme](#); [Beghine e Begardi](#); [Diritto](#); [Filosofia](#); [Donne](#); [La prima chiesa](#) (da correggere in «La

Chiesa primitiva»); [Santi \(e altre persone\)](#); [Storia della chiesa](#). Anche queste sottosezioni sono diverse tra loro per estensione e completezza di informazione, anche perché i siti censiti sono quelli che riguardano in qualche modo la vita religiosa e non per esempio il tema storiografico delle “donne” in generale. Ad ogni modo siamo di nuovo in presenza di webliografie molto mirate e opportunamente commentate, che risultano davvero di utile consultazione. Lo stesso dicasi per la sezione “Strumenti”, che comprende le sottosezioni [E-Bibbia](#) (ottima rassegna di iniziative on line riguardanti il testo della Sacra Scrittura), [Bibliografie](#) (una vera miniera di bibliografie in rete), [Medioevo in generale](#), le già menzionate [Raccolte di Fonti](#) e, infine, l'utile censimento dei [Motori di ricerca](#). A tale proposito non va taciuta la difficoltà di usare con profitto la versione provvisoria del motore di ricerca interno, l'esito delle cui investigazioni non rende certo ragione della grande ricchezza del sito, un'impresa editoriale senza dubbio al vertice delle iniziative consimili che riguardano la vita religiosa nel medioevo e, di riflesso, la storia dell'età di mezzo nel suo complesso.

Massimiliano Nuti

Recensione

Fonti letterarie in Rete tra Antichità e Medioevo

1. *Introduzione*

All'interno della Rete si trovano in continuo aggiornamento raccolte di fonti, studi, repertori bibliografici e altri strumenti utili come supporto sia alla didattica, sia alla ricerca storica. Non è tuttavia sempre agevole orientarsi all'interno dei materiali disponibili on-line. La presente webliografia intende offrire un primo semplice e pratico strumento di orientamento per chi intenda disporre, per quanto può offrire la Rete, di una piccola biblioteca virtuale di opere di autori della tarda antichità in lingua originale oppure in una traduzione in lingua moderna.

È bene chiarire innanzitutto quali criteri siano stati adottati per selezionare i siti recensiti in questa sede. Il punto di partenza del presente lavoro è rappresentato dall'esperienza personale di chi scrive volta all'esplorazione del web e in particolare alla ricerca di testi di autori della tarda antichità per la storia dell'area del Mediterraneo occidentale in particolare nei secoli V e VI. La definizione cronologica di tardoantico, come noto, è materia di discussione; spesso sono stati allargati i confini di quest'epoca, originariamente limitata ai secoli IV e V, fino a comprendere da un lato gli ultimi decenni del secolo II, dall'altro periodi più o meno ampi della storia medievale, in taluni casi ben oltre la caduta dell'impero romano¹.

Occorre comunque rilevare che ogni sito che ospita biblioteche elettroniche ha evidentemente un suo contesto tematico e cronologico; spesso quindi le fonti d'interesse per lo studio del periodo tardoantico/altomedievale si trovano inserite all'interno di pagine web che hanno diversi e più ampi ambiti di riferimento. I siti selezionati in questo contributo dunque possono rivelarsi utili anche per opere di autori appartenenti a epoche differenti dalla tarda antichità e dai secoli V e VI in particolare. Le risorse informatiche a disposi-

zione degli storici possono genericamente distinguersi tra due diversi tipi di strumenti: quelli disponibili su supporto digitale e quelli accessibili on-line, all'interno di siti a pagamento o gratuiti.

Il primo problema è evidentemente quello di offrire un catalogo per argomenti e possibili applicazioni di tutta l'offerta informatica a disposizione degli studiosi; da questo punto di vista appare fondamentale la [Rassegna degli Strumenti Informatici per lo Studio dell'Antichità Classica](#), curata da Alessandro Cristofori, che offre una guida degli risorse informatiche utili agli antichisti e in parte valide anche per gli studiosi del periodo tardoantico. La pagina iniziale offre un elenco dei diversi capitoli e delle sezioni in cui è articolata la Rassegna; all'interno di ogni sezione sono raccolte le schede che descrivono i principali servizi informatici, con collegamento ai diversi siti web per le risorse on-line. L'imponente lavoro di schedatura della Rassegna, peraltro continuamente aggiornato, consente di reperire informazioni su tutti tipi di strumenti offerti dalla Rete. Il primo capitolo è una introduzione alle guide alle risorse informatiche e ai portali; i successivi cinque capitoli distinguono il materiale secondo i diversi tipi di fonti: testi letterari, epigrafi, papiri, monete e documentazione archeologica. Altri tre capitoli sono dedicati alla raccolta bibliografica distinguendo tra geografia e cartografia, riviste elettroniche, biblioteche elettroniche che raggruppano sezioni dedicate ai siti di biblioteche reali e siti di biblioteche virtuali che contengono e-books. L'ultima parte della Rassegna è dedicata alla schedatura di materiali didattici, alle strutture della ricerca storica, ai gruppi di discussione, ai software utili agli antichisti e ai siti web dedicati a musei e mostre virtuali. Un ulteriore capitolo raccoglie le informazioni in Rete su annunci di lavoro, cataloghi di case editrici, convegni e indirizzari. Infine tutte le risorse elettroniche non catalogabili nelle pagine precedenti, generalmente dedicate all'approfondimento di singoli temi, sono state organizzate per soggetto nelle sezioni di un capitolo a parte. Di particolare interesse, per quanto qui compete, è la parte della Rassegna dedicata alle fonti letterarie. In queste sezioni si raccolgono schede descrittive relative alle banche dati testuali su CD-Rom e on-line (rispettivamente [Testi su supporto magnetico](#) e [Testi e progetti on line](#)) e alle informazioni su [autori greci](#), [autori latini](#) e [autori cristiani](#) con particolare riferimento alle opere, alle traduzioni e ai commenti disponibili sul web.

In Rete esistono altri portali che rimandano a pagine elettroniche che offrono in consultazione testi antichi (alcuni di questi saranno citati in seguito); tuttavia, vale la pena indicare subito, per chi volesse disporre di un semplice e immediato elenco, la sezione [Latin and Greek Authors on the Web](#) curata da Herman Lauvrys del Sint-Victorinstituut di Turnhout, all'interno del sito [Classica](#) da lui curato. Si tratta di una aggiornata lista di links, con breve scheda introduttiva, utile a rintracciare in Rete testi e informazioni relative agli scrittori greci e latini anche del periodo postclassico.

In conclusione, per approfondire la conoscenza degli strumenti informatici a disposizione degli antichisti, si possono segnalare il libro di Giovanna Alvoni, *Scienze dell'antichità per via informatica: banche dati, Internet e ri-*

sorse elettroniche nello studio dell'antichità classica, Bologna 2002, e quello di Paola Donati Giacomini, *Innovazione e tradizione. L'uso delle risorse informatiche e telematiche nello studio dell'antichità classica*, Bologna 2002, e alcuni contributi di Alessandro Cristofori disponibili sul web: [Strumenti informatici per lo studio della Storia Antica](#) e [Storia Antica e Computer: un approccio](#) versione on-line aggiornata di A. Cristofori, *Storia Antica e Computer*, in «I viaggi di Erodoto», 11 (1997), pp. 22-34.

Sarebbe di grande utilità poter disporre di un catalogo degli strumenti informatici, almeno per le risorse on-line, specifico per gli studi per la tarda antichità; un tentativo in tal senso pare il sito della [Society for Late Antiquity](#) che mette in Rete una Newsletter, i programmi delle conferenze *Shifting Frontiers in Late Antiquity* dal 1995 al 2005², un forum di discussione e appunto un elenco di siti web di interesse per l'epoca tardoantica. Questo catalogo è ben organizzato in diverse sezioni divise per materia: *Specifically Late Antiquity WEB Sites; Byzantine Studies Sites; Ancient/Classical/Medieval Sites; Late Antiquity Source Materials; Disciplines and Methodology; Books, Articles, Topics, Bibliography; Organization, Institute, and Museum Sites; Journal Sites; Employment*; tuttavia tale catalogo non è aggiornato e i collegamenti ai diversi siti web in gran parte non sono corretti.

Rispetto all'ampia e variegata offerta di strumenti telematici che raccolgono diversi tipi di fonti, materiali documentari, bibliografie e approfondimenti tematici, il presente contributo si limita alla recensione di siti web che offrono gratuitamente in versione integrale una collezione di testi letterari di autori della tarda antichità, ivi comprese le fonti giuridiche, con particolare riferimento ai codici di Teodosio II e di Giustiniano.

Il primo e rudimentale strumento di consultazione della rete per la ricerca di opere degli autori antichi è evidentemente quello dell'utilizzo dei generici motori di ricerca della rete, tra i quali probabilmente il più famoso e utilizzato è [Google](#). Digitando il nome di un autore o del titolo dell'opera si può verificare quanto sia disponibile in Rete relativamente a quel determinato autore o a quella determinata opera. Tale procedimento, tuttavia, risulta piuttosto lungo e laborioso, non solo perché evidentemente i risultati di un tal tipo di ricerca non indicano immediatamente i siti che riportano al testo delle opere, ma anche perché, per svolgere una ricerca davvero sistematica, occorre digitare i nomi degli autori e i titoli delle opere nelle lingue in cui possono essere stati indicizzati nella Rete, vale a dire in latino e in diverse lingue moderne.

In questa sede saranno recensiti siti web che offrono on-line una raccolta di più testi e per più autori; conoscere le principali collezioni di testi letterari di autori della tarda antichità disponibili on-line può limitare il ricorso ai generici motori di ricerca a ulteriori verifiche per un determinato autore o una determinata opera di cui non si è trovata indicazione nelle principali biblioteche virtuali. In particolare esistono siti web dedicati alle opere di singoli autori, peraltro facilmente individuabili utilizzando i motori di ricerca della Rete. È il caso per esempio della pagina web su [Claudio](#) curata da Angelo Luceri oppure dei siti dedicati a sant'Agostino, tra cui uno italiano, [Sant'Agostino](#),

promosso dalla Nuova Bibliotheca Agostiniana e Città Nuova Editrice, all'interno del quale è disponibile l'*opera omnia* sia in *editio latina* che in versione italiana. Più difficile è rintracciare nel *mare magnum* della Rete diversi testi utili alla ricerca storica che spesso si trovano in siti riservati ad altro contenuto: è il caso per esempio delle testimonianze dirette sulla [vita di s. Melania](#) – tra cui una traduzione italiana della versione greca della biografia della Santa – raccolte nel sito della parrocchia in Roma a lei dedicata. Nonostante, come già precisato, il presente lavoro riguardi siti che offrono gratuitamente una collezione di testi letterari, vale comunque la pena di segnalare i siti a pagamento della [Patrologia Latina](#) e del [Thesaurus Linguae Graecae](#) che mettono in Rete le loro banche dati normalmente disponibili su CD-Rom, come la maggior parte dei database che raccolgono fonti letterarie. Queste banche dati consentono, attraverso una specifica maschera di ricerca, avanzate opzioni di consultazione dei *corpora* contenuti, soprattutto ricerche per termini e sinagmi per uno o più autori, una o più opere³.

Prima di procedere occorre premettere alcune avvertenze riguardo il materiale effettivamente disponibile on-line; la maggior parte delle fonti letterarie in lingua originale presenti nel web sono opere di autori latini; le versioni in lingua moderna, quando disponibili, sono per lo più traduzioni in lingua inglese e spesso si tratta di versioni di pubblico dominio non più coperte dal copyright e dunque, generalmente, non aggiornate alla luce dei recenti studi.

Da ultimo occorre avvisare il lettore che all'interno dei siti recensiti nella presente webgrafia, quando disponibili, vengono segnalati anche alcuni approfondimenti bibliografici; è bene tuttavia indicare almeno la principale banca dati bibliografica a disposizione degli antichisti: l'[Année Philologique](#). Il database disponibile on-line raccoglie le indicazioni bibliografiche contenuti nei volumi cartacei dal 30 (1959) a 74 (2003); l'accesso però è consentito solo agli utenti abbonati. Il materiale a disposizione è consultabile impostando diversi criteri di ricerca; da segnalare in questa sede è la possibilità di raccogliere tutta la bibliografia disponibile su un dato autore o su una determinata opera selezionando, all'interno dell'apposita maschera, la ricerca per autori e testi antichi.

2. Collezioni di fonti letterarie in lingua originale

In questa sezione si segnalano siti web d'interesse per la storia tardoantica/altomedievale che raccolgono unicamente fonti letterarie in lingua originale.

Un sito web di particolare utilità non solo per i medievisti, ma anche per gli studiosi della tarda antichità è quello dei [Monumenta Germaniae Historica Digital](#), risultato di un progetto comune condotto dalla [Bayerische Staatsbibliothek](#) e dai [Monumenta Germaniae Historiae](#) e promosso dalla [Deutschen Forschungsgemeinschaft](#). Questa biblioteca digitale non contiene le trascrizioni di testi liberi da copyright, come accade nei siti web qui di seguito indicati, ma riproduce direttamente on-line, in formato jpg, le pagine dei libri della collezione cartacea pubblicati fino al 2000. L'indice all'interno

della pagina iniziale (*Reihenübersicht*) dunque rispetta l'ordine dei volumi e dei tomi della collana, raccolti nelle 5 grandi sezioni: *Scriptores*, *Leges*, *Diplomata*, *Epistolae* e *Antiquitates*, oltre alle *Weitere Reihen*. Ogni volume in formato digitale può essere consultato facendo riferimento all'indice dei contenuti, oppure digitando nel motore di ricerca la pagina desiderata del testo⁴.

La maggior parte dei siti web che mettono a disposizione testi di opere letterarie dispongono generalmente il loro materiale per autore; la [Bibliotheca Augustana](#), edita da Ulrich Harsch, offre la possibilità di consultare il materiale contenuto seguendo anche un indice cronologico. Il sito offre un'ampia rassegna di testi letterari divisi per *Bibliothecae*, distinte secondo diverse lingue (*Bibliotheca Germanica*, *Anglica*, *Gallica*, *Italica*, *Hispanica*, *Polonica*, *Russica*, *Iiddica*), tra cui anche una *Bibliotheca Latina* e una *Graeca*. L'indice di ogni *Bibliotheca* può essere consultato sia per un ordine alfabetico degli autori e delle opere anonime o d'incerta attribuzione, sia per uno cronologico che divide opere e autori per epoca e secolo. Secondo quest'ultimo criterio la [Bibliotheca Latina](#) è divisa in *latinitas romana* (secoli VII a. C.-VI d. C.), *latinitas medievalis* (secoli VII-XIV) e *latinitas nova* (secoli XV-XIX); la *latinitas romana* a sua volta è divisa in *antiqua* (secoli VII-II a. C.), *classica* (I secolo a. C.) e *postclassica* (secoli I-VI d. C.). La [Bibliotheca Graeca](#), sempre seguendo un criterio cronologico, è divisa in *litterae archaicae* (secoli VIII-VI a. C.); *classicae* (secoli V-IV a. C.); *hellenisticae* (secoli III-I a. C.); *litterae aetatis imperii Romani* (secoli I-VI) e *litterae Byzantinae* (secoli VII-XV). Ogni secolo è collegato a un'altra pagina web che riporta un elenco di autori del periodo e di opere anonime o di autore incerto; per alcuni di questi autori e di queste opere è possibile accedere al testo in lingua originale, disponibile nella *Bibliotheca* o con link a sito esterno, oltre a una serie di ulteriori informazioni. Per ogni autore sono fornite, nella sua lingua originale, una breve scheda biografica (*persona*); un elenco delle opere con collegamento al testo per quelle di cui è disponibile una trascrizione on-line (*opera*); una serie di collegamenti interni o esterni al sito per accedere a ulteriori notizie su autore e opera (*secundaria*). In quest'ultima sezione particolarmente utili sono le *fontes* che raccolgono le indicazioni sulle edizioni cartacee delle singole opere, sul curatore della versione on-line e, in alcuni casi, ulteriori riferimenti bibliografici. Analogo schema seguono le indicazioni raccolte nelle pagine web dedicate alle opere anonime o di autore incerto; vengono fornite alcune notizie in lingua originale sull'opera e il collegamento per accedere alla trascrizione del testo (*opus*), oltre ai links utili per ulteriori informazioni sull'opera, *fontes* incluse (*secundaria*).

Un altro sito web importante che fornisce una selezione di testi latini è [The Latin Library](#), curato da William Carey. L'home page raccoglie un elenco di autori classici e postclassici, all'incirca fino alla fine del IV secolo, ma le pagine più interessanti per gli studiosi del periodo tardoantico e altomedievale sono quelle dedicate allo [Ius Romanum](#), agli autori [Cristiani](#) e alle opere [Medievali](#) oltre a una sezione [Miscellanea](#). È anche possibile accedere a un [indice](#) degli

autori e delle opere inserite nel sito. L'edizione di provenienza dei testi trascritti e inviati da diversi collaboratori è segnalata nella pagina dei [Credits](#), anche se non sempre è stato possibile indicare gli estremi del testo riprodotto on-line, come avverte lo stesso curatore del sito. Interessante è anche la pagina di [Classics](#) che raccoglie links utili per lo studio dell'antichità classica. Alcuni testi latini di VI secolo si trovano nella pagina dedicata ai [Further texts](#) all'interno del sito curato da Angus Graham della Sultan Qaboos University (Oman) e dedicato ad [Albertano da Brescia](#); per la verità si tratta di pochi testi, con una breve nota introduttiva e indicazione dell'edizione cartacea di riferimento (le *Variae* di Cassiodoro, l'*Opera omnia* di Martino Vescovo di Braga, le *Etymologiae* di Isidoro di Siviglia e alcune opere di Fulgenzio: i *Mythologiarum libri tres*; l'*Expositio virgiliana* e l'*Expositio sermonum antiquorum*), ma è da segnalare la possibilità del download di una versione in formato word.

3. *Collezioni di fonti letterarie in lingua originale e in traduzione moderna*

In questa sezione si segnalano siti web d'interesse per la storia tardoantica/altomedievale che non solo raccolgono fonti letterarie in lingua originale, ma che in parte più o meno ampia offrono anche traduzioni in lingua moderna.

All'interno del sito [Forum Romanum](#), curato da David Camden, si trova una biblioteca virtuale di letteratura latina il [Corpus Scriptorum Latinarum](#); il progetto, cui partecipano studiosi di diverse discipline, è quello di raccogliere in questa biblioteca virtuale testi, traduzioni e approfondimenti bibliografici sulle opere della letteratura latina dagli esordi fino ai testi Neolatini del XVIII secolo. La navigazione all'interno del *Corpus* avviene per autore; quelli di cui sono già disponibili on-line testi o bibliografia sono collegati alle relative pagine elettroniche, tramite collegamenti interni ed esterni al sito. Alla pagina [All available texts](#) si trova un utile prospetto, forse il più completo tra quelli che offre la Rete, di tutte le opere in lingua latina accessibili on-line, dalle più antiche alle più recenti, con indicazione delle eventuali traduzioni disponibili in lingua moderna. Le versioni digitali interne al sito sono indicate con la dicitura *onsite*; ognuna di queste trascrizioni è corredata di una puntuale segnalazione dell'edizione cartacea di riferimento. Interessante è anche la sezione [Secondary Texts](#) che raccoglie alcuni links utili per approfondimenti bibliografici: Enciclopedie, Storie della Letteratura Latina, Commenti agli autori, Grammatiche e Sintassi, Storia sociale e Filosofia.

Sebbene testi e fonti giuridiche si trovino in diversi siti web (si veda per esempio la già citata sezione *Ius Romanum* della Latin Library), forse la raccolta più completa in questo ambito, anche per l'epoca tardoantica e alto-medievale, è [The Roman Law Library](#), curata da Alexandr Koptev con la collaborazione di Yves Lassard (si veda anche il [mirror site](#), edizione russa della stessa biblioteca anche se non aggiornata come quella francese qui indicata). La pagina iniziale visualizza le sezioni, ordinate secondo diversi tipi di fonte, in cui è divisa la biblioteca digitale e all'interno di ciascuna sezione i singoli

testi vengono disposti in ordine cronologico. Oltre all'imponente raccolta di testi in latino, sono disponibili alcune traduzioni in lingua inglese, francese e spagnola, anche attraverso un collegamento a pagine elettroniche esterne al sito. Particolarmente interessanti per il periodo tardoantico e altomedievale le sezioni dedicate alle *Constitutiones Principis* e alle *Leges Romanae Barbarorum* e al *Corpus Iuris Civilis*. Da segnalare anche le [Internet Resources](#) che contengono una serie di links utili, tra i quali altre pagine elettroniche riservate alle fonti del diritto romano, riviste e repertori bibliografici on-line per ulteriori approfondimenti in materia.

Tra i siti web dedicati agli studi di diritto romano è opportuno segnalare il [Roman Law Resources](#), edito da Ernest Philip Metzger dell'Università di Aberdeen e consultabile sia in lingua inglese, sia in lingua tedesca. Particolarmente interessanti per le fonti giuridiche di epoca tardoantica e altomedievale sono due sezioni: [Palingenesia of Latin Laws](#) che riproduce la *Palingenesia of Laws of the Theodosian Dynasty, Laws of Eastern Emperors 379-450 AD and of Western Emperors 383-455 AD*, contenuta in T. Honoré, *Law in Crisis of Empire 379-455 AD*, Oxford 1998 e [Justinian's Digest](#) che pubblica le correzioni operate da diversi studiosi alla traduzione inglese del Digesto di Giustiniano curata da Alan Watson e apparsa nelle due edizioni del 1985 e del 1998.

[The Internet Medieval Sourcebook](#), edito da Paul Halsall, curatore anche dell'[Internet Ancient History Sourcebook](#) e dell'[Internet Modern History Sourcebook](#), offre, sia all'interno del sito, sia tramite links esterni, un'imponente serie di testi, soprattutto di traduzioni inglesi, di notevole interesse non solo per i medievisti, ma anche per gli studiosi del tardoantico. Tre sono le sezioni principali: [Selected Sources](#), che contiene una serie di passi, tratti da diverse fonti, organizzati per periodo, area geografica o per particolare argomento di approfondimento; [Full Text Sources](#) che offre le indicazioni, secondo diversi soggetti, per rintracciare il testo completo di opere di autori medievali; [Saints' Lives](#) che mette a disposizione testi sulle vite dei santi secondo l'epoca e la loro provenienza. Forte limite alla consultazione di questo sito è costituito dai numerosi links, che purtroppo non risultano aggiornati.

[Lacus Curtius](#), curato da Bill Thayer, è un altro sito web dedicato all'antichità romana che raccoglie opere greche e latine. Nella pagina iniziale, oltre a una serie di indicazioni per approfondimenti bibliografici, si trova un elenco di testi latini e greci disponibili in lingua originale e/o traduzione in lingua moderna, peraltro quasi esclusivamente in inglese.

Per la storia tardoantica e altomedievale si deve segnalare non solo la presenza di alcuni testi antichi, come ad esempio alcune opere di Procopio e di Claudiano, ma anche la riproduzione di alcuni libri di carattere storico e topografico (per esempio Christian Hülsen, *Le Chiese di Roma nel Medio Evo*, Firenze 1927, e John B. Bury, *A History of the Later Roman Empire*, Dover Books 1923). Il sito è arricchito anche da un corposo [Roman Gazetteer](#) relativo a luoghi e monumenti del mondo romano soprattutto in città italiane e a Roma in particolare.

James J. O'Donnell ha curato una serie di pagine web sulla tarda antichità disponibili sia sul sito della [Georgetown University](#) (di cui è rettore dal 1 luglio 2002), sia all'interno di quello della [University of Pennsylvania](#) (dove ha insegnato dal 1981 al 2002). Dalla sezione dedicata ai [Worlds of Late Antiquity](#) è possibile accedere internamente al sito a una serie di testi e traduzioni inglesi di autori soprattutto dei secoli V e del VI; inoltre sono disponibili una serie di materiali sul mondo mediterraneo tra secolo III e VIII circa, anche attraverso links ad altri siti web. Importante la sezione dedicata alle [pubblicazioni](#) dello stesso O'Donnell in quanto può costituire una buona bibliografia di partenza per gli argomenti da lui trattati (soprattutto sant'Agostino, la transizione al digitale nella ricerca, la didattica, e l'editoria della storia).

Tra i siti web che contengono testi di opere in lingua originale e in lingua moderna [Intratex](#) merita una considerazione a parte; la sua particolarità consiste nel consentire ricerche per parola all'interno dei testi disponibili su questo server. Una volta visualizzata l'opera è sufficiente cliccare, quando è possibile, sulla parola che interessa per aprire la pagina che indica le concordanze nel testo; in alternativa è possibile consultare una determinata opera attraverso l'elenco delle parole in essa contenute disposte in ordine alfabetico, oppure per lunghezza, maggiore frequenza nel testo o ancora per ordine alfabetico partendo dall'ultima lettera. Intratex contiene diverse biblioteche virtuali tra cui una [Bibliotheca Latina](#) e una [Bibliotheca Religiosa](#) che comprende anche una serie di scritti cristiani e cattolici divisi per materia e poi per ordine alfabetico degli autori. La Biblioteca Latina comprende testi dall'epoca arcaica fino al XXI secolo ed è consultabile sia per autore, sia per ordine cronologico secondo tre diverse sezioni: *Latinitas Romana* (antiqua, classica, postclassica: secolo VII a. C.-VI d. C.); *Latinitas Mediaevalis* (secoli VII- XIV); *Latinitas Nova* (secoli XV-XXI).

4. *Collezioni di autori cristiani tradotti in lingua moderna*

In questa sezione si segnalano quei siti web che raccolgono traduzioni delle opere di autori cristiani. È evidente l'intento divulgativo e didattico.

Per le fonti patristiche sono da segnalare due siti americani simili per struttura: Christian Classics Ethereal Library e New Advent, il primo senz'altro più curato e con più approfondimenti, il secondo forse più facile da consultare. [New Advent](#), curato da Kevin Knight, è un sito dedicato al mondo cattolico; particolarmente utili sono le sezioni [Catholic Encyclopedia](#), edizione elettronica della versione cartacea del 1913, dove si possono rintracciare accurati profili di autori cristiani, e [The Fathers of the Church](#), che offre traduzioni in lingua inglese di scritti dei padri della Chiesa, cui si può accedere dall'elenco in ordine alfabetico degli autori e delle opere che compare nella pagina iniziale della sezione. Invero tale selezione – come peraltro viene correttamente riferito dai curatori del sito – è tratta da una collezione di testi disponibile nella [Christian Classics Ethereal Library](#), diretta da Harry Plantinga. All'interno di questa biblioteca virtuale che raccoglie libri in formato elettronico dedicati

al Cristianesimo, vi è una sezione, [The Early Church Fathers](#) (raggiungibile dalla home page cliccando sul link Church Fathers), che contiene in 38 volumi scritti dei padri della Chiesa che coprono i primi 800 anni di storia del cristianesimo. Le opere sono divise in due parti, una prima dedicata agli autori precedenti il Concilio di Nicea del 325 d. C.; la seconda a quelli contemporanei e successivi a detto Concilio: quest'ultima parte si divide a sua volta in due serie di cui la prima è interamente dedicata all'opera di sant'Agostino e di san Crisostomo. Rispetto all'edizione di New Advent i testi sono ordinati in maniera differente e soprattutto sono completi di un'introduzione agli autori e alle opere e di note al testo. Merita di essere consultata anche la sezione [Early Church Fathers - Additional Texts](#): raccolta di testi patristici curata da Roger Pearse. Si tratta della traduzione inglese di una serie di opere di autori cristiani non inseriti nella raccolta della Christian Classics Ethereal Library. Queste pagine web sono inserite anche all'interno di [The Tertullian Project](#), sito curato dallo stesso Pearse, che si propone di raccogliere materiale dedicato a Tertulliano e ai suoi scritti. Infine occorre segnalare anche la sezione [World Wide Encyclopedia of Christianity](#) che raccoglie il contenuto delle voci di una serie di dizionari ed enciclopedie dedicate alla storia del cristianesimo.

Un utile strumento per conoscere quanti testi siano effettivamente disponibili sulla Rete in traduzione inglese è un altro sito web dedicato ad autori cristiani che merita attenzione: la [St. Pachomius Library](#), in precedenza ospitata all'interno della [Orthodox Page in America](#). Questa biblioteca che aspira a essere una sorta di enciclopedia della cristianità ortodossa raccoglie tutte le indicazioni e le informazioni, ivi compresi testi e traduzioni di autori cristiani disponibili nella Rete; il materiale contenuto nel sito è consultabile secondo un ordine alfabetico per autore. Segnaliamo che però non è chiaro chi sia il curatore.

Traduzioni italiane on-line di testi dei padri della chiesa si possono trovare ne [La piccola biblioteca di Spiritualità](#), sezione del sito [Monastero Virtuale](#) curato da Francesco Crescione. Accanto alle sezioni dedicate agli scritti dei primi cristiani e dei dottori della Chiesa, ai classici della spiritualità cattolica e ai documenti ecclesiali, la biblioteca ne offre una riservata alla [patristica](#).

Note

¹ Sul tema si veda A. Giardina, *Esplosione di tardoantico in Prospettive sul tardoantico*, Atti del convegno di Pavia (27-28 novembre 1997), a cura di G. Mazzoli e F. Gasti, Como 1999, pp. 9-30 = «Studi Storici», 40 (1999), 1, pp. 157-180, e A. Marcone, *La tarda antichità e le sue periodizzazioni*, in «Rivista Storica Italiana», 112 (2000), pp. 318-334.

² Sul tema delle frontiere, almeno per l'arco alpino, si vedano anche il sito del [Centro Udinese di Studi sulle Aree di Frontiera tra età Romana e Medioevale](#), di cui è coordinatore Arnaldo Marcone, e quello sulla [Storia e Archeologia delle Alpi](#), di cui è responsabile e coordinatore scientifico Elvira Migliario.

³ Altre banche dati testuali importanti per gli studiosi del periodo tardoantico e medievale da segnalare sono la *Cetedoc Library of Christian Latin Texts*, che raccoglie testi di scrittori cristiani antichi dal secolo II al XV; gli *eMGH* versione su CD-Rom dei *Monumenta Germaniae Historica* e *Poetria Nova*, un repertorio di testi poetici in latino che risalgono all'Europa medievale tra il secolo VII e il XIII. Sul funzionamento delle banche dati testuali e su una loro più ampia descrizione si vedano la bibliografia e i siti citati nel paragrafo precedente.

⁴ Di questo sito si veda la recensione di Tiziana Lazzari in «Reti Medievali Rivista», V, 2005/2, <http://www.dssg.unifi.it/RM/rivista/recensio/lazzari_Dmgh.htm>.

Enrica Salvatori

Recensione
LAMOP.
Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris
<<http://lamop.univ-paris1.fr/lamop/LAMOP/lamop.html>>

Il sito LAMOP (acronimo di Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris) nasce nel 2002 come emanazione in rete dell'omonimo "laboratorio" di ricerca. La sua storia relativamente giovane ha tuttavia alle spalle un'elaborazione lunga e alquanto complessa, essendo il Laboratorio il prodotto di diverse *équipes* di ricerca, a loro volta nate da progetti di ricerca che rimontano fino al 1968. Di questa storia articolata dà conto il sito stesso in una pagina appositamente dedicata <<http://lamop.univ-paris1.fr/W3/hi.html>> che tuttavia rimane assai ostica per un utente non avvezzo al sistema francese di finanziamento della ricerca scientifica e ai numerosi acronimi usati in quel settore. Dalla pagina "storica" si ricava tuttavia che il Laboratorio è nato principalmente come evoluzione naturale di alcuni grandi gruppi di ricerca precedenti, dediti per lo più allo studio della storia culturale e politica della Francia dei secoli XIV e XV con particolare attenzione alla storia dei testi e al trattamento informatico delle fonti.

L'indagine approfondita delle diverse parti del sito mostra tuttavia che l'attuale raggio di azione è più ampio, investendo praticamente gran parte degli ambiti di studio della medievistica francese ed europea per l'intero millennio dell'età di mezzo. Attualmente le componenti ufficiali di LAMOP sono:

- 1) l'Unité Mixte de Recherche (UMR) 8589 a cui è legata anche la biblioteca Louis Halphen;
- 2) il Dipartimento di Storia dell'Università di Parigi 1 – La Sorbona e, al suo interno, la scuola di dottorato;

- 3) la sezione «Sciences de l'Homme et de la Société» (SHS) del «Centre National de la Recherche Scientifique» (CNRS);
- 4) l'«Institut des Traditions Textuelles» (Fédération de recherche 33 del CNRS);
- 5) la Commissione Ile-de-France Est del CNRS.

La rete di partner che LAMOP ha attivato in questi anni è comunque assai più estesa: ha infatti carattere internazionale ed è articolata nelle diverse assi di ricerca che le sono proprie (lista del marzo 2005 in <<http://lamop.univ-parisi.fr/lamop/LAMOP/lamopPartenariats.htm>>).

Il sito di LAMOP, per quanto ricco e articolato, ha una mappa di navigazione abbastanza semplice e lineare, organizzata in quattro voci principali: 1) presentazione del Laboratorio, storia e partecipanti; 2) assi di ricerca; 3) incontri e seminari; 4) pubblicazioni. Al di sotto di questa semplice strutturazione di base, l'interno delle sezioni presenta consistenza e qualità diverse, in parte da attribuire proprio alle differenti "anime" del Laboratorio. Essendo inoltre un sito scritto in buona parte in semplice linguaggio HTML con solo alcune sezioni costruite con linguaggi dinamici, l'aspetto complessivo è segnato da una elevata disomogeneità nelle pagine e nelle offerte, con ampie difformità relative alla qualità, l'aggiornamento e la completezza delle singole sottosezioni. Tale difformità è tuttavia dovuta anche al fatto che molti dei progetti e dei servizi presenti in LAMOP siano *work-in-progress*, arricchiti progressivamente dai membri del Laboratorio. Non è presente un motore di ricerca interno che faciliti l'accesso ai dati.

Gli assi di ricerca attualmente attivi in LAMOP sono i seguenti:

- 1) Storia e archeologia della tecnica - Storia dell'arte (resp. Eric Rieth);
- 2) Economie e società medievali (resp. Laurent Feller);
- 3) Pratiche e sistemi di comunicazione (resp. Darwin Smith);
- 4) *Élites* nell'alto medioevo occidentale (resp. Régine Le Jan);
- 5) Comportamenti e legami sociali (resp. Claude Gauvard);
- 6) La Chiesa, i corpi sociali (resp. Hélène Millet);
- 7) Genesi dello stato moderno (resp. Jean Philippe Genet);
- 8) Latino medievale, lingue vernacolari, edizioni (resp. Monique Goullet);
- 9) *Operazione Carlo VI* (resp. Hélène Millet);
- 10) Storia medievale e informatica (non attiva).

Ogni asse di ricerca ha una sua sezione appositamente dedicata (segnalata da un differente colore nei titoli e nelle intestazioni) in cui si può trovare il nome dei responsabili, i componenti dell'équipe di ricerca, il programma, le pubblicazioni e i seminari. I seminari rimandano con link interno alla sezione corrispondente del sito.

Si distacca da questo cliché solo l'«Opération Charles VI» <<http://www.vjf.cnrs.fr/charlesVI/accueil.php>> che in realtà, più che essere un asse di ricerca, è un database aperto, a cui collaborano trasversamente di-

versi membri del LAMOP, che intende schedare i personaggi dell'epoca di Carlo VI (1380-1422) già stati oggetto di ricerche biografiche. Lo scopo è quello di far circolare le conoscenze già acquisite tra gli studiosi, facendo conoscere i *corpora* prosopografici e segnalando le fonti già esplorate. Il database privilegia i dati riguardanti i nomi (col censimento delle forme nella denominazione e delle loro grafie) ed i profili di carriera. Nomi e profili sono così le principali chiavi di interrogazione da inserire nel motore di ricerca, che fornisce le varianti antroponomiche, l'arco cronologico della vita, i legami con altri individui censiti nel database e la bibliografia essenziale di riferimento.

L'« Opération Charles VI » ha una posizione eccentrica all'interno del sito di LAMOP, in quanto è considerata «asse di ricerca» anziché (come parrebbe più logico) «base di dati», come le altre basi di dati che l'utente può trovare nella sezione «Pubblicazioni». Dato che si tratta dei prodotti più interessanti e utili di LAMOP, vale la pena di soffermarsi per capirne meglio contenuto e struttura.

Le basi di dati attualmente presenti sono :

- 1) *Il Dizionario degli autori attivi nei campi della Storia e della Politica in Inghilterra dal XIV al XVII secolo* (Jean-Philippe Genet) <<http://193.55.96.69/genet/genet.htm>>, si tratta di un database costruito probabilmente con tecniche non recenti e che risente di una struttura complessa, non user-friendly, che necessita, per una proficua consultazione, di una conoscenza profonda del genere di informazioni presenti e delle modalità di schedatura attuate. Tutti gli strumenti utili alla consultazione sono tuttavia resi disponibili insieme a ricchi strumenti di corredo.
- 2) *Base prosopografica dei vassalli della famiglia dei signori di Béthune (XI-metà del XIII secolo)* (Jean-François Cauche), base molto più semplice del database precedente, anche perché limitata al corpus di atti dei signori di Béthune (Pas-de-Calais). Si tratta del prodotto di una tesi di laurea (Maîtrise) e di una tesi di Diploma di studi approfonditi (DEA).
- 3) *Aladin* (Alain Dallo), database messo in linea nel 2001 e apparentemente non più aggiornato che offre la consultazione a 17.000 riferimenti archivistici relativi agli archivi del dipartimento amministrativo Hauts-de-Seine. Frutto di un lavoro (scaglionato nel tempo) di *équipes* differenti, il database presenta al suo interno, come avverte lo stesso Alain Dallo, difformità elevate.

La rimanente sezione delle «Pubblicazioni» è alquanto disomogenea: presenta alcune pagine non aggiornate e in complesso non offre servizi particolarmente interessanti. La sottosezione «Tesi» contiene solo due titoli ed è estremamente povera anche la voce «Pubblicazioni in linea».

Molto più ricca è invece la sezione dedicata agli incontri e ai seminari che offre quasi sempre l'accesso al programma del convegno/seminario annunciato, con l'archivio delle iniziative intraprese dal 2000 in avanti (anche se non è dato sapere fino a che punto tale archivio è da considerarsi esaustivo).

RM

Bibliografie

Bibliografia delle crociate albighesi

a cura di Marco Meschini
con la collaborazione di
Martín Alvira Cabrer, Martín Aurell, Laurent Macé,
Damian J. Smith e Kay Wagner

Introduzione

È un dato di fatto che lo storico debba oggi confrontarsi, su molti dei temi che attirano il suo interesse, con una bibliografia tanto vasta quanto sparsa e spesso difficile da reperire. Per quel particolare argomento che sono le crociate albighesi, le pagine che seguono intendono offrire un supporto per la ricerca.

Ho proposto l'idea di raccogliere in un unico lavoro la bibliografia sul tema in occasione di un colloquio internazionale svoltosi a Carcassonne nell'ottobre del 2002 per iniziativa di Pilar Jimenez, allora direttore scientifico del Centre d'Études Cathares. La proposta ha raccolto l'adesione di Martín Alvira Cabrer, Martín Aurell, Laurent Macé, Damian J. Smith e Kay Wagner, i quali hanno accettato di collaborare per formare la *Bibliografia delle crociate albighesi*. A tutti loro, come a Pilar Jimenez, che ha seguito e sostenuto l'avanzamento del progetto nonostante i problemi intercorsi presso il CEC, va il mio cordiale ringraziamento per la non piccola mole di lavoro svolto insieme e per i preziosi consigli. Desidero inoltre ringraziare Reti Medievali, e in particolare Andrea Zorzi, per aver accolto questo lavoro per la pubblicazione¹.

Una bibliografia è un multiforme lavoro di inclusione, ordinamento ed esclusione. I criteri che hanno guidato le nostre scelte sono stati:

- ◆ per le fonti: accogliere solamente quelle edite², indicando eventuali traduzioni solo quando corredate da studi di rilievo;
- ◆ per gli studi: accogliere i lavori di tipo scientifico, anche quando non ancora pubblicati, come è il caso di talune tesi universitarie.

Una bibliografia trova però i suoi criteri fondanti soprattutto in una visione complessiva del problema cui si riferisce. In effetti la nostra *Bibliografia delle crociate albighesi* contiene anche studi non strettamente connessi con

le crociate albigesi come solitamente intese dalla storiografia; questa scelta è stata fatta alla luce del seguente criterio: gli eventi e le problematiche indicate con l'espressione appena utilizzata sono, a nostro avviso, comprensibili appieno solo all'interno del *negotium pacis et fidei* voluto dal papato a partire da Innocenzo III come pure nel più ampio contesto della Cristianità a cavallo tra XII e XIII secolo. Per fare un solo esempio, è questa la ragione che ci ha indotti a dedicare una sezione *ad hoc* ai problemi giuridici connessi con l'eresia e la lotta antieretica; specularmente, però, abbiamo deciso di non comprendere gli studi sull'eresia medievale, anche in ragione del loro enorme numero e dell'esistenza di strumenti bibliografici dedicati a quel campo di ricerca.

Una precisazione, poi, per quel che riguarda il titolo. Al di là di specifiche differenze e nonostante sia invalso l'uso dell'espressione "crociata contro gli albigesi" al singolare, gli storici generalmente concordano nel riconoscere caratteristiche profondamente diverse almeno alle due crociate principali, quella di Simone di Montfort e quella di Luigi VIII di Francia. Qualcuno ha parlato esplicitamente di "crociate" al plurale, anche se prevale l'abitudine a indicare tutto il ventennio 1209-1229 con un'unica dicitura. A nostro parere la periodizzazione migliore è quella proposta sia da Michel Roquebert³ sia da Walter Wakefield⁴, che coincidono nella sostanza: la "crociata albigese" degli anni 1209-1229 fu in realtà la somma di due crociate, quella innocenziana, cistercense e montfortiana del 1209-1215 e quella della corona francese del 1224-1229. Tra queste due fasi principali vi fu un periodo particolarmente lungo (1216-1224) durante il quale la prima crociata vide mutare i suoi protagonisti e soprattutto l'inerzia della lotta, dal momento che l'iniziativa passò nelle mani dei linguadociani sconfitti durante la prima fase. Due crociate e tre fasi, dunque, a testimoniare delle difficoltà che si incontrano quando si cerca di racchiudere in definizioni o espressioni onnicomprensive eventi storici certamente collegati ma anche diversi fra loro.

Nonostante tutto l'impegno profuso, siamo certi che la presente *Bibliografia* contenga imprecisioni: in generale, quando difettavamo di alcuni dati, abbiamo preferito dare comunque la *référence* così come in nostro possesso, convinti che sia meglio un riferimento incompleto piuttosto che assente del tutto. La *Bibliografia* è inoltre – e giocoforza – superata nel momento stesso in cui il lettore la tiene fra le mani. In effetti la produzione storiografica è continua e il lavoro qui presentato non ha la pretesa di essere perfetto; l'unico suo scopo, ripetiamo, è quello di essere d'aiuto ai colleghi e a quanti amano cercare la verità storica. A ogni modo, il curatore si assume interamente le responsabilità per eventuali incongruenze, sviste ed errori.

C'è infine un invito che vorremmo fare ai nostri lettori: e cioè inviare al curatore (all'indirizzo: marco.meschini@unicatt.it) notizia di nuovi studi sul tema, così come di altri studi già editi ma a noi ignoti, in modo da completare nel tempo i dati qui raccolti. Perché la storia è una continua ricerca, in ogni senso.

Note

¹ Essendo stata concepita in ambito francese, la presente *Bibliografia* ha alcuni caratteri tipicamente transalpini, in particolare quanto ai criteri di citazione.

² Con esclusione quindi, per esempio, del Fond Doat (Bibliothèque Nationale de France, Paris) o del *Dictionnaire biographique des croisés contre les Albigeois et de leurs adversaires* (Bibliothèque nationale de France, Collection De Camps, 24, NAFr 7352, ff. 306v-331). Segnaliamo inoltre che, per gentile concessione di Kay Wagner, presso il CEC si trova copia cartacea di tutte le fonti da lui inventariate in “Les sources de l’historiographie occidentale de la Croisade albigeoise entre 1209 et 1328”, dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d’Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, pp. 39-54. Altri strumenti utili anche a fini bibliografici sono i numerosi volumi che Michel Roquebert ha dedicato in svariati decenni di ricerca alle tematiche qui affrontate e che sono ovviamente citati nel presente lavoro.

³ Roquebert individua due crociate: la prima, quella montfortiana chiusasi con una sconfitta; la seconda, condotta dal re di Francia e vittoriosa solo dal punto di vista politico (ROQUEBERT M., *L’épopée cathare*, t. I-II, Toulouse, Paris, 20012, t. I/3, pp. 1410-1414). In precedenza Austin Evans aveva proposto uno schema suddiviso in sei punti principali: 1. La conquista delle terre dei Trencavel (1209-1211); 2. La conquista del tolosano (1211-1213); 3. L’intervento di Pietro d’Aragona e Muret (1213); 4. La vittoria di Simone di Montfort e il IV concilio lateranense (1213-1215); 5. Il contrattacco linguadociano (1215-1225); 6. La conquista finale della corona francese (1225-1229). Lo storico inglese suggeriva di suddividere così le varie fasi di un’unica impresa (EVANS A.P., “The albigensian Crusade”, in *A History of the Crusades*, éd. SETTON K.M., WOLFE R., HAZARD H., t. II, Philadelphia, 1962, p. 289). Anche Martín Alvira Cabrer ha recentemente suggerito uno schema di questo tipo, suddiviso però in cinque fasi: la conquista della viscontea Trencavel e di quasi tutto il contado tolosano (1209-1212); l’intervento aragonese (1212-1213); la supremazia franco-ecclesiastica (1213-1216); la *reconquista* occitana (1216-1225); la vittoria dei Capetingi (1225-1229) (ALVIRA CABRER M., *12 de Septiembre de 1213. El Jueves de Muret*, Barcelona, 2002, p. 102).

⁴ Wakefield ha proposto uno schema articolato in tre periodi: 1209-1215, prima conquista e conferma del concilio; 1216-1225, riconquista occitanica; 1226-1229, intervento e vittoria regia (WAKEFIELD W.L., *Heresy, Crusade and Inquisition in Southern France, 1100-1250*, London, 1974, p. 97).

I parte: Fonti

- Abbreviationes gestorum Franciae Regum*, dans *Recueil des historiens des Gaules et de la France*, éd. DELISLE L., t. XVII, Paris, 1878, p. 432-433.
- Acte du départ du Duc de Bourgogne Eudes III pour la croisade contre les Albigeois (1209)*, éd. PETIT E., dans *Histoire des Ducs de Bourgogne*, t. III, Dijon, 1889, p. 101-103.
- Actes de la famille Porcelet d'Arles (972-1320)*, éd. AURELL M., Paris, 2001 (Documents inédits de l'histoire de France, 27).
- ALBRICI MONACHI TRIUM FONTIUM *Chronica*, éd. SCHEFFER-BOICHORST P., MGH, SS, t. XXIII, p. 631-950.
- Amalrici de Monteforti, conestabuli Franciae, epitaphium (1241)*, dans GREGOROVIVS F., *Grabdenkmäler der Päpste*, Leipzig 1881, p. 60.
- Annales Colonienses maximi*, éd. PERTZ K., MGH, SS, t. XVII, p. 729-847.
- BELHOMME M., "Chartes inédites des comtes Raymond VI et Raymond VII. Privilèges de saisies accordés aux consuls de Toulouse sur les biens des partisans de Simon de Montfort", *Mémoires de l'Académie de Toulouse*, t. IV, 1854, p. 401-415.
- BENOIT F., *Recueil des actes des Comtes de Provence appartenant à la Maison de Barcelone. Alphonse II et Raimond-Berenguer (1196-1245)*, I-II, Monaco, Paris, 1925.
- BERNAT DESCLOT, *Crònica o Llibre del Rei en Pere*, éd. SOLDEVILA F., dans *Les Quatre Grans Cròniques*, Barcelona, 1971, p. 405-664.
- Bulário Português. Inocêncio III (1198-1216)*, éd. DE JESUS DA COSTA A., MARQUES M.A.F., Coimbra, 1989 (História, 7).
- Bullaire de l'abbaye de Saint-Gilles*, éd. GOIFFON, Nîmes, 1882.
- Bullaire de l'église de Maguelone*, éd. ROUQUETTE J., VILLEMAGNE A., Montpellier, 1911.
- CABAU P., "Deux chroniques composées à Toulouse dans la seconde moitié du XIII^e siècle", *Mémoires de la société archéologique du Midi de la France*, 56, 1996, p. 75-120.
- CAESARII HEISTERBACENSIS MONACHI ORDINIS CISTERCIENSIS *Dialogus miraculorum*, éd. STRANGE J., t. I-II, Coloniae, Bonnae, Bruxellis, 1851.
- CATEL G., *Histoire des comtes de Toulouse*, Toulouse, 1623.
- Constitutiones concilii quarti Lateranensis una cum Commentariis Glossatorum*, éd. GARCÍA Y GARCÍA A., Roma, 1981 (Monumenta iuris canonici, series A: Corpus Glossatorum, 2).
- Corpus Iuris Canonici*, éd. FRIEDBERG Ae., t. I-II, Lipsiae, 1879-1881.
- Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, éd. CHARLO BREA L., Cádiz, 1984.
- DELISLE L., *Catalogue des actes de Philippe-Auguste. Avec une introduction sur les sources, les caractères et l'importance historiques de ces documents*, Paris, 1856.
- DEVIC C., VAISSÈTE J., *Histoire générale de Languedoc*, éd. MOLINIER A., t. I-XVI, Toulouse, 1872-1915.
- Die Register Innocenz' III.*, éd. HAGENEDER O., HAIDACHER A., MALECZEK W., STRNAD A.A., EGGER C., RUDOLF K., SOMMERLECHNER A., MOORE J.C., WEIGL

- H., MURAUER R., Graz, Köln, Rom, Wien, 1964-2002 (Publikationen des Historischen Instituts beim Österreichische Kulturinstitut in Rom, II/1-2 e 5-8).
- Enquêtes administratives d'Alfonse de Poitiers. Arrêts de son parlement tenu à Toulouse*, éd. FOURNIER P.-F., GUÉBIN P., Paris, 1959.
- Enquêteurs royaux (1247)*, dans *Recueil des historiens des Gaules et de la France*, éd. DELISLE L., t. XXIV/I, Paris, 1904.
- Enquêteurs royaux (Assises de 1259-1262)*, dans *Histoire Générale de Languedoc*, éd. MOLINIER A., t. VII, Toulouse, 1879, col. 197-396.
- Ex Petri Sarnensi Historia Simonis comitis de Monte-Forti*, éd. HOLDER-EGGER O., MGH, SS, t. XXVI, p. 308-403.
- FAURIEL C., *Histoire de la croisade contre les hérétiques albigeois, écrite en vers provençaux par un poète contemporain*, Paris, 1837 (Collection de documents inédits sur l'histoire de France).
- FONS V.P., "Actes du procès sur la succession des Toulousains tués à la bataille de Muret", *Recueil de l'Académie de Législation de Toulouse*, 20, 1871, p. 13-22.
- Gesta Comitum Barcinonensium et Reges Aragonensium*, éd. BARRAU-DIHIGO L., MASSÓ TORRENTS J., Barcelona, 1925 (Chroniques catalanes, 2), p. 3-20, 21-116 et 119-144.
- Gesta Innocentii pape III*, PL, CCXIV, col. XVII-CCXXVIII (mais aussi GRESS-WRIGHT D.R., *The Gesta Innocentii III. Text, Introduction and Commentary*, Ph.D. Thesis, Bryn Mawr College, Ann Arbor, Michigan, 1981).
- GUILLAUME DE PUYLAURENS, *Chronique (1145-1275). Chronica magistri Guillelmi de Podio Laurentii*, éd. DUVERNOY J., Paris, 1976 (Sources d'histoire médiévale, 8) (Toulouse, 1996²).
- GUILLAUME PÉLHISSE, *Chronique (1229-1244) suivie du récit des troubles d'Albi (1234)*, éd. DUVERNOY J., Paris, 1994² (Sources d'histoire médiévale publiées par l'Institut de Recherches et d'Histoire des Textes).
- HENRIC H., "Chronique de Béziers", *Bulletin de la société archéologique de Béziers*, 3, 1839, p. 82-84.
- Histoire de la guerre des albigeois, écrite en languedocien par un ancien auteur anonyme*, dans DEVIC C., VAISSÈTE J., *Histoire générale de Languedoc*, éd. MOLINIER A., t. VIII, Toulouse, 1879, col. 1-206.
- Histoire de la guerre des albigeois, écrite en languedocien par un ancien auteur anonyme*, éd. Dom BRIAL, dans *Recueil des Historiens de la France*, Paris, 1880, t. XIX, p. 114-190.
- Huit ans de Guerre albigeoise. Édition avec notes et commentaires de la version en ancien occitan offerte par le manuscrit de Merville*, éd. HOEKSTRA D., Groningen, 1998.
- Index Actorum Romanorum Pontificum ab Innocentio III ad Martinum V electum*, I: *Les actes pontificaux originaux des archives nationales de Paris*, t. I : 1198-1261, éd. BARBICHE B., Città del Vaticano, 1975.

- JAUME I EL CONQUERIDOR, *Llibre dels Feits del rei en Jaume*, éd. SOLDEVILA F., dans *Les Quatre Grans Cròniques*, Barcelona, 1971, p. 3-402.
- JAUME I EL CONQUERIDOR, *Llibre dels Fets*, éd. BRUGUERA J., t. I-II, Barcelona, 1991.
- JAIME I EL CONQUISTADOR, *Libro de los hechos de Jaime I*, éd. BUTIÑA JIMÉNEZ J., Madrid, 2003.
- JAMES I OF ARAGON, *The Books of Deeds of James I of Aragon (1213-1276)*, éd. SMITH D.J., BUFFERY H., Aldershot, 2002.
- KUTTNER S., GARCÍA Y GARCÍA A., "A new eyewitness of the Fourth Lateran Council", *Traditio*, 20, 1964, p. 115-178.
- La Chanson de la croisade albigeoise*, éd. GOUGAUD H., Paris, 1989.
- La Chanson de la croisade albigeoise*, éd. MARTIN-CHABOT E., t. I-III, Paris, 1931-1961 (Les classiques de l'histoire de France au Moyen Age).
- La Chanson de la Croisade contre les Albigeois, commencée par Guillaume de Tudèle et continuée par un poète anonyme*, éd. MEYER P., t. I-II, Paris, 1875-1879 (Société de l'Histoire de France).
- Layettes du trésor des chartes*, éd. TEULET A., LABORDE J., BERGER É., DELABORDE H.-F., t. I-V, Paris, 1863-1909.
- Les Cartulaires des rois d'Aragon et des rois de Majorque*, éd. BERTHELÉ J., Montpellier, 1904.
- Les Registres de Grégoire IX*, éd. AUVRAY L., t. I-IV, Paris, 1892-1955 (Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome).
- Liber instrumentorum memorialum. Cartulaire des Guilhems*, éd. GERMAIN A., Montpellier, 1884-1886.
- LIMOUZIN-LAMOTHE R., *La commune de Toulouse et les sources de son histoire (1120-1249)*, Toulouse, Paris, 1932.
- MANSI J.D., *Sacrorum conciliorum nova et amplissima collectio*, t. I-LIII, Firenze, Venezia, Paris, 1759-1927.
- MANSILLA D., *La documentación pontificia de Honorio III (1216-1227)*, Roma, 1965 (Monumenta Hispanica Vaticana. Registros, 2).
- MANSILLA D., *La documentación pontificia de Inocencio III (1198-1216)*, Roma, 1955 (Monumenta Hispanica Vaticana. Registros, 1).
- MOLINIER A., "Catalogue des actes de Simon et d'Amauri de Montfort", *Bibliothèque de l'école des Chartes*, 24, 1874, p. 153-203 et p. 445-501.
- MOLINIER A., *Catalogue des actes de Raimond VI et de Raimond VII*, dans DEVIC C., VAISSÈTE J., *Histoire générale de Languedoc*, éd. MOLINIER A., t. VIII, Toulouse 1879, col. 1940-2008.
- MOLINIER A., *Récit en vers de la bataille de Muret [Versus de victoria comitis Montisfortis]*, *Notices et documents publiés pour la Société de l'Histoire de France à l'occasion du cinquantième anniversaire de sa fondation*, 135, 1884, p. 129-139.
- Patrologie cursus completus. Series latina*, éd. MIGNE J.-P., t. I-CCXVII, Paris, 1844-1864.
- PETRI VALLIUM SARNII MONACHI *Hystoria albigensis*, éd. GUÉBIN P., LION E., t. I-III, Paris, 1926-1939 (Société de l'Histoire de France).

- PHILIPPE MOUSKET, *Chronique rimée*, éd. DE REIFFENBERG F., t. I-II, Bruxelles, 1836-1838.
- PIERRE DES VAUX-DE-CERNAY, *Historia albigensis*, éd. GUÉBIN P., MAISONNEUVE H., Paris, 1951 (L'Eglise et l'Etat au Moyen Age, 10).
- PIERRE DES VAUX-DE-CERNAY, *Kreuzzug gegen die Albigenser. Die "Historia Albigensis" (1212-1218) erstmal aus dem Lateinischen ins Deutsche übertragen*, éd. SOLLBACH G.E., Zürich, 1997.
- POTTHAST A., *Regesta pontificum romanorum inde ab a. post Christum natum MCXCVIII ad a. MCCCIV*, t. I-II, Berolini, 1874.
- PRESSUTTI P., *Regesta Honorii papae III*, t. I-II, Romae, 1888-1895.
- QUINTANA PRIETO A., *La documentació pontificia de Innocenci IV (1243-1254)*, t. I-II, Roma, 1987 (Monumenta Hispaniae Vaticana. Registros, 7).
- Recueil des actes de Philippe Auguste, roi de France*, éd. BRUNEL C., t. I-III, Paris, 1943-1946.
- REINERII SANCTI JACOBI LEODIENSIS *Annales (1066-1230)*, éd. PERTZ K., MGH, SS, t. XVI, p. 253-663.
- RODRIGO JIMENÉZ DE RADA, *Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, éd. J. FERNÁNDEZ VALVERDE, Turnholt, 1987 (*Corpus Christianorum. Continuatio Medievals*, 72).
- Saisimentum Comitatus Tholosani*, éd. DOSSAT Y., Paris, 1966 (Collection de documents inédits sur l'histoire de France).
- The Chronicle of William of Puylaurens. The Albigensian Crusade and its Aftermath*, éd. SIBLY W.A., SIBLY M.D., Woodbridge, 2003.
- The History of the Albigensian Crusade. Peter of les Vaux-de-Cernay's Historia Albigensis*, éd. SIBLY W.A., SIBLY M.D., Woodbridge, 1998.
- The Song of the Cathar Wars. A History of the Albigensian Crusade by William of Tudela and an anonymous successor*, éd. SHIRLEY J., Aldershot, 1996.
- Un poema joglaresco català sobre la batalla de Muret*, éd. SOLDEVILA F., dans *Homenatge a Carles Riba en complir seixante anys. Poesia, Assages, Traduction clasiques*, Barcelona, 1954, p. 322-325.
- VILLEMAGNE A., *Bullaire du bienheureux Pierre de Castelnau, martyr de la foi (16 février 1208)*, Montpellier, 1917.

II parte: Studi sulle fonti e sui loro autori

II.1. Studi generali

- AURELL M., "Les sources de la Croisade albigeoise : bilan et problématiques", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 21-38.
- DE SMEDT CH., "Les Sources de l'histoire de la croisade contre les Albigeois", *Revue des Questions historiques*, 16, 1874, p. 433-481.

- DOSSAT Y., "La Croisade vue par les Chroniqueurs", dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, Cahiers de Fanjeaux, 4, 1969, p. 221-259.
- GLANZ G., *über die Quellen zur Geschichte des Albigenserkrieges*, Berlin, 1878.
- MOLINIER A., *Les Sources de l'histoire de France*, t. I-VI, Paris, 1901-1906, t. III : *Les Capetiens, 1180-1328*.
- STRUSS L., *Epische Idealität und historische Realität : der Albigenserkreuzzug und die Krise der Zeitgeschichtsdarstellung in der occitanischen, altfranzösischen und lateinischen Historiographie*, München, 1980.
- WAGNER K., *Debellare Albigenses : Darstellung und Deutung des Albigenserkreuzzuges in der europäischen Geschichtsschreibung von 1209 bis 1328*, Neuried, 2000 (Politik im Mittelalter, 4).
- WAGNER K., "Les sources de l'historiographie occidentale de la Croisade albigeoise entre 1209 et 1328", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 39-54.
- ZERNER-CHARDAVOINE M., "Les cathares au temps de la croisade albigeoise, d'après les sources littéraires: informations, déformations, ignorances", dans *Histoire et clandestinité, colloque, Privas, 1977*, *Revue du Vivarais*, n° spécial, 1979, p. 41-77.

II.2 Studi sulla Canso, Guglielmo di Tudela e il suo continuatore anonimo

- BAGLEY C.-P., "Paratge in the Anonymous *Chanson de la Croisade albigeoise*", *French Studies*, 21, 1967, p. 195-204.
- BOTTIN-FOURCHOTTE C., "L'Ambiguïté du discours chez Guilhem de Tudela", *Annales de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Nice*, 29, 1977, p. 99-110.
- CÉNAC MONCAUT J., *Lettre à M. Paul Meyer sur l'auteur de la Chanson de la Croisade albigeoise en particulier et sur certains procédés de critique en général*, Paris, 1869.
- COLBY-HALL A.M., "William of Orange in the *Canso de la Crosada*", dans *Magister Regis. Studies in Honor of Robert Earl Kaske*, éd. GROOS A. et alii, New York, 1986, p. 139-146.
- COMBARIEU DU GRÈS M. de, "Le nom de la ville : Toulouse dans la *Chanson de la Croisade albigeoise*", dans *Farai chansoneta novele. Hommage à Jean-Charles Payen. Essais sur la liberté créatrice au Moyen Age*, éd. BACKÈS J.-L., Caen, 1989, p. 133-149.
- DELARUELLE É., "L'idée de croisade dans la chanson de Guillaume de Tudèle", dans *La bataille de Muret et la civilisation médiévale d'Oc. Actes du colloque de Toulouse (9-11 septembre 1963)*, *Annales de l'Institut d'études occitanes*, s.a., 1962-1963, p. 49-63.
- DIAMENT H., "Place names and personal names in medieval French and Provençal crusade epics", dans *Aspects de l'épopée romane. Mentalités*,

- idéologies, intertextualités*, éd. VAN DIJK H., NOOMEN W., Groningen, 1995, p. 151-158.
- GHIL E.M., "Ideological models and poetic modes in *The song of the Albigensian Crusade*", *The Romanic Review*, 75, 1984, p. 131-146.
- GHIL E.M., "*The Song of the albigensian Crusade and the oral Journal in the romanian traditional Epic. An Analogy*", dans *Orality and Literacy in Medieval Europe*, Congress of the Modern Language Association of America, Chicago, 29 december 1985, à paraître.
- GHIL E.M., *L'âge de Parage. Essai sur le poétique et le politique en Occitanie au XIII^e siècle*, New York, Bern, Frankfurt, Paris, 1989.
- GISCLON P., *Droit, violence et lumière dans la Chanson de la croisade Albigeoise*, Mémoire de maîtrise, Université d'Aix-Marseille I, Aix-en-Provence, 1989.
- GOUIRAN G., "Tragediante ? Pis encore : jongleur ! ou De l'art de déconsidérer un adversaire : la présentation de l'évêque Foulque de Toulouse, alias Folquet de Marseille, par l'Anonyme de *La Chanson de la Croisade albigeoise*", dans *L'anticléricalisme en France méridionale (milieu XII^e-début XIV^e siècle)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 38, 2003, p. 111-134.
- GUIDA S., "L'autore della seconda parte della *Canso de la cruzada*", *Cultura Neolatina*, 63, 2003, p. 255-282.
- HEUR J.-M. d', "Notes sur l'histoire du manuscrit de la *Chanson de la Croisade Albigeoise* et sur quelques copies modernes", *Annales du Midi*, 85, 1973, p. 443-450.
- HEUR J.-M. d', "Sur la date, la composition et la destination de la *Chanson de la Croisade albigeoise* de Guillaume de Tudèle", dans *Mélanges d'histoire littéraire, de linguistique et de philologie romanes offerts à Charles Rostaing par ses collègues, ses élèves et ses amis*, éd. DE CALUWÉ J., HEUR J.-M. d', DUMAS R., Liège, 1974, p. 231-266.
- HUOT S., "The political Implications of poetic Discourse in the *Song of the Albigensian Crusade*", *French Forum*, 9, 1984, p. 133-144.
- KRAACK L., *Über die Entstehung und die Dichter der "Chanson de la Croisade contre les albigeois"*, Marburg, 1884 (Ausgaben und Abhandlungen aus dem Gebiete der Romanischen Philologie, veröffentlicht von E. Stengel, 15).
- La chanson de la croisade albigeoise*, Tenso, 20, 1995, p. 85-157.
- LAFONT R., "Composition et rythme épiques dans la seconde partie de la *Chanson de la croisade albigeoise*", *Revue de langue et littérature d'oc*, 9, 1962, p. 42-56.
- LAFONT R., "Las ideologias dins la part anonima de la *Cançon de la Crosada*", dans *La bataille de Muret et la civilisation médiévale d'Oc. Actes du colloque de Toulouse (9-11 septembre 1963)*, *Annales de l'Institut d'études occitanes*, s.a., 1962-1963, p. 87-94.
- LAFONT R., "Guilhem de Tudela : ses origines, les origines de son art", dans *Les troubadours et l'État toulousain avant la Croisade (1209)*, Toulouse, 1995, p. 219-228.

- MACÉ L., "De Bruniquel à Lormie : la singulière fortune de Baudoin de France et de Guillem de Tudèle au début de la croisade albigeoise", *Bulletin de la Société Archéologique et Historique de Tarn-et-Garonne*, 126, 2001, p. 13-23.
- MAFFRE J.-B., "Études sur le poème-roman de la croisade contre les Albigeois", *Bulletin de la Société archéologique, scientifique et littéraire de Béziers*, 9, 1878, p. 177-200.
- MALAFOSSE J. de, "Traduction nouvelle d'un passage de la chanson de la croisade contre les Albigeois", *Bulletin de la Société Archéologique du Midi de la France*, 8, 1891, p. 62-63.
- MEYER P., "Notes additionnelles au tome II de la *Chanson de la Croisade contre les albigeois*", *Annuaire-Bulletin de la Société de l'Histoire de France*, 16, 1879, p. 286-292.
- MEYER P., "Recherches sur les auteurs de la *Chanson de la Croisade albigeoise*", *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 26, 1865, p. 401-422.
- NEAL S.B., "*Las donas e las feminas, las tozas avinens* : women in *La Canso de la Crozada*", *Tenso*, 10, 1995, p. 110-138.
- "Note sur l'édition de la *Chanson*", *Annuaire-Bulletin de la Société de l'Histoire de France*, 10, 1873, p. 134-137.
- ORMIÈRES P., "Identification de l'Anonyme de la *Chanson de la Croisade*", *Bulletin de la Commission archéologique de Narbonne*, 34, 1972, p. 153-160.
- PACH R., "Un poème patriotique médiéval : la *Chanson de la croisade albigeoise*", *French studies in Southern Africa*, 22, 1993, p. 1-19.
- PATERSON L.M., "La *Chanson de la croisade albigeoise* : mythes chevaleresques et réalités militaires", dans *La Croisade : Réalités et fictions. Actes du Colloque d'Amiens 18-22 mars 1987*, éd. BUSCHINGER D., Göppingen, 1989 (Göppinger Arbeiten zur Germanistik, 503), p. 193-203.
- PEYRONEL G., "Sur la crédibilité historique de la *Chanson de la Croisade albigeoise*", *Nouvel Temp*, 45, 1994, p. 16-19.
- RAWLS D.N., "An etymological glossary for *La chanson de la croisade Albigeoise*", *Dissertation Abstracts International - A: The Humanities and Social Sciences*, 44/11, 1984, p. 3379.
- RICKETTS P.T., "The *Canso* of the Albigenian Crusade : Literature and Patriotism", dans *Proceedings of the Second Conference on Medieval Occitan Language and Literature. University of Birmingham, 28-30 march 1982*, Birmingham, 1982, p. 63-82.
- ROSTAING Ch., "Le vocabulaire courtois dans la deuxième partie de la *Chanson de la Croisade des Albigeois*", dans *Mélanges de linguistique, de philologie et de littérature offerts à Albert Henry*, Strasbourg, 1970, p. 249-263.
- ROSTAING Ch., "Une traduction en provençal moderne de la *Chanson de la Croisade*", dans *Mélanges de langue et de littérature médiévales offerts à Pierre Le Gentil, professeur à la Sorbonne, par ses collègues, ses élèves et ses amis*, Paris, 1973, p. 745-751.
- SULLIVAN K., "L'absence des hérétiques dans la *Chanson de la Croisade albigeoise*", *Heresis*, 38, 2003, p. 11-29.

- ZAMBON F., "La notion de *Paratge*, des troubadours à la *Chanson de la croisade albigeoise*", dans *Les voies de l'hérésie : le groupe aristocratique en Languedoc (XI^e-XIII^e siècles)*, Carcassonne, 2001 (*Heresis*, 8), t. III, p. 9-27.
- ZAMBON F., "La prise et le sac de Béziers dans la *Chanson de la Croisade albigeoise* de Guillaume de Tudèle", dans *Guerres, voyages et quêtes au Moyen Âge. Mélanges offerts à Jean-Claude Faucon*, Paris, 2000, p. 449-463.

II.3 *L'Historia albigensis* di Pietro des Vaux-de-Cernay

- DUCOS F., "Notice sur un historien de la croisade contre les hérétiques albiges : Pierre des Vaux de Cernay", *Mémoires de l'Académie des sciences, inscriptions et belles-lettres de Toulouse*, IV s., 6, 1856, p. 321-332.
- GRAHAM-LEIGH E., "Justifying Deaths : The Chronicler Pierre des Vaux-de-Cernay and the Massacre of Béziers", *Medieval Studies*, 63, 2001, p. 283-303.
- GUÉBIN P., "Les *Commentaires* du juriconsulte François Roaldès sur l'*Historia albigeoise* de Pierre des Vaux-de-Cernay", *Revue historique de droit français et étranger*, n.s., 3, 1924, p. 369.
- GUÉBIN P., LYON E., "Les manuscrits de la chronique de Pierre des Vaux-de-Cernay. Texte et traduction", *Moyen Age*, II s., 14, 1910, p. 221-234.
- PIÉCHON-PALLOCH H., *Pierre des Vaux-de-Cernay et Simon de Montfort, pourquoi l'«Hystoire Albigeoise»*, Mémoire de maîtrise, Université de Nice, Nice, 1979.
- WAGNER K., *War Simon von Montfort ein Heiliger? Untersuchung zur Darstellung des Simon von Montfort in der Hystoria Albigensis*, Mémoire de maîtrise, Université de Tübingen, Tübingen, 1995.

II.4 *La Hystoria* di Guglielmo di Puylaurens

- BEYSSIER M. J., "Guillaume de Puylaurens et sa chronique", dans *Troisièmes mélanges d'histoire du moyen âge*, éd. LUCHAIRE A., Paris, 1904 (Bibliothèque de la Faculté des Lettres de Paris, 18), p. 85-175.
- BEYSSIER M. J., "Note additionnelle à l'étude sur Guillaume de Puylaurens", dans *Quatrièmes mélanges d'histoire du moyen âge*, éd. LUCHAIRE A., Paris, 1905 (Bibliothèque de la Faculté des Lettres de Paris, 18), p. 233-234.
- BOUYSSOU R., "Guillaume de Puylaurens", *Revue du Tarn*, 161, 1980, p. 169-174.
- DOSSAT Y., "Le chroniqueur Guillaume de Puylaurens était-il chapelain de Raymond VII ou notaire de l'inquisition toulousaine ?", *Annales du Midi*, 65, 1953, p. 343-353 (voir aussi dans ID., *Église et hérésie en France au XIII^e siècle*, London, 1982, V).

- DOSSAT Y., "A propos du chroniqueur Guillaume de Puylaurens", dans *Gens et choses de Bigorre. Actes du XXII^e Congrès de la Fédération des Sociétés académiques et savantes de Languedoc-Pyrénées-Gascogne, Bagnères-de-Bigorre, 1966*, Bagnères-de-Bigorre 1967, p. 47-52 (voir aussi dans Id., *Église et hérésie en France au XIII^e siècle*, London, 1982, VI).
- DOSSAT Y., "La Chronique de Guillaume de Puylaurens", *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest (Anjou, Maine, Touraine)*, 87, 1980, p. 259-265.
- DUCOS F., "Note sur Guillaume de Puylaurens", *Mémoires de l'Académie Impériale des sciences, inscriptions et belles-lettres de Toulouse*, V s., 1, 1857, p. 163-174.
- MESCHINI M., "Il *negotium pacis et fidei* in Linguadoca tra XII e XIII secolo secondo Guglielmo di Puylaurens", dans *Mediterraneo medievale. Cristiani, musulmani ed eretici tra Europa e Oltremare (secoli IX-XIII)*, éd. MESCHINI M., Milano, 2001 (Scienze storiche, 74), p. 131-168.

II.5 Altre fonti e i trovatori

- ALVAR C., *La poesía trovadoresca en España y Portugal*, Barcelona, 1977.
- ALVAR C., *Textos trovadorescos sobre España y Portugal*, Barcelona, 1978.
- ALVIRA CABRER M., "La Couronne d'Aragon, entre hérétiques et croisés. La croisade albigeoise (1209-1211) selon le *Chronicon rotense*", *Heresis*, 38, 2003, p. 71-87.
- ALVIRA CABRER M., "La cruzada albigense y la intervención de la corona de Aragón en Occitania. El recuerdo de las crónicas hispánicas del siglo XIII", *Hispania*, 206, 2000, p. 947-976.
- ALVIRA CABRER M., "Del *Sepulcro* y los *sarracenos meridionales* a los *herejes occidentales*. Apuntes sobre tres « guerras santas » en las fuentes del sur de Francia (Siglos XI-XIII)", dans *Cruce de miradas sobre la guerra santa. Guerra, religión e ideología en el espacio mediterráneo latino, siglos XI-XIII (Casa de Velázquez, 11-13 de abril de 2005)*, éd. BALOUP D., JOSSERAND Ph., Madrid, à paraître.
- ANATOLE Ch.-J.-M., "Le souvenir de Muret et de la dépossession des Comtes de Toulouse dans les *Vidas* et les *Razos*", dans *La bataille de Muret et la civilisation médiévale d'Oc. Actes du colloque de Toulouse (9-11 septembre 1963)*, *Annales de l'Institut d'études occitanes*, s.a., 1962-1963, p. 11-22.
- AURELL M., "Le troubadour Gui de Cavaillon (vers 1175-vers 1229) : un acteur nobiliaire de la croisade albigeoise", dans *Les voies de l'hérésie : le groupe aristocratique en Languedoc (XI^e-XIII^e siècles)*, Carcassonne, 2001 (*Heresis*, 8), t. II, p. 9-36.
- AURELL M., "La chanson engagée : l'arme des troubadours", *L'Histoire*, 122, 1989, p. 76-79.
- AURELL M., "Le troubadour Bertran de Lamanon (c. 1210-1270) et les luttes de son temps", *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, 41, 1987-1988, p. 121-162.

- AURELL M., "Les troubadours : naissance et diffusion de la chanson engagée", dans *Sociabilité, Culture et Patrimoine. Cahiers du GRHIS*, 6, 1997, p. 25-36.
- BALOUPE D., "La Croisade albigeoise dans les chroniques léonaises et castillanes du XIII^e siècle", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 91-107.
- BERLIOZ J., "Exemplum et histoire : Césaire de Heisterbach (v. 1180-v. 1240) et la Croisade albigeoise", *Bibliothèque de l'École des chartes*, 147, 1989, p. 49-86.
- BERLIOZ J., "Tuez-les tous, Dieu reconnaîtra les siens". *Le massacre de Béziers (22 juillet 1209) et la croisade contre les Albigeois vus par Césaire de Heisterbach*, Portet-sur-Garonne, 1994.
- BOUTIÈRE J., SCHUTZ A.-H., *Biographies des troubadours. Textes provençaux des XIII^e et XIV^e siècles*, Paris, 1964.
- CARRAZ D., "Ordres militaires, croisades et sentiments politiques chez les troubadours. Le cas de la Provence au XIII^e siècle", dans *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, 2005, p. 993-1011.
- CAVAZZOCCA-MAZZANTI K., "La Croisade albigeoise vue par Robert de Saint Marien d'Auxerre", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 55-69.
- CRÉMIEUX G., *Sirventes politiques du XIII^e siècle. La croisade albigeoise*, Thèse de doctorat, dir. BEC P., Université de Poitiers, Poitiers, 1982.
- DIEHL R., *Guillem Anchier von Toulouse der Dichter des zweitentheils der Albigerserchronik*, Marburg, 1885.
- DOUAIS C., "Notes sur trois chartes du XIII^e siècle", *Bulletin de la Société du Midi*, 1-2, 1888, p. 68.
- ESPALADER, A.M., "El casal de Barcelona i la poesia trobadoresca", dans *Càtars i Trobadors. Occitània i Catalunya : renaixença i futur*, Barcelona, 2003, p. 106-123.
- FRANK I., "Tomier et Palaizi, troubadours tarasconnais (1199-1226)", *Romania*, 78, 1957, p. 46-85.
- GERE R.H., *The Troubadours, Heresy and the Albigensian Crusade*, Ph.D. Thesis, Columbia University, Columbia, 1955 (mais aussi: Michigan Univ. Microfilms, Public. n° 15.628, Microfilm AC-1, 1956).
- GOUIRAN G., "De Joven à Paratge ou l'intégration du futur Raimond VII dans l'univers des troubadours", dans *Terres et hommes du Sud. 126^e congrès du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques. Toulouse, avril 2001*, à paraître.
- GRIFFIN R., "Aucassin et Nicolette and the Albigensian crusade", *Modern Language Quarterly*, 26, 1965, p. 243-256.
- GUIDA S., "L'attività poetica di Gui de Cavaillon durante la crociata albigese", *Cultura neolatina*, 34, 1973, p. 235-271.

- GUIDA S., "Per la biografia di Gui de Cavaillon e di Bertran Folco d'Avignon", *Cultura neolatina*, 33, 1972, p. 189-210.
- GUIDA S., "Uc de Saint Circ e la crociata contro gli Albiges", *Cultura neolatina*, 57, 1997, p. 19-54.
- JEANROY A., "Le soulèvement de 1242 et la poésie des troubadours", *Annales du Midi*, 16, 1904, p. 311-329.
- JEANROY A., *La poésie lyrique des troubadours*, t. I-II, Toulouse, Paris, 1934.
- KLEIN K.W., *The partisan Voice. A Study of the political Lyric in France and Germany, 1180-1213*, Paris-La Haye, 1971.
- LAMARRIGUE A.-M., "La Croisade albigeoise vue par Bernard Gui", *Journal des Savants*, 137, 1993, p. 201-233.
- LAMARRIGUE A.-M., "Un dominicain chroniqueur de la Croisade albigeoise : Bernard Gui", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 71-80.
- LAMARRIGUE A.-M., *Bernard Gui (1261-1331). Un historien et sa méthode*, Paris, 2000.
- PADEN W.D., "The troubadours and the Albigenian Crusade : A long View", *Romance Philology*, 49, 1995, p. 168-191.
- POE E.W., "Suppressing the memory of the crusade : the manuscript tradition of the poems of Gui de Cavaillon", *Tenso*, 10, 1995, p. 139-157.
- RIQUER I. de, "Presencia trovadoresca en la Corona de Aragón", *Anuario de Estudios Medievales*, 26/2, 1996, p. 933-966.
- RIQUER M. de, *Los trovadores. Historia literaria y textos*, Barcelona, 1983.
- RIQUER M. de, *Vidas y retratos de trovadores*, Barcelona, 1995.
- SZÖVÉRFY J., "Maria und die Häretiker : Ein Zisterzienserhymnus zum Albigenkrieg", *Analecta Cisterciensia*, 43, 1987, p. 223-232.
- TAMIZEY DE LARROQUE Ph., "Mémoire sur le sac de Béziers dans la guerre des Albigeois et sur le mot "Tuez-les tous" attribué au légat du pape Innocent III", *Annales de philosophie chrétienne*, V s., 6, 1862, p. 105-128.
- THIOLIER-MÉJEAN S., *Les poésies satiriques et morales des troubadours du XII^e siècle à la fin du XIII^e siècle*, Paris, 1978.
- THOMAS L.J., "Lettre à J. de Malafosse", *Bulletin de la Société Archéologique du Midi de la France*, 9, 1892, p. 62-63.
- VAUCHEZ A., "Prosélytisme et action antihérétique en milieu féminin au XIII^e siècle : la Vie de Marie d'Oignies († 1213) par Jacques de Vitry", *Problèmes d'histoire du christianisme*, 17, 1987, p. 95-110.
- WAGNER K., "La croisade albigeoise vue par le chroniqueur Raoul de Coggeshale. Une interprétation de l'histoire sous l'angle du "patriotisme" anglais", *Heresis*, 35, 2001, p. 83-89.
- ZAMBON F., *Paratge : els trobadors i la croada contra els càtars*, Barcelona, 1998 (tr. it.: Id., *I trovatori e la crociata contro gli albiges*, Milano, Trento, 1999).

II.6 Studi sulle fonti figurative

- ARGYRIADES J.-P., "A propos des armoiries des Comtes du Comminges", *Revue de Comminges*, 108, 1993, p. 351-353.
- AURELL M., "Autour de l'identité héraldique de la noblesse provençale au XIII^e siècle", *Médiévales*, 19, 1990, p. 17-27.
- BLANCARD L., *Iconographie des sceaux et bulles conservés dans la partie antérieure à 1790 des Archives Départementales des Bouches-du-Rhône*, Marseille, Paris, 1860.
- BOMPAIRE M., "Les comtes de Toulouse et la vie monétaire en Languedoc", dans *De Toulouse à Tripoli. La puissance toulousaine au XII^e siècle (1080-1208)*, Toulouse, 1988, p. 66-73.
- BOYER CH., "Les sceaux de Simon de Montfort", *Mémoires de la Société des Arts et des sciences de Carcassonne*, 2, 1959, p. 187-189.
- BRENK B., "Bildprogrammatik und Geschichtsverständnis der Kapetinger im Querhaus der Kathedrale von Chartres", *Arte medievale*, II s., 5, 1991, p. 71-95.
- BROOK L.L., "The thirteenth century Montforts and their arms", *Coat of Arms*, n.s., I : 103, 1977, p. 185-191; II : 104, 1978, p. 210-217.
- CASTAING-SICARD M., *Monnaies féodales et circulation monétaire en Languedoc (X^e-XIII^e siècles)*, Toulouse, 1961.
- CASTELNUOVO E., *Vetrare medievali. Officine, tecniche, maestri*, Torino, 1994 (Biblioteca di storia dell'arte. Nuova serie, 22).
- CIVEL N., "Sceaux et armoiries de Simon comte de Leicester et de la maison de Montfort", *Revue française d'héraldique et de sigillographie*, 66, 1996, p. 83-106.
- CRUSAFONT I SABATER M., "Simó de Montfort i la moneda de Carcassona", *Acta Numismatica*, 17-18, 1987-1988, p. 225-255 (tr. fr.: Id., "Simon de Montfort et la monnaie de Carcassonne", *La Pallofe. Bulletin de l'Association numismatique du Rousillon*, 30, 1990, p. 3-33).
- CRUSAFONT I SABATER M., *Numismatica de la corona catalano-aragonesa medieval (785-1516)*, Madrid, 1982.
- DÉBAX H., MACÉ L., "Deux sceaux inédits des Trencavel (1185 et 1202)", *Annales du Midi*, 247, 2004, p. 377-391.
- DELAPORTE Y., HOUVET E., *Les vitraux de la cathédrale de Chartres, histoire et description*, Chartres, 1926.
- DEPEYROT G., "Le trésor de Toulouse et le numéraire féodal aux XII^e et XIII^e siècles", *Annales du Midi*, 94, 1982, p. 125-149.
- DEVIC C., VAISSETTE J., *Histoire Générale de Languedoc*, t. V, Paris, 1745.
- DHÉNIN M., "Le troisième trésor monétaire du château comtal de Carcassonne", *Bulletin de la Société d'études scientifiques de l'Aude*, 76, 1976, p. 189-199.
- DOUËT D'ARCQ L.C., *Inventaires et documents publiés par ordre de l'Empereur sous la direction de M. le comte de Laborde. Collection de sceaux*, t. I-III, Paris, 1863-1868.

- FRAMOND M. de, *Sceaux rouergats du Moyen Age*, Rodez, 1982.
- GOODALL J. A., "Simon de Montfort (c. 1170-1218) and unusual marshalling of arms", *The Journal of Antiquaries*, 78, 1998, p. 433-439.
- JÉQUIER L., "À propos de la croix dite de Toulouse", dans *Les origines des armoiries. II Colloque International d'Héraldique (Bressanone-Brixen, 5-9-X-1981)*, éd. PINOTEAU H., PASTOUREAU M., POPOFF M., Paris, 1983, p. 65-72.
- LA PLAGNE-BARRIS P., *Sceaux gascons du Moyen Age*, Paris, Auch, 1888-1892.
- LAFONT V., "Histoire numismatique du Roussillon sous les rois d'Aragon de 1172 à la première occupation française de 1462", *La Pallofe. Bulletin de l'Association numismatique du Roussillon*, 3, 1975, p. 5-28.
- LIARD J.-J., "Armorial de la maison de Montfort. Sceaux et armoiries", *Au pays de la Remarde. Société historique et archéologique de St.-Arnoult-en-Yvelines et de la vallée de la Rémarde*, 1, 1976, p. 2-25.
- MACÉ L., "Images de guerre, gestes de combat : les illustrations du manuscrit de la Canso", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 193-209.
- MACÉ L., "Les sceaux des Trencavel au XIII^e siècle : approches et reconsidérations", *Société des Sciences, Arts et Belles Lettres du Tarn*, 57, 2003, p. 430-440.
- MACÉ L., DÉBAX H., "Deux sceaux inédits des Trencavel (1185 et 1202)", *Annales du Midi*, 247, 2004, p. 377-391.
- MAQUET A., DION A., *Nobiliaire et armorial du comté de Montfort-l'Amaury, Rambouillet*, 1881.
- MOT C.-J., "La "pierre du siège" à Saint-Nazaire de Carcassonne", *Église en Pays d'Aude*, 16, 1969, p. 172-174.
- OUDOT DE DAINVILLE, "Sceaux des Seigneurs de Montpellier", dans Id., *Catalogue des Sceaux conservés dans les Archives de la ville de Montpellier*, Montpellier, 1952, p. 32-33.
- PERROT F., "Le vitrail, la croisade et la Champagne : réflexion sur les fenêtres hautes du choeur à la cathédrale de Chartres", dans *Les champenois et la croisade. Actes des quatrième journées rémoises (27-28 novembre 1987)*, éd. BELLENGER Y., QUÉRUEL D., Paris, 1989, p. 109-130.
- PIERFITTE G., "Monnaies des comtes de Toulouse", *Revue numismatique*, 1935, p. 47-65.
- ROSCHACH E., *Histoire graphique de l'ancienne province de Languedoc*, Toulouse, 1905.
- Trésors et émissions monétaires du Languedoc et de Gascogne (XII^e et XIII^e siècles). Études réunies par Georges Depeyrot*, Toulouse, 1987.

III parte: Bibliografia generale

- BARBER M., *The Cathars in Languedoc. Dualist Heretics in Languedoc in the High Middle Ages*, Harlow, 2000.
- BARBOTEU D., ROULLEAU M., *La Croisade contre les Albigeois*, Cannes, 1951.
- BARRAU J.J., DARRAGON B., *Histoire des croisades contre les albigeois*, Paris, 1842.
- BAYROU D., *Le catharisme, la croisade contre les albigeois*, Saint-Etienne, 1980.
- BELPERRON P., *La Croisade contre les Albigeois et l'union du Languedoc à la France (1209-1249)*, Paris, 1942 (1967^e).
- BIGET J.-L., "Hérésies, croisades et Inquisition en Languedoc (XII^e-XIII^e siècle)", dans *Religions, pouvoir et violence*, éd. BERTRAND M., CABANEL P., Toulouse, 2004, p. 33-56.
- BOITEL Ph., *Par le glaive et par le feu*, Paris, 1987.
- BORDONOVE G., *La tragédie cathare*, Paris, 1991.
- BREILLAT P., "La Croisade contre les Albigeois", *Revue du Tarn*, 32, 1943, p. 62, p. 128 et p. 183-192.
- CARRIÈRES M., *La Crosada contra los Albigeses*, Toulouse, 1938.
- CARTIER J.-P., *Histoire de la croisade contre les Albigeois. "Tuez-les tous... Dieu reconnaîtra les siens !"*, Paris, 1968.
- COMTE F., "Albigeois (Croisade des)", dans *Dictionnaire de la civilisation chrétienne*, Paris, 1999.
- CONTAMINE Ph., "Le Jeudi de Muret (12 septembre 1213), le Dimanche de Bouvines (27 juillet 1214) : deux «journées» qui ont «fait la France» ?", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 109-123.
- COSTEN M., *The Cathars and the Albigensian Crusade*, Manchester, New York, 1997.
- DALMAU I RIBALTA A., *Los cátaros*, Barcelona, 2002.
- DE MONTÉGUT O., *Le drame Albigeois. Dénouement tragique de l'Histoire secrète du Moyen-Age*, Paris, 1962.
- DEPARDON R., *La croisade des albigeois (1208-1255) : un conflit interne d'origine religieuse transformé en lutte politique*, s.l., 1962.
- DOMAIRON L., "Rôle des hérétiques de la ville de Béziers à l'époque du désastre de 1209", *Cabinet historique*, 1863, p. 95-103.
- DOSSAT Y., "Le massacre d'Avignonet", dans *Le Credo, la moral et l'Inquisition en Languedoc au XIII^e siècle, Cahiers de Fanjeaux*, 6, 1971, p. 343-359.
- DUTTON C.M., *Aspects of the Institutional History of the Albigensian Crusades, 1198-1229*, Ph.D. Thesis, Royal Holloway and Bedford New College, University of London, London, 1993.
- EVANS A.P., "The albigensian Crusade", dans *A History of the Crusades*, éd. SETTON K.M., WOLFE R., HAZARD H., t. II, Philadelphia, 1962, p. 277-324.
- FERRIÈRE G., *La formation de l'État français*, s.l., 1946.

- FORNAIRON E., *Le mystère cathare*, Paris, 1964.
- GRIFFE E., *Le Languedoc cathare au temps de la croisade (1209-1229)*, Paris, 1973.
- GRIFFE E., *Le Languedoc cathare de 1190 à 1210*, Paris, 1971.
- GUIRAUD J., "Albigeois (croisade contre les)", dans *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques*, t. I, éd. BAUDRILLART A., VOGT A., ROUZIÈS U., Paris, 1912, col. 1652-1694.
- GUIRAUD J., *Histoire partielle, histoire vraie*, t. I : *Des Origines à Jeanne d'Arc*, Paris, 1914, p. 264-286.
- HAMILTON B., "The Albigenian Crusade", *The Historical Association*, 85, 1974, p. 1-40 (voir aussi dans Id., *Monastic Reform, Catharism and the Crusades, 900-1300*, London, 1979, VIII).
- HAMILTON B., *Monastic Reform, Catharism and the Crusades (900-1300)*, London, 1979 (Collected Studies Series, 97).
- HAMILTON B., *Crusaders, Cathars and the Holy Places*, Aldershot, 1989 (Collected Studies Series, 656).
- HAMILTON B., "The albigenian Crusade and Heresy", dans *The New Cambridge Medieval History*, t. V, éd. ABULAFIA D., Cambridge, 1999, p. 164-181.
- JIMÉNEZ-SANCHEZ P., "Le catharisme fut-il un véritable enjeu religieux à la veille de la Croisade ?", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 143-155.
- KAHN C., "La croisade albigeoise dans les pays castrais et vaurais", dans *Actes du XX^e congrès de la Société française d'études des souterrains (Lavaur, 12-13 juillet 1997)*, *Subterranea*, n° h.-s., 1997, p. 13-21.
- KOVARIK R.J., "The Albigenian Crusade : a new View", *Studies in Medieval Culture*, 3, 1970, p. 81-91.
- La Croisade Albigeoise. Colloque international du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004.
- LAFON M., *La croisade contre les albigeois, épopée nationale*, Paris, 1868.
- LANNON F. de, LABROT J., *La Croisade Albigeoise*, Bayeux, 2002.
- LEQUENNE F., *Le Drame cathare ou l'hérésie nécessaire*, Paris, 1954.
- Les Cathares en Occitanie*, éd. LAFONT R., Paris, 1982.
- Les troubadours et l'État toulousain avant la Croisade (1209). Actes du colloque de Toulouse (9 et 10 décembre 1988)*, éd. KRISPIN A., s.l. (mais Bordeaux), 1994 (Annales de Littérature Occitane, 1).
- LIGNIÈRES M., *L'hérésie albigeoise et la croisade*, Paris, 1964.
- LONGNON A., *La formation de l'unité française*, Paris, 1922.
- LONGNON A., *Origines et formation de la nationalité française*, Paris, s.d.
- LORDAT, MARQUIS DE, *Heurs et malheurs du Languedoc*, Toulouse, 1957.
- MADAULE J., *Le drame albigeois et l'unité française*, Paris, 1973².
- MADAULE J., *The Albigenian Crusade*, éd. WALL B., New York, 1967.
- MAGAZ J.M.^a, "Política y religión en el conflicto cátaro", *XX Siglos*, 9/2, 1998, p. 33-41 et 9/4, 1998, p. 30-41.

- MARTEL Ph., "Les cathares et leur historiens", dans *Les Cathares en Occitanie*, éd. DUVERNOY J., Paris, 1982, p. 409-483.
- MARTEL Ph., "Ceux qui sont pieusement morts pour la patrie, ou le souvenir de la croisade albigeoise chez les Félibres au siècle dernier", *Heresis*, 4, 1985, p. 63-68.
- MARTEL Ph., "Les historiens et la Croisade des Albigeois ou le cadavre dans le placard", *Lenga e País d'oc*, 5, 1984, p. 17-24.
- MARTEL Ph., "Qui n'a pas son albigeois? Le souvenir de la Croisade et ses utilisations politiques", dans *Catharisme: L'édifice imaginaire. Actes du 7^e Colloque du Centre d'Études Cathares / René Nelli (Carcassonne, 29 août-2 septembre 1994)*, Arques, 1998, p. 309-343.
- MARTEL Ph., *Les cathares et l'Histoire. Le drame cathare devant ses historiens (1820-1992)*, Toulouse, 2002.
- MERLO G.G., "La crociata contro gli Albigesi", dans *La canzone della crociata albigea*, Milano, 2001, p. 7-14.
- MERLO G.G., "Crociate contro gli «infedeli» e repressione antiereticale nel Medioevo", *ACME. Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Milano*, 57, 2004, p. 55-69.
- MESCHINI M., *Innocenzo III e il "negotium pacis et fidei" in Linguadoca tra il 1209 e il 1215*, Roma, à paraître.
- MESTRE I GODES J., *Los cátaros. Problema religioso, pretexto político*, Barcelona, 1997 (Col. Historia, Ciencia, Sociedad, 241).
- MOORE R.I., *The Formation of a persecuting Society. Power and Deviance in Western Europe, 950-1250*, Oxford, 1987.
- NIEL F., *Albigeois et cathares*, Paris, 1955 (Que sais-je?, 689).
- NIEL F., "Tuez-les tous : Dieu reconnaîtra les siens", dans *Les cathares*, Paris, 1965, p. 39-66.
- OBERSTE J., *Der "Kreuzzug" gegen die Albigenser. Ketzerei und Machtpolitik im Mittelalter*, Darmstadt, 2003.
- OLDENBOURG Z., *Le Bûcher de Montségur. 16 Mars 1244*, Paris, 1959 (Trente journées qui ont fait la France, 6).
- Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969.
- PALADILHE D., *Les grandes heures cathares*, Paris, 1969.
- PEGG M.G., *The Albigensian Crusade*, Oxford, à paraître.
- PÈNE J.-L., *La conquête du Languedoc. Essai de critique et d'histoire*, Nice, 1957.
- PÈNE J.-L., *Le catharisme, son développement dans le Midi de la France et les croisades contre les albigeois*, Toulouse, 1943.
- PERNY M., "La croisade albigeoise vue par les historiens toulousains de l'époque moderne (XVI^e-XVIII^e siècle)", *Heresis*, 42-43, 2005, p. 183-202.
- PEYRAT N., *Histoire des Albigeois*. t. I : *La civilisation romane*; t. II-III : *La Croisade*, Paris, 1880-1882 (Nîmes, 1998²).
- PITANGUE F., "Aspects historiques de la guerre contre les Albigeois : fut-elle une croisade ? une guerre de religion ? ou une expédition politique ?",

- Bulletin de l'Académie des sciences et lettres de Montpellier*, n.s., 1, 1970, p. 53-67.
- RAHN O., *Kreuzzug gegen den Graal*, Freiburg im Breisgau, 1933.
- RIST R., "Papal Policy and the Albigensian Crusades: Continuity or Change ?", *Crusades*, 2, 2003, p. 99-108.
- ROCHÉ D., "La Tragédie Cathare", *Cahiers d'Études Cathares*, II s., 11/8, 1960-1961, p. 23-42.
- ROCHÉ D., "Le catharisme : son développement dans le Midi de la France et la croisade contre les Albigeois", *Cahiers d'Études Cathares*, 138, 1993, p. 29-58.
- ROLL E., *Die Katharer*, Stuttgart, 1987².
- ROQUEBERT M., *L'épopée cathare*, I, 1198-1212 : *L'invasion*, Toulouse, 1970.
- ROQUEBERT M., *L'épopée cathare*, II, 1213-1216 : *Muret ou la dépossession*, Toulouse, 1977.
- ROQUEBERT M., *L'épopée cathare*, III, 1216-1229 : *Le Lys et la croix*, Toulouse, 1986.
- ROQUEBERT M., *La croisade contre les Albigeois*, Toulouse, 1987.
- ROQUEBERT M., *L'épopée cathare*, IV, 1230-1244 : *Mourir à Montségur*, Toulouse, 1989.
- ROQUEBERT M., *Histoire des Cathares. Hérésie, Croisade, Inquisition du XI^e au XIV^e siècle*, Paris, 1999.
- ROQUEBERT M., *L'épopée cathare*, t. I : *La croisade albigeoise*; t. II : *L'inquisition*, Toulouse, Paris, 2001².
- ROQUEBERT M., "Introduction", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 6-17.
- ROSCHACH E., *La conquête d'Albigeois*, Paris, 1890.
- RUMILLY J., *Le Massacre des Purs*, Paris, 1933.
- SALVAT (abbé) J., *La Crozada contra los Albigeses*, Castelnau-dary, 1939.
- SISMONDE DE SISMONDI J.C.L., *History of the Crusades against the Albigenses in the Thirteenth Century*, London, 1826.
- SOULA R., *Les cathares entre légende et histoire. La mémoire de l'albigisme du XIX^e siècle à nos jours*, Institut d'Études Occitanes, 2005.
- STRAYER J.R., *The Albigensian Crusade*, New York, 1971 (1992²).
- SUMPTION J., *The Albigensian Crusade*, London, Boston, 1978.
- VARAGNAC A., "Croisade et marchandise : pourquoi Simon de Montfort s'en alla défaire les Albigeois", *Annales : économies, sociétés, civilisations*, 3, 1946, p. 209-218.
- VENTURA J., *Pere el Catòlic i Simò de Montfort. La verita sobre la croada albigesa i la fidel sommi occitano-catalá*, Barcelona, 1960 (1996²).
- VICAIRE M.-H., "L'affaire de paix et de foi du Midi de la France (1203-1215)", dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969, p. 102-127.
- WAKEFIELD W.L., *Heresy, Crusade and Inquisition in Southern France, 1100-1250*, London, 1974.

- WALKER M. (Gómez del Val F.), *La tragedia de los cátaros*, Barcelona, 1995.
- WOLFF Ph., "Hérésie et Croisade : Problème de critique historique", dans *Documents de l'histoire du Languedoc*, Toulouse, 1967, p. 99-114.
- ZERNER-CHARDAVOINE M., *La Croisade albigeoise*, Paris, 1979.
- ZERNER M., "Question sur la naissance de l'affaire albigeoise", dans *Georges Duby. L'écriture de l'Histoire*, éd. DUHAMEL C., LOBRICHON A., LOBRICHON G., Bruxelles, 1996 (Bibliothèque du Moyen Age, 6), p. 427-444.
- ZERNER M., "Le déclenchement de la Croisade albigeoise : retour sur l'affaire de paix et de foi", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 127-142.

IV parte: I protagonisti delle crociate albigesi

IV.1 I re d'Aragona

- ALVIRA CABRER M., "Les chemins des armées. Les itinéraires du roi Pierre II d'Aragon (septembre 1212-septembre 1213)", dans *Montaillou, mémoire pyrénéenne. Actes du deuxième Colloque International historique et archéologique de Montaillou (Montaillou, 4-6 août 2004)*, éd. BRENON A., DIEULAFAIT Ch., Castelnau La Chapelle, à paraître.
- ALVIRA CABRER M., IBARRA OROZ M.Á. (†), *Pedro el Católico, Rey de Aragón y Conde de Barcelona (1196-1213). Documentos, Testimonios y Memoria Histórica*, t. I-II, Zaragoza, Toulouse, à paraître.
- ALVIRA CABRER M., MACÉ L., SMITH D.J., "La Grande Couronne d'Aragon du roi Pierre II (1213) : une évidence documentaire", *Annales du Midi*, à paraître.
- BAGUÉ-CABESTANY E., SCHRAMM P. E., *Els primers Comtes-Reis. Ramon Berenguer IV, Alfons el Cast, Pere el Catòlic*, Barcelona, 1985².
- BISSON T.N., *L'impuls de Catalunya. L'època dels primers comtes-reis (1140-1225)*, Vic, 1997.
- CARDAILLAC X. de, *Pierre II d'Aragon, le roi troubadour et le roi chevalier*, Bayona, 1913.
- DALMAU FERRERES R., *Maria de Montpeller*, Barcelona, 1962.
- GONZÁLEZ ANTÓN L., FERRER R., CATEURA P., *La consolidación de la Corona de Aragón*, t. I-IV, Barcelona, Zaragoza, 1988.
- HIGOUNET Ch., "Un diplôme de Pierre II d'Aragon pour les Templiers de Toulouse (7 février 1213)", *Annales du Midi*, 52, 1940, p. 74-79.
- IBARRA OROZ M.A., "Nuevas aportaciones para el itinerario de Pedro el Católico", dans *Actas del VII Congreso de Historia de la Corona de Aragón (Barcelona, 1-6 octubre 1962)*, t. II : *Comunicaciones*, Barcelona, 1962, p. 67-81.
- JASPERT N., "Heresy and Holiness in a Mediterranean Dynasty: The House of Barcelona in the Thirteenth and Fourteenth Centuries", dans *Across*

the Mediterranean Frontiers. Trade, Politics and Religion, 650-1450. Selected Proceedings of the International Medieval Congress University of Leeds, 10-13 July 1995, 8-11 July 1196, éd. AGIUS D.A., NETTON I.R., Turnhout, 1997, p. 105-138.

LABORIE F., *Les itinéraires du roi Pierre II d'Aragon (1196-1213): tentative d'approche cartographique*, t. II, Mémoire de maîtrise, dir. MACÉ L., Université Toulouse-Le Mirail, Toulouse, 2005.

LACARRA J.M^a., "Alfonso el Casto, rey de Aragón y Conde de Barcelona", dans *Actas del VII Congreso de Historia de la Corona de Aragón (Barcelona, 1-6 octubre 1962)*, Ponencias, Barcelona, 1962, p. 95-120.

LACARRA J.M^a., GONZÁLEZ ANTÓN L., "Los testamentos de la reina María de Montpellier (1209, 1211 y 1213)", *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 177, 1980, p. 671-688 (tr. fr.: *Annales du Midi*, 137, 1978, p. 105-120).

LIPTON S., "Tanquam effeminatum. Pedro II of Aragon and the Gendering of Heresy in the Albigensian Crusade", dans "Queer Iberia". *Sexualities, Cultures and Crossings from the Middle Ages to the Renaissance*, éd. BLACKMORE J., HUTCHESON G.S., Durham, London, 1999, p. 107-129.

Los Reyes de Aragón, Zaragoza, 1993.

MIRET I SANS J., "Itinerario del rey Pedro I de Cataluña, II en Aragón (1196-1213)", *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, 3, 1905-1906, p. 79-87, 151-160, 238-249, 265-284, 365-387, 435-450, 497-519 et 4, 1907-1908, p. 15-36, 91-114.

MIRET I SANS J., *Itinerari de Jaume I, "el Conqueridor"*, Barcelona, 1918.

PORÉE Ch., "La domination aragonaise en Gévaudan", dans *Études historiques sur le Gévaudan*, Paris, 1919, p. 195-266.

ROUQUETTE J., *Marie de Montpellier. Reine d'Aragon*, Montpellier, 1914.

SARASA SÁNCHEZ E., "La Corona de Aragón en la primera mitad del siglo XIII. Feudalización, institucionalización y proyección mediterránea", dans *Fernando III y su época. Actas de las IV Jornadas Nacionales de Historia Militar*, Sevilla, 1995, p. 379-398.

SENTENAC L., "La vie familiale et privée de Pierre II d'Aragon", dans *La bataille de Muret et la civilisation médiévale d'Oc. Actes du colloque de Toulouse (9-11 septembre 1963)*, *Annales de l'Institut d'études occitanes*, s.a., 1962-1963, p. 116-123.

SENTENAC L., "La vie familiale et privée de Pierre II d'Aragon, l'infortuné défenseur des vieilles terres d'Oc", *Revue de Comminges*, 79, 1966, p. 5-15.

SESMA MUÑOZ J.Á., "El reinado de Pedro II (1196-1213)", dans *Historia de España Ramon Menéndez Pidal*, t. IX : *La reconquista y el proceso de diferenciación política (1035-1217)*, Madrid, 1998, p. 722-752.

SMITH D.J., "Motivo y significado de la coronación de Pedro II de Aragón", *Hispania*, 60, 2000, p. 163-179.

SMITH D.J., "Peter II of Aragon, Innocent III and the Albigensian Crusade", dans *Innocent III: urbs et orbis. Atti del Convegno storico internazionale in occasione dell'VIII centenario dell'elezione di Innocenzo III (Roma, 9-15 settembre 1998)*, éd. SOMMERLECHNER A., t. I-II, Roma, 2003, p. 1049-1064.

SOLDEVILA F., "La figura de Pere el Catòlic en les cròniques catalanes", *Revista de Catalunya*, 23, 1926, p. 495-506.

IV.2 I conti di Tolosa e il loro entourage

DÉBAX H., "Les comtesses de Toulouse : notices biographiques", *Annales du Midi*, 100, 1988, p. 215-234.

DÉBAX H., "Stratégies matrimoniales des comtes de Toulouse (850-1270)", *Annales du Midi*, 100, 1988, p. 131-151.

DÉJEAN J.-L., *Quand chevauchaient les comtes de Toulouse*, Paris, 1979 (rééd. sous le titre: *Les comtes de Toulouse. 1050-1250*, Paris, 1988).

DELPOUX Ch., "Les Comtes de Toulouse et le catharisme", *Cahiers d'Études Cathares*, II s., 49, 1971, p. 42-54.

DELPOUX Ch., "Les comtes de Toulouse et le catharisme : Raymond VI", *Cahiers d'Études Cathares*, II s., I : 22/52, 1971, p. 28-40 ; II : 23/53, 1972, p. 30-44 ; III : 24/57, 1973, p. 39-62.

DELPOUX Ch., "Les comtes de Toulouse et le catharisme : Raymond VII", *Cahiers d'Études Cathares*, II s., I : 24/59, 1973, p. 30-41 ; II : 25/62, 1974, p. 18-23 ; III : 25/62, 1974, p. 46-52 ; IV : 25/64, 1974, p. 22-44 ; V : 26/67, 1975, p. 38-48 ; VI : 26/68, 1975, p. 26-35.

DELPOUX Ch., *Les Comtes de Toulouse et le catharisme*, Narbonne, 1980.

GENTY R., *Les comtes de Toulouse. Histoire et traditions*, Ferrières, 1987.

LAURAC J.G., *Généalogie des comtes de Toulouse, ducs de Narbonne, marquis de Provence*, Toulouse, 1864.

LOEB A., "Les relations entre les troubadours et les comtes de Toulouse (1112-1229)", *Annales du Midi*, 95, 1983, p. 225-259.

MACÉ L., "Amour et fidélité : le comte de Toulouse et ses hommes (XII^e-XIII^e siècles)", dans *Les sociétés méridionales à l'âge féodal (Espagne, Italie et sud de la France, X^e-XIII^e s.). Hommage à Pierre Bonnassie*, éd. DÉBAX H., Toulouse, 1999 (Méridiennes), p. 299-304.

MACÉ L., *Les comtes de Toulouse et leur entourage XII^e-XIII^e siècles. Rivalités, alliances et jeux de pouvoir*, Toulouse, 2000.

MACÉ L., "Raymond VII of Toulouse : The Son of Queen Joanna, Young Count and Light of the World", dans *The World of Eleanor of Aquitaine. Literature and Society in Southern France between the Eleventh and Thirteenth Centuries*, éd. BULL M., LÉGLU C., Woodbridge, 2005, p. 137-156.

MOEGLIN J.-M., "L'histoire des princes et la cristallisation du sentiment d'identité régionale : du comté de Toulouse au landgraviat de Hesse (XIII^e-XV^e siècles)", dans *Les princes et l'histoire du XIV^e au XVIII^e siècle. Actes du colloque organisé par l'université de Versailles-Saint-Quentin et l'Institut Historique Allemand (mars 1996)*, éd. GRELL C., PARAVICINI W., VOSS J., Bonn, Paris, 1998, p. 13-42.

NIEMER G., *Personenvergleich der Protagonisten des Ketzerkreuzzuges aufgrund der zeitgenössischen Quellen*, Mémoire de maîtrise, Université de Tübingen, Tübingen, 1994.

IV.3 I Trencavel

- ALAUZIER L., "L'héritage des Trencavel", *Annales du Midi*, 62, 1950, p. 181-186.
- DUHAMEL-AMADO C., "L'entourage des Trencavel au XII^e siècle", dans *Les voies de l'hérésie : le groupe aristocratique en Languedoc (XI^e-XIII^e siècles)*, Carcassonne, 2001 (*Heresis*, 8), t. I, p. 11-43.
- DÉBAX H., *La féodalité languedocienne. XI^e-XII^e siècles. Serments, hommages et fiefs dans le Languedoc des Trencavel*, Toulouse, 2003.
- DOVETTO J., "La politique intérieure des Trencavel", *Bulletin de la Société d'Études Scientifiques de l'Aude*, 96, 1996, p. 77-83.
- GIROU J., *Trencavel et le drame albigeois*, Paris, 1947.
- GRAHAM-LEIGH E., "The proconsul ruling the city called Carcassonne : memory, title and the Trencavel viscounts, 1068-1209", *Historical Research*, 188, 2002, p. 170-187.
- GRAHAM-LEIGH E., "Morts suspectes et justice papale. Innocent III, les Trencavel et la réputation de l'Église", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 219-233.
- HENRY P., *Les derniers Trencavel*, Béziers, 1950.
- NELLI R., "Le vicomte de Béziers (1185-1209) vu par les troubadours", dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969, p. 303-314.
- NOGUIER L., "Les vicomtes de Béziers", *Bulletin de la Société archéologique de Béziers*, 13, 1885, p. 237-505.
- SABLAYROLLES J., "La descendance des Trencavel", *Mémoires de la Société des arts et des sciences de Carcassonne*, 8, 1973-1975, p. 136-141.

IV.4 Innocenzo III

- ALVIRA CABRER M., SMITH D.J., "Política antihérética en la Corona de Aragón : una carta inédita de Inocencio III a la reina Sancha (1203)", *Acta Historica et Archaeologica Medievalia*, à paraître.
- BOLTON B., "Too important to Neglect : the *Gesta Innocentii* PP III", dans *Church and Chronicle in the Middle Ages, Renaissance and Reformation. Essays Presented to John Taylor*, éd. WOOD I.N., LOUD G.A., London, 1991, p. 87-99 (voir aussi dans EAD., *Innocent III : Studies on papal Authority and pastoral Care*, Aldershot, 1995, IV).
- BOLTON B., *Innocent III : Studies on papal Authority and pastoral Care*, Aldershot, 1995 (Collected Studies Series, 490).
- CHENEY C. R., *Pope Innocent III and England*, Stuttgart, 1976.
- FLICHE A., "Innocent III et la Réforme de l'Église", *Revue d'histoire ecclésiastique*, 44, 1949, p. 87-152.

- FOREVILLE R., "Innocent III et la Croisade des Albigeois", dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, Cahiers de Fanjeaux, 4, 1969, p. 184-217 (voir aussi dans EAD., *Gouvernement et vie de l'Eglise au Moyen Âge*, London, 1979, XIII).
- FOREVILLE R., *Le pape Innocent III et la France*, Stuttgart, 1992 (Päpste und Papsttum, 26).
- GILCHRIST J., *The Lord's war as the proving ground of faith: Pope Innocent III and the propagation of violence (1198-1216)*, dans *Crusaders and Muslims in Twelfth-Century Syria*, éd. SHATZMILLER M., Leiden, New York, Köln, 1993 (The Medieval Mediterranean, 1), p. 65-83.
- GRAHAM-LEIGH E., "Evil and the appearance of Evil. Pope Innocent III, Arnould Amaury and the Albigensian Crusade", dans *Innocent III: urbs et orbis. Atti del Convegno storico internazionale in occasione dell'VIII centenario dell'elezione di Innocenzo III (Roma, 9-15 settembre 1998)*, éd. SOMMERLECHNER A., t. I-II, Roma, 2003, p. 1031-1048.
- IMKAMP W., *Das Kirchenbild Papst Innocenz'III (1198-1216)*, Stuttgart, 1983 (Päpste und Papsttum, 22).
- Innocent III: urbs et orbis. Atti del Convegno storico internazionale in occasione dell'VIII centenario dell'elezione di Innocenzo III (Roma, 9-15 settembre 1998)*, éd. SOMMERLECHNER A., t. I-II, Roma, 2003.
- Innocent III: Vicar of Christ or Lord of the World?*, éd. POWELL J.M., Washington, 1994².
- KENNAN E.T., "Innocent III and the First Political Crusade : a comment on the limitations of papal power", *Traditio*, 27, 1971, p. 231-249.
- KIENZLE B.M., "Innocent III's Papacy and the Crusade Years, 1198-1229 : Arnould Amaury, Gui of Vaux-de-Cernay, Foulque of Toulouse, *Heresis*, 29, 1999, p. 49-81.
- "Le pape Innocent III dans ses rapports avec la croisade contre les hérétiques Albigeois", *Bulletin de la Société archéologique, scientifique et littéraire de Béziers*, II s., 12, 1883, p. 57-67.
- LUCHAIRE A., *Innocent III : La Croisade des Albigeois*, Paris, 1905.
- LUCHAIRE A., *Innocent III : Le Concile de Latran et la Réforme de l'Eglise*, Paris, 1908.
- MACCARRONE M., *Chiesa e Stato nella dottrina di Papa Innocenzo III*, Roma, 1940 (Lateranum, n.s., 6).
- MACCARRONE M., *Studi su Innocenzo III*, Padova, 1972 (Italia Sacra, 17).
- MACCARRONE M., "Innocenzo III e la feudalità: *Non ratione feudii, sed occasione peccati*", dans *Structures Féodales et Féodalisme dans l'Occident Méditerranéen (X^e-XIII^e siècles)*, Roma, 1980 (Collection de l'École Française de Rome, 44), p. 457-514 (voir aussi dans ID., *Nuovi studi su Innocenzo III*, éd. LAMBERTINI R., CAPITANI O., Roma, 1995, p. 209-269).
- MACCARRONE M., *Nuovi studi su Innocenzo III*, éd. LAMBERTINI R., CAPITANI O., Roma, 1995 (Istituto Storico Italiano per il Medio Evo. Nuovi studi storici, 25).
- MALECZEK W., "Innocenzo III", dans *Enciclopedia dei papi*, t. II, Roma, 2000, p. 326-350.

- MANSILLA D., "Inocencio III y los reinos hispánicos", *Anthologia Annuæ*, 2, 1954, p. 9-49.
- MARTINI G., "Innocenzo III e il finanziamento della crociata", *Nuova Rivista Storica*, 65, 1981, p. 191-208.
- MENZEL M., "Kreuzzugsideologie unter Innocenz III.", *Historisches Jahrbuch*, 120, 2000, p. 39-79.
- MESCHINI M., "Innocenz III. und der Kreuzzug als Instrument im Kampf gegen die Hëresie", *Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters*, 61/2 (2005), p. 537-583.
- MOORE J., *Pope Innocent III (1160/1-1216) : to root up and to plant*, Leiden, 2003.
- OLIVER A., *Táctica de propaganda y motivos literarios en las cartas antiheréticas de Innocencio III*, Roma, 1957.
- Pope Innocent III and his World*, éd. MOORE J.C., Aldershot, 1999.
- POWELL J.M., "Innocent III and the Crusade", dans *Innocent III: Vicar of Christ or Lord of the World?*, éd. POWELL J.M., Washington, 1994², p. 121-134.
- ROSCHER H., *Papst Innocenz III und die Kreuzzuge*, Göttingen, 1969 (Forschungen zur Kirchen- und Dogmengeschichte, 21).
- SAYERS J., *Innocent III. Leader of Europe (1198-1216)*, London, 1994.
- SIBILIA S., *Innocenzo III (1198-1216)*, Roma, 1950.
- SMITH D.J., "Pope Innocent III and the minority of James I", *Anuario de Estudios Medievales*, 30, 2000, p. 19-50.
- SMITH D.J., "Soli hispani ? Innocent III and Las Navas de Tolosa", *Hispania Sacra*, 51, 1999, p. 487-513.
- SMITH D.J., *Innocent III and the Crown of Aragon: the Limits of Papal Authority*, Aldershot, 2004.
- TAYLOR C., "Pope Innocent III, John of England and the Albigensian Crusade (1209-1216)", dans *Pope Innocent III and his World*, éd. MOORE J.C., Aldershot, 1999, p. 205-228.
- TILLMANN H., *Innocenz III*, Bonn, 1954.
- WELSCHINGER H., *Innocent III et Philippe Auguste*, Paris, 1910.

IV.5 Gli altri uomini di Chiesa

- ALVIRA CABRER M., "El "venerable" Arnaldo Amalarico (h. 1196-1225) : Idea y realidad de un cisterciense entre dos Cruzadas", *Hispania Sacra*, 48, 1996, p. 569-591 (tr. fr.: Id., "Le "vénérable" Arnaud Amaury : image et réalité d'un cistercien entre deux croisades", *Heresis*, 32, 2000, p. 3-35).
- BALDWIN J., *Masters, Princes and Merchants: The social Views of Peter the Chanter and his Circle*, t. I-II, Princeton, 1970.
- BIGET J.-L., "Quelques remarques à propos des seigneurs de Rabastens, et plus particulièrement de Raimond, évêque de Toulouse", *L'écho de Rabastens*, 201, 1998, p. 35-46.
- BLAYE L., "Saint-Dominique a-t-il pu assister à la bataille de Muret en 1213 ?", *Revue de Comminges*, 103, 1988, p. 350.

- BOLTON B., "Fulk of Toulouse : the Escape that failed", *Studies in Church History*, 12, 1975, p. 83-93 (voir aussi dans EAD., *Innocent III : Studies on papal Authority and pastoral Care*, Aldershot, 1995, VIII).
- CABAU P., "Foulque, marchand et troubadour de Marseille, moine et abbé du Thoronet, évêque de Toulouse", dans *Les Cisterciens de Languedoc (XIII^e-XIV^e siècles)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 21, 1986, p. 151-179.
- CANETTI L., *L'invenzione della memoria. Il culto e l'immagine di Domenico nella storia dei primi frati Predicatori*, Spoleto, 1996.
- CAPITANI O., "Gregorio IX", dans *Enciclopedia dei papi*, t. II, Roma, 2000, p. 363-380.
- CAPITANI O., "Onorio III", dans *Federico II. Enciclopedia federiciana*, t. II, Roma, 2005, p. 787-794.
- CLEMENT A., "Conrad d'Urach de l'ordre de Cîteaux, légat en France et en Allemagne", *Revue bénédictine*, 22, 1905, p. 232-243 et 23, 1906, p. 62-81.
- CONGAR Y., "Henry de Marcy, abbé de Clairvaux, cardinal-évêque d'Albano et légat pontifical", *Analecta Monastica*, V s., *Studia Anselmiana*, 43, 1958, p. 1-90.
- DAUNOU M., "Arnaud-Amaury, abbé de Cîteaux, puis archevêque de Narbonne", dans *Histoire Littéraire de la France*, t. XVII, Paris, 1832, p. 306-334.
- DE LACGER L., "L'Albigéois pendant la crise de l'albigéisme : 1. L'épiscopat de Guilhem Peire, 1185-1227", *Revue d'Histoire Ecclésiastique*, 29, 1933, p. 272-315 ; "2. La guerre, 1209-1229 : l'habile politique de l'évêque d'Albi", *Revue d'Histoire Ecclésiastique*, p. 849-904 ; "3. Le gouvernement temporel et spirituel de l'évêque d'Albi", *Revue d'Histoire Ecclésiastique*, 30, 1934, p. 586-633.
- DESACHY M., *Fasti Ecclesiae Gallicanae. Répertoire prosopographique des évêques, dignitaires et chanoines des diocèses de France de 1200 à 1500*, t. VI : Diocèse de Rodez, Turnhout, 2002.
- Dierheinischen Zisterzienser. Neue Orientierung in rheinischen Zisterzien des späten Mittelalters*, éd. KÜHN N., WIEMER K.P., Köln, 1999 (Zisterzienser im Rheinland, 4).
- Domenico di Caleruega e la nascita dell'ordine dei frati predicatori (Todi, 10-12 ottobre 2004)*, Spoleto, 2005.
- DUFOUR J., *Les évêques d'Albi, de Cahors et de Rodez des origines à la fin du XII^e siècle*, Paris, 1989.
- DUVAL A., "Guy, abbé de Vaux-de-Cernay, ensuite évêque de Carcassonne", dans *Histoire Littéraire de la France*, t. XVII, Paris, 1832, p. 236-246.
- DUVAL A., "Milon, légat du pape", dans *Histoire Littéraire de la France*, t. XVII, Paris, 1832, p. 20-26.
- FOREVILLE R., "Arnaud Amalric, archevêque de Narbonne (1196-1225)", dans *Narbonne. Archéologie et Histoire. XLV^e congrès de la Fédération historique du Languedoc méditerranéen et du Roussillon*, Montpellier, 1973, p. 129-146 (voir aussi dans EAD., *Gouvernement et vie de l'Eglise*, London, 1979, XIV).

- GOURDIN P., "Saumur, Fontevraud et la croisade des Albigeois", *Société des Lettres, Sciences et Arts du Saumurois*, 131, 1982, p. 3-11.
- GRAHAM-LEIGH E., "Hirelings and Shepherds: Archbishop Berenguer of Narbonne (1191-1211) and the Ideal Bishop", *English Historical Review*, 116, 2001, p. 1083-1102.
- JULIEN L., "Pierre de Castelnau : un légat autoritaire", *Cahiers d'Études Cathares*, 36, 1958-1959, p. 195-203.
- KAY R., *The Council of Bourges, 1225: A documentary history*, Ashgate, 2001.
- Les Inquisiteurs. Portraits de défenseurs de la foi en Languedoc (XIII^e-XIV^e siècles)*, éd. ALBARET L., Toulouse, 2001.
- MALECZEK W., *Papst und Kardinalskollegium von 1191 bis 1216. Die Kardinäle unter Coelestin III. und Innocenz III.*, Wien, 1984 (Publikationen des Historischen Instituts beim Österreichischen Kulturinstitut in Rom. Abhandlungen, 6).
- MEERSSEMAN G.G., "Études sur les anciennes confréries dominicaines", *Archivum Fratrum Praedicatorum*, 12, 1953, p. 275-308.
- NEININGER F., "Die Zisterzienser im Albigenserkreuzzug", dans *Die rheinischen Zisterzienser. Ordensleben zwischen Ideal und Wirklichkeit*, éd. ELM K., Köln, 1981 (Schriften des Rheinischen Museumsamtes, 10), p. 67-83.
- PALOC G., "L'antycléricalisme de l'intérieur" : l'affaire Bérenger de Narbonne (1203-1212) dans *L'antycléricalisme en France méridionale (milieu XII^e-début XIV^e siècle)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 38, 2003, p. 355-374.
- PAUL J., "Le meurtre de Pierre de Castelnau" dans *L'antycléricalisme en France méridionale (milieu XII^e-début XIV^e siècle)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 38, 2003, p. 257-288.
- PAUL J., "La paix de Saint-Gilles (1209) et l'exercice du pouvoir", dans *Le Pouvoir au Moyen Age*, éd. CAROZZI C., TAVIANI-CAROZZI H., Aix-en-Provence, 2005, p. 147-168.
- PÉCOUT T., "A propos de l'épiscopat provençal au XIII^e siècle : un évêque de Riez dans la croisade albigeoise, Hugues Raymond, légat du pape", dans *De Provence et d'ailleurs. Mélanges offerts à Noël Coulet*, éd. BOYER J.-P., EMMANUELLI F.-X., *Provence historique*, 49/195-196, 1999, p. 385-396.
- PRIN M., VICAIRE M.-H., "Bernard Gui, Saint-Dominique à Muret et le crucifix criblé de flèches", dans *Bernard Gui et son monde (1261-1331)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 16, 1981, p. 243-250.
- ROQUEBERT M., *Saint Dominique*, Paris, 2003.
- RYCKEBUSCH F., *Fasti Ecclesiae Gallicanae. Répertoire prosopographique des évêques, dignitaires et chanoines des diocèses de France de 1200 à 150*, t. V : *Diocèse d'Agen*, Turnhout, 2001.
- SCHMUGGE L., "Zisterzienser, Kreuzzug und Heidenkrieg", dans *Die Zisterzienser. Ordensleben zwischen Ideal und Wirklichkeit*, éd. ELM K., Köln, 1981 (Schriften des Rheinischen Museumsamtes, 10), p. 62-67.
- SORIA M., "Des évêques malmenés. Innocent III et les violences anti-épiscopales en Languedoc", dans *Innocent III: urbs et orbis. Atti del Convegno*

storico internazionale in occasione dell'VIII centenario dell'elezione di Innocenzo III (Roma, 9-15 settembre 1998), éd. SOMMERLECHNER A., t. I-II, Roma, 2003, p. 1008-1030.

TUGWELL S., "Notes on the life of St. Dominic"; VII: "Where was Dominic from 1208 to mid 1211 ?"; VIII: "Some points of chronology, 1206-1215", *Archivum Fratrum Predicatorum*, 73, 2003, p. 5-141.

VICAIRE M.-H., "Les clercs de la croisade", dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969, p. 260-280.

ZERNER-CHARDAVOINE M., "L'abbé Gui des Vaux-de-Cernay, prédicateur de croisade", *Les Cisterciens de Languedoc (XIII^e-XIV^e siècles)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 21, 1986, p. 183-204.

ZIMMERMANN H., *Die päpstliche Legation in der ersten Hälfte des 13. Jahrhunderts. Vom Regierungsantritt Innocenz'III. bis zum Tode Gregors IX. (1198-1241)*, Paderbon, 1913 (Veröffentlichungen der Sektion für Rechts- und Sozialwissenschaften der Görres-Gesellschaft, 17).

IV.6 Simone IV di Montfort e il suo entourage

BOYER CH., "Pèlerinage d'un Occitan en Yveline à la recherche des souvenirs sur Simon de Montfort", *Bulletin de la Société d'Études Scientifiques de l'Aude*, 54, 1964, p. 9-33.

CANET V., *Simon de Montfort et la Croisade contre les Albigeois*, Lille, 1892.

COMBES J.-C., "La mort de Simon de Montfort. Ses deux inhumations", *Cahiers d'Études Cathares*, II s., 21/48, 1970, p. 19-30.

CUZACQ R., "Simon de Montfort et nos contrées", *Société des sciences, lettres et arts de Bayonne*, n.s., 131, 1975, p. 49-58.

DAUNOU M., "Simon, comte de Montfort", dans *Histoire Littéraire de la France*, t. XVII, Paris, 1832, p. 205-211.

DOR M.-A., *Seigneurs en Ile de France occidentale et en Haute-Normandie : contribution à l'histoire des seigneurs de Montfort-l'Amaury, des comtes d'Évreux et de leur entourage au XII^e siècle et au début du XIII^e siècle*, Thèse de l'École des Chartes, Paris, 1992.

DOSSAT Y., *Simon de Montfort*, dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969, p. 281-302.

FOURGEAUD A., *Simon de Montfort*, Thèse de Doctorat, Université de Bordeaux, Bordeaux, 1961.

GIROU J., *Simon de Montfort, du catharisme à la conquête*, Paris, 1953.

KOVARIK R.J., *Simon de Montfort (1165-1218), his life and work : a critical study and evaluation based on the sources*, Ph.D. Thesis, St.-Louis University, Michigan, 1963.

KOVARIK R.J., "A Study of the Epistolary Relations between Pope Innocent III and Simon de Montfort (1209-1216)", *Studies in Medieval Culture*, 4, 1973, p. 158-167.

LABARGE M.W., *Simon de Montfort*, London, 1962.

- LABROT J., "Les compagnons de Montfort", *Moyen Age*, 30, 2002, p. 39-46.
- LABROT J., "Simon de Montfort a-t-il frappé monnaie?", *Bulletin de la Société Française de Numismatique*, 5, 2004, p. 91-97.
- LABROT J., FERRER J.P., "Été 1210, le siège et la prise de Minerve", *Moyen Age*, 34, 2003, p. 10-17.
- LABROT J., MONTFORT J., SCHEIDBACH F., "Le Prieuré royal de Haute-Bruyère et les Montfort (XII^e-XIV^e siècles). Nouvelle approche des vestiges médiévaux", *Bulletin des Amis du Vieux Saint-Germain*, 41, 2004, p. 57-75.
- LABROT J., RONDEL G., "Les marques à pain de Minerve", *Moyen Age*, 35, 2003, p. 42-49.
- LE CAM M., "Quelques notes sur les seigneurs de Montfort du XI^e au XVII^e siècle (les familles de Montfort, de Charny, de Chalon-Orange, de Nassau-Orange et les ducs de Zweibrücken-Landsberg)", *Tour de l'Orle-d'Or. Société des sciences historiques et naturelles de Semur-en Aussois*, 3, 1972, p. 10-27.
- LECHAUGUETTE P., "La charte lapidaire de Simon de Montfort dans l'église de Saint-Arnoult-en-Yvelines", *Au Pays de la Remarde. Société historique et archéologique de Saint-Arnoult en Yvelines*, 5/11, 1970, p. 2-15.
- KECK Ch., "L'entourage de Simon de Montfort pendant la Croisade albigeoise et l'établissement territorial des *crucesignati*", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 235-243.
- MADDICOTT J.R., *Simon de Montfort*, Cambridge, 1994.
- MALAFOSSE J. de, "Note sur les vers 8448 et ss de la Chanson de la Croisade albigeoise, traduction de Paul Meyer", *Bulletin de la Société archéologique du Midi de la France*, 8, 1891, p. 62-63 (repris sous le titre: "Mort de Simon de Montfort", dans *Études et notes d'archéologie et d'histoire. Documents toulousains. Critiques, souvenirs et impressions*, Toulouse, 1898, p. 158-161).
- MESCHINI M., "Note sull'assegnazione della viscontea Trencavel a Simone di Montfort nel 1209", *Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen Âge*, 116/2 (2004), p. 635-655.
- PALADILHE D., *Simon de Montfort et le drame cathare*, Paris, 1988.
- RENOUARD Y., "La famille féodale la plus marquante de l'Occident au XIII^e siècle : les Montfort", *L'information historique*, 1947, p. 85-94 (aussi dans ID., *Études d'Histoire Médiévale*, t. I-II, Paris, 1968, t. II, p. 959-976).
- RHEIN A., "La seigneurie de Montfort en Ivelines, depuis son origine jusqu'à son union au duché de Bretagne (X^e-XIV^e s.)", *Mémoires de la Société archéologique de Rambouillet*, 21, 1910, p. 1-363.
- ROQUEBERT M., *Simon de Montfort : Bourreau et martyr*, Paris, 2005.
- SARRAND J., "Les comtes de Carcassonne", *Mémoires de la Société des Arts et des Sciences de Carcassonne*, IV s., 6, 1968-1970, p. 165-172.
- SARRANT J., "Alix de Montmorency et Marguerite de Marly", *Bulletin de la Commission archéologique de Narbonne*, 32, 1970, p. 173-175.

- WOEHL Ch., "Volo vincere cum meis vel occumbere cum eisdem". *Studien zu Simon von Montfort und seinen nordfranzösischen Gefolgseuten während des Albigenserkreuzzugs (1209 bis 1218)*, Frankfurt a.M., 2001 (Europäische Hochschulschriften, III/906).
- ZERNER M., "L'épouse de Simon de Montfort et la croisade albigeoise", dans *Femmes, Mariages, Lignages, XII^e-XIV^e siècles. Mélanges offerts à Georges Duby*, éd. DUFOURNET J., JORIS A., TOUBERT P., Bruxelles, 1992 (Bibliothèque du Moyen Age, 1), p. 449-470.

IV.7 Altri protagonisti delle crociate albigesi

- BARBERA S., "La famille des Barbera dans l'histoire de l'Occitanie et du catharisme", *Cahiers d'Études Cathares*, 75, 1977, p. 54-59.
- BLASCO VALLÉS A., "Gastó VI de Bearn i Montcada i la Croada", dans *Col·loqui d'Història Medieval occitano-catalana*, Barcelona, 2004, p. 141-156.
- BOYER CH., "Pèlerinage d'un Occitan à Lévis-Saint-Nom, à la recherche de souvenirs sur le second chef de la croisade albigeoise Guy de Lévis", *Bulletin de la Société d'Études scientifiques de l'Aude*, 65, 1966, p. 287-294.
- CAO CARMICHAEL DE BAIGLIE M., "Savary de Mauléon (ca. 1180-1233), chevalier-troubadour poitevin: trahison et société aristocratique", *Le Moyen Age*, 105, 1999, p. 269-305.
- CHAYTOR H. J., *Savaric de Mauléon, Baron and Troubadour*, Cambridge, 1939.
- CONTRASTY J., "Les Alfaro", *Revue Historique de Toulouse*, 1, 1919, p. 5-19.
- COSTA I ROCA J., *Xacbert de Barbèra, lion de combat, 1185-1275 : biographie*, Perpignan, 1989.
- DELARUELLE É., "Saint Louis devant les Cathares", dans *Septième centenaire de la mort de Saint Louis. Actes des Colloques de Royaumont et de Paris (21-27 mai 1970)*, Paris, 1976, p. 273-280.
- DESPY G., "Des nobles hainuyers à la croisade contre les Albigeois", dans *Recueil d'études d'histoire hainuyère*, 1983, p. 51-58.
- LANGLOIS G., "Olivier de Termes et son entourage, de la croisade albigeoise aux croisades de Terre-Sainte", dans *Les voies de l'hérésie : le groupe aristocratique en Languedoc (XI^e-XIII^e siècles)*, Carcassonne, 2001 (*Heresis*, 8), t. II, p. 207-258.
- LANGLOIS G., *Olivier de Termes. Le cathare et le croisé (vers 1200-1274)*, Toulouse, 2001.
- LENAU N., "Les chefs de la Croisade", *Cahiers d'Études Cathares*, II s., 36, 1967-1968, p. 3-5.
- "Les croisés artésiens et picards dans la guerre contre les Albigeois", *Dossiers archéologiques, historiques et culturels du Nord et du Pas-de-Calais*, 15, 1983, p. 12-18.
- LONGNON J., *Les compagnons de Villehardouin. Recherche sur les croisés de la quatrième croisade*, Genève, 1978.

- MAFFRE J.-B., "Notices biographiques sur les principaux chefs de la croisade contre les hérétiques albigeois", *Bulletin de la Société archéologique, scientifique et littéraire de Béziers*, 9, 1878, p. 201-246.
- MARTIN-CHABOT E., "Mésaventures d'un toulousain donat de Saint-Sernin. Glose pour la *Chanson de la Croisade Albigeoise*", dans *Mélanges d'histoire du Moyen Age dédiés à la mémoire de L. Halphen*, Paris, 1951, p. 501-505.
- MATALON E., *La noblesse française dans la croisade albigeoise, 1209-1219*, Mémoire de Maîtrise, Université de Nice, Nice, 1976.
- PASSERAT G., "Les vicomtes troubadours de Saint-Antonin-Noble-Val au temps de la croisade", *Société des amis du Vieux Saint-Antonin et de sa région en Rouergue, Quercy, Albigeois*, 1, 1981, p. 103-111.
- PEAL A., "Olivier de Termes and the Occitan Nobility in the Thirteenth Century", *Reading Medieval Studies*, 12, 1986, p. 109-129.
- PECH P., "Les croisés de la croisade albigeoise", dans *France du Nord et France du Midi. Contacts et influences réciproques. Actes du 96^e congrès national des sociétés savantes (Toulouse, 1971)*, Paris 1978, p. 201-212.
- ROUANET G., "Baudouin de Toulouse. Ambitieux, traître ou victime ? Un épisode de la croisade contre les Albigeois", *Revue du Tarn*, 113, 1984, p. 71-73.
- SARRAND J., "Qui était Bouchart de Marly, prisonnier du seigneur de Cabaret ?", *Mémoires de la Société des Arts et des Sciences de Carcassonne*, 6, 1968-1970, p. 121-122.
- SARRAND J., "Alix de Montmorency et Marguerite de Marly", *Bulletin de la Commission Archéologique de Narbonne*, 32, 1971, p. 173-175.
- TERMENS A., "Olivier de Termes fut-il cathare ?", *Cahiers d'Études Cathares*, 110, 1986, p. 36-44.
- TERMENS A., "Généalogie de la maison de Termes : essai", *Cahiers d'Études Cathares*, 114, 1987, p. 39-57.
- TORRENT I ORRI R., "Genealogía y significación de Francisco de Verntallat. Genealogía y gestas de los nobles de Crexell", *Biblioteca Olotina*, 47-48, 1953, p. 25-65 (voir aussi "Genealogía y gestas de los condes de Creixell", *Anales del Instituto de Estudios Ampurdaneses: Revista de Gerona*, 6, 1964-1965, p. 95-127).
- WAKEFIELD W.L., "The family of Niort in the Albigenian Crusade and before the Inquisition", *Names. The Journal of the American Name Society*, 18/2, 1970, p. 97-117 et 18/4, 1970, p. 286-303.

V parte: Aspetti politici

- ABADAL I DE VINYALS R. D', "À propos de la domination de la maison comtale de Barcelone sur le Midi français", *Annales du Midi*, 76, 1964, p. 315-345.
- AMADO (DUHAMEL-) C., "Guillaume VIII de Montpellier, Marie et Pierre d'Aragon", dans *Majorque, Languedoc et Roussillon de l'Antiquité à nos jours. LIII^e congrès de la Fédération historique du Languedoc méditerranéen et du Roussillon*, Montpellier, 1982, p. 35-45.
- AMADO (DUHAMEL-) C., "L'État toulousain sur ses marges : les choix politiques des Trencavels entre les maisons comtales de Toulouse et de Barcelone (1079-1209)", dans *Les Troubadours et l'État toulousain avant la Croisade (1209)*, Toulouse, 1995, p. 117-138.
- AMADO (DUHAMEL-) C., "Les Guillems de Montpellier à la fin du XII^e siècle, un lignage en péril", *Revue des Langues Romanes*, 89, 1985, p. 13-28.
- AMARGIER P., "La politique matrimoniale du comte Bernard de Comminges", *Revue de Comminges*, 92, 1979, p. 175-178.
- AMARGIER P., "Éloge d'une reine : Marie de Montpellier", dans *La femme dans la vie religieuse du Languedoc (XIII^e-XIV^e siècles)*, Cahiers de Fanjeaux, 23, 1988, p. 21-36.
- ARNÓS G., "L'Empereur Frederic II e los darrièrs comtes de Toulouse", *Obradors*, 9, 1975, p. 13-35.
- ASTRUC J., "La conquête de la vicomté de Carcassonne par Simon de Montfort (1209-1211)", *Mémoires de la société des arts et sciences de Carcassonne*, II s., 8, 1912, p. 1-27.
- Atlas de los cátaros*, éd. MESTRE CAMPI J., Barcelona, 1997.
- AURELL M., "Autour d'un débat historiographique : l'expansion catalane dans les pays de Langue d'oc au Moyen Age", dans *Montpellier, la couronne d'Aragon et les pays de langue d'oc (1204-1349). XII^e Congresos de Historia de la Corona de Aragón*, Montpellier, 1987, p. 9-41.
- AURELL M., *La vielle et l'épée. Troubadours et politique en Provence au XIII^e siècle*, Paris, 1989 (Collection historique).
- BARBER M., "Catharism and the Occitan Nobility : the Lordships of Cabaret, Minerve and Termes", dans *The Ideals and Practice Medieval of Knighthood. Papers from the Fifth Strawberry Hill Conference 1990*, éd. HARPER-BILL C., HARVEY R., t. I-III, Woodbridge, 1990, t. III, p. 1-19.
- BARBER M., *Crusaders and Heretics, 12th-14th Centuries*, Aldershot, 1995 (Collected Studies Series, 498).
- BARBERO A., "Dai principes patriae alla cavalleria : l'aristocrazia nella contea di Tolosa 1100-1250", *Bulletino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo e Archivio Muratoriano*, 91, 1987, p. 371-395.
- BAUMEL J., *Histoire d'une seigneurie du Midi de la France. I: Naissance de Montpellier (985-1213)*, Montpellier, 1969.
- BECKER A., "Politique féodale de la papauté à l'égard des rois et des princes (XI^e-XII^e siècles)", dans *Chiesa e mondo feudale nei secoli X-XII*, Milano, 1995, p. 411-445.

- BESQUEUT J.-C., *Les incidences de la Croisade des Albigeois en Velay*, s.l., 1980-1981.
- BIGET J.-L., "La croisade albigeoise et les villes", dans *La guerre et la ville à travers les âges*, Paris, 1999, p. 77-103.
- BIGET J.-L., "Hérésie, politique et société en Languedoc vers 1120-vers 1320", dans *Le Pays cathare. Les religions médiévales et leurs expressions méridionales*, éd. BERLIOZ J., Paris, 2000, p. 17-79.
- BIGET J.-L., "Croisade contre les Albigeois : le Nord a-t-il colonisé le Sud ?", *L'Histoire*, 255, 2001, p. 44-49.
- BIGET J.-L., "La dépossession des seigneurs méridionaux. Modalités, limites, portée", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 261-299.
- BISSON T.N., "The organised Peace in Southern France and Catalonia, ca. 1140-ca. 1233", *The American Historical Review*, 82, 1977, p. 290-311.
- BISSON T.N., *Medieval France and her Pyrenean Neighbours: Studies in Early Institutional History*, London, 1989.
- BLAQUIÈRE H., "Les Hospitaliers en Albigeois à l'époque de la croisade : la commanderie de Rayssac", dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc en Languedoc au XIII^e siècle, Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969, p. 335-351.
- BONNASSIE P., "L'Occitanie, un État manqué ?", *L'Histoire*, 14, 1979, p. 31-40.
- BONNASSIE P., PRADALIÉ G., *La capitulation de Raymond VII et la fondation de l'Université de Toulouse (1229-1979). Un anniversaire en question*, Toulouse, 1979.
- BONNASSIE P., "Le comté de Toulouse et le comté de Barcelone du IX^e au début du XIII^e siècle (801-1213) : esquisse d'histoire comparée", dans *Occitania i els països Catalans. Actes del vuitè col.loqui internacional de llengua i literatura catalanes, 12-17 de setembre de 1988*, Montserrat, 1989, p. 27-45.
- BONNAUD-DELAMARE R., "La légende des associations de la paix en Rouergue et Languedoc au début du XIII^e siècle (1170-1229)", *Bulletin philologique et historique du Comité des travaux historiques et scientifiques*, 1936-1937, p. 47-78.
- BOURIN M., "Le massacre de 1209", dans *Histoire de Béziers*, Toulouse, 1986, p. 95-113.
- BRUGUIÈRE M.-B., "Un mythe historique : "l'impérialisme capétien" dans le Midi au XII^e et XIII^e siècles", *Annales du Midi*, 97, 1985, p. 245-267.
- CABIÉ E., *Épisodes de la croisade contre les albigeois (1209-1228)*, Albi, 1898.
- CAMBOULIVES R., "Autour de la bataille de Muret (12 septembre 1213) : sépulture de Pierre II, en Espagne, sort de son fils Jacques I^{er}, prisonnier de Simon de Montfort, action de ce dernier sur le Midi de la France", *Revue de Comminges*, 96, 1983, p. 39-43.
- CAMBOULIVES R., "Autour de la bataille de Muret", *Revue de Comminges*, 97, 1984, p. 23-29.

- CANELLAS LÓPEZ Á., "Relaciones políticas, militares y dinásticas entre la Corona de Aragón, Montpellier y los países de Languedoc de 1204 a 1349", *Jerónimo Zurita*, 53-54, 1986, p. 7-36.
- CAPUL M., "Notes sur le catharisme et la croisade des Albigeois en Agenais", *Revue de l'Agenais*, 1, 1964, p. 3-15.
- CURIE-SEIMBRES L., "La grande pitié de Minerve (La croisade contre les Albigeois)", *Revue du Tarn*, III s., 55, 1969, p. 33-40.
- DÉBAX H., "El fracàs de l'Estat occità. Les divergències de l'evolució entre Occitània i Catalunya (segles IX-XIII)", dans *Càtars i Trobadors. Occitània i Catalunya: renaixença i futur*, Barcelona, 2003, p. 68-75.
- DELARUELLE É., "Templiers et hospitaliers en Languedoc pendant la croisade des albigeois", dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969, p. 315-334.
- DELOR J., "La Réole et la croisade des Albigeois", *Les Cahiers du Réolais*, 66, 1966, p. 2-4.
- DOSSAT Y., "Le comté de Toulouse et la féodalité languedocienne à la veille de la croisade albigeoise", *Revue du Tarn*, 9, 1943, p. 75-90.
- DOSSAT Y., "La société méridionale à la veille de la Croisade albigeoise", *Revue Historique et Littéraire de Languedoc*, 1, 1944, p. 67-87.
- DOUAIS C., *Soumission de la Vicomté de Carcassonne par Simon de Montfort, et la croisade contre Raymond VI, comte de Toulouse, août 1209-avril 1211*, Paris, 1884 (Nîmes, 2000²).
- DUPRÉ J., "Le Catharisme et la croisade en Périgord", *Cahiers d'Études Cathares*, II s., 32, 1966-1967, p. 27-38.
- ESTÈVE A., "El comtat de Foix, Urgell i Andorra a la vetlla de Muret", dans *La bataille de Muret et la civilisation médiévale d'Oc. Actes du colloque de Toulouse (9-11 septembre 1963)*, *Annales de l'Institut d'études occitanes*, s.a., 1962-1963, p. 73-79.
- Fiefs et féodalité dans l'Europe méridionale (Italie, France du Midi, Péninsule Ibérique) du X^e au XIII^e siècle. Colloque international organisé par le Centre Européen d'Art et Civilisation Médiévales de Conques et l'Université de Toulouse-Le Mirail (Conques, 6-8 juillet 1998)*, éd. BONNASSIE P., CURSENTE B., DÉBAX H., Toulouse 2002.
- FOREY A.J., "The Military Orders and the Holy War against Christians in the Thirteenth Century", *English Historical Review*, 104, 1989, p. 1-24.
- GALIBERT R., "Ancienneté du catharisme, importance de la croisade des Albigeois en Agenais", dans *La bataille de Muret et la civilisation médiévale d'Oc. Actes du colloque de Toulouse (9-11 septembre 1963)*, *Annales de l'Institut d'études occitanes*, s.a., 1962-1963, p. 80-86.
- GARRIGUES G., "Conséquences de la croisade Albigeoise en Bigorre", *Cahiers d'Études Cathares*, 55, 1972, p. 55-57.
- GIBERT U., "Notes concernant la Croisade contre les Albigeois dans les Corbières Occidentales", *Bulletin de la Société d'Études Scientifiques de l'Aude*, 72, 1973, p. 193-205 (voir aussi dans *Cahiers d'Études Cathares*, II s., 62, 1974, p. 27-45).

- GUIRAUD J., "Sac de Béziers : Tuez-les tous !", dans Id., *Histoire partielle, histoire vraie*, Paris, 1934, t. I, p. 287-290.
- HIGOUNET Ch., *Le comté de Comminges, de ses origines à son annexion à la couronne*, t. I-II, Toulouse, 1949 (Saint-Gaudens, 1984²).
- Histoire d'Albi*, éd. BIGET J.-L., Toulouse, 1983.
- Histoire de Béziers*, éd. SAGNES J., Toulouse, 1986.
- Histoire de Carcassonne*, éd. GUILAINE J., FABRE D., Toulouse, 1984.
- Histoire de Montauban*, éd. LIGOU D., Toulouse, 1984.
- Histoire du Languedoc*, éd. WOLFF Ph., Toulouse, 1967 (Toulouse, 2001²).
- HOUSLEY N., *Crusades against Christians: their Origins and early Development, c. 1000-1216*, in *Crusade and Settlement. Papers read at the first conference of the Society of the Crusades and the Latin East and presented to R.C. Smail*, éd. EDBURY P.W., Cardiff 1985, p. 17-36.
- KATSURA H., *Serments, hommages et fiefs dans la seigneurie des Guilhem de Montpellier (fin XI^e-début XIII^e siècle)*, *Annales du Midi*, 104, 1992, p. 142-161.
- KATSURA H., *Ville et campagne dans la région montpelliéraine à la veille de la Croisade albigeoise, à travers deux documents inédits des Archives municipales de Montpellier*, dans *Les sociétés méridionales à l'âge féodal (Espagne, Italie et sud de la France, X^e-XIII^e s.). Hommage à Pierre Bonnassie*, éd. DÉBAX H., Toulouse, 1999 (Méridiennes), p. 191-196.
- KENNAN E.T., "Innocent III, Gregory IX and Political Crusades. A Study in the Disintegration of Papal Power", dans *Reform and Authority in the Medieval and Reformation Church*, éd. LITTLE G.F., New-York, 1981, p. 15-35.
- KENNAN E.T., "The political crusades", dans *Innocent III: Vicar of Christ or Lord of the World?*, éd. POWELL J.M., Washington, 1994², p. 135-149.
- La bataille de Muret et la civilisation médiévale d'Oc. Actes du Colloque de Toulouse (9-11 septembre 1963)*, *Annales de l'Institut d'études occitanes*, s.a., 1962-1963.
- La persécution du catharisme. 6^e Session du Centre d'Études Cathares (1993)*, Carcassonne, 1996 (Collection Heresis, 6).
- LANGLOIS G., "La formation de la seigneurie de Termes", *Heresis*, 17, 1991, p. 51-72.
- LAGRANGE H., "Il y a 766 ans : Marmande, ville martyre", *Cahiers d'Études Cathares*, 115, 1987, p. 80-81.
- LARTIGUE J.-P., "Les Limousins dans le drame albigeois", *Bulletin de la Société scientifique, historique, et archéologique de la Corrèze*, 96, 1974, p. 65-69.
- Les voies de l'hérésie. Le groupe aristocratique en Languedoc, XI^e-XIII^e siècles. Actes du 8^e colloque du Centre d'Études Cathares/René Nelli. Carcassonne, 28 août-1 septembre 1995*, I : *Structures et comportements*, II : *Avant et après la croisade : seigneurs et seigneuries*, III : *L'imaginaire chevaleresque*, Carcassonne, 2001 (Heresis, 8).
- LIFSHITZ F., "Le serment de fidélité de la ville de Toulouse (1203): quelques mots sur un texte et sa transmission", *Annales du Midi*, 97, 1985, p. 427-433.

- MACÉ L., "Chronique d'une grande commotion : la rivalité entre les comtes de Toulouse et les Trencavel (XII^e-XIII^e siècles)", *Revue du Tarn*, 176, 1999, p. 661-683.
- MAFFRE J., "Histoire des Albigeois, épisode déroulé à Rouffiac-d'Aude", *Bulletin de la Société d'Études scientifiques de l'Aude*, 64, 1965, p. 331-332.
- MAGUELONE N., "L'assassinat de Pierre de Castelnau et Raymond VI", *Cahiers d'Études Cathares*, IIs., 36/105, 1985, p. 45-70 et 36/106, 1985, p. 67-84.
- MARTÍN DUQUE A., "Sobre el tratado de Corbeil", *Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón*, 8, 1967, p. 775-777.
- MAZIÈRES M. R., "Un document remarquable dans les archives du château d'Alzau : l'acte de reddition à Simon de Montfort en l'année 1215 de deux seigneurs de l'Agenais", *Mémoires de la Société des Arts et des Sciences de Carcassonne*, 6, 1968-1970, p. 99-100.
- MESCHINI M., "Diabolus... illos ad mutuas inimicitias acuebat : divisions et dissensions dans le camp des croisés au cours de la première Croisade albigeoise (1207-1215)", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 171-196.
- MESTRE I GODES J., *Los catáros. Problema religioso, pretexto político*, Barcelona, 1995.
- MIRET I SANS J., *La Expansión y la dominación catalana en los pueblos de la Galia meridional. Discurso leído en la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona en la recepción pública de D. Joaquín Miret y Sans, el día 3 de junio de 1900*, Barcelona, 1900.
- MOLINIER Ch., "La question de l'ensevelissement du comte de Toulouse Raimond VI en terre sainte (1222-1247)", *Annales de la Faculté des Lettres de Bordeaux*, 6, 1885, p. 1-92.
- MOUZAT J., "Une croisade oubliée. L'expédition auvergnate, limousine et aquitaine contre les Cathares du Quercy et de l'Agenais : mai-juin 1209", *Bulletin de la Société scientifique, historique, et archéologique de la Corrèze*, 96, 1974, p. 79-86.
- NIEL F., "Béziers pendant la Croisade contre les Albigeois", *Cahiers d'Études Cathares*, 5/15, 1953, p. 139-157.
- OBERSTE J., "La fin d'un coupable. Raymond VI, comte de Toulouse, aux mains de l'Église au temps de la croisade albigeoise", dans *La culpabilité. Actes des XX^e Journées d'Histoire du Droit*, éd. HOAREAU-DODINAU J., TEXIER P., Limoges, 2001 (*Cahiers de l'Institut d'Anthropologie Juridique*, 6), p. 455-480.
- OURLIAC P., "Les statuts de Pamiers", dans *À cheval entre histoire et droit. Hommage à J.-F. Poudret*, Lausanne, 1999, p. 112-135.
- PADEN W.D., "Perspectives of the Albigensian Crusade", *Tenso*, 10, 1995, p. 90-98.
- PAILHÈS C., *L'Ariège des comtes et des cathares*, Toulouse, 1992.
- PAILHÈS C., "Le jeu du pouvoir en comté de Foix pendant et après la Croisade contre les Albigeois", *Bulletin de la Société ariégeoise des Sciences, Lettres et Arts*, 47, 1993, p. 113-158.

- PEYRONEL G., "Naissance et mort d'un grand État occitan au XIII^e siècle", *Novel Temp. Quaderno di cultura e studi occitani alpini*, 39, 1991, p. 27-35.
- PONTAL O., "Le Vivarais, centre de négociations au temps de la croisade albigeoise", *Revue du Vivarais*, 96, 1993, p. 255-260.
- PRICE J. A., *The Albigensian Crusade and the forty-day vow*, s.l. (mais Kalamazoo), 2000.
- ROQUEBERT M., "La crise albigeoise et la fin de l'autonomie occitane", *Annales de l'Institut d'Études Occitanes*, 6, 1972, p. 119-171.
- SMITH D.J., "Aragon, Catalogne et Papauté pendant la Croisade contre les Albigeois", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 157-170.
- STRAYER J.R., "The Political Crusades of the thirteenth century", dans *A History of the Crusades*, éd. SETTON K.M., WOLFE R., HAZARD H., t. II, Philadelphia, 1962, p. 334-377.
- TAMIZEY DE LARROQUE Ph., "Un épisode de la guerre des Albigeois", *Revue des questions historiques*, 1, 1866, p. 168-191.
- THOMAS L.J., "Quelques aspects peu connus de la croisade contre les Albigeois", *Cahiers d'histoire et d'archéologie de Nîmes*, 26, 1931, p. 257-265.
- TIMBAL P., *Un conflit d'annexion au Moyen Age. L'application de la coutume de Paris aux pays d'Albigeois*, Toulouse, 1949.
- VIDAL H., *L'Aragon et la révolution montpellieraine de 1204*, dans *Montpellier, la couronne d'Aragon et les pays de langue d'oc (1204-1349)*, Montpellier, 1987, p. 43-60.
- VINCENT N., "England and the Albigensian Crusade", dans *England and Europe in the Reign of Henry III (1216-1272)*, éd. WEILER B., Aldershot, 2002, p. 67-97.
- WOLFF Ph., HIGOUNET C., BARATIER E., *Contacts et influences réciproques entre la France du Nord et la France du Midi*, dans *France du Nord et France du Midi. Contacts et influences réciproques. Actes du 96^e congrès national des sociétés savantes (Toulouse, 1971)*, Paris 1978, p. 9-41.
- WOLFF Ph., *Les leçons du colloque*, dans *La bataille de Muret et la civilisation médiévale d'Oc. Actes du colloque de Toulouse (9-11 septembre 1963)*, *Annales de l'Institut d'études occitanes*, s.a., 1962-1963, p. 23-28.
- ZERNER-CHARDAVOINE M., PIÉCHON-PALLOCH H., "La croisade albigeoise, une revanche. Des rapports entre la quatrième croisade et la croisade albigeoise", *Revue Historique*, 267, 1982, p. 3-18.

VI parte: Aspetti ecclesiastici

- AURELL M., "Les cisterciennes et leurs protecteurs en Provence rhodanienne", dans *Les Cisterciens de Languedoc (XIII-XIV^e siècles)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 21, 1986, p. 235-267.
- BAYLE J., "L'abbaye de Boulbonne et la croisade des Albigeois", *Pyrénées ariégeoises*, 1983, p. 83-91.
- BERMAN C., *The Cistercians in the County of Toulouse : 1132-1249, the Orders's Foundations and Land Acquisition*, Ph.D. Thesis, University of Wisconsin-Madison, Madison, 1978.
- BLANC J., "L'ordre de Cîteaux et la Croisade : Réussite ou échec ?", dans *La persécution du catharisme. 6^e Session du Centre d'Études Cathares (1993)*, Carcassonne, 1996 (Collection Heresis, 6), p. 39-48.
- BOLTON B. M., "Tradition and Temerity. Papal Attitudes to Deviants 1159-1216", *Studies in Church History*, 9, 1972, p. 79-91.
- BRENON A., "Les cisterciens contre l'hérésie, XII^e-XIII^e siècles. Des vignes domestiques aux vignes du Seigneur : des croisés dans l'âme", dans *Coloquio "El Císter". Valencia, octobre 1998*, s.l., 2000, p. 231-263.
- D'AURIAC E., *Histoire de l'ancienne cathédrale et des évêques d'Albi*, Paris, 1858.
- DELOOZ S. J., "Note sur les canonisations occitanes à l'époque de la croisade des Albigeois", *Annales de l'Institut d'Études occitanes*, 1, 1965, p. 106-112.
- DICKSON M. et C., "Le Cardinal Robert de Courçon: Sa vie", *Archives d'histoire doctrinale et littéraire du Moyen Âge*, 9, 1934, p. 53-142.
- DOSSAT Y., "Le clergé méridional à la veille de la croisade albigeoise", *Revue historique et littéraire de Languedoc*, 1, 1944, p. 263-278 (voir aussi dans Id., *Église et hérésie en France au XIII^e siècle*, London, 1982, I).
- DOSSAT Y., *Église et hérésie en France au XIII^e siècle*, London, 1982 (Collected Studies Series, 147).
- DOUAIS C., *L'Église et la Croisade contre les Albigeois*, Lyon, 1882.
- ÉPINOUX P., "Une réponse à l'hérésie: Dominique et les dominicains", dans *Le Pays Cathare. Les religions médiévales et leurs expressions méridionales*, éd. BERLIOZ J., Paris, 2000, p. 101-121.
- FLICHE A., "La vie religieuse à Montpellier sous le pontificat d'Innocent III (1198-1216)", dans *Mélanges d'histoire du Moyen Âge dédiés à la mémoire de Louis Halphen*, Paris, 1951, p. 217-224.
- FOREVILLE R., *Gouvernement et vie de l'Église au Moyen Âge*, London, 1979.
- FOREVILLE R., *Latran I, II, III et Latran IV*, Paris, 1965 (Histoire des conciles oecuméniques, 6).
- KAY R., *An eyewitness account of the 1225 council of Bourges*, dans Id., *Councils and Clerical Culture*, Aldershot, 1997 (Variorum Collected Studies Series, 57), p. 63-79.
- KAY R., *The Albigensian twentieth of 1221-3 : an early chapter in the history of papal taxation*, dans Id., *Councils and Clerical Culture*, Aldershot, 1997 (Variorum Collected Studies Series, 57), p. 307-315.

- KIENZLE B. M., "Cistercian Preaching against the Cathars : Helinand's Unedited Sermon for Rogation, B.N. Ms. Lat. 14591", *Cîteaux*, 39, 1988, p. 297-314.
- KIENZLE B. M., *Cistercians, Heresy and Crusade in Occitania (1145-1229) : Preaching in Lord's Vineyard*, Woodbridge, 2001.
- KIENZLE B. M., "Hélinand de Froidmont et la prédication cistercienne dans le Midi (1145-1229)", dans *La prédication en Pays d'Oc (XII^e-début XV^e s.)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 32, 1997, p. 37-67.
- KIENZLE B.M., "Tending the Lord's vineyard. Cistercians, Rhétoric and Heresy, 1143-1229. Part I: Bernard of Clairvaux, the 1143 Sermons and the 1145 Preaching Mission", *Heresis*, 25, 1995, p. 29-61.
- KIENZLE B.M., "Henry of Clairvaux and the 1178 and 1181 missions", *Heresis*, 28, 1997, p. 63-87.
- LABAL P., *L'Eglise de Rome face au Catharisme*, dans *Les Cathares en Occitanie*, éd. DUVERNOY J., Paris, 1982, p. 11-197.
- Les Cisterciens de Languedoc (XIII^e- XIV^e siècles)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 21, 1986.
- LEWIS A., *The Papacy and Southern France and Catalonia, 814-1417*, London, 1978.
- MEERSSEMAN G.G., *Ordo fraternitatis. Confraternite e pietà dei laici nel Medioevo*, t. I-III, Roma, 1977.
- MOLINIER Ch., *L'Eglise et la société cathares*, Nogent-le-Rotrou, 1907.
- MOUSNIER M., "Les conséquences de la Croisade dans l'économie des abbayes cisterciennes", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 301-321.
- PAOLINI L., "Le origini della Societas crucis", *Rivista di storia e letteratura religiosa*, 15, 1979, p. 173-229.
- PEYTAUVIE Ch., "Construction de deux lieux de la mémoire dominicaine : Prouille et Fanjeaux (XIII^e-XIV^e siècle)", dans *L'Ordre des Prêcheurs et son histoire*, *Cahiers de Fanjeaux*, 36, 2001, p. 419-446.
- ROCHÉ D., *L'Eglise romaine et les Cathares albigeois*, Arques, 1957.
- SHANNON A.C., *The Popes and Heresy in the Thirteenth Century*, Villanova, 1949 (New York 1980²).
- VICAIRE M.H., *Histoire de Saint Dominique*, t. I-II, Paris, 1957.
- VICAIRE M.H., *Saint-Dominique et ses frères: Évangile ou croisade?*, Paris, 1967.
- VIDAL H., *Episcopatus et pouvoir épiscopal à Béziers à la veille de la croisade albigeoise (1152-1209)*, Montpellier, 1951.

VII parte: Aspetti sociali

- ABBÉ J.-L., "La société languedocienne et le catharisme au XIII^e siècle : le cas de Limoux (Aude)", dans *Religion et société urbaine au Moyen Age. Études offertes à Jean-Louis Biget*, éd. BOUCHERON P. et CHIFFOLEAU J., Paris, 2000, p. 119-139.
- ABBÉ J.-L., "Au cœur de la Montagne Noire et de l'hérésie : les seigneurs d'Aragon. La croisade et ses répercussions sur le groupe aristocratique", dans *Les voies de l'hérésie : le groupe aristocratique en Languedoc (XI^e-XIII^e siècles)*, Carcassonne, 2001 (*Heresis*, 8), t. II, p. 55-87.
- ABBÉ J.-L., BAUDREU D., PEYTAUVIE Ch., "La Croisade Albigeoise et les villes : mutations urbaines, sociales et religieuses à Limoux au XIII^e siècle", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 323-348.
- AMADO C., "Faible impact de l'hérésie dans le Languedoc central méditerranéen. Le paradoxe biterrois (1170-1209)", *Heresis*, 3, 1992, p. 83-103.
- ARVENGAS H. "Croisade des Albigeois : de Montégut à Lisle", *Revue du Tarn*, 92, 1976, p. 579-581.
- AURELL M., *Une famille de la noblesse provençale au Moyen Âge : les Porcelet*, Avignon, 1986.
- AURELL M., "La chevalerie urbaine en Occitanie (fin X^e-début XIII^e siècle)", dans *Les élites urbaines au Moyen Âge. Actes du colloque de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public. Rome, Palais Farnese, 23-25 Mai 1996*, Paris, 1997 (Collection de l'Ecole française de Rome, 238), p. 71-118.
- BECAMEL M., "Le catharisme dans le diocèse d'Albi", dans *Cathares en Languedoc, Cahiers de Fanjeaux*, 3, 1968, p. 237-252.
- BIGET J.-L., "Notes sur le système féodal en Languedoc et son ouverture à l'hérésie", *Heresis*, 11, 1988, p. 7-16.
- BIGET J.-L., "Les Albigeois à la conquête de leurs libertés. La charte de 1220", dans *Les sociétés méridionales à l'âge féodal (Espagne, Italie et sud de la France, X^e-XIII^e s.). Hommage à Pierre Bonnassie*, éd. DÉBAX H., Toulouse, 1999 (Méridiennes), p. 179-183.
- CASTILLON D'ASPET H., *Histoire des populations pyrénéennes du Nebauzan et du pays de Comminges*, t. I-II, Paris, Toulouse, 1842.
- CASTILLON D'ASPET H., *Histoire du Comté de Foix depuis les temps anciens jusqu'à nos jours*, Toulouse, 1852 (rééd. Marseille, 1978).
- CHIFFOLEAU J., "Vie et mort de l'hérésie en Provence et dans la vallée du Rhône du début du XIII^e au début du XIV^e siècle", dans *Effacement du catharisme ? (XIII^e-XIV^e siècles)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 20, 1985, p. 73-99.
- CURSENTE B., "La Gascogne réfractaire à l'hérésie : une société différente ?", *Heresis*, 3, 1992, p. 131-147.
- CURSENTE B., "Une affaire de non-hérésie en Gascogne en l'année 1208" dans *Inventer l'hérésie ? Discours polémiques et pouvoirs avant l'inquisition*,

- éd. ZERNER M., Nice, 1998 (Collection du Centre d'Études Médiévales de Nice, 2), p. 257-262.
- DUVERNOY J., "La noblesse cathare en Languedoc", *Bulletin de l'association d'entraide de la Noblesse française*, 51/181, 1984, p. 20-43.
- FONS V.P., "Chartes inédites relatives au jugement des affaires concernant les successions des Toulousains tués à la bataille de Muret", *Recueil de l'Académie de Législation de Toulouse*, 20, 1871, p. 13-27.
- FRIEDLANDER A., "Heresy, Inquisition and the crusader Nobility of Languedoc", *Medieval Prosopography*, 4, 1983, p. 45-67.
- GRAHAM-LEIGH E., *The Southern French Nobility and the Albigensian Crusade*, Woodbridge, 2005.
- GUY A., "Voyages et croisades contre les Albigeois dans le cartulaire de Bonlieu", *Bulletin des amis de Montheulon*, 43, 1992, p. 4-14.
- LAUZERAL G., "La ville de Rabastens pendant la guerre des Albigeois (1209-12219)", *L'écho de Rabastens*, 167, 1989, p. 45-47.
- LEWIS A.R., *Medieval Society in Southern France and Catalonia*, London, 1984.
- MACÉ L., "Homes senes armas : les paysans face à la guerre", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 245-257.
- MÉNARD Ph., "Rotiers, soldats, mainadiers, faidits, arlots. Réflexions sur les diverses sortes de combattants dans la *Chanson de la croisade albigeoise*", *Perspectives médiévales*, 22/suppl., 1996, p. 155-179.
- MUNDY J.-H., *Liberty and Political Power in Toulouse, 1050-1230*, New York, 1954.
- MUNDY J.-H., "Charity and Social Work in Toulouse, 1150-1250", *Traditio*, 22, 1966, p. 203-287.
- MUNDY J.-H., *Men and Women at Toulouse in the Age of the Cathars*, Toronto, 1990.
- MUNDY J.-H., *Society and Government at Toulouse in the Age of the Cathars*, Toronto, 1997.
- PAILHÈS CL., "Le groupe aristocratique en comté de Foix, XI^e-XIII^e siècles" dans *Les voies de l'hérésie : le groupe aristocratique en Languedoc (XI^e-XIII^e siècles)*, Carcassonne, 2001 (*Heresis*, 8), t. II, p. 121-177.
- PALÈS-GOBILLIARD A., "Le catharisme dans le comté de Foix des origines au début du XIV^e siècle", *Revue de l'histoire des religions*, 2, 1976, p. 181-200.
- PALÈS-GOBILLIARD A., "Poursuites et déplacements de population après la croisade albigeoise", dans *La guerre, la violence et les gens au Moyen Âge. Actes du 119^e Congrès National des Sociétés Historiques et Scientifiques (Amiens, 26-30 octobre 1994)*, I: *Guerre et Violence*, éd. CONTAMINE Ph., GUYOTJEANNIN O., Paris, 1996, p. 51-66.
- PASSERAT G., "Plus somés que nulh jozieu de jozaigas. Les juifs de Toulouse d'une croisade à l'autre", dans *Toulouse à la croisée des cultures. Actes du V Congrès international de l'Association Internationale d'Études Occitanes (Toulouse, 19-24 août 1996)*, t. I-II, Pau, 1998, t. I, p. 289-295.

- PATERSON L.M., *The World of the Troubadours. Medieval Occitan Society, c. 1100-c. 1300*, Cambridge, 1993.
- ROACH A., *The Devil's World: Heresy and Society 1100-1300*, Longman 2005.
- ROUANET G., "Castres pendant la croisade contre les Albigeois", *Revue du Tarn*, 92, 1978, p. 583-586.
- RUIZ PH., "Bourgeois, abbé et comtes à Moissac de 1197 à 1214 : rôle de la croisade et de l'hérésie dans les luttes politiques urbaines", dans *Religion et société urbaine au Moyen Age. Études offertes à Jean-Louis Biget*, éd. BOUCHERON P., CHIFFOLEAU J., Paris, 2000, p. 165-176.
- Structures Féodales et Féodalisme dans l'Occident Méditerranéen (X^e-XII^e siècles). Bilan et Perspectives de Recherches. Colloque International organisé par le Centre National de la Recherche Scientifique et l'Ecole Française de Rome (Rome, 10-13 octobre 1978)*, Rome 1980 (Collection de l'EFR, 44).
- TAYLOR C., *Heresy in Medieval France : Dualism in Aquitaine and the Agenias, 1000-1249*, Woodbridge, 2005.
- TOULZE P., "Les structures féodales avant et après la croisade dans deux villages du Bas-Razès : Alaigne et Rouier", *Heresis*, 15, 1990, p. 23-44.

VIII parte: Aspetti ideologici

- ALVIRA CABRER M., "Le Jeudi de Muret. Aspects idéologiques et mentaux de la bataille de 1213", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 197-207.
- ALVIRA CABRER M., "Ut stulticie Hispanorum et hominum terre hujus, qui sompnia curant et auguria, plenius contrairem. Sobre superstición y herejía durante la Cruzada contra los Albigenes", *Heresis*, 36-37, 2002, p. 253-277.
- ALVIRA CABRER M., "Sobre la denominación Albigenes en las fuentes hispanas del siglo XIII", dans *Religión, Etnia y Nación. II Congreso de Historia de la Iglesia en España y el Mundo Hispánico* (CSIC, Madrid, 18-20 octubre 2001), à paraître.
- AMADO C., "Effet de la Croisade albigeoise sur les valeurs nobiliaires méridionales", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 211-217.
- BARBER M., "The Albigenian Crusades : Wars like any others ?", dans *Dei gesta per Francos. Études sur les croisades dédiées à Jean Richard*, éd. BALARD M., KEDAR B.Z., RILEY-SMITH J., Aldershot, 2001, p. 45-55.
- BÉRIOU N., "La prédication de croisade de Philippe le Chancelier et d'Eudes de Châteauroux en 1226", dans *La prédication en Pays d'Oc (XII^e-début XV^e s.)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 32, 1997, p. 85-109.

- BIGET J.-L., ““Les Albigeois”, remarques sur une dénomination”, dans *Inventer l'hérésie ? Discours polémiques et pouvoirs avant l'inquisition*, éd. ZERNER M., Nice, 1998 (Collection du Centre d'Études Médiévales de Nice, 2), p. 219-256.
- BIGET J.-L., “Réflexions sur “l'hérésie” dans le Midi de la France au Moyen Âge”, *Heresis*, 36-37, 2002, p. 29-74.
- BRENON A., *Les Cathares. Vie et mort d'une Église chrétienne*, Paris, 1996.
- CASSARD J.-C., “«L'affaire de paix et de foi» vue de Bretagne Armorique. Quelques notes d'hérésiologie virtuelle”, dans *Religion et société urbaine au Moyen Âge. Études offertes à Jean-Louis Biget*, éd. BOUCHERON P., CHIFFOLEAU J., Paris, 2000, p. 141-163.
- DELARUELLE É., “De la Croisade à l'Université : sociétés et mentalités à Toulouse au début du XIII^e siècle”, dans *Les Universités du Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 5, 1970, p. 19-34.
- DELARUELLE E., “La critique de la guerre sainte dans la littérature méridionale”, dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969, p. 128-139.
- DELARUELLE É., *La guerre sainte, l'université, l'inquisition et la sainte prédication au début du XIII^e siècle*, dans XI^e Congrès International des Sciences Historiques, Uppsala 1962, p. 260-262.
- DELARUELLE É., “Paix de Dieu et croisade dans la chrétienté du XII^e siècle”, dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969, p. 51-71.
- DESSALES L., “Influence de la croisade des Albigeois sur la langue et la littérature romane en général”, *Recueil des Actes de l'Académie des sciences de Bordeaux*, 19, 1957.
- DOSSAT Y., “Cathares et vaudois à la veille de la croisade”, *Bulletin Philologique et Historique du Comté des Travaux Historiques et Scientifiques*, 3, 1945, p. 390-397; 4, 1946, p. 70-83.
- DOSSAT Y., “Patriotisme méridional du clergé au XIII^e siècle”, dans *Les évêques, les clercs et le roi (1250-1300)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 7, 1972, p. 419-452.
- DUPRONT A., “Guerre sainte et chrétienté”, dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969, p. 17-50.
- DUVERNOY J., *Le catharisme*, t. II : *L'histoire des Cathares*, Toulouse, 1979.
- FLORI J., *La guerre sainte. La formation de l'idée de croisade dans l'Occident chrétien*, Paris, 2001.
- GAUNT S., “*Desnaturat son li Frances*: language and identity in the twelfth-century Occitan epic”, *Tenso*, 34, 2002, p. 10-31.
- GHIL E.M., “*Crozada* : Avatars of a Religious Term in Thirteenth-Century Occitan Poetry”, *Tenso*, 10, 1995, p. 99-109.
- GHIL E.M., *L'Age de Parage. Essai sur le poétique et le politique en Occitanie au XIII^e siècle*, New York, Bern, Frankfurt am Main, Paris, 1989 (University Studies in Medieval and Renaissance Literature, 4).
- GILLES H., *Le clergé méridional entre le roi et l'Église*, dans *Les évêques, les clercs et le roi (1250-1300)*, *Cahiers de Fanjeaux*, 7, 1972, p. 393-417.

- GRUNDMANN H., "Oportet et haereses esse: das Problem der Ketzerei im Spiegel der mittelalterlichen Bibelexegese", *Archiv für Kulturgeschichte*, 45, 1963, p. 129-164.
- GUIRAUD J., *L'Albigéisme languedocien aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, 1907.
- Inventer l'hérésie ? Discours polémiques et pouvoirs avant l'inquisition*, éd. ZERNER M., Nice, 1998 (Collection du Centre d'Études Médiévales de Nice, 2).
- LOGNAT-PRAT D., *Ordonner et exclure. Cluny et la société chrétienne face à l'hérésie, au judaïsme et à l'Islam (1100-1150)*, Paris, 1998.
- KIENZLE B. M., "Inimici crucis: la théologie de la Croix et la persécution du catharisme", dans *Autor de Montailhou, un village occitan. Histoire et religiosité d'une communauté villageoise au Moyen Âge*, éd. LE ROY LADURIE E., Castelnau la Chapelle, 2001, p. 279-299.
- LABAL P., *Los cátaros. Herejía y crisis social*, Barcelona, 1984.
- LEJEUNE R., "L'esprit de croisade dans l'épopée occitane", dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969, p. 143-173.
- MACÉ L., "Le visage de l'infamie : mutilations et sévices infligés aux prisonniers au cours de la croisade contre les Albigeois (début du XIII^e siècle)", dans *Les prisonniers de guerre dans l'histoire. Contacts entre peuples et cultures*, Toulouse, 2003, p. 95-105.
- MAIER Ch.T., "Crisis, Liturgy and the Crusade in the Twelfth and Thirteenth Centuries", *The Journal of Ecclesiastical History*, 48, 1997, p. 628-657.
- MAIER Ch.T., "Mass, the Eucharist and the Cross : Innocent III and Relocation of the Crusade", dans *Pope Innocent III and his World*, éd. MOORE J.C., Aldershot, 1999, p. 351-360.
- MAIER Ch.T., BÉRIOU N., *Les sermons de la croisade albigeoise de 1226*, à paraître.
- MAIER Ch.T., *Crusade propaganda and ideology. Model Sermons for the Preaching of the Cross*, Cambridge, 2000.
- MAIER Ch.T., *Preaching the Crusades : Mendicant Friars and the Cross in the Thirteenth Century*, Cambridge, 1994 (Cambridge Studies in Medieval Life and Thought).
- MANSSELLI R., "Aspetti e significato dell'intolleranza popolare nei secoli XI-XIII", dans Id., *Studi sulle eresie del secolo XII*, Roma, 1975², p. 19-38.
- MERLO G.G., "Membra diaboli. Demoni ed eretici medievali", *Nuova Rivista Storica*, 72, 1988, p. 583-598 (voir aussi Id., "Membra del Diavolo : la demonizzazione degli eretici", dans Id., *Contro gli eretici. La coercizione all'ortodossia prima dell'Inquisizione*, Bologna, 1996, p. 51-74).
- MERLO G.G., "Militia Christi come impegno antieretico (1179-1233)", dans "Militia Christi" e crociata nei secoli XI-XIII. *Atti della undecima Settimana internazionale di studio (Mendola, 28 agosto-1 settembre 1989)*, Milano, 1992 (Scienze storiche, 48. Miscellanea del Centro di studi medioevali, 13), p. 355-384 (voir aussi Id., "Militare per Cristo contro gli eretici", dans Id., *Contro gli eretici*, Bologna, 1996, p. 11-49).

- MERLO G.G., *Contro gli eretici. La coercizione all'ortodossia prima dell'Inquisizione*, Bologna, 1996 (Saggi, 443).
- MOORE R., "Les Albigeois d'après les chroniques angevines", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 81-90.
- MUESSIG C., *Les sermons de Jacques de Vitry sur les cathares*, dans *La prédication en Pays d'Oc (XII^e-début XV^e s.)*, Cahiers de Fanjeaux, 32, 1997, p. 69-83.
- PATERSON L.M., "Les féodalités occitanes et les troubadours: propriété et vasselage dans les chansons de geste occitanes jusqu'à la Croisade Albigeoise", dans *Contacts de langues, de civilisations et intertextualité. III Congrès International des Annales de l'Institut d'Études Occitanes (Montpellier, 20-26 septembre 1990)*, t. I-III, Montpellier, 1992, t. I, p. 15-32.
- RACAUT L., "The Polemical Use of the Albigensian Crusade during the French Wars of Religion", *French History*, 13, 1999, p. 261-279.
- ROACH A., "Occitania Past and Present : Southern Consciousness in Medieval and Modern French Politics", *History Workshop Journal*, 43, 1997, p. 1-22.
- ROCHÉ D., *Le Catharisme*, Toulouse, 1947.
- RÜDIGER J., "Tolosa e Paratge. Un cas d'urgència del sistema simbolic", *Toulouse à la croisée des cultures. Actes du V Congrès international de l'Association Internationale d'Études Occitanes (Toulouse, 19-24 août 1996)*, Pau, 1998, I, p. 253-259.
- SCHMIDT Ch., *Histoire et doctrine des cathares ou albigeois*, Paris, Genève, 1848.
- SIBERRY E., *Criticism of Crusading, 1095-1274*, Oxford, 1985.
- THOUZELLIER Ch., *Catharisme et Valdésisme en Languedoc à la fin du XII^e et au début du XIII^e siècle*, Paris, 1965 (Publications de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Paris, 27).
- THROOP P.A., "Criticism of papal Crusade Policy in Old French and Provençal", *Speculum*, 13, 1938, p. 379-412.
- THROOP P.A., *Criticism of the Crusade. A Study of Public Opinion and Crusade Propaganda*, Amsterdam, 1940.
- VATTERONI S., *Falsa clercia. La poesia anticlericale dei trovatori*, Alessandria, 1999 (Scrittura e scrittori, 15).
- VAUCHEZ A., "Diables et hérétiques: les réactions de l'Église et de la société en Occident face aux mouvements religieux dissidents, de la fin du X^e au début du XII^e siècle", dans *Santi e demoni nell'Alto Medioevo occidentale (secoli V-XI). XXXVI Settimana del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo*, Spoleto, 1989, p. 573-607.
- ZERBI P., "La militia Christi per i Cisterciensi", dans "Militia Christi" e crociata nei secoli XI-XIII. Atti della undecima Settimana internazionale di studio (Mendola, 28 agosto-1 settembre 1989), Milano, 1992 (Scienze storiche, 48. Miscellanea del Centro di studi medioevali, 13), p. 273-294.

- ZERNER M., "Hérésie : un discours de l'Église", dans *Dictionnaire critique de l'Occident médiéval*, éd. LE GOFF J., SCHMITT J.-C. Paris, 1999, p. 175-177.
- ZERNER M., "Hérésie", dans *Dictionnaire raisonné de l'Occident médiéval*, LE GOFF J., SCHMITT J.-C. éd., Paris, 1999, p. 464-482.
- ZERNER M., "Au temps de l'appel aux armes contre les hérétiques : du *Contra Henricum* du moine Guillaume aux *Contra hereticos*", dans *Inventer l'hérésie ? Discours polémiques et pouvoirs avant l'inquisition*, éd. ZERNER M., Nice, 1998 (Collection du Centre d'Études Médiévales de Nice, 2), p. 119-155.

IX parte: Aspetti giuridici

- BARAUT C., "Presència i repressió del catarisme al bisbat d'Urgell (segles XII-XIII)", *Urgellia*, 12, 1994-1995, p. 487-524.
- BARAUT C., "Els inicis de la inquisició a Catalunya i les seves actuacions al bisbat d'Urgell (segles XII-XIII)", *Urgellia*, 13, 1996-1997, p. 407-38.
- CAPITANI O., "Legislazione antiereticale e strumento di costruzione politica nella decisioni normative di Innocenzo III", *Bullettino della Società di Studi Valdesi*, 140, 1976, p. 31-53.
- CAPITANI O., "Introduzione", dans *Medioevo ereticale*, éd. CAPITANI O., Bologna, 1977, p. 7-28.
- CAPRA L., "Sul codicillo testamentario del legato pontificio Milone", *Analecta Pomposiane. Miscellanea di storia religiosa delle diocesi di Ferrara e Comacchio*, 8, 1983, p. 69-81.
- CHIFFOLEAU J., "Dire l'indicible. Osservazioni sulla categoria del *nefandum* dal XII al XV secolo", dans *La parola all'accusato*, éd. MAIRE VIGUEUR J.-C., PARAVICINI BAGLIANI A., Palermo, 1991, p. 42-73.
- CHIFFOLEAU J., "Sur le crime de majesté médiéval", dans *Genèse de l'État moderne en Méditerranée. Approches historique et anthropologique des pratiques et des représentations. Actes des tables rondes internationales tenues à Paris les 24, 25 et 26 septembre 1987 et les 18 et 19 mars 1988*, Rome, 1993, p. 183-213.
- CLARKE P., "Innocent III, canon Law and the Punishment of the Guiltless", dans *Pope Innocent III and his World*, éd. MOORE J.C., Aldershot, 1999, p. 271-285.
- COULTON C.G., *The Death Penalty for Heresy from 1184 to 1917*, London, 1924.
- DE VERGOTTINI G., *Studi sulla legislazione imperiale di Federico II in Italia. Le leggi del 1220*, Milano, 1952 (Pubblicazioni straordinarie dell'Accademia delle scienze di Bologna. Classe di scienze morali, 11).
- Die Anfänge der Inquisition im Mittelalter. Mit einem Ausblick auf das 20. Jahrhundert und einem Beitrag über religiöse Intoleranz im nichtchristlichen Bereich*, éd. SEGL P., Köln, Weimar, Wien, 1993 (Bayreuther Historische Kolloquien, 7).

- DIEHL P., "Ad abolendam (X 5.7.9.) and Imperial Legislation Against Heresy", *Bulletin of Medieval Canon Law*, 19, 1989, p. 1-11.
- DIEHL P., "Overcoming reluctance to prosecute heresy in thirteenth-century Italy", dans *Christendom and its discontents. Exclusions, persecution, and rebellion, 1000-1500*, éd. WAUGH S.L., DIEHL P., Cambridge, 1996, p. 47-66.
- DOSSAT Y., "La répression de l'hérésie par les évêques", dans *Le Credo, la morale et l'inquisition en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 6, 1971, p. 217-251.
- DOUAIS C., *Les albigeois: leurs origines, action de l'église au XII^e siècle*, Paris, 1880².
- DUVERNOY J., "La procédure de répression de l'hérésie en Occident au Moyen-Age", *Heresis*, 6, 1986, p. 45-53.
- EBELS-HOVING B., "Traditie en vernieuwing in de ketterbestrijding van Innocentius III: de *exposition en proie*", *Tijdschrift voor Geschiedenis*, 88, 1975, p. 151-168.
- FOREVILLE R., "La répression de l'hérésie et les débuts de l'Inquisition", dans *Histoire de l'Église*, éd. FLICHE A., MARTIN V., t. X, Paris, 1950, p. 291-340.
- FOREVILLE R., "Les grands courants hérétiques et les premières mesures générales de répression", dans *Histoire de l'Église*, éd. FLICHE A., MARTIN V., t. IX/2, Paris, 1953, p. 330-351.
- GARCÍA Y GARCÍA A., "El Concilio IV Lateranense (1215) y Francia", *Annuarium Historiae Conciliorum*, 26, 1994, p. 61-86.
- GUÉBIN P., "Les sens du mot *monarcha* au concile de Montpellier", *Revue Historique de Droit Français et Étranger*, 10, 1931, p. 417-418.
- HAGENER O., "Studien zur Dekretale *Vergentis* (X. V, 7, 10). Ein Beitrag zur Häretikergesetzgebung Innocenz'III.", *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte. Kanonistische Abteilung*, 80/49, 1963, p. 138-173.
- HAGENER O., "Der Häresiebegriff bei den Juristen des 12. und 13. Jahrhunderts", dans *The Concept of Heresy in the Middle Ages (11th-13th C.). Proceedings of the [fourth] International Conference*, éd. LOURDAUX W., VERHELST D., Louvain, 1976 (*Mediaevalia Lovaniensia. Series I. Studia*, IV), p. 42-103.
- HAGENER O., "Die Häresie des Ungehorsams und das Entstehen des Hierokratischen Papsttums", *Römische Historische Mitteilungen*, 20, 1978, p. 29-47.
- HAGENER O., *Il Sole e la Luna. Papato, impero e regni nella teoria e nella prassi dei secoli XII e XIII*, éd. ALBERZONI M.P., Milano, 2000 (*Cultura e storia*, 20).
- HAVET J., "L'hérésie et le bras séculier au Moyen Age jusqu'au treizième siècle", *Bibliothèque de l'École des chartes*, 41, 1880, p. 448-517 et 570-607.
- KÉRY L., "La culpabilité dans le droit canonique de Gratien (vers 1140) à Innocent IV (vers 1250)", dans *La culpabilité. Actes des XX^{èmes} Journées d'Histoire du Droit (4-6 octobre 2000)*, éd. HOAREAU-DODINAU J., TEXIER P., Limoges, 2001 (*Cahiers de l'Institut d'Anthropologie Juridique*, 6), p. 427-442.

- KOLMER L., "Ad capiendas vulpes". *Ketzerbekämpfung in Südfrankreich in der ersten Hälfte des 13. Jahrhunderts und die Ausbildung des Inquisitionsverfahrens*, Bonn, 1982 (Pariser Historische Studien, 19).
- KOLMER L., "Christus als beleidigte Majestät. Von der Lex Quisquis (397) bis zur Dekretale Vergentis (1199)", dans *Papsttum, Kirche und Recht im Mittelalter. Festschrift für Horst Fuhrmann zum 65. Geburtstag*, éd. MORDEK H., Tübingen, 1991, p. 1-13.
- KOLMER L., "...ad terrorem multorum. Die Anfänge der Inquisition in Frankreich", dans *Die Anfänge der Inquisition im Mittelalter. Mit einem Ausblick auf das 20. Jahrhundert und einem Beitrag über religiöse Intoleranz im nichtchristlichen Bereich*, éd. SEGL P., Köln, Weimar, Wien, 1993 (Bayreuther Historische Kolloquien, 7), p. 77-102.
- MACERATINI R., "Aspetti della posizione giuridica dell'eretico in alcune opere della Riforma gregoriana", dans *Scritti di storia del diritto offerti dagli allievi a D. Maffei*, éd. ASCHERI M., Padova, 1991 (Medioevo e umanesimo, 78), p. 1-25.
- MACERATINI R., *Ricerche sullo status giuridico dell'eretico nel diritto romano-cristiano e nel diritto canonico classico (da Graziano ad Uguccione)*, Padova, 1994.
- MAISONNEUVE H., *Études sur les origines de l'Inquisition*, Paris, 1960² (L'Église et l'État au Moyen âge, 7).
- MAISONNEUVE H., "Le droit romain et la doctrine inquisitoriale", dans *Études d'histoire du droit canonique dédiées à Gabriel Le Bras*, t. I-II, Paris, 1965, p. 931-942.
- MANSSELLI R., "De la persuasio à la coercitio", dans *Le Crédo, la Morale et l'Inquisition, Cahiers de Fanjeaux*, 6, 1971, p. 175-197.
- MARQUÉS CASANOVAS J., *Alfonso II el Casto y la Seo de Gerona*, dans *VII Congreso de Historia de la Corona de Aragón (1962)*, t. I-II, Barcelona, 1964, p. 207-222.
- MATTER A., "La violence ecclésiastique. Sorcières et hérétiques", *Concilium*, 252, 1996, p. 115-123.
- MESCHINI M., "Validità, novità e carattere della decretale Vergentis in senium di Innocenzo III (25 marzo 1199)", *Bulletin of the Medieval Canon Law*, 25, 2002-2003, à paraître.
- MESCHINI M., "L'evoluzione della normativa antiereticale di Innocenzo III dalla Vergentis in senium (1199) al IV concilio lateranense (1215)", *Bollettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medioevo*, 106/2, 2004, p. 207-231.
- MICCOLI G., "La repressione antiereticale", dans ID., "La storia religiosa", dans *Storia d'Italia*, éd. ROMANO R., VIVANTI C., II: *Dalla caduta dell'Impero romano al secolo XVIII*, Torino, 1974, p. 431-1083, en particulier p. 671-734.
- MOLINIER Ch., *L'inquisition dans le Midi de la France au XIII^e et au XIV^e siècle*, Paris, 1880.
- MOORE J.C., "Papal Justice in France around the Time of Pope Innocent III", *Church History*, 41, 1972, p. 295-306.

- MÜLLER D., “*Inquisitio haeretice pravitatis*. Ketzerei und Ketzerbekämpfung von 11. bis zur 1. Hälfte des 14. Jahrhunderts”, *Heresis*, 9, 1987, p. 49-63.
- MÜLLER D., *Les bases juridiques de l’Inquisition*, dans *La persécution du catharisme*. 6^e Session du Centre d’Études Cathares (1993), Carcassonne, 1996 (Collection Heresis, 6), p. 119-137.
- MÜLLER D., *Frauen vor der Inquisition. Lebensform, glaubenszeugnis und aburteilung der deutschen und französischen Katharerinnen*, Mainz, 1996 (Veröffentlichungen des Instituts für Europäische Geschichte Mainz. Abteilung Abendländische Religionsgeschichte, 166).
- OURLIAC P., *La société languedocienne du XIII^e siècle et le droit romain*, dans *Le Credo, la morale et l’inquisition en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 6, 1971, p. 199-216.
- PAOLINI L., “Gli ordini mendicanti e l’Inquisizione. Il «comportamento» degli eretici e il giudizio sui frati”, dans *Les Ordres Mendicants et la Ville en Italie centrale (v. 1220-v. 1350)*, Rome, 1977 (Mélanges de l’École Française de Rome, 89), p. 695-709.
- PAOLINI L., “L’eresia e l’inquisizione. Per una complessiva riconsiderazione del problema”, dans *Lo spazio letterario del Medioevo. Il Medioevo latino*, éd. CAVALLO G., LEONARDI C., MENESTÒ E., Roma, 1994, t. II : *La circolazione del testo*, p. 361-405.
- PENNINGTON K., “*Pro peccatis patrum puniri* : a moral and legal Problem of the Inquisition”, *Church History*, 47, 1978, p. 137-154.
- PISSARD H., *La Guerre sainte en pays chrétien. Essai sur l’origine et les développements des théories canoniques*, Paris, 1912 (Bibliothèque d’Histoire Religieuse, 10).
- PIERGIOVANNI V., “La lesa maestà nella canonistica fino ad Ugucione”, dans *Materiali per una storia della cultura giuridica*, éd. TARELLO G., t. I-II, Bologna, 1972, p. 53-88.
- ROQUEBERT M., “La crosada albigea : de la “guerra santa” a la conquista reiala. Teoria canonica et dreit feudal”, *Viure*, 30, 1973, p. 15-37.
- ROQUEBERT M., “Le problème du Moyen Age et la Croisade albigeoise : les bases juridiques de l’État occitano-catalan de 1213”, *Annales de l’Institut d’estudis occitans*, 4, 1978, p. 15-31.
- RUFFINO O., “Sulla condizione giuridica degli eretici nel pensiero dei glossatori”, *Rivista di Storia del diritto italiano*, 46, 1973, p. 80-114.
- RUSSEL N., *The Just War in the Middle Ages*, London, 1975.
- SAINT-JAMES V., “Culpabilité des peuples, culpabilité des dirigeants ? Essai de parallèle historique entre la Croisade des Albigeois et la Crise du Kosovo”, dans *La culpabilité. Actes des XX^{èmes} Journées d’Histoire du Droit (4-6 octobre 2000)*, éd. HOAREAU-DODINAU J., TEXIER P., Limoges, 2001 (Cahiers de l’Institut d’Anthropologie Juridique, 6), p. 575-604.
- SBRICCOLI M., *Crimen lesae maiestatis. Il problema del reato politico alle soglie della scienza penalistica moderna*, Milano, 1974 (Per la storia del pensiero giuridico moderno, 2).
- SCHIMMELPFENNIG B., “*Utriusque potestatis monarchia*. Zur Durchsetzung der

- päpstlichen Hoheit im Kirchenstaat mittels des Strafrechtes während des 13. Jahrhunderts”, *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte. Kanonistische Abteilung*, 105/74, 1988, p. 304-327.
- SICARD G., “Paix et guerre dans le droit canon du XII^e siècle”, dans *Paix de Dieu et guerre sainte en Languedoc au XIII^e siècle*, *Cahiers de Fanjeaux*, 4, 1969, p. 72-90.
- The Concept of Heresy in the Middle Ages (11th-13th C.). Proceedings of the [fourth] International Conference*, éd. LOURDAUX W., VERHELST D., Louvain, 1976 (*Mediaevalia Lovaniensia. Series I. Studia*, IV).
- THOUZELLIER Ch., “La répression de l’hérésie et les débuts de l’Inquisition”, dans *Histoire de l’Église*, t. X, Paris, 1950, p. 291-340.
- TRUSEN W., “Der Inquisitionsprozess. Seine historischen Grundlagen und frühen Formen”, *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte. Kanonistische Abteilung*, 80/49, 1963, p. 168-230.
- ULLMANN W., “The Significance of Innocent III’s Decretal *Vergentis*”, dans *Études d’histoire du droit canonique dédiées à Gabriel Le Bras*, t. I-II, Paris, 1965, p. 729-741.
- VILLEY M., *La croisade: essai sur la formation d’une théorie juridique*, Paris, 1942 (*L’Église et l’État au Moyen Age*, 6).
- VONES L., “Krone und Inquisition. Das aragoneische Königtum und die Anfänge der kirchlichen Ketzerverfolgung in den Ländern der Krone Aragón”, dans *Die Anfänge der Inquisition im Mittelalter. Mit einem Ausblick auf das 20. Jahrhundert und einem Beitrag über religiöse Intoleranz im nichtchristlichen Bereich*, éd. SEGL P., Köln, Weimar, Wien, 1993 (*Bayreuther Historische Kolloquien*, 7), p. 195-233.
- WALTHER H.G., “Häresie und päpstliche Politik : Ketzerbegriff und Ketzergesetzgebung in der Übergangsphase von der Dekretistik zur Dekretalistik”, dans *The Concept of Heresy in the Middle Ages (11th-13th C.). Proceedings of the [fourth] International Conference*, éd. LOURDAUX W., VERHELST D., Louvain, 1976 (*Mediaevalia Lovaniensia. Series I. Studia*, IV), p. 104-143.
- WALTHER H.G., “Ziele und Mittel päpstlicher Ketzerpolitik in der Lombardei und im Kirchenstaat 1184-1252”, dans *Die Anfänge der Inquisition im Mittelalter. Mit einem Ausblick auf das 20. Jahrhundert und einem Beitrag über religiöse Intoleranz im nichtchristlichen Bereich*, éd. SEGL P., Köln, Weimar, Wien, 1993 (*Bayreuther Historische Kolloquien*, 7), p. 103-130.

X parte: Aspetti militari e archeologici

- ALBARET L., "Le siège de Séverac par Simon de Montfort en 1214", *Heresis*, 24, 1995, p. 53-66.
- ALBARET L., "La fin militaire de la Synagogue de Satan. Le siège de Montségur (mai 1243-mars 1244)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 181-192.
- ALBARET L., "Une croisade utilitaire, instrument des querelles locales. Le siège de Séverac (novembre 1214)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 83-92.
- ALQUIER P., *Les châteaux des vicomtes de Béziers, Albi et Carcassonne pendant la croisade albigeoise : 21 juillet 1209-juin 1211*, Paris, 1969.
- ALVIRA CABRER M., "Le triomphe de la Croix. La bataille de Las Navas de Tolosa (16 juillet 1212)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 61-71.
- ALVIRA CABRER M., "Le jugement de Dieu punit le roi d'Aragon. La bataille de Muret (12 septembre 1213)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 73-82.
- ALVIRA CABRER M., *12 de Septiembre de 1213. El Jueves de Muret*, Barcelona, 2002.
- ANGLADE J., *La bataille de Muret*, Toulouse, Paris, 1913 (Toulouse, 2002²).
- ASSIÉ P., *La bataille de Muret d'après la Chanson de la Croisade*, Toulouse, 1895.
- BAICHÈRE E., *La bataille de Muret*, 1841.
- BALLARIN J.-L., *L'armement et les méthodes de guerre dans le conflit abligois*, Mémoire de maîtrise, dir. BONNASSIE P., Université Toulouse-Le Mirail, Toulouse, 1984.
- BAYROU L., "Essai sur les techniques de construction des forteresses royales des Corbières, XIII^e et XIV^e siècles", *Études roussillonnaises*, n.s., 8, 1988, p. 7-177.
- BAYROU L., "Le château de Puilaurens", *Languedoc médiéval*, 1, 1981, suppl.
- BIGET J.-L., "Les Temps des Trencavel (XII^e-XIII^e siècles)", dans *Histoire de Castres, Mazamet, la Montagne*, Toulouse, 1992, p. 63-92.
- BOURELY Ch., "Éssai de datation du Chateau Comtal de Carcassonne", dans *Carcassonne et sa région, XLI^e Cahiers de la Fédération historique du Languedoc méditerranéen et du Roussillon. Carcassonne, 17-19 mai 1968*, Montpellier, 1970, p. 89-96.
- BOURIN-DERRAU M., "Valeur stratégique et valeur symbolique des fortifications castrales en Bas-Languedoc, XI^e-XIII^e siècles", dans *Castrum 3: Guerre, fortification et habitat dans le monde méditerranéen au Moyen Âge (24-27 novembre 1985)*, Madrid, 1988, p. 99-106.
- BOUYSSOU P. et S., "Le combat de Montgey", *Revue du Tarn*, III s., 86, 1977, p. 177-196.
- BURJADE M. et F., "Le château de Peyrepertuse", *Languedoc médiéval*, 1, 1981, suppl.

- Cabaret : histoire et archéologie d'un "castrum". Les fouilles du site médiéval de Cabaret à Lastours, Aude*, éd. GARDEL M.-É., Carcassonne, 1999.
- CAMBOULIVES R., "Bataille de Muret (12 septembre 1213) : un "Bouvines" méridional", *Revue de Comminges*, 88, 1975, p. 254-273.
- CAZES J.-P., MASO D., PORTET N., "Les conséquences de la croisade sur les forteresses seigneuriales, l'apport de l'archéologie : Termes, Fenouillet, Montaillou", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 369-382.
- CHEYETTE F.L., "The castles of the Trencavel : a preliminary aerial survey", dans *Order and innovation in the Middle Ages. Essays in honor of Joseph R. Strayer*, éd. JORDAN W.C., McNAB B., RUIZ T.F., Princeton (New Jersey), 1976, p. 255-272.
- CHODZKO J.B., *Une étape de l'Unité Française. Essai sur la bataille de Muret. Ses causes, son déroulement, ses conséquences*, Thèse de Doctorat inédite déposée à la BNF (Berlin, 1951-1953).
- COMPAN A., "Étude des termes obsidionaux dans la Croisade des Albigeois", *Bulletin du Centre de romanistique et de latinité tardive*, 4-5, 1989, p. 45-61.
- CORNÈDE P.-T., "L'Ariège et la castellologie", *Bulletin de la Société ariégeoise des Sciences, Lettres et Arts*, 1987, p. 107-111.
- CORNÈDE P.-T., *Châteaux médiévaux en pays d'Ariège*, Toulouse, 1988.
- COUGET A., "Note sur le champ de bataille de Muret, pendant la guerre des Albigeois", *Bulletin de la Société Archéologique du Tarn-et-Garonne*, 9, 1881, p. 220-224.
- COUGET A., "Vestiges du champ de bataille de Muret, guerre des Albigeois", *Revue de Gascogne*, 23, 1882, p. 384-391 (voir aussi dans *Revue de Comminges*, 15, 1900, p. 179-180).
- COUGET A., *Saint Pierre de Nolasque à la bataille de Muret*, 1906.
- CURSENTE B., "Le castrum dans les pays d'Oc aux XII^e et XIII^e siècles", *Heresis*, 11, 1989, p. 19-25.
- CZESKI A., SABATIER M., "Montségur (Ariège), compte rendu des activités de repérage et de relèves engagées sur les structures du Castrum de 1993 à 1997", *Heresis*, 33, 2000, p. 49-66.
- CZESKI A., SABATIER M., "Résultats des recherches effectuées sur le versant oriental du Pech (août 2000)", *Heresis*, 34, 2001, p. 67-76.
- DALMAU FARRERAS R., *L'Heretgia albigesa i la batalla de Muret*, Barcelona, 1960.
- DELEUZE CH., "La destruction des châteaux cévenols après la croisade albigeoise", *Lou País*, 1971, p. 67, 92, 115, 141-142.
- DELPECH H., "L'érection du monument commémoratif de la bataille de Muret (12 octobre 1884)", *Revue des Langues Romanes*, 12, 1884, p. 302-305.
- DELPECH H., *La bataille de Muret et la tactique de la cavalerie au XIII^e siècle*, *Revue des Langues Romanes*, 1, 1878, p. 177-265.
- DELPECH H., *Un dernier mot sur la bataille de Muret*, Montpellier, 1878.

- DIEULAFOY A.M., "La bataille de Muret", *Mémoires de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 36, 1899, p. 95-134.
- DOUAIS C., "Notes sur trois chartes du XIII^e siècle", *Bulletin de la Société Archéologique du Midi*, 1-2, 1888, p. 68.
- DOUAIS C., "Un épisode des Croisades contre les Albigeois : le siège de Carcassonne, 1^{er}-15 Aout 1209", *Revue des Questions Historiques*, 16/31, 1882, p. 121-159.
- DOVETTO J., *Lastours de Cabaret*, Carcassonne, 1969.
- DUCOS F., "Note sur une circonstance de la bataille de Muret", *Mémoires de l'Académie de Sciences, Inscriptions et Belles-Lettres de Toulouse*, 3, 1853, p. 388-396.
- EYDOUX H.-P., "Châteaux des pays de l'Aude", dans *Congrès archéologique des pays de l'Aude*, Paris, 1973, p. 169-253.
- EYDOUX H.-P., *Châteaux fantastiques*, t. I-V, Paris, 1969-1973.
- FERLUS J., *Le Château de Lordat au comté de Foix*, Perpignan, 1959.
- FONS V.P., "L'ancien pont de Muret sur la Garonne", *Mémoires de la Société Archéologique du Midi*, 9, 1871, p. 135-140.
- FONS V.P., "Le château de Muret démoli par les capitouls de Toulouse", *Mémoires de l'Académie des Sciences, Inscriptions et Belles-Lettres de Toulouse*, VI s., 4, 1866, p. 1-11.
- FONTAINE A., "La résistance des châteaux de Lastours «au Roi et à l'Église»", *Bulletin de la Société d'études scientifiques de l'Aude*, 74, 1974, p. 179-190.
- GALEY S., "À Muret, le château des Comtes de Comminges", *Revue de Comminges*, 112, 1997, p. 337-358.
- GALEY S., "Les moulins de Muret", *Revue de Comminges*, 111, 1996, p. 207-222.
- GARDEL M.-É., "Conséquences de la Croisade sur le milieu castral : l'exemple de Cabaret", dans *La Croisade Albigeoise. Actes du Colloque du Centre d'Études Cathares, sous la présidence de Michel Roquebert. Carcassonne, 4-6 octobre 2002*, Carcassonne, 2004, p. 349-367.
- GARDEL M.-É., "Le village déserté de Cabaret à Lastours : première approche de la maison médiévale", *Bulletin de la Société d'études scientifiques de l'Aude*, 91, 1991, p. 83-98.
- GARDEL M.-É., "Les châteaux de Lastours", *Languedoc médiéval*, 1, 1981, suppl.
- GARDEL M.-É., "Le Castrum de Cabaret (Lastours) : premières interprétations et perspectives de recherches", *Heresis*, 12, 1989, p. 105-126.
- GARDEL M.-É., "Les fouilles archéologiques du château cathare de Cabaret à Lastours (Aude)", *Heresis*, 1, 1983, p. 33-47.
- GARDEL M.-É., "Nouvelles données historiques et archéologiques sur le site du Cabaret, commune de Lastours (Aude)", *Heresis*, 9, 1989, p. 93-96.
- GARDEL M.-É., "Projet de recherches archéologiques dans le village de Cabaret (Aude)", *Heresis*, 6, 1986, p. 65-68.
- GAU M. et J.-B., "Contribution à l'étude du château de Quéribus", *Heresis*, 12, 1989, p. 89-104.

- GAU M. et J.-B., "Le château de Quéribus", *Languedoc médiéval*, 1, 1982, suppl.
- GOODALL J.A., "Simon de Montfort (c. 1170-1218) and an unusual marshalling of arms", *Antiquaries Journal*, 78, 1998, p. 433-439.
- HÉLAS J.C., "Attaque et défense des châteaux et des villes fortifiées à partir des trois principales sources de la croisade des Albigeois", dans *Warfare in the Middle Ages. Actes du VI^e Colloque international d'histoire des armes et de l'armement, Malbork, 5-7 novembre 1998, Acta Archæologica Lodziensia*, 47, 2001, p. 51-60.
- HERNÁNDEZ F.X., *Història Militar de Catalunya*, t. II: *Temps de conquesta*, Barcelona, 2002.
- JEANJEAN H., "La bataille de Muret n'a pas eu lieu", dans *Revolution, politics and society*, éd. LOVELL D.W., Canberra, 1994, p. 113-121.
- JEANJEAN J.F., *La croisade contre les Albigeois à Carcassonne : les deux sièges de Carcassonne (1209-1240)*, Carcassonne, 1941.
- La Bataille de Muret, 12 Septembre 1213*, Muret, 1996.
- LAHONDÈS J. de, *Les châteaux de Cabaret*, 1900.
- LANGLOIS G., "Le siège du château de Termes par Simon de Montfort en 1210. Problèmes topographiques et historiques", *Heresis*, 22, 1994, p. 101-134.
- LANGLOIS G., "Le siège du château de Termes. Addition et correction", *Heresis*, 24, 1995, p. 87-89.
- LANGLOIS G., "La guerre des châteaux. Le siège de Termes (1^{er} août-23 novembre 1210)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 53-60.
- LANGLOIS G., "La rébellion contre le roi. Le siège de la cité de Carcassonne (9 septembre-11 octobre 1240)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 171-180.
- LAPASSE E. de, "Rapport sur le siège de Toulouse", *Mémoires de la Société Historique et Archéologique de la France*, 1861-1865.
- LEROUX E., "La bataille de Muret d'après les chroniqueurs contemporaines", *Revue Critique d'Histoire et de Littérature*, 6, 1978, p. 300-308.
- LESTRADE J., *Recueil de brochures relatives à Muret*, Archives Départementales de l'Haute-Garonne, Toulouse, cote 4° 225.
- MACÉ L., "La croix fait des progrès et le lion perd du terrain. Le siège de Beaucaire (fin mai-24 août 1216)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 93-104.
- MACÉ L., AURELL M., GARCÍA FITZ F., SABATÉ F., SARASA SÁNCHEZ E., ALVIRA CABRER M., "Dossier : « Muret, Muret, Muret, Morne Plaine ! ». Réflexions sur *El Jueves de Muret* de Martín Alvira Cabrer", *Heresis*, 41, 2004, p. 13-54.
- MALAFOSSE J. de, "Le siège de Toulouse par Simon de Montfort", *Revue des Pyrénées*, 4, 1892, p. 497-522, 523-536 et 725-756 (mais aussi dans: *Études et notes d'archéologie et d'histoire. Documents toulousains. Critiques, souvenirs et impressions*, Toulouse, 1898, p. 81-157).
- MARVIN L.W., "War in the South: A first look at siege warfare in the Albigensian Crusade, 1209-1218", *War in History*, 8, 2001, p. 373-395.

- MATHIEU G., *Najac, son site, son histoire, son église, sa forteresse*, Paris, 1973.
- MESCHINI M., "Pourquoi Béziers? La chute de Béziers (22 juillet 1209)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 25-38.
- MEYSSONNET B., *La Terre qui saigne: Muret 1213*, Toulouse, 1988.
- MIRET I SANS J., "La batalla de Muret", *La Renaixença-Diari de Catalunya*, 1899, p. 1577-1581.
- MOLINIER A., "La bataille de Muret d'après les Chroniques contemporaines", dans *Histoire Générale de Languedoc*, éd. MOLINIER A., t. VII, Toulouse, 1879, p. 254-259.
- MOLINIER V., "Notice historique sur la prise et la démolition de la forteresse de Pujol par les Toulousains pendant la guerre des Albigeois, en l'année 1213", *Mémoires de l'Académie Impériale des Sciences, Inscriptions et Belles-Lettres de Toulouse*, V s., 5, 1861, p. 11-27.
- Montségur: la mémoire et la rumeur, 1244-1994. *Colloque de Tarascon, Foix et Montségur, 21-23 octobre 1994*, éd. PAILHÈS C., Foix, 1995.
- MOULIS A., *L'Ariège et ses châteaux féodaux*, Verniolle, 1968.
- NICKERSON H., "Oman's Muret", *Speculum*, 6, 1931, p. 550-572.
- NIEL F., "La dernière forteresse cathare: Quéribus, sur la frontière des Marches d'Espagne", *Cahiers d'Études Cathares*, II s., 40, 1989, p. 4-35.
- NIEL F., *Quéribus, la dernière forteresse cathare*, Paris, 1988².
- NOAH R.L., *Military aspects of the Albigensian crusade*, Ph.D. Thesis, University of Glasgow, Glasgow, 1999.
- PANOUILLE J.-P., *Carcassonne. Le temps des sièges*, Paris, 2001.
- Peyrepertuse, forteresse royale*, *Archéologie du Midi Médiéval*, éd. BAYROU L., 3, 2000, suppl.
- PEYTAUVIE Ch., "La bataille oubliée. La bataille de Baziège (printemps 1219)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 125-136.
- PEYTAUVIE Ch., "Le siège et la reddition de Carcassonne (1^{er}-15 août 1209)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 39-51.
- PEYTAUVIE Ch., "Le lys aux portes de la Méditerranée. Le siège d'Avignon (juin-septembre 1226)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 137-160.
- PEYTAUVIE Ch., "Le siège de Toulouse (octobre 1217-juillet 1218)", dans *Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005, p. 105-124.
- POUS A. de, *Le Pérapertusès*, Paris, 1962.
- POUS A. de, *Le Termenès*, Paris, 1963.
- POUS G.-É., "Le château d'Aguilar", *Languedoc médiéval*, 1, 1982, suppl.
- QUÉHEN R., DIELTIENS D., *Les châteaux cathares et les autres. Les cinquante châteaux des Hautes-Corbières*, Montesquieu-Volvestre, 1975.
- QUÉHEN R., *La seigneurie de Peyrepertuse*, Montesquieu-Volvestre, 1975.

- ROCHE J., "Autour du siège de 1216 : les ambiguïtés du récit", *Bulletin de la Société d'histoire et d'archéologie de Beaucaire*, 135, 1997, p. 4-11.
- ROQUEBERT M., GARNIER P., CZESKI A., "Montségur-Fouilles, 1983-1984", *Heresis*, 3, 1984, p. 53-58.
- SARRET J.-P., "La cité de Minerve", *Languedoc médiéval*, 3, 1985, suppl.
- SÉRAPHIN G., "Bigaroque et la croisade contre les Albigeois", *Mémoires de la Société archéologique du Midi de la France*, 57, 1997, p. 227-228.
- Les grandes batailles méridionales (1209-1271)*, éd. ALBARET L., GOUZY N., Toulouse, 2005.
- TISSEYRE J., "Le château de Puivert", *Languedoc médiéval*, 1, 1982, suppl.
- TISSEYRE J., *Le château de Puivert*, Puivert, 1981.
- VAZEILLE J.-B., "La prise de Pujol : signification de cet épisode à la veille de Muret", dans *La bataille de Muret et la civilisation médiévale d'Oc. Actes du colloque de Toulouse (9-11 septembre 1963)*, *Annales de l'Institut d'études occitanes*, s.a., 1962-1963, p. 124-132.
- ZERNER M., "Le siège d'Avignon par Louis VIII (10 juin-10 septembre 1226)", dans *Avignon au Moyen Âge, textes et documents*, éd. I.R.E.B.M.A. (Institut de Recherches et d'Études du Bas Moyen Âge avignonnais) et alii, Avignon, 1988, p. 43-52.

RM

Schedario

Libri

Guido Cariboni

La via migliore.

Pratiche memoriali e dinamiche istituzionali nel liber del capitolo dell'abbazia cistercense di Lucedio

Berlin, Lit Verlag, 2005

[Scheda](#) - [Introduzione](#)

Città e contado nel Mezzogiorno tra Medioevo ed Età moderna

a cura di Giovanni Vitolo

Battipaglia, Laveglia Editore, 2006

[Scheda](#) - [Premessa](#) di **Giovanni Vitolo**

Corti e città.

Arte del Quattrocento nelle Alpi Occidentali

a cura di Enrico Castelnuovo, Enrica Pagella e Elena Rossetti Brezzi

Milano, Skira, 2006

[Link](#) [06/06]

Alfio Cortonesi, Gabriella Piccinni

Medioevo delle campagne.

Rapporti di lavoro, politica agraria, protesta contadina

Roma, Viella, 2006

[Scheda](#)

Mario Del Treppo

La libertà della memoria.

Scritti di storiografia

Roma, Viella, 2006

[Scheda](#)

Antoine Franzini

La Corse du XVe siècle.

Politique et société (1433-1483)

Ajaccio, Alain Piazzola, 2005

[Scheda](#)

Gregorio Magno y se época.

Homenaje al XIV centenario de su muerte, 604-2004

a cura di H. Zurutuza e H. Botalla

Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2006

[Indice](#)

Bruno Laurioux

Gastronomie, humanisme et société à Rome au milieu du XVe siècle.

Autour du 'De honesta voluptate' de Platina

Firenze, Edizioni del Galluzzo, 2006

[Scheda](#)

Alessandro Vanoli

La Spagna delle tre culture

Ebrei, cristiani e musulmani tra storia e mito

Roma, Viella, 2006

[Scheda](#)

Riviste

"Quaderni di storia religiosa"

XII (2005) [Indice](#)

Risorse digitali

Albertano of Brescia

Resource site maintained by Angus Graham

[06/06]: <<http://freespace.virgin.net/angus.graham/Albertano.htm>>

Assisi - Basilica Patriarcale di San Francesco

Sito ufficiale della Basilica e del Sacro convento di San Francesco in Assisi

[06/06]: <<http://www.sanfrancescoassisi.org/>>

Biblioteca in Linea - Indici delle riviste

Istituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini"

[06/06]: <<http://www.istitutodatini.it/biblio/riviste/home.htm>>

Biographisch-Bibliographischen Kirchenlexikon

Verlag Traugott Bautz

[06/06]: <<http://www.bautz.de/bbkl/>>

Byzantine Studies - Digital Resources in Byzantine Studies

University Libraries of Notre Dame

[06/06]: <http://www.library.nd.edu/byzantine_studies/digital_resources.shtml>

Corpus Thomisticum

A cura di Enrique Alarcón (Universidad de Navarra)

Fundación Tomás de Aquino

[06/06]: <<http://www.corpusthomisticum.org/>>

Emeroteca Digitale

Biblioteca Nazionale Braidense

[06/06]: <<http://emeroteca.braidense.it>>

Gallica

Bibliothèque nationale de France

[06/06]: <<http://gallica.bnf.fr>>

Italian History Index - Periods: Italian Medieval History

WWW VL EUI European History Project

[06/06]: <<http://vlib.iue.it/hist-italy/medieval.html>>

Magazine Stacks

Tables of Contents of Historical Journals, Monographic Series and Occasional Volumes

ed. by Stuart Jenks, Dieter Rübsamen

[06/06]: <http://www.phil.uni-erlangen.de/~pages/zfhw/zfhw_na.html>

Monasterium.net

Virtuelles Archiv mitteleuropäischer Klöster und Bistümer

Institut zur Erschließung und Erforschung kirchlicher Quellen

[06/06]: <<http://www.monasterium.net>>

Orbis Latinus

(Berlin 1909, 2nd edition)

Dr. J. G. Th. Graesse

[06/06]: <<http://www.columbia.edu/acis/ets/Graesse/contents.html>>

Portale Cartografico Nazionale

Ministero dell' Ambiente e della Tutela del Territorio

[06/06]: <<http://www.pcn.minambiente.it>>

Project Pseudoisidor

Monumenta Germaniae Historica

[06/06]: <<http://www.pseudoisidor.mgh.de/index.HTM>>

Remigio di ser Chiaro dei Girolami da Firenze + 1319

a cura di Emilio Panella (1979-1990)

[06/06]: <http://utenti.lycos.it/emilioweb/p_re.htm>

Sant'Agostino.

Augustinus Hipponensis

Convento Agostiniano della Basilica di San Nicola da Tolentino

Città Nuova Editrice

[06/06]: <<http://www.augustinus.it/>>

Tesi di dottorato

Giusi Barbarotto

L'immagine dei sovrani angioini di Napoli da Carlo I a Roberto (XIII-XIV secolo):
propaganda e percezione della dinastia

Tesi di Dottorato di ricerca in Storia medievale, Università di Palermo, XVII ciclo, 2006

Indice

Introduzione

Studi storici e storico artistici a proposito degli Angiò
Metodo di analisi e struttura del lavoro

- Le fonti documentarie
- Le fonti cronachistiche e le fonti letterarie
- Le fonti iconografiche ed architettoniche

PARTE 1: CARLO I

1. Il re guelfo e crociato

- 1.1 Le vipere e il grifo
- 1.2 *Pro Dei ecclesia dimicator*
- 1.3 Carlo e le crociate

2. Il re pio

- 2.1 *Cotz e fozil*: asservitore del papato corrotto o strumento nelle mani dei chierici?
- 2.2 Politica della santità

3. L'incoronazione

4. Tra Francia e Italia

- 4.1 Un francese per il Regno
- 4.2 Un nuovo Carlo Magno
- 4.3 Usi francesi e spezie italiane
- 4.4 *Ad modum Franciae*: architettura, manufatti e ideologia
- 4.5 Problemi di legittimità

5. Il re cavaliere

- 5.1 *Le battaglie non son come sonetti*: virtù cavalleresche e vizi nella propaganda in versi
- 5.2 Dal *dous guerrejars* al giudizio di Dio

6. Il re giusto

- 6.1 *Usa l'uomo giusto la giustizia in sé*
- 6.2 La mala signoria

PARTE 2: CARLO II

1. Il re guelfo e crociato

- 1.1 *Non per ambition de acqistar stado sed solu per reducer tuto a suo luochu*: crociata e diplomazia per riconquistare la Sicilia
- 1.2 Crociate pensate e crociate realizzate: la riconquista della Terra Santa e la conversione di Lucera

2. Il re pio

- 2.1 *Rex sacerdos: pietas* o eccessiva religiosità?
- 2.2 Quando il re pio governò la Chiesa: il pontificato napoletano di Clemente V
- 2.3 Promozione di culti e interessi dinastici

3. L'incoronazione

4. Tra Francia e Italia

- 4.1 Una progressiva italianizzazione?
- 4.2 Un'isola francese in Puglia: il duomo di S. Nicola a Bari
- 4.3 Problemi di legittimità

5. Il re cavaliere

- 5.1 All'ombra di tanto padre: vizi e virtù di Carlo II
- 5.2 Un padre amoroso: Carlo II ed i figli
- 5.3 Tra tessuti *mellati* e ardimentosi tornei

6. Il re giusto

7. La morte del re

PARTE 3: ROBERTO

1 Il re guelfo e crociato

- 1.1 *Rex in regno suo est imperator*: lo scontro con Enrico VII
- 1.2 La crociata contro Ludovico il Bavaro
- 1.3 *Nota, lettore, nuova mutazione di secolo*: da re guelfo a re italiano e ritorno

2. Il re pio

- 2.1 *Rex praedicans*
- 2.2 La pia coppia regale
- 2.3 La coppia regale e la dissidenza francescana
- 2.4 Santi di famiglia e santi del Regno

3. L'incoronazione

- 3.1 Fra tradizione e innovazione
- 3.2 Corone angeliche e corone terrene

4. Tra Francia e Italia

- 4.1 Un'identità inquieta
- 4.2 Dalla primogenitura ai problemi di legittimità: il ruolo delle cronache e delle opere letterarie nella diffusione di un'immagine deleteria
- 4.3 L'erede al trono di Sicilia

5. Il re cavaliere

- 5.1 Dall'ideale cortese a quello umanistico
- 5.2 Un'immagine negativa tra letteratura e cronache

6. Il re colto e giusto

- 6.1 Un re colto: libri e mecenatismo alla corte di Roberto
- 6.2 La giustizia (tra sermoni e legislazione)
- 6.3 Il nuovo Salomone, tra sermoni propri e altrui

7. La morte del re

- 7.1 L'ultimo atto: le esequie
- 7.2 *Cernite Robertum regem vertute refertum*: il sepolcro

Conclusioni

Bibliografia

Tavole

Abstract

Oggetto del lavoro è l'immagine dei primi tre sovrani angioini di Napoli, sia dal punto di vista della propaganda prodotta a corte o dagli ambienti vicini ad essa, sia da quello della propaganda diffusa dai nemici della casata, sia, ove possibile, da quello della effettiva percezione che di queste si ebbe da parte dei fruitori.

Il termine immagine non è da intendersi limitato all'aspetto iconografico, quanto piuttosto come configurazione attuata nell'ambito della memoria o della fantasia, visione che dei sovrani angioini si ebbe nell'età a loro contemporanea, immagine, appunto, che emerge da numerose fonti tanto prodotte a corte, quanto al di fuori di essa. Un'immagine in senso antropologico, quindi, come forma di rappresentazione mentale e in quanto tale manipolata o deformata nelle percezioni e nei ricordi fino ad orientarla verso le zone di interesse della persona o della collettività che le costruisce.

Elaborazione, codificazione e trasmissione della propaganda politica dei sovrani angioini rimandano al concetto base di comunicazione, che vede un emittente produrre un messaggio il quale attraverso un mezzo giunge al ricevente. Quest'ultimo, dal canto suo, fornisce dei *feedbacks*, ovvero informazioni di ritorno dopo aver recepito attraverso gli organi di senso ed elaborato in base alle proprie esperienze e cognizioni il messaggio pervenutogli. Nel caso specifico, emittente del messaggio è un gruppo di potere, che può essere la corte angioina o, spesso, quella papale o le città guelfe per i messaggi a favore degli Angiò, oppure le corti imperiale e aragonese o ancora le città ghibelline per i messaggi contrari. Nodo fondamentale diventa allora capire da un lato quali obiettivi politici venivano perseguiti dagli emittenti e dall'altro di quali comunicazioni il ricevente fosse consapevole e come ad esse reagiva. Altrettanto importante è delineare gli ambiti in cui i vari tipi di propaganda si diffondono: ci saranno, ad esempio, una propaganda che si diffonderà tramite le cerimonie della regalità, ovvero quel complesso di momenti e luoghi politici ad alto contenuto celebrativo come possono essere incoronazione e funerale del sovrano, una che avrà rapidissima divulgazione perché veicolata da sirventesi ed altre opere poetiche a sfondo politico, una, quella iconografica, che sarà aperta ad un numero amplissimo di riceventi ma che trasmetterà messaggi diversi a seconda della maggiore o minore conoscenza dell'ideologia prodotta a corte.

Non potendo analizzare l'interazione tra i canali di comunicazione uditivo-vocale e visivo-gestuale, l'approccio all'analisi della comunicazione è stato di tipo psicologico. L'analisi dei messaggi presenti nei vari mezzi di trasmissione, infatti, permette di osservare non solo i processi che hanno condotto alla scelta di una certa linea propagandistica ed il suo adattarsi al variare delle vicende storiche, ma anche, a volte, di cogliere ed esaminare le reazioni. Per evitare letture fuorvianti, sarà ovviamente essenziale collocare ogni fonte nel giusto contesto e nella giusta epoca.

I re angioini, per la loro storia e per la ramificata ideologia che produssero, si prestano particolarmente ad un'analisi della propaganda. Sovrani ad altissima visibilità, probabilmente da un lato per l'instabile legittimità di cui erano investiti, dall'altro per il loro essere ritenuti a lungo stranieri, progenie di una stirpe tanto potente quanto lontana dal Regno, gli Angiò misero in atto una propaganda articolata e varia. Ciò ha avuto come esito la produzione di un numero elevatissimo di documenti di natura eterogenea, i quali, analizzati nel loro insieme e nei rapporti che fra essi intercorrono, permettono di leggere con maggiore chiarezza l'evoluzione delle direttrici della propaganda filoangioina e di quella dei loro nemici.

Il metodo di ricerca è stato decisamente trasversale: combinando aspetti ideologici espressi dalla propaganda e fenomeni di rappresentazione della stessa, si è cercato di ottenere un effetto chiarificatore. Questo approccio ha richiesto la consultazione del maggior numero possibile sia di fonti, sia di saggi e monografie che si occupassero dei vari aspetti della propaganda, così da porre in relazione allo studio del potere politico i vari fenomeni culturali. Fonti di natura così eterogenea si sono mostrate quanto mai complementari, rendendo più esplicite ed evidenti le linee principali della strategia propagandistica tanto pro quanto contro gli Angiò: la consultazione e lettura incrociata di fonti documentarie, fonti letterarie, cronache e manufatti ha gettato nuova luce su alcuni aspetti della propaganda, consentendo di coglierne a pieno le varie sfaccettature. Impossibile sarebbe stato, ad esempio, analizzare adeguatamente le cerimonie della regalità, per cui i documenti forniscono ampie e interessanti notizie a proposito delle spese, senza l'ausilio dei cerimoniali o le descrizioni di testimoni oculari.

La novità dello studio consiste proprio nel tentativo di comprendere meglio molte fonti già note leggendole alla luce di altre fonti coeve, ma di natura diversa. Obiettivo del lavoro, quindi, è stato tracciare un organico quadro dell'ideologia angioina e, dove possibile, rendere noto quanto di questo vasto disegno era recepito dai destinatari. Per raggiungere questo fine si è proceduto all'esame delle modalità con cui i gruppi di potere creavano, diffondevano e imponevano un'immagine, analizzando i contenuti testuali, iconografici, cerimoniali e simbolici che componevano le varie forme della propaganda, nonché gli attori ed i linguaggi politici che davano voce e forma all'ideologia.

Questi elementi generano un autentico viluppo che per comodità di lettura si è voluto schematizzare. Si è scelto, così, di suddividere il lavoro in tre grandi blocchi, ciascuno riguardante un sovrano. La scelta di una trattazione separata, anziché l'articolarsi in capitoli tematici che riguardassero contemporaneamente le tre generazioni di monarchi, è stata dettata dalla volontà di mostrare ognuno dei personaggi storici nella sua individualità, con i propri tratti caratteristici e la propria propaganda, tracciando successivamente l'evoluzione o l'esaurirsi di alcuni aspetti propagandistici. È noto che la propaganda non è mai prodotto diretto ed esclusivo del sovrano, ma espressione della corte; da un punto di vista percettivo, però, appare interessante notare che un ruolo non marginale fu giocato anche dagli apporti dati alla propaganda dall'indole personale e dal concetto del proprio ruolo che ciascuno dei sovrani esaminati aveva.

Solo brevi cenni, nel corso della trattazione, riguarderanno Giovanna I allorché possano contribuire ad illustrare meglio elementi propagandistici presenti nei suoi antenati, come nel caso della progressiva italianizzazione della casata, che in lei ha il punto di arrivo. La scelta di limitare l'analisi ai primi tre sovrani è stata dettata da motivi contingenti: la propaganda di Giovanna non aggiunge molto alle direttrici seguite dai suoi predecessori, limitandosi quasi esclusivamente a riprenderne temi in maniera passiva. A ciò si aggiunga che con lei si esplicita definitivamente la parabola discendente nella propaganda angioina. Elementi interessanti, quale la questione della sua legittimità come erede al trono a dispetto delle pretese ungheresi, troveranno quindi collocazione nei capitoli dedicati a Roberto.

Ciascun blocco sarà a sua volta articolato in tre nuclei, ciascuno corrispondente ad un aspetto della propaganda e della sua ricezione: l'immagine sacrale e devozionale di ciascun sovrano, comprendente i rapporti con la Chiesa, l'altalenante immagine di difensori della fede, la promozione dell'immagine di sovrani non completamente laici, le manifestazioni di devozione, la diffusione di culti religiosi ed il loro recepimento; l'identità franco-italiana, evidenziando il progressivo italianizzarsi della dinastia anche nei suoi atteggiamenti contraddittori, che permisero di percepire come autenticamente italiana la sola Giovanna; l'immagine del re, sia quando aderisce all'ideale etico dettato dagli *specula principum* ed in genere alle attese che il ruolo istituzionale determinava, sia quando se ne discosta, avvicinandosi pericolosamente o addirittura incarnando il *topos* di tiranno, corroborata dall'immagine promossa dalle attività della corte, come feste e conviti, e dalle cerimonie della regalità.

Autore

Giusi Barbarotto (1974). Laureata in Lettere Classiche a Palermo con una tesi di argomento semiotico dal titolo "Senza parole. La comunicazione non verbale dei marginali nel Medio Evo" (relatore prof. A. Di Spati). Dottorata in Storia medievale nella stessa Università (XVII ciclo), con la tesi "L'immagine dei sovrani angioini di Napoli da Carlo I a Roberto (XIII-XIV secolo): propaganda e percezione della dinastia", che analizza i fenomeni comunicativi della dinastia angioina tramite la lettura incrociata di fonti documentarie, letterarie, cronachistiche e iconografiche.

Si occupa di propaganda e comunicazione, con particolare riferimento alla dinastia angioina. Ha in programma uno studio comparato della propaganda di Roberto d'Angiò e Federico III d'Aragona.

Marta L. Mangini

'Reformetur et fiat collegium unum notariorum civitatis et episcopatus Comarum'. Notariato e documento notarile nell'antica diocesi di Como (secc. XIV ex.-XVI in.).

Dottorato in Storia Medievale
Università degli Studi di Milano, 2005

Autrice

Nata a Milano nel 1977, laureata in Lettere Moderne presso l'Università degli studi di Milano (2000) con una tesi in Diplomatica, diplomata presso la Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica dell'Archivio di Stato di Milano (2001) e membro dell'Associazione Nazionale Paleografi e Diplomatisti. Ha conseguito il dottorato di ricerca in Storia Medievale presso l'Università degli Studi di Milano (2005).

I suoi interessi gravitano intorno alla produzione e conservazione della documentazione pubblica e privata di area comasca e all'organizzazione della professione notarile di questo stesso territorio, ma ha curato anche l'edizione di carte milanesi del XII secolo per il Codice Diplomatico della Lombardia Medievale. Attualmente è cultore della materia presso la cattedra di Diplomatica dell'Università degli Studi di Milano ed è impegnata per conto dell'Università degli Studi dell'Insubria nell'edizione degli statuti di Como riformati da Francesco I Sforza nel 1458, finora inediti.

Ha curato l'edizione di fonti: *San Lorenzo di Chiavenna nel XIV secolo attraverso le pergamene del suo archivio*, Chiavenna, Centro di studi storici valchiavennaschi di Chiavenna, 2001 (Raccolta di studi storici valchiavennaschi, XVI); *Le pergamene degli archivi parrocchiali di valle San Giacomo (1216-1567)*, appendice documentaria agli atti del convegno *Ottocento anni del comune di Valle. Convegno di Studi (comune di San Giacomo Filippo, 20 agosto 2005)*, Chiavenna, Centro di studi storici valchiavennaschi di Chiavenna, e *Le carte del monastero di Sant'Ambrogio di Milano. Volume III/1 (1100-1180)*, in *Codice diplomatico della Lombardia digitale*, a cura M. L. Mangini, quest'ultimi in corso di stampa. Ed ha pubblicato gli studi: *Matteo da Campione testimone di un atto redatto presso la chiesa di San Marco in Milano, in Ille magnus edificator. Matteo da Campione ed il Duomo di Monza*, Monza, Banca Intesa, 1999, pp. 31-34 (Restituzioni 1999); *Pergamene inedite del Fondo Membranaceo dell'Archivio capitolare laurenziano di Chiavenna*, «Archivio storico della diocesi di Como», 12 (2001), pp. 7-56; *Otto secoli di amministrazione dei beni del vescovo. Il progetto «Registri dell'archivio della mensa vescovile di Como»*, in «Annuario 2002. Iubilantes» (2002), pp. 180-182, in collaborazione con R. Pezzola; *Le pergamene dell'Archivio capitolare laurenziano di Chiavenna*, «Clavenna», XLI (2002), pp. 9-50; *Impiego e conservazione della carta. Primi spunti di ricerca sul territorio dell'antica diocesi di Como (secc. XIII-XV)*, in *Produzione, commercio e consumi della carta nella 'Regio Insubrica' e in Lombardia dal Medioevo all'età contemporanea*. Convegno di studi (Villa Recalcati, sede della provincia di Varese, 21 aprile 2005), Varese, Insubria University Press, 2005, pp. 9-24; *I «quaterni consiliorum» trecenteschi di Bormio nel panorama delle fonti di matrice consiliare*, «Nuova Rivista Storica», LXXXIX/II (2005), pp. 465-482; *Infrascripta sunt necessaria sciri ad artem notarie». Un formulario notarile valtellinese della fine del XIV secolo*, «Archivio Storico Lombardo» CXXX, (2004), pp. 305-350; *Pergamene dell'Archivio della mensa episcopale di Como (secc. XI- 1666)*, «Archivio storico della diocesi di Como», 15 (2004), in collaborazione con R. Pezzola. In corso di stampa: *«Usque in sumitate culminis». I documenti degli archivi di valle San Giacomo nell'ambito delle indagini sulle forme documentarie delle regioni alpine in Ottocento anni del comune di Valle. Convegno di Studi (comune di San Giacomo Filippo, 20 agosto 2005) e «Membra disiecta» del collegio notarile comasco: notai e forme di organizzazione della professione notarile nel bacino imbrifero dell'Adda (secc. XV ex.- XVI ex.)*, «Bollettino della Società Storica Valtellinese», LVIII (2005).

Abstract

Nel quadro dei numerosi studi recentemente condotti sul notariato e il documento notarile dell'area alpina e pedemontana la zona corrispondente al bacino imbrifero dell'Adda costituiva un vuoto di conoscenza, tanto più significativo se si pone mente all'importanza nodale del territorio lariano in termini di *carrefour* di prospettive e culture giuridiche differenti.

L'obiettivo della ricerca è stato, dunque, quello di contribuire a colmare questo 'vuoto' sviluppando uno studio sistematico sull'organizzazione della professione e sul documento notarile nei territori dell'antica diocesi di Como per il periodo che va dalla riforma viscontea del collegio notarile in Como (1434) al primo ventennio del dominio grigione in Valtellina idealmente conclusosi con la riforma statutaria del 1531.

L'intenzione di tener conto della pluralità di livelli e aspetti attorno ai quali ruota e si concreta l'attività del notaio, la volontà di considerare le diverse valenze, espressioni e forme dei documenti che sono il risultato del suo agire, e, infine, il desiderio di inscrivere l'attività del singolo all'interno di rapporti umani e di potere formale e informale per lasciar emergere realtà associative locali fino ad ora nascoste, ha ispirato l'articolazione della ricerca in due parti. Esse costituiscono il tentativo di avvicinarsi ad un medesimo oggetto partendo da punti di vista differenti e adottando unità di misura diverse.

La prima parte della ricerca è stata dedicata allo studio delle origini, dell'organigramma e dei limiti giurisdizionali del collegio notarile di Como, istituzione cui a partire dal 1345 doveva afferire, in linea di principio, chiunque intendesse esercitare l'*ars notarie* all'interno del territorio diocesano.

Quantunque la normativa viscontea, confermata dalla successiva redazione sforzesca, escludesse ogni possibilità d'azione ai notai non collegiati, la presenza e l'attività di quest'ultimi sul territorio diocesano fu considerevole: i nomi di quanti esercitarono la professione senza essere legittimati sono agevolmente rintracciabili dal raffronto tra gli elenchi di notai di cui si conservano i protocolli nei fondi notarili degli archivi di Stato di Como e Sondrio e quelli dei notai immatricolati i cui nomi compaiono sulla matricola del collegio comasco. A quanti risultano così individuati bisogna poi aggiungere la possibilità, per nulla remota, che vi siano stati notai non collegiati di cui non si sono conservati registri d'imbreviature.

Data la presenza affatto occasionale di notai non collegiati è parso necessario chiedersi quali fossero state le ragioni che indussero tali professionisti a non immatricolarsi e se l'abilitazione conferita dall'istituzione comasca rappresentasse, non solo teoricamente ma anche e soprattutto sul piano pratico, l'unico mezzo di legittimazione dell'attività notarile.

Per rispondere a tali interrogativi si è deciso di variare i punti di osservazione e di adottare prospettive scorciate a partire dai comuni alpini di Bormio, Sondrio, Chiavenna e Morbegno e da quelli ticinesi del Mendrisiotto e Luganese. Sono così emerse scansioni cronologiche non pienamente sovrapponibili, protagonisti e centri associativi diversi e alternativi in relazione al mutare degli assetti e, prima ancora, degli interessi politico-amministrativi, ed è stato altresì possibile giungere alla definizione di contesti discontinui in cui una medesima norma o un medesimo dispositivo assunse significati differenti.

I notai del distretto, infatti, trovarono solo parzialmente risposta alle aspettative della categoria nel collegio comasco e diedero vita a esperienze autonome, più o meno codificate, dipendenti da poteri, formali e informali, in grado di attrarre *membra disiecta* del notariato comasco garantendo e tutelando l'esercizio dell'arte.

In tale prospettiva ho dedicato una parte consistente della ricerca alle comunità locali maggiormente organizzate della Valtellina, Valchiavenna, Bormiese e Luganese, le quali seppero strutturare amministrazioni complesse, in grado di legare a sé uno degli strumenti fondamentali del potere politico: il controllo delle fasi di produzione e conservazione della documentazione si realizzava mediante lo stretto coinvolgimento del ceto notarile, indissolubilmente legato in trame di rapporti formali e informali all'interno della società e delle strutture amministrative locali.

Sul territorio identificato e coincidente con la diocesi di Como è stato dunque possibile individuare la presenza, oltre al collegio notarile comasco, di altre esperienze, più o meno codificate, di organizzazione della professione notarile. Tra queste, oltre al caso già ampiamente studiato da Elsa Mango Tomei del collegio notarile di Lugano, vanno segnalati il radicarsi di particolari consuetudini notarili all'interno dei terziari valtellinesi e nel contado di Bormio e l'emergere in questi stessi territori di forme locali di organizzazione della professione. Tale complesso di costruzioni tipiche rispondenti e congeniali alle esigenze storiche, fondate sui nuovi valori emergenti e, come tali, espressive della società non mirava, però, a sostituire il collegio notarile comasco, quanto piuttosto a colmarne i 'vuoti', a saldare legami più stretti, immediatamente 'visibili' e per ciò stesso reciprocamente 'utili' tra notariato, gruppi di potere e società.

All'interno di questo panorama evolutivo è stato possibile individuare una prima fase di sperimentazione, tra la fine del XV e l'inizio del XVI secolo, e una seconda fase, corrispondente al primo periodo grigione, durante la quale all'interno degli statuti valtellinesi riformati sotto il dominio delle Tre Leghe trovarono definitiva espressione e formalizzazione istanze già precedentemente avvertite.

Nella seconda parte della ricerca è stato dato ampio spazio alla professione notarile e al documento notarile. Sono state studiate le delicate fasi che precedono l'accesso alla professione: la verifica dei requisiti necessari all'abilitazione, i contenuti e le modalità del *cursus studiorum*, fino all'*iter* da seguire per giungere all'immatricolazione attraverso i momenti della *creatio* e della *laudatio notarii*. La schedatura integrale dei tre volumi della matricola (in appendice) ha, inoltre, consentito di valutare l'effettiva applicazione di quanto stabilito nella normativa e di conoscere più da vicino la realtà umana del collegio comasco (2800 immatricolati dal 1424 al 1605): provenienza geografica dei notai, estrazione sociale, appartenenza a lignaggi tradizionalmente dediti alla professione notarile.

Infine sono stati studiati i 'prodotti' dell'attività notarile: a partire dall'elaborazione concettuale e formale dei formulari notarili di area comasca che si sono conservati (secoli XIV-XV), per giungere ad una valutazione delle corrette modalità di produzione e conservazione documentaria delle imbreviature e dei *munda*. Questi ultimi aspetti hanno richiesto più di altri un ampliamento dello sguardo all'intero territorio diocesano, su cui è stato necessario verificare fenomeni privi di una propria specificità locale.

Sommario

1 *Introduzione*

1.1 Obiettivi del progetto di ricerca

1.2 Stato degli studi e fonti

2 «*Collegium notariorum civitatis et episcopatus Cumarum*».

2.1 Origini-ragioni dell'associarsi

2.1.1 Prime attestazioni dell'esistenza del collegio notarile all'interno del panorama corporativo cittadino

2.1.2 «Reformetur et fiat collegium unum notariorum et procuratorum Cumarum» (1434).

2.1.3 «Statuta nova collegii notariorum civitatis et episcopatus Cumarum». Tempi di redazione, modelli e prestiti

2.2 Struttura e compiti del collegio

2.2.1 Organigramma e sede del collegio

2.2.2 Giurisdizione collegiale e in materia notarile

2.2.3 Produzione e conservazione della documentazione collegiale

2.2.4 Pratiche identificanti e vincoli di carità associativa

2.3 'Membra disiecta' del notariato comasco

2.3.1 Notariato in Ticino

2.3.2 'Officio di nodaria' nelle valli dell'Adda e della Mera

3 *La professione notarile.*

3.1 Accesso al notariato: tra formazione culturale e procedure burocratiche

3.1.1 Requisiti e formazione

3.1.2 La «creatio» e la «laudatio notarii»

3.1.3 Il «liber matricule notariorum et pronotariorum Cumarum»

3.2 Esercizio della professione

3.2.1 Notariato tra libero professionismo e funzionariato

3.2.2 Note in merito alla produzione e conservazione del documento notarile

4 *Appendice documentaria*

4.1 Matricula notariorum civitatis et episcopatus Comi (1420-1605).

4.2 Riformazione del collegio notarile della città e della diocesi di Como (1434)

4.3 Statuti del collegio dei notai della città e della diocesi di Como (1458)

5 *Tavole*

5.1 Cronotassi degli abati del collegio notarile

5.2 Signa tabellionatus

5.3 Distribuzione notai sul territorio

5.4 Notai rogatari degli instrumenta tabellionatus citati nella matricola

6 *Indici*

6.1 Indice alfabetico dei notai e dei secondi notai immatricolati

6.2 Indice degli immatricolati per luogo di residenza

6.3 Indice degli immatricolati per luogo di provenienza

7 *Materiale documentario e bibliografia*

7.1 Fonti inedite

7.2 Fonti edite e repertori

7.3 Bibliografia

Nicola MONTESANO

Gli insediamenti giovaniti nel Mezzogiorno d'Italia dalle origini al XVI secolo. Il Priorato di Barletta.

**Dottorato in “Storia del Mezzogiorno e dell'Europa Mediterranea dal Medioevo all'Età Contemporanea”
Università degli Studi della Basilicata, 2005**

ABSTRACT

Cinque categorie d'indagine costituiscono l'ossatura portante della tesi.

La prima riguarda il *background* su cui l'*obsequium pauperum* e la *tuitio fidei*, i due pilastri dell'esperienza del nucleo primigenio dei frati dell'Ospedale di San Giovanni di Gerusalemme guidati dal beato Gerardo d'Amalfi, hanno trovato le fondamenta su cui piantarsi. In primo luogo, lo spirito cavalleresco-caritativo che ha pervaso l'Occidente cristiano già a partire dal X e XI secolo e che ha fatto maturare quella sorta di “cultura di servizio” che ha completato la figura del *miles Christi* e *defensor Ecclesiae*, integrandola con quella più articolata di protettore degli *advenae*, dei *peregrini* e dei *pauperes*.

A questo processo di maturazione dell'ideale cavalleresco medievale va legato un altro elemento di natura squisitamente spirituale, consistente nel risvolto religioso della *peregrinatio* che accomunava tanto i pellegrini quanto i cavalieri, figure entrambe desiderose di riscattare la propria condizione umana attraverso l'esperienza fortemente simbolica del *passagium* in Terrasanta ed essere degni di contemplare il sepolcro vuoto di Cristo.

Questi principi di carattere generale sono fortemente presenti nell'originario spirito caritativo dell'Ordine Ospitaliero. Questa propensione all'assistenza ai bisognosi nel nome della fede è rimasta alla base del credo giovanita anche dopo la riforma di Raymund du Puy, che, seguendo la strada tracciata dai Templari, si fece promotore della nuova funzione dell'Ordine, la difesa armata dei pellegrini.

Questo nuovo vigore cavalleresco se da un lato ha aumentato le responsabilità di polizia dei Giovanniti, dall'altro ha contribuito all'aumento delle donazioni che laici, re, principi, conti, signori e religiosi, fecero in favore degli Ospedalieri.

La seconda categoria esaminata è quella riguardante il patrimonio giovanita. Partendo dalla prima donazione in favore dell'Ordine nei Luoghi Santi, quella di Goffredo di Buglione del 1100, sono state man mano documentate tutte le altre afferenze al patrimonio orientale dell'Ospedale.

Il discorso si è successivamente soffermato sull'analisi dei beni in Occidente, che nel più ampio quadro di politica patrimoniale dell'Ordine risultano inscindibili da quelli d'*Outremer*.

Per quanto riguarda proprio i possedimenti europei dei Giovanniti, il privilegio di Pasquale II del 1113 oltre a fissare la data di nascita della nuova istituzione gerosolimitana certifica una presenza dell'Ordine in Occidente in anni precedenti a quella data. La prova di questa presenza è offerta dalla conferma dei sette possedimenti europei che il Papa fece a Gerardo: Saint-Gilles-du Gard in Provenza, Asti, Pisa, Bari, Taranto, Otranto e Messina in Italia.

È emersa con chiarezza la volontà dell'Ordine di sviluppare una politica insediativa su due fronti: da una parte, un rafforzamento della propria presenza nell'Oriente latino, campo d'azione dell'operato militare dei Giovanniti; dall'altra, un'attenzione particolare alle terre d'Occidente, dove aveva prontamente creato unità produttive, per lo più dislocate lungo le affollate vie di pellegrinaggio, e approntato strutture ricettive nei

porti principali per l'imbarco verso Gerusalemme, in modo da permettere un più facile trasporto di uomini, cavalli e derrate alimentari.

L'analisi della terza categoria si sviluppa a partire proprio dai possedimenti confermati dal privilegio papale. In effetti, dalla lettura del documento è facilmente riscontrabile il ruolo di assoluta importanza ricoperto dagli *xenodochia* italiani, ed in particolare è il Mezzogiorno insulare e peninsulare d'Italia il vero punto focale delle prospettive insediative degli Ospedalieri nell'Occidente cristiano.

L'ambito territoriale di interesse di questa ricerca è stata proprio questa parte del suolo italico. Nello specifico sono stati studiati gli insediamenti del centro priorale di Barletta, il cui territorio, volendo utilizzare indicazioni geografiche moderne, inglobava l'intera Puglia, la parte meridionale del Molise e la Basilicata centrale ed orientale.

Attraverso la ricognizione delle fonti documentarie edite ed inedite sono stati prima censiti gli insediamenti giovaniti più importanti dei priorati di Capua e Messina, in seguito è stata approntata una mappatura puntuale delle pertinenze giovanite del priorato di Barletta nei secoli compresi tra il XII e il XVI.

Lo studio si è nuovamente allargato all'intero Mezzogiorno quando sono state analizzate le cinque *precettorie capitolari* di Santa Eufemia di Calabria, di San Giovanni a Mare di Napoli, degli "Scambi" di Alife e soprattutto di Santo Stefano di Fasano e Putignano e della Ss.ma Trinità di Venosa.

Proprio lo studio del patrimonio dell'abbazia venosina ha permesso di comprendere le origini e gli sviluppi di due delle quattro commende analizzate: San Giovanni di Barletta e San Primiano di Larino.

La chiesa di San Giovanni di Barletta, che in un primo momento era una dipendenza venosina, ha dato l'input per lo studio della presenza giovanita all'interno del nucleo urbano del centro priorale più importante del Mezzogiorno d'Italia. È stata documentata l'esistenza del titolo di San Giovanni riferito a due chiese presenti nella città adriatica: San Giovanni *de monachis* e San Giovanni *infracase*. La sola analisi sistematica delle fonti documentarie, però, non è bastata per identificare con precisione l'ubicazione di una di esse, possibile solo attraverso indagini diagnostiche di natura scientifica.

Ancora a Venosa è legata l'origine della precettoria di San Primiano di Larino che, assieme a quella di Santo Stefano di Melfi, è la risultante di uno smembramento di alcuni possedimenti della Ss.ma Trinità attuato dall'Ordine nei primi anni del XIV secolo.

Questo nucleo originario della precettoria larinese si è sviluppato attorno al monastero di Sant'Angelo in Palazzo, passato dai benedettini ai giovaniti nello stesso giorno della Ss.ma Trinità di Venosa: quel 22 settembre 1297 che rappresenta un vero e proprio iato per la presenza degli Ospedalieri nel Mezzogiorno d'Italia.

Il centro giovanita più significativo tra quelli studiati è senza dubbio quello di Grassano, perché rappresenta l'unico caso conosciuto di centro urbano di fondazione giovanita. A metà del XIII secolo Grassano era ancora un semplice casale dipendente da Tricarico, nel corso del secolo successivo ha subito radicali modificazioni sul piano dello sviluppo urbanistico e territoriale, riuscendo a ricoprire un ruolo di assoluta importanza tra le maggiori precettorie del priorato di Barletta. Determinante per la fortuna di questo centro è stato proprio l'arrivo dell'Ordine Giovannita.

L'ultimo caso studiato è quello di Santa Maria di Picciano di Matera che, come avvenuto per molti possedimenti giovaniti nel Mezzogiorno d'Italia, insisteva su un precedente insediamento benedettino. La particolarità di questo insediamento consiste nella contemporanea presenza, attestata nei primi anni del XIV secolo, dei monaci di San Benedetto, dei Templari e dei Giovanniti. Questa convivenza sul colle materano venne meno nel primo ventennio del XIV secolo, quando prima i possedimenti dei Templari, ed in seguito

quelli di San Benedetto, passarono agli Ospedalieri che rimasero gli unici signori dell'allora precettoria di Santa Maria di Picciano.

L'analisi dei contatti che i giovanniti mantennero con i potentati locali, è alla base della quarta categoria di studio. I rapporti "a fasi alterne" che gli Ospedalieri, dalla doppia natura di nobili cavalieri e religiosi, intrattennero con i poteri laici risultano essere stati viziati da quelli che gli stessi ebbero con i vari sovrani. Le attenzioni più o meno evidenti delle varie corti, arrecarono enormi vantaggi sulle possibilità di accesso a privilegi di varia natura, facilitando il ruolo dei Giovanniti all'interno delle realtà locali.

I rapporti tra i Giovanniti e le autorità ecclesiastiche locali, invece, sono esemplificabili con un sentimento di "mal-sopportazione" reciproca, anche se non mancarono inevitabili scontri in relazione al piano degli interessi comuni ovvero su quelle questioni di carattere giurisdizionali che, nella maggior parte dei casi, associavano ai problemi squisitamente ecclesiastici quelli di natura politica ed economica. In definitiva, però, la presenza giovannita in un determinato territorio, fatti salvi gli immancabili problemi di convivenza, ha aumentato le possibilità di sviluppo urbano ed economico, favorendo, in tal modo, il radicamento degli stessi cavalieri nella società medievale del Mezzogiorno d'Italia.

La quinta ed ultima categoria di studio si sviluppa su due ulteriori ambiti di approfondimento: il primo ha riguardato lo studio della normativa ufficiale prodotta all'interno del Convento dell'Ordine, necessaria per l'analisi degli sviluppi istituzionali e terminologici delle precettorie giovannite nel loro passaggio in commende; il secondo ha preso in esame particolari fonti interne all'Ordine di Età Moderna, quali i Cabrei e le Visite di Miglioramento. L'interesse di queste fonti documentarie consiste soprattutto nella grande quantità di dati di carattere storico, topografico e toponomastico che riescono a fornire, e nella capacità di documentare attraverso fonti esattamente datate, l'evoluzione e le modifiche di strutture particolari del patrimonio architettonico cosiddetto minore.

Al quadro storico sviluppato nelle cinque categorie presentate nella prima parte della tesi, è legata la grande quantità di documentazione allegata in Appendice e che costituisce la seconda parte del lavoro.

Il corpo più importante della documentazione è quello riguardante la trascrizione di una serie di documenti inediti di età medievale conservati, alcuni presso la Biblioteca Nazionale di Napoli, altri presso l'Archivio dell'Ordine nella National Library of Malta.

INDICE GENERALE

INTRODUZIONE. Lineamenti di storiografia melitense *pag. 5*

PARTE I

CAPITOLO I. Linee generali.

1.1.	Itinerari e pellegrinaggi nel Mezzogiorno d'Italia	<i>pag. 17</i>
1.1.1.	Le vie di pellegrinaggio	<i>pag. 17</i>
1.1.2.	L'accoglienza dei pellegrini	<i>pag. 22</i>
1.2.	L'Ordine di San Giovanni di Gerusalemme dalle	

Reti Medievali

origini alla caduta di Rodi	<i>pag. 26</i>
1.2.1. Le origini	<i>pag. 26</i>
1.2.2. I possedimenti in Terrasanta	<i>pag. 32</i>
1.2.3. I primi possedimenti in Occidente	<i>pag. 36</i>
1.2.4. La funzione militare e la fine del Regno latino	<i>pag. 38</i>
1.2.5. Tre isole giovannite nel Mediterraneo	<i>pag. 45</i>

CAPITOLO II. L'organizzazione territoriale giovannita nel Medioevo.

2.1. Insediamenti giovanniti dell'Italia Meridionale	<i>pag. 49</i>
2.2. I possedimenti giovanniti del Priorato di Barletta	<i>pag. 58</i>
2.3. Santo Stefano di Fasano e Putignano. Un esempio di precettoria capitolare nel Mezzogiorno d'Italia	<i>pag. 68</i>
2.4. Alcuni aspetti insediativi dei giovanniti a Barletta	<i>pag. 83</i>
2.5. Le origini della precettoria giovannita di San Primiano di Larino	<i>pag. 95</i>
2.6. Dal Casale alla Terra. La precettoria giovannita dei SS. Giovanni e Marco di Grassano	<i>pag. 110</i>
2.7. La precettoria giovannita di Santa Maria di Picciano di Matera	<i>pag. 115</i>

CAPITOLO III. Il radicamento nella realtà locale nel Medioevo.

3.1. I rapporti con l'aristocrazia e i ceti dirigenti	<i>pag. 121</i>
3.2. Le relazioni con le istituzioni ecclesiastiche locali	<i>pag. 130</i>

PARTE II

CAPITOLO IV. Definizione e sviluppo dell'istituto della Commenda giovannita nel passaggio dal Medioevo all'Età Moderna.

4.1. Origini dell'istituto della Commenda giovannita	<i>pag. 136</i>
4.1.1. I Cabrei e le Visite di Miglioramento per lo studio degli insediamenti giovanniti	<i>pag. 141</i>
4.1.2. Cabrei e Visite di Miglioramento conservati negli Archivi dell'Ordine di Malta	<i>pag. 148</i>
4.2. I possedimenti del Priorato di Barletta in Età Moderna	<i>pag. 152</i>

APPENDICE AL CAPITOLO IV.

- San Primiano di Larino attraverso l'analisi dei Cabrei *pag. 158*
- La commenda di Grassano attraverso l'analisi dei Cabrei *pag. 168*
- Santa Maria di Picciano attraverso l'analisi dei Cabrei *pag. 175*

CONCLUSIONI	<i>pag. 183</i>
ABSTRACT	<i>pag. 190</i>
TAVOLE GEOGRAFICHE	<i>pag. 196</i>

PARTE III

APPENDICE DOCUMENTARIA	<i>pag. 199</i>
BIBLIOGRAFIA	<i>pag. 488</i>
INDICE DEI NOMI E DEI LUOGHI	<i>pag. 509</i>

BIOGRAFIA

Nicola Montesano, laureato in Lettere Moderne presso l'Università degli Studi della Basilicata, ha conseguito il titolo di Dottore di Ricerca in "Storia del Mezzogiorno e dell'Europa Mediterranea dal Medioevo all'Età Contemporanea", con una tesi discussa il 3 febbraio 2005 dal titolo *"La milizia giovanita nel Mezzogiorno d'Italia dalle origini al XVI secolo. Il Priorato di Barletta"*. La sua attività di ricerca è incentrata sullo studio degli insediamenti degli Ordini religioso-cavallereschi nel Mezzogiorno d'Italia e sulle applicazioni dei sistemi G.I.S. ai Beni Culturali.

Caterina Orlando

Nobiltà urbana, ceti mercantili e governo cittadino a Siracusa in "età aragonese"
(1282-1410)

Tesi di dottorato di ricerca in Storia medievale, Università degli studi di Palermo
(2002-2005)

Indice

Introduzione

Capitolo I: Siracusa e la Camera reginale

- I.1 Dal Vespro alla morte di Federico III
- I.2 Costanza d'Aragona
- I.3 Dal vicariato collettivo ai Martini
- I.4 Bianca di Navarra

Capitolo II: Siracusa, città peninsulare

- II.1 La città dai due porti
- II.2 Le mura e i castelli
- II.3 Lo spazio urbano e le contrade

Capitolo III: Città, uomini e famiglie dagli Angioini a Bianca di Navarra

- III.1 Siracusa prima e dopo il Vespro
- III.2 I Fimetta, i Market e i nuclei familiari emergenti
- III.3 Federico III e Siracusa
- 4. La città tra Angioini e Aragonesi ed il ruolo dei Chiaromonte
- III.5 Siracusa e gli Alagona da Federico IV al vicariato collettivo
- III.6 L'ascesa degli Aricio nell'età dei Martini
- III.7 I Bellomo e l'affermazione dei Catalani

Capitolo IV: Gestione finanziaria, comunità straniere e mercati

- IV.1 L'ufficio della segreteria
- IV.2 Gabelle e gabelloti
- IV.3 La famiglia Pedilepore e l'amministrazione finanziaria
- IV.4 La gestione del porto di Siracusa
- IV.5 La comunità catalana

- IV.6 I Genovesi ed il commercio del frumento
- IV.7 I mercanti veneziani
- IV.8 Le fiere cittadine

Appendice documentaria

Bibliografia

Abstract

La tesi ha come oggetto di studio la città di Siracusa nel periodo compreso tra la guerra del Vespro e la fine del regno dei Martini, un arco temporale scarsamente indagato e conosciuto per ciò che attiene la storia aretusea. Diretrici della ricerca sono state le dinamiche politiche, sociali ed economiche di Siracusa attraverso l'osservatorio privilegiato dei rapporti dell'*universitas* e della nobiltà urbana con la Corona, dell'economia locale, degli uffici finanziari, dei ceti mercantili e dello spazio urbano. Particolare rilievo è stato accordato anche alla cosiddetta bipolarità di Siracusa, ovvero alla sua peculiare condizione di città demaniale e al tempo stesso centro pertinente alla Camera reginale, il "dotario delle regine siciliane", che la poneva in una condizione giuridicamente e fiscalmente differente rispetto agli altri centri demaniali del regno.

La tesi consta di quattro capitoli. Il primo, dopo una breve introduzione sull'aspetto giuridico-istituzionale e sull'origine della Camera reginale, ripercorre le varie fasi della stessa, individuando i ruoli di cui alle varie regine e i differenti rapporti che ognuna di esse intrecciò con la città aretusea. Il quadro emerso mostra come l'*universitas* trasse vantaggi in termini di benefici e concessioni di varia natura ma, laddove le condizioni politiche furono complesse e la posizione della regina più debole, Siracusa seppe mostrarsi spregiudicata avviando rapporti conflittuali con la sovrana, veri momenti di lotta in cui la città richiese l'annessione al territorio demaniale o si coalizzò con temibili avversari contro la regina contestata.

Il secondo capitolo è dedicato ad alcuni aspetti morfologici e urbanistici di Siracusa. Si analizza la strategica posizione della città medievale, l'isola di Ortigia, lambita dal mare, collegata alla terraferma da un istmo e servita da due porti naturali di grande importanza strategica politico-commerciale. Segue poi uno studio sul sistema difensivo della città, sulle porte civiche e sulle mura, sul loro restauro e fortificazione, e sulla messa a punto del rastrellamento del denaro impiegatovi. L'attenzione volta ai tre castelli siracusani, poi, oltre a gettare luce sull'avvicendamento dei castellani e sulle opere edilizie e di manutenzione dei fortificati, ha finito per precisare i tempi e le modalità con cui Giacomo Alagona ebbe il controllo dei castelli e quindi della città (1363-1392). Pari attenzione è stata accordata sia all'evoluzione dell'impianto urbanistico che all'individuazione di numerose contrade del territorio urbano ed extra-urbano. L'accertamento dei beni di alcuni importanti personaggi siracusani ha offerto poi la possibilità di "leggere" in quali aree della città si concentrassero gli interessi della piccola e media nobiltà urbana.

Il terzo capitolo analizza i rapporti tra l'*universitas* e il potere centrale, con particolare attenzione alle famiglie e ad alcuni componenti di spicco delle stesse che intrecciarono rapporti significativi con la Corona, individuando tra essi coloro i quali trassero beneficio dai più significativi cambiamenti politici

siciliani (la guerra del Vespro, la morte di Federico III, il regno dei Martini), avviandosi ad enormi scalate sociali, e quanti invece intrapresero tragici “viali del tramonto”. Oltre al contributo offerto dalla città durante le fasi della rivolta del Vespro, sono emersi alcuni dei personaggi che presero parte all’insurrezione a fianco degli Aragonesi e alcune famiglie, come i Mohac, i Market, i Selvaggio, gli Asiaín, che ebbero subito dopo un ruolo nell’ambito della feudalità locale e delle cariche cittadine. Conclusasi la reggenza di Federico III (1337), durante la quale Siracusa visse un periodo di stabilità politica, seguirono anni di tensioni e di controllo del territorio cittadino da parte di esponenti di alcune importanti famiglie appartenenti all’antica aristocrazia siciliana. Manfredi Chiaromonte, Orlando d’Aragona e soprattutto Giacomo Alagona, sono gli uomini che si alternarono nella gestione del potere e che si imposero in questa lunga fase del XIV secolo. Nel 1392, con la restaurazione del potere regio da parte dei Martini, alla fine di Giacomo Alagona, decapitato nel mese di ottobre, corrispose l’ascesa politico-sociale di altri personaggi e delle loro famiglie. Gli Aricio, i Bellomo, i Campolo, furono tra le casate che si affermarono nel nuovo scenario acquisendo i vertici degli uffici centrali e periferici del rinnovato regno di Sicilia.

Il quarto capitolo è dedicato allo studio di alcuni uffici finanziari locali, dei funzionari che detennero le cariche e delle loro famiglie di appartenenza, che rappresentarono una *lobby* nell’ambito dell’amministrazione cittadina. Si è fatta luce sulla gestione degli uffici della segreteria, sul tipo di gabelle e sulla rete di assegnazione delle stesse, oltre che sull’ufficio di portulanìa e sugli ufficiali che lo animavano (maestro portulano, viceportulano, notaio, magazzinoiere). Con uno sguardo al mare, alla ricchezza da questo scaturente e ai mercanti che dal pélagò arrivavano a Siracusa in cerca di guadagni, sono state messe a fuoco le comunità catalana, genovese e veneziana della città, una presenza forte che sottolinea la ricchezza dell’etrotterra siracusano e la posizione strategica della città aretusea affacciata sul mare, orientata verso Levante e naturalmente favorevole agli scambi. Conclude il capitolo uno studio sulle due fiere cittadine, sui prodotti di cui all’entroterra siracusano, destinati anche all’esportazione, e sulle merci che la città importava.

Segue un’appendice documentaria tratta dai fondi della *Real Cancelleria* e del *Protonotaro del regno*, dell’Archivio di Stato di Palermo, e dal *Liber Privilegiorum Syracusarum*, conservato presso la Biblioteca Comunale di Siracusa.

Autore

Caterina Orlando (Palermo, 1971) si è laureata in Lettere Moderne nel 1999, presso l’Università degli Studi di Palermo, con una tesi in Storia Medievale dal titolo *Il registro n. 119 del notaio Bartolomeo de Bononia (cc. 1r.-76r.), 1531-1532 (V indizione)*, relatore il prof. S. Fodale. Nel 2004 ha conseguito il titolo di Diploma di Archivistica, Paleografia e Diplomatica, presso l’Archivio di Stato di Palermo, e ha pubblicato un articolo dal titolo *Andriolo e Matteo de Aricio: due ribelli anti-aragonesi nella Siracusa del Trecento*, in *Archivio Storico Siracusano*, s. III, XVIII (2004), pp. 105-129. Nel febbraio 2006 ha conseguito il titolo di Dottore di ricerca in Storia Medievale (XVII ciclo). Attualmente insegna nella scuola primaria e collabora con il Dipartimento di Rappresentazione e Progetto della Facoltà di Ingegneria dell’Università degli Studi di Messina, nell’ambito del Progetto PRIN del MIUR dal titolo *Atlante tematico del Barocco in Italia*.

Marcello Pacifico,

Federico II e il regno di Gerusalemme.

Oriente e Occidente a confronto nella prima metà del XIII secolo.

Frédéric II et le royaume de Jérusalem.

Les rapports entre Orient et Occident pendant la première moitié du XIII^e siècle.

Tesi di dottorato di Ricerca in 'Storia medievale' (XVII ciclo), presso il Dipartimento di 'Studi Storici e Artistici' dell'Università di Palermo, in cotutela con l'École doctorale 'Histoire et archéologie des mondes médiévaux' de l'Université de Paris X-Nanterre, sostenuta a Palermo il 6 febbraio 2006.

Direttori di tesi-tutore: prof. Salvatore Fodale (Univ. Palermo); prof. Henri Bresc (Univ. Paris X-Nanterre).

Membri della commissione dell'esame finale: prof. Franco Cardini (Univ. Firenze), prof. Jean-Marie Martin (CNRS-Paris), prof. Salvatore Fodale (Univ. Palermo), prof. Henri Bresc (Univ. Paris X-Nanterre).

Indice

I PARTE

Federico II e il regno di Gerusalemme tra storiografia e fonti all'epoca delle crociate

Introduzione

I Capitolo Le Crociate: un bilancio storiografico

1.1 Introduzione

1.2 Le contraddizioni dei secoli

1.3 La crociata oggi

Note

II Capitolo Le scuole storiografiche

2.1 Un bilancio comparativo

2.2 La scuola francese

2.3 La scuola tedesca

2.4 La scuola italiana

2.5 La scuola israeliana

2.6 La scuola anglosassone

2.7 Le crociate per il Mondo musulmano: tra passato e presente

Note

III Capitolo Le spedizioni armate in Oriente, 1095-1270

3.1 Storia di numeri, di uomini, di obiettivi

3.2 La prima crociata (1095-1099)

3.3 La seconda (1145-1148) e la terza crociata (1187-1192)

3.4 La quarta crociata (1198-1204)

3.5 La quinta (1215-1221) e la settima crociata (1235-1241)

3.6 L'ottava crociata (1245-1254)

3.7 Le crociate nel XIII secolo

3.8 Cui prodest?

Note

IV Capitolo Cristianità e Islam tra Oriente e Occidente

4.1 L'Oriente latino

4.2 I Franchi del regno di Gerusalemme

4.3 Il jihād e la crociata

4.4 L'Islam e la crociata: la costruzione di un'ideologia?

Note

V Capitolo La crociata, la Cristianità e la guerra santa

5.1 La guerra legittima: bellum iustum

5.2 Dalla pace di Dio alla guerra santa

5.3 Il papato tra pellegrini, cavalieri, crociati

5.4 La crociata è una guerra santa?

Reti Medievali

Note

VI Capitolo Gerusalemme terrestre, Gerusalemme celeste: le crociate tra realtà e invenzione

6.1 La dimensione escatologica e profetica

6.2 Il XIII secolo: l'istituzione della crociata

6.3 Il XIII secolo: l'invenzione delle crociate

6.4 Il XIII secolo: la nascita dell'Europa

Note

VII Capitolo Federico II e la crociata: un bilancio storiografico

7.1 Una nota storiografica

7.2 La VI crociata e gli storici di Federico II

7.3 Le Crociate e il Mezzogiorno italiano

Note

VIII Capitolo Federico II e la Terrasanta nella storiografia delle crociate

8.1 Un'introduzione all'argomento

8.2 L'anti-crociata

8.3 L'impero e la Terrasanta

8.4 La restituzione di Gerusalemme

Note

IX Capitolo Le fonti

9.1 Introduzione

9.2 Le principali edizioni critiche

9.3 Alcune note per le fonti saracene ed ebraiche

9.4 Cronisti saraceni viventi all'epoca di Federico II

9.5 Cronisti saraceni successivi al tempo di Federico II e testi ebraici

9.6 Alcune note per le fonti del Vicino Oriente

9.7 Cronache franche della Terrasanta

9.8 Testi elaborati nel milieu cristiano mediorientale

9.9 Testi relativi all'area greco-anatolica

9.10 Alcune note sulle fonti dell'Occidente cristiano

9.11 Le fonti inglesi, italiane, tedesche e dell'impero

9.12 Le fonti del regno di Francia

9.13 Le Chansons des Croisades

Note

II PARTE

Il regno di Gerusalemme e i rapporti tra Cristianità e Islam: dalla crociata di Damietta al trattato di Giaffa

I Capitolo Federico II e il Vicino Oriente al tempo dell'organizzazione della V crociata (1213-1217)

1.1 Il primo votum servitii Christi di Federico II dell'anno 1215

1.2 L'organizzazione della V crociata (1213-1217)

1.3 L'Oriente di fronte alle crociate agli inizi del XIII secolo

1.4 I Franchi del regno di Gerusalemme

1.5 La Terra santa di Cristiani e Saraceni

1.6 La Cristianità del Vicino Oriente agli inizi del XIII secolo

Note

II Capitolo La V crociata: dalla Terrasanta all'Egitto (1217-1219)

2.1 La campagna d'Acrida

2.2 L'inizio della campagna di Damietta

2.3 L'arrivo del legato Pelagio in Oriente

2.4 Le prime trattative di pace e la conquista di Damietta

Note

III Capitolo La crociata in Egitto (1219-1221)

3.1 La profezia di Hannan e le Revelationes beati Petri

3.2 I Franchi a Damietta

3.3 Federico II e la V crociata

3.4 La campagna dell'estate del 1221 e la sigla della tregua

3.5 La crociata di Damietta: tra colpe e recriminazioni

Note

IV Capitolo Da Damietta a san Germano: Federico II re crociato, Federico II re di Gerusalemme (1222-1225)

4.1 Federico II, Onorio III e Giovanni di Brienne: il colloquio di Ferentino

4.2 L'Oriente musulmano negli anni 619-621 dell'Egira (15 feb. 1222 – 12 gen. 1225)

4.3 Il Viaggio di re Giovanni in Europa (1223-1224)

4.4 L'impegno di Federico II: da Ferentino a San Germano (1223-1225)

4.5 Il Trattato di San Germano

4.6 Federico II e Isabella, sovrani di Gerusalemme

Note

V Capitolo La preparazione della VI crociata (1225-1228)

5.1 Da San Germano alla Dieta di Cremona: l'organizzazione della VI crociata

5.2 Federico II, la Terrasanta e l'Oriente Saraceno (anno 622-624 dell'Egira)

5.3 La fallita partenza di Federico in Terrasanta del 1227

5.4 La scomunica del 1227 impartita all'imperatore e le lettere di Gregorio IX

5.5 Le lettere di risposta di Federico II e la guerra delle cancellerie

5.6 I preparativi per la partenza crociata del giugno dell'anno 1228

Note

VI Capitolo L'iter hierosolymitanum della sesta crociata: Brindisi - Finike (28 giugno - 17 luglio 1228)

6.1 La navigazione nel Mediterraneo e il viaggio di Federico II in Oriente

6.2 La partenza del 28 giugno 1228 e la traversata del mar Ionio

6.3 Federico II e la Romània veneziana

6.4 Federico II, la Romània di Nicea e di Konya

Note

VII Capitolo Federico II a Cipro, Federico II ad Acri: il re di Gerusalemme e i suoi baroni

7.1 L'approdo della flotta imperiale nel regno di Cipro

7.2 Federico II e Giovanni I d'Ibelin

7.3 Federico II e le Assises del regno di Gerusalemme e di Cipro

7.4 Federico sovrano o conquistatore del regno di Cipro?

7.5 Federico II nel regno di Gerusalemme

Note

VIII Capitolo La fine della VI crociata: Il trattato di Giaffa e l'apertura di Gerusalemme a Cristiani e Musulmani

8.1 La campagna federiciana nel Sâhel e le vicende dell'Oriente saraceno

8.2 Le trattative di Federico II con al-Kâmil per la consegna di Gerusalemme

8.3 L'invasione del Regno di Sicilia

8.4 Il trattato di Giaffa del 18 febbraio 1229

8.5 Il trattato di Giaffa nel tempo

8.6 L'Oriente saraceno subito dopo la cessione di Gerusalemme

Note

IX Capitolo Il soggiorno di Federico a Gerusalemme

9.1 La visita di Federico II nella Gerusalemme cristiano-saracena

9.2 Federico II e l'Islam

9.3 La coronatio hierosolymitana: un dibattito storiografico ancora aperto

9.4 La coronatio hierosolymitana: lo speculum dignitatis regiae federiciana

Note

III PARTE

Il regno di Gerusalemme e i rapporti tra Cristianità e Islam: dal trattato di Giaffa alla morte dell'imperatore

I Capitolo Il regno gerosolimitano di Federico II al tempo della pace di Giaffa (1229-1237)

1.1 Gli ultimi giorni di Federico nel regno di Gerusalemme

1.2 Il ritorno di Federico in Italia e l'assoluzione di Ceprano del 1230

1.3 L'Oriente latino nei primi anni successivi al trattato di Giaffa (1229-1231)

Reti Medievali

1.4 La Terrasanta di Federico II e la lotta degli Ibelin (1231-1237)

1.5 I rapporti tra Cristianità e Islam dopo il trattato di Giaffa (1231-1238)

Note

II Capitolo Oriente e Occidente tra la VI e la VII crociata (1231-1239)

2.1 La Terrasanta di Franchi e Saraceni al tempo del trattato di Giaffa (1231-1238)

2.2 L'Oriente saraceno durante la tregua tra Federico II e al-Kâmil (1229-1238)

2.3 La lotta in Italia tra Federico II e la Lega lombarda (1232-1237)

2.4 La Cristianità durante la preparazione della VII crociata (1233-1238)

2.5 La scomunica dell'imperatore Federico nel marzo del 1239

Note

III Capitolo La VII crociata: la spedizione di Tibaldo di Champagne e di Riccardo di Cornovaglia in Terrasanta (1239 – 1241)

3.1 La spedizione di Tibaldo di Champagne in Terrasanta (1239-1240)

3.2 La spedizione di Riccardo di Cornovaglia in Terrasanta (1239-1240)

3.3 La lotta tra papato e impero al tempo della VII crociata (1239-1241)

Note

IV Capitolo Oriente e Occidente tra la VII e l'VIII crociata (1242-1248)

4.1 L'Occidente cristiano al tempo della lotta tra Federico II e il papato (1242-1247)

4.2 Il regno di Gerusalemme negli anni 1242-1243: la 'cacciata' dei Lombardi da Tiro

4.3 I rapporti tra Franchi e Saraceni al tempo della violazione del trattato di Ascalona (1242-1245)

4.4 Franchi e Saraceni durante la preparazione della VIII crociata (1245-1248)

Note

V Capitolo L'VIII crociata: la spedizione di Luigi IX a Damietta e la morte di Federico II

5.1 Il soggiorno di Luigi IX nel regno di Cipro e la conquista di Damietta (1248-1249)

5.2 La perdita di Damietta e la morte dell'imperatore Federico (1250)

Note

Conclusioni

APPENDICE

Glossario

Glossario dei termini arabi utilizzati

Schede

Comuni italiani aderenti alla Lega Lombarda al tempo di Federico II

Podestà delle città del Nord Italia nella prima metà del XIII secolo

Famiglie podestarili

Federico II e la V crociata

Gli eventi e i protagonisti: la V crociata (1217-1221)

Federico II e re Giovanni di Brienne (1222-1226)

Gli eventi e i protagonisti: la VI crociata (1226-1229)

Bibliografia

Le abbreviazioni

Gli strumenti

Le fonti

La storiografia

Carte

L'iter della VI crociata secondo l'autore del Breve Chronicon

Particolare della tratta Limassol-Gerusalemme

Abstract

La tesi analizza i rapporti tra Federico II, imperatore e re di Gerusalemme e le istituzioni, la società e il regno gerosolimitano dal primo voto crociato assunto dal sovrano normanno-svevo nel 1215 alla sua morte avvenuta nel 1250, in un contesto geografico-spaziale che abbraccia l'Europa e il bacino del Mediterraneo.

Il lavoro è redatto in italiano, accompagnato da un riassunto in francese (*Resumé*, pp. 1-45), e si presenta diviso in quattro tomi: una breve introduzione di tutta la tesi e una dettagliata presentazione della storiografia e delle fonti utilizzate (I parte, pp. 1-131); due parti storiche che seguono un piano cronologico, quasi biografico della vita dell'imperatore ma sempre attento alle vicende della Terrasanta, e che riguardano gli eventi dalla V crociata di Damietta alla VI crociata dell'imperatore (II parte, pp. 1-295), dal trattato di Giaffa del 1229 alla crociata di San Luigi del 1248-1250, inclusa una breve conclusione (III parte, pp. 1-181); un'appendice (pp. 1-214) che contiene diversi annessi (un glossario, delle schede, due carte) e una ricca bibliografia divisa per fonti e per studi storici.

Questa scelta metodologica a metà tra la biografia e la monografia è dettata dall'esigenza di sfuggire alla classica divisione storiografica esistente per i soggetti studiati (Federico II e il regno di Gerusalemme), e aiuta a dimostrare come in realtà esista una stretta relazione, ancora ad oggi non debitamente rilevata, tra la storia delle crociate e quella della vita dell'imperatore. Questa relazione appare ancora più evidente nello studio di una storia politica euro-mediterranea che superi questa classica divisione storiografica e che intenda evidenziare i rapporti tra l'Europa e il Vicino Oriente nella prima metà del Duecento.

Nella prima parte della tesi si è dedicato ampio spazio alle principali posizioni storiografiche sulla crociata che soltanto per comodità si sono a volte volute classificare in scuole nazionali (II capitolo) o in aree tematiche in base ai soggetti studiati: le spedizioni successe nel tempo (III capitolo), il regno di Gerusalemme e il rapporto tra l'idea di crociata e il *jihād* (IV capitolo), il rapporto tra l'idea di crociata e il pellegrinaggio, la guerra santa (V capitolo), la dimensione profetica della crociata (VI capitolo). Questi capitoli, insieme al primo che vuole ricostruire in breve cronologicamente la riflessione storiografica sulle crociate dal XVI secolo ad oggi, servono a focalizzare le riflessioni degli storici sulla crociata di Federico II (VII capitolo) e sulla sua vita (VIII capitolo) al fine di meglio enucleare analogie e peculiarità della spedizione dell'imperatore in Oriente nel 1228-1229, dell'esercizio della regalità federiciana nel regno di Gerusalemme dal 1225 al 1250, della stessa evoluzione dell'idea di crociata da Clermont a Damietta (1095-1250), delle relazioni tra Oriente e Occidente tra il 1215 e il 1250. Questa prima parte propedeutica a tutto lo studio si conclude con un'indispensabile analisi delle principali edizioni critiche dei documenti e delle numerose fonti utilizzate che sono state raggruppate per macro-aree geografiche/etniche: musulmane, franche della Terrasanta, del Vicino Oriente, greche e della Penisola anatolica, inglesi, francesi, tedesche, latine e dell'impero.

L'analisi della crociata di Federico II è assunta come il punto centrale di tutta la ricerca perché realizza la stessa idea di crociata, presente già al tempo di Innocenzo III, di una restituzione pacifica della città santa di Gerusalemme e perché testimonia la dimensione profetica di quest'idea, legata all'avvento della fine dei tempi. Tale analisi: mette in risalto come nella prima metà del XIII secolo dominò più la visione del 'Saraceno' come 'catecumeno' che quella propagandistica del 'nemico', ripresa quasi interamente nella storiografia moderna laddove si è voluta spesso vedere anche un'apartheid dei conquistati saraceni rispetto ai conquistatori franchi; lega indissolubilmente la storia del regno di Gerusalemme a quella dell'impero nella prospettiva biblica dell'avvento di un regno di giustizia grazie alla *reformatio pacis*, all'insegna del modello di una regalità salomonica; nega l'idea di una volontà federiciana di germanizzare il regno di Gerusalemme, di una costante opposizione della baronia franca al legittimo sovrano normanno-svevo, del trionfo di una 'repubblica feudale' in Terrasanta in opposizione all'assolutismo federiciano; mette in relazione l'imperatore svevo con le realtà sociali, economiche e politiche di tutto il bacino del Mediterraneo, orientando la storia delle repubbliche marinare, degli ordini cavallereschi, degli ordini religiosi, le cui missioni si affermano come tentativo di recupero dei cristiani convertiti all'Islam in un tempo in cui si afferma anche una nuova concezione dello scisma dopo il 1204.

La seconda parte della tesi inizia con lo studio del voto crociato assunto da Federico II nel 1215 e con un *focus* sulle relazioni tra Franchi e Saraceni nella Terrasanta di quegli anni (I capitolo), proseguendo con una particolare attenzione al costante interesse e all'importante ruolo giocato dal *Puer Apulie* durante la V crociata (II e III capitolo): lo Svevo è atteso dai Cristiani copti d'Egitto come l'imperatore degli ultimi giorni, partecipa all'organizzazione della crociata inviando almeno due spedizioni navali a Damietta ed è considerato dal legato Pelagio come il sovrano ultimo di Gerusalemme. Persa Damietta, il papa Onorio III lega strettamente la sopravvivenza del regno di Gerusalemme all'esistenza di Federico II che è promesso sposo all'erede del trono gerosolimitano (IV capitolo). Con il matrimonio del 1225 e il trattato di San Germano, da una parte il nuovo re di Gerusalemme comincia ad esercitare la sua autorità legittima nei confronti dei baroni del nuovo regno, seguendo l'esempio dei suoi predecessori già nelle prime relazioni diplomatiche con i principi saraceni, dall'altra come imperatore della Cristianità inizia i preparativi per una spedizione volta al recupero dei luoghi santi (V capitolo). Nel 1227, tuttavia, un'epidemia scoppia nel contado di Brindisi e costringe lo stesso Federico a rinviare la partenza, mentre il papa ne approfitta per scomunicare il sovrano normanno-svevo a causa della sua ingerenza negli affari della chiesa siciliana e della sua ostilità mostrata nei confronti dei fedeli Rettori della Lega lombarda. Questa scomunica rappresenta il primo momento di una lunga lotta tra il papato e l'impero che a parte alcune tregue (1230-1238 e 1243) durerà fino alla morte dello stesso imperatore, annullando di fatto l'obiettivo da entrambe le istituzioni perseguito: la *reformatio pacis* in Oriente come in Occidente e la custodia dei Luoghi santi. Federico II, comunque, nel 1228 decide lo stesso di partire nel *Sâhel* da sovrano scomunicato e grazie all'aiuto decisivo di Venezia, con un percorso marittimo

analizzato nei paritcolari (VI capitolo) e che conferma la diffusione già in quel periodo di portolani estremamente precisi, raggiunge dapprima le coste delle isole ioniche, poi del Peloponneso, dell'isola di Creta e di Rodi, della costa anatolica e dell'isola di Cipro, entrando in relazione anche con il despota d'Epiro, l'imperatore di Costantinopoli e di Nicea, il sultano dei Rûm. Nel regno di Cipro (VII capitolo) riceve gli omaggi feudali dei baroni franchi del Vicino Oriente, ivi compreso quelli di Giovanni di Ibelin che riconosce sempre l'autorità del suo sovrano, rispettoso delle *Assises* del regno, e tuttavia tenta fino alla morte (1235) di garantire il potere e i privilegi acquisiti dalla sua famiglia a discapito di quella rivale dei Barlais a Cipro e a Gerusalemme. Questa lotta, propagandisticamente edulcorata da Filippo da Novara e ripresa nella storiografia moderna, non coinvolge in realtà i grandi baroni d'Oltremare che rimangono sempre fedeli allo Svevo eccetto per un breve periodo (1243-1247) quando tradiscono la pace imperiale siglata in Terrasanta con gli Ayyûbîti d'Egitto. L'amicizia con i sultani del Cairo, difatti, deve essere considerata sempre come una costante nella politica orientale federiciana; è grazie ad essa che nel 1229 si arriva alla sigla del trattato di Giaffa (VIII capitolo), grazie al quale è ceduta a Federico II la città santa. Come al tempo delle proposte avanzate da al-Kâmil a re Giovanni di Brienne (1219-1221), Gerusalemme è donata dal sultano a un principe cristiano, ma a condizione che diventi un 'condominio religioso' secondo delle prospettive profetiche e allo stesso tempo politiche, che si possono ritrovare anche nei '*manifesti*' scritti dall'imperatore all'atto della cerimonia coronata avvenuta nella basilica del Santo Sepolcro (IX capitolo). Questa convivenza sancita dal trattato politico è rispettata sia dai Musulmani sia dai Cristiani ed è accettata anche dal papato dopo il rientro della scomunica federiciana nel 1230. L'imperatore dimostra una profonda conoscenza del mondo musulmano e una profonda passione per la ricerca del sapere, come si evince dalle *maqâmât* (dove si traducono testi e si discutono questioni filosofiche) presenti nella corte di Palermo e del Cairo, mentre nella *coronato hierosolymitana* convergono la volontà di simboleggiare la regalità davidica (il rituale dell'incoronazione dei sovrani di Gerusalemme) e la regalità salomonica (l'affermazione di un regno di pace e di giustizia) alla luce di una concezione del potere strettamente maturata dalla lettura dei testi sacri (*Bibbia* e soprattutto i *Maccabei*, i *Profeti*, *Isaia*), dal diritto romano (*Corpus iuris civilis*) e dai testi greci-filosofici (*Politica* ed *Etica* di Aristotele) e che si ritrova riproposta nel *Proemio* del *Liber Augustalis*.

La terza parte della tesi dimostra come dopo l'incoronazione del 1225 e la crociata del 1228-1229 i rapporti tra Federico II e il regno di Gerusalemme siano ancora più indissolubili e strettamente legati alle vicende che interessano tutto il bacino del Mediterraneo. La pace di Giaffa è rispettata in Terrasanta per 10 anni, mentre nel contempo delle lotte intestine alla comunità cristiana e musulmana infiammano l'Occidente (Federico II contro i Rettori della Lega) e l'Oriente (al-Kâmil contro gli altri principi saraceni). L'autorità del re di Gerusalemme, comunque, anche durante la lotta tra Giovanni d'Ibelin e il balivo dell'impero Riccardo Filangieri, non è mai messa in dubbio (I e II capitolo), tanto che lo stesso '*Comune*' d'Acri oltre ad avere una durata effimera (1232-1235) non rappresenta la grande baronia d'Oltremare ma soltanto gli interessi di quanti, come i Genovesi, cercano di guadagnare dalla debolezza della corona in Sicilia come a Gerusalemme. I Veneziani, di contro, rimangono sempre fedeli all'imperatore, tranne per un breve periodo (1239-1245) quando sotto il doge Giacomo Tiepolo temono più di perdere qualche interesse nell'entroterra veneto che nell'intero Mediterraneo (in Egitto, in Tunisia, in Turchia). Questa lotta tra le città marinare e Federico II priva la VII crociata (III capitolo) del relativo supporto logistico, mentre la nuova scomunica dell'imperatore e re di Gerusalemme (1239) la priva del capo della spedizione tanto che Tibaldo I, re di Navarra, è invitato nuovamente dal papa a recarsi in Terrasanta e non più a Costantinopoli. La nuova scomunica, in realtà, non lede l'autorità dello Svevo, che è sempre rispettata dal conte di Champagne: re Tibaldo ne segue i consigli nelle trattative con il sultano del Cairo, ne riprende l'esempio nella marcia verso Ascalona, e ne ottiene gli aiuti e i rifornimenti dalla Sicilia. L'ambizione di alcuni nobili crociati, però, rovina la politica del principe Tibaldo portando alla sconfitta di Gaza, battaglia da cui si dissociano anche i nobili d'Oltremare, ancora una volta fedeli al loro sovrano e alla tregua di Giaffa. Questa tregua, infine, è rinnovata ad Ascalona da un altro importante principe crociato, giunto in Siria dall'Europa e inviato direttamente dall'imperatore, Riccardo conte di Cornovaglia, che ottiene anche la sottomissione a Federico di quei nobili a lui ribelli negli anni precedenti. Il rinnovo decennale della tregua tra Franchi e Saraceni (1241), testimonia ancora una volta come il fine della crociata sia la semplice custodia dei Luoghi santi, e non la tanto propagandata 'guerra santa' e come siano più frequenti i tempi di pace che di guerra tra le due comunità. D'altronde lo stesso papa Gregorio IX, se da una parte utilizza gli ordini religiosi per predicare la scomunica di Federico II, dall'altra li utilizza per cercare di riportare all'ovile i cristiani convertiti all'Islam (siano i Saraceni di Lucera o del Maghreb), nel contempo tentando di riunificare la Cristianità sotto il papato romano (come ad es. si nota con il rientro dall'eresia del *maphrien* giacobita) e mostrandosi come interlocutore privilegiato presso i principi saraceni (il sultano dei Rûm, il califo almohade, il sultano di Damasco). Questa politica del papato nei confronti del mondo musulmano, presente già ai tempi di Innocenzo III, è continuata da Innocenzo IV (IV capitolo) che, dopo la perdita di Gerusalemme presa dai Carismiani nel 1244 (per colpa della politica filo-damascena della baronia franca e dei Templari) chiede al sultano del Cairo la riconsegna della città. Al-Sâlih, figlio di al-Kâmil, risponde cortesemente al papa ma con un fermo diniego motivato dall'amicizia con l'imperatore che in quel periodo è scomunicato per la terza volta e, che si è sempre mostrato 'amico' della famiglia ayyubita al potere in Egitto; nondimeno il sultano decide di amministrare direttamente la città santa

consentendo ai pellegrini cristiani di visitare i luoghi santi, sebbene i Templari nel 1243 avessero cacciato i Musulmani dall'*Aqsa* e dalla *Sakhra*. Questa disastrosa politica dei nobili d'Oltremare, alimentata dalla nuova lotta tra Federico II e la chiesa (a partire dal 1239) e che porta anche alla cacciata dei Lombardi da Tiro (1242) ma non alla consegna della città al nuovo balivo, la regina Alice di Cipro, sarà rinnegata qualche anno dopo (1247) quando le conquiste musulmane nel *Sâhel* si arrestano in concomitanza di una nuova rinnovata obbedienza di tali baroni nei confronti dell'imperatore. Innocenzo IV, infatti, durante l'VIII crociata (V capitolo) ipotizza addirittura di assegnare il titolo di '*dominus hierosolymitanus*' alla principessa Malisenda e non più al re di Cipro, Enrico I, mentre tutti gli ordini cavallereschi sono minacciati di scomunica per il costante supporto fornito al balivo imperiale Tommaso di Acerra, inviato in Oriente già dal 1242. La crociata di San Luigi si svolge in questa clima acceso di lotta nella Cristianità, in Oriente come in Occidente, dove la rivolta dei baroni francesi contro i privilegi dell'alto clero si accompagna a quella tra Pisani e Genovesi nella città di Acri. Il re santo cerca di mediare tra il papa e l'imperatore, di cui rispetta l'autorità in Oriente ma non i consigli di pace con i Saraceni né l'esempio. La sua crociata, almeno nella prima parte (1248-1250) è votata alla conquista dell'Egitto e non al recupero di Gerusalemme: la città santa appartiene al sovrano svevo e soltanto temporaneamente è custodita dal sultano egiziano. Luigi IX, infatti, fin dal soggiorno cipriota rifiuta fin dall'inizio di trattare con gli ambasciatori della corte ayyûbîta mentre l'imperatore partecipa a più riprese alla sua crociata nella logistica consentendogli l'invio di vettoviaggiamenti e adoperandosi per la sua liberazione dopo la cattura a Fariskûr. Dopo il rientro del re di Francia ad Acri, e un suo più duro atteggiamento nei confronti del papa che è pregato di lasciare Lione, si potrebbero creare le condizioni per un nuovo accomodamento tra Innocenzo IV e Federico II, ma la sua morte arriva nel dicembre del 1250 e con essa le campane della prossima fine del regno di Gerusalemme.

La crociata, il personaggio e l'azione dell'imperatore, sempre in contatto con tutti i sovrani dell'Occidente e dell'Oriente, chiariscono, dunque, le relazioni tra la Cristianità e l'Islam nel bacino del Mediterraneo durante la prima metà del XIII secolo e testimoniano, infine, il desiderio (presente in questa parte della storia delle crociate) di risparmiare il sangue dei 'fedeli' come degli 'infedeli' nella visione di una Gerusalemme come '*opus pacis*' per la religione cristiana e musulmana, di una città santa per 'il popolo del Libro', e la centralità della corona davidica nella vita di Federico II, accanto a quella siciliana e imperiale, nella costruzione di un regno di pace e di giustizia.

Autore

Marcello Pacifico (Palermo, 1977) si è laureato in Lettere moderne presso la Facoltà di Lettere e Filosofia di Palermo il 3 aprile del 2000 con una tesi di Storia medievale sotto la direzione del prof. S. Fodale su '*La crociata di Federico II di Svevia*', dopo aver trascorso un semestre di studi (1998-1999) a l'Université de Paris X-Nanterre grazie a una borsa '*Erasmus*' dell'Università di Palermo. Nel triennio 2002-2005 ha frequentato il corso di dottorato di ricerca in '*Storia medievale*' (XVII ciclo) presso il Dipartimento di '*Studi Storici e Artistici*' dell'Università di Palermo, contemporaneamente al corso dell'École doctorale '*Histoire et Archéologie des mondes médiévaux*' de l'Université de Paris X-Nanterre (Francia) grazie a un protocollo d'intesa firmato tra le due Università, sotto la duplice direzione del prof. Salvatore Fodale (Univ. Palermo) e del prof. Henri Bresc (Univ. Paris X-Nanterre). Nell'anno 2003-2004 è stato professore *vacataire* d'*Italian* presso l'U.F.R. '*Sciences sociales et administration. Administration Economique et Sociale*' de l'Université de Paris X-Nanterre. Nel settembre 2003 e nel giugno 2005 è stato borsista dell'*École Française de Rome*. Attualmente continua a occuparsi di storia medievale e in particolare della storia di Federico II, delle crociate e del Mediterraneo tra XIII e XIV secolo. Tra gli interventi a diversi congressi internazionali si segnalano: '*La crociata: il rapporto tra l'idea, l'uomo, il territorio. Un caso esemplare: Federico II di Svevia*', al Convegno '*Terrasanta, Terra Sacra*', Montañone 3-7 luglio 2000 (il resoconto si trova in *Quaderni medievali*, n. 51, dir. G. Musca, giugno 2001); '*Il Mar Mediterraneo nel Medioevo e la crociata di Federico II. La storia della penisola iberica nelle fonti occidentali della prima metà del XIII secolo*', alle V Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval '*La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico. Siglos XIII-XV*', organizzato dalla *Sociedad Española de Estudios medievales*, Cádiz (Spagna) 1-4 aprile 2003 (atti in corso di stampa); '*La croisade de Frédéric II et les rapports entre Orient et Occident*', al III Reinoldustage '*Orient und Occident*', Dortmund (Germania) 13-15 gennaio 2005 (in corso di stampa in *Europäische Kulturbeziehungen im Mittelalter und in der frühen Neuzeit*, Band III); '*Les femmes et le pouvoir dans l'Orient chrétien et musulmain au XIII^e siècle*', al IV Reinoldustage '*Frauenbilder – Männerwelten. Recht und Alltag in Mittelalter und früher Neuzeit*', Dortmund (Germania) 12-14 gennaio 2006 (atti in corso di stampa). Ha curato, inoltre: le voci '*Costanza d'Aragona*' e '*Isabella di Brienne*' nel Dizionario biografico '*Siciliane*', curato da G. Fiume, ed. Romeo, Siracusa 2006, pp. 94-96 e 144-146; il *Resoconto* del Convegno su '*Gioacchino e profetismo in Sicilia (sec. XIII-XIV secolo)*' curato dal Comitato Nazionale per le celebrazioni dell'*VIII Centenario della morte di Gioacchino da Fiore*, presieduto da C. D. Fonseca, Palermo 14-16 ottobre 2005 (in corso di stampa nella *Nuova Rivista Storica Italiana*). Tra i lavori in corso, infine, oltre all'approfondimento della tesi di dottorato al fine di una sua pubblicazione (nella collana *Medioevo*

mediterraneo, dir. dal prof. S. Fodale), anche un articolo su *'I cavalieri teutonici tra Papato e Impero al tempo di Federico II imperatore, re di Gerusalemme e di Sicilia'* (nella collana *'Acta Theutonica'*, dir. H. Houben).

Maria Elisa Soldani*Uomini d'affari e mercanti toscani a Barcellona nel XV secolo.**Contributo alla storia del Mediterraneo bassomedievale*Tesi di dottorato di ricerca in Istituzioni società, religioni dal tardo-antico alla fine del Medioevo,
Università degli Studi di Torino, 2006

Scopo di questa ricerca è stato quello di tracciare un quadro il più possibile esaustivo della presenza degli uomini d'affari toscani nella Barcellona del Quattrocento, prendendo in considerazione la molteplicità dei contesti economici, sociali, giuridici e politici in un intrecciarsi di considerazioni su fenomeni collettivi e studio prosopografico di singole traiettorie personali e familiari.

Nel XV secolo la città comitale si trovava al centro di un circuito ampio e integrato, sia dal punto di vista economico sia politico, che comprendeva oltre ai regni pensinsulari – il principato di Catalogna, i regni d'Aragona, Valenza e Maiorca con il Rossiglione e la Cerdagna – anche la Sardegna, la Sicilia e più tardi Napoli. Barcellona era una città di consolidata tradizione mercantile in cui il ceto dominante era composto principalmente da personaggi che avevano tratto dal commercio mediterraneo le proprie fortune. Almeno fino alla guerra civile (1462-1472) la città fu legata a doppio filo con il Mediterraneo.

Gli uomini d'affari toscani presenti a Barcellona nel Quattrocento - prevalentemente fiorentini, pisani e lucchesi - costituirono il più folto gruppo di stranieri. La crisi trecentesca aveva portato a significativi mutamenti nei sistemi economici e al consolidamento della posizione dei membri delle oligarchie cittadine nella madrepatria. Il Rinascimento toscano conobbe, infatti, la presenza di gruppi mercantili estremamente specializzati dal punto di vista professionale, nelle cui mani si era concentrata una forte porzione della ricchezza che veniva poi investita in più settori di mercato, grazie al perfezionamento degli strumenti di lavoro – conoscenze e competenze – e attraverso la 'razionalizzazione' contabile. Il XV secolo offre, poi, notevoli spunti d'indagine anche sul piano della politica italiana. Firenze era in piena espansione del proprio assetto territoriale e, con la conquista di Pisa (1406), aveva iniziato a dominare una vasta porzione della regione, guadagnandosi un sicuro sbocco al mare con l'acquisto di Porto Pisano (1421). Aveva inoltre avviato un processo di ripartizione delle funzioni produttive tra i diversi centri posti sotto il proprio dominio, che vedeva l'integrarsi di agricoltura, industria, commercio e finanza. La conquista di Pisa aveva provocato un altro fenomeno non trascurabile, che avrebbe modificato i rapporti tra soggetti economici e tra aree: l'emigrazione dei ceti dirigenti pisani nel Mediterraneo.

La struttura della tesi è dunque stata suddivisa in tre parti: nella prima vengono discusse le modalità di insediamento e il carattere della specializzazione professionale, aspetti entrambi strettamente legati allo spostamento di questi soggetti all'interno dello spazio marittimo mediterraneo e dalla dialettica tra questa dimensione e quella urbana. All'interno di questa, la prima sezione è stata dedicata all'analisi della tipologia di insediamento e alla comprensione di quanto questi soggetti agissero attraverso strutture organizzative istituzionalizzate, come consolati o 'nazioni', o quanto piuttosto i loro comportamenti fossero frutto di iniziativa personale. Il primo passo nella ricerca è stato quello di prendere in considerazione i fenomeni della mobilità mercantile e dell'emigrazione per stabilire quali ragioni avessero provocato il trasferimento all'estero: si trattava in ogni caso di uno spostamento volontario? Ancora, abbiamo cercato di tracciare l'origine e lo status dei soggetti prima della partenza, verificando quanto persistessero le divisioni per appartenenza cittadina: qual era il modo di autodefinirsi e quali invece le definizioni proiettive? Esistevano degli accordi di reciprocità fra la Corona d'Aragona e le città toscane in materia di consolati, che ne regolamentassero la presenza di qua e di là dal mare? Come si poteva compensare, infine, l'eventuale assenza di consolati o 'nazioni' organizzate?

Trattandosi di un gruppo di stranieri fortemente connotato a livello professionale il passo successivo è stato dedicato a individuare e a caratterizzare i principali operatori commerciali e le loro compagnie, per comprendere come avvenisse la ricerca del profitto: in che modo questa professionalità poteva influenzare tanto il modo di intendere la propria presenza nella città comitale quanto il successo dei piani di integrazione e di ascesa sociale? L'aspetto economico costituisce dunque la premessa fondamentale al resto dello studio, in quanto la specializzazione professionale fu l'elemento che più influenzò la gestione dei rapporti sia a livello economico sia a livello sociale e politico. Si trattava infatti in larga parte di famiglie di tradizione mercantile, i cui membri avevano dato vita ad associazioni di varia natura attraverso le quali gestivano i propri affari. Quali furono le modalità del loro operato in campo commerciale e finanziario? Quali aree mettevano in comunicazione e quali ragioni li spingevano ad inserirsi in una determinata porzione di mercato? Ed ancora, chi usufruiva dei loro servizi?

Nella seconda parte della tesi viene preso in esame l'inserimento dei gruppi, intesi come soggetti singoli e famiglie, all'interno del nucleo urbano. Prima di tutto tenendo in considerazione le ragioni della partenza e verificando quando queste influenzarono il modo di concepire la propria presenza come temporanea o

definitiva; in secondo luogo analizzando come avvenne il passaggio dei soggetti - quando si realizzò - da straniero a cittadino. Quali diritti e doveri comportava l'acquisizione della cittadinanza? Cosa determinò la scelta delle residenze e dove si localizzavano concretamente all'interno del perimetro urbano? Gli uomini d'affari toscani furono interessati ad investire nel mercato immobiliare?

Con il riorganizzarsi dei gruppi, ormai insediatisi in città, sorgono poi altre questioni relative all'organizzazione della famiglia, alla struttura del patrimonio, al ruolo di padre, madre, figli e parenti. Le strutture familiari avevano dunque subito delle trasformazioni a causa del trasferimento all'estero? Esisteva un rapporto stretto fra famiglia ed impresa commerciale?

Andando avanti con la ricerca sono state prese in considerazione le strategie di riproduzione e integrazione del gruppo. Come veniva gestita la politica matrimoniale e a quali obiettivi era finalizzata? I matrimoni erano infatti un valido strumento per stringere legami con i connazionali, con la comunità autoctona o per consolidare la propria ricchezza. Quali ragioni spinsero alcuni uomini d'affari a stabilire determinate alleanze? Con quali mezzi vennero conseguite e quali implicazioni patrimoniali ebbero?

Per comprendere le motivazioni che stavano alla base di un matrimonio è stato necessario inserirlo nella prospettiva più ampia della storia familiare dei contraenti. Un'altra tappa fondamentale nel processo di integrazione di questi soggetti era costituita dalla redazione delle ultime volontà, dalle modalità di attribuzione delle eredità e dei legati, dalla 'geografia' dei lasciti pii e dalla scelta della sepoltura. Quali necessità motivavano queste decisioni? Come veniva suddiviso il patrimonio tra i figli e a quali condizioni veniva vincolato? A chi era affidata l'esecuzione testamentaria? E soprattutto come venivano nominati i tutori degli eredi?

La terza ed ultima parte è incentrata sull'analisi delle relazioni col potere politico, con la finalità di capire se queste fossero gestite attraverso una strategia di gruppo o piuttosto tramite iniziative private. A partire dall'esame delle modalità di risoluzione dei conflitti, si cercano di comprendere tanto le procedure, quanto le principali materie di giustizia in cui i mercanti di origine toscana furono coinvolti. Quale fu l'abilità dei soggetti nel muoversi da un foro all'altro? Cosa implicava l'essere stranieri e mercanti? Quali erano le materie di diritto internazionale e come venivano gestite? In tale contesto un altro aspetto non trascurabile è stato quello di prendere in considerazione l'amministrazione della giustizia da parte del monarca ed il ricorso all'audience regia per via di supplica. Quali erano le ragioni di questo accesso diretto al monarca e quali implicazioni aveva il riconoscimento del diritto di essere difesi dal re? La gestione delle relazioni col potere non passava soltanto per le questioni di giustizia, ma si articolava in generale in un rapporto diretto tanto con la monarchia quanto con le istituzioni cittadine. In che modo furono gestite queste relazioni e con quali finalità? Come si svolse l'accesso alle cariche pubbliche e come si articolò la carriera politica? Quali furono gli strumenti che consentirono la negoziazione con il monarca? Ancora, come influenzò l'andamento di questi rapporti la campagna di conquista di Napoli con l'intromissione di Alfonso il Magnanimo nella politica italiana?

Concludendo, sono state prese in esame le strategie di repressione messe in atto dalla monarchia su pressione dei ceti dirigenti locali. Qual era il clima di quegli anni e cosa aveva provocato l'inimicizia dei catalani nei confronti delle 'nazioni' italiane? Che ripercussioni ebbe l'inizio della guerra con Firenze (1447) sui toscani residenti a Barcellona? Attraverso quali espedienti venne superato il momento di crisi?

Maria Elisa Soldani (Pisa, 20/12/1977) si è laureata a Pisa nel 2000, con una tesi sulle assicurazioni marittime realizzata sotto la direzione del Prof. M. Tangheroni e della Dott.ssa Laura Galoppini. Dopo aver svolto ricerche presso l'Archivio di Stato di Genova per conto di un gruppo diretto dal Prof. Tangheroni, dal 2002 al 2005 ha frequentato il corso di dottorato in *Istituzioni società, religioni dal tardo-antico alla fine del Medioevo* presso l'Università di Torino. Il 4 marzo 2006 ha conseguito il titolo di dottore di ricerca presentando la tesi *Uomini d'affari e mercanti toscani nella Barcellona del XV secolo. Contributo alla storia del Mediterraneo bassomedievale*, diretta dal Prof. R. Bordone e realizzata in cotutela con l'Universidad de Barcelona sotto la guida del Prof. A. Riera Melis. Si interessa alla storia economica, sociale e politica del mondo Mediterraneo bassomedievale nell'ambito dei rapporti fra Toscana, Sardegna e Corona d'Aragona, dedicandosi in particolare alla ricostruzione dei profili delle famiglie mercantili e lavorando prevalentemente su materiale documentario inedito. In questi anni ha portato a termine diversi periodi di ricerca in Spagna. Fra le sue pubblicazioni: *Da Accettanti a Setanti: il processo di integrazione di una famiglia lucchese nella*

società barcellonese del Quattrocento, in Per Marco Tangheroni. *Studi su Pisa e sul Mediterraneo medievali offerti dagli ultimi allievi*, Pisa, 2006; *Dalla bottega al feudo: l'ascesa sociale dei de' Doni tra Barcellona e la Sardegna nel basso Medioevo*, XVIII Congresso della Corona d'Aragona (Valencia, 9-14 settembre 2004); *Alleanze matrimoniali e strategie patrimoniali nella Barcellona del XV secolo: i mercanti toscani fra integrazione e consolidamento della ricchezza*, «Archivio Storico Italiano» (602, 2004). È di prossima pubblicazione la comunicazione presentata nell'ambito del seminario *Espaces et réseaux en Méditerranée (VI^e-XVI^e siècle)* (Parigi, Université Paris 1 Sorbonne - gennaio 2005), dal titolo *Tra reti internazionali e spazio urbano. Forme mercantili di comunicazione, solidarietà e gestione degli affari nel Mediterraneo occidentale bassomedievale*.

Elvira Vittozzi

Micheletto degli Attendoli condottiero nella guerra angioino-aragonese di Napoli (1435-1439)

Tesi di dottorato in Storia, 2006
Università di Napoli "Federico II"

Introduzione – pp. I-VI

I. UOMINI D'AFFARI E MERCANTI TOSCANI TRA SPAZIO MARITTIMO E SPAZIO URBANO

I.1 Modalità d'insediamento e organizzazione professionale – pp. 1-108.

I.1.1 Specificità della presenza. Fra *nationes* e individualità:

La tipologia di una presenza: mobilità mercantile e fenomeni di emigrazione – pp. 1-8. I 'toscani': un'identità comune? Fiorentini, pisani e lucchesi – pp. 8-27. Altrove nel Mediterraneo e nell'Europa atlantica – pp. 27-35. Quale reciprocità? I consolati dei catalani in Toscana – pp. 35-41. Organizzazione e modalità di insediamento delle 'nazioni' toscane a Barcellona – pp. 41-48. Un circuito ampio di reti informative, commerciali e di solidarietà sociale – pp. 48-53.

I.1.2 I principali operatori. Un quadro generale:

Forme associative, personale delle imprese e gestione delle procure – pp. 54-68. Società e mercanti attivi tra la fine del XIV e l'inizio del XV secolo – pp. 68-82. I protagonisti nei decenni centrali del Quattrocento – pp. 83-101. Le compagnie mediatrici fra la Toscana degli affari e il mondo catalano – pp. 101-108.

I.2 Commercio, mercato del danaro e altri negozi redditizi – pp. 109-218.

I.2.1 Commercio internazionale e specializzazione mercantile:

I beni del commercio internazionale e l'organizzazione dei trasporti – pp. 113-125. Materie prime per l'industria toscana – pp. 125-136. Il settore tessile tra pannilana e drappi di lusso – pp. 136-149. Traffico della carta e circolazione dei libri – pp. 150-158. I toscani nel rifornimento di beni provenienti da altre aree italiane – pp. 158-163. L'approvvigionamento annuario della città – pp. 163-168. La massima flessibilità nei negozi: dal commercio a lunga distanza alla vendita al minuto – pp. 168-171.

I.2.2 Mercato del danaro e diversificazione degli investimenti:

Cambi e circolazione del danaro – pp. 173-186. Il traffico e la vendita dei metalli alla zecca – pp. 186-189. Un circuito specializzato: il flusso di denaro fra gli ecclesiastici catalani e la curia romana – pp. 189-198. La differenziazione degli investimenti: titoli del debito pubblico, rendite private e appalto delle imposte – pp. 198-206. Altre operazioni finanziarie: prestiti e cambi a rischio marittimo, assicurazioni e scommesse – pp. 206-213. Transazioni basate sulla fiducia. Quali ripercussioni in caso di fallimento? – pp. 213-218.

II. L'INSERIMENTO DEL GRUPPO MERCANTILE NELLA SOCIETÀ URBANA

II.1 Le origini sociali del gruppo – pp. 219-274.

II.1.1 Uomini arrivati da fuori: da straniero a cittadino:

Le ragioni della partenza: esilio politico o convenienza economica? – pp. 219-225. Essere stranieri nella Barcellona del XV secolo: da beneficiari di privilegi a vittime delle espulsioni – pp. 225-233. I principi dell'inclusione: l'acquisizione della cittadinanza – pp. 233-237. La concessione di carte di cittadinanza – pp. 238-241. L'inserimento all'interno del nucleo urbano e il fenomeno dei *commorantes* – pp. 241-244. Investire in terreni, castelli e rendite agricole – pp. 244-248.

II.1.2 Strutture familiari e organizzazione del patrimonio. Persistenze e mutamenti:

Famiglia e gestione del patrimonio – pp. 249-253. Decidere e amministrare: i compiti del *pater familias* – pp. 253-258. Il ruolo di madri e mogli nella riorganizzazione del nucleo familiare – pp. 258-261. Nascere in una famiglia mercantile: i *filii familias* – pp. 261-264. Famiglia e impresa commerciale: quale rapporto? – pp. 264-269. Traiettorie familiari 'eccellenti' e presenze di lungo corso: i *Tecchini-Taquí* e gli *Accettanti-Setanti* – pp. 269-274.

II.2 Strategie di riproduzione e integrazione del gruppo – pp. 275-333.

II.2.1 La pianificazione delle alleanze matrimoniali:

Le alleanze matrimoniali nell'ambito più vasto delle strategie di riproduzione e integrazione dei gruppi – pp. 276-279. Matrimoni per procura: il ruolo degli incaricati *ad contrahendum matrimonium et sponsalia* – pp. 279-281. I capitoli matrimoniali nella Barcellona del XV secolo – pp. 281-284. Sulla strada dell'integrazione. Gli Accettanti – pp. 284-291. Il consolidamento della supremazia economica: Riccardo Davanzati e Eufrosina di Piero Aitanti – pp. 291-295. Legami fra 'connazionali'. Le seconde nozze di Giovanna da Farneta, vedova Aldighieri, in Pipinelli – pp. 296-298. Allearsi con l'ala riformista del ceto dirigente negli anni della guerra civile – pp. 298-301.

II.2.2 Morte, trasmissione dei beni e ultime volontà:

La composizione dei testamenti redatti a Barcellona nel XV secolo – pp. 301-306. Il destino delle questioni più care: la scelta degli esecutori testamentari e dei tutori degli eredi – pp. 307-308. I costi della sepoltura ed i lasciti pii – pp. 308-314. La nomina degli eredi universali e altri legati profani – pp. 314-320. Ultime volontà al femminile: i diritti patrimoniali delle donne – pp. 320-325. Testamento ed esecuzione testamentaria. Leonardo Gualandi: una vocazione mercantile – pp. 325-331. Eredità che arrivano da lontano – pp. 331-333.

III. LE RELAZIONI COL POTERE: STRATEGIA DI GRUPPO O INIZIATIVE PRIVATE?

III.1 La risoluzione dei conflitti – pp. 334-402.

III.1.1 Giustizia e affari:

Lo straniero di fronte alla giustizia – pp. 334-339. Il diritto mercantile e la giurisdizione del *Consolat de Mar* – pp. 339-345. Un problema di diritto internazionale: le rappresaglie – pp. 345-354. La ricerca di un accordo tra le parti attraverso l'arbitrato – pp. 354-358. Questioni di natura fiscale e altri delitti discussi nei tribunali ordinari – pp. 358-375.

III.1.2. La giustizia regia. Negozi, liti familiari e vendette:

Ottenere giustizia per via di supplica. Il ricorso all'*audiencia regia* – pp. 378-381. Amministrare i beni degli eredi: le liti in seno alla famiglia – pp. 382-389. Lo scioglimento del vincolo matrimoniale e i conflitti fra coniugi – pp. 389-397. Una vendetta interna al gruppo – pp. 397-402.

III.2. Gli uomini d'affari toscani e la Corona d'Aragona – pp. 403-478.

III.2.1 Le relazioni dei singoli con la Corona:

La concessione di salvacondotti – pp. 403-407. Le relazioni fra le istituzioni cittadine, la monarchia e l'*élite* toscana degli affari – pp. 407-413. L'intervento diretto del monarca nel rapporto con altre istituzioni – pp. 413-416. Accesso alle cariche pubbliche e carriera politica – pp. 416-421. I mercanti toscani e la regina Maria: un rapporto stretto – pp. 421-423. Prestiti, trasferimento di danaro e altri servizi: il finanziamento della campagna di conquista di Napoli – pp. 423-432. L'entrata trionfale di Alfonso il Magnanimo, un 're di pace'? – pp. 432-436.

III.2.2 Espulsioni e strategie di repressione:

Le pressioni del mondo mercantile catalano sulla Corona: l'espulsione del 1401 – pp. 437-441. Dal drappo d'oro al *dret dels italians* – pp. 441-446. Un provvedimento più drastico: la pragmatica del 1447 – pp. 446-451. «*Fiorentini, andatevene: siete nostri nemici!*» – pp. 451-457. La repressione negli anni della guerra con Firenze – pp. 458-465. Tra espulsioni e protezione municipale: i rapporti con le istituzioni locali – pp. 466-469. Le inchieste contro i pisani accusati di infrangere il divieto – pp. 469-472. Le reazioni dei mercanti fiorentini: «*Idio che può ci metta buono rimedio*» – pp. 472-478.

Conclusioni

Indice delle fonti inedite
Fonti edite e bibliografia

Elvira Vittozzi

*MICHELETTO DEGLI ATTENDOLI CONDOTTIERO NELLA GUERRA ANGIOINO-ARAGONESE DI
NAPOLI (1435-1439)*

Tesi di dottorato in Storia (XVII ciclo)

Università degli Studi di Napoli "Federico II", anni 2002-2005. Tutor: prof. Mario Del Treppo.

Esame finale: 31 gennaio 2006.

Commissione giudicatrice: prof. Paolo Frascani (Istituto universitario "Orientale" di Napoli), prof. Marco Meriggi (Università di Napoli "Federico II"), prof. Bruno Figliuolo (Università di Udine).

I volume

I. Compagnie di ventura e condottieri nel Quattrocento italiano: un bilancio storiografico

- La storiografia risorgimentale e il problema della decadenza italiana alla fine del XV secolo
- Condottieri e signori: il problema dell'assetto politico italiano
- Piero Pieri: l'incontro tra lo storico di mestiere e lo storico in divisa
- La crisi della storia militare e la storiografia etico-politica
- Le tendenze storiografiche più recenti

II. L'archivio di una compagnia di ventura

Il fondo Testatori nell'archivio della Fraternita dei Laici di Arezzo

I libri debitori .E. e .F.: caratteristiche formali e linguistiche

Il lessico delle monete nei registri

Il sistema contabile della compagnia

III. La compagnia di ventura nel regno di Napoli (mag. 1435-febbr. 1439)

L'arruolamento e le campagne militari

L'approvvigionamento e i circuiti commerciali della compagnia

I tempi e i luoghi: tabella

Cartine:

I tav.: Il viaggio della compagnia nel regno di Napoli
(mag. 1435-feb.1439)

II tav.: La campagna in Terra di Lavoro (giu.-nov. 1435)

III tav.: Spostamenti in Val di Crati (sett. 1436-sett. 1437)

Bibliografia

II volume

Criteri di edizione

L'edizione del libro Debitori .E. (1435-1437)

Indice dei nomi di luogo

Indice dei nomi di persona

Indice delle cose notevoli

III volume

L'edizione del libro Debitori .F. (1437-1439)

Indice dei nomi di luogo
Indice dei nomi di persona
Indice delle cose notevoli

ABSTRACT

La tesi di dottorato, dal titolo *Micheletto degli Attendoli condottiero nella guerra angioino-aragonese di Napoli (1435-1439)*, è composta da due parti, di cui la II comprende l'edizione di due codici cartacei del Quattrocento, tratti dall'Archivio della Fraternita dei Laici di Arezzo. La tesi è focalizzata sull'edizione del testo, un testo della massima importanza per la storia delle compagnie di ventura in Italia, e che, per molteplici aspetti, è un *unicum*.

Più di trenta anni fa Mario Del Treppo scoprì nell'archivio aretino un cospicuo fondo – una ventina di registri contabili – riferibile alla compagnia o condotta di Micheletto Attendolo, cugino del più noto Muzio Attendolo Sforza, la quale fu attiva in Italia dal 1425 al suo scioglimento nel 1448, all'indomani della sconfitta di Caravaggio. A tutt'oggi nessuno ha pensato di pubblicare qualche parte di quel prezioso fondo, perciò il lavoro è una assoluta novità dal punto di vista documentario ed editoriale. I due registri, sicuramente i più ricchi e completi del fondo, sono denominati rispettivamente libro Debitori .E. (anni 1435-1437) e libro Debitori .F. (anni 1437-1439): riguardano i debiti e i crediti degli uomini d'arme nei confronti della compagnia; ulteriore, singolare e fortunata circostanza è che i due registri coprono l'intero periodo di quattro anni (maggio 1435-febbraio 1439) corrispondente alla campagna militare di Micheletto, condottiero di parte angioina, nell'Italia meridionale.

Il testo è stato ricondotto all'area di provenienza dello scrivente – il mercante lanaiolo, e tesoriere della compagnia, Francesco di Viviano –, cioè all'area aretino-chianaiola, ma si rilevano anche tracce di dialetti parlati dai molti e diversi interlocutori con cui il Viviano veniva a contatto, stante la composizione geografica e sociale della compagnia.

Interpretando il linguaggio ambiguo delle monete e dei sistemi di conto si è tentato di dare un contributo alla sua chiarificazione. In questo stesso II capitolo, in cui si parla delle caratteristiche formali dei due registri, c'è l'analisi di tutta la tipologia delle minori scritture contabili – giornali, quaderni di spese, vacchette ecc. – che sono collegate sistematicamente al libro dei “debitori”. Emerge, dalla gestione contabile di Viviano, tutta la razionalità imprenditoriale di questo tipo di organizzazione militare. Nel III capitolo, corredato da un prospetto dei luoghi percorsi e da alcune cartine, viene ricostruito l'itinerario di Micheletto e dei suoi uomini d'arme, rilevato attraverso uno screening di migliaia di informazioni topografiche e cronologiche: veniamo così a conoscere la linea dei percorsi effettivi, riscontrati sulla carta geografica, l'ubicazione degli accampamenti, i tempi dei trasferimenti e delle soste, e le iniziative militari intraprese durante il lunghissimo “viaggio” di quasi quattro anni, secondo una tipologia che si articola in spedizioni, scorrerie, fatti d'arme, assalti e assedi di luoghi nemici.

Il I capitolo è un'analisi storiografica sul problema della compagnia di ventura in relazione al regime politico della signoria in Italia e motiva; essa apre nuove prospettive, motivando l'introduzione di nuove tipologie documentarie, come è il caso della fonte contabile, che subentra e si aggiunge alle fonti tradizionalmente usate, diplomatiche, giuridiche e narrazioni di storici del tempo.

Completa il lavoro di edizione un nutrito indice delle persone, dei luoghi e delle cose, che aiuta il lettore a trarre frutto da una fonte tanto ricca.

CURRICULUM

Elvira Vittozzi (Napoli, 1977) si è laureata in Storia medievale nel 2001 sotto la guida del prof. Mario Del Treppo. È stata borsista presso l'Istituto Italiano per gli Studi Storici a Napoli nel 2002 e ha conseguito nel gennaio 2006 il titolo di dottore di ricerca in Storia. Attualmente partecipa all'edizione dei *Dispacci sforzeschi da Napoli* e collabora con il *Dizionario Biografico degli Italiani* alla stesura delle biografie di alcuni condottieri italiani nel Quattrocento. Ha conseguito l'abilitazione all'insegnamento delle materie letterarie e del latino nei licei e negli istituti magistrali.

RM

Abstracts e Keywords

José Rivair Macedo

Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese

Medieval Studies in Brazil: a synthesis attempt

L'interesse per la storia medievale è stato suscitato in Brasile dall'insegnamento di F. Braudel, E. Coornaert e E.G. Léonard impartito presso l'Universidade de São Paulo negli anni Cinquanta del secolo scorso. Solo negli ultimi vent'anni, tuttavia, ricerche si sono sviluppate nelle università di São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fluminense. La formazione dei ricercatori è stata completata in Europa, con una forte influenza da parte della storiografia francese (Duby, Le Goff) e si è soprattutto rivolta al basso Medioevo. Tra i temi più indagati, oltre alla storia del Portogallo nei secoli XIII e XIV, speciale attenzione è dedicata alla storia delle religioni e alla storia della mentalità (anche sotto l'aspetto del suo effetto sulla cultura popolare e contadina brasiliana).

The interest for Medieval history was raised in Brazil by the teaching of F. Braudel, E. Coornaert and E.G. Léonard at the Universidade de São Paulo in the 1950s. Only on the last twenty years, however, researches have developed in the universities of São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fluminense. The formation of the researchers is completed in Europe, with a strong influence of French historiography (Duby, Le Goff) and is mainly focused on the Later Middle Ages. Among the most investigated themes, besides history of Portugal in the thirteenth and fourteenth centuries, special attention is given to the history of religion and to the history of mentality (under the point of view of its effect on Brazilian popular and peasant culture as well).

Keywords: Middle Ages; 5th-15th Centuries; Historiography; Brazil; France

Paolo Evangelisti

Mercato e moneta nella costruzione francescana dell'identità politica. Il caso catalano-aragonese

Market and currency in the Franciscan construction of political identity. The Catalan-Aragonese case

La testualità francescana di area catalano-aragonese è una fonte importante del discorso politico e della costruzione delle identità comunitarie. Tra gli aspetti più significativi emerge il discorso sul valore e la funzione della moneta. Sin da Arnau de Vilanova la moneta esprime, e veicola, la forza e l'identità di una comunità politica. Attraverso di essa si viene a definire il ruolo degli attori economici, civili e politici agenti negli spazi comunitari. Si mette anche in discussione un assunto storiografico secondo cui «la costellazione dei concetti della modernità politica irrompe dalla denegazione di ciò che l'aveva preceduta». Se questa argomentazione sostiene che il lemma

e la nozione di «contratto», definitosi da Hobbes, è il «luogo genetico» della modernità, resta irrintracciabile la cesura con il “non moderno”. Nel rapporto che connette *fides*, moneta e identità nei testi medievali francescani che progettano comunità di *cives-fideles* lo spazio comunitario diviene infatti arena pubblica e legale, istituzionalizzandosi. E nello spazio del mercato, costitutivo di quello comunitario, convergono volontà diverse che contrattano ambiti e limiti di sovranità economiche e finanziarie, ma altrettanto consapevolmente politiche.

The Franciscan textuality of Catalan-Aragonese area is an important source of the political discourse and of the construction of community identities. Among the most significant aspects emerge the discourse about the value and function of money. Since Arnau de Vilanova the currency expresses and conveys the strength and identity of a political community: through it is to define the role of economic, civil and political agents in community areas. It also puts into question an historiographical assumption: «the constellation of concepts of political modernity erupts from the denial of what had preceded it». If this argument asserts that the lemma and the concept of «contract», defined since Hobbes, is “the genetic location” of modernity, remains untraceable the break with the “not modern”. In the relationship that connects *fides*, money and identity in medieval Franciscan texts that design communities of *cives-fideles*, the community space becomes public and legal arena, institutionalized. And in the space of the market, constitutive of the space of the community, different wills converge negotiating areas and limits of economic and financial sovereignties, but equally conscious political ones.

Keywords: Middle Ages; 13th-15th Centuries; Catalonia; Aragon; Franciscans; Market; Currency

Paola Guglielmotti

Introduzione

Introduction

Introduzione a *Distinguere, separare, condividere. Confini nelle campagne dell'Italia medievale*, a cura di Paola Guglielmotti

Introduction to *Borders in the countryside of medieval Italy: distinguishing, separating, sharing*, ed. by Paola Guglielmotti

Keywords: Middle Ages; 5th-15th Century; Italy; Territory; Borders; Boundaries; Historiography

Giuseppe Albertoni

Inter duos fluvios: il praedium Ueldes e le origini della signoria territoriale dei vescovi di Bressanone a Bled, nella marca Creina

Inter duos fluvios: the praedium Ueldes and the origins of the territorial lordship of the bishops of Brixen in Bled, in the mark Creina

A partire dall'età ottoniana, alcune sedi vescovili del regno teutonico ottennero importanti beni fondiari e diritti signorili in Carniola, nelle Alpi orientali, al fine di garantire un controllo imperiale, sia pur indiretto, sulle regioni poste ad terminos Sclavorum. In questo contesto Albuin, vescovo di Sabiona-Bressanone, nel 1004 ottenne dall'imperatore Enrico II il praedium Ueldes, presso l'odierna città slovena di Bled, attorno al quale nel corso del secolo XI i vescovi di Bressanone acquisirono in modo mirato beni e diritti, come il banno di caccia, in una sorta di work in progress che permise loro la costruzione di una signoria bannale gradualmente sempre più compatta e meglio definita, che aveva il suo fulcro nel castellum di Bled ed era nettamente delimitata verso nord-est e sud-est dal corso dei due rami del fiume Sava e dal torrente Tržiška Bistrica, mentre verso ovest era racchiusa in modo meno definito dalle Alpi Giulie. Questi confini, con qualche marginale aggiustamento, circoscrissero la signoria brissinese di Bled sino all'età napoleonica, quando gran parte delle proprietà della Chiesa di Bressanone fu secolarizzata.

Dating from the Ottonian age, some bishoprics in the German kingdom were given large land estates and lordship rights in Carniola, a territory in the Eastern Alps, with the aim of granting imperial control, even if indirectly, on the areas *ad terminos Sclavorum*. In this contest Albuin, the bishop of Sabiona-Brixen, obtained in 1004 by Emperor Henry II the *praedium Ueldes*, near the present Slovenian town of Bled. Around this *praedium* during the 11th century the bishops of Brixen acquired selected goods and rights, such as the hunting *bannum*, in a sort of work in progress allowing them the building up of a *bannum* lordship that became more and more compact and defined. It had its centre in the *castellum* of Bled and had neat North and West boundaries: its North-Eastern and South-Eastern limits were the two branches of the river Sava and of the torrent Tržiška Bistrica, while on the Western side less neat limits were the Julian Alps. The boundaries of the Brixen lordship of Bled remained more or less the same till the Napoleonic age, when most of the estates of Brixen Church became state properties.

Keywords: Middle Ages; 10th-11th Century; Alps; Carniola; Bressanone; Territory; Lordship; Borders

Renato Bordone

***“Promiscuità territoriale” e delimitazione del confine in Piemonte.
Il caso di Piovà Massaia e Cerreto d’Asti***

“Territorial promiscuity” and border demarcation in Piedmont. The case of Piovà Massaia and Cerreto d’Asti

Il rapporto fra una comunità organizzata in forma amministrativa stabile e il suo territorio di insediamento e di sfruttamento delle risorse locali non sempre risulta essere indiscutibilmente biunivoco. Vengono presi in esame alcuni casi piemontesi che illustrano la persistenza di situazioni di ascendenza medievale le cui conseguenze incidono ancor oggi sugli assetti amministrativi: in particolare la lite confinaria fra Cerreto d’Asti e Piovà Massaia, generata dalla lunga durata di una situazione di «finaggio promiscuo» fra i due territori. All’origine entrambe le località appartenevano a un unico distretto ecclesiastico-politico (la pieve di Mairate) sul cui territorio insistevano indifferentemente le loro comunità; nonostante si affermasse in età moderna una più definita individuazione territoriale da parte di ciascuna, rimasero (e rimangono) fasce di ambigua attribuzione. La lite odierna costituisce dunque il relitto inconsapevole di un ordinamento territoriale risalente al medioevo che oggi si contrappone a un modello di tipo diverso, universalmente adottato: emergono così due possibilità alternative – originariamente non conflittuali fra loro – di instaurare il rapporto fra comunità e risorse territoriali, la compresenza e l’esclusività.

The relationship between a community organized in an established administrative structure and the surrounding territory and its exploitable resources is not always definitely biunique. We will discuss some cases in Piedmont, illustrating the persistence of situations dating back to the Middle Ages that still affect the administrative structures. Particular attention will be given to the boundary dispute between Cerreto d’Asti and Piovà Massaia, originating from a long-lasting condition of uncertain boundaries between the two territories. Originally, both villages were part of one ecclesiastical-political district (the Mairate parish church), with no territorial divisions. In the Modern Age each of them achieved a more defined territorial status; yet, there remained (and still remain) areas of uncertain attribution. The dispute that is now in progress is the heritage of a territorial organization dating back to the Middle Ages, at present opposing a different, universally adopted model. Thus two alternatives – originally not in contrast – emerge: either sharing the territorial resources or exploiting them in an exclusive way.

Keywords: Middle Ages; Modern Age; Piedmont; Territory; Rural Communities; Parish; Borders

Donata Degrassi

Dai confini dei villaggi ai confini politici. L'area friulana nel tardo medioevo

From village borders to political borders. The Friuli area in the late Middle Ages

Il saggio effettua una prima analisi sui processi di definizione confinaria nell'area friulana nei secoli XIII-XV, a partire da un ampio spoglio di documenti editi e inediti. La ricognizione ha condotto a individuare due fasi, che sembrano presentare caratteristiche parzialmente diverse: un periodo, che si colloca tra il Duecento e il pieno Trecento, in cui sono presenti soprattutto controversie relative alla definizione dei confini tra comunità di villaggio, in un'ottica che sembra soprattutto di affermazione dell'identità collettiva e di riconoscimento dell'ambito territoriale proprio rispetto alle comunità confinanti. Nella successiva fase, che decorre dal terzo decennio del Quattrocento, si assiste un generalizzato moltiplicarsi delle contese confinarie in generale, e di quelle tra comunità e signori in particolare. Ciò pare legato, da un lato, agli strascichi di decenni di guerre, epidemie, devastazioni e abbandoni dei coltivi che avevano stravolto il quadro insediativo nelle campagne, non meno che al cambio di sovranità istituzionale e allo scatenarsi dei processi di costruzione delle giurisdizioni territoriali da parte dei signori. Il problema delle delimitazioni confinarie assume dunque, in questo periodo, una declinazione diversa, in cui si inseriscono anche controversie "di frontiera" in senso stretto nei confronti di quelle formazioni che fanno capo a una diversa sovranità territoriale e di cui si analizza una vicenda particolare, ma assai emblematica, che riguarda le confinazioni tra Pordenone e Zoppola. Il ricco materiale processuale, esaminato su tutto l'arco cronologico considerato, permette infine di trarre qualche osservazione riguardo il ruolo degli esperti del diritto e dei testimoni nell'ambito dei processi confinari.

This paper carries out a preliminary analysis on the processes of boundary definition in the Friuli area in the 13th-14th centuries, starting from a wide scrutiny of published and unpublished documents. The survey led to the individuation of two phases that seem to have partially different characteristics. In the first period, between the 13th and the 14th centuries, disputes mainly concern the definition of boundaries between village communities, and seem mainly to have aimed at affirming a collective identity and at stating the territorial ambit of a community in opposition to neighbouring communities. A later phase, since the third decade of the 15th century, shows an increasing amount of boundary disputes in general, and chiefly of the ones between communities and lords. This seems to be connected on one side to the consequences of decades of wars, epidemics, devastations and neglect of the cultivated lands that had upset the settlement framework of the countryside, and on the other side to the changes in institutional suzerainty and to the breaking out of the construction of territorial jurisdictions

by the lords. The problem of boundary limits thus acquires in this period a different connotation, including also border disputes against those formations subjected to a different territorial suzerainty: we discuss here a peculiar and very significant event, concerning the boundary limits between Pordenone and Zoppola. The large amount of documents about the processes analysed for the period we are dealing with in this paper allows us to draw some conclusions on the role of jurists and witnesses in the field of processes for boundary disputes.

Keywords: Middle Ages; 13th-15th Centuries; Friuli; Territory; Rural Communities; Lordship; Borders

Tiziana Lazzari

La creazione di un territorio: il comitato di Modena e i suoi “confini”

The creation of a territory: the comitatus of Modena and its “borders”

Fonte principale del contributo è il placito di Cinquanta, della fine del secolo IX: se ne rilegge il testo, non come “attestazione” bensì come “modifica-zione” della situazione territoriale che descrive, ossia il comitato di Modena, accogliendo in tal modo una precisa indicazione teorica di Angelo Torre. In questo modo si torna ad affrontare da una prospettiva diversa il problema dei cosiddetti distretti minori nell’organizzazione del territorio padano in epoca carolingia: i fines e i castra attestati nel IX-X secolo appaiono, rieinterpretati secondo queste logiche, estranei a una concezione territoriale della giurisdizione; non sembrano avere confini lineari ma piuttosto confini determinati dalle collettività che vi operavano e dalla collocazione geografica dei beni che loro appartenevano.

The main source of this essay is the placitum of the village of Cinquanta, dating at the end of the ninth century. The text of the placitum has been read not as an ‘attestation’ but as a ‘modification’ of the territorial situation described in it (the Modena comitatus), thus recepting a clear theoretical suggestion of Angelo Torre. The problem of the so called minor districts in the organization of the Po territory in the Carolingian age has thus been approached from a different point of view: the fines and castra existing in the ninth and tenth centuries, when considered according to this view, look like having no bearing on a territorial idea of jurisdiction; they seem to have had boundaries established by the communities and by the geographic location of their possessions rather than neat boundaries.

Keywords: Middle Ages; 9th-10th Century; Modena; Rural Communities; Borders

Vito Lorè

La Trinità di Cava nel 1111. Soluzione di conflitti e definizione di un confine*Trinità di Cava in 1111. Conflict resolution and definition of a border*

All'inizio del secolo XII i duchi di Puglia e i signori di Nocera nel giro di pochi anni posero fine a un periodo tumultuoso e ridisegnarono l'assetto dei poteri nell'area a Nord di Salerno. La Trinità di Cava fu il punto attorno al quale si cristallizzarono i nuovi equilibri. Confermando una già chiara vocazione a mediare nei conflitti fra i poteri laici, la Trinità orientò in proprio favore gli accordi fra le parti con l'esborso di grandi quantità di moneta. Ottenne così il possesso di un importante castello e di tutte le terre che i contendenti avevano all'interno di una vasta zona, delimitata in quell'occasione da un confine preciso. Lo spazio così creato, privo di difese militari nella sua parte settentrionale, non era però in quel momento un territorio signorile, né uno spazio immune; era piuttosto un'area di compensazione, che impediva il contatto fra le due potenze rivali. Soltanto diversi decenni dopo, quando l'area di Cava non era più posta alla frontiera fra domini diversi, la Trinità se ne appropriò, edificandovi nuove fortificazioni e volgendo la propria presenza in senso signorile.

At the beginning of the 12th century, in the course of a few years, the dukes of Puglia and the lords of Nocera put an end to a period of contrasts and redrew the map of powers in the area North of Salerno. The Trinità di Cava became the core of this new balance. Confirming its already evident inclination to act as a mediator in the conflicts between secular powers, the Trinità directed the agreements between the parts to its advantage through the payment of large amounts of money. Thus, it came into possession of an important castle and of the whole of the land of the involved parties inside a large area, delimited on in this occasion by neat boundaries. However, such area, lacking military defences in its Northern part, at the time was neither a territory subjected to a lordship nor a free space; it was, rather, a compensation area, avoiding contacts between the two rival powers. Only several decades later, when the Cava area was no more a borderland between different rules, the Trinità got hold of it and built up new fortifications, thus giving its presence in the area a lordship character.

Keywords: Middle Age; 11th Century; Salerno; Territory; Monastery; Lordship; Borders

Paolo Marchetti

Spazio politico e confini nella scienza giuridica del tardo medioevo
Political space and boundaries in the late medieval juridical science

In quello che Paolo Grossi chiama il medioevo sapienziale i giuristi si impegnano a definire una serie di regole tese alla composizione delle contro-

versie di confine: non ci sono infatti testi normativi precostituiti che le definiscano. Il *Corpus Iuris* si occupa, quasi esclusivamente, della conflittualità confinaria tra privati. Quando il richiamo ai testi del diritto romano viene effettuato serve solo per conferire 'autorevolezza' a soluzioni che assai spesso si fondano su pratiche di composizione legate alla prassi. Le regole elaborate dai giuristi medievali trovano così la loro formalizzazione sul piano del diritto, ma rinviano a un modo di vivere i confini tra comunità legato agli spostamenti, alle abitudini, alle comuni necessità esistenziali. D'altra parte l'esistenza di demarcazioni nette (che pure esistono) rinvia non tanto a una pretesa politica esclusiva e totalizzante, quanto piuttosto all'esercizio di diritti e prerogative determinati.

In what Paolo Grossi calls «the sapiential Middle Ages» jurists engaged themselves in defining a set of rules aiming at the settlement of boundary disputes, which previously were not established by any normative text. The *Corpus Iuris* concerns nearly exclusively boundary disputes between private individuals. References to texts of the Roman law were meant to give 'authority' to resolutions often based upon customary praxis. The norms elaborated by Middle Ages jurists are thus given a formal legal shape; yet, they are linked to a perception of the boundaries between communities that was affected by the displacements, the customs, the common needs of everyday life. On the other side the existence of actual neat demarcations was linked to the exertion of certain rights and privileges rather than to an exclusive and absolute political claim.

Keywords: Middle Ages; 5th-15th Century; Europe; Italy; Law; Customs; Community; Territory; Borders; Boundaries

Alberto Onori

Organizzazione e controllo di un territorio medievale. Controversie di confine in Valdinievole alla fine del Duecento

Organization and control of a medieval territory. Border disputes in Valdinievole in the late 13th century

Il lavoro è basato su alcune pergamene della seconda metà del secolo XIII, provenienti soprattutto dall'Archivio diplomatico custodito nell'Archivio di Stato di Firenze e dalla Sezione di Archivio di Stato di Pescia, e sul *Liber censuum Communis Pistorii*. Questa documentazione copre un'area fortemente omogenea, cioè la porzione nordoccidentale della Valdinievole (situata fra le città di Lucca e Pistoia) che all'altezza cronologica interessata è sotto il dominio di Lucca – in fase di ultimazione e consolidamento della propria espansione territoriale – ed è organizzata dal punto di vista amministrativo in Vicaria. La ricerca ha consentito innanzitutto di ricostruire una vera e propria galleria di esempi delle modalità con cui sono state affrontate le controversie confinarie. Nel contempo si è potuto gettar luce sulle strutture di amministrazione

e di gestione delle risorse collettive in Comuni di castello che, senza essere città, si organizzano e strutturano in modo assai simile a quello delle città; si è osservato uno spaccato della politica di organizzazione territoriale di una zona periferica di alto valore strategico a copertura del fianco orientale del dominio lucchese; sono emersi alcuni aspetti del potere cittadino su comunità e aree soggette.

This study is based on a number of parchments dating from the second half of the 13th century, mostly from the Archivio diplomatico in the State Archive of Florence and from the State Archive Section of Pescia, and on the *Liber censuum Comunis Pistorii*. These documents concern a highly homogeneous area, i.e. the North-Western part of the Valdinievole (the valley between the towns of Lucca and Pistoia), an area that at the time was under the rule of Lucca (that was completing and steadying its territorial expansion) and was administratively organized as a "Vicaria". The research has above all allowed the building up of a set of examples of the ways of facing boundary disputes. At the same time, it has enlightened the administrative and management structures of the common resources in the 'castle communes' that, even if they are not towns, yet organize and structure themselves in a way very similar to that of towns; we have seen a specimen of the policy of territorial organization of a high-strategic periphery zone, protecting the Eastern side of the area dominated by Lucca. Some aspects of the town ruling on subjected communities and areas have also emerged.

Keywords: Middle Ages; 13th Century; Tuscany; Valdinievole; Lucca; Territory; Rural Communities; Borders

Paolo Pirillo

Fines, termini et limites. *I confini nella formazione dello Stato fiorentino*

Fines, termini et limites. Boundaries in the formation of the Florentine state

I confini nella formazione dello Stato fiorentino. Nel processo di crescita e di maturazione dello Stato fiorentino, a partire almeno dalla fine del XIII secolo, l'attenzione nei confronti dei confini andò sempre più realizzandosi attraverso l'accentuazione dei caratteri di linearità delle demarcazioni, in netto contrasto con la dimensione zonale degli spazi confinati: per questo, laddove possibile, i confini sarebbero stati identificati con un tracciato stradale. Firenze andò affermando i limiti del proprio dominio con le altre realtà giurisdizionali, istituzionali e politiche circostanti, giungendo a ricercarne una legittimazione poi tradotta con precisione sul terreno e possibilmente concertata, come dimostrano i due accordi trecenteschi tra Firenze e il Comune bolognese qui presi in considerazione. La linea di condotta adottata dal Comune fiorentino in materia di tracciamento delle linee di confine con l'esterno sembra essere applicata come metodo anche all'interno del *comitatus*

cittadino. Qui, l'espansione comunale aveva infatti lasciato pressoché intatte le ripartizioni territoriali preesistenti (comuni, plebati, ecc.) adeguandovi le esigenze istituzionali, amministrative, giurisdizionali comunali: sostanzialmente un disegno che doveva essere preservato e migliorato. Così, sempre più spesso – come nel caso del 1338 concernente due comunità vicine a Firenze qui illustrate – una precisa terminazione tracciata sul territorio si traduceva non solo nel tentativo di cancellare localmente un contenzioso tra *universitates* limitanee, ma anche in una garanzia per lo stabile assetto dell'intera organizzazione territoriale fiorentina.

In the growth and development of the Florentine State, since the end of the thirteenth century at least, the increasing attention towards boundaries is proved by the more marked linear character of the limits, in opposition to the zonal dimension of boundary spaces: thus, where it was possible, boundaries would be identified with the course of a road. Florence was claiming the extension of its dominion in front of the surrounding jurisdictional, institutional and politic situations, aiming at a legitimation that found its actual expression on the ground and that, when possible, was the result of mutual agreements, as we see from the two fourteenth century agreements with the Commune of Bologna we analyse here. The conduct adopted by the Florentine Commune in the mapping out of the outer boundaries seems to have been applied inside the town *comitatus* as well. In this area the communal expansion had left the pre-existing territorial divisions (communes, plebati etc.) nearly unchanged, adjusting the communal institutional, administrative and jurisdictional exigencies to them: it was basically a design that had to be preserved and improved. Thus, more and more frequently – as in the 1338 case we analyse here, concerning two communities near Florence – a neat delimitation drawn out on the ground was both an attempt to get over local quarrels with neighbour *universitates* and a guarantee for a stable lay out of the Florentine territorial organization as a whole.

Keywords: Middle Ages; 13th-14th Century; Tuscany; Florence; State; Rural Communities; Territory; Borders

Luigi Provero

Una cultura dei confini. Liti, inchieste e testimonianze nel Piemonte del Duecento

A culture of the boundaryers. Litigation, investigations and testimony in Piedmont during the 13th century

L'analisi delle dinamiche territoriali che si sviluppano attorno ad alcuni villaggi del Duecento piemontese mette in luce una cultura politica che concepisce il territorio come uno spazio fittamente intessuto di azioni, pertinenze, diritti e pretese. In questo quadro i processi di formazione e di divisione delle comunità danno vita a nuovi confini, che tuttavia non possono essere visti

come linee semplici che separino in modo totale ed esclusivo due comunità; si tratta invece di confini complessi e specifici, che delimitano singoli diritti e singole pratiche d'uso del territorio.

The analysis of territorial dynamics around some piedmontese villages of the XIIIth century, shows a political culture conceiving the territory as a space densely interwoven of actions, competences, rights and claims. In this context, processes of community formation and division create new borderlines, that nevertheless cannot be seen as simple lines dividing two communities in a total and absolute way; they are instead complex and specific borderlines, dividing specific rights and specific territorial uses.

Keywords: Middle Ages; 13th Century; Piedmont; Territory; Rural Communities; Borders

Igor Santos Salazar

Castrum Persiceta. Potere e territorio in uno spazio di frontiera dal secolo VI al IX

Castrum Persiceta. Power and territory in a border area, 6th-9th century

Si intende interpretare, partendo dagli spunti offerti dalla recente storiografia sulla nozione di confine, il territorio di frontiera tra il *regnum Langobardorum* e l'Esarcato bizantino d'Italia: oggetto della ricerca è il gruppo di *castra* emiliani a ridosso delle terre del *regnum* citati dalle fonti nel secolo VIII, e in modo particolare l'esempio offerto dal *castrum Persiceta*. L'analisi chiarisce come la frontiera costituisse un ambito di confine labile, un'area di separazione politica, e cerca di offrire una lettura che, attraverso l'analisi dei processi di lunga durata, metta in evidenza la specificità dei *castra* quali unità di inquadramento della popolazione e quali sedi d'interlocazione tra poteri locali e strutture politiche centrali nei secoli V-IX.

Starting from the suggestions coming from recent historical studies on the concept of border, we mean to analyse the border area between the *regnum Langobardorum* and the Byzantine Exarchate in Italy. The subject of the research is the group of *castra* in the Emilia region along the territories of the *regnum* mentioned in the sources in the 8th century, and mainly the *castrum Persiceta*. The analysis shows how the frontier were an uncertain bordering ambit, an area of political separation, and tries offering an interpretation that, through the analysis of long term processes, points out the specificity of *castra* as framework units for the population and media between local powers and central political structures in the period from the 5th to the 9th century.

Keywords: Middle Ages; 6th-9th Century; Emilia; Territory; Castle; Borders; Frontiers

Gian Maria Varanini

L'invenzione dei confini. Falsificazioni documentarie e identità comunitaria nella montagna veneta alla fine del medioevo e agli inizi dell'era moderna

The invention of borders. Documentary falsification and community identity in the mountains of the Veneto in the late medieval and early modern period

Alla fine del Quattrocento e nel Cinquecento, i comuni alloglotti della montagna veronese (detti più tardi «Tredici Comuni») e della montagna vicentina («Sette Comuni») fabbricarono una lunga serie di documenti falsi, attribuiti all'epoca di Cangrande della Scala (anni '20 del Trecento), con l'obiettivo di definire sul terreno i confini del proprio territorio, usurpando pascoli e boschi appartenenti ad enti e proprietari delle città di Verona e Vicenza oppure ai signori e alle comunità della Vallagarina e della Valsugana soggette all'impero asburgico. La ricerca analizza, comparativamente, i due casi, profondamente diversi tra di loro. Nella montagna veronese, infatti, l'insediamento umano e la creazione di comunità organizzate fu molto tarda, e si concretizzò solo nel Trecento e nel Quattrocento; nella montagna vicentina invece le comunità rurali si organizzano precocemente, e soprattutto ha una notevole importanza, in questo caso, il confine 'interstatale' tra il territorio vicentino e il territorio feltrino, e successivamente tra il territorio vicentino e l'impero asburgico, che dagli inizi del Quattrocento controlla la Valsugana. La ricerca discute infine l'atteggiamento del governo veneziano, che deliberatamente accetta, per motivazioni politico-strategiche, questi "confini inventati".

At the end of the fifteenth century and in the sixteenth century the non-Italian speaking communes of the Veronese mountains (later called «Tredici Comuni») and of the Vicentine mountains (later called «Sette Comuni») made up a large number of faked documents, dating at the age of Cangrande della Scala (the 20s of the fourteenth century) with the aim of establishing the boundaries of their territory, usurping pastures and forests belonging to institutions and citizens of Verona and Vicenza, or to the lords and the communities of the Vallagarina and the Valsugana subject to the Habsburg Empire. The research carries out a comparative analysis of these two largely different cases. In the Veronese mountains, in fact, human settlements and the creation of organized communities date only from the fourteenth and the fifteenth centuries, while the rural communities of the Vicentine mountains had long since established; in the case we analyze here, of particular importance is the 'inter-state' boundary between the territory of Vicenza and the territory of Feltre, and later between the territory of Vicenza and the Habsburg Empire, whose rule upon the Valsugana dates from the beginning of the fifteenth century. The research also discusses the attitude of the Venetian government, and its purposely acceptance, owing to political-strategic reasons, of these 'invented boundaries'.

Keywords: Middle Ages; 14th-16th Century; Veneto; Territory; Borders

Paolo Cammarosano

Lettura

A reading

L'autore sottolinea la forte eterogeneità e una tonalità di fondo dei contributi raccolti nella sezione monografica *Distinguere, separare, condividere: confini nelle campagne dell'Italia medievale*, curata da Paola Guglielmotti; propone considerazioni di metodo e chiarisce le connessioni tra aree tematiche e scala d'indagine.

The author emphasizes the strong heterogeneity and an underlying tone of the contributions collected in the monographic section *Distinguere, separare, condividere: confini nelle campagne dell'Italia medievale*, ed. by Paola Guglielmotti; proposes considerations of method and specifies the connections between thematic areas and scale of the investigation.

Keywords: Middle Ages; Early Modern; Italy; 5th-16th Century; Historiography; Borders



**Presentazione, Redazione,
Referees**

Presentazione

Come per le altre sezioni di RM, tutti i testi destinati a RM Rivista, la cui Redazione coincide con la Redazione del sito, sono vagliati (*peer-reviewed*) da lettori individuati nell'ambito dei Corrispondenti (Corrispondenti), di un *Referee board* indipendente (Referee board) o di altri competenti ancora: ciascun testo, dopo essere stato reso anonimo, è sottoposto a un vaglio critico da parte di due o più *referees* che resteranno anonimi per l'autore e sconosciuti agli altri referees scelti per quel testo. Il Direttore responsabile di Rivista, così come di tutta RM, è Andrea Zorzi, coordinatore fino al 2005/1; sono attualmente coordinatori Paola Guglielmotti e Gian Maria Varanini.

La denominazione RM Rivista richiama solo per analogia il tradizionale strumento di comunicazione della produzione scientifica. Essa non imita né traduce in termini telematici la struttura dei periodici a stampa, ma è uno strumento specificamente pensato per valorizzare alcune caratteristiche delle nuove tecnologie di comunicazione: nell'ambito di una relativa economicità di produzione e di distribuzione, la facilità di accesso e l'ubiquità della diffusione si prestano a favorire la tempestività di aggiornamento, la flessibilità di formato, l'ipertestualità di linguaggio, la multimedialità di edizione, l'interattività di fruizione e l'agevole riproducibilità.

RM Rivista si articola in varie "rubriche:

- **Interventi:** brevi saggi critici o testi che pongono un problema storiografico, di ricerca, o prendono le mosse da un'opera recente, o pongono problemi di politica culturale ed editoriale, e sono finalizzati alla discussione scientifica aperta a ulteriori contributi dei lettori in eventuali "forum". La rubrica inoltre intende recuperare e rendere pubblici tempestivamente testi e materiali generati da seminari e workshop per evitare la dispersione
- dei frutti di riflessioni e ricerche di prima mano.
- **Saggi:** testi di ricerca e di bilancio di tipo tradizionale che costituiscono un patrimonio originale di RM.
- **Materiali:** rassegne bibliografiche o documentarie, presentazioni di lavori in corso o di riflessioni compiute nel corso della ricerca. Accanto a questi materiali, che RM rende possibile diffondere con tempestività, si intende raccogliere e recuperare quel patrimonio di idee e di spunti elaborati nelle fasi preparatorie di progetti, incontri, pubblicazioni, che spesso va per-

duto perché poi rielaborato o considerato residuale e che merita invece di circolare proprio per il suo carattere di “opera aperta”.

- Archivi: corpi organici di testi documentari o di dati da essi ricavati, strutturati in archivi specializzati, generati da ricerche compiute o in corso. Più che all'accumulo di fonti, la rubrica mira a proporre e sperimentare nuove forme di presentazione delle ricerche condotte su grandi complessi documentari.
- Ipertesti: è la rubrica più legata alle potenzialità innovative dei nuovi mezzi di comunicazione; contiene analisi ipertestuali di fonti, di testi, nuove forme di presentazione di complessi documentari o esperimenti di
- costruzione di ipertesti su argomenti medievistici e intende contribuire a esemplificare le trasformazioni che i nuovi strumenti possono indurre nel linguaggio della ricerca. Una parte della sezione potrà contenere riflessioni sulle nuove forme di testualità.
- Atti: la rubrica è stata chiusa in fase di riorganizzazione del sito: i suoi contenuti sono stati trasferiti in E-book per quanto riguarda i due Quaderni che raccolgono atti di convegni.
- Recensioni: il moltiplicarsi di siti *web* e di pubblicazioni digitali di argomento medievistico di varia natura e livello rende necessario in maniera crescente affrontare il problema della segnalazione e della valutazione
- critica di singoli siti o di gruppi di pagine *web* dedicate agli studi medievali e alle applicazioni delle nuove tecnologie alle discipline umanistiche.
- Bibliografie: pubblica raccolte di indicazioni bibliografiche, organizzate per temi specifici, che possono avere carattere di bilancio o di aggiornamento *in progress* e che rispecchiano i percorsi della ricerca di specialisti di diversi ambiti tematici.
- Schedario: la rubrica dà notizia delle tesi di dottorato, delle risorse digitali, di libri, riviste e vetrine editoriali.
- A differenza delle riviste cartacee, RM Rivista non pubblica resoconti di convegni, che possono essere reperibili nella sezione Calendario del sito (Calendario), sotto le rispettive segnalazioni dei convegni.

Outline

The texts for RM Rivista, like all the contributions to RM, which share the same Board of Editors, are peer reviewed by reviewers chosen among an independent Referee board, the Corrispondenti or other experts; all texts, anonymous, undergo a critical evaluation on the part of two or more referees, unknown both to the author of the text and to the other reviewers. Andrea Zorzi is the present Editor of both RM and RM Rivista; the latter has coordinated from 2000 to 2005/1. Since 2005/2 RM Rivista is coordinated by Paola Guglielmotti e Gian Maria Varanini.

In its title, RM Rivista reminds only by analogy the traditional communication instrument of scientific production. RM Rivista is neither an imitation nor a translation into computer technology of the structure of a printed magazine; instead, it is an appointed instrument apt to emphasize some characteristics of the communication technologies; exploiting the comparative cheapness in the production and issuing, the accessibility and the widespread of the circulation, it suits a fast updating, a flexible format, a hypertext language, a multimedia edition, an interactive usage and an easy reproduction.

RM Rivista is issued twice a year; it is organized into various sections:

- Interventions: short critical essays or texts dealing with an historiographical or research problem, or moving from a recently published work, or discussing problems of cultural politics and publishing; they aim at a scientific discussion open to further contributions from the readers in possible forums. Among the purposes of this section there is also the prompt collection and publication of texts and materials produced in seminars and workshops in order to avoid the waste of the first-hand results of observations and researches.
- Essays: traditional research and evaluation texts; they are an original patrimony of RM.
- Materials: bibliographical and documentary reviews, outlines of works in progress or of observations arisen in the course of a research. Besides these materials, promptly issued by RM, we aim at collecting the ideas and suggestions elaborated in the preparatory phases of projects, conferences and publications: such a patrimony often gets lost as it undergoes subsequent reworking or is considered of minor importance; on the contrary, it deserves to be known just because of its nature of "open work".

- Archives: organic corpuses of documentary texts or of data drawn from them, structured into specialized archives, originating from concluded or ongoing researches. This section aims less at the accumulation of sources than at proposing and experiencing new forms of presentation of the researches carried on on large documentary sets.
- Hypertexts: this section is the most closely connected with the innovative potentials of the new communication tools; it contains hypertext analysis of sources, texts, new forms of presentation of documentary sets or experiments of building hypertexts on medieval history subjects. It aims at illustrating how the new tools may influence the research language. One area of this section may be devoted to observations on the new forms of the text.
- Proceedings: this section has been closed while reorganizing the site, and the two Quaderni/Books in which the proceedings were collected have been transferred to E-book.
- Reviews: the increasing number of websites and computer publications on mediaeval matters, and the differences in their nature and level, require a critical report and evaluation both on such sites and publications and on the use of the new technologies in humanistic disciplines.
- Bibliographies: this section publishes sets of bibliographical references centred upon specific subjects; such sets may be definite or updating; they reflect the paths of the researches of scholars in different thematic fields.
- Catalogue: at present this section is devoted only to the updating concerning the doctorate research dissertations (with abstract, indexes and a biographical note on the author) and digital resources; the area concerning books, magazines and the publishing showcase has been closed while reorganizing the site (2006).
- Unlike paper magazines, RM Rivista does not publish reviews on conferences; they may be found in the Calendar section of the site (Calendario) where the conference is mentioned.

Redazione

Associazione culturale Reti Medievali

Claudio Azzara, *Università di Salerno*
Pietro Corrao, *Università di Palermo*
Roberto Delle Donne, *Università di Napoli Federico II*
Stefano Gasparri, *Università di Venezia*
Paola Guglielmotti, *Università di Genova*
Gian Maria Varanini, *Università di Verona (Presidente)*
Andrea Zorzi, *Università di Firenze (Direttore responsabile)*

Redattori

Claudio Azzara, *Università di Salerno*
Marco Bettotti, *Università di Trento*
Luigi Canetti, *Università di Bologna*
Guido Castelnuevo, *Université de Savoie Chambéry*
Pietro Corrao, *Università di Palermo*
Nadia Covini, *Università di Milano*
Nicolangelo D'Acunto, *Università Cattolica di Brescia*
Roberto Delle Donne, *Università di Napoli Federico II*
Amedeo De Vincentiis, *Università della Tuscia di Viterbo*
Laura Gaffuri, *Università di Torino*
Stefano Gasparri, *Università di Venezia*
Marina Gazzini, *Università di Parma*
Paola Guglielmotti, *Università di Genova*
Tiziana Lazzari, *Università di Bologna*
Isabella Lazzarini, *Università del Molise*
Francesco Panarelli, *Università di Potenza*
Enrica Salvatori, *Università di Pisa*
Raffaele Savigni, *Università di Bologna*
Gian Maria Varanini, *Università di Verona*
Andrea Zorzi, *Università di Firenze*

Redattori corrispondenti

Enrico Artifoni, *Università di Torino*
Ingrid Baumgärtner, *Universität Kassel*
Horacio Luis Botalla, *Universidad de Buenos Aires*
François Bougard, *Université Paris X - Nanterre*
Monique Bourin, *Université Paris 1, Panthéon-Sorbonne*
Sandro Carocci, *Università di Roma "Tor Vergata"*
Adele Cilento, *Università di Firenze*
William J. Connell, *Seton Hall University, New Jersey*
Donata Degrassi, *Università di Trieste*
Marek Derwich, *Uniwersytet Wrocławski*
Pablo C. Díaz, *Universidad de Salamanca*
Joanna Drell, *University of Richmond Virginia*
Thomas Frank, *Freie Universität Berlin*
David Igual Luis, *Universidad de Castilla-La Mancha, Albacete*
Roberto Lambertini, *Università di Macerata*
Michael Matheus, *Deutsches Historisches Institut, Roma*
Gerd Melville, *Technische Universität Dresden*
François Menant, *École normale supérieure, Paris*
Giuseppe Petralia, *Università di Pisa*
Flocel Sabaté, *Universitat de Lleida*
Antonio Sennis, *University College London*
Pinuccia Franca Simbula, *Università di Sassari*
Andrea Tabarroni, *Università di Udine*
Andrea Tilatti, *Università di Udine*
Chris Wickham, *All Souls College, Oxford*
Hugo Andrés Zurutuza, *Universidad de Buenos Aires*

Referee board

Giuseppe Albertoni, *Università di Trento*
Mariapia Alberzoni, *Università Cattolica di Milano*
Gluco Maria Cantarella, *Università degli Studi di Bologna*
Enrico Castelnuovo, *Scuola Normale Superiore, Pisa*
Alfio Cortonesi, *Università della Tuscia*
Paolo Delogu, *Università di Roma "La Sapienza"*
Mario Gallina, *Università di Torino*
Germana Gandino, *Università del Piemonte Orientale*
Maria Ginatempo, *Università di Siena*
Roberto Greci, *Università di Parma*
Olivier Guyotjeannin, *École nationale des chartes, Paris*
Cristina La Rocca, *Università di Padova*
Patrizia Mainoni, *Università di Milano*

Jean-Claude Maire Vigueur, *Università di Roma Tre*
Igor Mineo, *Università di Palermo*
Anthony Molho, *Istituto Universitario Europeo, Firenze*
Marilyn Nicoud, *École Française de Rome*
Paolo Pirillo, *Università di Bologna*
Luigi Provero, *Università di Torino*
Daniela Rando, *Università di Pavia*
Mauro Ronzani, *Università di Pisa*
Barbara Rosenwein, *Loyola University, Chicago*
Giacomo Todeschini, *Università di Trieste*